



OSAL

Observatorio Social de América Latina
Publicación electrónica

Cronología del Conflicto Social

R

A

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales



CLACSO

Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais

Documento de trabajo N° 228

*Realizado por
el Comité de Seguimiento
del Conflicto Social y la Coyuntura
Latinoamericana de R*



Integrantes	Juan
Diarios	<i>E</i>
Otras fuentes	Espacio Insular

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.

La responsabilidad por las opiniones expresadas en los artículos, estudios y otras colaboraciones incumbe exclusivamente a los autores firmantes, y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina (OSAL)** constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinado a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado constituye uno de los resultados de este trabajo de documentación y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un documento de trabajo en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social llevadas a cabo durante el mes indicado en uno de los 19 países relevados.

La cronología presentada ha sido elaborada por alguno de los diversos **Comités de Seguimiento del Conflicto Social** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación de un equipo de investigación que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

Comités de Seguimiento del Conflicto y la Coyuntura Latinoamericana

PAIS	INSTITUCION	RESPONSABLES
Guatemala	FLACSO	Simona Yagenova Mario Castañeda
Colombia	Escuela Nacional Sindical	Guillermo Correa Diana Cárdenas
Paraguay	Centro de Documentación de Estudios	Quintín Riquelme
Ecuador	CIUDAD	Mario Unda Hugo González
Bolivia	CIDES – UMSA	Dunia Mokrani Chávez Pilar Uriona Crespo
Chile	ARCIS	Juan Carlos Gómez Leyton
Perú	Instituto de Estudios Peruanos	Ramón Pajuelo
Brasil	LPP	Roberto Leher
Argentina y Uruguay	PIMSA (Argentina)	María Celia Cotarelo
México	UNAM	Massimo Modonesi Lucio Oliver
Panamá, El Salvador, Nicaragua Honduras y Costa Rica	CELA (Panamá)	Marco A. Gandásegui, h.
República Dominicana y Puerto Rico	Centro Juan Montalvo (Rep. Dominicana)	Mario Serrano Juan Luis Corporán
Venezuela	PROVEA	Marino Alvarado Marco Antonio Ponce
Costa Rica	IIS	Sindy Mora Solano

Brasil

Cronologia do Conflito Social

Janeiro 2009

6° feira 02

Cerca de 200 pessoas realizam um ato no vão livre do Museu de Arte de São Paulo (MASP), em São Paulo – SP (região Sudeste). O objetivo da manifestação é protestar contra os ataques de Israel à Faixa de Gaza e cobrar uma posição mais firme do governo brasileiro diante do massacre, como, por exemplo, o cancelamento do acordo de livre comércio entre o Mercosul e Israel. O ato contou com a participação de entidades da comunidade árabe, movimentos de apoio a luta palestina, partidos políticos, representantes sindicais e movimentos sociais.

Sábado 03

Centrais sindicais e movimentos sociais fazem um ato na Assembléia Legislativa, em Porto Alegre no estado do Rio Grande do Sul (região Sul), reivindicando a exoneração do Comandante da Brigada Militar Paulo Roberto Mendes. Os movimentos e centrais denunciam ainda o sucateamento das áreas de educação e saúde no estado e acusam a Governadora Yeda Crusius do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) de usar a violência para acelerar a redução de direitos dos trabalhadores.

3° feira 06

Portaria da Fundação Cultural Palmares (FCP) publicada no Diário Oficial da União oficializa mais 37 comunidades quilombolas no Brasil. Com a medida, o país passa a ter 1.289 comunidades com população remanescente de quilombos. De acordo com a FCP, das 37 novas comunidades reconhecidas, 14 são no Maranhão (região Nordeste) e nove na Bahia (região Nordeste). Os estados da Paraíba (região Nordeste) e do Rio Grande do Sul (região Sul) tiveram três comunidades certificadas cada um e os de Minas Gerais (região Sudeste) e de Pernambuco (região Nordeste), duas. Goiás (região Centro-oeste), Ceará (região Nordeste), Rio de Janeiro (região Sudeste) e Tocantins (região Norte) tiveram uma comunidade reconhecida em cada estado.

Policiais civis, agentes penitenciários e peritos criminalistas de São Luís – Maranhão (região Nordeste), deflagram greve por tempo indeterminado. As categorias paralisam suas atividades devido ao descumprimento do acordo sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) negociado com o governo do estado em 2008. As categorias reivindicam que o governo envie à Assembléia o Plano de Cargos, Carreiras e Salários elaborado por seus representantes e também pelo governo. Os policiais reivindicam também a contratação de 509 pessoas aprovadas em concurso público realizado em 2006.

Cerca de 70 índios da etnia Cadiuéu ocupam o prédio da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Bonito – Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste), após liberarem servidores. Os indígenas protestam contra o “estado de abandono” da área e exigem a presença da direção regional do órgão.

Moradores da favela Tiquatira fecham três vezes as pistas local e expressa da marginal Tietê na capital de São Paulo – SP (região Sudeste). Os manifestantes exigem novas moradias devido a um incêndio ocorrido no dia 31 de dezembro de 2008 – que destruiu 16 barracos e deixou famílias desabrigadas – e reclamam da falta de ações da prefeitura. O protesto terminou em confronto com a Polícia Militar (PM), segundo o jornal Folha de São Paulo. Os manifestantes acusam a PM de abuso de poder. Por meio de nota, a PM afirma que os manifestantes foram dispersados com bombas de gás lacrimogêneo e munição não-lethal, pois um grupo de adolescentes atirava pedras contra os carros que passavam.

4° feira 07

Cerca de 1.500 manifestantes realizam um protesto em São Paulo – SP (região Sudeste), organizado por entidades ligadas a causa Palestina, contra a ofensiva de Israel sobre a Faixa de Gaza. Os manifestantes seguiram um trio elétrico, que tocava a “música da vitória e da resistência palestina”, pelas ruas do Brás, bairro da área central da capital paulista que concentra grande número de comerciantes palestinos e árabes. Em alguns momentos do ato, o comércio da região chegou a fechar as portas em apoio á causa palestina. Os manifestantes elogiaram a atitude do presidente venezuelano Hugo Chávez por ter expulsado do país um representante do governo israelense. Segundo o presidente da União dos Estudantes Mulçumanos no Brasil, Alli Ahmad Majdoud, muitos brasileiros têm raízes nos estados árabes. "A luta deles é a nossa luta, porque todos temos o direito de viver em paz." Para ele, os protestos são importantes para sensibilizar as autoridades brasileiras: "Eles podem nos representar, dialogando com as autoridades de outros países."

O Ministério Público Brasileiro, por meio do Grupo Nacional de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos estados e da União, elabora e aprova em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), em dezembro de 2008, na 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos (11ª CNDH), um documento que aborda diversas questões referentes a luta dos movimentos sociais e pela Reforma Agrária. Segundo site do MST que publicou neste dia o documento na íntegra, os promotores repudiam as tentativas de criminalização de membros e lideranças de trabalhadores rurais sem-terra. Além disso, reconhecem a atipicidade penal das ações dos membros e lideranças de movimentos sociais que visam a efetivação de princípios, direitos fundamentais e sociais e reconhecem a viabilidade constitucional da desobediência civil diante de atos violadores dos princípios, direitos fundamentais e sociais perpetrados pelo Estado frente às ocupações de terras.

Movimentos Sociais, Entidades de Classe e Partidos assinam manifesto, em Minas Gerais (região Sudeste) em repúdio ao massacre na Faixa de Gaza, promovido pelo Estado de Israel, sob o pretexto de combater o terrorismo do grupo palestino Hamas. As entidades condenam os ataques violentos e reivindicam: cessar fogo imediato e abertura da fronteira para a entrada de remédios, alimentos e de ajuda médica na Faixa de Gaza;

autodeterminação do povo palestino e o reconhecimento de seus legítimos representantes eleitos, criação do Estado da Palestina e o fim das ocupações de Israel em seu território; rompimento diplomático e comercial do Governo brasileiro com o Estado de Israel. Assinam o manifesto: Associação Brasileira Radiodifusão Comunitária (Abraço); Associação dos Universitários do programa Universidade Para Todos (Prouni), Comitê Mineiro de Solidariedade a Palestina, Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), Central Única dos Trabalhadores (CUT-MG), Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais (DCE- UFMG), Fórum Social Mineiro, Força Sindical, Federação Entidades Árabe-Brasileiras (FEARAB), Fórum Mineiro de Saúde Mental, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), partidos de esquerda e sindicatos.

5° feira 08

Cerca de 300 pessoas, segundo site da Agência Brasil, mais de mil segundo site do MST realizam um protesto contra a ofensiva de Israel na Faixa de Gaza, em solidariedade à luta do povo palestino, na Cinelândia - região central da cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A manifestação foi organizada via internet e panfletos espalhados por toda a cidade. Vestindo camisetas em apoio aos palestinos e carregando faixas e cartazes, os manifestantes reivindicam o imediato cessar-fogo na região. O protesto foi organizado pelo Comitê de Solidariedade à Luta do Povo Palestino, com apoio de sindicatos e partidos de esquerda. Da Cinelândia, os manifestantes saíram em passeata até a porta do Consulado dos Estados Unidos. Em protesto, jogaram sapatos sobre as paredes do consulado, num gesto simbólico de repúdio ao imperialismo estadunidense, que lembrou o sapato arremessado contra o presidente George W. Bush. As bandeiras dos EUA e de Israel foram queimadas. Os manifestantes reivindicam que o Brasil rompa diplomaticamente com o Estado de Israel, propõem o cancelamento do Tratado Comercial entre Brasil e Israel e estão dispostos a mover uma campanha internacional de boicote aos produtos e corporações sionistas. O ato em apoio aos palestinos reuniu um grande número de sindicatos, entidades humanitárias, movimentos sociais, partidos políticos, centrais sindicais. Dentre os sindicatos, havia dirigentes e militantes dos Correios, Bancários, Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (SEPE), Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal Fluminense (Sintuff), Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo no estado do Rio de Janeiro (Sindipetro-RJ) e a Seção Sindical dos Docentes da UFRJ (Adufrj-SSind). Os partidos políticos PT, Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Socialismo e Liberdade (P-SOL). As centrais sindicais CUT, Intersindical, Conlutas e CTB. O Comitê de Solidariedade à Luta do Povo Palestino do Rio de Janeiro esteve à frente da organização, que também contou com a presença da Sociedade Brasileira Muçulmana, dentre inúmeras outras entidades. Segundo o site da Agência Brasil, em 10 dias de guerra, já morreram mais de 700 pessoas, a grande maioria civis, incluindo idosos, mulheres e crianças. Desde a retomada dos ataques de Israel sobre a Faixa de Gaza, em 27 de dezembro, os brasileiros já realizaram manifestações em várias capitais, em favor dos palestinos. Florianópolis – Santa Catarina, Manaus - Amazonas, São Paulo - SP e Salvador - Bahia foram as primeiras. Um grupo de detentos da cadeia de Catanduva, no interior de São Paulo (região Sudeste) fazem uma rebelião. Os presos mantiveram os familiares e uma carcereira reféns por cerca

de três horas. Segundo a Secretaria de Segurança Pública (SSP), o motivo da rebelião foi a superlotação no local. Após negociações e a solicitação de novas vagas no sistema penitenciário para as transferências dos presos, os reféns foram libertados sem ferimentos.

Aproximadamente 1.500 pessoas participam de protesto contra as demissões da Vale na cidade de Itabira – Minas Gerais (região Sudeste). Segundo os jornais O Globo e Folha de São Paulo o protesto foi organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Ferro e Metais Básicos (Metabase) de Itabira e Região, e contou com a participação de representantes de lideranças sindicais e movimentos sociais de Minas e do país, como Conlutas e Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos Municipais de Itabira (SINTSEPMI), além de representantes do PSOL.

6° feira 09

Policiais civis, agentes penitenciários e peritos criminalistas de São Luís – Maranhão (região Nordeste), continuam em greve por tempo indeterminado, segundo informações do Sindicato dos Policiais Civis (Sinpol), após o recebimento da notificação da ordem judicial do Tribunal de Justiça (TJ) que pedia a suspensão da greve que teve início no dia 6 de Janeiro, devido ao descumprimento do acordo sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) em negociação com o governo em 2008. De acordo com a assessoria do Sinpol, a interpretação dos advogados do sindicato dão conta que a decisão judicial não entra no mérito de legalidade da paralisação, já que os grevistas continuam oferecendo os serviços essenciais à população. Uma assembleia irá explicar à categoria a decisão do desembargador Raimundo Cutrim, tomada no dia 7 de janeiro, que determinou a volta imediata dos policiais, delegados e agentes ao serviço, sob a pena de multa diária de R\$ 20 mil a todas as entidades envolvidas no movimento. Ainda segundo o sindicato, será montado um plantão central funcionando 24 horas para prestar serviços essenciais à população, para que a greve dos funcionários não entre na ilegalidade.

Cerca de 250 pessoas participam do protesto contra a ofensiva israelense sobre a Faixa de Gaza, iniciada em 27 de dezembro de 2008, realizado no vão livre do Museu de Arte de São Paulo (MASP) na capital de São Paulo – SP (região Sudeste). Cerca de 300 pares de sapatos foram atirados por manifestantes em bonecos que representavam o primeiro-ministro de Israel, Ehud Olmert, e o presidente dos Estados Unidos, George Bush. A “sapatada” palestina foi uma alusão ao gesto do jornalista iraquiano que atirou o sapato contra Bush, no final de 2008, durante visita do presidente norte-americano a Bagdá. Além de árabes e palestinos, a manifestação reuniu judeus, representantes do MST e até da tradicional torcida organizada do Corinthians - Gaviões da Fiel. Durante os protestos, os manifestantes gritaram palavras de ordem, como "palestino é meu amigo, mexeu com ele, mexeu comigo".

Comunidades árabes, palestinas, movimentos sociais e cidadãos comuns fazem passeata que sai da Praça Santos Andrade e segue até a Boca Maldita pela Rua XV de Novembro, no centro de Curitiba – Paraná (região Sul). A passeata vem recolhendo assinaturas a favor da causa palestina e exibe uma exposição com fotos de vítimas na Faixa de Gaza. Os manifestantes reivindicam paz e o fim do massacre do povo palestino. Em Curitiba, a

manifestação pacífica durou cerca de uma hora. O objetivo do ato é sensibilizar a população e as autoridades sobre a real situação no Oriente Médio, disse Mouth Ibrahim, presidente do Comitê Árabe de Solidariedade que acaba de ser criado na capital paranaense. Diversas entidades participaram do ato, entre grupos religiosos cristãos e muçulmanos, sindicatos e partidos políticos. Organizaram o protesto: o Instituto Brasileiro de Estudos Islâmicos do Paraná, a Sociedade Árabe Brasileira Beneficente do Paraná, o Movimento Marcha Verde do Paraná, Cebra Paz, Federação Palestina e Grupo Tortura Nunca Mais.

Um grupo de defensores públicos e de atores protestam encenando um cortejo fúnebre, na entrada da sede da entidade no centro da capital de São Paulo – SP (região Sudeste). O protesto marca os três anos de existência da Defensoria Pública do estado de São Paulo. Os trabalhadores reclamam dos salários e das condições de trabalho. De acordo com Juliana Belloque, presidente da Associação Paulista de Defensores Públicos (Apadep) a categoria está planejando, inclusive paralisar os serviços, já que esta não é a primeira manifestação de protesto. “Estamos ganhando hoje um quarto do que ganham juízes e promotores e metade do que ganham os procuradores do estado e isso provoca evasão constante para outras carreiras jurídicas. Só em 2008, houve uma saída de 20%, o que acaba comprometendo o serviço de atendimento ao público”, argumentou. O serviço de defensoria pública - atendimento, gratuito, voltado à população pobre com renda na faixa de até três salários ou que demonstre não ter dinheiro para contratar um advogado - está presente em 22 estados do país, mais o Distrito Federal. Nos estados de Goiás (região centro-oeste), Paraná (região Sul) e Amapá (região Norte) não existem defensores públicos e em Santa Catarina (região Sul), a instituição nem foi criada, segundo informou o setor de divulgação da defensoria paulista. Os dados disponibilizados pelo órgão apontam que, em 2008, entre os locais que contam com o serviço, a situação mais dramática foi registrada no Rio Grande do Norte (região Nordeste), onde há 143,5 mil habitantes para cada defensor público. Já a melhor condição foi constatada na Paraíba (região Nordeste) (11,2 mil habitantes para cada defensor). São Paulo (região Sudeste) aparece, na vigésima classificação com 102,5 mil habitantes por defensor. Quanto aos salários, o Rio de Janeiro (região Sudeste) aparece na liderança com pagamento inicial de R\$ 19,9 mil enquanto em São Paulo o valor cai para R\$ 5,04 mil, ocupando também a vigésima posição no ranking nacional.

Cerca de 100 pessoas se reúnem em frente à embaixada de Israel, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), numa manifestação em defesa do Estado de Israel e contrária à ação do grupo islâmico Hamas. A Organização Não Governamental (ONG) internacional Amisrael – Mensageiro da Paz, foi responsável pela manifestação que, além de Brasília, ocorre também em outras oito cidades brasileiras e mais 18 países em todo o mundo. A mobilização é um contra-ponto às manifestações contrárias ao Estado de Israel realizadas em diversas localidades. Em um manifesto entregue durante à manifestação ao conselheiro da embaixada, Raphael Singer, a organização defende o direito de existência e de se defender de Israel, convoca os povos do mundo a encontrar maneiras de estabelecer a paz no Oriente Médio, rejeita o terrorismo e todo ato de violência dirigido a civis e manifesta a sua solidariedade aos povos palestino e israelense.

A líder indígena da etnia Paresi, Valmireide Zoromará, 42 anos, é assassinada a tiros perto de Nova Marilândia, região de Diamantino – Mato Grosso (região Centro-oeste), quando pescava junto a outras 13 pessoas, todas da família. Seu marido, Valdenir Xavier de

Amorim está em estado grave, na Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) de num hospital de Tangará da Serra. Segundo seus filhos Kleber e Kelly Zoromará, eles pescavam em uma represa particular do córrego Cágado, pertencente a Sebastião de Assis, quando foram alvejados por um funcionário da fazenda que os chama de “ladrões de peixes”. A polícia civil inicia o inquérito, mas por se tratar de questão federal, a Funai, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal (PF) deverão assumir o caso. A área em que se encontram as famílias foi doada ao grupo Zoromará na época por Marechal Cândido Rondon e a demarcação da reserva está em fase de estudos, devendo ser homologada ainda em 2009.. Os Paresi têm no seu mito de origem a representação da sua identidade e da sua territorialidade.

Sábado 10

Cerca de 200 integrantes do MST ocupam a fazenda Marobá, no município de Almenara, em Minas Gerais (região Sudeste). Os trabalhadores reivindicam maior agilidade no processo de desapropriação do local que possui mais de 2,5 mil hectares. Segundo site do MST, a luta pela área acontece desde 2004, quando foi ocupada pela primeira vez. Pouco tempo depois, a fazenda foi vistoriada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e declarada improdutivo. Em 2007, o presidente Luis Inácio Lula da Silva assinou o decreto de desapropriação da área par fins de Reforma Agrária. Os proprietários, porém, recorreram ao Supremo Tribunal Federal (STF) para pedir a anulação do decreto presidencial e até hoje o processo está parado. Os trabalhadores afirmam que vão permanecer no local até que seja garantido diálogo com o Incra e o processo seja desenterrado pela Justiça Federal.

Domingo 11

Cerca de 5 mil pessoas, segundo site da Agência Brasil, cerca de 7 mil segundo jornal virtual Brasil de Fato e 3.500 segundo a PM, realizam em São Paulo – SP (região Sudeste) uma manifestação contra as ações militares de Israel na Faixa de Gaza. Os manifestantes fizeram uma passeata que partiu do vão livre do Museu de Arte de São Paulo (MASP), na Avenida Paulista, e terminou no Obelisco do Parque do Ibirapuera. A passeata destacou imagens do genocídio palestino, denunciou os grandes meios de comunicação pelo apoio aos ataques e pediu empenho total do governo brasileiro, e de todas as nações, pela paz na região. O carro de som que abria a passeata portava uma faixa com a Estrela de Davi, símbolo do judaísmo, ao lado de uma suástica nazista. Bandeiras com fotos do presidente Hugo Chávez – que expulsou o embaixador israelense Shlomo Cohen da Venezuela –, de partidos políticos, como o PCdoB, e de centrais sindicais, eram levadas pelos participantes. A manifestação, apoiada por cerca de 100 entidades brasileiras, foi convocada pelo Comitê de Solidariedade ao Povo Palestino, formado por centrais sindicais, partidos políticos (PT, PCdoB, PCB, P-SOL, PSTU), entidades civis, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), o MST e diversas entidades árabes e Islâmicas brasileiras, como a União Nacional de Entidades Islâmicas, a União dos Estudantes Muçulmanos no Brasil, a Federação das Associações Muçulmanas do Brasil, e a Sociedade Beneficente Mulçumana de São Paulo, entre outras.

2º feira 12

A situação dos cortadores de cana piorou em 2008, conforme Relatório da ONG Repórter Brasil. Segundo o relatório, o salário dos trabalhadores sofreu nova desvalorização devido ao aumento do preço dos alimentos e o baixo reajuste salarial. Em São Paulo (região Sudeste), a cesta básica subiu mais de 16%. Já os salários dos cortadores foram reajustados em média em 7%. Além disso, segundo o levantamento, muitos cortadores que fizeram greve em 2008, a fim de pressionar por melhores salários, foram punidos com demissões. O relatório também registra casos de trabalho escravo. O setor sucroalcooleiro respondeu por metade dos trabalhadores libertados em 2008.

O Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim reúne-se com o primeiro-ministro palestino Salam Fayyad na Cisjordânia. Amorim defendeu um cessar-fogo imediato e declarou a solidariedade do Brasil com a Palestina. O Brasil enviou 14 toneladas de medicamentos e alimentos para ajuda humanitária em Gaza. Desde o início dos ataques de Israel, 900 pessoas foram mortas, entre elas 227 crianças.

3º feira 13

Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba e as montadoras de automóveis instaladas no Paraná (região Sul) suspende os efeitos dos contratos de trabalho como alternativa para evitar demissões no setor. Segundo o sindicato, acordos firmados com a Volvo, a Renault, a Nissan, a Volkswagen e a Audi garantem o clima de tranquilidade entre os cerca de 10 mil metalúrgicos do estado. Na Renault, o acordo evitou a dispensa de mil empregados neste mês de janeiro, segundo o sindicato. O protocolo de intenções firmado com a montadora determinou a suspensão dos contratos, conforme o Artigo 476 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Nesse período, os metalúrgicos recebem bolsa de qualificação profissional, paga pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e uma ajuda compensatória da empresa, sem natureza salarial. De acordo com o sindicato, os acordos garantem a manutenção do nível salarial líquido dos trabalhadores, assim como a computação dos cinco meses de suspensão do contrato para o pagamento de férias, 13º salário e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Outro mecanismo adotado pelo sindicato do estado foi não fazer mais homologações e rescisões de contratos de trabalho dos empregados sem que as montadoras justifiquem as demissões e demonstrem que a decisão foi tomada após exaustivas negociações. O trabalhador deve ser avisado com antecedência, e todas as possíveis alternativas à demissão devem ser discutidas, como a implantação do banco de horas, as férias individuais e as coletivas.

Cerca de 3 mil metalúrgicos da fábrica da General Motors (GM) em São José dos Campos, no estado de São Paulo (região Sudeste), paralisam as atividades em protesto contra as demissões de trabalhadores temporários anunciadas pela montadora nos últimos dias. Os trabalhadores paralisaram suas atividades entre 5h50 e 6h50, de acordo com os jornais Folha de São Paulo e O Globo. Segundo o jornal Folha de São Paulo, tratam-se 744 demissões e já o jornal O Globo reporta 802 demissões anunciadas pela montadora. Segundo informou o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, os funcionários reivindicam a estabilidade no emprego, além da readmissão dos empregados que foram dispensados recentemente e, ainda, uma atuação dos governos federal, estadual e municipal contra as demissões e em favor da garantia dos empregos dos funcionários. O Sindicato dos

Metalúrgicos criticou as demissões após a redução dos impostos sobre veículos. A direção da GM declara que a quebra dos contratos temporários não pode ser configurada como demissão.

O casal homossexual de cabeleireiros – João Amâncio e Edson Torres – ganha a guarda definitiva de quatro irmãos, segundo matéria do jornal O Globo. A sentença é concedida por Paulo Cesar Gentile, juiz da Vara da Infância e da Juventude de Ribeirão Preto – São Paulo (região Sudeste). O casal já tinha desde dezembro de 2006 a guarda provisória dos irmãos, que têm 12, 10, 8 e 6 anos e que ganharão novas certidões de nascimento, nas quais Amâncio e Torres constarão como pais.

Índios da etnia Pareci ocupam a fazenda Boa Sorte, em Diamantino, a 207 km de Cuiabá – Mato Grosso (região Centro-oeste), local onde morreu a indígena Valmireide Zoromará, em protesto contra o assassinato. Neste mesmo dia, o gerente da Ismael Rosa Lima, 39, confessou o assassinato da líder indígena da etnia Paresi, morta no dia 09 de janeiro. A fazenda se encontra em uma área em processo de demarcação de terra indígena, declara o representante da Funai em Tangará da Serra, Carlos Bastos. De acordo com o delegado da Polícia Civil, Daniel Lemos Valente, a índia e outras 12 pessoas foram à área para pescar e, por volta das 22h, os disparos foram efetuados. Por meio do seu advogado, o gerente afirmou que atirou em legítima defesa, após os índios efetuarem disparos.

Integrantes da comunidade árabe-palestina e organizações apoiadoras da causa palestina protestam, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul), contra o ataque militar de Israel na Faixa de Gaza. Os manifestantes realizaram um ato público no Plenarinho da Assembléia Legislativa. Depois, saíram em caminhada da Praça da Matriz até a Esquina Democrática. A manifestação exige o fim imediato dos ataques israelenses, a liberação da ajuda humanitária e a criação do Estado Palestino. Cerca de mil pessoas participaram da manifestação, entre elas comunidades de palestinos das cidades de Santa Maria, na região central, e de Uruguaiana, Santana do Livramento e Barra do Quaraí, na Fronteira. O protesto foi encerrado na Esquina Democrática com manifestações de apoio e a queima das bandeiras dos Estados Unidos e de Israel.

4º feira 14

Cerca de 50 ciclistas bloqueiam 2 pistas da Avenida Paulista, em São Paulo – SP (região Sudeste), em protesto contra a morte de uma ciclista no final da manhã deste dia 14 de janeiro. Os ativistas protestam contra a falta de respeito aos ciclistas na cidade. A ciclista morta atropelada por um ônibus era Márcia Regina Prado, uma cicloativista. Seu corpo permaneceu estendido por mais de 4 horas à espera do carro do Instituto Médico Legal (IML).

Cerca de 200 pessoas fazem ato na Praça do Ferreira, uma das mais movimentadas de Fortaleza – Ceará (região Nordeste), em solidariedade ao povo palestino. O ato é um protesto contra o massacre em Gaza.. Após uma hora e meia de panfletagem e discurso, os manifestantes saem em passeata até a praça do Banco do Nordeste (BNB), onde queimam uma bandeira de Israel e seguem para o Centro Cultural Banco do Nordeste.

5° feira 15

Férias coletivas para não demitir funcionários são a opção das montadoras de automóveis instaladas no estado do Rio de Janeiro (região Sudeste). A Volkswagen Caminhões e Ônibus Ltda informou que, até o momento, não houve demissões. Os funcionários ligados à produção, que estavam de férias desde o dia 17 de dezembro, retornaram ao trabalho no dia 12 de janeiro. Os da área administrativa já haviam voltado no dia 5 de Janeiro. A fábrica, que se localiza em Resende tem cerca de 5 mil empregados. Na Peugeot-Citroën, instalada no município de Porto Real, o nível dos estoques está acima do normal. Diante disso, a montadora optou por antecipar as férias coletivas de 2009 para manter seu efetivo. O período de férias será de 26 de janeiro a 24 de fevereiro. A empresa já havia concedido férias coletivas entre 8 de dezembro e 5 de janeiro. A assessoria de imprensa da Peugeot-Citroën do Brasil informou que, embora o mercado de veículos tenha tido resultado positivo no acumulado de 2008, a companhia enfrentou no Brasil queda de 25% nas vendas, em novembro, e de 20% em dezembro, em comparação com os mesmos meses de 2007. De acordo com a assessoria, a empresa considera que as medidas de apoio ao setor automotivo, como a redução temporária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), poderão vir a amenizar o cenário desfavorável. A montadora ressaltou, no entanto, que mesmo com as medidas o mercado doméstico permanece com desempenho inferior às expectativas. A Peugeot-Citroën tem atualmente 4 mil empregados.

A filha de índia assassinada na reserva perto de Nova Marilândia, no Mato Grosso (região Centro-oeste), afirma que a mãe, a líder indígena Valmireide Zoromará, foi morta a queima roupa. Kely Zoromará negou a tese de legítima defesa levantada pelos advogados de Ismael Rosa autor dos disparos. O crime ocorreu no dia 9 de janeiro, quando Valmireide Zoromará, da etnia Paresi, esteve na reserva para tratar de questões de interesses dos índios. Ela estava acompanhada do marido, o não índio Valdemir Amorim, que também foi baleado e está internado, em estado grave, em um hospital de Cuiabá. Kely revelou que a mãe lutava há muito tempo pelos direitos dos índios Paresi sobre uma área de terra na região. “Em novembro estivemos em Brasília para falar com autoridades para agilizar o processo de reintegração dessa terra que já dura 32 anos. Falamos inclusive com a antropóloga Siglia Doria, que nos garantiu que o local onde tem a represa [onde ocorreu o crime] é da nossa tribo, só falta publicar o estudo”, afirmou. Segundo o representante da Funai em Tangará no estado, Martins Toledo de Melo, a Funai está acompanhando as investigações e vai aguardar as conclusões do inquérito para tomar uma decisão. Ismael Rosa, o responsável pelos disparos que causou a morte de Valmireide já confessou o crime e está preso em Cuiabá. Ele afirmou, segundo o delegado Daniel Lemos Valente, ter matado a indígena quando fazia ronda noturna e a encontrou pescando com um grupo de índios em uma represa da propriedade. Ainda de acordo com Valente, ele alega ter agido em legítima defesa, pois os índios teriam atirado primeiro. Índios Pareci ocuparam, no dia 13 de janeiro, o local onde morreu a cacique Valmireide Zoromará, em protesto contra o assassinato. O suspeito deve ser indiciado por homicídio qualificado.

Manifestantes autônomos e organizados fazem ato da Praça Sete à União Israelita, em Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste), em solidariedade aos palestinos e contra o massacre que o Estado de Israel vem realizando em Gaza. O embaixador palestino no Brasil, Ibrahim Al Zeben, compareceu ao ato, denunciou o massacre em Gaza e pediu paz

no Oriente Médio. Os representantes das entidades organizadoras do ato – partidos políticos e entidades sindicais – expressam repúdio a Israel e solidariedade aos palestinos.

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) denuncia que 53 indígenas foram assassinados no país em 2008. Segundo o CIMI, apenas no Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste) foram assassinados 40 indígenas. A entidade chama atenção para a situação do povo Guarani Kaiowá que registrou 74 mortes entre suicídios e assassinatos em 2008. Segundo divulgado pela Agência Chasque de Notícias, a falta de terras, o confinamento em pequenas aldeias e a pressão do latifúndio são as principais causas das mortes.

Movimentos sociais em luta pela moradia promovem ato no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), em frente à Secretaria Estadual de Habitação. Entre os manifestantes estão Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), Conselho Popular da Cidade do Rio de Janeiro, Conselho de Cidadania do Alto da Boa Vista (CONCA), Associações de Moradores, Conselho de Cidadania do Itanhangã (CONCI), Movimento de Moradores do Centro, Movimento União Popular (MUP), Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ), Pastoral das Favelas, Ministério da Igualdade Racial e Ação Social do Rio de Janeiro.

6° feira 16

Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região (ligado à CUT) fazem manifestação contra demissões em frente à sede do Banco Real, na Avenida Paulista, e próximo dos centros administrativos dos bancos Real e Santander, em São Paulo – SP (região Sudeste). De acordo com o jornal Folha de São Paulo, o sindicato não descarta fazer paralisações e declara que as 400 demissões anunciadas estão relacionadas ao processo de fusão entre os bancos Santander e Real. A diretora do sindicato e funcionária do Santander, Rita Berlofa, afirma que não sabe “se o Santander está se aproveitando da crise para implementar essas demissões” e que “os empresários têm se aproveitado da crise para demitir e tentar conseguir a flexibilização dos direitos trabalhistas”. O presidente do sindicato, Luiz Cláudio Marcolino disse, em nota: "Não podemos aceitar demissões de empresas que bateram recordes de lucratividade nas últimas décadas. Os bancos não podem dispensar trabalhadores para garantir sua lucratividade. É uma atitude irresponsável que vai ampliar os efeitos da crise no Brasil. O governo precisa agir". O sindicato reivindica ainda medidas do governo federal como a ratificação da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que proíbe dispensas imotivadas em empresas lucrativas. Por meio de sua assessoria de imprensa, o banco Santander afirmou que não se pronunciará sobre as demissões.

A GM demite o diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e região, São Paulo (região Sudeste), Eduardo de Oliveira Silva. Segundo o site do Centro de Mídia Independente (CMI), a medida é uma represália à luta que está ocorrendo na montadora contra 802 demissões anunciadas no dia 12 de janeiro. O próprio comunicado da empresa, demitindo Eduardo, cita a paralisação ocorrida na fábrica no dia 13 de janeiro. Eduardo também é candidato da Chapa 1 na disputa eleitoral do Sindicato, ligada à Conlutas. Eduardo tem estabilidade porque é dirigente sindical e também porque é candidato para a

eleição da nova diretoria. A demissão é, portanto, ilegal. A readmissão de Eduardo passa a ser parte da campanha contra as demissões.

Metalúrgicos da empresa de autopeças Magneti Marelli Cofap, de São Bernardo, na região do ABC no estado de São Paulo (região Sudeste) iniciam uma paralisação em protesto contra as demissões feitas pela empresa no dia 15 de janeiro. Segundo site da Agência Brasil, cerca de 450 empregados, 20% do total, foram demitidos. Cerca de 80% da produção da unidade da empresa em São Bernardo é exportada para os Estados Unidos, país onde a crise econômica mundial começou. O objetivo dos metalúrgicos é abrir novas negociações para discutir as demissões, a exemplo do que ocorreu com a TRW, Proxylon, Fiamm, Proema e outras empresas. A TRW enviou carta de demissão a 172 trabalhadores, mas voltou a negociar após ato de protesto que paralisou a produção da fábrica de Diadema.

Domingo 18

Ativistas do Greenpeace e lideranças comunitárias de Porto Moz, inflam um boi gigante em protesto contra o desmatamento ilegal na reserva extrativista Verde Para Sempre no estado do Pará (região Norte). De acordo com a ONG, a reserva, que foi criada há quatro anos, não foi implementada até hoje e fazendeiros de gado têm desmatado a área sem autorização. Além disso, não há placas de sinalização indicando limites da reserva - que não possui sede, a regularização fundiária não avançou, a exploração madeireira persiste e as invasões de barcos pesqueiros são constantes na área. Os manifestantes reclamam da demora para implementação da reserva, criada há quatro anos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os ambientalistas alegam que a falta de ação do governo e o avanço da pecuária sobre a floresta estão entre as principais causas do desmatamento na Amazônia e que este tipo de atitude contribui para o aquecimento global. Segundo o Greenpeace, nestes quatro anos de espera, a reserva já teve mais de 40 mil hectares desmatados de sua área total de 1,2 milhão de hectares. A atividade em Porto de Moz faz parte da expedição do Greenpeace “Salvar o planeta: É agora ou nunca” e tem o objetivo de alertar a população brasileira sobre os problemas causados pelo aquecimento global.

Aproximadamente 4 mil pessoas, segundo a organização, participam do ato “Com Israel e Pela Paz”, promovido pela Federação Israelita do Estado de São Paulo (Fisesp) e a Confederação Israelita do Brasil (Conib), entre outras entidades, no Memorial da América Latina, em São Paulo - SP (região Sudeste). O ato reivindica o fim do massacre na Faixa de Gaza.

Cerca de 20 famílias da comunidade palestina e representantes do Sindicato da Fundação Universidade de Brasília (Sintfub), do PSTU e de movimentos sociais se reúnem em frente ao Congresso Nacional em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) para protestar contra os ataques israelenses na Faixa de Gaza e prestar solidariedade ao povo palestino. Apesar da chuva, cerca de 100 carros com militantes e simpatizantes da causa palestina percorreram em carreta a Esplanada dos Ministérios até a Estação Rodoviária e depois retornaram ao Congresso para o ato público. Os manifestantes reivindicam que o presidente Lula e ao Congresso Nacional rompam as relações com Israel e que só as retomem quando houver, de fato, o fim da guerra e a retirada das tropas militares. Os manifestantes

reclamam da permanência das tropas israelenses em Gaza após o anúncio do cessar-fogo e protestam contra o bloqueio ao território imposto por Israel.

Manifestantes fazem ato em solidariedade à Comunidade Aldeia Imbuhy, no Campo de São Bento, em Niterói – Rio de Janeiro (região Sudeste). A aldeia está ameaçada com ordem de despejo. As 32 famílias que moram no local têm menos de 50 dias para sair. O Exército entrou com pedido de reintegração de posse alegando que a presença da comunidade “ameaça a segurança nacional”.

2º feira 19

Os 160 funcionários da fábrica de tubos de aços Tyco Dinaço na unidade de Vila Jaguara em São Paulo (região Sudeste), que foram demitidos por conta do fechamento da unidade, ocupam a fábrica. Os trabalhadores tentam evitar o fechamento da unidade anunciado pela empresa e o corte de funcionários, além de exigir garantias trabalhistas. O sindicato tenta negociar o pagamento de todos os direitos trabalhistas, além de benefícios. Os trabalhadores esperam a resposta da sede da empresa nos Estados Unidos. Segundo site da Agência Chasque de Notícias, todos os trabalhadores da empresa foram demitidos na semana passada. A decisão de fechamento foi da proprietária da empresa, a Tyco International, que deverá manter apenas a unidade de Caxias do Sul no Rio Grande do Sul (região Sul). A Tyco Dinaço declara através de nota que o encerramento das atividades nas instalações de São Paulo não será revisto.

Funcionários do HSBC da capital, Curitiba – Paraná (região Sul) realizam protestos contra a demissão de 100 trabalhadores pelo banco na capital do estado. As unidades administrativas de Xaxim e Kennedy foram paralisadas pelos protestos. O Banco afirmou que as demissões são parte da gestão de seus negócios no país.

Ambulantes entram em conflito com agentes do choque de ordem da Secretaria Especial Ordem Pública e fecham pista da Avenida Lúcio Costa, na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), em protesto contra as ações de apreensão de kombi-depósito. Após a operação, 22 veículos saem rebocados e seis homens são detidos, sendo que dois responderão a inquérito por desobediência e desacato.

Centrais sindicais – representadas por Ricardo Patah, presidente da União Geral de Trabalhadores (UGT), Artur Henrique da Silva, presidente da CUT, o deputado Paulo Pereira da Silva do Partido Democrático Trabalhista (PDT-SP) e o presidente da Força Sindical – se reúnem com o presidente Lula e com os ministros Paulo Bernardo e Dilma Vana Rousseff para entregar e discutir propostas, no Palácio do Planalto, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Entre as reivindicações estão: ampliação das parcelas do seguro-desemprego das atuais cinco para dez; criação de contrapartida de manutenção de emprego das empresas que receberem recursos públicos; redução ou isenção de impostos; extinção das horas-extras por tempo indeterminado; ampliar os aportes financeiros ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) destinados à qualificação profissional; autorizar saque de pelo menos 20% da conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) pelos trabalhadores; garantia de admissão de novos trabalhadores com

salário igual ao dos demitidos na mesma função; negociar com as empresas em dificuldades para impedir ao máximo demissões; redução imediata de dois pontos percentuais na taxa Selic; redução do superávit primário; suspensão temporária do recolhimento das contribuições que compõem o Sistema S; suspensão temporária do pagamento de Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) pelos governos estaduais de setores com dificuldades para manter os empregos, desde que, a partir do benefício, os empresários se comprometam a não demitir e edição de Medida Provisória (MP) permitindo que o governo contrate empresas por pregão eletrônico, suspendendo as licitações para empreendimentos de infra-estrutura. Em relação à jornada de trabalho, para a CUT e UGT, ela deve ocorrer sem redução de salário; já para a Força Sindical, pode haver diminuição da renda mensal desde que os trabalhadores tenham estabilidade pelo dobro de tempo em que isso acontecer.

3° feira 20

Cerca de 7 mil metalúrgicos, segundo estimativa da PM, 15 mil de acordo com a CUT, participam de uma manifestação ao lado da Mercedes-Benz, em São Bernardo do Campo – São Paulo (região Sudeste) organizada pela CUT. O objetivo dos sindicalistas foi o de apresentar à categoria uma agenda de combate ao desemprego e à crise e denunciar que a proposta dos empresários de reduzir a jornada de trabalho e o salário é inviável para o país. O protesto, organizado pela CUT, inclui assembleias nas portas de unidades de Ford, Mercedes-Benz, Scania, Volks, Karmann-Ghia e Mahle e de fabricantes de autopeças. Segundo o presidente do sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista, Sérgio Nobre, a redução da jornada de trabalho e do salário é uma medida repressora e faz com que, com a receita menor, os trabalhadores comprem menos e assim se desencadeia um processo de redução também da produção industrial, o que pode gerar mais desemprego e crise. O presidente nacional da CUT, Artur Henrique, afirmou que a entidade continuará cobrando dos governos estaduais e federal medidas de desoneração da carga tributária em troca de garantia de emprego, como contra-partida das empresas que forem beneficiadas. Ele enfatizou que a CUT é contra a redução da jornada de trabalho e salário porque esse tipo de medida vai contra todos aqueles que acreditam que o Brasil pode superar a crise. Henrique reafirmou que a CUT estará junto das centrais sindicais que lutarem pelo emprego e renda e que aquelas que estão aceitando negociar desemprego e queda na renda dos trabalhadores não terão o apoio da Central. Para ele, as medidas que o governo vem tomando desde o final de 2008 são importantes, no entanto, insuficientes.

Cerca de 700 metalúrgicos da empresa Delga na zona oeste da capital em São Paulo - SP (região Sudeste) entram em greve por tempo indeterminado em função da demissão de 120 funcionários segundo Agência Brasil e 85 segundo o jornal Folha de São Paulo. De acordo com a assessoria de imprensa do sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi, a empresa já havia concedido licença remunerada, férias coletivas e alega não ter mais como manter o quadro de funcionários. Na empresa Basso Componentes, 48 funcionários da produção começam a cumprir o acordo de suspensão do contrato de trabalho negociado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo com a empresa, e aprovado pelos trabalhadores, para garantia do emprego. A assessoria de imprensa do sindicato informou que o acordo vai vigorar por cinco meses e assegura estabilidade no emprego por três

meses após a volta ao trabalho. Neste período, os trabalhadores vão receber o seguro-desemprego e o complemento salarial pela empresa, além de cesta básica, convênio médico e odontológico. Ainda na capital, trabalhadores da empresa Engemet, paralisam suas atividades pela manhã em protesto contra o anúncio de demissão de 70 empregados, porém as negociações com o sindicato continuam.

Os 160 funcionários, que foram demitidos por conta do encerramento das atividades na unidade em Vila Jaguara - São Paulo (região Sudeste) da empresa Tyco, que ocuparam a fábrica no dia 19 de janeiro, continuam no local. O sindicato tenta negociar o pagamento de todos os direitos trabalhistas, além de benefícios. Os trabalhadores seguem esperando a resposta da sede da empresa nos Estados Unidos. “No comunicado formal aos empregados sobre o fim das operações da unidade de São Paulo, a Tyco garantiu a todos os funcionários o pagamento de seus direitos e haveres, conforme a legislação brasileira e que os valores devidos serão depositados dentro dos prazos legais. Em resposta a pedidos de benefícios adicionais, além daqueles garantidos pela legislação brasileira, a companhia irá reunir-se com os representantes do sindicato para debater a proposta”, diz o comunicado. De acordo com a diretoria da empresa “a decisão de concentrar a produção na unidade de Caxias do Sul proporcionará uma redução significativa de custos operacionais para a empresa e para seus clientes, permitindo que a companhia enfrente os desafios da atual crise econômica”.

Cerca de 60 moradores do bairro Vila Brasil, em Itaboraí – Rio de Janeiro (região Sudeste), nesta madrugada, realizam uma grande manifestação na rodovia RJ-104 (antiga Amaral Peixoto), contra o descaso da prefeitura municipal de Itaboraí, que há cerca de 3 semanas não realiza o serviço de coleta de lixo no bairro. Os moradores, com o auxílio de um caminhão particular e carrinhos de mão, além dos próprios braços, levam uma grande parte do lixo que já estava acumulado em frente as casas de cerca de 3 ruas, jogando-os no meio da pista RJ-104, sentido Itaboraí. Com isso, paralisam totalmente o tráfego na rodovia. A PM reprimiu com violência o movimento.

Cerca de 300 jovens de movimentos sociais e estudantis do Brasil e de outros países mobilizam-se em uma marcha em Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste). A marcha teve início na Via do Minério, saindo do bairro operário Barreiro até o centro da capital mineira, onde fica um escritório da Ferrovia Centro Atlântica, que é gerida pela Vale. O objetivo da marcha é protestar contra as demissões em massa e as violações dos direitos trabalhistas, reflexo da crise econômica mundial. Segundo site do MST, somente no estado, foram demitidos 6,7 mil trabalhadores dos setores de mineração e autopeças nos últimos três meses. A atividade de mineração é responsável por aproximadamente 30 % do Produto Interno Bruto (PIB) no estado. A empresa Vale concedeu férias coletivas para mais de 7 mil trabalhadores e o número de demissões pode alcançar os 9 mil, entre trabalhadores diretos e terceirizados. De acordo com informações divulgadas pela Vale, suas reservas atingem um total de 15 bilhões de dólares, ou seja, valor suficiente para arcar com os salários de todos os empregados da mineradora por um período de dez anos. A marcha denuncia os reflexos da crise e a falta de medidas que garantam que os trabalhadores não paguem por ela. Em nota, os jovens afirmam que a defesa da soberania nacional e a organização dos trabalhadores e de toda a sociedade são elementos importantes na busca de soluções para a crise. Ao todo, a marcha percorreu 16 km. Ao chegarem ao escritório da

Ferrovias Centro Atlântica, os manifestantes foram surpreendidos por uma enorme quantidade de viaturas policiais, além da tropa de choque.

Cerca de 100 integrantes da comunidade negra, realizam um ato em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). De acordo com informações da Agência Chasque de Notícias, o ato simbólico ocorre em homenagem ao primeiro presidente negro dos Estados Unidos, Barack Obama. A atividade também comemora os trinta anos da Revista Tição, veículo alternativo da comunidade negra que circulou entre os anos de 1978 e 1980. A atividade inclui também uma caminhada na Rua da Praia, no Centro de Porto Alegre.

Centenas de trabalhadores e centrais sindicais protestam em todo o país pela redução da taxa de juros. O objetivo do protesto é pressionar o Comitê de Política Monetária (COPOM) a baixar a taxa básica Selic hoje estipulada em 13,75%. As manifestações ocorrem nas sedes regionais do Banco Central em Porto Alegre - Rio Grande do Sul, Curitiba - Paraná (região Sul), São Paulo – SP, Belo Horizonte - Minas Gerais, Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) e Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os trabalhadores defendem a redução da Selic como política de estímulo à economia do país e para evitar demissões. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) também quer o corte de juros.

Cerca de 1,5 mil sem-terra participam do 13º Encontro Nacional do MST, em comemoração aos 25 anos do Movimento. O encontro prossegue até o dia 24 de janeiro, na antiga Fazenda Anonni, na cidade de Sarandi - Norte do Rio Grande do Sul (região Sul). Os sem-terra fazem um balanço do período e a projeção para os próximos anos. O coordenador do MST, Cedenir de Oliveira, avalia que um dos principais triunfos do movimento é destinar a terra para a produção de comida e não para a especulação ou para exportação, como predomina no agronegócio. Depois de mais de duas décadas de a fazenda Anonni, no Rio Grande do Sul, ter sido alvo da primeira grande ocupação do MST – no ano de 1985 – a área voltou a entrar para a história da organização como o palco para as comemorações dos seus 25 anos. Trezentas e setenta mil famílias assentadas e cem mil acampadas em todo o país, duas mil escolas públicas em áreas rurais, 400 associações e cooperativas agrícolas. Estes são alguns dos resultados de 25 anos de luta do MST no país, completados neste mês de Janeiro. O integrante da coordenação nacional do MST, João Pedro Stedile, considera que a luta pela Reforma Agrária nos próximos anos exige alianças com demais trabalhadores, como os urbanos. Isso porque a luta pela terra mudou nesses últimos 25 anos. Hoje, além do latifúndio, as transnacionais e muitos governos se colocam como contrários à Reforma Agrária. Segundo Marina dos Santos, da coordenação nacional do MST, os encontros nacionais, que ocorrem a cada dois anos, têm o objetivo de reunir a militância para discutir a situação da agricultura no país e os desafios e lutas do movimento. “Este ano, o diferencial é que também comemoramos 25 anos, então, além do Encontro, haverá uma grande festa no dia 24 na qual iremos reunir uma série de organizações da sociedade civil, personalidades e intelectuais, para também demonstrar o apoio da sociedade civil à luta do MST”. Além de convidados nacionais, 55 amigos estrangeiros do MST são esperados, vindos da Espanha, Noruega, Alemanha, Itália, Venezuela, entre outros países. Na entrada do assentamento, desde o dia 19, a Brigada Militar do Rio Grande do Sul tem feito plantão, parando os veículos que entram, conferindo documentos e

licenças de viagens interestaduais. A polícia tem permanecido na entrada inclusive durante a noite, com fogueiras acesas.

4º feira 21

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc após uma reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e outros quatro ministros anuncia que o governo vai lançar em fevereiro o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar e a lei para redução das queimadas na produção de cana. Segundo Minc, será autorizada expansão da área de cultivo da cana dos atuais sete milhões de hectares para 13 milhões de hectares, até 2017. O governo vetou, no entanto, que a expansão ocorra na Amazônia, no Pantanal e nas regiões de vegetação nativa. No entanto, as usinas de produção de álcool já instaladas nesses biomas serão mantidas. Minc disse que o zoneamento agroecológico valerá apenas para as novas áreas de plantio. O ministro disse ainda que há 40 milhões de hectares disponíveis para a expansão e, por isso, não será necessário avançar sobre áreas protegidas pelo meio ambiente. O governo pretende ainda aprovar uma lei para reduzir as queimadas. Nas áreas novas de expansão da cana, ficará totalmente proibida a utilização de queimadas para facilitar a produção, estas áreas terão ainda tratamento do vinhoto, transformando-o em biofertilizante, e da matéria orgânica para produção de biomassa. A Intenção é reduzir queimadas em áreas já cultivadas. Minc disse que a redução das queimadas representa "um ganho muito importante", porque essa prática elimina matéria orgânica, emite gás carbônico agravando o efeito estufa responsável pelo fenômeno do aquecimento global, e agride o pulmão das pessoas. A lei vai prever punições para os produtores que não reduzirem as queimadas, incluindo restrições ao crédito, multas e interdição da produção. Com isso, o governo pretende produzir um etanol 100% verde.

As centrais sindicais levam milhares de pessoas às ruas em diversas capitais para pressionar o Comitê de Política Monetária (Copom) a baixar a taxa básica de juros (Selic). Enquanto o mercado espera uma queda de 0,5 a 0,75 ponto percentual, as centrais cobram redução de dois pontos. Uma manifestação em frente à sede do Banco Central (BC), na Avenida Paulista, em São Paulo – SP (região Sudeste) mobilizou cerca de 6 mil pessoas, segundo os organizadores, 2 mil segundo divulgado pelo site da Agência Brasil. Como em quase todo o país, o ato reuniu as seis centrais — CUT, Força Sindical, CTB, UGT, Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) e Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB). Os manifestantes partiram de três pontos da cidade e terminaram na Avenida Paulista. O protesto em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) reuniu cerca de 100 pessoas e contou com a participação do presidente da CUT, Artur Henrique, que atacou as “propostas oportunistas” dos empresários em meio à crise. Segundo estimativa da CUT, uma redução de um ponto percentual na taxa de juros já injetaria R\$ 15 bilhões recursos na economia. Em frente ao prédio do BC em Brasília, os manifestantes promoveram o "Churrasco dos juros baixos", assando e distribuindo 150 quilos de sardinha. Parte dos manifestantes estendeu o protesto ao ministro da Fazenda, Guido Mantega. Ainda na capital federal, Sérgio Nobre, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, se reuniu com o presidente Luiz Inácio da Silva e propôs a recriação das câmaras setoriais, envolvendo todas as partes do setor automobilístico. Um seminário no ABC Paulista, previsto para o

final de fevereiro, com a presença de ministros do governo Lula, deve dar curso à proposta. Em Curitiba - Paraná (região Sul), houve passeata com cerca de 300 pessoas em protesto contra o conservadorismo do Copom. Uma reunião de metalúrgicos na entrada da fábrica da GM, no complexo automotivo de Gravataí, marcou os protestos no Rio Grande do Sul (região Sul). À tarde, as centrais realizam um ato pela baixa dos juros no Rio de Janeiro (região Sudeste). A CUT não participou da manifestação no Rio por discordar do processo de acordo iniciado pela Força Sindical com a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), após a crise financeira internacional. O presidente interino da CUT, Darby Igayara informou, que a CUT aceita a redução da jornada, mas sem diminuição de salários. Trabalhadores e sindicatos ligados às centrais sindicais protestam em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). O ato também foi realizado em frente ao prédio do BC. Segundo o jornal Virtual Brasil de Fato, outras oito capitais promoveram atos: Aracaju – Sergipe, Maceió - Alagoas, Salvador - Bahia (região Nordeste) Belo Horizonte - Minas Gerais, Vitória – Espírito Santo (região Sudeste), Florianópolis - Santa Catarina (região Sul), Goiânia – Goiás (região Centro-oeste) e Manaus – Amazonas (região Norte). As centrais sindicais não ficaram satisfeitas com a redução da Selic, de 13,75% para 12,75% ao ano, e informaram que a decisão do Copom do Banco Central deveria ter sido mais ousada. Estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) aponta que a cada um por cento de redução na taxa, os cofres públicos diminuem quinze milhões de reais da dívida pública.

Trabalhadores desocupam a fábrica da Tyco Dinaço localizada em Vila Jaguara, na Zona Oeste de São Paulo (região Sudeste) depois de aprovarem em assembléia um acordo proposto pela direção. O acordo foi feito em uma audiência realizada no Tribunal Regional do Trabalho e prevê que parte dos metalúrgicos receba R\$ 6 mil fixos de indenização. Além disso, segundo o acordo, aqueles sem estabilidade e com cinco anos de empresa devem receber R\$ 1,6 mil extras e os que tiverem mais de cinco anos de casa, R\$ 2 mil ou mais. Eles terão ainda cinco meses de assistência médica e cesta básica. De acordo informações do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, os trabalhadores com doenças profissionais e seqüelas de acidente de trabalho receberão o equivalente a nove salários, além de cesta básica e assistência médica pelo mesmo período. As gestantes receberão os salários de todo o período de estabilidade e até um ano de assistência médica após o parto. Os pagamentos serão feitos no dia 30 de janeiro. A fábrica foi ocupada pelos metalúrgicos no dia 19 de janeiro, depois de receberem telegrama da empresa anunciando o fechamento da unidade e a demissão dos funcionários. A Tyco tem 160 empregados, dos quais 128 foram demitidos. Foram mantidos apenas os da área administrativa.

Ribeirinhos debatem em assembléia com representantes dos governos estadual e federal e dos consórcios responsáveis pelas hidrelétricas, para solucionar os impactos das barragens no Rio Madeira, em Porto Velho - Rondônia (região Norte). Os ribeirinhos reivindicam o reassentamento das famílias desalojadas e indenizações justas. Denúncias do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) apontam que ribeirinhos estão sendo retirados de suas casas desde setembro de 2008 sem serem realocados.

5º feira 22

O Grupo SOMOS, Comunicação, Saúde e Sexualidade comemora a vitória na Justiça da adoção de um menino de 11 anos, pelo companheiro de seu parceiro, que faleceu, após 11 anos de relacionamento homoafetivo. O caso foi julgado na 2ª Vara da Infância e da Juventude, da Comarca de Porto Alegre – rio Grande do Sul (região Sul). O Ministério Público também emite parecer para que fosse alterada a Certidão de Nascimento da criança, fazendo constar na mesma, o nome dos dois adotantes, vedando a denominação de pai e mãe; da mesma forma, determina o mesmo procedimento em relação aos nomes dos avós, sem referência de qual dos adotantes os mesmos são pais. A criança havia sido adotada anteriormente, há cerca de três anos, apenas por um dos adotantes (que era funcionário público federal), para que o processo de adoção fosse mais rápido. No entanto, já naquele momento, a intenção do casal era de fazer uma adoção conjunta. Tal procedimento foi buscado, em 2008, junto à Assessoria Jurídica gratuita do grupo SOMOS, que, imediatamente, ingressou com o respectivo processo judicial. No decorrer do mesmo, no entanto, o primeiro adotante veio a falecer. A Justiça, porém, manteve a tramitação processual, dando ganho de causa ao 2º adotante.

Organizações de defesa dos direitos humanos, com apoio do Sindipetro-RJ, Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos (Cebraspo), Instituto dos Defensores dos Direitos Humanos (IDDH), Rede contra a Violência, Projeto Legal e Movimento Estudantil Popular Revolucionário (MEPR), fazem manifestação em frente à 2º Vara da Infância e da Juventude, no cais do porto do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O objetivo do ato é denunciar e cobrar a punição dos assassinos de um jovem morador do Morro do Cantagalo, Andreu Luis da Silva de Carvalho, de 17 anos, morto por seis agentes do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase). O crime foi praticado nas dependências do Centro de Triagem, instituição destinada a ressocializar jovens infratores. Em 1º de janeiro de 2008, Andreu foi torturado. Levou cadeiradas, mesadas, pontapés, apanhou com cabo de vassoura, teve o rosto coberto por saco plástico e morreu, em consequência da sessão de torturas. Andreu estava detido desde a véspera, acusado de participar de um furto a um coronel norte-americano, na orla da Praia de Ipanema. Dados do Instituto de Segurança Pública apontam que, em 2007, foram mortas em ações policiais 1.335 pessoas no estado e, em 2008, mais de 900. Para as entidades que organizam o ato, os desdobramentos desse caso evidenciam que, no governo Sérgio Cabral do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), está em curso uma política de extermínio e criminalização da pobreza. Eles responsabilizam, sobretudo, o secretário de Segurança José Mariano Beltrame.

Cerca de 150 artistas e produtores se reúnem no Teatro Casa Grande, no Leblon, zona sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), para protestar contra a decisão do estado de leiloar, no próximo dia 27 de janeiro, os cinco andares acima do teatro à iniciativa privada. De acordo com o grupo, que marcou audiência com o governador Sérgio Cabral (PMDB) e que tenta impedir o leilão, os andares teriam sido destinados à criação de um centro cultural por um decreto legislativo de 1994.

Sábado 24

Cerca de 500 militantes da Conlutas, Intersindical, Liga Estratégica Revolucionária – Quarta Internacional (Ler-Qi), PSTU, PSOL, correntes sindicais e lideranças do movimento promovem ato contra as demissões da GM em São José dos Campos – São Paulo (região Sudeste). Os manifestantes protestam contra a demissão de 802 funcionários da GM na última semana. De acordo com o sindicato dos metalúrgicos, "A manifestação faz parte das ações unificadas para ampliar a luta contra as demissões e tentativas de redução de salários e direitos em São José dos Campos e região", informou a entidade. O tema do ato é "Nem demissão, nem redução de salários e direitos. Estabilidade no emprego já". Segundo o jornal Folha de São Paulo, em 2008, a GM do Brasil bateu novo recorde nacional de vendas anuais, com o emplacamento de 548.941 veículos, com uma participação de 19,46% no mercado total brasileiro. Em relação a 2007 --o recorde anterior foi de 498.693 veículos --, houve uma evolução de 50.248 veículos, com crescimento de 10,1% no volume de vendas. Outras empresas como Embraer, Eaton, Gerdau e Ambev também estão fazendo cortes, sob a justificativa da crise, conforme o sindicato.

Mais de 2 mil pessoas participam do ato político-comemorativo dos 25 anos do MST, realizado em Sarandi - Rio Grande do Sul (região Sul). Governadores, prefeitos, deputados, intelectuais e dirigentes políticos nacionais e internacionais levaram seu apoio e reconhecimento à luta do Movimento. O ato encerrou as atividades do 13º Encontro Nacional do MST, que teve início na noite do dia 20 de Janeiro. Segundo site do MST, durante o Encontro, os militantes avaliaram a luta pela terra, a situação da Reforma Agrária e da agricultura no país. O balanço das discussões foi divulgado em um manifesto, em que o MST reafirma o compromisso com a luta pela Reforma Agrária e pelas mudanças necessárias ao país. Segundo o site do Movimento, o governador do Paraná, Roberto Requião (PMDB) declarou no ato que; “O MST não é a doença do Brasil, é a demonstração da saúde, dos que não se dobram diante da tirania, da opressão e da marginalização. O MST no Brasil é o movimento palestino em Gaza. Esse movimento extraordinariamente organizado, que forma militantes em escolas e universidades, é uma graça de Deus para que a paz seja instaurada no país”. “Vocês estão fazendo aquilo que meu pai sempre buscou e pelo qual doou 70 anos de sua vida. Ele sempre disse que o povo precisa se organizar. A história do século XIX é uma história de luta e repressão dos movimentos sociais. No século XX, foi a mesma coisa, apenas a Coluna Prestes não foi derrotada. O MST está seguindo esse exemplo, com muito estudo, para poder transformar o Brasil em um país socialista”, ressaltou Anita Prestes, historiadora e filha dos lutadores comunistas Luiz Carlos Prestes e Olga Benário. Na noite do dia 23 de Janeiro, o MST concedeu o Prêmio Luta pela Terra, comemorativo de seus 25 anos. O prêmio, que existe desde o ano 2000, reconhece entidades, coletivos, personalidades, lutadores e lutadoras sociais com destaque na defesa da Reforma Agrária, do MST, dos movimentos sociais e dos interesses do povo brasileiro. A premiação procura valorizar as iniciativas e lutas de outros movimentos sociais, assim como homenagear aquelas pessoas que dedicaram sua vida em defesa dos interesses do povo brasileiro. Neste ano, foram concedidos 15 prêmios, em várias categorias. O advogado Jacques Alfonsin e o promotor Afonso Henrique Miranda foram homenageados na categoria Amigos da Reforma Agrária. João Zinclar recebeu o prêmio na

categoria fotografia e o Centro de Teatro do Oprimido foi o homenageado na categoria teatro.

Domingo 25

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento Nacional de População de Rua – São Paulo (MNPR-SP), o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – São Paulo (MNCR-SP), moradores e entidades apoiadoras promovem ato na praça da Sé no Centro de São Paulo – SP (região Sudeste). Os manifestantes protestam contra a intenção da prefeitura de demolir os edifícios São Vito e Mercúrio. Cerca de 300 pessoas, segundo CMI, 100 segundo jornal Folha de São Paulo, participam do ato. Aldo Saúda, do Fórum Centro Vivo, afirma que a área, onde se pretende construir uma praça, é reservada para moradia popular pelo Plano Diretor. O prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab do Partido Democrata (DEM), evita os manifestantes. Primeiro, saindo pelos fundos da Catedral da Sé e, depois, saindo mais cedo e sem discursar no ato em comemoração ao aniversário da cidade no Pátio do Colégio.

Aposentados bloqueiam pista da rodovia Presidente Dutra, em São Paulo – SP (região Sudeste). Segundo o jornal Folha de São Paulo, os aposentados protestam contra os reajustes do valor do benefício do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Os segurados do INSS também pedem a atenção dos deputados federais para a aprovação de três projetos de lei de interesse do segmento. Os projetos já foram aprovados no Senado, restando agora a votação na Câmara. O protesto aconteceu como parte da programação do Dia Nacional dos Aposentados, celebrado todos os anos no dia 24 de janeiro.

2º feira 26

O MST lança nota em que cobra o julgamento e a punição ao ruralista Alessandro Meneghel. Meneghel que é presidente da Sociedade Rural do Oeste e está preso desde o início de janeiro por porte ilegal de arma de fogo. O ruralista responde a inquérito por formação de quadrilha e lesões corporais no ataque de supostos seguranças ao acampamento sem-terra na antiga fazenda da Syngenta, em Santa Tereza do Oeste – Paraná (região Sul), no ano de 2007. A área foi desapropriada pelo governo estadual em 2008 e será uma escola agroecológica com o nome de Valmir Mota, trabalhador sem-terra, assassinado no local por milícias de fazendeiros.

Integrantes do MST bloqueiam, durante cerca de quatro horas, a BR-020, que dá acesso a Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), entre os municípios de Formosa e Planaltina. Os sem-terra fizeram o bloqueio para reivindicar a regularização do Assentamento Oziel Alves II, localizado na Fazenda Larga, em Planaltina. Segundo site da Agência Brasil, a Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal (Terracap) vai suspender a ação de reintegração de posse da Fazenda Larga, na cidade satélite de Planaltina. A decisão foi comunicada pelo presidente da Terracap, Antônio Gomes, durante reunião com representantes do MST, do Incra e da PF. Segundo a assessoria de comunicação da Terracap, a ação de reintegração de posse do imóvel será suspensa. A

Terracap informou que está cumprindo o calendário estabelecido com a União, que estipula que a doação da terra ocorra até o dia 8 de março de 2009. Na área de 2,3 mil hectares, pertencentes ao governo do Distrito Federal, estão acampadas, desde 2001, 168 famílias. O MST luta pela transferência da área para a União, para que o Incra possa transformá-lo em assentamento. Eles só deixaram o local com a promessa da reunião no turno da tarde.

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidade responsável pela Campanha Nacional de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo, dos 5.244 trabalhadores que foram resgatados em condições análogas a de escravo em 2008, a partir de 214 denúncias, 2.553 trabalhadores – ou 49% do total – estavam no setor sucroalcooleiro. A pecuária está em segundo lugar neste ranking, com 1.026 trabalhadores resgatados. Em 2007, o Centro-oeste já havia assumido essa liderança, com 40,3% dos libertados, seguido pelo Norte, com 34,1%, e pelo Nordeste, com 12,4%. Os estados campeões em números de denúncias continuam sendo Pará (região Norte), Maranhão (região Nordeste), Mato Grosso (região Centro-oeste) e Tocantins (região Norte). A diferença apresentada no estudo relativo a 2008 foi que o Pará, há anos primeiro lugar também no número de trabalhadores resgatados, ficou dessa vez em segundo lugar, com 811 trabalhadores resgatados em 109 casos. Em primeiro lugar ficou Goiás, com 867 trabalhadores libertados em seis casos. A terceira posição ficou com Alagoas, com 656 trabalhadores resgatados em 3 casos; e Mato Grosso, com 578 resgatados em 32 casos. Em nota, a Pastoral informa que desde 2007 a utilização de mão-de-obra análoga a escravo tem crescido no setor da cana-de-açúcar na mesma velocidade que aumenta o interesse do governo nessa cultura. Segundo a entidade e isso tem prejudicado a compra de álcool por países e investidores estrangeiros, que acabam associando este agrocombustível ao trabalho escravo.

3º feira 27

Trabalhadores de cinco unidades da Gerdau nos estados do Rio Grande do Sul (região Sul), Pernambuco (região Nordeste) e São Paulo (região Sudeste) se reúnem em São Paulo para debater formas de evitar as demissões da empresa no setor. A reunião acontece na Confederação Nacional dos Metalúrgicos, ligada à CUT. Somente no Rio Grande do Sul, a Gerdau estima demitir cerca de 700 trabalhadores.

Participantes do 9º Fórum Social Mundial, concentrados na Praça do Cais do Porto, em Belém – Pará (região Norte), realizam a caminhada que marca a abertura oficial do evento. A caminhada foi marcada por um forte temporal que atingiu parte da cidade de Belém na tarde. Apesar da chuva, milhares de pessoas saíram da Praça do Cais em direção à Praça do Operário, numa caminhada de cerca de quatro quilômetros. Participam da caminhada militantes de várias organizações sociais, sindicalistas, representantes de etnias indígenas, integrantes do MST, políticos e grupos sociais. A programação oficial do Fórum Social Mundial começa no dia 28 de janeiro com a realização de diversos painéis de debates na Universidade Federal do Pará (UFPA) e na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). Segundo a PM, 60 mil pessoas participaram da abertura do evento. A extensão da marcha chegou a mais de 1,5 quilômetro. Movimentos em defesa do meio ambiente, do direito das mulheres, das populações indígenas e negras, dos trabalhadores seguiram juntos pelos quatro quilômetros de percurso. Participantes formavam “alas”, cada uma defendendo

os direitos de segmentos específicos da população. No mesmo espaço estavam, por exemplo, movimentos contrários à instalação de usinas hidrelétricas na Amazônia e trabalhadores do setor elétrico que defendiam a Usina do Belomonte, no Xingu. Uma bandeira da Palestina de três metros foi carregada por toda caminhada. O percurso também foi animado por tambores que tocavam samba, música afro e outros ritmos populares. Até um grande boi inflável passou pela caminhada, carregado por manifestante que utilizava uma máscara do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A alegoria do Greenpeace queria chamar a atenção para o avanço da pecuária na Amazônia. A ex-senadora Heloísa Helena também participou da caminhada. A militante do PSOL foi muito assediada, recebeu abraços e muitos pedidos de fotos. Heloísa Helena não acredita que o Fórum vá apontar soluções para a crise, mas afirma que será um espaço importante para o debate de alternativas. Índios de 380 comunidades apresentaram danças típicas de etnias brasileiras e de outros países da América Latina. Um índio caiapó cantou o Hino Nacional em sua própria língua. Durante a passagem dos participantes em frente à sede da filiada da TV Globo no Pará, ovos foram arremessados contra o prédio. Cerca de 1.500 indígenas segundo jornal O Globo, cerca de 1.200 índios segundo site da Agência Brasil, enfileirados sobre faixas, fizeram um protesto na abertura do evento. A manifestação ocorreu na UFRA. Indígenas do Brasil, Peru, da Bolívia, Colômbia, Venezuela, Guatemala e de outros países das Américas Latina e Central posicionaram-se para escrever a frase “Salve a Amazônia”. O protesto foi organizado pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab). Enquanto isso, aproximadamente 25 mil manifestantes, muitos ligados ao PSTU e Conlutas e também do PCdoB, do PSOL e do PT, marcham nas ruas de Belém contra a liberação de verbas públicas para bancos, a concentração de renda, os ataques de Israel a Gaza, o desmatamento, a corrupção e o preconceito. Já um grupo de cerca de dez pessoas ligadas ao movimento estudantil realizaram um ato em frente ao prédio da Vale, gritando palavras de ordem contra a mineradora, de acordo com o jornal “Folha de São Paulo”.

Cerca de 200 índios, de acordo com informações do Jornal o Estado de São Paulo, contrários à demarcação contínua da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, ocupam o prédio da Funai, em Boa Vista – Roraima (região Norte). Os indígenas exigem 60 passagens aéreas para Brasília – Distrito Federal (região Nordeste), onde pretendem apresentar suas reivindicações diretamente ao presidente da Funai, Márcio Meira. Eles mantêm refém o administrador substituto da fundação, Petrônio Oliveira. A PF cerca o local e tenta negociar com os índios.

Cerca de 500 pessoas participam de uma manifestação na RJ-106 na altura do município de São Pedro da Aldeia, na principal via de acesso à Região dos Lagos no Rio de Janeiro (região Sudeste). Com caixões, moradores de cinco municípios da região bloqueiam um trecho da pista e chamam atenção para mortandade de peixes na Lagoa de Araruama, que, segundo associações de pescadores, chegou hoje a 400 toneladas. O protesto marcou o início de uma audiência pública promovida pelo governo estadual, por meio do Instituto Estadual do Meio Ambiente (Inea), para apurar as causas do problema. Participam da reunião os pescadores e representantes da Prolagos, concessionária do sistema de água e esgoto da região, acusada de jogar esgoto sem tratamento na lagoa. Para o presidente da Colônia de Pescadores da São Pedro, Haroldo Pinheiro, a mortandade foi causada pela abertura das comportas da Prolagos, que despejou esgoto na lagoa. No dia 24, os

pescadores recolheram cerca de 70 toneladas entre sardinhas, carapebas e tainhas e jogaram dez toneladas na sede da Prolagos. A empresa afirma que não tem culpa no incidente. O diretor comercial, Pedro Alves, disse que são várias as causas do problema, entre elas, o excesso de chuvas no mês, que aumentou a quantidade de detritos despejados na lagoa. Para resolver o problema, a expectativa é que o governo use uma draga para desassorear o canal de Itajuru, entre o mar e a lagoa, permitindo a renovação do oxigênio no local. O trabalho deve começar no dia 28 de Janeiro. Os detritos despejados na lagoa fizeram proliferar grande quantidade de algas, que competem com os peixes por oxigênio.

4º feira 28

Moradores dos bairros Guamá e Terra Firme, no Pará (região Norte) lançam carta de repúdio ao Fórum Social Mundial (FSM). Eles reclamam da repressão, discriminação, descaso e exclusão em relação às comunidades vizinhas ao local de realização do evento. Alegam que o acesso é restrito, pois nos campi universitários só entram credenciados. Denunciam ainda, o fechamentos de arenas de futebol, bares e restaurantes, a proibição de festas após as 22:00h e o policiamento ostensivo, além de problemas de infra-estrutura, como falta de água, transporte público caótico, postos de saúde sem médicos e lixo acumulado nas ruas.

José Gonçalves Mendonça, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos – São Paulo (região Sudeste), ligado à Conlutas, é ameaçado de morte após visitar fábrica da Inox, ocupada por trabalhadores em protesto contra atraso nos salários e por garantias de direitos. Segundo site do CMI, três homens encapuzados e armados, disseram para Mendonça deixar a região dentro de 3 dias ou “sumirá” e que ele não deve contar sobre o fato à diretoria do Sindicato. Mendonça registrou Boletim de Ocorrência, por ameaça, no 3º Distrito Policial de São José dos Campos. O Sindicato dos Metalúrgicos também vai entrar com uma representação junto ao Ministério Público do Trabalho, para que seja oficiado ao Ministério Público Federal o pedido de investigação do caso.

Cerca de 100 estudantes do 5º e 6º ano de medicina da Universidade de Santo Amaro (Unisa) realizam protesto, no Monumento às Bandeiras, no Ibirapuera, zona sul de São Paulo – SP (região Sudeste) protestam contra a demissão de 50 dos 150 professores da instituição, conforme o jornal Folha de São Paulo.

Trabalhadores metalúrgicos de todo o estado do Rio Grande do Sul (região Sul) realizam, no município de Horizontina - Rio Grande do Sul, um ato público contra as demissões no setor. A atividade marca o início dos protestos da categoria no estado. Em Horizontina, ocorreu o maior desemprego em massa de metalúrgicos do estado. A empresa de máquinas agrícolas John Deere demitiu em três meses, 742 trabalhadores.

Cerca de 200 pessoas participam de um culto ecumênico, com representantes de todos os países da América do Sul, em homenagem a missionária norte-american Dorothy Stang no primeiro dia do FSM na UFPA, em Belém – Pará (região Norte). Stang foi morta em fevereiro de 2005 por causa de conflitos de terra no município de Anapu, no sudeste do estado. Com orações e pedidos de justiça social, os participantes do ato ecumênico

trocaram abraços ao som de músicas latino-americanas. O primeiro dia de debates do FSM será dedicado aos temas ligados à Pan-Amazônia (Brasil, Bolívia, Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa e Suriname). O líder ambientalista e sindical Chico Mendes, assassinado há 20 anos no Acre, foi homenageado. Organizado pela Fundação Perseu Abramo, ligada ao PT, a homenagem a Chico Mendes terminou com o plantio de cinco mudas de seringueiras no *campus* da UFPA. O presidente da Fundação Perseu Abramo, Nilmário Miranda, ex-ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, se referiu ao ambientalista acreano como “a figura mais emblemática” da defesa da Amazônia. Um ativista indiano, que plantou uma das mudas, comparou a luta de Chico Mendes à perseguição de ambientalistas na Índia, onde, segundo ele, cinco pessoas foram mortas por protestar contra a destruição de rios. A homenagem reuniu cerca de 500 pessoas, entre seringueiros, comunidades extrativistas e muitos militantes do PT na tenda Cuba 50 anos, montada “em parceria” com a Fundação Perseu Abramo. Segundo Miranda, não houve patrocínio do PT para a delegação de participantes de Cuba.

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Extrativas do Pará (Stieapa), que representa mil empregados da mineradora Vale, aceita a proposta de licença remunerada, com o pagamento de metade do salário, oferecida pela empresa. Segundo a Vale, com o Stieapa, os sindicatos que aceitaram a proposta já somam sete entidades, que representam 17 mil funcionários. Nos últimos dias, a Vale fez a proposta de oferecer licença remunerada aos seus funcionários do setor de minério de ferro, com o pagamento de metade dos salários e mais todos os benefícios, até o dia 31 de maio de 2009. O objetivo, segundo a empresa, é ganhar tempo para avaliar os efeitos da crise e evitar demissões. A proposta foi feita a seis sindicatos de Minas Gerais (região Sudeste) e um de Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). Apenas dois sindicatos mineiros a rejeitaram. Mas, depois disso, outros dois sindicatos do Pará (entre eles o Stieapa) se ofereceram, voluntariamente, para aceitar a proposta da Vale. Segundo site da Agência Brasil, devido a crise financeira, a Vale já demitiu 1.300 pessoas e deu férias coletivas de um mês para 5.500 funcionários. Outros 220 empregados estão sendo treinados para exercer outras funções dentro da empresa.

Trabalhadores da Valeo Sistemas Automotivos, fabricante de faróis e lanternas localizada na zona sul da capital paulista – São Paulo (região Sudeste), aprovam a proposta de redução da jornada de trabalho e de salário, com garantia de emprego. A partir de 1º de fevereiro, a jornada será reduzida em um dia de trabalho por semana e os salários, em 15%. O acordo vale por três meses e garante estabilidade no emprego até 45 dias após o final deste prazo. O acordo negociado é válido para os cerca de 800 trabalhadores da produção e do setor administrativo.

Dezenas de manifestantes protestam na Praça dos Três Poderes, em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF) no Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste), contra a impunidade dos acusados pela Chacina de Unai (Minas Gerais), que está completando cinco anos. Segundo site da Agência Brasil, até o momento, nenhum dos sete acusados do assassinato de três auditores fiscais e de um motorista foi julgado. Representantes do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho e da Associação dos Auditores Fiscais do Trabalho de Minas Gerais, além de viúvas e parentes dos auditores assassinados, vestidos de preto soltaram balões pretos, simbolizando o estado de luto em função morosidade no julgamento. A chacina ocorreu no dia 28 de janeiro de 2004. Os auditores

fiscais do trabalho Eratóstenes de Almeida Gonçalves, João Batista Soares Lage e Nelson José da Silva e o motorista Aílton Pereira de Oliveira foram mortos ao vistoriar fazendas na região rural de Unaí. No mesmo ano, a Justiça Federal em Belo Horizonte decidiu que oito dos nove acusados iriam a júri popular, à exceção de Antério Mânica, prefeito reeleito de Unaí, que, por isso, tem direito a julgamento em foro especial. Em 2005, o processo foi para o 1º Tribunal Regional Federal, em Brasília, e desde então foram desencadeados diversos recursos judiciais. Os manifestantes reivindicam justiça na resolução do caso. De acordo com o presidente da Associação dos Auditores Fiscais do Trabalho de Minas Gerais, José Augusto de Paula Freitas, os manifestantes querem também que o Estado brasileiro se posicione em defesa da sociedade e promova o julgamento dos acusados. Segundo ele, o clamor de justiça esbarra em sucessivas protelações e recursos judiciais.

Cerca de 50 famílias sem-terra, de acordo com informações da Agência Chasque de Notícias, ocupam a Fazenda Araçá, em Marmeleiro – Paraná (região Sul). Elas reivindicam que o Incra implemente um assentamento no local da fazenda. A área já pertence ao órgão, mas havia sido repassada a um médico na década de oitenta por meio de uma autorização de ocupação. O documento foi cancelado pelo próprio Incra mais tarde, por ser ilegítimo, pois a área teria de ser utilizada por pequenos agricultores, para agricultura familiar. O Incra afirma que está cancelando as autorizações. Na luta pela implantação de um projeto de assentamento no local, uma outra parte da fazenda já havia sido ocupada por 100 famílias do MST em 2006. Elas foram despejadas em junho de 2007, porém, no mês seguinte, reocuparam a fazenda, permanecendo até hoje no local.

5º feira 29

A fábrica Inox, em São José dos Campos – São Paulo (região Sudeste) proíbe os funcionários, através da utilização da PM, de entrarem no local. Os funcionários reivindicam garantia de direitos trabalhistas e pagamento dos salários atrasados. Há meses, a empresa acumula dívidas com seus funcionários e numa decisão judicial, no dia 22 de janeiro, o Ministério Público do Trabalho determinou que uma comissão de 7 trabalhadores assumisse o controle da empresa até que todas as dívidas fossem quitadas.

Cerca de 300 camelôs fazem passeata contra as operações do choque de ordem, no Centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Segundo jornal O Globo, o ato foi organizado pelo Movimento Unido dos Camelôs (Muca), entidade vinculada à CUT que afirma representar 3.700 ambulantes. O Muca atua para reivindicar recadastramento e demarcação de pontos de atuação em áreas como Praça Quinze, Central do Brasil, Lapa e Rodoviária Novo Rio. Os manifestantes, além de criticar o prefeito da cidade Eduardo Paes (PMDB), acusam fiscais da Secretaria Especial da Ordem Pública (Seop) de truculência. O prefeito declarou que o protesto é organizado por empresários atacadistas que trabalham com produtos clandestinos para o comércio ambulante.

Cerca de 250 famílias fazem protesto contra mandado de reintegração de posse de terreno, pertencente à Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), situado na Rua Terra Brasileira, na Zona Leste de São Paulo – SP (região Sudeste). De acordo com a PM, após negociação, cerca de 300 pessoas foram pacificamente retiradas.

Metalúrgicos das fábricas de autopeças MWM Motores e Sabó, ambas na zona sul de São Paulo - SP (região Sudeste), aprovam propostas de redução de jornada de trabalho e de salário, para evitar a demissão de 700 trabalhadores. Na MWM, a redução da jornada é de 20% e a dos salários, de 17,5%. O acordo, válido a partir do dia 1º de fevereiro, é de 90 dias e garante estabilidade por até 135 dias. Para os funcionários da Sabó, a jornada será reduzida em um dia da semana e os salários, em 12%, respeitando o piso de R\$ 920 da categoria. O acordo é válido por até 90 dias, a partir de 2 de fevereiro, e garante estabilidade de seis meses segundo Jornal Folha de São Paulo e de quatro meses e meio segundo a Agência Brasil.

Manifestantes realizam passeata contra as demissões causadas pela crise internacional. A manifestação teve início na UEPA onde ocorre o 9º Fórum Social Mundial. Os manifestantes seguiram pela Avenida Almirante Barroso até a Praça do Operário onde ocorreu o encerramento da marcha de abertura do Fórum. Participam do ato, militantes do PSTU, Conlutas, Intersindical, P-SOL e outros participantes do Fórum. O ato tem por objetivo protestar contra as demissões e pede que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva decrete uma medida provisória para garantir a estabilidade dos empregos. De acordo com André Freire, da direção nacional do PSTU, só em dezembro, foram mais de 1 milhão de demissões". A manifestação ocorreu pouco antes do início do encontro entre os presidentes Fernando Lugo (Paraguai), Evo Morales (Bolívia), Hugo Chávez (Venezuela) e Rafael Corrêa (Equador). O protesto pede que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva decrete uma medida provisória para garantir a estabilidade dos empregos. Na atividade organizada pela Via Campesina, os representantes dos países latino-americanos expressaram durante quase quatro horas seus anseios em construir um modelo de desenvolvimento alternativo ao neoliberalismo. O primeiro presidente a discursar foi Rafael Correa, que enfatizou a necessidade de integração dos países da América Latina para o enfrentamento da crise econômica. "É muito interessante que todas essas propostas sobre um novo sistema estejam sendo discutidas no Fórum, porque o atual modelo capitalista, perverso, baseado na cobiça, está em crise. E o Fórum abre esse espaço em busca dessa solução", disse Correa. Em seguida, foi a vez do presidente do Paraguai, Fernando Lugo, fazer suas considerações sobre a crise econômica atual e os reflexos do sistema na sociedade. Para ele, a solução passa pela integração dos povos de economia emergente, nesse caso, os países da América Latina. "É preciso unir forças", disse. Para o presidente da Bolívia, Evo Morales, a presença dos quatro países neste encontro já representou a união de forças "Os quatro presidentes presentes aqui é graças à luta de vocês. Luta essa contra o neoliberalismo e que está nos movimentos sociais", afirmou. Encerrando os discursos, o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, pediu que o novo presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, devolva a Base de Guantánamo a Cuba. O presidente venezuelano avaliou como positiva a decisão de Obama de fechar a prisão, mas disse que espera que o novo governo tenha "mais respeito ao povo da Venezuela, mais respeito à soberania venezuelana. Ele disse ainda que o ex-presidente dos EUA George W. Bush deveria ser julgado em tribunais internacionais por genocídio. Para Chávez, a potência da América Latina é o povo unido. "Aqui está a utopia de um novo mundo. Um mundo que está virando realidade", disse. João Pedro Stedile, integrante da coordenação nacional do MST e da Via Campesina, também esteve presente representando os movimentos sociais ali reunidos. Stedile esclareceu o motivo de o presidente Lula não compor a mesa, fato que gerou algumas indagações sobre a atividade: "O presidente Lula não participou porque essa atividade é consequência de uma série de

encontros e reuniões de movimentos sociais, a partir da campanha continental contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alça). Por isso, participaram apenas entidades, organizações e autoridades que estão envolvidos nesse processo", explicou.

Cerca de 200 pessoas, entre advogados, empresários e trabalhadores, realizam um protesto em frente à sede do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os manifestantes cobraram medidas emergenciais para solucionar principalmente problemas no sistema de informática do TRT. De acordo com o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro (OAB-RJ), Wadih Damous, a atual rede de computadores do tribunal não tem capacidade técnica para receber o sistema implantado, o que acaba dificultando o acesso aos serviços, atrasando a marcação de audiências e o pagamento ao trabalhador de quantias determinadas pela Justiça.

O Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba no estado do Paraná (região Sul) entra com uma ação no Ministério Público estadual contra a empresa Bosch. De acordo com o presidente do sindicato, Sérgio Butka, a empresa vem fazendo pressão para que os trabalhadores aceitem a proposta de redução de salário e de jornada de trabalho. Desde o ano passado, o sindicato e a empresa negociam um acordo trabalhista. De acordo com Butka, em média, um trabalhador da Bosch ganha entre R\$ 1.200 e 1.500, caso o salário fosse reduzido como é proposto pela empresa, o valor ficaria em R\$ 800. Em nota oficial, a Bosch nega as acusações e confirma que vem mantendo contatos com os trabalhadores seguindo o “princípio da transparência”. “A empresa considera que a redução da jornada de trabalho com redução de salário, prevista em lei, é a solução necessária para adequar o grau de ocupação de pessoal à demanda atual”, informa o comunicado de imprensa. O comunicado diz ainda que a multinacional alemã se mantém aberta ao diálogo com o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba.

6º feira 30

Moradores de Taguatinga e do centro do Plano Piloto, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) fazem mobilização contra o aumento das passagens. O aumento foi anunciado pelo secretário de transportes Alberto Fraga e pelos donos das empresas de ônibus e microônibus. Os manifestantes distribuíram cerca de 30 mil panfletos com as denúncias que incluem a precariedade do sistema de transporte público do Distrito Federal, salários baixos para os funcionários das empresas de transporte, pouca manutenção, ônibus velhos que continuam circulando, e outros. No fim da tarde teve início uma mobilização com aproximadamente 40 pessoas por toda a Rodoviária do Plano Piloto.

Funcionários da fabricante de autopeças Samot aprovam acordo de redução da jornada de trabalho (20%) e de salário (15%) com a promessa da empresa de não efetuar nenhuma demissão por 180 dias, em São Paulo (região Sudeste), conforme reportagem do jornal “O Globo”. Este é o quarto acordo do tipo aprovado na semana por trabalhadores de empresas da base do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, ligado à Força Sindical.

Manifestantes ligados ao Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) fazem passeata contra a homofobia e a candidatura de José Sarney (PMDB-AP) à presidência do Senado no FSM, em Belém – Pará (região Norte)..

Metalúrgicos da região da Serra se mobilizam no município de Caxias do Sul - Paraná (região Sul). O ato ocorre em defesa do emprego e dos salários. Os trabalhadores realizam assembleias em frente às empresas Voges e Mundial. Depois, os metalúrgicos seguem para as rodovias BR-116 e RS-122 e param o trânsito por duas horas. Na semana passada, trabalhadores do Grupo Randon aceitaram o acordo da empresa que reduz a jornada de trabalho semanal e o salário. No entanto o sindicato da categoria afirma que a proposta não é a ideal e critica a redução do salário.

Sábado 31

Integrantes da organização paraense Vegetarianos em Ação (VEM) e de entidades como a Ativismo Vegetariano (Ativeg) protestam contra a matança de animais durante as atividades do FSM, em Belém – Pará (região Norte). Eles simulam a caça e a morte de humanos nas mesmas condições em que os animais são abatidos. Enquanto isso, ainda no mesmo dia, manifestantes fazem uma marcha pela legalização da maconha, de acordo com os jornais O Globo e Folha de São Paulo.

O presidente Lula aproveita a reunião com o Conselho Internacional do Fórum Social Mundial para dar uma resposta ao MST e à Via Campesina, que o excluíram de um encontro para o qual convidaram outros quatro presidentes latinos, em Belém – Pará (região Norte). De acordo com o jornal O Globo, o presidente anunciou os novos números da Reforma Agrária, que mostram que 519.111 famílias foram assentadas no país entre 2003 e 2008, representando “59% de toda a história do país nesse nosso período de governo”.

Moradores da periferia de Belém – Pará (região Norte) protestam contra a 9º edição do FSM. Eles reclamaram que o ingresso de R\$ 30 excluiu a comunidade do bairro Terra Firme. O bairro fica próximo ao *campus* da UFRA, um dos locais onde o FSM está sendo realizado. Há dois dias, contou o líder comunitário Francisco Batista, moradores da lugar foram impedidos de entrar na universidade para ver um show porque não tinham dinheiro para pagar o ingresso. Francisco Batista aproveitou a realização do tribunal popular que pediu a descriminalização da pobreza e a legalização da maconha para convocar uma caminhada até o bairro, durante a qual houve um protesto contra a falta de acesso dos moradores do local ao megaevento. Antes de aderir ao protesto em solidariedade aos moradores do bairro Terra Firme, os defensores da descriminalização da pobreza condenaram, no tribunal popular, o Estado, a mídia e a sociedade como um todo porque, segundo eles, apóiam a criminalização dos pobres.

Um grupo de 30 índios do Vale do Javari, no Amazonas (região Norte), ocupa uma das tendas de debate do FSM para protestar contra a morte de indígenas por hepatite nas tribos da região e denunciar a falta de solução por parte da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e do Ministério da Saúde (Funasa). O grupo interrompeu um debate da Fundação Perseu Abramo, na tenda Cuba 50 anos, e subiu ao palco para denunciar o surto da doença, que,

segundo as lideranças, atinge seis etnias desde a década de 80. “Queremos chamar a atenção porque estamos morrendo e se ninguém tomar providências esses povos serão extintos em 20 ou 30 anos”, afirmou o líder Jorge Marubo. De acordo com Marubo, a hepatite já matou mais de cem índios do Vale do Javari e o número de mortes pode ser ainda maior porque a hepatite facilita o contágio por outras doenças, como a malária. Cerca de quatro mil índios vivem no Vale do Javari em mais de 50 comunidades. As 6 etnias (Matis, Kurubo, Maiuruna, Marubo, Kurina, Kanamari) que vivem no Vale do Javari, divisa entre Brasil, Colômbia e Peru, entregaram uma Moção de Apoio ao Parlamento Europeu que está representado no Fórum por Vitorio Agnoletti. O representante do Parlamento Europeu aponta dois caminhos a serem percorridos imediatamente: trazer uma delegação europeia para falar com o governo brasileiro e promover um encontro entre representantes da União Europeia, América Latina e Brasil para resolver essa e outras situações dos povos das fronteiras. Outra necessidade que as crianças e jovens enfrentam é a falta de estrutura para freqüentarem a escola. Precisam de uma casa na cidade, ajuda para se alimentar e material escolar.

A Assembléia das Assembléias, última atividade do FSM em Belém – Pará (região Norte) encerra o encontro. Apesar da lama que cobria todo o chão e da chuva, algumas centenas de pessoas se reuniram em frente ao palco principal da UFRA para ouvir as deliberações das 22 assembléias realizadas pela manhã. Os diferentes movimentos sociais representados no megaevento apresentaram uma síntese dos principais assuntos discutidos e parte deles se comprometeu em transformar as reivindicações em mobilização. As mulheres, por exemplo, pediram a segurança do emprego durante a crise e a legalização do aborto. Também não faltaram pedidos pela retirada das tropas israelenses do território Palestino. Já a plenária sobre crise mundial pediu que a Organização das Nações Unidas (ONU) seja a mediadora nas negociações da crise econômica.

Glossário de Siglas

Conlutas	Coordenação Nacional de Lutas
CTB	Central dos Trabalhadores do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FSM	Forum Social Mundial
Funai	Fundação Nacional do Índio
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
ONG	Organização Não Governamental
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade

PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
Sindipetro	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo no estado do Rio de Janeiro
STF	Supremo Tribunal Federal
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UGT	União Geral de Trabalhadores



OSAL

Observatorio Social de América Latina
Publicación electrónica

Cronología del Conflicto Social

R

A

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales



CLACSO

Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais

Documento de trabajo N° 228

*Realizado por
el Comité de Seguimiento
del Conflicto Social y la Coyuntura
Latinoamericana de R*



Integrantes Juan

Diarios E

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.

La responsabilidad por las opiniones expresadas en los artículos, estudios y otras colaboraciones incumbe exclusivamente a los autores firmantes, y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina (OSAL)** constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinado a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado constituye uno de los resultados de este trabajo de documentación y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un documento de trabajo en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social llevadas a cabo durante el mes indicado en uno de los 19 países relevados.

La cronología presentada ha sido elaborada por alguno de los diversos **Comités de Seguimiento del Conflicto Social** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación de un equipo de investigación que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

Comités de Seguimiento del Conflicto y la Coyuntura Latinoamericana

PAIS	INSTITUCION	RESPONSABLES
Guatemala	FLACSO	Simona Yagenova Mario Castañeda
Colombia	Escuela Nacional Sindical	Guillermo Correa Diana Cárdenas
Paraguay	Centro de Documentación de Estudios	Quintín Riquelme
Ecuador	CIUDAD	Mario Unda Hugo González
Bolivia	CIDES – UMSA	Dunia Mokrani Chávez Pilar Uriona Crespo
Chile	ARCIS	Juan Carlos Gómez Leyton
Perú	Instituto de Estudios Peruanos	Ramón Pajuelo
Brasil	LPP	Roberto Leher
Argentina y Uruguay	PIMSA (Argentina)	María Celia Cotarelo
México	UNAM	Massimo Modonesi Lucio Oliver
Panamá, El Salvador, Nicaragua Honduras y Costa Rica	CELA (Panamá)	Marco A. Gandásegui, h.
República Dominicana y Puerto Rico	Centro Juan Montalvo (Rep. Dominicana)	Mario Serrano Juan Luis Corporán
Venezuela	PROVEA	Marino Alvarado Marco Antonio Ponce
Costa Rica	IIS	Sindy Mora Solano

BRASIL

Cronologia do Conflito Social

Fevereiro 2009

Domingo 01

Um grupo de sete pistoleiros fortemente armados invadem o assentamento Alcobaça do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no município de Breu Branco, Pará (região Norte). Segundo site do MST, os pistoleiros dispararam contra os trabalhadores assentados e o trabalhador Manoel Francisco Silva Souza, o “Chico Dente de Ouro”, foi atingido na cabeça e morreu.. Conforme site do Movimento, os pistoleiros, após constatarem que Manoel estava morto, obrigaram uma criança a abrir e tirar de sua boca a prótese dentária com o dente de ouro. O dente seria entregue aos patrões, como uma prova de que “Chico Dente de Ouro” realmente estava morto. Antes de deixar o acampamento, os pistoleiros atearam fogo em ao menos dez casas, queimando inclusive documentos pessoais de seus residentes. As 58 famílias foram forçadas a abandonar o local. Todas elas estão agora na cidade de Breu Branco, sem ter onde ficar e muitas com a roupa do corpo pois, seus pertences foram queimados. O Movimento denuncia que apesar de Chico possuir todos os documentos de identificação foi sepultado com outro nome (Cícero) e como indigente sob a alegação de que não possuía qualquer registro que o identificasse. Os assentados apontam como possíveis mandantes deste ato violento os fazendeiros Vandeir e Gildásio, ambos residentes no município de Breu Branco. Outras lideranças continuam sendo ameaçadas de morte, entre elas o senhor Domingos. Segundo testemunhas, um pistoleiro já teria sido contratado por R\$ 12 mil para matá-lo. No ano de 1998, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) criou o Projeto de Assentamento Alcobaça e como a área não comportava todas as famílias, foi feita uma complementação com partes das duas áreas onde atualmente estão os dois fazendeiros. Estas duas áreas, na época, pertenciam a outros proprietários, que por não concordarem com a desapropriação feita, as venderam, mesmo após o assentamento das famílias. Os últimos compradores foram Gildásio e Vandeir, que a partir de então começaram a ameaçar os assentados. Depois de várias ameaças, as 58 famílias assentadas abandonaram seus lotes. Entretanto, desde o dia 20 de janeiro, muitas delas começaram a articular o retorno à área. Uma reunião com o Incra foi marcada para o dia 30 de janeiro, na Câmara Municipal de Breu Branco, porém, o órgão, não compareceu e nem apresentou qualquer justificativa. As famílias decidiram então retornar para os lotes por conta própria. Ao retornarem os pistoleiros entraram em ação, matando Chico Dente de Ouro e expulsando todos.

Desemprego afeta mais mulheres, jovens, pretas ou pardas e com pelo menos o Ensino Médio completo, segundo dados da Pesquisa Mensal de emprego (PME), levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Conforme divulgado pelo jornal Folha de São Paulo, as mulheres representam, na média de 2008, 58,1% dos desocupados no país. O percentual em dezembro, quando a crise do capitalismo havia se instalado, era de 58,4%. Já em 2003, estava em 54,6%, sendo que elas ganhavam 70% do salário dos

homens. De acordo com a pesquisa, cresce a taxa de desempregados com mais de 11 anos de estudo: de 39,9%, parcela de 2003, passou para 52,9%, sob impacto do maior nível de escolarização no país e do ingresso das mulheres no mercado de trabalho. Em dezembro, o percentual ainda avançou mais um pouco para 53,6%. Segundo o IBGE, pretos e pardos representam 52,4% dos 1,606 milhão de desocupados nas seis principais regiões metropolitanas em dezembro de 2008.

2º feira 02

Metalúrgicos da empresa Olympus aprovam acordo de redução da jornada de trabalho em 20% nos meses de fevereiro e março. O salário ficou reduzido em 15% e os funcionários conseguiram estabilidade no emprego até o dia 30 de setembro. “Já garantimos estabilidade no emprego para cerca de 5.600 trabalhadores dessas empresas com as quais negociamos e evitamos cerca de 1.600 demissões imediatas. O processo de negociação com as empresas que estão nos procurando também está impedindo demissões”, afirma Miguel Torres, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi. Além da Olympus, o sindicato também conseguiu outros cinco acordos com empresas de São Paulo (região Sudeste) para redução da jornada de trabalho e outros dois que garantem os empregos dos trabalhadores nos próximos 5 meses.

Cerca de 50 índios bloqueiam o tráfego na rodovia estadual MS-156 na altura do município de Dourados – Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). Segundo a Polícia Rodoviária do estado, os indígenas fecharam a estrada por volta das 7h. Os indígenas reivindicam mudanças na chefia da superintendência regional da Fundação Nacional do Índio (Funai), atualmente ocupada pela servidora Margarida Nicoletti. Por meio da assessoria de imprensa, a Funai refutou a possibilidade de mudança. Este protesto, é o segundo realizado em Dourados em menos de uma semana. No dia 27 de Janeiro, índios ocuparam a sede da Funai na cidade para pedir que Margarida deixasse o cargo. Após a reintegração de posse, os índios montaram acampamento em frente a sede e permanecem no local.

A empreiteira Norberto Odebrecht responde às críticas de representantes de movimentos sociais e Organizações Não-Governamentais (ONGs) estrangeiras que atribuíram a ela prejuízos ambientais causados ao Equador, à Bolívia e ao Paraguai. A Odebrecht havia sido citada em uma das plenárias promovidas durante o Fórum Social Mundial (FSM), realizado em Belém, como uma das empresas prejudiciais aos países nos quais mantém negócios. Além dela, a Petrobras e o governo brasileiro, mais especificamente o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), foram criticados por realizar ou promover atividades de impacto ambiental e social negativo. Em comunicado divulgado por sua assessoria de imprensa, a Odebrecht, responsável por obras de infra-estrutura nos três países, informou que cumpre a legislação dessas nações e que, além disso, toma medidas de preservação por iniciativa própria. A construtora afirma que seus empreendimentos colaboram com o desenvolvimento socioeconômico e com a melhoria da qualidade de vida da população local. E, em todas as regiões em que atua, a Odebrecht diz que realiza programas complementares de educação, saúde, cultura, formação profissional e de apoio a atividades produtivas nativas. O BNDES informa, também por meio de sua assessoria de

imprensa, que todos os projetos que financia, no Brasil ou em outros países, são avaliados sob os mesmos critérios. De acordo com o banco, balanços sobre o impacto das obras apoiadas fazem parte das avaliações da instituição. O banco também informou que acompanha a execução de todos os projetos que financia. Se for constatado o descumprimento de alguma exigência, o banco suspende a liberação de recursos ou reduz o prazo de pagamento dos empréstimos.

Moradores da favela de Paraisópolis, em São Paulo – SP (região Sudeste), realizam protesto contra a morte do morador Marcos Porcino, de 25 anos. De acordo os jornais Folha de São Paulo e O Globo, testemunhas afirmam que os moradores organizaram - por ordem dos traficantes - a manifestação contra a morte de Porcino, que teria sido baleado por policiais em confronto no dia 1 de fevereiro, e a prisão de uma segunda pessoa. A polícia declarou que Porcino era um fugitivo da Penitenciária de Franco da Rocha e o motivo da prisão não foi divulgado. Os manifestantes queimaram pneus e pedaços de madeira, interditando algumas vias de acesso da favela. Houve confronto entre os moradores da favela e a polícia que recorreu a bombas de efeito moral para dispersar a manifestação. Conforme a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, três policiais foram feridos à bala durante o ato. O secretário de Segurança, Ronaldo Marzagão, não confirmou a existência de feridos entre os manifestantes.

Vigilantes realizam manifestação por reajuste salarial nas ruas centrais de Curitiba – Paraná (região Sul), como parte da greve dos trabalhadores da segurança privada. De acordo com balanço divulgado pelo Sindicato dos Vigilantes de Curitiba e Região, 130 agências estavam fechadas em Curitiba, o que significaria que 60% da categoria aderiu à greve. As empresas estimam uma adesão menor. Os vigilantes pedem um reajuste salarial equivalente à inflação do último ano (cerca de 7%) mais 5% de aumento real, além de elevação no adicional de risco da categoria, vale-refeição de R\$ 15 e uma hora de intervalo para alimentação. O piso atual dos vigilantes é de R\$ 890.

Cerca de 100 soldados, cabos sargentos e sub-oficiais da PM e do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina (região Sul), familiares e apoiadores do movimento dos praças protestam contra a punição dos militares em frente ao Quartel do Comando Geral de Santa Catarina durante a tomada do depoimento do soldado Nilton Hélio Tolentino Junior, lotado na 12ª Guarnição Especial do Norte da Ilha, na Corregedoria da PM. Esse é o primeiro depoimento para Conselho de Disciplina entre os 16 PM's que estão passando por processo de demissão sumária. As acusações eram de participar de manifestação pelo cumprimento da Lei 254, que garante um aumento salarial de 93,81% à toda segurança pública do estado, e subir no mastro do quartel para retirar a bandeira nacional. No entanto, a bandeira nunca foi hasteada naquela unidade, contesta o sargento da reserva, Manoel João da Costa. Com mais de 20 anos dedicado à Polícia Militar, o soldado Nilton atualmente serve no Pelotão de Patrulhamento Tático (PPT), mas foi afastado, por estar submetido ao Conselho de Disciplina, para cumprir serviço administrativo na sede da 1ª Região Policial Militar. A Associação de Praças de Santa Catarina (Aprasc) vai ressarcir a perda financeira, por deixar de fazer hora extra, que ele tiver durante o processo. A passeata de solidariedade, chamada de marcha pela liberdade e contra inquisição, tem a participação de representantes das regiões Meio-oeste, Litoral Norte e Sul. Essa é a quinta manifestação do ano. O protesto tem a apresentação do teatro do Movimento Unificado Contra as Privatizações (Mucap), do

qual a Aprasc faz parte, do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis (Sinergia), Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço (Sindprevs), Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região (Seeb), Sindicato dos Trabalhadores no Transporte Urbano da Grande Florianópolis (Sintraturb), Sindicato dos Trabalhadores da Saúde (Sindsaúde) e MST.

3º feira 03

Trabalhadores de diversas categorias do Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) realizam assembléia para reivindicar melhores condições de trabalho. Aeroportuários, vigilantes, comerciários, servidores federais, bancários são algumas das categorias. Entre as reivindicações estão o cumprimento dos acordos coletivos de cada categoria, feitos anteriormente com as entidades sindicais, condições dignas de trabalho, transporte público que atenda à demanda e alimentação com preços acessíveis, estacionamento gratuito e seguro e fim do assédio moral praticado pelos gestores. De acordo com o representante do Sindicato Nacional dos Aeroportuários, Francisco Barros, o objetivo da assembléia “é chamar a atenção da direção da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) para que cumpram a lei e dêem boas condições de trabalho”. Ele destacou a importância da luta contra a privatização da Infraero. “Se a iniciativa privada quiser concorrer com a gente, a lei permite, o que não dá para aceitar é que eles peguem o nosso aeroporto que já está pronto”.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) fecha acordo com a Associação Nacional dos Sindicatos da Micro e Pequena Indústria (Assimp) e o Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo (Simpipi). O objetivo do acordo é garantir a manutenção dos empregos e dos salários em troca de redução da carga tributária durante quatro meses, mais alongamento do perfil das dívidas que o setor tem junto ao sistema financeiro. Para isso, a CUT e as entidades irão buscar o governo federal e os estaduais. Em troca, as empresas devem manter os empregos diretos. O setor emprega cerca de 3 milhões de trabalhadores.

Cerca de 50 índios mantêm, desde o dia 2 de fevereiro, um bloqueio na rodovia estadual MS-156, em um trecho no município de Dourados, em Mato Grosso do Sul (região Sul). Os índios reivindicam a saída da atual superintendente regional da Funai, Margarida Nicoletti. Por meio da assessoria de imprensa, a Funai refutou a possibilidade de mudança. Seis vereadores de cidades próximas a Dourados reuniram-se na Câmara de Vereadores do município para discutir os protestos. O encontro foi organizado pelo vereador de Dourados, Dirceu Longhi do Partido dos Trabalhadores (PT). De acordo com o vereador, os protestos estão sendo promovidos por índios, em sua grande maioria, da etnia Terena. Ele disse, entretanto, que índios de outras etnias, como a Guarani-Kaiowá, apóiam a atual administração regional da Funai. Segundo Longhi, frente à divisão entre os próprios índios, os vereadores reunidos decidiram apoiar qualquer consenso entre a comunidade indígena da região. Em reunião realizada na cidade, líderes das etnias Guarani-Kaiowá, Guarani-Ñandeva e Terena defenderam a permanência de Margarida Nicoletti na chefia do escritório

regional do órgão. Vinte e oito lideranças indígenas decidiram não apoiar os protestos contra a direção da superintendência regional da Funai. Os índios defendem que ela fique no cargo e que seja iniciada uma discussão para indicação de um líder indígena que, futuramente, possa substituí-la. As lideranças vão pedir aos manifestantes o fim dos protestos mas, adiantou que a negociação será complicada, pois os manifestantes sequer consultaram os líderes da região antes de ocupar a Funai e bloquear a rodovia. O bloqueio faz parte de uma série de protestos que vêm sendo realizados contra os atuais dirigentes da Superintendência Regional da Funai em Dourados. No dia 27 de janeiro, o mesmo grupo de indígenas que bloqueou a estrada e ocupou a sede da Funai em Dourados. O escritório regional foi desocupado, após a Justiça determinar a reintegração de posse do local. Entretanto, alguns pessoas permanecem acampadas em frente ao prédio.

A Organização Não Governamental (ONG) Survival International lança campanha mundial para “salvar da aniquilação” indígenas brasileiros da tribo Awá, que vivem em quatro reservas no Maranhão (região Nordeste), em especial grupos nômades que vivem isolados. Segundo o jornal Folha de São Paulo, contabiliza-se cerca de 300 indivíduos, dos quais estima-se que aproximadamente 60 sejam nômades isolados. A campanha inclui enviar cartas ao Banco Mundial, União Européia e Parlamento Europeu para pressionar o Brasil a resolver os problemas fundiários na região.

4º feira 04

Índios desbloqueiam a rodovia MS-156 em Dourados, Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). A MS-156 havia sido bloqueada por cerca de 50 indígenas no dia 2 de fevereiro. O bloqueio faz parte de uma série de protestos pela saída da atual superintendente regional da Funai, Margarida Nicoletti. Os índios reivindicavam que ela seja substituída por uma liderança indígena mas, a Funai, descarta qualquer mudança na chefia do escritório. Uma assembleia de lideranças de aldeias localizadas nas redondezas de Dourados, realizada no dia 3 de fevereiro, também decidiu pela manutenção de Nicoletti no cargo. Os líderes de 28 comunidades informaram ainda que os protestos realizados não retratavam a opinião da maioria dos índios locais.

O trabalhador rural, José Campos Braga, de 56 anos, é encontrado morto, no final da tarde na área de Fundo de Pasto de Areia Grande, município de Casa Nova, no sertão do estado da Bahia (região Nordeste). A comunidade de Areia Grande denuncia que há duas semanas grileiros tentavam entrar na área. O fato foi comunicado à polícia, mas nenhuma providência foi tomada. Segundo site do MST, desde o início dos conflitos, em 2008, pistoleiros rondam e fazem ameaças, todas denunciadas à polícia local. Porém, de acordo com o delegado que assumiu recentemente o cargo, não existe nenhum registro dessas ocorrências. No final de 2008, o Juiz de Casa Nova acolheu a ação de desapropriação proposta pela procuradoria geral do Estado, suspendendo as ações que tramitavam sobre o caso na comarca de Casa Nova. As quase 400 famílias das comunidades da Areia Grande comemoraram o fato de não terem sido expulsas do local. As comunidades exigem a investigação e punição dos responsáveis, sobretudo a garantia da segurança e da vida dos trabalhadores, bem como o reconhecimento dos seus direitos territoriais sobre a área de Fundo de Pasto de Areia Grande. José Campos era pai de 10 filhos e resistia dentro da área,

debaixo de uma lona, mesmo depois da derrubada de sua casa, em março de 2008.

Cerca de 50 pessoas ocupam a galeria do plenário da Câmara dos Vereadores de São Paulo – SP (região Sudeste) para manifestar repúdio à decisão da Prefeitura de São Paulo de retirar as famílias do edifício Mercúrio sem garantia de moradia permanente e de demoli-lo juntamente com o São Vito. Os prédios são capazes de abrigar 768 famílias. A vereadora Juliana Cardoso, do PT provocou o debate em plenário sobre as violações de Direitos Humanos e de Moradia na região central da Capital. Ela leu um documento assinado por 29 organizações e movimentos sociais contra a demolição dos prédios. Os aliados de Gilberto Kassab do Partido Democrata (DEM) escutaram a defesa das famílias e os argumentos que justificam a não derrubada dos edifícios. Os prédios São Vito e Mercúrio, localizados no Parque Dom Pedro, estão ameaçados de demolição pela prefeitura desde dezembro de 2008. O objetivo da prefeitura é construir uma praça e um estacionamento subterrâneo.

Servidores do Incra lançam manifesto em que criticam a regularização fundiária promovida pelo governo federal na Amazônia (região Norte). Na nota, os trabalhadores denunciam que o presidente Luis Inácio Lula da Silva optou repassar a função, que era do Incra, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário para facilitar a regularização das médias e grandes fazendas. De acordo com os servidores, estas áreas concentram a maior parte da grilagem na Amazônia. Ao invés de serem regularizadas e mantidas com os proprietários ilegais, a nota defende que as áreas sejam destinadas à Reforma Agrária.

Vigilantes do transporte de valores aceitam a proposta de reajuste salarial de 7% oferecido pelas empresas e voltam ao trabalho no estado do Paraná (região Sul). A categoria estava em greve desde o início de Fevereiro. Além do aumento salarial, os trabalhadores também fizeram com que as empresas recuassem nas propostas de reduzir 15% do piso salarial para novas contratações, compensar horas e manter as cláusulas da convenção coletiva por dois anos. De acordo com o Sindicato dos Vigilantes de Curitiba e Região, 70% da categoria esteve paralisada.

Um grupo de trabalhadores irregulares que estavam num ônibus, é detidos na BR- 285, em Lagoa Vermelha – Rio Grande do Sul (região Sul). Segundo a Polícia Rodoviária Federal, o coletivo ia de Cruz Alta para Vacaria e foi parado numa barreira de fiscalização, numa ação conjunta da PRF e do Ministério Público do Trabalho. Os 44 passageiros, que iriam trabalhar na colheita de maçãs, estavam com contratos de trabalho e carteiras de trabalho irregulares. Eles foram liberados e o homem que teria enganado os trabalhadores foi preso.

5º feira 05

Comunidade quilombola reivindica titularização de suas terras nos limites dos municípios de Soure e Salvaterras, pertencentes à Ilha de Marajó no estado do Pará (região Norte). Cerca de 16 comunidades reivindicam a titularização de suas terras junto ao Incra. A comunidade se localiza dentro de uma propriedade improdutiva que, segundo os moradores, pertence a um norte-americano que não vive no Brasil. Os quilombolas criticam

o fato de serem criminalizados por políticos e fazendeiros da Ilha de Marajó, enquanto crianças estão morrendo por doenças que são consequência da falta de infra-estrutura.

O governo federal brasileiro aprova, em Brasília – Distrito federal (região Centro-oeste), medida que amplia as áreas de agricultura e pecuária na Amazônia e vai diminuir as exigências de reflorestamento em áreas degradadas. Segundo o jornal O Globo, a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional, câmara interministerial composta por 13 ministérios, modificou a área de reserva legal no entorno da BR-163, que liga Santarém no Pará (região Norte) a Cuiabá no Mato Grosso (região Centro-oeste), e da Rodovia Transamazônica, a BR-230. De acordo com a medida, as propriedades rurais da região próximas às rodovias terão sua reserva legal reduzida de 80% (exigido pela atual lei em todo o bioma amazônico) para 50%. Em outras palavras, aqueles que desmataram terras nessa área não serão mais obrigados a reflorestar 80% da propriedade, mas 50%. A decisão ainda será submetida ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) para depois virar um decreto presidencial. No entanto, a aprovação na câmara é unânime e tem parecer favorável elaborado pelo próprio Ministério do Meio Ambiente. A lei só valerá para quem desmatou até 2005, ano em que o Pará aprovou a lei de macrozoneamento. O Greenpeace condena a redução da reserva. Para a ONG, a decisão dá um aval aos desmatadores e legitima o crime ambiental.

6º feira 06

O Greenpeace lança um documento que propõe a utilização de energias renováveis no país, especialmente nos parques industriais. O texto foi anunciado durante o seminário realizado pela ONG em parceria com o Fórum Cearense de Mudanças Climáticas e Biodiversidade. O evento ocorreu na embarcação do Greenpeace, a Arctic Sunrise, que chegou ao Porto de Mucuripe, em Fortaleza – Ceará (região Nordeste). Uma das propostas é o uso de energia eólica. O estado do Ceará é o que tem maior potencial nesse tipo de energia renovável no Brasil. O Greenpeace estima que haja "duas Itaipus de ventos" em terras cearenses e nega que essa energia seja mais cara para o consumidor do que a hídrica. A organização também defende o uso da biomassa. A visita da embarcação Arctic Sunrise é parte da expedição "Salvar o Planeta. É Agora ou Nunca" cujo objetivo é alertar sobre a gravidade das mudanças climáticas e pressionar o governo federal a adotar soluções para enfrentar o aquecimento global.

O acampamento Nossa Terra, construído na faixa de praia próxima ao assentamento Maceió em Itapipoca no estado do Ceará (região Nordeste) é destruído por policiais militares. Segundo site do MST, a ação teve o respaldo de uma liminar concedida pelo juiz Vítor Nunes Barroso, da 1ª Vara da Comarca de Itapipoca. Ele reiterou uma decisão de reintegração de posse de 2002 que ainda não havia sido cumprida. Há sete anos, a comunidade trava uma batalha na Justiça contra a instalação de empreendimento turístico do empresário português Júlio Trindade. "O empresário conseguiu uma liminar como se tivesse a posse da área. Mas parte é área de praia e a outra parte é área do assentamento", argumenta o advogado do MST, Cláudio Silva Filho. As ações se acirraram em 2007 com o início da perfuração de poços e eletrificação no local pelo grupo de Júlio Pirata, como é conhecido o presidente da Fundação Pirata Marinheiros. Como resistência e para impedir

que qualquer obra fosse realizada até uma decisão definitiva da Justiça, desde fevereiro daquele ano, a comunidade se alterna em três equipes que garantem a ocupação permanente da área de praia. Em ação judicial, os assentados reivindicam a anulação do título de propriedade de terras pertencentes ao empresário e a garantia de acesso ao mar. Denunciam ainda que parte do terreno de 200 hectares alegado por Júlio Pirata é área de Marinha, uma vez que tem como limite o oceano. Declaram a área como fundamental para a sobrevivência do assentamento, que tem como atividades principais a agricultura e a pesca. No local, ainda sem qualquer edificação, fica o porto das embarcações de pesca. Lá é realizada a coleta de algas marinhas pelos moradores para a venda, além de ser espaço de lazer das cerca de 800 famílias do assentamento e entorno. A missionária americana Maria Alice McCabe, da congregação católica Irmãs de Notre Dame, que atua desde 1978 na área conta que os PMs chegaram no carro do empresário e acompanhados do filho dele. A missionária questiona a decisão da Justiça Estadual, uma vez que se trata de um assentamento federal que está em conflito. O assentamento Maceió foi criado no ano de 1984, por meio da desapropriação da terra feita pelo Incra. São mais de cinco mil hectares conquistados onde hoje vivem cerca de 800 famílias. Após a ação dos policiais, a comunidade fez uma vigília na praia e um novo acampamento foi construído, ainda mais próximo ao mar.

Movimento Passe Livre (MPL) de Brasília - Distrito Federal (região Centro-oeste) e a população local protestam na Rodoviária do Plano contra o aumento de 50% nas passagens do metrô e dos micro-ônibus. Os manifestantes defendem que o transporte não é mercadoria e reivindicam a tarifa zero para estudantes. Houve repressão policial. Um carro chegou a avançar contra a manifestação a pedido da polícia e um policial quebrou a câmera de uma voluntária do Centro de Mídia Independente (CMI).

Índios da etnia Anacé reivindicam área reservada para a instalação do Complexo Industrial do Pecém, no litoral do Ceará (região Nordeste), que abrigaria, entre outros empreendimentos, uma refinaria da Petrobras. De acordo com o jornal Folha de São Paulo, os índios reivindicam um terreno de 11.888 hectares, menor do que o total declarado de utilidade pública para fins de desapropriação pelo governo de Ceará para a instalação do complexo, que é de 33.500 hectares. Além da reserva indígena, o complexo ocuparia um cemitério, locais sagrados e 70 comunidades, com cerca de 800 famílias. Os Anacés já solicitaram a abertura de um processo no governo federal para a delimitação da área indígenas e sua marcação. Como não conseguiu, por meio de uma recomendação, evitar o início do processo de desapropriação, o Ministério Público Federal agora prepara uma ação civil pública. Como resposta, o governo afirma que não há nenhum impedimento para a utilização das terras pois não há “tradicionalidade”. O levantamento dos moradores já foi iniciado para o pagamento de indenização e para seu reassentamento, já que a Petrobras planeja o início das atividades da refinaria para 2013.

O Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) contesta a decisão do governo de aprovar a flexibilização da área de reflorestamento de reserva legal em algumas áreas no entorno da BR-163, que liga Santarém no Pará (região Norte) a Cuiabá no Mato Grosso (região Centro-oeste), e da Rodovia Transamazônica, a BR-230.. Para Adalberto Veríssimo, pesquisador do Imazon, a medida vai na contramão do que o próprio Executivo sinalizou quando, em 2006, previu a criação de um Distrito Florestal para proteger a região

do desmatamento. Ele ainda afirma não ser contra a redução da reserva legal onde há intensa produção, no entanto, esse não seria o caso da área da BR-163. A Confederação da Agricultura (CNA) defende que todos os que já desmataram na Amazônia sejam regularizados e obrigados a recompor apenas 50% da reserva. Para a senadora Kátia Abreu do Partido Democrata (DEM), presidente da CNA, deve haver um reforço na fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para que não ocorram novos desmatamentos. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc (PT), defende que a redução da reserva legal de 80% para 50% da propriedade tem aparo no Código Florestal e que o Zoneamento Ecológico-Econômico foi aprovado pelo governo do Pará, com apoio dos ambientalistas.

2º feira 09

Cerca de 500 bancários do Santander protestam na Avenida Paulista, região central de São Paulo – SP (região Sudeste), contra as demissões no setor. Os trabalhadores reivindicam a retomada de negociações com o banco, suspensas desde a semana passada. Eles também repudiaram a truculência do banco, que durante protesto na semana passada autorizou a prisão de líderes sindicais. Segundo reportagem do jornal Folha de São Paulo os bancários espalharam 400 cruzeiros no canteiro central da avenida, representando cada uma das demissões feitas pelo banco, no dia 15 de janeiro. Os trabalhadores criticam as demissões, que para eles são sem motivo, já que o banco lucrou em 2008 9,4% a mais do que em 2007. A maioria das demissões ocorreu no Banco Real. Há seis meses, representantes dos bancários e da direção do banco buscavam alternativas às demissões, mas, segundo o Sindicato dos Bancários, Osasco e Região, a instituição desrespeitou o processo, demitiu os trabalhadores e interrompeu as negociações. A entidade também encaminhou uma carta ao presidente do Santander no Brasil, Fábio Barbosa, cobrando respeito aos trabalhadores e a retomada das negociações, mas ainda não obteve resposta. De acordo com o sindicato da categoria, o ato repudia a prática anti-sindical do banco espanhol e pede a suspensão das 400 demissões, além da retomada das negociações com resultados.

Dois trabalhadores rurais, de acordo com informações da Agência Chasque de Notícias, já foram executados desde o início do mês de fevereiro no país. Na cidade de Casa Nova – Bahia (região Nordeste), o sem-terra José Campos Braga é encontrado morto perto do acampamento em que vivia. A comunidade já havia denunciado à polícia que sofre constante ataques de pistoleiros e de grileiros, mas nenhuma medida foi tomada. Já no município de Breu Branco - Pará (região Norte), o agricultor Manoel Francisco Silva Souza foi assassinado com um tiro na cabeça no assentamento em que morava. Segundo relato à Comissão Pastoral da Terra (CPT), sete pistoleiros invadiram o local, atiraram contra as famílias e colocaram fogo nas casas. Um dos pistoleiros ainda obrigou uma criança a tirar a prótese dentária com dente de ouro do falecido, para que servisse de prova da morte.

3º feira 10

O Ibama multa em R\$ 475 mil o consórcio Energia Sustentável do Brasil, responsável pela construção da Hidrelétrica de Jirau, no Rio Madeira, em Rondônia (região Norte). A

autuação ocorreu no dia 6 de fevereiro, em função da empresa ter cortado, sem autorização, 18,65 hectares de floresta nativa de uma área de preservação permanente, o correspondente a 186.5 mil metros quadrados. Além da multa, a área de onde a vegetação foi irregularmente cortada está embargada. De acordo com o Ibama, o consórcio tem autorização para retirar 40,83 hectares de vegetação da margem direita do Rio Madeira, local onde pode abrir estradas de acesso, além de preparar as áreas reservadas à pedra e ao estoque do material utilizado no canteiro de obras. Os 18,65 hectares degradados, no entanto, ficam em uma área de preservação permanente onde a empresa só poderia interferir em menos de dois hectares. A empresa, que tem 20 dias para recorrer da multa, confirmou ter sido notificada no dia 9 de fevereiro e diz estar analisando a autuação para definir como irá tratar o assunto. A licença de construção para o canteiro de obras foi concedida à empresa em novembro de 2008 e permite a instalação do canteiro de obras, além da construção de uma ensecadeira que servirá para desviar o rio enquanto as turbinas da hidrelétrica são instaladas. A previsão é de que a licença de instalação que permitirá à empresa construir os reservatórios, seja concedida em abril. Desde o primeiro leilão da área em 2007, movimentos sociais, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Via Campesina, realizam inúmeras manifestações contra a construção da hidrelétrica.

O Ministério Público Estadual (MPE) e o Governo do estado do Rio Grande do Sul (região Sul) iniciam o fechamento de todas as escolas itinerantes em acampamentos gaúchos. A escola do acampamento Oziel Alves (das famílias que foram despejadas de Coqueiros do Sul), em Sarandi, que atendia 130 crianças, é fechada por determinação do MPE e do governo do estado. Segundo o Ministério Público, a decisão foi tomada com base em um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), assinado pela instituição e pelo governo do estado. O TAC foi, porém, assinado sem conhecimento ou participação dos outros entes interessados: pais, educandos e a escola-base, onde as crianças estão matriculadas. O TAC também ignora e desrespeita as Diretrizes Operacionais para Escolas do Campo, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação em 2002, baseada na Lei de Diretrizes Básicas da Educação/LDB de 1996. No relatório elaborado pelos promotores Luciano de Faria Brasil e Fábio Roque Sbardeloto, onde a intervenção nas escolas é sugerida inicialmente, a referência básica é a revista VEJA, que compara as escolas do movimento aos Madraçais do Islã e as acusa de ensinar as crianças a “defender o socialismo” e “desenvolver a consciência revolucionária”. Os promotores afirmam que o objetivo da intervenção nas escolas é “colocar as crianças e adolescentes que residem nos acampamentos a salvo da ideologização agressiva”. O relatório também possui um capítulo “Contabilizando o prejuízo para a sociedade: quanto custou um sem-terra”, onde afirmam que o poder público gasta em média por mês, com alimentação e repressão policial, R\$1.195,11 por família acampada. O Rio Grande do Sul foi o primeiro estado do Brasil a reconhecer e regulamentar as Escolas Itinerantes, através de parecer do Conselho Estadual de Educação em 19 de novembro de 1996.

4º feira 11

Manifestantes realizam ato público em frente à Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs) em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Os manifestantes marcham, em seguida, até o Palácio Piratini, onde entregam a governadora Yeda Crusius do Partido

da Social Democracia Brasileira (PSDB) e para o presidente da Assembléia Legislativa o documento "Os trabalhadores não vão pagar pela crise". O ato faz parte das manifestações ocorridas pelo Dia Nacional de Luta pelo Emprego e pelo Salário organizado pela CUT. O objetivo dos trabalhadores é pressionar os governos pela garantia dos empregos e pela manutenção dos salários, ameaçados pela crise financeira mundial. O presidente nacional da CUT, Artur Henrique, explica que a mobilização pretende ressaltar a importância da participação efetiva dos governos federais e estaduais, além dos prefeitos, para combater os prejuízos da crise para a população. Os trabalhadores aproveitam o Dia Nacional de Luta pelo Emprego e pelo Salário para denunciar o empresariado. Artur Henrique cita o caso da Vale, cujo presidente, Roger Agnelli, já propôs a flexibilização das leis trabalhistas como forma de contornar os efeitos da crise. Segundo divulgado pela Agência Brasil de Fato, somente em dezembro, cerca de 653 mil trabalhadores em todo o país perderam seus empregos- quase o dobro do que a média histórica do mês, que gira em torno de 350 mil demissões. Entre as propostas da CUT para enfrentar a crise está o fortalecimento do mercado interno, a redução da taxa de juros e o aumento do crédito, a fim de que sejam mantidos salários e empregos. Além disso, a Central propõe que, em caso de redução da produção, os empresários negociem com os sindicatos e com os trabalhadores para assegurar direitos básicos da categoria, como férias remuneradas.

Um Grupo de manifestantes realiza protesto em frente a Vale, na portaria de Camburi em Vitória – Espírito Santo (região Sudeste). A panfletagem para o ato iniciara na semana passada. O ato faz parte das manifestações ocorridas pelo Dia Nacional de Luta pelo Emprego e pelo Salário organizado pela CUT. O objetivo dos trabalhadores é pressionar os governos pela garantia dos empregos e pela manutenção dos salários, ameaçados pela crise financeira mundial. O presidente nacional da CUT, Artur Henrique, explica que a mobilização pretende ressaltar a importância da participação efetiva dos governos federais e estaduais, além dos prefeitos, para combater os prejuízos da crise para a população. Os trabalhadores aproveitam o Dia Nacional de Luta pelo Emprego e pelo Salário para denunciar o empresariado. Artur Henrique cita o caso da Vale, cujo presidente, Roger Agnelli, já propôs a flexibilização das leis trabalhistas como forma de contornar os efeitos da crise. Entre as propostas da CUT para enfrentar a crise está o fortalecimento do mercado interno, a redução da taxa de juros e o aumento do crédito, a fim de que sejam mantidos salários e empregos. Além disso, a Central propõe que, em caso de redução da produção, os empresários negociem com os sindicatos e com os trabalhadores para assegurar direitos básicos da categoria, como férias remuneradas.

Milhares de metalúrgicos paralisam a unidade da Volkswagen em São Bernardo do Campo – São Paulo (região Sudeste) durante a troca de turnos dos funcionários, no Dia Nacional de Luta pelo Emprego e pelo Salário, convocado pela CUT. Cerca de 2 mil pessoas, segundo a PM, ou aproximadamente 3 mil segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, participam do ato. Os Metalúrgicos da Volkswagen do Brasil interromperam por cerca de 20 minutos o trânsito nas quatro faixas de rolamento da Rodovia Anchieta em frente ao portão principal da empresa, na altura do km 23. O protesto - chamado de Querem Lucrar com a Crise. A Classe Trabalhadora não Vai Pagar esta Conta – cobra a responsabilidade social de empresários que, sob a desculpa da crise mundial, estão demitindo e cortando salários, apesar de terem vivido cinco anos consecutivos de recordes de produção, vendas e faturamento. Além disso, o objetivo é denunciar que os banqueiros continuam dificultando

o crédito com os juros mais altos do mundo, apesar da ajuda federal, e que o governo de São Paulo nada tem feito para combater a crise no estado mais rico da Federação. Os metalúrgicos reivindicam ainda que o governo federal exija que todas as empresas que receberem isenção de impostos ou empréstimo com dinheiro público se comprometam a não demitir, sob pena de punição. O presidente Nacional da CUT, Arthur Henrique, destacou que em 2008, cerca de 15 milhões de trabalhadores foram demitidos. “Nesse país é fácil demitir. O mercado é flexível e o custo da demissão já está embutido no valor final do produto”, criticou o sindicalista. De acordo com a assessoria da Volkswagen, na unidade de São Bernardo do Campo, trabalham 11 mil pessoas e a maioria dos que atuam no turno da manhã na linha de montagem não entraram para a jornada entre as 6h e às 8h. Ainda segundo a assessoria, não existe, oficialmente, nenhuma ameaça de corte de pessoal na empresa. Apenas não foi renovado, em janeiro, o contrato de 650 trabalhadores de um total 800 temporários da fábrica de Taubaté, na Vale do Paraíba. Os 150 que ficaram foram contratados em caráter efetivo. O movimento teve o apoio de lideranças dos Sindicatos dos Químicos, Costureiras, Construção Civil e Servidores Públicos da região do ABC. Os atos fazem parte das manifestações do Dia Nacional pelo Emprego, Salário e Direitos dos Trabalhadores.

Manifestantes realizam ato na Praça do Patriarca, no centro da cidade de São Paulo (região Sudeste). O ato tem como objetivo reivindicar a abertura de negociações entre trabalhadores, o setor produtivo em geral e o governador do estado, José Serra (PSDB). O protesto contou ainda com panfletagem e com uma representação teatral, que denunciou as "espertezas empresariais durante a crise". O ato faz parte das manifestações ocorridas pelo Dia Nacional de Luta pelo Emprego e pelo Salário organizado pela CUT. O presidente nacional da CUT, Artur Henrique, explica que a mobilização pretende ressaltar a importância da participação efetiva dos governos federais e estaduais, além dos prefeitos, para combater os prejuízos da crise para a população. Entre as propostas da CUT para enfrentar a crise está o fortalecimento do mercado interno, a redução da taxa de juros e o aumento do crédito, a fim de que sejam mantidos salários e empregos. Além disso, a Central propõe que, em caso de redução da produção, os empresários negociem com os sindicatos e com os trabalhadores para assegurar direitos básicos da categoria, como férias remuneradas.

Aproximadamente 500 pessoas se concentram em frente à sede da mineradora Vale, no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) em uma manifestação em defesa do emprego, dos salários e dos direitos dos trabalhadores. Organizado pelas centrais sindicais Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) e CUT, o ato faz parte das manifestações pelo Dia Nacional pelo Emprego, Salário e Direitos dos Trabalhadores. O ato unificado exige do governo que tome medidas efetivas de defesa do emprego e dos direitos dos trabalhadores, no sentido de preservar a legislação atual e fixar sanções ao patronato que descumprir a política trabalhista. Os sindicalistas criticam o presidente da mineradora, Roger Agnelli, que defende a flexibilização dos salários e das leis trabalhistas. Após a manifestação, a mineradora retirou a proposta de redução de salários que havia feito para os funcionários que trabalham em Congonhas – Minas Gerais (região Sudeste). O sindicato local ingressou no Ministério Público do Trabalho solicitando a interferência do órgão para impedir a redução de salários. Pela legislação, o salário só pode ser reduzido mediante acordo com o sindicato, desde que a empresa comprove grande dificuldade econômica. Segundo o

integrante da Conlutas, José Maria de Almeida, a Vale não tem como comprovar tal situação, uma vez que foi uma das empresas brasileiras que mais lucrou no último período. A idéia dos sindicalistas agora é continuar a ação junto ao Ministério Público para anular os acordos que a Vale já fez sobre redução de salários.

Trabalhadores e sindicatos realizam protestos nas cidades de Curitiba, Maringá e Umuarama – Paraná (região Sul). As mobilizações fazem parte do Dia Nacional de Luta em Defesa dos Empregos e Salários, que tem atividades em todo o país organizadas pela CUT. Os protestos acontecem em defesa do emprego e do salário. Em Curitiba, estiveram presentes bancários, servidores públicos, trabalhadores da construção civil, petroleiros, metalúrgicos e demais categorias. Em Maringá, ocorre panfletagem no terminal de ônibus e uma manifestação na Praça Raposo Tavares. Em Umuarama, na região Noroeste, sindicatos realizam manifestação na Praça Santos Dumont. Segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), divulgados pela Agência Brasil, foram demitidos em todo o país 655 mil trabalhadores, dos quais 50 mil no Paraná. Outra luta dos trabalhadores é a redução da jornada sem redução de salários, das atuais 44 horas para 40 horas, que vai gerar mais empregos. Os atos reivindicam a responsabilidade social de empresários que, sob justificativa da crise mundial, tem demitido os trabalhadores.

A fiscalização do Ministério do Trabalho liberta 13 pessoas que trabalhavam em condições análogas à escravidão no município de Coelho Neto – Maranhão (região Nordeste). A fiscalização ocorreu entre 19 e 30 de janeiro. A informação foi divulgada neste dia 11 de fevereiro. A fazenda é de propriedade do deputado estadual Antônio Bacelar, do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Segundo os fiscais, os trabalhadores dormiam junto com os animais, a alimentação era precária e, a água, vinha de um poço sem nenhum tipo de tratamento. Para higiene pessoal, usavam um açude que também servia para os animais. A alimentação era composta de café, arroz, feijão e farinha, preparados dentro do próprio curral, em um fogareiro improvisado. Os trabalhadores ainda estavam sem receber e tinham como dívida R\$ 100 que havia sido adiantado pelo aliciador. A dívida impedia a saída dos empregados. Antes da chegada da fiscalização, sete pessoas preferiram pagar para ter sua liberdade e deixar a fazenda. Segundo site do MST, os trabalhadores foram aliciados em Codó no Maranhão por um gato (aliciador de mão-de-obra) para trabalhar no chamado "roço da juquirá" (limpeza para formação de pasto). Além dos 13 libertados, ainda havia uma vaqueira, que estava no local há um ano e seis meses. "No caso dela, a carteira de trabalho foi assinada com data retroativa e ela permaneceu no local, pois não morava no alojamento com as outras pessoas", explica o auditor fiscal. Ao final da fiscalização, o empregador pagou em torno de R\$ 1 mil para cada trabalhador e eles receberam as guias para seguro desemprego do trabalhador libertado. Foram lavrados nove autos de infração pelas irregularidades encontradas. O deputado também está envolvido em um conflito com quilombolas na cidade de Codó.

A anistia política póstuma do ambientalista Chico Mendes é publicada no Diário Oficial da União. A decisão do Ministério da Justiça é de dezembro de 2008, mas só agora é oficial, 20 anos depois da morte do seringueiro. Ainda está previsto o pagamento de indenização no valor de aproximadamente R\$ 340 mil a Ilzamar Gadelha Bezerra Mendes, viúva de Chico Mendes. Em 1980, Chico Mendes foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional a pedido de

fazendeiros da região. Eles queriam envolvê-lo no assassinato do capataz de uma fazenda. Em 1984, foi acusado de incitar posseiros à violência. Julgado pelo Tribunal Militar de Manaus, foi absolvido por falta de provas. Chico Mendes foi seringueiro, sindicalista e ativista ambiental. Ele foi morto a tiros em dezembro de 1988 na porta dos fundos de sua casa. O mandante do assassinato, o fazendeiro Darly Alves da Silva, foi condenado a 19 anos de prisão.

5º feira 12

Cerca de mil pessoas, segundo o CMI, 500 trabalhadores segundo estimativa da PM protestam contra as demissões e pedem estabilidade e redução da jornada de trabalho, sem redução de salários na Avenida Paulista, centro financeiro da cidade de São Paulo– SP (região Sudeste). Segundo o CMI, entre os manifestantes estavam metalúrgicos, estudantes, químicos, trabalhadores da indústria alimentícia, bancários, servidores públicos, comerciários, sem-teto, sem-terra e aposentados. A concentração teve início às 14h, no vão livre do Museu de Arte de São Paulo (Masp), e seguiu em passeata até a sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), na mesma avenida. A principal crítica dos sindicatos, que lideram a manifestação, é sobre o projeto elaborado pela Fiesp, que prevê a redução de salários, para minorar os efeitos da crise econômica mundial. Os trabalhadores defendem que os lucros obtidos pelas empresas devem ser utilizados para garantir os empregos dos trabalhadores. O ato foi organizado pela Conlutas, por sindicatos de metalúrgicos de São José dos Campos, Campinas, Limeira e Santos e pela Intersindical. Partidos políticos que se mantêm na oposição de esquerda ao governo Lula, como Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Socialista de Trabalhadores Unificado (PSTU), também apóiam o ato. Segundo o CMI, apesar de a manifestação ser explicitamente pacífica, a presença da polícia é ostensiva. A Fiesp é o maior símbolo empresarial do país e a principal articuladora, atualmente, de acordos de redução jornada, salários e direitos.

Cerca de mil servidores municipais, de acordo com informações da Agência Chasque de Notícias, entram em estado de greve por trinta dias em Florianópolis – Santa Catarina (região Sul). Os servidores reivindicam que o prefeito Dário Berger do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) revogue a lei que criou o sistema próprio de previdência. Pela lei, o desconto em folha passará de 8% para 11%. O dinheiro irá para um fundo próprio a ser gerenciado com a participação dos servidores. No entanto, os trabalhadores querem que a aposentadoria siga como responsabilidade da prefeitura. Os servidores não descartam entrar em greve em Março.

Cerca de 200 trabalhadores se reúnem em Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste) para denunciar os efeitos da crise econômica e protestar contra as demissões, que já atingem milhões de trabalhadores no Brasil. Segundo os manifestantes, esse é o primeiro ato realizado na capital. Os manifestantes reivindicam: estabilidade nos empregos, manutenção dos direitos trabalhistas e redução da jornada de trabalho sem redução de salários. Também denunciam a saída para a crise proposta pelos patrões que, após atingirem recordes de lucro com a exploração dos trabalhadores, com os primeiros sinais da crise acenaram com demissões e retirada de direitos. A manifestação passou pela

Federação das Indústrias do estado de Minas Gerais (FIEMG), Prefeitura, Praça Sete de Setembro e Tribunal Regional do Trabalho.

Cerca de 500 servidores ligados a dez sindicatos protestam no centro de Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul) contra o governo Yeda Crusius (PSDB), acusando-a de corrupção. Como parte de campanha publicitária dos sindicatos, foram espalhados 300 outdoors prometendo apresentar a “face da corrupção”. O governo ameaça processar os responsáveis.

Moradores dos edifícios: Mercúrio e São Vito, o famoso “Treme-Treme”, na cidade de São Paulo – SP (região Sudeste), são indenizados e retirados do local pela prefeitura. O plano é construir uma praça em frente ao Mercado Municipal. Os proprietários receberam indenizações entre R\$ 25 mil e R\$ 35 mil, e os inquilinos, R\$ 2,4 mil. A medida foi criticada pelos antigos moradores. De acordo com Carlos Loureiro, coordenador do Núcleo de Habitação e Urbanismo da Defensoria Pública do Estado, “o que a prefeitura deveria dar era uma bolsa-aluguel e inscrever os despejados em um programa de habitação municipal”. Desde que a Prefeitura conseguiu aval na Justiça, em janeiro, para o despejo dos moradores dos dois prédios e para a demolição de ambos, várias organizações envolvidas com projetos de moradia e os próprios moradores se manifestaram contra a medida. O prédio São Vito já havia sido esvaziado em 2004, deixando vazios 624 apartamentos. Na época, a Prefeitura havia prometido que o prédio passaria por reformas e seus moradores poderiam voltar após um tempo. Não foi o que ocorreu. O edifício Mercúrio foi invadido por policiais, desde que a Prefeitura conseguiu a imissão de posse dos apartamentos. Segundo depoimentos de testemunhas, os policiais ameaçavam os moradores, batiam nas portas e gritavam para que saíssem do prédio. Os moradores planejam entrar com uma ação civil pública para que a Prefeitura garanta um atendimento habitacional efetivo. Já foi protocolado um ofício na Secretaria Municipal de Habitação para que haja apuração do processo de desapropriação.

6º feira 13

Ruralistas despejam grãos, soltam morteiros, cantam o Hino Nacional e fazem discursos em protesto contra a decisão das grandes companhias fabricantes de óleo de soja de não comprar grãos de plantações situadas na Terra Indígena Raposa Serra do Sol em Roraima (região Norte). Enquanto isso, os governadores da Amazônia Legal e o ministro Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos) participam de um fórum no Palácio do Governo de Roraima para discutir o Plano Amazônia Sustentável, a cerca de 250 metros do local do protesto na capital Boa Vista. Segundo os produtores, cem mil sacas de soja (cerca de 6,2 mil toneladas) estão sem comprador desde que a companhia Bungue e o grupo Maggi (da família do governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, presente ao fórum) decidiram não comprar o grão, em respeito à moratória proposta pela Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove). A primeira moratória da soja foi assinada em julho de 2006 e o convênio assinado entre a Abiove e organizações ambientalistas (Greenpeace, WWF, Conservação Internacional, entre outras). Em 2008, ela foi renovada por mais um ano com a participação do Ministério do Meio Ambiente. Segundo o termo, as indústrias processadoras de soja não podem comprar matéria-prima de nenhuma área protegida, como terras indígenas e unidades de conservação ambiental. O Superior Tribunal Federal (STF)

interrompeu o julgamento da demarcação da reserva Raposa Serra do Sol em 10 de dezembro de 2008 atendendo o pedido de vista do ministro Marco Aurélio de Mello. Dos 11 ministros da Corte, oito já votaram em favor da demarcação.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e de Mogi das Cruzes informa que chega a 24 o total de acordos formalizados entre trabalhadores e empresas com o objetivo de preservar 16,3 mil empregos. Na semana passada, foram fechados mais seis acordos. Em todos eles, os trabalhadores concordaram com a redução da jornada de trabalho em 20%, com variações na diminuição do salário e do período de estabilidade. Segundo site da Agência Brasil, os metalúrgicos da MTU do Brasil vão ter um corte de 17% nos salários, sendo fixado um mínimo de R\$ 1,5 mil, e estabilidade por três meses. Na Parker Hannifin a redução é de 12% no salário e a estabilidade também é de 90 dias. Na Multek Brasil, o corte salarial é de 10%, e a estabilidade, de 60 dias. Na Higval Indústria e Comércio, o salário ficará 16% menor, e a garantia temporária de emprego foi definida em 60 dias. Na Metalúrgica Mauser e na Combustol Metalpó, o salário será reduzido em 17% e os trabalhadores terão dois meses de estabilidade. Segundo a nota do sindicato, a estabilidade temporária foi inserida em todos os acordos, com períodos que variam de 45 a 180 dias. No comunicado, a entidade destaca ainda que “cada acordo resulta de um processo de negociações que conta com a participação de trabalhadores das empresas e uma equipe de advogados, técnicos, economistas do Dieese e diretores do sindicato”. As empresas precisam comprovar as dificuldades e queda de produção, segundo o sindicato.

O MPL de Curitiba – Paraná (região Sul) realiza manifestação com cerca de 400 pessoas contra o aumento da passagem. Os manifestantes reivindicam a redução da tarifa de ônibus para o patamar anterior (de R\$2,20 para R\$1,90), a abertura da “caixa preta” da Urbanização de Curitiba S.A (URBS) e o passe livre. Segundo o CMI, enquanto os estudantes bloqueiam uma rua em frente ao Colégio Estadual do Paraná na capital Curitiba e distribuem panfletos aos motoristas e transeuntes, policiais chegam agredindo-os. Jovens de 16 a 23 anos são violentamente reprimidos, sendo necessária a presença do Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência (SIATE) para atender aos jovens feridos. Conforme informações do CMI, um ativista teve o braço quebrado pela polícia, mais de 20 ficaram feridos e outros 7 foram presos, entre eles 3 menores de idade. Os estudantes presos sob as acusações de dano ao patrimônio, desacato e lesões corporais, alegam ter sofrido humilhações, agressões físicas e pressão psicológica por parte dos PM’s. Segundo eles, os PM’s afirmaram que “conhecem todos”, e que monitoram as ações do movimento há algum tempo possuindo inclusive fotos e imagens do grupo. Além disso, a polícia apreendeu e destruiu várias câmeras e celulares que filmavam a truculência da repressão.

Catadores do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) faz ato na Companhia de Urbanização de Goiânia (COMURG) em Goiânia – Goiás (região Centro-oeste). Os catadores reivindicam o repasse da verba destinada as cooperativas e associações de catadores e catadoras de materiais recicláveis da cidade, conforme convênio de prestação de serviços firmado com a prefeitura de Goiânia em agosto de 2008. reivindicando cumprimento de convênio de prestação de serviços, assinado em agosto de 2008, e nunca cumprido.

Sábado 14

Cerca de 10 carros da PM e 2 do Corpo de Bombeiros chegam a ocupação General Flores, no bairro da Luz em São Paulo – SP (região Sudeste) e iniciam o processo de despejo. No local funcionava uma antiga fábrica de roupas ficou por 8 anos abandonado e passou a abrigar 85 famílias. As famílias foram temporariamente levadas para outra ocupação, a Mauá onde permanecem resistindo. O movimento de moradia promove assembleias mensais no Colégio Municipal Duque de Caxias, para discutir as questões que envolvem o Direito à Moradia.

2º feira 16

O acusado de mandar matar a missionária americana, Dorothy Stang, Regivaldo Pereira Galvão, conhecido como Taradão, recebe um habeas corpus do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1). Galvão estava preso desde dezembro de 2008, por grilagem e estelionato por apropriação de terras públicas. De acordo com a nota do Tribunal, o principal fator levado em consideração pela 3ª Turma do TRF-1 na decisão foi o extenso prazo para a conclusão do inquérito policial. Com a decisão, Galvão deve aguardar em liberdade a conclusão das investigações que devem terminar em 60 dias. O processo será encaminhado ainda para Procuradoria Regional da República da 1ª Região para que um procurador analise a possibilidade de entrar com um recurso contra a decisão. Em 2006, o Galvão conseguiu um habeas corpus no Supremo Tribunal Federal (STF) depois de ficar preso por mais de um ano pela morte da missionária. Galvão responde ainda a outras ações por trabalho escravo, crimes ambientais e fraudes contra a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Trabalhadores rurais sem-terra e integrantes do Movimento Social de Combate ao Crime Organizado ocupam o plenário da Assembleia Legislativa de Alagoas (região Nordeste). De acordo com os manifestantes, o ato é contra um desvio de R\$ 300 milhões da folha de pagamento do Legislativo, supostamente cometido por deputados. A exigência para deixar o prédio é fazer uma votação para eleger 27 líderes populares como deputados, número de parlamentares da Assembleia.

3º feira 17

Cerca de 700 pequenos produtores rurais, de acordo com informações do Jornal O Estado de São Paulo, bloqueiam a rodovia BR-386 em Boa Vista das Missões – Rio Grande do Sul (região Sul). O objetivo do protesto é pedir ajuda dos governos estadual e federal aos atingidos pela estiagem no noroeste do estado. A manifestação não chega a provocar grandes congestionamentos porque o grupo libera a pista a cada hora. Segundo Plínio Simas, da coordenação estadual do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), ao mesmo tempo em que protestam na rodovia, os agricultores encaminham pedidos de audiência às autoridades. A reivindicação ao governo estadual é a anistia para quem pegou

sementes do Programa Troca-Troca e viu sua lavoura frustrada pela estiagem, o início dos programas de irrigação prometidos na campanha política de 2006 e linhas de financiamento à produção de alimentos e à preservação ambiental. Do governo federal os pequenos agricultores querem o envio de máquinas para a construção de açudes, a criação de uma empresa que possa comprar e armazenar seus produtos para regular preços e o reescalonamento das dívidas que acumularam nos últimos 11 anos, quando enfrentaram oito estiagens.

Os cerca de 40 índios das etnias Guarani, Caiuá e Terena que estavam acampados há cerca de 20 dias em frente à sede regional da Funai, em Dourados Mato Grosso do Sul (região centro-oeste), desocupam as calçadas do local. Após quase duas horas de negociação com a PF, eles deixaram a frente do prédio cumprindo mandado de reintegração de posse expedido pela Justiça, mas montaram acampamento em uma Praça a poucos metros dali. Os indígenas reivindicam a saída da servidora Margarida Nicoletti da superintendência regional da Funai em Dourados. Os índios afirmam que ela é responsável por atrasos em entrega de cestas básicas às comunidades do sul de Mato Grosso do Sul, pela dificuldade na obtenção de documentos e pela assistência técnica precária à agricultura indígena. O acampamento em frente à Funai é o terceiro protesto realizado pelo grupo desde o fim do de janeiro. Antes disso, eles chegaram a ocupar a sede da Funai e também bloquearam por três dias o trecho da rodovia MS-156, que liga Dourados a Itaporã. A Funai, afirma que não reconhece a legitimidade do protesto e descarta a saída de Nicoletti. Segundo o órgão, os índios que estão protestando não são lideranças tradicionais dos cerca de 40 mil indígenas da região e nem representam a maioria deles. A administração da Funai afirmou que o protesto atrasou a distribuição de cestas básicas nas aldeias da região sul do estado, mas estima que a mesma deve ser retomada no dia 20 de fevereiro.

Cerca de 3 mil manifestantes, segundo a PM, entre eles sindicalistas, índios, estudantes e sem-terra, realizam sessão simbólica na Assembléia Legislativa de Alagoas em Maceió - Alagoas (região Nordeste) para protestar contra a possível volta de deputados indiciados por desvio de verba. Os manifestantes reivindicam, entre outras coisas, o afastamento e a cassação dos deputados estaduais envolvidos com um dos maiores crimes financeiros descobertos no país e denominado pela PF como “Taturanas”. No ano de 2008, a PF descobriu um esquema que envolvia deputados estaduais e consistia em desviar a verba da folha da Casa. A operação afastou alguns deputados e chegou até a prender os suspeitos – o que não durou muito tempo. A Assembléia seguiu o ano numa rotina de empossar e afastar suplentes. Na parte da manhã, os manifestantes, em ato simbólico, elegeram uma nova mesa diretora composta por representantes legítimos do povo, entre eles o presidente Izac Jackson, da CUT; a primeira vice-presidente Lenilda Lima, do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas (Sinteval); o segundo vice Júnior Moraes, do Sindicato dos Servidores do Judiciário Federal (Sindjus); e o terceiro Cícero Lourenço, do Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social (Sindprev). Foi eleito no cargo de primeiro secretário Jorge Venerando do Sindicato dos Policiais Federais do estado de Alagoas (Sinpopal); como segundo secretário José Roberto, MST; e para terceiro secretário Marco Aurélio da sociedade civil organizada. Como suplentes foram eleitos Nilda Costa do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Alagoas (Sintufal), e José Carlos, do Sindicato dos Policiais Cíveis de Alagoas (Sindpol). Pontualmente às 15h se deu início a primeira sessão do ano da Assembléia Legislativa com a presença de todos os deputados eleitos. Na

pauta, entre outras coisas o afastamento e cassação dos “deputados taturanas”, a redução do duodécimo da casa em R\$ 20 milhões e a destinação dos bens bloqueados pela justiça para o atendimento das demandas dos movimentos sociais a exemplo da destinação das fazendas improdutivas à Reforma Agrária, dos prédios à moradia, dos veículos à segurança pública, do dinheiro aos investimentos para a saúde e educação prioritariamente, e das mansões para a construção de espaços de formação para a classe trabalhadora. Em seguida os manifestantes tomaram as ruas do centro de Maceió em direção ao Palácio República dos Palmares. A mobilização foi organizada pelo Movimento Social Contra a Criminalidade (MSCC) que surgiu em 2007 quando a Casa Tavares Bastos foi envolvida em outro crime - descoberto pela PF e denominado “Gabiru” - que desviava merenda escolar das escolas públicas estaduais. O MSCC é composto por partidos de esquerda, movimentos de luta pela terra, movimentos urbanos, centrais sindicais, intelectuais e outros. Conforme informações divulgadas pelo jornal Folha de São Paulo, dos 27 parlamentares, 11 foram indiciados pela PF sob suspeita de desvio de dinheiro da Assembléia e oito estão afastados.

Cerca de 150 integrantes do Fórum de Moradia e Meio Ambiente do estado de São Paulo (Fommaesp), filiado à Frente de Luta por Moradia (FLM), participam de um ato reivindicatório em frente ao edifício da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (Cohab) na capital, São Paulo – SP (região Sudeste). O grupo reivindica o atendimento prometido no programa Parceria Social para 47 famílias desalojadas desde 2007. A comissão de coordenadores foi atendida pelo novo secretário de habitação, José Rubens. Segundo a coordenadora do Fommaesp, Felícia Dias, o secretário José Rubens prometeu visitar as áreas do movimento para estudar a viabilidade de projetos habitacionais. Além disso, ele se comprometeu a participar de uma reunião do Parque do Engenho sobre uma área do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). As 47 famílias despejadas serão atendidas a partir de março segundo Rubens, que justifica que não consegue atender a demanda de uma só vez, mas destinará mensalmente uma cota das vagas para a zona sul.

4º feira 18

O MST divulga nota denunciando que o Ministério Público (MP) e o governo estadual fecharam a escola do acampamento sem-terra na cidade de Sarandi – Rio Grande do Sul (região Sul). A escola atendia 130 crianças do acampamento. De acordo com o MST, a decisão foi tomada com base em um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) assinado entre o MP e o governo estadual. No entanto, pais, estudantes e nem mesmo a escola-base, onde as crianças estão matriculadas, foram consultados sobre o fechamento. Segundo site do MST, o Rio Grande do Sul foi o primeiro estado do Brasil a reconhecer e regulamentar as Escolas Itinerantes, através de parecer do Conselho Estadual de Educação. A experiência gaúcha permitiu a instalação de escolas em acampamentos em diversos estados, como Sergipe, Bahia (região Nordeste), Paraná (região Sul) entre outros. O Movimento ainda alerta que a decisão do MPE e da Governadora Yeda Crusius (PSDB) retoma a decisão do Ministério Público, publicada em ata em dezembro de 2007, em “extinguir” o MST. O fechamento das escolas era uma das medidas previstas pela ata do MPE. Em 2008, com a denúncia pública da ata, o MPE alterou duas vezes o conteúdo da decisão e declararam rever a decisão. O MST teme que o Governo do estado e o MPE reiniciem as ações ilegais de criminalização

elaboradas pelas duas instituições, tais como impedir que os trabalhadores rurais possuam título de eleitor, que sejam impedidos de realizarem reuniões ou manifestações.

O assessor jurídico do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Rogério Rocha, e a liderança Guarani-Kaiowá Anastácio Peralta condenam a decisão do Juiz Celso Antonio Schuch Santos que proíbe que índios de Dourados – Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste) recebam assistência jurídica da Funai e da Advocacia-Geral da União (AGU) nos processos em que respondem por crimes. Para Peralta, que também é membro da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), a decisão de Santos mostra que “ele não conhece nem um pouco a realidade dos indígenas”. A liderança lamentou o fato de a posição do juiz não ser isolada no Judiciário brasileiro. Rogério Rocha afirmou que a decisão é inconstitucional e, com certeza, será derrubada pela Funai. Lembrou, contudo, que muitos índios podem ser prejudicados enquanto isso não ocorre. Um dos casos mais comuns, segundo o assessor do Cimi, é a prisão por estupro presumido, quando um homem é preso por manter relações sexuais com uma garota de até 14 anos. Ele explicou que como os índios costumam casar cedo, muitos maridos acabam sendo presos acusados de estuprar a própria esposa, que ainda não completou 15 anos de idade. Rocha disse que Mato Grosso do Sul tem a maior população carcerária indígena do país. Segundo ele, pesquisas apontavam que, em 2006, 116 índios encontravam-se presos no estado, 68 só em Dourados - estes possivelmente atingidos pela decisão.

A Força Sindical e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmam protocolo de orientação para reescalonamento de pagamentos de crédito consignado. Pelo protocolo, sempre que ocorrer acordo coletivo que proponha redução ou suspensão de salário, o pagamento das prestações poderá ser reduzido ou suspenso pelo mesmo período em que vigorar o acordo. O documento prevê que a empresa envie ao banco responsável pelo empréstimo uma lista com todos os nomes dos funcionários que têm crédito consignado e os valores dessas prestações descontadas em folha de pagamento, além de uma cópia do acordo feito com o sindicato. O funcionário deve procurar o banco para discutir os valores e prazos de sua operação. O diretor executivo da Febraban, Hélio Ribeiro Duarte, disse que os bancos não são obrigados a aderir ao programa, mas acredita que todos seguirão a orientação. Duarte informou que o acordo vale por um ano e que pode ser prorrogado, caso a crise não se resolva nesse período. O objetivo é reduzir os impactos da crise econômica entre os trabalhadores da iniciativa privada que aceitaram os acordos de redução de jornada de trabalho e de salário propostos pelas empresas para evitar demissões.

Educadores da rede estadual de Sergipe fazem ato, em frente à Secretaria de Estado da Educação (SEED), na capital Aracaju – Sergipe (região Nordeste) contra o governo do estado, por não ter cumprido a lei do piso. Para cumprir a lei, o governo do estado deveria ter integralizado 2/3 da diferença entre o piso de R\$ 950 e o salário base do nível médio, que está hoje em R\$ 425. Com isso, o vencimento inicial passaria para R\$ 775 e a partir daí as gratificações poderiam ser somadas, para se chegar ao valor do piso. Mas somente foi pago um abono a quem tinha como remuneração menos de R\$ 950. Mais de 11 mil professores que estão na ativa foram excluídos do piso. As mensagens utilizadas no ato do calçadão também foram levadas à frente da SEED. O sindicato também distribuiu panfletos aos professores que trabalham na secretaria de Educação, conclamando-os para a luta pelo piso nacional, pois o Sindicato dos Professores das redes estadual e municipal de Sergipe

(Sintese) defende que o piso seja pago para todos os professores, inclusive os que estão nas escolas. Parte da comissão de negociação do Sintese e o presidente da CUT, Antônio Góis, foram recebidos pelo secretário de Educação, José Fernandes Lima. O secretário afirmou que não há proposta do governo ou da SEED em relação ao piso.

Plenária dos movimentos populares inicia uma vigília em defesa da democracia no Maranhão (região Nordeste). A estratégia da plenária é acompanhar o veredicto do TSE junto ao Governador Jackson Lago (PDT). A União Estadual por Moradia Popular, o MST, a Central de Movimentos Populares (CMP), o Movimento da Área Itaqui-Bacanga, a Rádio Comunitária Conquista, o Movimento de Defesa dos Favelados e Palafitados, a Associação de Saúde da Periferia/MA (ASPEM), o Clube Cultural de Bumba Meu Boi de Zabumba da Liberdade, o Grupo de Mulheres Negras Maria Firmina, o Grupo de Mulheres Negras Mãe Andressa, o Movimento de Mulheres Maria Aragão, o Movimento de Mulheres da Ilha e o Fórum DCA da Vila Luizão são alguns dos movimentos populares que participaram do comício. A vigília cívica em frente do Palácio dos Leões contou com a presença de prefeitos e deputados do Maranhão, lideranças sindicais, e de convidados como, João Pedro Stédile, o ex-governador e Senador do Amapá, João Capiberibe, a deputada federal Janete Capiberibe e a vereadora por Macapá, Cristina Almeida, que em 2006 foi a candidata dos movimentos populares ao Senado pelo Amapá que quase derrotou José Sarney. Janete Capiberibe lembrou que as manobras do clã Sarney contra o governador Jackson Lago são similares as já utilizadas contra ela própria e seu marido pelo mesmo grupo político no Amapá e que, por isso, existe uma grande identidade entre as lutas populares nos dois estados. Cristina Almeida destacou a importância da mobilização dos movimentos populares do Maranhão no recente Fórum Social Mundial de Belém, que permitiu dar uma projeção internacional a resistência do povo maranhense contra o Golpe que está sendo orquestrado utilizando-se da justiça. O ex-governador do Amapá, João Capiberibe, fez um relato da perseguição política da qual foi vítima e convocou a população a não abrir mão da defesa do seu voto. Finalmente, João Pedro Stédile fez duras críticas a oligarquia Sarney que tenta no "tapetão" manter os privilégios que perdeu nas urnas.

Fiscais do Ministério Público do Trabalho (MPT) em parceria com outras instituições resgatam aproximadamente 60 trabalhadores em vacaria – Rio Grande do Sul (região Sul). O procurador do Trabalho Ricardo Garcia, em parceria com os auditores do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), constatou as más condições de conforto e higiene nos alojamentos destinados aos trabalhadores da fazenda Tedesco. Segundo o procurador, os trabalhadores estavam expostos à doenças pela infestação de ratos e baratas no local, além de não terem camas suficientes à disposição, o que obrigava alguns a descansarem no chão. Após a liberação dos trabalhadores, o Ricardo Garcia entrou em contato com representantes da fazenda para providenciar o deslocamento deles para hotéis e pensões de Vacaria. “Haverá a continuidade da diligência que se estenderá a outras fazendas da região”, salienta o procurador. A fazenda foi interditada.

5º feira 19

Cerca de 2.300 pequenos agricultores, de acordo com informações da Agência Chasque de Notícias, voltam a trancar a rodovia BR-386 em Boa Vista das Missões – Rio Grande do

Sul (região Sul). Os manifestantes exigem medidas dos governos estadual e federal para minimizar as perdas com a estiagem e potencializar a pequena propriedade. Em Porto Alegre – Rio Grande do Sul, uma comissão de agricultores se reúne com o chefe da Casa Civil, José Alberto Wenzel, que promete a anistia no pagamento das sementes no Programa Troca-Troca e se compromete a agilizar o reconhecimento da situação de emergência nos municípios atingidos pela estiagem.

Camponeses ligados ao MPA protestam em frente às agências bancárias em Erechim – Rio Grande do Sul (região Sul). O protesto é por políticas contra a estiagem. Os agricultores se manifestam em frente às agências do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banrisul. Os manifestantes também bloqueiam o trânsito de veículos em um trecho da rodovia BR-153, dentro do perímetro urbano de Erechim. Os agricultores aguardam audiência com o governo federal e afirmam que novas mobilizações podem ocorrer caso as reivindicações não sejam atendidas.

Manifestantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) ocupam o prédio da prefeitura de Mauá, região metropolitana de São Paulo - SP (região Sudeste). Durante a ocupação houve forte repressão por parte da PM e da Guarda Civil Metropolitana (GCM). Participam da ação cerca de 200 famílias pertencentes ao acampamento Terra e Liberdade que, desde o início de 2008, reivindicam da direção do município ações efetivas em questão de moradia. Houve confronto. De acordo com Zezito Alves da Silva, da coordenação do MTST, a ação policial foi truculenta, com o uso de bomba de gás lacrimogênio e balas de borracha. Segundo o MTST, uma pessoa foi baleada e 18 ficaram feridas. A prefeitura diz que houve destruição e feridos, inclusive entre guardas municipais, mas não pôde precisar os números. O motivo da ocupação do prédio da prefeitura foi um pedido de reintegração de posse do terreno, ocupado pelos sem-teto desde novembro de 2008, emitido pelo prefeito de Mauá, Oswaldo Dias (PT). A área de mais de 1 milhão de metros quadrados, no Jardim Paranaíba, é de propriedade do município e estava abandonada. Segundo o MTST, a confusão foi provocada pela polícia. Segundo a militante Maria das Dores, 80 pessoas do movimento entraram no prédio da prefeitura e ficaram aguardando no saguão para tentar conversar com o prefeito ou algum secretário do município. “Chegamos para conversar, já que o movimento é pacífico. Ficamos esperando no saguão, pedindo para alguém nos receber e para dialogar conosco”, descreveu Maria das Dores. “Eles [*guarda municipal*] fecharam as portas e começaram a nos encurralar. Os militantes entraram em pânico e começaram a subir as escadas para se protegerem”, completou. De acordo com ela, dois militantes do MTST ficaram feridos mais gravemente, um deles, “baleado nas costas por uma bala que não era de borracha”. Segundo Maria das Dores, ambos foram medicados e passam bem. Na versão dada pela assessoria de imprensa da prefeitura, o confronto teve início por volta das 11h da manhã quando cerca de 50 manifestantes do MTST, munidos de paus, ocuparam o prédio da prefeitura e subiram até o gabinete do prefeito. Lá, os militantes teriam dado início a uma quebradeira, destruindo paredes divisórias, computadores e cadeiras. Cerca de dez guardas municipais teriam tentado controlar a confusão até a chegada da PM, que colocou os manifestantes em três ônibus, levando-os para o 1º Distrito Policial, onde ficaram detidos.

A Superintendência Regional do Incra em Roraima reassenta 17 famílias de não-índios remanescentes da terra indígena Raposa Serra do Sol, na região do Passarão, zona rural de

Boa Vista - Roraima (região Norte). Segundo a Agência Brasil, eles receberam lotes medindo entre 290 e 450 hectares. A ação de reassentamento das famílias não-indígenas vem sendo realizada desde 2006, depois que a reserva foi demarcada com o objetivo de retirar os não-índios da área. Todas as famílias beneficiadas apresentaram requerimento ao Incra, solicitando o recebimento dos lotes. Segundo o chefe da Divisão e Obtenção de Terras do Incra, o engenheiro-agrônomo Isaías Valeriano Leite, ainda restam 75 famílias, com processo tramitando no Incra, para serem assentadas. Isaías disse que 40 delas serão reassentadas até o final de 2009 e as restantes só no primeiro semestre de 2010. Segundo informações divulgadas pela Agência Brasil, até o momento o Incra atendeu com terras 105 famílias remanescentes da Raposa Serra do Sol. Segundo o órgão, o trabalho continua à medida que são identificadas áreas com potencial para reassentá-las.

A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) apresenta em Manaus – Amazonas (região Norte), um manifesto pedindo respeito e garantia aos direitos dos povos indígenas no país. Casos polêmicos e conflituosos, envolvendo indígenas, como o da Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, e as acusações – não confirmadas pela polícia – de canibalismo dos Kulina em Envira, no Amazonas, levaram os representantes da organização a pedir apoio e defesa do Ministério Público Federal (MPF) diante do que consideram perseguições e violações de direitos. O manifesto foi apresentado durante reunião da Coiab com lideranças indígenas dos nove estados que compõem a Amazônia, representando 180 povos indígenas. O documento será encaminhado às entidades de direitos humanos e deve também servir de base para futuras discussões com o governo federal previstas para esse ano de 2009. A apresentação do manifesto também está de acordo com uma seqüência de atividades iniciadas em 2009, durante o Fórum Social Mundial (FSM) no Pará, visando a promoção dos povos indígenas. Segundo o documento, indígenas da Amazônia estão atualmente mais vulneráveis às violações de seus direitos e sendo colocados em posição de selvagens, canibais e empecilhos ao desenvolvimento nacional. A criação de uma comissão mista, composta por representantes do governo, do Poderes Legislativo e Judiciário, e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, entre outras instâncias, é uma das principais propostas apresentadas no manifesto como alternativa para combater o que a entidade classifica como perseguição anti-indigenista.

6º feira 20

Trabalhadores do primeiro turno da fábrica da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), em São José dos Campos – São Paulo (região Sudeste), participam de um ato em protesto às 4,2 mil demissões anunciadas pela empresa na tarde do dia 19 de fevereiro. Segundo a assessoria de imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, os trabalhadores que chegaram nos ônibus da empresa desceram antes de chegar à sede e caminharam carregando faixas até a portaria da Embraer, onde foi realizado o protesto. Logo depois, os funcionários assumiram seus postos de trabalho. Segundo informações do sindicato, a Embraer emprega 21 mil trabalhadores, dos quais cerca de 15 mil estão em São José dos Campos. Esta seria a maior demissão em massa anunciada pela empresa, que não comunicou a medida oficialmente ao sindicato. De acordo com informações publicadas no site do sindicato, a entidade já vinha insistindo há dois meses em marcar uma reunião para discutir soluções para possíveis problemas acarretados pela

crise econômica global. Entre as alternativas defendidas para evitar demissões está a redução da jornada de trabalho sem redução de salários e de direitos. Segundo informações divulgadas pela Agência Brasil, a Força Sindical, a Conlutas, a Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo e os Sindicatos dos Metalúrgicos de São José dos Campos, de Botucatu e de Gavião Peixoto informaram que vão pedir ao TRT que reconheça a ilegalidade das demissões, que foram feitas sem que a empresa tentasse negociar com o sindicato e os funcionários. As entidades vão também cobrar responsabilidade social da Embraer perante seus funcionários. A Federação dos Sindicatos dos Metalúrgicos (FEM) da CUT publicou uma nota de protesto contra as demissões. De acordo com a FEM, a ação da Embraer foi irresponsável e precipitada, porque o balanço oficial do segundo semestre de 2008 revela que a Embraer obteve um aumento de 23% nos lucros, principalmente em função do maior volume de entregas. Segundo a Embraer, as demissões na fábrica da cidade de São José dos Campos, em São Paulo, foram motivadas pela previsão de queda na venda de aeronaves devido a crise econômica mundial.

Equipes do Ministério Público e do Ministério do Trabalho resgatam 60 trabalhadores da fazenda Tedesco em Vacaria – Rio Grande do Sul (região Sul). O local que servia de abrigo estava infestado de baratas e ratos e não tinha cama suficiente para todos os trabalhadores. As carteiras de trabalho não foram assinadas e os contratados não passaram por exames médicos. Os trabalhadores saíram das cidades de Bagé e Uruguaiana para a colheita da maçã.

Fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) encontram 17 trabalhadores em condições de trabalho análogas às de escravo por auditores em uma construção da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), em Mogi Mirim – São Paulo (região Sudeste). Os auditores fiscais resgataram os migrantes, do estado do Piauí, que prestavam serviço para a Scopus Construtora e Incorporadora Ltda., por meio de uma empreiteira que aliciou os trabalhadores com promessas de bons salários e moradia. Ao chegar no interior de São Paulo, os trabalhadores já deviam um valor de R\$ 220 para o empreiteiro – conhecido como “gato” –, para cobrir os gastos com passagens e alimentação, que seriam descontados diretamente dos salários. O meio ambiente de trabalho não oferecia nenhuma segurança para os trabalhadores, sem o fornecimento de equipamentos de proteção. Os migrantes, então, foram instalados em um alojamento isolado, onde faltava água potável, chuveiro, havia vazamentos em tempos de chuva e acúmulo de lixo. O local é um ex-curral de cabras, em que os animais ainda permaneciam durante a estadia dos trabalhadores, poluindo a casa com fezes e urina. Havia superlotação na casa, com 20 trabalhadores dormindo em apenas um quarto, inclusive no chão e embaixo de outras camas. Cinco funcionários foram diagnosticados com alguma doença, um deles, inclusive, contraiu hepatite, mas ninguém recebia tratamento médico. O Ministério do Trabalho e Emprego interditou a moradia e autuou a empresa pelas irregularidades trabalhistas. A Scopus responsabilizou-se pelas irregularidades e providenciou o pagamento das verbas trabalhistas e da indenização para os trabalhadores, além de disponibilizar o ônibus fretado para que os migrantes voltassem para seus estados de origem.

A CPT repudia, em nota, o fechamento das escolas em acampamentos sem-terra no estado do Rio Grande do Sul (região Sul). O presidente nacional da CPT, Xavier Gilles, considera a decisão do Ministério Público e do governo do estado como um “terrorismo cultural” e salienta a importância das escolas adaptadas à rotina dos acampados. A nota também

denuncia a tentativa de integrantes do Ministério Público em perseguir o MST, comprovada por ata de reunião do próprio órgão. A Câmara dos Deputados também manifestou seu repúdio em nota oficial. Em trecho da nota, os deputados assinalam que consideram a “decisão injustificável do governo do Rio Grande do Sul, com base em acordo com o Ministério Público do Estado, de fechar escolas itinerantes do MST, subtraindo de imediato o direito à educação de cerca de 400 crianças. Mais que uma decisão político/ideológica que visa a enfraquecer o MST pela via da criminalização, trata-se de clamorosa violação de direitos humanos. Violação do direito à educação, à organização política, à liberdade de expressão pelo ensino, dentre outros, previstos na Constituição, leis e tratados internacionais. Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação estabelece que, além dos conteúdos universais mínimos, as escolas podem adaptar-se às distintas realidades dos alunos neste país tão grande e desigual.” Ao final da nota a Câmara reivindica que “à governadora Yeda Crusius (PSDB) e ao Ministério Público do estado para que reconsiderem tal decisão, até para evitar que se crie um caso emblemático de grave violação de direitos humanos a ser condenado em cortes internacionais, prejudicando assim a imagem do Estado e do País.”

A mineradora Vale e a Geoexplore Consultoria e Serviços serão abrigadas a criar uma floresta na região de Carajás, no sul do Pará (região Norte). A Justiça Federal culpou as empresas por um incêndio na Floresta Nacional de Carajás, em julho de 2003. De acordo com o Ministério Público Federal (MPF), o fogo foi provocado pela equipe de trabalhos topográficos da Geoexplore. A equipe atuava no local a serviço da mineradora. Elas foram enquadradas no artigo 48 da lei ambiental. O juiz ainda considera que a Vale agiu negligentemente no combate ao incêndio. A sentença menciona o depoimento da testemunha Deuzimar da Silva Santos. Empregado da Vale, ele disse que os bombeiros chegaram à região, uma semana depois do início do incêndio. A empresa Vale há tempos é alvo de duras críticas dos movimentos sociais que questionam o alto custo social e ambiental embutido nas atividades da empresa. Também no Pará, a Vale enfrenta um processo encabeçado pelo MPF referente ao pagamento de indenizações aos índios Xikrin, na Serra dos Carajás. A empresa explora uma área de mais de 400 hectares dentro do território indígena, mas não paga corretamente a indenização aos índios pelos impactos sociais e ambientais causados pela presença da empresa.

Sábado 21

Um grupo de intelectuais lança um manifesto na internet em repúdio ao jornal Folha de São Paulo por suas mais recentes afirmações em defesa da ditadura empresarial-militar no Brasil. Em editorial no dia 17 de fevereiro, ao criticar o resultado do referendo na Venezuela, que deu chances de reeleição ilimitada ao presidente Hugo Chávez, o periódico classificou o regime militar brasileiro como “ditabranda”, uma vez que teria sido menos violenta em comparação aos regimes instaurados em outros países da América Latina. O abaixo-assinado também presta solidariedade ao jurista Fabio Konder Comparato e à cientista política Maria Victoria Benevides que, ao enviarem cartas em repúdio ao jornal, foram chamados de “cínicos” e “mentirosos” em uma nota de Redação.

O Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba e a Força Sindical decidem não mais homologar rescisões de contrato sem que antes as empresas expliquem os motivos da demissão. Segundo o presidente do sindicato, Sérgio Butka, essa linha de ação gerou nos últimos dias acordos com montadoras como a Volvo. O sindicato garantiu a manutenção de empregos com a renovação do acordo de banco de horas, que venceria em junho, mas foi prorrogado até dezembro de 2010. Será um recurso que a empresa poderá disponibilizar a qualquer momento. Os trabalhadores poderão folgar para depois compensar os dias parados. Pelo acordo, a Volvo se compromete a manter o nível médio de emprego até 31 de maio de 2009. No dia 20 de fevereiro, a empresa deu férias coletivas de dez dias para aproximadamente mil funcionários da linha de montagem, a partir de 26 de fevereiro. Encerradas as férias, os funcionários poderão receber folgas e a empresa deverá cobrá-las do banco de horas. Na unidade da Renault, em São José dos Pinhais, cerca de 500 metalúrgicos que estão com o contrato de trabalho suspenso e recebem bolsa-qualificação, devem voltar ao trabalho entre os dias 5 e 20 de março. Eles estão afastados desde o dia 5 de janeiro e retornariam somente em 5 de junho. Segundo a assessoria de imprensa do sindicato, o reaquecimento do mercado automotivo, que registrou alta na produção e vendas no último mês, motivou a Renault a reconvocar os trabalhadores. A previsão é de que a fábrica volte a trabalhar com metade do segundo turno entre os dias 5 e 20 de março. A expectativa do sindicato é de que mais 500 funcionários, que ainda estão afastados, voltem ao trabalho ainda no primeiro semestre de 2009. Os assessores do sindicato informaram ainda que na primeira quinzena de fevereiro foram vendidos 99,3 mil automóveis e veículos comerciais leves de todas as marcas, um aumento de 17% ante o mesmo período de janeiro e de 8% na comparação com igual mês de 2008.

Sem-terra e milicianos (jagunços) pagos por fazendeiros entram em conflito em São Joaquim do Monte, a 137 quilômetros de Recife – Pernambuco (região Nordeste) durante a ocupação da área. Quatro jagunços da propriedade foram mortos, segundo o jornal “O Globo”. Os seguranças haviam sido contratados para proteger o local, quando os sem-terras deixaram a área devido ao pedido de reintegração de posse. Os sem-terra haviam sido retirados da propriedade há 15 dias por ordem judicial, mas ao voltarem ao local para montar um novo acampamento, foram recebidos com armas pelos seguranças. Os sem-terra justificam as mortes alegando legítima defesa.

Domingo 22

Movimentos sociais do Pontal do Paranapanema, no oeste do estado de São Paulo (região Sudeste), ocupam 20 fazendas da região. Cerca de 2 mil famílias do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Mast), do Movimento Unidos pela Terra e do MST, ligados a José Rainha, participam da ação que se estende por diversos municípios, entre eles: Euclides da Rancharia, Presidente Prudente e Dracena. Segundo CMI, parte desses latifúndios são terras públicas do estado, ou terras improdutivas e desapropriadas pelo Incra. De acordo com Sergio Pantaleão, um dos coordenadores dos sem-terra da região, a ação do grupo pretende pressionar o governo para aumentar a arrecadação de áreas destinadas ao assentamento de famílias no Pontal e acelerar o processo de Reforma Agrária. O MST nacional afirma não reconhece as ações realizadas pelos grupos ligados a José Rainha. Estas ocupações fazem parte da jornada de lutas “Carnaval Vermelho”, um protesto pelo descaso do Governo José

Serra (PSDB) com a Reforma Agrária no Pontal. Os movimentos reivindicam: assentamento imediato das famílias acampadas, continuação das ações reivindicatórias e discriminatórias, substituição do comando do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), política de créditos para as famílias assentadas, dentre outros.

Dois líderes do MST – Aluciano Ferreira dos Santos de 31 anos, e Pedro Alves de 62, – são indiciados por homicídio qualificado devido ao confronto em São Joaquim do Monte – Pernambuco (região Nordeste), onde quatro seguranças foram mortos. O coordenador do MST em Pernambuco, Jaime Amorim, afirma que os acampados “mataram para não morrer”. Conforme o líder do MST, os jagunços da fazenda eram 15 e o mesmo grupo teria sido contratado por proprietários da fazenda Consulta e da Fazenda Jabuticaba. As duas fazendas vêm sendo reivindicadas há mais de dois anos pelo Movimento. Na Consulta, havia 62 famílias de sem-terra. Na Jabuticaba, agora elas somam 200, já que, segundo Amorim, as que estavam no local do incidente foram transferidas para a outra fazenda. Para o delegado de São Joaquim do Monte, Luciano Francisco Soares, o estopim da crise teriam sido gravações feitas por uma sem-terra, com imagens que mostram seguranças apontando armas para os acampados.

2º feira 23

252 trabalhadores que trabalhavam no corte da cana-de-açúcar, são resgatados pelo grupo móvel de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) na Usina Cruangi S.A, de Aliança no estado de Pernambuco (região Nordeste). Dentre eles, 27 são jovens com menos de 18 anos, sendo que 6 deles não têm sequer 16 anos de idade completos. Os trabalhadores não têm carteira assinada, não recebem pagamento regularmente, viajam em transporte irregular, não têm Equipamento de Proteção Individual (EPIs), acesso a banheiros, nem abrigos para proteção contra intempéries durante as refeições e ainda levam comida e água às frentes de trabalho. Segundo o MTE, a empresa se eximiu de providenciar as estruturas necessárias e acordou com os “gatos” (aliciadores de mão-de-obra) apenas o pagamento R\$ 8 por cada tonelada de cana cortada. Como os aliciadores organizam a produção, são “livres” para repassar o quanto quisessem aos trabalhadores. De cada R\$ 28 recebidos da usina (equivalente a três toneladas e meia de cana-de-açúcar cortada), os intermediários ficavam com pelo menos R\$ 13. O restante, hipoteticamente, seria destinado aos cortadores, mas o repasse não vem sendo feito regularmente. Em decorrência da fiscalização, a Usina Cruangi assina um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), proposto pelo Ministério Público Estadual (MPE) de Pernambuco.

3º feira 24

Cerca de 15 mil pessoas participam de um protesto para denunciar os crimes ambientais no estado do Rio Grande do Sul (região Sul). Organizada pela CPT, pelo Vicariato Episcopal de Canoas e pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a 32ª Romaria da Terra com o tema "Água: sangue da Terra" também propôs a reflexão das comunidades sobre a importância da água. O evento é realizado em Sapucaia do Sul, na região metropolitana da capital Porto Alegre. Pela manhã os romeiros saíram da BR-116 e fizeram

uma caminhada de aproximadamente 2 quilômetros até as margens do Rio dos Sinos, onde mais de 100 mil toneladas de peixes foram encontrados mortos, em outubro de 2006. A principal causa da tragédia foi o lançamento de resíduos tóxicos por empresas locais. No fim do evento foi lida uma carta chamada "Porque tocam os sinos" e que trazia as principais reivindicações do grupo. "Ouvindo o clamor do Rio dos Sinos e de tantas outras águas do Rio Grande do Sul denunciemos o crime ambiental de 2006 e acobertamento dos criminosos, o não tratamento adequado dos resíduos industriais, a omissão do poder público no tratamento dos esgotos domésticos, a equivocada visão da água como instrumento de lucro, a falta de proteção das nascentes", diz o texto. O grupo também criticou a criminalização dos movimentos populares no Rio Grande do Sul, o fechamento, por parte do governo do estado, das escolas itinerantes de Ensino Fundamental nos acampamentos do MST e a não-realização da Reforma Agrária conforme os anseios populares. No Rio Grande do Sul, a Romaria da Terra foi realizada pela primeira vez em 1978.

Cerca de 200 pessoas ligadas ao MST ocupam duas fazendas – Pininga e Guairacá –, em Londrina no norte do estado do Paraná (região Sul). Outras 50 famílias do MST estão acampadas em frente à fazenda Porta do Céu, em Florestópolis, de 1,8 mil hectares de propriedade do grupo Atala, no Norte do estado. Eles reivindicam agilidade na compra das terras. Os sem-terra já vinham se aproximando das propriedades havia cerca de uma semana, montando acampamento nas cercanias. As fazendas Pininga e Guairacá ficam no distrito de Lerroville. Segundo o MST, as terras precisam ser regularizadas pelo Incra. O movimento antecipou-se a negociações que são realizadas pelo Incra com o objetivo de comprar as duas propriedades. Em nota, o instituto afirma que as áreas já foram compradas e que o assentamento das famílias será providenciado. O MST pretende assentar nas duas fazendas de 500 a 600 famílias. A fazenda Porta do Céu, em Florestópolis, foi considerada improdutiva pelo Incra e está em processo de desapropriação.

4º feira 25

Os movimentos sociais do Pontal do Paranapanema, no oeste do estado de São Paulo (região Sudeste), declaram que vão esperar a manifestação da Justiça para deixar as 20 fazendas que ocupam desde o dia 22 de fevereiro. Cerca de 2 mil famílias do Mast, do Movimento Unidos pela Terra e do MST, ligados a José Rainha, participam da ação que se estende por 14 municípios, entre eles, Rancharia, Presidente Prudente e Dracena. De acordo com Pantaleão, as ocupações estão sendo feitas para pressionar o governo a aumentar a arrecadação de áreas destinadas ao assentamento de famílias no Pontal e a acelerar o processo de Reforma Agrária. A União Democrática Ruralista (UDR) informou que fará uma representação na Polícia Civil e no Ministério Público estadual solicitando o enquadramento cível e criminal dos líderes dos movimentos sociais. O governo do estado anunciou que não vai dialogar com os movimentos enquanto houver ocupações, e desmarcou uma reunião com os trabalhadores rurais agendada para o dia 26 de fevereiro. Os movimentos acusam o Itesp, vinculado à Secretaria de Justiça do estado, de morosidade na desapropriação de terras para a Reforma Agrária no Pontal. O Itesp, afirmou, em nota, que novas áreas estão sendo obtidas e que, desde 2007, o estado já investiu R\$ 8 milhões nos assentamentos da região. O secretário de Justiça de São Paulo, Luiz Antônio Marrey,

classificou de políticas as ocupações de fazendas por sem-terra no Pontal do Paranapanema, e declara que o governo paulista não revogará, em hipótese alguma, as duas portarias que excluem a participação de movimentos sociais nas comissões de seleção de assentamentos no estado. O secretário ainda assegura que o estado vai agir com rigor nas reintegrações de posse determinadas pela Justiça, utilizando força policial, se necessário. Marrey afirma que a responsabilidade pela reforma agrária é do governo federal.

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, tendo em vista as ocupações realizadas pelo MST em São Paulo (região Sudeste) e em Pernambuco (região Nordeste), declara que repasses de dinheiro público a movimentos que atuam dessa forma são tão ilegais quanto as ocupações realizadas durante o carnaval. De acordo com o jornal O Globo, Gilmar cobra do Ministério Público a fiscalização desses repasses e a denúncia de autoridades envolvidas por crime de responsabilidade. O ministro ainda frisa que a lei 8.629, que regulamenta a Reforma Agrária, proíbe repasses de verba pública a movimentos que ocupem terras.

Os sem-terra envolvidos nas mortes de quatro jagunços na Fazenda Consulta, em São Joaquim do Monte – Pernambuco (região Nordeste), serão excluídos da Reforma Agrária, declara o superintendente do Incra em Recife, Abelardo Siqueira,. A coordenação assumiu as mortes alegando legítima defesa.

5º feira 26

Centenas de metalúrgicos da General Motors (GM) do Brasil, que tem sede em São Caetano do Sul, na Grande São Paulo (região Sudeste), realizam, em frente à fábrica, manifestação contra o desligamento de 1.633 trabalhadores da empresa. Os funcionários que serão dispensados têm contrato por tempo determinado e os desligamentos vão ocorrer de acordo com o vencimento do contrato de cada trabalhador. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul, até o mês de abril, cerca de 50 trabalhadores por dia receberão a carta de dispensa. Até o dia 27 de fevereiro, 90 funcionários devem ser desligados. De acordo com Silva, em reunião com a empresa, o sindicato vai propor alternativas para o desligamento dos trabalhadores, como a suspensão temporária do contrato de trabalho (medida conhecida como *layoff*). A reunião está marcada para 5 de março. Segundo a Agência Brasil, por meio de sua assessoria de imprensa, a GM afirmou que não vai se manifestar sobre as dispensas.

Os sindicatos dos Metalúrgicos de São José dos Campos e de Botucatu e as centrais sindicais Conlutas e Força Sindical protocolam no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de Campinas – São Paulo (região Sudeste) um pedido para a reintegração dos 4.270 funcionários demitidos pela Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) na semana passada. O advogado disse também que outra alegação é que a empresa não precisaria demitir, porque não estaria enfrentando uma crise de produção. “Ela aumentou a produção em 20% de 2008 para 2009”, afirmou. “Não há sentido nenhum em se cortar o contingente de funcionários”, disse o advogado. De acordo com o advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Aristeu Pinto Neto, o pedido protocolado pede a nulidade das demissões, alegando primeiramente a falta de negociação da Embraer com o

sindicato, antes da oficialização das dispensas. Segundo nota do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, trata-se de uma ação de dissídio coletivo, protocolada com um pedido de liminar. Em nota, o sindicato informou que o desembargador federal do trabalho Luis Carlos Cândido Martins Sotero da Silva se comprometeu a dar uma decisão sobre o pedido de liminar em dois dias e também agendou uma audiência de conciliação entre a Embraer e as entidades sindicais para o dia 5 de março. O Ministério Público do Trabalho, segundo nota do sindicato, também agendou uma audiência de conciliação para o dia 2 de março.

Cerca de cem servidores da estatal de Furnas Centrais Elétricas deflagram greve até o meio-dia de acordo com o Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia do Rio de Janeiro e Região (Sintergia-RJ) no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os funcionários protestam contra o ministro Edison Lobão, que fez duras críticas à atual gestão e defendia a troca do comando da Fundação Real Grandeza, na entrada da estatal na cidade do Rio de Janeiro.

6º feira 27

Trabalhadores demitidos da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) e representantes de entidades sindicais realizam uma manifestação em frente à sede da empresa em São José dos Campos – São Paulo (região Sudeste). Com faixas e cartazes os manifestantes pediram o fim das demissões e a edição de uma medida provisória pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva que garantisse a estabilidade no emprego. Presente no ato, o deputado e presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, comemorou a decisão do desembargador do Tribunal Regional de Trabalho (TRT) Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva, que concedeu na liminar que suspende até o dia 5 de março as 4,2 mil demissões na Embraer. O Ministério Público do Trabalho agendou para o dia 5, uma audiência de conciliação entre o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e a Embraer. A audiência, é uma resposta à representação impetrada pelo sindicato para pedir que as demissões da Embraer sejam anuladas. Os funcionários foram demitidos no dia 19 de fevereiro.

O MST divulga nota de esclarecimento sobre os acontecimentos em Pernambuco (região Nordeste) e as ocupações em São Paulo (região Sudeste). Sobre as mortes em Pernambuco, o MST afirma que os membros da entidade envolvidos na morte de quatro seguranças das fazendas Jaboticaba e Consulta em São Joaquim do Monte, no estado do Pernambuco (região Nordeste), agiram em legítima defesa. No dia 21 de fevereiro, um conflito entre sem-terra acampados na fazenda Consulta e seguranças resultou na morte de quatro pessoas e um ferido. “Os pistoleiros entraram armados no acampamento Consulta, depois de reocupado pelas famílias, e passaram a agredir um trabalhador, até levá-lo ao chão. Um dos pistoleiros chegou a sacar uma arma para atirar, e foi nesse momento que os acampados reagiram, em legítima defesa. No desfecho da situação, quatro pistoleiros morreram e um trabalhador foi baleado”, afirma a nota do MST. O movimento dos sem-terra alega ainda que, antes da ocorrência, pistoleiros e milícias armadas rondavam os dois acampamentos. De acordo com MST, a presença dos seguranças armados foi denunciada à PM. O Movimento reivindica na nota “a defesa da vida das famílias acampadas e a desapropriação imediata das duas fazendas, que, conforme já comprovou o Incra, são improdutivas e não

cumprem sua função social”. Sobre as ocupações em São Paulo, o movimento esclarece em nota que “As ocupações são importantes ferramentas na luta pela terra, por isso, o MST, durante os seus 25 anos de história, sempre utilizou dessa ferramenta para lutar pela Reforma Agrária. Desse modo, o MST continuará realizando ocupações de terra independentemente de calendários. O movimento destaca que “José Rainha Júnior não compõe nenhuma instância organizativa do Movimento e, portanto, não está autorizado a falar e agir em nome dessa Organização”. E afirma ainda que “A reunião com o secretário de Justiça de São Paulo divulgada pela imprensa, não era com a direção estadual do MST, portanto, não temos nada a declarar sobre esse assunto”.

Cerca de 20 pistoleiros, segundo site do MST, contratados por Clodoaldo Bezerra Jonas, "proprietário" da Fazenda Nova, no município de Águas Belas em Pernambuco (região Nordeste), ameaçam as 100 famílias que estão acampadas em frente à área, aguardando sua desapropriação. Clodoaldo é ex-prefeito de Águas Belas e, segundo o Movimento, contratou os pistoleiros para executarem uma expulsão extra-judicial das famílias. O MST vem denunciando a violência e pistolagem na área desde 2006, quando “Codinho”, juntamente com capangas armados, ameaçou e espancou trabalhadores rurais que estavam acampados na fazenda. Na ocasião a polícia foi acionada e chegou a dar flagrante das agressões e ameaças, inclusive apreendendo armamento pesado em posse dos capangas. Mas as armas foram devolvidas ao proprietário logo após a apreensão. O MST denunciou o caso no Ministério Público Estadual. Em outra fazenda de Codinho, a Fazenda Mata Escura, vários sem-terra foram agredidos e uma criança de 9 anos teve que ser hospitalizada com ferimentos na cabeça, resultantes da ação violenta da polícia em ação de despejo das famílias, em 2007. Todos os barracos foram queimados, juntamente com os pertences das famílias, e as lavouras foram destruídas por tratores. À época o MST já havia denunciado a agressão policial ao Ministério Público Estadual, à Ouvidoria Agrária e à Corregedoria da Polícia Militar.

O Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA), contesta as declarações do presidente do Supremo Tribunal Federal - STF, Gilmar Mendes, e apoiadas pelos Presidentes do Senado Federal, e da Câmara dos Deputados, contra os movimentos sociais e sindicais do campo. Segundo a nota de repúdio divulgada pelo site do MST, “Lastimamos que o Presidente do STF, que é o guardião da Constituição Federal, não tenha incorporado à história de luta das classes populares nacionais. Em declaração recente a imprensa, o Ministro, em uma atitude revoltosa, coloca no mesmo patamar diferentes situações como as ocupações de terras, convênios e contratos assinados entre organizações e governo, questiona as autoridades responsáveis pelo repasse de verbas e pede a punição por crime de responsabilidade.” A nota ainda ressalta que “As lideranças dos diferentes movimentos reunidos em Salvador durante o Seminário Nacional pela Campanha do Limite da Propriedade da Terra não se sentem ameaçadas pelas palavras do Ministro Gilmar Mendes. Pelo contrario, se sentem desafiadas e estimuladas a renovar suas alianças e dar continuidade à luta histórica em nome dos companheiros e companheiras que tombaram nesta caminhada.” A chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, afirmou que o governo cumpre a legislação, em Florianópolis – Santa Catarina (região Sul), se referindo às declarações de Gilmar Mendes, sobre o repasse de verbas públicas a movimentos que ocupem terras. Em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul), o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, também declarou que não há irregularidades e alegou que é impossível

associar as entidades beneficiadas com recursos públicos a movimentos sociais como MST. Segundo ele, essas vinculações são suposições.

Doze trabalhadores, de acordo com informações da Agência Chasque de Notícias, em condições de escravidão são libertados da Fazenda Ipanema, em Adrianópolis – Paraná (região Sul) por um grupo móvel do Ministério Público do Trabalho, do Ministério Público e da Polícia Ambiental do Paraná. A fazenda pertencia a Compet Agro Florestal S/A do grupo Cocelpa Papéis e Celulose. Os trabalhadores atuavam no corte de pinús em jornadas de doze horas, sem condições adequadas de moradia, higiene ou refeições e com descontos nos salários dos gastos da própria empresa com combustível, alimentação e direitos trabalhistas. São lavrados 24 autos de infração.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) denuncia que a maioria dos governos estaduais e dos municípios não está cumprindo com o piso salarial nacional do magistério. O piso de R\$ 950 entrou em vigor em primeiro de Janeiro de 2009 e deve ser implementado até 2010. Em nota divulgada recentemente, a CNTE comunica que os sindicatos de professores em todo o país estão realizando assembleias para determinar manifestações em defesa do piso. Entre as atividades, está prevista uma greve nacional.

Sábado 28

Integrantes do MST ocupam a fazenda Espírito Santo do banqueiro Daniel Dantas no município de Xinguara no estado do Pará (região Norte). Cerca de 380 famílias participam da ocupação. A fazenda é administrada pela Pecuária Santa Bárbara, controlada por Dantas. A ação é um ato político contra os empreendimentos de Dantas, acusado de uma série de crimes no sistema financeiro brasileiro. O grupo Santa Bárbara administra várias fazendas no sudeste do Pará e tem sede no município onde a fazenda foi ocupada. A compra de inúmeras fazendas do grupo de Dantas no Pará é suspeita de lavagem de dinheiro. É a segunda fazenda da Pecuária Santa Bárbara que o MST ocupa no Pará. A primeira foi a fazenda Maria Bonita, localizada em Eldorado do Carajás. Os negócios de Dantas no Pará são investigados pela justiça e o Instituto de Terras do Pará (ITERPA). Segundo o MST, a ocupação é um protesto às declarações do presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, para quem o repasse de verbas públicas ao movimento é ilegal.

Glossário de Siglas

CMI	Centro de Mídia Independente
CPT	Comissão Pastoral da Terra
Conlutas	Coordenação Nacional de Lutas
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Partido Democrata
Dieese	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos

	Socioeconômicos
Funai	Fundação Nacional do Índio
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Itesp	Instituto de Terras do estado de São Paulo
Mast	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MPA	Movimento de Pequenos Agricultores
MPF	Ministério Público Federal
MPL	Movimento Passe Livre
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
ONG	Organização Não Governamental
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
STF	Supremo Tribunal Federal

Realizada pelo Comitê de Acompanhamento e Análise da Conjuntura do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL/CLACSO).

Levantamento e sistematização feitos pela equipe: Coordenação: Prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ). Pesquisadores Assistentes: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ), Jacqueline Aline Botelho Lima (UFRJ/UERJ). Assistentes de pesquisa: Anísio Borba (LPP/UERJ), Luiza Leite (LPP/UERJ), Vera Lúcia R. de Oliveira (LPP/UERJ), Luis Américo Araújo Vargas (UFRJ), Mariana Santos (LPP/UERJ). Consultoria: Jane Barros Almeida (UFF).

Fontes: Jornal Folha de São Paulo, Jornal O Globo, Jornal O Estado de São Paulo, Jornal Brasil de Fato, Agência Chasque de Notícias, Agência Brasil, MST na Imprensa, Jornal do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA.



OSAL

Observatorio Social de América Latina
Publicación electrónica

Cronología del Conflicto Social

R

A

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales



CLACSO

Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais

Documento de trabajo N° 228

*Realizado por
el Comité de Seguimiento
del Conflicto Social y la Coyuntura
Latinoamericana de R*



Integrantes Juan

Diarios E

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.

La responsabilidad por las opiniones expresadas en los artículos, estudios y otras colaboraciones incumbe exclusivamente a los autores firmantes, y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina (OSAL)** constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinado a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado constituye uno de los resultados de este trabajo de documentación y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un documento de trabajo en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social llevadas a cabo durante el mes indicado en uno de los 19 países relevados.

La cronología presentada ha sido elaborada por alguno de los diversos **Comités de Seguimiento del Conflicto Social** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación de un equipo de investigación que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

Comités de Seguimiento del Conflicto y la Coyuntura Latinoamericana

PAIS	INSTITUCION	RESPONSABLES
Guatemala	FLACSO	Simona Yagenova Mario Castañeda
Colombia	Escuela Nacional Sindical	Guillermo Correa Diana Cárdenas
Paraguay	Centro de Documentación de Estudios	Quintín Riquelme
Ecuador	CIUDAD	Mario Unda Hugo González
Bolivia	CIDES – UMSA	Dunia Mokrani Chávez Pilar Uriona Crespo
Chile	ARCIS	Juan Carlos Gómez Leyton
Perú	Instituto de Estudios Peruanos	Ramón Pajuelo
Brasil	LPP	Roberto Leher
Argentina y Uruguay	PIMSA (Argentina)	María Celia Cotarelo
México	UNAM	Massimo Modonesi Lucio Oliver
Panamá, El Salvador, Nicaragua Honduras y Costa Rica	CELA (Panamá)	Marco A. Gandásegui, h.
República Dominicana y Puerto Rico	Centro Juan Montalvo (Rep. Dominicana)	Mario Serrano Juan Luis Corporán
Venezuela	PROVEA	Marino Alvarado Marco Antonio Ponce
Costa Rica	IIS	Sindy Mora Solano

BRASIL

Cronologia do Conflito Social

Março 2009

Domingo 01

Professores da rede municipal da cidade de Fundão - Espírito Santo (região Sudeste) paralisam as atividades nas 12 escolas administradas pela prefeitura. Eles alegam falta de material pedagógico, de produtos de limpeza, de carteiras e também de professores. O diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública, Swami Bérghamo, afirma que espera que a população se sensibilize com os protestos e pressione a prefeitura a melhorar as condições de trabalho.

Cerca de 100 manifestantes ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) segundo o jornal O Globo, 240 famílias segundo site do Movimento, ocupam a Fazenda Cedro, em Marabá – Pará (região Norte). A propriedade tem o banqueiro Daniel Dantas como um dos seus acionistas. A ação ocorre um dia após ocupar a Fazenda Espírito Santo, em Xinguara, também no Pará. A informação foi divulgada pelo delegado Alberoni Afonso Miranda Lobato, titular da Delegacia Especial de Conflitos Agrários em Marabá (Deca). De acordo com o delegado, a Cedro já estava ocupada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), e recebeu a adesão de integrantes do MST. Segundo site do MST, a área é objeto de imbróglio jurídico que envolve o estado, a família Mutran e o grupo Santa Bárbara, do banqueiro Daniel Dantas. Conforme o site, o antigo castanhal foi transferido através da ferramenta jurídica do aforamento, para ser explorado de forma extrativa pela família Mutran, em particular o pecuarista Benedito. Ao longo dos anos o castanhal deixou de existir e em seu lugar surgiu o pasto de criação de gado Boi zebu. No Pará o aforamento abrange um período de concessão de 1955 a 1966. A família Mutran foi a principal oligarquia do sudeste do Pará. É conhecida pela forma truculenta com que costuma tratar os seus adversários e pela prática de mão-de-obra escrava em áreas que controlou. Suas fazendas Cabaceiras - desapropriada depois de 10 anos de ocupação - Mutamba e Peruano estiveram na lista suja do trabalho do Ministério Público do Trabalho (MPT) nos anos de 2003 e 2004. Naquele período receberam a multa de maior robustez da história do MPT, um milhão e trezentos mil reais. A ação faz parte do chamado "Carnaval Vermelho", realizado desde o dia 20 de Fevereiro.

Cerca de 40 militantes, de acordo com informações do Jornal O Estado de São Paulo, dissidentes do MST ocupam a fazenda do Balneário, em Paraguaçu Paulista - São Paulo (região Sudeste). De acordo com o líder da ocupação Luciano de Lima, os sem-terra pretendem montar apenas um acampamento na fazenda. Segundo ele, "A terra não é suficiente para assentar as famílias e nosso objetivo é ter aqui uma base para organizar o movimento." A fazenda é a 24ª área ocupada na região desde o dia 20 de Fevereiro, durante o chamado "Carnaval Vermelho". A ação é apoiada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paraguaçu Paulista. O grupo liderado por Lima é ligado a José Rainha Júnior, afastado dos quadros do MST. Ainda de acordo com Lima, pelo menos cinco fazendas da região foram consideradas improdutivas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e os manifestantes pretendem fazer pressão para que sejam transformadas em assentamentos.

2ª feira 02

Educadores, crianças e pais das Escolas Itinerantes de acampamentos do MST protestam em todo o estado do Rio Grande do Sul (região Sul). O protesto é contra o fechamento das escolas Itinerantes pela Governadora Yeda Crusius do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e pelo Ministério Público Estadual (MPE). Durante a manhã em Sarandi, a rodovia BR-386 é bloqueada e as crianças assistem aula no local. Nos municípios de Pelotas, Santa Maria e São Luiz Gonzaga, Santana do Livramento e Canoas protestos ocorrem em frente às Coordenadorias Regionais de Educação. Segundo site do MST, as Escolas Itinerantes beneficiavam 600 crianças e foram fechadas numa decisão autoritária da Governadora e do Ministério Público sem consulta aos pais, educadores e alunos. Em 2008, o governo do estado já havia atrasado em 9 meses os salários dos educadores e não realizava a entrega de material didático. Após o fechamento, o governo estadual determinou a transferência das crianças acampadas para escolas nos municípios onde estão os acampamentos. Alguns prefeitos já se manifestaram contra a decisão, alegando não possuem recursos para receberem as crianças. O Prefeito de São Gabriel Rossano Gonçalves do Partido do Partido Democrático Trabalhista (PDT), notório crítico do MST, já declarou que prefere que as escolas itinerantes atendam as crianças do município. Segundo o Movimento, as Escolas itinerantes custam R\$ 16 mil ao governo do estado, apenas São Gabriel precisaria desembolsar R\$ 48 mil em transporte escolar para atender as crianças. O MST afirma que irá manter as aulas nos acampamentos.

Cerca de cem famílias sem-terra, de acordo com informações da Agência Chasque de Notícias, denunciam sofrer ameaças de pistoleiros na cidade de Águas Belas - Pernambuco (região Nordeste). As famílias estão acampadas em frente à Fazenda Nova e aguardam a desapropriação da área. Segundo relatos, os pistoleiros atuam desde 2006 contratados pelo proprietário, conhecido como Codinho. Os sem-terra já registraram casos de agressão física, de coação com arma de fogo e ameaças verbais à polícia e ao Ministério Público, mas nenhuma medida foi tomada pelos órgãos. Na semana passada, quatro pistoleiros foram mortos e um sem-terra ficou ferido durante ataque de um acampamento por um grupo armado na cidade de São Joaquim do Monte.

A Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo repudiam as declarações do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, contra o MST. O presidente do STF declarou que o governo federal estaria financiando o MST por meio de convênios com cooperativas e associações. O porta-voz da CNBB, padre Nelito Dornelas, denuncia que a Justiça é parcial e suas decisões são na maioria das vezes contra os movimentos sociais. Em nota, o Fórum Nacional pela Reforma Agrária qualifica as declarações de Mendes como preconceituosas.

A Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), representada por dois advogados, rejeita proposta de reintegração dos cerca de 4.200 funcionários demitidos pela empresa e de abertura de negociação para se buscar formas alternativas de redução de gastos. A proposta foi apresentada pelo procurador Roberto Pinto Ribeiro, mediador da audiência de conciliação que reúne representantes da Embraer e do sindicato de funcionários, realizada na sede do Ministério Público do Trabalho (MPT) de São José dos Campos – São Paulo (região Sudeste). Segundo o jornal O Globo, Ribeiro afirmou que “a

demissão coletiva tem de ser precedida de negociação com o sindicato, o que não aconteceu no caso da Embraer”. Ao rejeitar os termos apresentados pelo MPT, a Embraer alegou que iria esperar pela audiência do dia 5 de março, no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de Campinas – São Paulo, onde corre um processo movido pelo sindicato, onde é pedida a anulação das demissões.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva declara considerar inaceitável que líderes do MST aleguem legítima defesa depois de matar quatro pessoas, no conflito com funcionários das fazendas Consulta e Jabuticaba, ocorrido em São Joaquim do Monte – Pernambuco (região Nordeste). Ao discursar em encontro com empresários brasileiros e holandeses na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em São Paulo (região Sudeste), Lula ainda afirmou que se deve pagar um preço pela ilegalidade e descartou a possibilidade de crise diante da troca de acusações entre líderes do MST e o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes. Já em Brasília – Distrito Federal, o ministro da Justiça, Tarso Genro, diz não ver aumento da violência no campo, mas sim “uma mobilização de movimentos sociais, em determinadas circunstâncias, de maneira mais arrojada”. Genro volta a afirmar que a ocupação de terras é problema de ordem pública, que deve ser administrado pelos estados, e não pelo governo federal. O ministro ainda admite que o governo não conseguiu resolver o problema da concentração de terras, mesmo com os investimentos na Reforma Agrária.

3º feira 03

Cerca de 200 sem-terra se mobilizam e montam acampamento em frente ao Palácio dos Leões, sede do governo estadual, no Maranhão (região Nordeste). Os manifestantes defendem que o governador Jackson Lago (PDT), seja mantido no cargo. Lago é acusado de abuso de poder econômico e político conforme o jornal “O Globo”. O MST organizou o acampamento nas duas outras sessões que ocorreram para julgar o caso no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O julgamento foi adiado devido a pedido de vista e a falta de quorum.

Jaime Amorim, coordenador nacional do MST no estado de Pernambuco (região Nordeste), contesta a declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que considera inaceitável que o MST alegue legítima defesa no confronto em que quatro seguranças de fazendas no estado saíram mortos. De acordo com o jornal O Globo, Amorim afirma que “certamente, não disseram a ele (Lula) as condições em que houve o confronto”, insistindo na tese de legítima defesa. Amorim ainda declara que as acusações de que o MST possui arsenais nos acampamentos vêm sendo feitas por policiais que prestam serviços de segurança ilegal em fazendas.

Alunos da universidade particular Gama Filho fazem manifestação na unidade de Piedade, zona norte do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os estudantes reivindicam o retorno das aulas interrompidas pela greve dos professores da instituição, iniciada no dia 16 de fevereiro, de acordo com o jornal O Globo.

Um grupo de trabalhadores demitidos da empresa Bekun do Brasil, fábrica de máquinas para embalagens de plástico, localizada na zona sul da capital São Paulo – SP (região Sudeste), ocupa um galpão da empresa. A ação é um protesto contra a demissão de 60 dos seus 84 funcionários, que inviabilizou a produção. Os trabalhadores reclamam ainda

do não pagamento das verbas rescisórias. Segundo o diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Edson Passos, cerca de 60 empregados foram dispensados, no dia 20 de fevereiro, véspera do carnaval, e até agora nenhum deles recebeu os valores relativos à indenização. Representantes da Bekun e dos empregados participaram de uma audiência de conciliação na sede do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), mas não houve acordo entre as partes. Os funcionários montam acampamento após a audiência realizada no TRT. O TRT vai enviar o processo a julgamento, em data ainda a ser definida.

Pais, educadores e alunos da Escola Estadual Santa Rita, em Nova Santa Rita, no Rio Grande do Sul (região Sul), protestam contra o fechamento da escola pelo governo do estado. Além da população urbana, a escola de Ensino Fundamental atendia crianças dos assentamentos próximos. Segundo Altair Norbach, educador das escolas itinerantes, o fechamento desta escola estadual reflete a incoerência do fechamento também das escolas de acampamentos. “Como a Governadora quer fechar as itinerantes e transferir mais de 100 crianças do acampamento para as escolas do município, se ela mesmo fecha as escolas de Nova Santa Rita?”, questiona. Cerca de 90 crianças, das zonas urbanas e rurais, foram prejudicadas pelo fechamento da Escola. A Coordenadoria Regional de Educação se recusa a receber os manifestantes.

4ª feira 04

Trabalhadores rurais sem-terra desocupam a propriedade no município de São Joaquim do Monte – Pernambuco (região Nordeste) cerca de onze dias após o assassinato de quatro seguranças da Fazenda Jabuticaba. A desocupação ocorre sob a supervisão do ouvidor agrário nacional e presidente da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, Gercino Silva Filho. Os acampados relutaram em aceitar o acordo realizado no dia 3 de março, na capital Recife, que previa que eles não poderiam voltar ao local, por nenhum motivo, inclusive cuidar das lavouras cultivadas na fazenda. Depois de reunião com o ouvidor Agrário Nacional, o MST concordou em desocupar a Fazenda Jabuticaba. Uma das condições acordadas para a desocupação e para que a propriedade não seja novamente ocupada é que ela seja medida pelo Incra e tenha menos de 525 hectares, o que impede que o terreno seja destinado à Reforma Agrária. Os proprietários da fazenda concordaram com a medição e o superintendente do Incra do estado se comprometeu a iniciar o trabalho no dia 9 de março além de procurar novas terras para o assentamento dos trabalhadores rurais na região de São Joaquim do Monte.

Cerca de 60 ferroviários e metroviários realizam protesto contra a tentativa de mudança no comando da Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social (Refer), o fundo de pensão do setor, no Centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). As lideranças do protesto acusam o Ministério dos Transportes de ingerência política na entidade ao pedir a substituição da presidência antes do término do mandato.

José Carlos de Moraes, o Pepe, liderança da ocupação de terras que formou o acampamento Serra do Sol, em Santa Cruz – Rio de Janeiro (região Sudeste), é assassinado a tiros às margens da Avenida Brasil. De acordo com o jornal O Globo, o assassino ainda não foi identificado.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decide, por maioria de votos, cassar o mandato do governador do Maranhão Jackson Lago (PDT) e de seu vice Luís Carlos Porto do Partido Popular Socialista (PPS), pela prática de abuso de poder político e econômico nas eleições de 2006. Segundo divulgado pelo site da Agência Brasil, Lago poderá ficar no cargo até que sejam esgotadas as possibilidades de recurso no TSE. Caso não consiga reverter a cassação, deverá assumir o governo do estado a senadora Roseana Sarney do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), filha do presidente do Senado, José Sarney (PMDB), segunda colocada no pleito. Lago e Porto foram acusados de terem sido favorecidos por um esquema que cooptava e corrompia lideranças políticas, articulado pelo ex-governador José Reinaldo do Partido Socialista Brasileiro (PSB), para eleger o seu sucessor. Entre as supostas infrações que teriam sido cometidas durante a campanha eleitoral estariam doações irregulares de cestas básicas e kit salva-vidas para moradores da Baía de São Marcos, em São José de Ribamar, transferência ilegal de recursos públicos, de mais de R\$ 700 mil, para uma associação de moradores de Grajaú, por meio de convênios, além da distribuição de combustível e de material de construção. O voto decisivo pela cassação foi dado pelo presidente do TSE, ministro Carlos Ayres Britto, para quem Lago se beneficiou indevidamente de atos praticados pelo então governador José Reinaldo, que celebrou mais de 1.800 convênios no ano eleitoral.

Cerca de 400 funcionários do Senado realizam manifestação em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) em favor do ex-diretor-geral da Casa, Agaciel da Silva Maia, que deixou o cargo no dia 3 de março após denúncias de que teria omitido da Receita Federal um imóvel no valor de R\$ 5 milhões. A chapelaria do Congresso Nacional ficou lotada de servidores e terceirizados que, mesmo com as denúncias, demonstraram apoio a Agaciel. Na manifestação, o ex-diretor precisou ser escoltado por seguranças. Agaciel teria colocado a casa em nome do irmão, deputado João Maia do Partido da República (PR-RN), por estar com os bens bloqueados judicialmente na época em que adquiriu o imóvel. Ele estava no cargo de diretor-geral há 14 anos e continua trabalhando como servidor do Senado. Quem assume as funções é o diretor-geral adjunto, Alexandre Gazineo.

Os trabalhadores demitidos da Embraer protestam em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) contra as demissões anunciadas pela empresa. Segundo site da Agência Brasil, a mobilização é organizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e pela Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas). Os trabalhadores foram divididos em três comissões, que seguirão para o Palácio do Planalto, o Senado e a Câmara dos Deputados. Os manifestantes reivindicam do governo medidas concretas para suspender as demissões. O sindicato também reivindica a redução da jornada de trabalho sem redução de salários e estabilidade no emprego.

Aproximadamente 200 pessoas pertencentes a movimentos sociais, estudantis, sindicais, comunitários fazem uma passeata pacífica pelas principais ruas e avenidas da cidade de Florianópolis – Santa Catarina (região Sul). Os manifestantes pararam em frente à prefeitura e câmara dos vereadores para manifestar sua indignação contra o aumento das tarifas do transporte coletivo. Segundo o Centro de Mídia Independente (CMI), neste dia 4 de março, têm início a Jornada de Luta Contra o Aumento das Tarifas do Transporte Coletivo em Florianópolis.

O juiz federal Carlos Henrique Haddad, de Marabá, Sul do Pará (região Norte), conclui o julgamento de 32 processos referentes a trabalho escravo, condenando 27 réus. A menor pena aplicada é de 3 anos e 4 meses e multa; e a maior, de 10 anos e 6 meses, mais multa. O juiz ressalta que reduzir alguém à condição análoga à de escravo atenta também contra a organização do trabalho genericamente considerada, a despeito de ser classificado dentre aqueles que violam a liberdade individual. O crime não está restrito ao cerceamento da liberdade de locomoção, mas se inclui a liberdade de autodeterminação pessoal.

6º feira 06

Estudantes realizam manifestação pacífica em frente ao consulado dos Estados Unidos da América, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) e são presos pela Polícia Militar (PM). A manifestação foi organizada em homenagem ao dia internacional da mulher, comemorado no dia 8 de março, e em defesa do povo palestino. A polícia prendeu 6 pessoas, uma delas menor de idade, como forma de dispersar a manifestação. Os adultos foram acusados, dentre outros crimes, de corrupção de menores.

Trabalhadores da colheita de eucalipto e do viveiro da Veracel paralisam as atividades em Eunápolis – Bahia (região Nordeste) depois de 11 rodadas de negociação com a empresa. A Veracel está localizada no Sul da Bahia, uma região que abrange os municípios de Eunápolis, Canavieiras, Belmonte, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Mascote, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. Eles reivindicam melhores salários e melhores condições de trabalho. Segundo site do MST, a jornada de um trabalhador da colheita mecanizada é de 12 horas e tem causado muitas doenças ocupacionais; 58% dos trabalhadores estão com doenças osteomusculares relacionadas ao trabalho. Muitos têm medo de pedir licença para o tratamento, pois, quando retornam, a empresa despede o trabalhador doente, sem nenhum tipo de apoio. Somente na colheita mecanizada diversos trabalhadores foram demitidos e quatro retornaram através de reintegração de posse da Justiça do Trabalho. Segundo informações divulgadas pelo MST, a produtividade de um trabalhador da Veracel Celulose é 34% maior que qualquer outra empresa do setor. Um trabalhador da Aracruz Celulose, uma das acionistas da Veracel, Votorantim e Suzano Bahia Sul corta por hora 18m³ de madeira, enquanto que um trabalhador na colheita da Veracel, corta 34m³ de madeira por hora. Mesmo com a alta produtividade, os trabalhadores da Veracel têm os salários menores em relação às outras empresas do setor. Quase 50% menor do que os salários dos trabalhadores da Aracruz Celulose que além do salário ainda recebem outros benefícios como prêmio de férias, plano de saúde e odontológico gratuito, ao contrário da Veracel que cobra dos trabalhadores estes serviços. Os salários estão defasados em 34%. Em 2004, eles recebiam o equivalente a 4 salários mínimos e agora, eles recebem o equivalente a 2 salários e meio.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, declara que não há relação entre repasses do governo federal a entidades ligadas à Reforma Agrária e a violência do campo, em reação às críticas do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes. Em nota, sustenta que de 2003 até hoje, essas entidades receberam R\$ 22,5 milhões, o que representa 0,92% dos convênios firmados pelo ministério no mesmo período. Cassel afirma que desde 2008 o governo não repassa recursos para

Anca, Concrab, Iterra e Anara, organizações ligadas ao MST. Ele ainda afirma que o governo repassa dinheiro a entidades civis para aumentar o alcance da Reforma Agrária.

A juíza Claudia Regina Moreira, titular da Vara Agrária de Marabá – Pará (região Norte), reverte decisão anterior da juíza de plantão Roberta Guterres Caracas, e indefere pedido de reintegração de posse da Fazenda Cedro (Marabá), pertencentes à Agropecuária Santa Bárbara, do banqueiro Daniel Dantas. A fazenda foi ocupada por membros do MST no dia 1 de março. Há outras fazendas da empresa ocupadas em Xinguara e Eldorado dos Carajás. A juíza Roberta Caracas, de plantão no final de semana, havia concedido liminar de reintegração de posse à agropecuária. Porém a titular, Claudia Regina Moreira, indeferiu o pedido, ação que é criticada pela empresa. A empresa disse que recorrerá imediatamente ao Tribunal de Justiça do Estado (TJE) do Pará para derrubar a decisão da juíza.

Sábado 07

O Movimento dos Sem Mídia (MSM) realiza manifestação diante do prédio do jornal Folha de São Paulo, na Rua Barão de Limeira na capital São Paulo – SP (região Sudeste). O ato denuncia a relação entre a família Frias, proprietária do jornal, e a ditadura militar (1964-1985) e reivindica maior acesso público aos meios de comunicação. Segundo a PM 65 pessoas participam do protesto, segundo o Jornal Brasil de Fato foram cerca de 500 pessoas. Conforme o CMI, cerca de 345 pessoas assinaram uma lista de presença passada durante o ato. Os manifestantes renderam homenagens às vítimas dos “anos de chumbo” e rechaçaram o termo “ditabranda”, evocado pela Folha para relativizar o regime. Comparecem ao ato representantes da União Nacional dos Estudantes (UNE), da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), de vários grupos ligados aos direitos humanos, da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, sindicalistas, parentes de vítimas da ditadura militar, integrantes de partidos políticos, do Coletivo Intervezes entre outras entidades.

Domingo 08

Aproximadamente 1.500 famílias ligadas ao MST ocupam a fazenda Putumuju, distrito de Mundo Novo, a 25 km de Eunápolis, no extremo sul do estado da Bahia (região Nordeste). Mais de 20 hectares de eucalipto foram derrubados em protesto. A fazenda é controlada pela transnacional Veracel Celulose, e a ação visa chamar a atenção da sociedade para a urgência da Reforma Agrária, que está parada em todo o país, bem como denunciar os abusos cometidos pelas grandes empresas ligadas ao agronegócio. Os trabalhadores denunciam a ilegalidade da monocultura de eucaliptos praticada pela Veracel na região, que ocupa mais de 20 mil hectares de área devoluta em Eunápolis.

Representantes de entidades feministas aproveitam o Dia Internacional da Mulher para defender a legalização do aborto em um ato público no Parque da Cidade em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). O grupo de cerca de 20 mulheres defendeu o “direito de escolha”. As faixas traziam frases como “Maternidade não é obrigação, é opção” e reivindicações de melhoria no atendimento às mulheres nos serviços públicos de saúde. Um grupo de teatro participou do ato e houve distribuição de preservativos

masculinos e femininos. Além de protestar contra a criminalização do aborto, o ato público lembrou reivindicações femininas como: a garantia de direitos no trabalho, mais recursos para políticas para as mulheres e o fim da violência doméstica.

Cerca de 400 mulheres, segundo cálculo da PM, duas mil pessoas segundo jornal Folha de São Paulo, participam de uma passeata em comemoração ao Dia Internacional das Mulheres e em defesa do aborto legal, na região central da cidade de São Paulo – SP (região Sudeste). A caminhada começou na Avenida Paulista, próximo à Praça Oswaldo Cruz e terminou no Parque Ibirapuera em uma manifestação pela legalização do aborto. Segundo informações da Agência Brasil, o foco da manifestação deste ano é a luta contra a crise econômica mundial que, segundo o movimento feminista, pode gerar redução de salários e retirada de direitos trabalhistas. As mulheres defenderam ainda o direito de optar pelo aborto legal e protestaram contra a CPI do aborto, que está para ser instaurada no Congresso Nacional. A posição da Igreja Católica, que excomungou a mãe e os médicos que fizeram aborto em uma menina de 9 anos, grávida de gêmeos, depois de estuprada pelo padrasto, foi muito criticada durante manifestação de mulheres.

Mulheres promovem manifestação na praia de Copacabana na cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Cerca de duas mil moradoras de comunidades carentes participam de caminhada organizada pelo projeto “Mulheres da Paz”, que integra o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania do Estado do Rio (Pronasci-Rio). Com flores e bandeiras, manifestantes pediram mais segurança, justiça e respeito às mulheres. A posição da Igreja Católica, que excomungou a mãe e os médicos que fizeram aborto em uma menina de 9 anos, grávida de gêmeos, depois de estuprada pelo padrasto, foi muito criticada durante manifestação de mulheres. Representantes do movimento feminista distribuíram folhetos com a foto do arcebispo de Olinda e Recife, dom José Cardoso Sobrinho, nos quais lembravam o tipo de aborto feito na menina foi legal e está previsto em lei, Os panfletos diziam ainda que o fato poderia ter tido um final diferente se o Estado brasileiro reconhecesse e legalizasse o aborto.

2ª feira 09

Cerca de mil trabalhadoras da Via Campesina, de acordo com informações da Agência Chasque de Notícias, realizam marcha pelo centro de Porecatu no estado do Paraná (região Sul). Um dos objetivos da caminhada é denunciar o modelo produtivo do agronegócio e os monocultivos da cana-de-açúcar, soja, eucalipto, pinus, entre outros. As trabalhadoras também reivindicam o assentamento das 6 mil famílias e a desapropriação da fazenda Variante, do grupo Atalla, em Porecatu, onde foi registrado trabalho escravo. A área está ocupada por 300 famílias do MST, desde o início de novembro de 2008. A marcha faz parte da Jornada Nacional de Mulheres da Via Campesina.

Cerca de 700 trabalhadoras ocupam a Fazenda Ana Paula área da Votorantim Celulose e Papel (VCP) em Candiota, a 500 quilômetros de Porto Alegre - Rio Grande do Sul (região Sul). A ocupação foi iniciada com o corte de eucalipto na área. Segundo site do MST, após especular contra a moeda brasileira e ter prejuízos com a crise financeira, a VCP recebeu R\$ 6,6 bilhões do governo brasileiro para adquirir a Aracruz Celulose,

através da compra de metade da carteira do Banco Votorantim e de um empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O custo da compra foi de R\$ 5,6 bilhões. A ação faz parte da Jornada Nacional de Luta das Mulheres da Via Campesina. As mulheres chamam a atenção para a importância da agricultura familiar e denunciam que em muitas áreas, devido à plantação do eucalipto que abastece a indústria de celulose, já falta água para o consumo humano e para a criação de animais.

Integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e mulheres da Via Campesina realizam ato em Chapecó, Curitiba e São Miguel do Oeste, em Santa Catarina (região Sul). A ação faz parte da Jornada Nacional de Luta das Mulheres da Via Campesina em defesa da soberania alimentar e do trabalhador durante crise mundial do capital e, da Jornada de Lutas do MAB realizado neste o dia 14 de março, Dia Internacional de Lutas Contra as Barragens.

Cerca de 600 mulheres da Via Campesina ocupam uma área do Grupo Cosan, no município de Barra Bonita, na região de Jaú em São Paulo (região Sudeste). Segundo nota do movimento, “a mobilização tem como objetivo denunciar a insustentabilidade do agronegócio, a superexploração do trabalho e a conivência do Estado, que financia a partir de recursos públicos o avanço do capital no campo”. De acordo com participantes da ocupação, a atividade procura ainda denunciar especificamente os impactos ambientais e sociais desse modelo de desenvolvimento nacional e do setor sucroalcooleiro em todo o estado, além de exigir que o governo priorize a realização da Reforma Agrária ao invés de continuar socorrendo grandes grupos financeiros. Conforme Soraia Soriano, da direção nacional do MST: “apenas o grupo Cosan explora uma extensão de terras duas vezes maior do que o total de hectares destinados para a Reforma Agrária no estado de São Paulo: são 605 mil hectares pelo grupo, contra somente 300 mil para as 15 mil famílias, entre assentamentos estaduais e federais”. Segundo site do MST, a unidade da Barra, local da manifestação, é a maior usina de açúcar e etanol do mundo em capacidade de moagem de cana. Segundo estudos do BNDES (2003), esta usina explora mais de 70 mil hectares de terra, dos quais cerca de 18 mil hectares são de propriedade da própria empresa, e os demais são arrendados, abarcando seis municípios da região. Além disso, existem 103 denúncias no Ministério Público do Trabalho contra a Cosan, em São Paulo. Entre as denúncias estão problemas relativos a trabalho temporário e terceirização fraudulenta, assédio moral e desvio de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A ocupação faz parte da Jornada Nacional de Lutas “Mulheres camponesas na luta contra o agronegócio, pela Reforma Agrária e soberania alimentar” da Via Campesina.

Cerca de 200 mulheres, lideradas por Diolinda Alves de Souza, mulher do líder dissidente do MST José Rainha Júnior, protestam contra a morosidade da Reforma Agrária em Presidente Prudente – São Paulo (região Sudeste). As manifestantes ocupam a frente do escritório regional do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp). A ocupação faz parte da Jornada Nacional “Mulheres camponesas na luta contra o agronegócio, pela Reforma Agrária e soberania alimentar”.

Cerca de 300 mulheres da Via Campesina, segundo a PM, 800 mulheres, número estimado pela Via Campesina, ocupam o prédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). As trabalhadoras denunciam o modelo de desenvolvimento imposto pelo governo, empresas

transnacionais e bancos para o campo brasileiro, e reivindicam a implementação de um modelo agrícola baseado na pequena agricultura, através da realização da Reforma Agrária, e uma política econômica voltada para a geração de empregos para a população. Segundo informações divulgadas pela Agência Brasil, durante o protesto, pelo menos metade das manifestantes ocupou o andar térreo do Mapa. Houve tumulto, o vidro da porta de entrada ficou trincado e um segurança se machucou. Elas ficaram no prédio por mais de quatro horas. Munidas de faixas e cartazes, as demais manifestantes ficaram em frente ao prédio do Ministério da Agricultura. Pequenas agriculturas de Minas Gerais (região Sudeste), Rondônia (região Norte), Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal (região Centro-oeste) participam da manifestação. Durante o protesto, elas também condenaram o fechamento de oito escolas itinerantes do MST no Rio Grande do Sul (região Sul). As escolas foram fechados por determinação do governo do estado e do Ministério Público Estadual. O ato integra a Jornada Nacional de Mulheres Camponesas na Luta Contra o Agronegócio, por Reforma Agrária e Soberania Alimentar

Cerca de 1.300 mulheres da Via Campesina do Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro ocupam o Portocel, porto de exportações da empresa Aracruz Celulose, localizado em Barra do Riacho, município de Aracruz, no Espírito Santo (região Sudeste). Segundo o CMI, algumas manifestantes, pintaram alguns fardos de celulose e jogaram querosene e cupins em outros. O inseto tem o produto como principal alimento e é extremamente danoso à plantação. Duas mil toneladas de celulose foram danificadas. O objetivo da ação é denunciar a concentração de terras da empresa, que são usadas para plantio de eucalipto para exportação, prejudicando a soberania alimentar. Ato ainda denuncia o repasse de recursos públicos do Estado para essa multinacional tem aumentado com crise mundial. A empresa Aracruz Celulose é uma das principais representantes do agronegócio no país. Segundo Jornal Brasil de Fato, a empresa concentra cerca de 300 mil hectares de terras, sendo parte devolutas, ou seja, pertencentes ao Estado. Conforme o jornal, grande parte dessa área foi tomada de comunidades indígenas, quilombolas, pescadores e ribeirinhos. A ocupação faz parte da Jornada Nacional “Mulheres camponesas na luta contra o agronegócio, pela Reforma Agrária e soberania alimentar”.

Cerca de 200 camponesas segundo site do MST, 80 segundo jornal O Globo, realizam uma manifestação na Usina Cruangi, em Aliança, Zona da Mata Norte de Pernambuco (região Nordeste). As manifestantes entraram em confronto com a PM em frente à Usina, ao tentar ocupar o pátio da instalação para fazer ato contra o trabalho escravo e a exploração de mão de obra infantil. Charles Afonso de Souza, integrante da coordenação estadual do MST, foi detido e indiciado por desacato a autoridade. Em fevereiro de 2009, uma operação do Grupo Móvel de Fiscalização resgatou 252 trabalhadores rurais em terras da Usina. As mulheres ligadas a Via Campesina reivindicam a garantia da soberania alimentar, a partir da agroecologia, e energética. As mulheres da Via Campesina se mobilizam em todo o Brasil durante essa semana, na Jornada Nacional de Mulheres da Via Campesina contra o agronegócio e em defesa da Reforma Agrária e da Soberania Alimentar, em comemoração ao dia 8 de março, Dia Internacional de Luta das Mulheres.

Mulheres da Via Campesina queimam uma produção de toras de eucalipto na fazenda da Vale, em Açailândia, no Maranhão (região Nordeste). A carvoaria industrial está instalada a uma distância de 800 metros do Assentamento Califórnia, fruto de uma

ocupação ocorrida em 1996. Os mais de 1,8 mil moradores do assentamento se deparam diariamente com a queima de carvão pelos 70 fornos industriais da Vale. A fumaça produzida pelos fornos vem causando doenças respiratórias, dores de cabeça, irritação nos olhos e sinusites. Em 2008, a empresa havia prometido instalar filtros nas chaminés carvoarias e intercalar o processo de queima do eucalipto na carvoaria, porém nada foi feito até o momento. A ação que faz parte da Jornada Nacional de Lutas das Mulheres Camponesas organizada pela Via Campesina contra o agronegócio e em defesa da Reforma Agrária e da Soberania Alimentar. Em Açailândia, as mulheres protestam contra o avanço da monocultura de eucalipto na região, praticada pelas empresas transnacionais. O eucalipto plantado na área da Vale é destinado exclusivamente para abastecer a carvoaria, grande responsável pela poluição do ar da região e pela agressão à saúde dos habitantes dos arredores. O ato ainda reivindica a viabilização de políticas públicas que garantam a soberania alimentar e energética da população brasileira em vez do financiamento dos grandes projetos do capital internacional que destroem os recursos naturais e não geram empregos.

Militantes da Via Campesina, da Assembléia Popular e do MAB mobilizam-se em João Pessoa capital da Paraíba (região Nordeste). Cerca de 350 mulheres ocupam, pela manhã, a Associação de Plantadores de Cana-de-açúcar do estado e, em um gesto simbólico, cortam pés de cana-de-açúcar e plantam feijão e milho. A ação foi em protesto aos impactos da produção de etanol no Brasil: a superexploração e as condições degradantes de trabalho nas lavouras do monocultivo da cana; a contaminação dos solos, do ar e da água; o encarecimento das terras e a concentração fundiária, que fragilizam ainda mais os programas de Reforma Agrária; e a ameaça a produção dos alimentos que são consumidos no país. Durante a tarde, cerca de 800 manifestantes seguiram em marcha até a sede do governo do estado. Eles reivindicam o reassentamento imediato de todas as famílias atingidas pela barragem de Acauã, construída para acumulação de água e que provocou o deslocamento de aproximadamente 4.500 pessoas. Algumas famílias esperam o reassentamento adequado desde 2002, quando do fechamento do lago, as águas atingiram as zonas rurais inundando completamente diversos povoados. Para o Ministério Público Federal, a remoção dessas comunidades trouxe desestruturação econômica e social para os atingidos, provocando a suspensão das atividades produtivas e o deslocamento para conjuntos habitacionais sem nenhum serviço de atendimento e atividades essenciais para a vida. Além disso, os manifestantes exigem o assentamento de famílias acampadas no município de Souza em 1500 hectares de terras, parcerias com o governo do estado para recuperar as reservas ambientais dos assentamentos e a viabilidade para a construção de escolas, creches e de centros poliesportivos nos assentamentos e nas comunidades atingidas por barragens. As ações, marcam a Jornada Nacional de Luta das Mulheres e a jornada do MAB em torno do Dia Internacional de Luta Contra as Barragens, comemorado no dia 14 de março.

Cerca de 1.500 mulheres do MST, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) e Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) ocuparam a fazenda Campo Verde, no município de Branquinha – Alagoas (região Nordeste). O objetivo da ocupação é reivindicar a vistoria pelos órgãos governamentais e conseqüente desapropriação das terras. Segundo site do MST, o proprietário da área, empresário de usinas e ex-deputado federal João Lyra recebeu em 2008 notificação por prática de trabalho escravo. De sua fazenda foram libertados 61 trabalhadores. As mulheres da Via Campesina se mobilizam em todo o Brasil durante essa semana, na

Jornada Nacional de Mulheres da Via Campesina contra o agronegócio e em defesa da Reforma Agrária e da Soberania Alimentar, em comemoração ao dia 8 de março, Dia Internacional de Luta das Mulheres.

A Justiça Federal bloqueia os bens da Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca), braço formal do MST, por suposto desvio de verba repassada pelo governo federal. De acordo com o jornal O Globo, o juiz da 14ª Vara Cível Federal, José Carlos Francisco, em sua decisão liminar, não descarta responsabilizar outros possíveis envolvidos, inclusive o MST, no curso do processo. O juiz também sugere que a União pode ser implicada, já que tinha o dever de fiscalizar a aplicação dos recursos. A ação que deu origem à liminar, do procurador da República Sérgio Suiama, acusa a Anca e seu ex-presidente Adalberto Floriano Greco Martins de improbidade administrativa. O Ministério Público Federal (MPF) afirma que a verba recebida pelo Programa Brasil Alfabetizado foi distribuído para secretarias estaduais do MST. Os supostos desvios teriam ocorrido de agosto de 2004 a maio de 2005. A Anca declara em nota que aguardará intimação oficial para se manifestar.

Um grupo de educadores lança manifesto em defesa da reabertura das Escolas Itinerantes do MST no Rio Grande do Sul (região Sul), fechadas por determinação do Ministério Público Estadual e da Secretaria de Educação do estado. De acordo com o documento, o fechamento das escolas itinerantes "é parte do processo de criminalização e de expulsão do MST do estado, conforme vem sendo denunciado pelas entidades democráticas de dezenas de países". O texto afirma, ainda, que a iniciativa da governadora Yeda Crusius (PSDB) visa a "proteger os latifúndios e as corporações, em especial as de celulose". Além da reabertura imediata, os intelectuais pedem mais infraestrutura para as escolas, a fim de assegurar seu funcionamento. Cerca de 400 crianças eram contempladas pela iniciativa, que chegou a ser premiada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Cerca de 1,3 mil pessoas, até agora, já aderiram ao manifesto, que pode ser acessado pelo endereço eletrônico <http://www.petitiononline.com/05032009/petition.html>.

Cerca de 80 trabalhadores da empresa Bekun do Brasil, fábrica de máquinas para embalagens de plástico, localizada na zona sul da capital São Paulo, protestam em frente ao Consulado da Alemanha, na zona oeste de São Paulo – SP (região Sudeste). Os trabalhadores manifestam-se contra as demissões e a falta de pagamento de direitos trabalhistas. Os manifestantes vestiram-se com roupas típicas alemãs e montaram uma grelha em frente ao sindicato para distribuir salsichas – produto típico da Alemanha – como forma de sensibilizar. Segundo site da Agência Brasil, aproximadamente 60 empregados foram dispensados, no dia 20 de fevereiro, véspera do carnaval, e até agora nenhum deles recebeu os valores referentes à indenização. Desde o dia 3 de março, um grupo de trabalhadores demitidos da Bekun ocupa um galpão da empresa, como forma de protesto. Os representantes da Bekun e os empregados já participaram de uma audiência de conciliação na sede do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), também no último dia 3, mas não houve acordo. Com isso, o TRT vai enviar o processo a julgamento, em data ainda a ser definida. De acordo com informações do sindicato, até o momento, nenhum representante da empresa conversou com os trabalhadores. Já o cônsul alemão para assuntos da imprensa, Nico Geide, recebeu o presidente do sindicato, Miguel Torres durante a manifestação. Torres entregou ao cônsul uma carta com o ponto de vista e as reivindicações dos metalúrgicos que deverá ser entregue ao Ministério de Relações Exteriores de Berlim.

Os professores da rede estadual de ensino de Sergipe (região Nordeste) iniciam greve pela implementação da Lei Federal do Piso Salarial dos professores, equivalente a R\$950. Os professores no Sergipe que tem formação média ganham menos de um salário mínimo. Seu salário é de R\$ 425 para uma jornada de 40 horas semanais. Com a Lei do Piso, um professor de nível médio não pode ganhar menos de R\$ 950. Segundo o CMI, um professor com Nível Superior recebe do estado de Sergipe aproximadamente R\$ 800, valor inferior ao aprovado por lei.

Trabalhadores da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), empresa ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia iniciam greve. A paralisação foi deflagrada porque a direção da agência não assinou o acordo coletivo de trabalho dos funcionários referente a setembro de 2008. Antes de deflagrar a greve os trabalhadores realizaram paralisações parciais para chamar a atenção das autoridades. A adesão a paralisação chega a 80% do corpo funcional.

3ª feira 10

Cerca de 700 mulheres ligadas à Via Campesina segundo site do MST, 250 segundo jornal O Globo, ocupam as sedes da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) e a sede da Neoenergia, a companhia privatizada de abastecimento de energia do estado, nos municípios de Petrolina e Petrolândia – Pernambuco (região Nordeste). Elas reivindicam água para consumo e para irrigação de suas plantações e protestam contra o avanço do agronegócio na região, promovido pelos grandes projetos de irrigação que vêm sendo implantados pela Codevasf na região do Sertão do São Francisco. A manifestação faz parte da Jornada em torno do Dia Internacional da Mulher comemorado no dia 8 de março.

Cerca de 700 mulheres da Via Campesina que estão acampadas na Fazenda Ana Paula, da Votorantim Celulose e Papel (VCP), em Candiota no Rio Grande do Sul (região Sul) sofrem repressão policial no acesso do assentamento Conquistas do Paraíso. Segundo Jornal O Globo, a polícia apreendeu aproximadamente 500 objetos, entre eles armas brancas, que estavam com mulheres ligadas à Via Campesina.. Algumas mulheres foram presas. A Brigada Militar revistou e destruiu os barracos. As mulheres denunciam mais uma vez a ação truculenta da Brigada Militar contra os movimentos sociais no Rio Grande do Sul.

Cerca de 900 mulheres, integrantes da Via Campesina e do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), vindas de diversas regiões do estado, chegam a Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul) e iniciam uma Marcha pela vida e contra a violência praticada contra as mulheres. De panelas vazias nas mãos e trouxas de roupas nas costas, as mulheres do campo e da cidade, marcham rumo ao centro da capital gaúcha, denunciando os investimentos públicos, para as empresas, em contraposição ao descaso com a agricultura camponesa. A Jornada Nacional de Luta das Mulheres no Rio Grande do Sul teve seu início no dia 9 de março, com a ocupação da Fazenda Ana Paula, da empresa Votorantim, em Candiota. Na capital, Porto Alegre, as mulheres da Via Campesina e urbanas, denunciam a violência praticada contra as mulheres e a impunidade dos agressores, bem como a violência do agronegócio que expulsa trabalhadores de suas terras e que concentra a produção e distribuição, padronizando os alimentos.

Mulheres recebem, de dois oficiais de justiça acompanhados de um representante do grupo sucroalcooleiro Cosan, o pedido de reintegração de posse da área da empresa no município de Barra Bonita, na região de Jaú - São Paulo (região Sudeste) mas decidem permanecer no local. Os oficiais deixaram que o representante da Cosan tomasse a frente da entrega do documento. Segundo site do MST, o profissional, que se apresentou como coordenador de segurança da empresa ameaçou utilizar violência policial para retirar as cerca de 600 pessoas que estão no local. Segundo informações do MST, desde cedo seguranças privados armados e sem identificação rondam o acampamento com motos e carros. Viaturas da PM também já estão em frente ao acampamento. Apesar da apreensão, em assembléia, as mulheres decidiram permanecer no local e continuar o corte da cana-de-açúcar para a ampliação do acampamento e o aprofundamento das denúncias contra a indústria de produção do álcool em todo estado.

Aproximadamente 400 mulheres, militantes da Via Campesina, participam de um protesto em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). O protesto é promovido em repúdio às últimas declarações do presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, que cobrou ação do Ministério Público para apurar o repasse de recursos públicos ao MST. Após a manifestação em frente ao STF, as mulheres fizeram um círculo ao redor da imagem da Justiça durante alguns minutos.

Cerca de 50 manifestantes do movimento Crítica Radical, de Fortaleza, e do comitê Cesare Libertes, de Brasília, se reúnem nesta tarde em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF) em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) para reivindicar a imediata libertação do ex-ativista italiano Cesare Battisti e protestar contra qualquer possibilidade de extraditá-lo para à Itália. Battisti está preso desde março de 2007 na Penitenciária de Brasília e aguarda o seu julgamento por parte do STF. Segundo Rosa Fonseca, integrante da comissão organizadora, o Ministério da Justiça concedeu, no dia 13 de janeiro de 2009, refúgio a Cesare Battisti. Conforme a lei nº 9.474, de 1997, dos refugiados políticos, quando um refugiado recebe asilo ele deve ser solto no dia seguinte, e isso não ocorreu com Battisti. Para Rosa, o papel do Poder Judiciário em relação ao caso de Cesare Battisti "é uma aberração política, jurídica e humanitária". De acordo com o movimento Crítica Radical, os advogados de defesa de Cesare Battisti informaram que, em dezembro de 2008, prescreveu, na Itália, a punição dos crimes dos quais Battisti era acusado, pois quando uma pessoa não é presa em um prazo de 20 anos para cumprir a pena, ela prescreve.

4º feira 11

Professores da rede estadual de ensino de Sergipe (região Nordeste), que iniciaram greve pelo piso salarial no dia 09 de março fazem panfletagem e caminhada nas principais avenidas da capital, Aracaju. Representantes do Sindicato de Trabalhadores em Educação do estado de Sergipe (Sintese) se reúnem com 3 secretários estaduais: Fazenda, Educação e Administração, por cerca de duas horas, mas não chegam a um acordo.

A Embraer se manifesta por meio de nota, sobre as negociações entre a empresa e os sindicatos que representam os 4,2 mil funcionários demitidos no dia 19 de fevereiro. De acordo com as informações da empresa, a reunião informal ocorrida no dia 9 de março, no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de Campinas, terminou sem acordo entre a

empresa e os trabalhadores. A nota ressalta que apesar de não haver na legislação brasileira lei que impeça as empresas de efetuarem dispensas individuais ou coletivas, a Embraer, conforme já havia se comprometido, ofereceu uma indenização adicional aos ex-empregados no valor de R\$ 1,6 mil. A empresa também reiterou que assumirá a manutenção dos respectivos planos de saúde no período de 12 meses, sem quaisquer ônus aos empregados. Segundo divulgado pela Agência Brasil, diz a nota que, os sindicatos, por sua vez, "condicionaram qualquer negociação à reintegração dos empregados desligados, hipótese que a Embraer não pode absolutamente considerar", diz a nota. Entre os aspectos relevantes da decisão do sindicato, a empresa informou ainda que "enquanto a liminar de suspensão das demissões for mantida, e por conseguinte, não houver a homologação das rescisões contratuais já efetuadas, os ex-empregados permanecem impedidos de movimentar suas contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), incluindo a multa de 40% já depositada pela empresa." Além disso, esses trabalhadores não poderão dar entrada na documentação para o recebimento do seguro-desemprego ou até mesmo para registrarem-se como empregados de outras empresas. A Embraer também diz que em abril efetuará os valores referentes aos resultados dos lucros da empresa no exercício de 2008 para todos os empregados e ex-empregados que deixaram a Embraer em 2009. E, por fim, a empresa afirma que "a liminar concedida não reestabelece a reintegração ao emprego ou garantia de emprego ou salários pelo período de sua vigência". O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 15ª Região, em Campinas, decidiu manter até o dia 13 de março a liminar que suspende as demissões de 4,2 mil trabalhadores da Embraer. Os sindicatos insistiram na readmissão dos trabalhadores. Uma nova audiência de conciliação está marcada no TRT no dia 13 de março em Campinas.

A Força Sindical critica a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, que reduziu a Selic (taxa básica de juros da economia) em 1,5 ponto percentual. Para a Força Sindical, a posição do Copom foi "nefasta para os trabalhadores". A taxa caiu de 12,75% para 11,25% ao ano. "Os insensíveis tecnocratas do Banco Central perderam uma ótima oportunidade de afrouxar um pouco a corda que está estrangulando o setor produtivo, que gera emprego e renda. Infelizmente, mais uma vez, o governo se curva diante dos especuladores", diz, em nota. De acordo com a Força, a queda de 3,6% do Produto Interno Bruto (PIB) no último trimestre de 2008, é resultado da "hesitação" dos membros do Copom em baixar mais acentuadamente os juros no ano passado. O texto diz ainda que a demanda mundial permanece frágil e que as exportações em alguns setores estão baixas. "Por isso", acrescenta, "é preciso fortalecer nosso mercado interno, fomentando a economia e estimulando o consumo". A Central Única dos Trabalhadores (CUT) também criticou a queda e defendeu o controle social do Copom, com a inclusão de representantes do setor produtivo nos debates e decisões do comitê. A CUT ainda considerou que para acelerar o processo de redução da Selic são necessários quedas mais acentuadas e menor espaço de tempo entre uma reunião e outra. Atualmente as reuniões do Copom são realizadas a cada 45 dias.

Mais de 100 estudantes secundaristas do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), saem em protesto contra o aumento da tarifa do transporte coletivo na capital Florianópolis - Santa Catarina (região Sul). Organizados através de assembleias e pela Rádio do Grêmio estudantil do colégio, desobedeceram à direção do colégio, "decretando o encerramento das atividades" depois do intervalo da aula. Em seguida, os estudantes caminham para os espaços da Universidade, onde fizeram uma assembleia no pátio interno da Reitoria, passando por diversos Centros, chamando os

universitários para a luta. Após a passagem pela Universidade, os manifestantes saíram em passeata até o Terminal de Integração da Trindade, no qual a polícia especial os aguardava. A polícia disparou armas de choque elétrico e apreendeu 2 faixas dos manifestantes.

Mais de 8 mil professores da rede pública de ensino do Distrito Federal (região Centro-oeste) promovem manifestação na cidade de Taguatinga no Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste). Mobilizados pelo Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF), eles reivindicam reajuste salarial de 19,98%. A Comissão de Negociação do Sinpro-DF junto aos deputados que compõe a bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) na Câmara Legislativa (Paulo Tadeu, Chico Leite, Cabo Patrício e Érica Kokay) protocolaram um documento que reforça a reivindicação da categoria e sinaliza o início de um movimento grevista caso o governo não cumpra o acordo estabelecido ainda em 2007 sobre correção das tabelas de vencimento. O governo do Distrito Federal se nega a conceder o reajuste alegando baixo orçamento. Entretanto, de acordo com dados do próprio governo, há mais de R\$ 1,6 bilhões do governo aplicados no sistema financeiro. Participam do ato o Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Distrito Federal (SAE-DF), Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e Ministério Público da União no Distrito Federal (Sindjus-DF), Sindicato dos Bancários de Brasília, Sindicato dos Servidores do Governo do Distrito Federal (Sindser), Sindicato dos Metroviários, Sindicato dos Trabalhadores e Empregados de Saúde do Distrito Federal (SindSaúde-DF), Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos no Distrito Federal (Sindágua-DF), Sindicato dos Comerciantes, Sindicato dos Jornalistas e Sindicato dos Rodoviários.

O integrante do MST, Severino Alves da Silva, é encaminhado ao presídio Plácido de Souza, em Caruaru – Pernambuco (região Nordeste), acusado de envolvimento com as mortes de quatro seguranças mortos em conflitos com sem-terra ligados ao MST, no município de São Joaquim do Monte, a 137 km da capital de Pernambuco. Conforme o jornal O Globo, Silva é o terceiro acusado pelos crimes e a polícia ainda procura por dois outros possíveis envolvidos. O coordenador regional do MST, Jaime Amorim, já assumiu os crimes e alegou legítima defesa.

O Tribunal de Contas da União (TCU) cobra de Bruno Maranhão, líder do MLST, a devolução de R\$ 3,3 milhões repassados pelo governo em convênios firmados a partir de 2003. Segundo matéria do jornal O Globo, de acordo com auditoria do tribunal, cerca de R\$ 5 milhões não foram devidamente investidos na melhoria de assentamentos. Além disso, teria ocorrido favorecimento e negligência dentro do Incra, e três funcionários foram multados em R\$ 4 mil cada. Os auditores já consideram que não haverá como garantir que o MLST e Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária (Anara), ligada ao movimento, garantam a devolução do dinheiro. Assim, o TCU determina o levantamento de bens de Maranhão e, caso ele se recuse a receber a notificação e não apresente defesa, estes bens serão decretados indisponíveis e vendidos para quitar a dívida.

Um grupo de 80 integrantes do MST ocupa a sede do Incra, em Goiânia – Goiás (região Centro-oeste). Os sem-terra reivindicam o assentamento de 2.500 famílias acampadas no estado. De acordo com eles, o governo tinha como assentar 1.400 famílias em Goiás no ano de 2008, mas só reservou terras para 96, sendo que nenhum foi assentado. Em

nota, Rosane Fernandes, uma das integrantes da coordenação nacional do MST, declara que a demora do governo em implementar a Reforma Agrária é “uma vergonha”.

Cerca de 700 mulheres da Via Campesina marcham no centro de Bagé – Rio Grande do Sul (região Sul) contra a monocultura de eucalipto na região. A marcha saiu da Escola Estadual de Ensino Médio Frei Plácido e segue até o Trevo Santa Tecla, passando pelo centro do município. Durante o percurso, as manifestantes realizam panfletagem, encerrando a marcha com um ato público. A atividade finaliza a Jornada de Luta das Mulheres na região, que iniciou no dia 9 de março com a ocupação da Fazenda Ana Paula, de propriedade da Votorantim Celulose e Papel, em Candiota. A marcha também tem por objetivo informar à população sobre os prejuízos ambientais, econômicos e sociais trazidos pela monocultura de eucalipto aos moradores da região e ao Bioma Pampa. Assentados já reclamam dos efeitos gerados pelas monoculturas, como o ressecamento de mananciais e a invasão das lavouras por animais como caturritas. Segundo site do MST, as mulheres também debatem alternativas econômicas à Metade Sul, como a Reforma Agrária e a agricultura camponesa, que geram mais empregos do que as lavouras da Votorantim, além de produzir alimentos e não degradar o meio ambiente.

Aproximadamente 100 famílias ligadas ao MST, lideradas pelas mulheres, reocupam o Engenho Manguinhos, em São José da Coroa Grande, litoral sul de Pernambuco (região Nordeste). Segundo site do MST, no local, em 2004, o sem-terra Josuel Fernandes da Silva foi assassinado por seguranças do Engenho. As mulheres sem-terra, junto com suas famílias, protestam contra a morosidade do Incra, que ainda não vistoriou a área visando sua desapropriação, e a impunidade da morte de Josuel. No dia 16 de dezembro de 2004, Josuel foi arrastado de sua casa no acampamento do MST por dois homens encapuzados, torturado e morto a tiros. Josuel foi levado ao hospital ainda com vida, mas não resistiu. Apesar de ter reconhecido um dos assassinos antes de morrer, ninguém está preso e o suposto mandante do crime, Roberto Bezerra de Melo Neto, o Beto de Manguinhos, sequer foi citado no inquérito policial. Depois do assassinato de Josuel o Incra prometeu fazer a vistoria da área, mas até o momento não há nenhum resultado concreto. Em dezembro de 2005 a área foi ocupada novamente e dias depois o acampamento do MST foi incendiado no meio da madrugada. Em 2008 os trabalhadores mais uma vez reocuparam a área e foram despejados em seguida. O engenho Manguinhos fazia parte da Usina Central de Barreiros, que faliu em 1988, deixando centenas de camponeses e camponesas sem receber direitos trabalhistas. O engenho tem cerca de 1.800 hectares. O MST reivindica a área desde 1998, junto com moradores não indenizados com a falência da usina.

Cerca de mil integrantes do MAB de Santo Antônio e Jirau montam acampamento em Porto Velho - Rondônia (região Norte). O acampamento faz parte da Jornada que demarca o Dia internacional de Luta Contra as Barragens, 14 de março, e continuará durante toda semana. O MAB denuncia que mesmo com o boicote das empresas construtoras das barragens, que tentaram inviabilizar o deslocamento das famílias, o acampamento reuniu a grande maioria das comunidades ribeirinhas: Os militantes ainda acusam as empresas de esconderem da sociedade os impactos negativos das barragens, como a expulsão dos moradores e o descaso com o meio ambiente. Em dezembro de 2008 as empresas foram multadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em R\$ 7,7 milhões pela morte de 11 toneladas de peixe, em consequência das obras. Outro ponto de debate são os problemas que a

capital do estado está enfrentando com a chegada de milhares de ribeirinhos e de pessoas de outros estados que vêm a Porto Velho na expectativa de encontrar um emprego. Segundo reportagem do Jornal Folha de São Paulo do dia 8 de março, “há um déficit de 2000 vagas nas escolas públicas; a espera por atendimento nos hospitais chega a dois dias; a falta de leitos deixa pacientes em estado grave à espera de cirurgias por meses; as ruas mal asfaltadas, sem calçamento, estacionamentos e sinalização não comportam os 135 mil veículos que circulam pela cidade”. Os manifestantes exigem do governo a presença do presidente no acampamento para entrega da pauta de reivindicação das populações que serão atingidas e prejudicadas pelas barragens.

Um grupo de camponeses ligados a Via Campesina e ao MAB ocupa a agência do Banco do Brasil na Avenida Sete de Setembro em Erechim – Rio Grande do Sul (região Sul) e são violentamente retirados pela polícia. O objetivo da ação é pressionar o governo federal e estadual para que apontem avanços nas reivindicações apresentadas pelos agricultores que estiveram mobilizados nos últimos dias. Os mesmos afirmam que só deixarão o local depois que obtiverem encaminhamentos concretos..Diante da estiagem que assolou as pequenas propriedades no estado, os camponeses informam a toda a sociedade e entidades competentes que estão entrando em processo permanente de luta.Essa mobilização faz parte da Jornada Nacional de Luta da Via Campesina e em torno do Dia Nacional de Luta Contras as Barragens comemorado no dia 14 de março. A Via Campesina se mobiliza em defesa da Soberania Nacional, Soberania Alimentar, Soberania Energética, por Reforma Agrária, pela emancipação das mulheres do campo e da cidade, e contra o Agronegócio e as Transnacionais. A Brigada Militar do Rio Grande do Sul utilizou a violência e, com truculência, desocupou a agência. Segundo site do MST, os manifestantes foram ofendidos moralmente, revistados e alguns foram levados para a delegacia da cidade para prestarem depoimento.

5º feira 12

Segundo dados da pesquisa mensal do Nível de Emprego na Indústria, divulgada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a indústria paulista demitiu 43 mil trabalhadores em fevereiro e, na comparação com o mês de janeiro, o nível de emprego caiu 2,09%, já contando com ajustes sazonais da atividade. Segundo a pesquisa, no acumulado do ano, a indústria paulista fechou 74 mil vagas, o que representa uma queda de 3,05% no nível de emprego.

Cerca de 5 mil pessoas reúnem-se em Imperatriz - Maranhão (região Nordeste) para repudiar a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de cassar o mandato de governador de Jackson Lago (PDT). A mobilização, que reuniu movimentos sociais, estudantis, sindicais, Igrejas e parlamentares municipais, estaduais e federais, além de vários prefeitos da região Tocantina (que compreende o sul e sudeste maranhense), teve início com uma grande caminhada pelo centro da cidade de Imperatriz,. Com apitos e palavras como “chô sataná Sarney nunca mais”, “meu voto é minha lei, nunca mais Sarney!”. O Ato Político pela Democracia no Maranhão foi realizado na Praça de Fátima, principal da cidade. Fazendo uso da palavra o Deputado Valdinar preparou a multidão dizendo que “se Roseana assumir quem a tirará não será o TSE, será o povo e debaixo de pau”.

Professores da rede estadual de ensino de Sergipe (região Nordeste), que iniciaram greve pelo piso salarial no dia 09 de março, se reúnem em assembléia e, diante do

resultado da reunião com o governo, decidem manter a greve. O Síntese afirma que o governo do estado tem utilizado irregularmente verba do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Cerca de 250 mil estudantes estão sem aulas.

Trabalhadores ligados à Conlutas organizam ato pela Reestatização da Embraer no auditório da Câmara em São José dos Campos, São Paulo (região Sudeste). A empresa que já foi patrimônio nacional, hoje está em mãos de grupos estrangeiros, apesar de receber verba pública através do BNDES. O ato denuncia também as demissões sem negociações. O auditório da Câmara de São José dos Campos foi lotado por diversas categorias e centrais, tais como a Pastoral Operária, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Intersindical, Associação Paulista Sul (APS), Movimento Urbano dos Sem Teto (MUST) Pinheirinho, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), movimento estudantil da Universidade de São Paulo (USP), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), Químicos, Professores do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), metalúrgicos demitidos da Embraer, entre outras.

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (região Sul) mantém o veto da governadora Yeda Crusius (PSDB) ao pagamento dos dias paralisados dos professores da rede estadual, apesar de os dias paralisados terem sido devidamente recuperados pelos grevistas. A greve dos professores explodiu no final de 2008, quando a governadora tomou medidas contra o piso nacional.

A Associação dos Praças de Santa Catarina (APRASC), o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (SINTE), o Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis (SINTRASEM), e o Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Serviços de Saúde Privado e Pública Estadual (SINDSAUDE) de Santa Catarina realizam uma Assembleia Geral em Florianópolis – Santa Catarina (região Sul) para definir pontos de luta e para participar do Ato Nacional Contra a Criminalização dos Movimentos Sociais. Após a assembleia, cerca de 750 manifestantes saem em passeata pela redução da tarifa, unindo-se ao ato contra a criminalização dos movimentos sociais. Durante todo o trajeto, a passeata foi escoltada pela PM, que chegou a agredir alguns manifestantes.]

Trabalhadores da construção civil da Bahia (região Nordeste) deflagram greve. A greve unificou 17 sindicatos filiados à CUT e às demais centrais, paralisando mais de 100 mil trabalhadores em todo o estado. Os trabalhadores reivindicam principalmente reajuste salarial.

6º feira 13

Trabalhadores protestam contra a demissão de 4,2 mil trabalhadores da Embraer. A manifestação ocorre em frente à sede do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 15ª Região em Campinas – São Paulo (região Sudeste), onde se realiza uma audiência de conciliação entre a empresa e representantes de sindicatos de metalúrgicos da região. A audiência de conciliação foi suspensa por meia hora para que as partes se manifestem sobre as duas propostas apresentadas pelo desembargador Luís Carlos Cândido Martins

Sotero da Silva. O desembargador propôs a suspensão do contrato de trabalho, com uma qualificação profissional, com duração de cinco meses, que seria custeada com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A Embraer pagaria 20% do salário-base como ajuda de custo durante esse período. Pela segunda proposta, haveria a revisão do contrato de trabalho com uma indenização equivalente a um mês de aviso prévio, limitada a 15 meses. Dessa forma, caso o trabalhador tenha exercido atividade na empresa por 20 anos, por exemplo, teria direito a apenas 15 salários como indenização. Essa segunda proposta também prevê a garantia de preferência contratual no caso da criação dos mesmos postos de trabalho nos próximos dois anos, além da manutenção do plano familiar por 12 meses e garantia de estabilidade de 120 dias para quem não foi dispensado. Durante a audiência, realizada na sede do TRT a empresa propôs o pagamento de indenização de dois salários, limitados a R\$ 3,5 mil, sendo o teto de R\$ 7 mil. A audiência terminou sem acordo.

Integrantes do MAB realizam um protesto em frente ao escritório do consórcio Madeira Energia, responsável pela construção da usina de Santo Antônio na cidade de Porto Velho em Rondônia (região Norte). Em seguida, eles se dirigiram ao Inbra para exigir regularização fundiária das famílias que serão afetadas pelas duas barragens. Segundo o CMI, quatro militantes de movimentos sociais indígenas da Bolívia da Federação de Camponeses de Pando e da Federação de Mulheres Camponesas Bartolina Sisa são presos pela Polícia Federal (PF) brasileira durante manifestação em frente à sede do Inbra. Junto à Polícia, segundo o CMI, está o pessoal da segurança da empresa Odebrecht, que ajuda nas detenções. Líderes do MAB entraram em contato com a organização de camponeses e indígenas bolivianos para que as autoridades da Bolívia intervenham de forma a impedir a arbitrariedade, uma vez que os 4 manifestantes têm permissão para ficar no Brasil por 15 dias. A Federação de Camponeses de Pando, entrou com um recurso por Medidas Cautelares, apresentado para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, contra o governo do Brasil pela construção das represas do Rio Madeira, junto à Central Indígena da Região Amazônica da Bolívia (CIRABO). O MAB denuncia que a construção das represas do Rio Madeira afetará o território da Bolívia e sua população, que nem sequer foi consultada. Na reunião da Guatemala, em setembro de 2008, o Tribunal Latinoamericano da Água recomendou que o governo brasileiro considerasse os impactos das duas represas do Madeira em território boliviano, mas até agora não foi feito nenhum contato com os principais atingidos pela obra. As organizações camponesas e indígenas da Bolívia apóiam o MAB nas propostas conjuntas de ação e tratamento dos ribeirinhos e já participaram de várias atividades no Brasil. A ação faz parte da Jornada de Lutas do MAB, realizada em torno do dia 14 de março, Dia Internacional de Lutas Contra as Barragens. A Jornada denuncia o atual modelo energético e, ao mesmo tempo, debate alternativas.

Sábado 14

A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) decide se desfiliar da CUT. A desfiliação foi aprovada por 1.441 votos contra 1.109 durante o 10º Congresso Nacional da Contag, encerrado em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). A entidade estava filiada à CUT há 14 anos. Segundo Alberto Broch, eleito novo presidente da entidade, a partir de agora a Contag trabalhará em coordenação com a CUT e com a CTB. Ele explica que a Contag é formada por 27 federações que reúnem cerca de 4 mil sindicatos rurais e 20 milhões de trabalhadores do campo. Entre as

federações, 17 são filiadas à CUT, seis à CTB e quatro são independentes. No entanto, as grandes federações estão ligadas à CTB - formada em 2007 por uma dissidência do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) -, o que faz com que cerca de 3 mil sindicatos estejam vinculados a essa central sindical, e não à CUT. Segundo site da Agência Brasil, os trabalhadores que votaram pela desfiliação acusam a CUT de reconhecer a Fetraf como interlocutora dos trabalhadores do campo em vez de defender a unicidade sindical. Também consideram a CUT mais representativa de movimentos urbanos como os metalúrgicos, bancários e funcionários públicos. Além de aprovar a desfiliação da CUT e eleger a nova diretoria da Contag, os 3 mil delegados presentes ao congresso definiram como diretrizes prioritárias para o próximo ano. “Vamos continuar com uma grande pauta de políticas públicas para a agricultura familiar e, principalmente, discutir plataformas onde a gente tenha mais renda na agricultura familiar. Também vamos continuar a luta por manutenção e melhoria dos direitos sociais no campo, como saúde e previdência, e pela melhoria das políticas públicas”, resume Alberto Broch. De acordo com o novo presidente da Contag, a agenda se concentrará em três questões: agilização da Reforma Agrária, melhoria das políticas públicas, principalmente no que diz respeito à assistência técnica, e melhoria de programas que já existem, como o seguro agrícola e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Cerca de 20 pessoas participam da Pedalada Pelada ou World Naked Bike Ride, como o movimento é conhecido mundialmente, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Ciclistas que vão ao trabalho, à faculdade, ou em outras atividades cotidianas de bicicleta, se reúnem em frente ao Conjunto Cultural da República e descem a Esplanada dos Ministérios para se manifestar contra a falta de respeito e espaço no trânsito das grandes cidades e lembrar aos motoristas que, quem pedala, anda desprotegido. Diante do Congresso Nacional alguns manifestantes tiraram as roupas para protestar, conforme a idéia original do evento, enquanto a maioria acompanhou apenas erguendo as bicicletas. Além das reclamações sobre a agressividade dos motoristas, que geralmente não respeitam a distância de um metro e meio do ciclista, os participantes da Pedalada Pelada também lembraram o excesso de veículos motorizados no trânsito e a poluição que eles causam. “Um Carro a Menos” era uma das principais frases escritas nas costas dos manifestantes. O evento surgiu na Europa, onde também ocorreram protestos. Segundo site da Agência Brasil, a manifestação em São Paulo foi inibida pela presença de policiais. Os manifestantes paulistas optaram por usar roupas de praia.

Integrantes do MAB do Vale do Ribeira realizam uma mobilização no município de Adrianópolis – Paraná (região Sul). Os militantes protestam contra a usina de Tijuco Alto. A Atividade faz parte da Jornada de Lutas do MAB realizada na semana deste dia 14 de março, Dia Internacional de Lutas Contra as Barragens.

Manifestantes protestam contra o uso de couro e pele na indústria da moda em São Paulo – SP (região Sudeste). O protesto é organizado pela Vegan Staff – organização pela libertação animal, pelo Projeto Extinção e pelo TIRM – organização alemã de defesa dos direitos dos animais. O ato ocorre simultaneamente à manifestação em Frankfurt, organizada pelo TIRM contra os Fur and Fashion Market Days, feira de moda em peles que ocorre anualmente na Alemanha.

Domingo 15

Cerca de 150 pessoas fazem uma manifestação em Copacabana, zona sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), em defesa da permanência no Brasil do menino Sean, 8 anos, cuja guarda está sendo reivindicada pelo pai americano, David Goldman. O grupo se reuniu em frente ao hotel Marriot, onde Goldman estava hospedado. Ele veio ao Rio de Janeiro para fazer exames médicos a pedido da Justiça brasileira, mas segundo informações do hotel, já teria retornado para os Estados Unidos na noite do dia 14 de março. Os manifestantes vestiam roupas brancas e levavam a bandeira do Brasil e faixas pedindo que a criança fique no Brasil com a família da mãe, Bruna Bianchi, que morreu em 2008 no parto de sua segunda filha. Eles caminharam pela orla, até o Leblon, em um protesto silencioso. Sean veio para o Brasil com a mãe há quatro anos. Depois da morte de Bruna, o pai biológico entrou com processo na Justiça para levar a criança de volta aos Estados Unidos, onde vive. O caso está sendo analisado pela 16ª Vara da Justiça Federal.

Caciques e lideranças das 20 aldeias da etnia indígena Guarani ocupam Núcleo da Fundação Nacional do Índio (Funai), em Palhoça - Santa Catarina (região Sul). Organizados num conselho de anciãos e caciques: a Comissão Guarani Catarinense Nhemonguetá, os índios entram no prédio da Funai e retiram o Chefe de Núcleo, José João de Oliveira, para denunciar o mau atendimento que a Funai presta aos índios de Palhoça. Eles exigem que um Guarani escolhido pelas comunidades seja colocado no cargo.

2º feira 16

Crianças do movimento sem-terra, educadores e pais realizam um protesto em frente à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) contra o fechamento das Escolas Itinerantes no estado do Rio Grande do Sul (região Sul). Os manifestantes foram ao local para assistir a defesa da Tese de Doutorado da pedagoga Isabela Camini sobre as escolas do MST. As escolas em acampamentos do MST foram fechadas por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado entre o governo do estado e o Ministério Público Estadual (MPE). A medida afeta 600 crianças. Apesar, do governo estadual ter se comprometido em garantir vagas para as crianças na rede pública, prefeituras reclamam da falta de verbas para transportá-las até as escolas, como o caso de São Gabriel, na Fronteira Oeste.

Estudantes da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) ocupam 3 campi da universidade: Caetitê, Guanambi e Bom Jesus da Lapa na Bahia (região Nordeste). Os alunos novos foram impedidos de fazer a matrícula e todas as atividades acadêmicas foram suspensas. Alunos de outros campi manifestaram seu apoio ao movimento. A reivindicação principal é por ampliação do quadro docente através de concurso público e melhor infra-estrutura como: mais investimentos para o acervo bibliográfico e para a prática de pesquisa e extensão. Outra reivindicação é a construção do prédio da UNEB. Segundo eles, o novo campus terá 10 salas, quando, na verdade, precisaria de 14 para comportar todas as turmas. Os estudantes reivindicam a formação de uma mesa de negociação composta por: governador do estado, Secretário Estadual de Educação, Ministério Público, Reitoria e Pró-Reitorias da UNEB e representante da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa do estado da Bahia. Por meio de sua assessoria de imprensa, os professores da instituição informam que apóiam a manifestação dos estudantes, por considerarem-na justa e entenderem que não são apenas dos estudantes,

mas de todos aqueles que lutam por uma universidade que ofereça melhores condições de ensino.

Ribeirinhos, caiçaras, quilombolas e pescadores marcham ao lado de estudantes, ambientalistas e camponeses ameaçados de perder a terra onde produzem no Vale do Ribeira, fronteira entre São Paulo e Paraná (região Sudeste e região Sul). Cerca de 400 pessoas marcham para reforçar os 20 anos de resistência à construção da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto, projetada pela Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), junto a outras três barragens, ao longo do corpo do rio Ribeira de Iguape. O Movimento dos Ameaçados por Barragens (Moab) é a sigla que aglutina as lutas dessa região. O ato era mais um momento em torno do Dia Internacional de Luta Contra as Barragens, comemorado no dia 14 de março. O lema do movimento é o direito à terra pelos seus moradores, algo que está em contradição com o projeto que beneficia a CBA – pertencente ao empresário Antônio Ermírio de Moraes. A finalidade de Tijuco Alto é alimentar uma planta de produção de alumínio, em cidade há 250 quilômetros dali.

Cerca de 90 famílias do MTST, após acordo com a Prefeitura de Mauá – São Paulo (região Sudeste), desocupam o terreno onde, desde novembro de 2008, funcionava o acampamento Terra e Liberdade. A área, de mais de 1 milhão de metros quadrados, localizada no Jardim Paranaíba, é de propriedade do município e estava abandonada. O integrante da coordenação estadual do Movimento, Zezito Alves da Silva, relata que, após várias tentativas frustradas de diálogo com o governo local desde o início de 2009, as famílias foram procuradas no dia 13 de março, por representantes da Prefeitura. O objetivo, segundo Silva, era chegar a um acordo para impedir um despejo violento, que poderia acontecer a qualquer momento. No dia 14 de março, integrantes do MTST se reuniram com representantes da Secretaria de Habitação, de Segurança Pública e com o Presidente da Câmara de Mauá. Durante o encontro, ficou acordado o pagamento, a partir do dia 16 de março, de bolsa-aluguel para 20 famílias durante seis meses, com possibilidade de renovação. A reunião também foi uma garantia, para o MTST, da abertura de negociações efetivas, a fim de sanar o problema da falta de moradia para as demais famílias que viviam no acampamento. "A longo prazo a perspectiva é de trazer a Caixa, com quem o Movimento tem uma boa relação, para dialogar com a Prefeitura e ver um terreno para desapropriação", explica Silva.

Cerca de mil famílias, pelo menos, 3 mil pessoas resistem à derrubada de suas casas no Parque Cocaia I, na região do Grajaú, extremo sul de São Paulo – SP (região Sudeste). Segundo o jornal Brasil de Fato, o trator derrubou cerca de 10 casas no Jardim Toca, dentro do Cocaia. Uma delas quase foi demolida junto com os seus moradores que, dentro da casa, tentavam em vão resistir ao trator: duas mulheres tiveram que ficar em frente à máquina para impedir que ela passasse por cima da casa, dos pertences familiares e das pessoas que lá viviam. Depois que a notícia correu, muitos apoiadores foram ao local, e o trator interrompeu a demolição. A Defensoria Pública de São Paulo, através do Defensor Carlos Loureiro, entrou com uma liminar contra a Prefeitura para paralisar os despejos, e com isso ajudar as famílias a ganhar um pouco de tempo para reivindicar uma alternativa digna. O prazo para saída das famílias expirou e os governos municipal e estadual, juntos ao Consórcio Santa Bárbara, coordenam as ações para remover as famílias, em troca da quantia irrisória de R\$ 8 mil por família (cheque-despejo). Segundo o CMI, algumas pessoas ficaram feridas e há denúncias de ameaças e constrangimentos. Parte dessas famílias já havia sido expulsa das regiões onde se

consolidaram as grandes operações urbanas Faria Lima, Vila Olímpia, Águas Espraiadas, localizadas ao longo do eixo sudoeste da capital paulista.

3º feira 17

Servidores públicos participam de uma manifestação na Esplanada dos Ministérios em Brasília - Distrito Federal (região centro-oeste). Eles partiram da Catedral rumo ao Palácio do Planalto. A manifestação faz parte das atividades programadas por entidades nacionais em defesa de reivindicações como a paridade com integralidade para ativos e aposentados e a manutenção dos prazos negociados com o governo que asseguram reajustes a servidores públicos. A aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 270, que garante direitos a aposentados por invalidez, também está entre as reivindicações. Além do cumprimento desse acordo, as entidades sindicais, querem uma política salarial permanente com reposição de perdas e correções salariais, retirada dos Projetos de Lei, 001, 092, 306 e 248 do Congresso Nacional, aprovação da Convenção 151 - direito irrestrito de greve, reajuste dos benefícios auxílio-alimentação, creche, diárias e contrapartida do Plano de Saúde, defesa da ascensão funcional, fim do desmonte dos órgãos como: Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Inbra, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e Ibama e antecipação das tabelas remuneratórias de 2010 e 2011. Participam do ato entidades como: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), Associação dos Servidores da Fundação Oswaldo Cruz (ASFOC), Sindicato Nacional dos Servidores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (ASSIBGE), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS), Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF), Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (FENAJUFE), Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (FENASPS) , Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (SINASEFE) e a Conlutas, CUT e Intersindical

O Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego liberta 13 trabalhadores em situação análoga a de escravidão em uma fazenda localizada no município de Bom Jesus da Selva, no sudeste do Maranhão (região Nordeste). Os trabalhadores foram resgatados da Fazenda Lagoinha de propriedade de Antonio Fernandes Camilo Filho. Eles não dispunham de materiais de segurança, o alojamento ficava exposto à floresta, possibilitando ataques de animais ou insetos. Outros trabalhadores eram alojados junto com as rações de animais. Dentre os resgatados estavam uma mulher e duas crianças de colo, ela e todos os demais foram encaminhados à Delegacia Regional do Trabalho de Açailândia, onde o proprietário, prestará contas à Justiça, podendo pagar uma multa de até 15 mil reais aos trabalhadores. A Fazenda Lagoinha é reincidente. Pela segunda vez é flagrada com trabalhadores nestas condições. Da primeira vez, em 2003, 27 trabalhadores foram resgatados. No mesmo ano, o proprietário teve seu nome incluso na Lista Suja do Ministério do Trabalho e Emprego. Atualmente, cerca de 34 propriedades no Maranhão estão na lista.

4º feira 18

Índios contrários e favoráveis à demarcação contínua da terra indígena acompanham o julgamento da ação, que questiona o tamanho da área no STF (Supremo Tribunal Federal). Os indígenas da área acompanharam o julgamento da Vila Surumu na Reserva Raposa Serra do Sol – Roraima (região Norte). Os índios contrários assistiam ao julgamento em uma TV. Já os indígenas favoráveis à saída dos não índios e ligados ao Conselho Indígena de Roraima (CIR) não tinham nem sequer um rádio. Dependiam de telefonemas para um telefone público, próximo a líderes que participavam de um outro ato em Boa Vista, capital de Roraima. A falta de recursos para os deslocamentos dos líderes de vários pontos da reserva até a vila reduziu o número previsto de participantes no ato, de 1.500 para menos de 450 índios. A PF e Força Nacional de Segurança estiveram de prontidão na localidade. O CIR reuniu cerca de 350 pessoas em quadra esportiva da vila. Sem TV ou rádio, os índios dançaram músicas tradicionais e rezaram. Com músicas tradicionais da etnia Macuxi, majoritária na reserva, os indígenas homenagearam a natureza, e fizeram amostras de artesanato tradicional da região, como peneiras, vassouras e outros utensílios de palha. Em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), depois de pouco mais de seis horas de leitura de um extenso voto de 120 páginas, o ministro do STF Marco Aurélio Mello pediu a anulação da demarcação em faixa contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, homologada em abril de 2005 pelo governo federal. Ele havia pedido vista, em dezembro de 2008, da ação ajuizada por senadores do estado contra a demarcação e alegou que partes fundamentais interessadas na regularização da área foram excluídas no processo que resultou no reconhecimento da reserva. O ministro do STF Celso de Mello votou pela demarcação em faixa contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, homologada em abril de 2005 pelo governo federal. Com o voto de Melo, que acompanhou o relator Carlos Ayres Britto, o placar do julgamento está em nove votos a favor dos índios e pela retirada dos grandes produtores de arroz do local e um contrário. O presidente do STF, Gilmar Mendes, interrompeu o julgamento que será retomado no dia 19 de março à tarde.

Dezenas de ex-funcionários da Embraer, criticam a decisão Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e realizam protesto na frente do prédio do TRT, após o julgamento Campinas – São Paulo (região Sudeste). Por maioria de votos, o TRT decide que a Embraer deverá pagar a cada funcionário demitido uma indenização no valor de dois salários correspondentes a um mês de aviso prévio, com limite de R\$ 7 mil, além de oferecer assistência médica por um ano. Esta proposta já havia sido feita pela empresa e não fora aceita pelos sindicatos. O pedido de liminar apresentado pelos sindicatos e que solicitava a nulidade das demissões não foi aprovado. Já por unanimidade, os 5 desembargadores e os 3 juízes, que compõem o tribunal, votaram a favor do voto do relator José Antonio Pancotti e consideraram como “ato abusivo” a forma como a Embraer procedeu com as demissões, sem ter negociado anteriormente com os funcionários. Segundo o voto do relator, faltou “sensibilidade aos diretores da empresa neste momento de crise econômica”. As centrais sindicais disseram que pretendem recorrer ao Tribunal Superior do Trabalho, para solicitar aumento da indenização sobre o valor que já havia sido apresentado pela Embraer, e que foi aprovado hoje pelo TRT, e que havia sido refutado pelos sindicatos na última audiência de conciliação.

Moradores do Morro da Mineira fecham o Túnel Santa Bárbara em protesto contra uma operação da Polícia Militar realizada na favela no dia 17 de março, no Catumbi, bairro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). De acordo com o jornal O Globo, durante a

incursão, houve tiroteio com traficantes e Francisco Fabrício, de 6 anos, foi atingido por uma bala perdida, o que causou revolta nos moradores. Policiais do Batalhão de Choque vão ao local, mas apenas acompanham o ato.

Militantes do MST em Campos – Rio de Janeiro (região Sudeste) ocupam a sede da Prefeitura para reivindicar uma audiência com a prefeita Rosinha Garotinho (PMDB). O Movimento afirma que quer discutir questões agrárias com a administração municipal e, mesmo tentando há várias semanas, não consegue uma reunião com o poder público. A polícia vai ao local. Segundo o CMI, Campos é uma das cidades do país em que mais resiste a concentração fundiária.

O Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego divulga o número de trabalhadores resgatados, entre 1 de janeiro e 19 de fevereiro de 2009. De acordo com as informações, 149 trabalhadores foram resgatados em 15 fazendas. De acordo com a Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo (Detrae), nove operações foram realizadas até o momento. O estado do Pará (região Norte) lidera novamente o ranking de trabalhadores resgatados - 71. Em 2008, o estado chegou a registrar 811 resgates. Em segundo lugar no levantamento de 2009 está Mato Grosso (região Centro-oeste), com 33 trabalhadores resgatados, seguido por Santa Catarina (região Sul), com 20, do Maranhão (região Nordeste), com 13, e do Paraná (região Sul), com 12. O valor dos pagamentos, de acordo com o órgão, supera o montante de R\$ 230 mil. A fiscalização lavrou ainda 218 autos de infração. Desse total, 80 no Pará, 49 em Mato Grosso e 38 em Santa Catarina.

5º feira 19

Indígenas comemoram decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) que, por 10 votos a 1 mantém a demarcação dos 1,7 milhão de hectares em faixa contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima (região Norte). O último voto foi o do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, favorável à demarcação contínua, apesar de ter feito uma série de considerações sobre os cuidados necessários em futuras demarcações e de ter cobrado presença efetiva do Estado na região. Prevaleceu no plenário o voto do ministro Menezes Direito, que estabeleceu 19 condições para a manutenção da demarcação contínua. Entre elas estão a instalação de bases militares na fronteira e o acesso da PF e do Exército à área sem necessidade de autorização da Funai, a garantia de acesso de visitantes e pesquisadores ao Parque Nacional do Monte Roraima que fica dentro da reserva, a proibição de atividades de caça, pesca, coleta de frutos ou qualquer atividade agropecuária por pessoas estranhas, e a vedação à ampliação da terra indígena já demarcada. Apenas o ministro Joaquim Barbosa não aceitou as condições propostas. Indígenas que eram favoráveis à demarcação, que vivem na Vila Surumu, na entrada da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima (região Norte), comemoraram a decisão com música e dança. As terras serão de uso exclusivo dos índios e, portanto, os produtores de arroz serão obrigados a deixar a área. A PF e a Força Nacional de Segurança podem ser acionadas para viabilizar a retirada dos arroteiros. A definição de como e em quanto tempo vai ser feita a retirada dos produtores rurais não-índios da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, deve sair em breve, depois que o Ministério da Justiça preparar um levantamento sobre a situação da ocupação da área pelos arroteiros.

Cerca de 80 assentados ligados à Fetraf ocupam a sede do Incra, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Parte dos agricultores familiares é da região do Entorno do Distrito Federal. Entre as reivindicações estão: infra-estrutura nos assentamentos e disponibilidade de crédito para desenvolverem suas atividades agrícolas. Eles protestam ainda contra o não-atendimento de reivindicações apresentadas ao órgão. “Há pontos que não vamos atender porque a lei não permite. Uma das coisas que eles querem é R\$ 1,3 milhão para levar jovens assentados do Entorno de Brasília para conhecer a Amazônia. A intenção é boa, mas o Incra não tem esse recurso”, disse o presidente do Incra, Rolf Hackbart. Em 2009, informou ele, foram destinados R\$ 19 milhões para o fomento da agricultura familiar e crédito para o setor na região do Entorno do Distrito Federal. Hackbart informou ainda que o Incra já entrou com pedido de reintegração de posse do edifício do órgão. “Não há razão para a ocupação do prédio do Incra. É um ato injustificável e não haverá negociação até que haja desocupação do prédio”, afirmou. O mandado de reintegração de posse, pedido de manhã foi concedido pela 17ª Vara Cível Federal e entregue aos dirigentes da Fetraf por dois membros da Advocacia-Geral da União e dois oficiais de Justiça. Os assentados teriam até as 20h26 para desocupar o prédio. No entanto, o Conselho Nacional da Fetraf decidiu pela permanência dos trabalhadores na sede do Incra até que uma comissão deles seja recebida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ou pela chefe da Casa Civil da Presidência da República, ministra Dilma Rousseff. De acordo com o coordenador da Fetraf no Distrito Federal e Entorno, Francisco de Lucena, os trabalhadores decidiram não negociar mais com o Incra e com o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Índios da etnia Kaingang da Reserva Barão de Antonina, em São Jerônimo da Serra, no norte do Paraná (região Sul), fazem reféns o antropólogo da Companhia Paranaense de Energia (Copel) Alexandre Húngaro da Silva e dois funcionários de empresas terceirizadas que prestam serviço para a estatal. Os índios mantêm os três homens como forma de garantir o prosseguimento das negociações com a estatal para o pagamento de indenização pelo uso de terras da reserva, onde estão instaladas 14 torres de transmissão de energia. O impasse teria começado porque uma reunião, agendada para o dia 18 de março, foi cancelada. Os índios não foram informados e compareceram ao local marcado. Segundo a assessoria de imprensa da Copel, em Londrina o pagamento pelo uso da reserva, no valor de R\$ 25 mil, é feito todos os meses e não está atrasado. O que está sendo discutido agora é uma indenização por danos culturais e ambientais da área. A Copel ofereceu uma cota de R\$ 1 milhão, mas os índios querem um valor maior.

Pescadores confirmam acusações de ameaças que teriam sofrido de seguranças da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), localizada em Santa Cruz, em audiência pública realizada na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), no Centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os acusados integrariam milícias na região. A audiência contou com a presença dos deputados; Paulo Ramos (PDT), Marcello Freixo (PSOL) e Alessandro Molon (PT) além da professora Sandra Quintela representante do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), Luis Carlos, pescador ameaçado por milicianos contratados pela empresa e representantes da empresa. Além disso, um grupo de militantes; de partidos de esquerda, integrantes do MST, pescadores e de outras organizações lotou a audiência. O Núcleo de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público do Rio vai apurar a possível atuação de milicianos na região da Baía de Sepetiba, atendendo representação da Associação de Agricultores e Pescadores de Pedra de Guaratiba. Uma visita ao local foi acordada entre os deputados e representantes da empresa.

Entidades ambientalistas entregam diversas reivindicações da área ao secretário do Meio Ambiente, Berfran Rosado, no Rio Grande do Sul (região Sul). A Assembléia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente (APEDEMA), entregou um documento em que aponta a precarização do quadro funcional da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) e da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (FEPAM), o desrespeito ao Zoneamento Ambiental da Silvicultura e a emissão de licenças ambientais sem os estudos de impacto. Entre as reivindicações das entidades, estão a efetivação das unidades de conservação, mais transparência nos atos de licenciamento e homologação do diretor técnico da FEPAM eleito pelos funcionários

O Fórum Paraense Contra a Criminalização dos Movimentos Sociais pede providências no Tribunal de Justiça no estado do Pará (região Norte). A mobilização ocorre contra a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Katia Abreu. A senadora reivindica na justiça uma intervenção federal no Pará para o cumprimento de reintegrações de posse. Já os movimentos sociais querem a criação de uma comissão que monitore violações dos direitos humanos e a prisão de vinte fazendeiros condenados por Trabalho Escravo, que ainda estão livres.

Oséias José de Carvalho, presidente da Associação de Moradores de Campo Belo, em Nova Iguaçu, é assassinado em Campo Belo em Nova Iguaçu – Rio de Janeiro (região Sudeste). Na mesma madrugada, algumas horas depois, também foi assassinado, em casa, o morador mais antigo de uma área próxima da ocupação. A vítima foi testemunha, na justiça, em favor das famílias que vivem na Ocupação 17 de Maio. Os sem-teto suspeitam que os crimes estejam relacionadas à questão da terra e temem que outras mortes possam acontecer.

6º feira 20

Integrantes da Fetraf deixam sede do Incra em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). A sede do órgão foi ocupada no dia 19 de março. Apesar de desocuparem o local, os trabalhadores permanecem do lado de fora do prédio. Os Coordenadores da Fetraf se reuniram com representantes da Ouvidoria Agrária Nacional e da diretoria do Incra para negociar as reivindicações feitas pelos agricultores. Entre os pedidos feitos pelos trabalhadores rurais, estão infra-estrutura nos assentamentos e disponibilidade de crédito para o desenvolvimento de atividades agrícolas.

Cerca de 50 índios ocupam a sede do núcleo da Funai em Florianópolis – Santa Catarina (região Sul). Os manifestantes aguardam a expedição de um documento exonerando o atual chefe do escritório, José João de Oliveira, para desocupar o local. Caciques e lideranças de pelo menos quinze aldeias do litoral catarinense reclamam da falta de encaminhamento de assuntos relacionados à saúde, educação e agricultura, e pedem a eleição de um índio para ocupar o cargo.

Sábado 21

Cerca de 200 pessoas, segundo estimativas dos organizadores, participam de uma caminhada em comemoração ao Dia Internacional da Síndrome de Down no Parque da Cidade em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). A intenção dos

organizadores foi "chamar a atenção e mostrar à sociedade quem são essas pessoas e o que são capazes de realizar". Durante a manifestação, Gilza Rosa Silva, presidente da Associação DF-Down, comemorou o grande avanço no Brasil em relação às pessoas com a síndrome. "Antigamente, elas eram trancadas dentro de casa. Hoje, elas fazem tudo. Temos artistas plásticos, pintores, escritores, Dirigem, trabalham, casam", afirmou. A presidente da Associação DF-Down também defendeu a inclusão como um processo irreversível na sociedade brasileira, que deverá permitir, cada vez mais às pessoas com Down exercerem seu papel de cidadão. O número de pessoas com síndrome no Brasil é impreciso, mas segundo Gilza é estimado em 300 mil pessoas. No Distrito Federal, as manifestações pelo Dia Internacional da Síndrome de Down começaram no dia 16 de março com uma exposição de pinturas e fotografias feitas por artistas com a deficiência. Durante toda a semana, foram exibidos filmes e realizadas palestras em universidades e hospitais.

Os 2,3 mil trabalhadores da unidade de São André – São Paulo (região Sudeste) da empresa Pirelli, fabricante de pneus, iniciam greve. Segundo informações da Agência Brasil, representantes da empresa aguardam um posicionamento da matriz, na Itália, - depois da falta de acordo no dia 19 de março - em relação a proposta da Pirelli que tinha a intenção de reduzir jornada de trabalho em 18% e os salários em torno de 11%. O sindicato, não concordou com a falta de inclusão de garantia de estabilidade no emprego. Segundo o sindicato dos trabalhadores, o que levou à decisão de paralisar as atividades foi a demissão de onze dos 2,3 mil trabalhadores.

Domingo 22

Trabalhadores rurais sem-terra, ligados à CPT, ocupam o lote de nº 11 do canal da Transposição do Rio São Francisco, localizado no município de Sertânia no sertão do estado de Pernambuco (região Nordeste). Os trabalhadores destruíram o canteiro de obras, onde se encontravam as máquinas e a construção de parte do canal. Segundo Denis Venceslau, da CPT, "os trabalhadores protestaram contra o Projeto de Transposição do Rio São Francisco que expulsa os trabalhadores e as trabalhadoras do campo em nome de um projeto de desenvolvimento pensado a partir da elite e para a elite - o hidronegócio". Segundo site do MST, a ação, denominada "Grito das Águas", fez parte das mobilizações na Semana da água e teve como tema "Águas para a vida e não para a morte".

Os trabalhadores da Refinaria Gabriel Passos (Regap), unidade da Petrobras em Betim no estado de Minas Gerais (região Sudeste), deflagram greve. A paralisação está articulada com a greve nacional dos petroleiros, aprovada pelos dezessete sindicatos da categoria nacionalmente. As pautas apresentadas na mobilização dizem respeito à manutenção dos postos de trabalho dos terceirizados, à garantia de segurança e saúde dos trabalhadores, pagamento das horas extras e regulamentação justa na Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Com duração prevista de cinco dias, no dia 27 de março o movimento grevista irá avaliar a mobilização para a continuidade da negociação com a empresa.

2º feira 23

Petroleiros de todo o país iniciam paralisação nacional. A greve, inicialmente prevista para cinco dias, tem a adesão de 70% da categoria e estende-se a unidades de produção, refinarias e terminais de distribuição. Segundo a Federação Única dos Petroleiros (FUP), no Espírito Santo (região Sudeste), os trabalhadores fecham a produção e entregam as plataformas para as equipes de contingência da Petrobras, que tentam retomar a produção de gás e de petróleo. Uma dessas plataformas é a P-34, considerada emblemática por ser a primeira a extrair o óleo da camada de pré-sal. A greve é a resposta da categoria aos ataques que tem sofrido sob o pretexto da crise financeira internacional. Outro motivo que impulsionou o movimento é a falta de segurança nos locais de trabalho. De acordo com levantamento da FUP, nos últimos dez anos o Sistema Petrobrás registrou 165 óbitos em acidentes de trabalho, dos quais 134 eram terceirizados e 31 do efetivo próprio, ou seja, 80% das mortes foram com prestadores de serviços. A média é de mais de uma morte por mês na Petrobrás. A ausência de regras para a distribuição justa da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e a negativa da empresa quanto ao pagamento das horas extras nos feriados trabalhados também foram fatores decisivos para a construção da greve. Segundo o CMI, nas plataformas do Espírito Santo (região Sudeste) e da Bacia de Campos – Rio de Janeiro (região Sudeste), a Petrobrás bloqueia a comunicação dos trabalhadores, cortando telefones e o acesso à internet. Mesmo assim, os petroleiros fecham a produção e são coagidos a entregar as plataformas para as equipes de contingência da Petrobrás, que estão tentando retomar a produção de gás e petróleo no lugar dos trabalhadores.

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Petróleo do Paraná (SindiPetro-PR) entra, no final da manhã com uma ação na Procuradoria Regional do Trabalho, da 9ª Região, pedindo a intermediação do órgão nas negociações entre trabalhadores e a direção da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), em Araucária, região metropolitana de Curitiba – Paraná (região Sul). De acordo com o sindicalista Anselmo Ruoso Júnior, diretor da FUP e do Sindicato dos Petroleiros no Paraná, a Repar está mantendo cerca de 80 trabalhadores do turno do dia 22 de março em suas instalações. Isso, segundo ele, caracteriza cárcere privado. “Alguns trabalhadores entraram às sete e meio de ontem e estamos preocupados com possíveis acidentes e com a saúde deles.” A assessoria de imprensa da Repar informou que a estatal está buscando informações sobre a situação para se manifestar. A proposta da categoria, esclareceu Anselmo, não é comprometer a produção. Durante a paralisação, acrescentou, os petroleiros vão reduzir a jornada de trabalho na Repar, que produz 35 mil metros cúbicos de petróleo por dia. A categoria entrou em greve à zero hora deste dia 23 de março no Paraná, aderindo ao movimento nacional coordenado pela FUP. Os petroleiros reivindicam melhorias nas políticas de saúde e de segurança da estatal. A ausência de regras para a distribuição justa da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e a negativa da empresa quanto ao pagamento das horas extras nos feriados trabalhados também foram fatores decisivos para a construção da greve. Segundo o CMI, estão em greve os trabalhadores de duas refinarias no Paraná. Nestas unidades não ocorreram trocas de turnos.

Cerca de 50 trabalhadores se reúnem em assembléia em frente à Refinaria Duque de Caxias (Reduc) e iniciam uma greve de cinco dias com parada de produção dos funcionários de refinarias e plataformas da Petrobras no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A paralisação no estado acompanha o movimento nacional coordenado pela FUP. Segundo informações da Agência Brasil, das 44 plataformas da Bacia de Campos, no norte fluminense, 29 aderiram à greve. Na Reduced, não houve troca de turno à zero hora e os trabalhadores seguiram para a assembléia. A FUP declara que a paralisação

em todo o país é uma resposta da categoria aos “ataques” que tem sofrido sob a justificativa da crise financeira internacional. Os petroleiros reivindicam uma reforma estrutural para acabar com as mortes em acidentes de trabalho – em 2008, foram 18, segundo relatório da empresa – e defendem ainda o pagamento em dobro pelo trabalho nos feriados e protestos contra a falta de clareza no pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR). No Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes), os funcionários atrasaram por duas horas o início dos trabalhos. De acordo com a FUP, apesar de o lucro da estatal em 2008 ter sido superior em cerca de 60% ao de 2007, os valores propostos para o pagamento da PLR aos funcionários estão abaixo do que foi pago pela empresa nos últimos quatro anos. O diretor do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Petróleo no estado do Rio de Janeiro (Sindipetro), Eduardo Henrique, disse que a categoria quer uma proposta única de PLR para todos os trabalhadores do sistema Petrobras. “Hoje a proposta avança de acordo com a faixa dos níveis, e entre o mínimo é o máximo há uma variação de duas vezes e meia. Sendo que uma parte dessa verba é destinada à remuneração de gerentes que não é divulgada. A gente tem processo na Justiça exigindo a divulgação da PRL de gerentes”. Além disso, os petroleiros querem garantias em relação aos postos de trabalho, ao extraturno e à segurança. Em nota, a Petrobras informou que sua produção não foi afetada pelo movimento. Vinte e dois dos 47 terminais de escoamento aderiram à mobilização, mas, segundo a empresa, mesmo assim, toda a produção foi escoada e entregue. Quanto às refinarias, a Petrobras informou que apenas algumas delas aderiram parcialmente à greve. No texto, a Petrobrás também diz que teve que acionar equipes de contingência em 12 das 40 plataformas das Bacias de Campos e Espírito Santo. Segundo o CMI, estas plataformas tiveram bloqueada a comunicação dos trabalhadores, pela Petrobrás. Mesmo assim, os petroleiros no Espírito Santo e na Bacia de Campos, fecham a produção e são coagidos a entregar as plataformas para as equipes de contingência da Petrobrás, que estão tentando retomar a produção de gás e petróleo no lugar dos trabalhadores. Os trabalhadores do terminal Cabiúnas, em Macaé – Rio de Janeiro (região Sudeste) assumiram o controle operacional das unidades e controlam o bombeio.

Os trabalhadores do Sistema Petrobrás entram em greve à zero hora deste dia 23, em todo o país. Apesar das ameaças e pressões das gerências da empresa, os petroleiros assumem várias unidades de produção e distribuição de petróleo e gás. Nos municípios de Entre Rios e Esplanada, no estado da Bahia (região Nordeste), os petroleiros mantêm 3 campos de produção de petróleo sob controle. Segundo o CMI, o mesmo ocorre em terminais no estado e em duas refinarias. Somam-se à greve, os trabalhadores das áreas terrestres de produção de petróleo no estado. Suas principais reivindicações são: garantir os postos de trabalho pelas empresas contratadas pela Petrobrás, acabar com a precarização das condições de trabalho e os acidentes que causam a morte de petroleiros todo mês, garantir o pagamento das horas extras dos feriados trabalhados, estabelecer o regramento e distribuição justa da Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Os petroleiros afirmam que durante a greve serão preservadas as necessidades da população quanto à produção e transporte de petróleo e gás. A paralisação no estado acompanha o movimento nacional coordenado pela FUP. Os trabalhadores dos terminais de Solimões, no Amazonas (região Norte) assumem o controle operacional das unidades e controlam o bombeio. Estão em greve ainda os trabalhadores de refinarias de Manaus. Trabalhadores de Suape, em Pernambuco (região Nordeste), assumem o controle operacional das unidades e controlam o bombeio. Trabalhadores do Sistema Petrobrás de Guarulhos, em São Paulo (região Sudeste), assumem o controle operacional das unidades e controlam o bombeio. Segundo o CMI, estão em greve trabalhadores nos 6

terminais de São Paulo (região Sudeste). Estão paralisados também os trabalhadores de refinarias Mauá, São José dos Campos e Santos – São Paulo (região Sudeste). Trabalhadores do Sistema Petrobrás das plataformas do Rio Grande do Norte (região Nordeste), os petroleiros assumem o controle de 70% da produção de petróleo e gás. Segundo o CMI, no Pólo de Guamaré, área de processamento de gás e óleo do estado, apenas uma unidade está em atividade, mas com carga mínima. Paralisam suas atividades também os trabalhadores das áreas terrestres de produção de petróleo.

Trabalhadores do Sistema Petrobrás deflagram paralisação. Estão em greve os trabalhadores de refinarias, Minas Gerais (região Sudeste), Ceará (região Nordeste), Sergipe (região Nordeste), Rio Grande do Sul (região Sul), os trabalhadores nos 4 terminais de Santa Catarina (região Sul), os trabalhadores nos 6 terminais da Paraíba (região Nordeste), os trabalhadores das áreas terrestres de produção de petróleo no Pará (região Norte), os trabalhadores das áreas terrestres de produção de petróleo de Alagoas (região Nordeste). Nestas unidades não ocorrem trocas de turnos. Paralisam suas atividades os trabalhadores das áreas terrestres de produção de petróleo, no estado.

Cerca de 50 famílias ligadas ao MST, ocupam a prefeitura municipal de Riachão do Poço, no estado da Paraíba (região Nordeste). As reivindicações das famílias agricultoras, entre outras são: tratores para cultivar a terra para as mesmas plantarem; sementes; aterramento de uma ponte que caiu no assentamento Chico Mendes, que se localiza na zona rural deste município; saúde: as famílias da zona rurais deste município que não têm assistência médica no local nem transporte para locomoção dos necessitados destes serviços. As famílias afirmam que só sairão do espaço, quando atendidas as suas reivindicações.

Agentes da Superintendência Regional do Trabalho na Bahia localizam 14 pessoas trabalhando em regime considerado análogo ao de escravidão em uma fazenda em Correntina – Bahia (região Nordeste). Segundo o órgão, os trabalhadores tinham vindo de Goiás (região Centro-oeste) havia dois meses, para trabalhar das 6 às 18 horas todos os dias, por vinte e cinco e trinta reais por semana. Os trabalhadores comiam apenas arroz com caldo de feijão e dormiam no chão, sob barracas de lona. Os trabalhadores foram levados de volta à cidade de origem e o dono da fazenda foi autuado.

Índios da etnia Kaingang da Reserva Barão de Antonina, em São Jerônimo da Serra, no norte do Paraná (região Sul) libertam os dois funcionários da Companhia Paranaense de Energia (Copel) mantidos reféns desde o dia 19 de março. O antropólogo Alexandre Húngaro da Silva foi ao local no dia seguinte tentar uma negociação e também foi impedido de deixar a reserva. Ele também foi liberado pelos índios. José Almir Torres Quintanilha, e seu irmão, Valmiron Torres Quintanilha, foram feitos reféns quando faziam o trabalho de inspeção de rotina na aldeia. Segundo a assessoria de imprensa da Copel, os indígenas disseram que a ação era uma forma de garantir o prosseguimento das negociações com a estatal para o pagamento de indenização pelo uso de terras da reserva, na qual estão instaladas 14 torres de transmissão de energia. A companhia paga R\$ 25 mil por mês pelo uso da reserva, e, segundo a assessoria, o pagamento não está atrasado. Os reféns foram libertados após a ida até a aldeia de dois técnicos da Funai. Eles levaram um documento garantindo a antecipação para a tarde do dia 24 de março, de uma reunião em Londrina para tratar do assunto, que estava agendada para o dia 25 de março. Participam do encontro representantes da Copel, do Ministério Público Federal e da Funai. O impasse teria começado porque essa reunião, anteriormente

agendada para o dia 18, foi cancelada. Os índios não foram informados sobre isso e compareceram ao local marcado. Segundo informações do site da Agência Brasil, Valmiron Torres Quintanilha disse que foi bem tratado e que não sofreu nenhuma violência física. “Apenas ameaçavam a gente, mas entendo que eles lutavam pelo que acreditam ser o direito deles”. Ele contou que durante os cinco dias em que ficaram reféns foram obrigados a fazer várias ligações clandestinas dentro da aldeia. “Ficávamos com receio de acontecer alguma coisa com a gente porque era toda a comunidade decidindo, eles não ouviam mais o que o cacique dizia. Todas as propostas eram analisadas e as decisões tomadas após muita discussão entre eles”, lembrou Quintanilha. Ele disse que já está pronto para voltar ao trabalho hoje, mas que seu irmão, José Almir Torres Quintanilha, está muito assustado e pretende voltar para o interior de Goiás com a família.

As entidades sociais parceiras do poder público municipal no atendimento à população em situação de rua, em São Paulo (região Sudeste), articuladas no Fórum das Organizações, lançam carta aberta em que denunciam situações de desrespeito que vêm sofrendo por parte da Prefeitura de São Paulo – SP (região Sudeste). Baixos salários, o alto número de atendimento por profissional, a falta de uma estrutura de serviços intersecretariais que efetivem a saída das pessoas da rede de assistência também estão na relação das precariedades vividas pelas organizações.

Segundo a auditoria realizada para checar a lista divulgada pelo Ministério do Meio Ambiente dos 100 maiores desmatadores da Amazônia, a situação ambiental dos assentamentos do Incra no Mato Grosso (região Centro-oeste) incluídos nos dados seria ainda mais grave do que o inicialmente divulgado: o desmatamento total nos assentamentos listados seria 18% maior que o que apareceu nas atuações originais, segundo o jornal O Globo. O Incra foi multado pelo desmatamento de 292.070 hectares em oito assentamentos. No entanto, de acordo com o Ibama, o desmatamento seria de 330.290 hectares da Floresta Amazônica, 57.890 a mais que o calculado antes. As multas imposta ao Incra chegaram a R\$ 265,5 milhões. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, declara que foi feito um acordo para que, no lugar de pagar em dinheiro, o Incra recupere áreas degradadas nos assentamentos e doe áreas destinadas à reforma agrária para unidades de conservação. Segundo o documento, ainda seriam identificados outros crimes, como desmatamento e ocupação de Áreas de Preservação Permanente (APPs). O Incra, que fez críticas ao primeiro relatório, volta a desqualificar os novos dados do Ibama. Para o diretor do Obtenção de Terras, Celso Lisboa de Lacerda, o trabalho é superficial. A sua principal crítica é que o Ibama não teria verificado o que é desmatamento legal e o que é ilegal nos assentamentos.

3º feira 24

Moradores da Favela da Chatuba, em Mesquita, na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro (região Sudeste), incendeiam dois ônibus. De acordo com o jornal O Globo, os moradores protestam por Guilherme dos Santos Severino, de 6 anos, que foi ferido por uma bala perdida em operação de policiais do 20º Batalhão da Polícia Militar (Mesquita) na favela.

A FUP divulga que a adesão da greve nacional da categoria, que se estenderá até o próximo dia 27, é total em áreas operacionais, como plataformas, refinarias e terminais.

De acordo com a FUP, a greve afetou a produção de petróleo e gás no Rio Grande do Norte e na Bahia (região Nordeste), e em Urucu, no Amazonas (região Norte). A Petrobrás afirma, no entanto, que a operação foi mantida sem problemas. Segundo a empresa, nas áreas onde não houve troca de turno, a operação foi mantida com as equipes de contingência. Na Refinaria de Duque de Caxias (Reduc), em Duque de Caxias – Rio de Janeiro (região Sudeste), a operação está sendo realizada pelos trabalhadores que entraram às 16h do dia 22 de março e com as equipes de contingência, uma vez que os piquetes impediram troca de turnos. A FUP decidiu manter a greve nacional dos funcionários da Petrobras, mesmo com o início das negociações, iniciada neste dia 24 de março. Representantes da estatal e sindicalistas passaram a tarde reunidos na sede da companhia, no centro do Rio, para tentar chegar a um acordo. Uma nova reunião está marcada para as 9h do dia 25 de março. Em nota à imprensa, a FUP informou ainda que petroleiros da refinaria de Mossoró e do Alto do Rodrigues, ambas no Rio Grande do Norte (região Centro-oeste), e das plataformas do estado do Ceará (região Nordeste) São Mateus e Linhares aderiram à greve, prevista para terminar no dia 27 de março. De acordo com entidade sindical, trabalhadores da BR Distribuidora, subsidiária da Petrobras, devem avaliar no dia 26 se fazem ou não uma paralisação de 24 horas no dia seguinte. Os petroleiros reivindicam aumento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), que é uma gratificação concedida a funcionários com base nos lucros da empresa, o pagamento de horas-extras nos feriados, o fim das demissões de terceirizados e o aumento da segurança dos empregados.

Funcionários do Hospital do Andaraí realizam paralisação parcial das atividades da emergência, do Centro de Tratamento Intensivo (CTI) e da Unidade de Pacientes Graves, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), em protesto contra a decisão do juiz José Carlos Zebulum, da 27ª Vara Federal, que determina a substituição dos profissionais com contrato temporário nos hospitais federais no estado por concursados. A ação civil foi movida pelo Ministério Público Federal (MPF), que alega que o último concurso promovido pelo Ministério da Saúde tem um banco de reservas com mais de 45 mil aprovados. O Ministério da Saúde anuncia que a Advocacia Geral da União entrou com recurso. O vice-diretor do Hospital do Andaraí, Dásio Simões, declara que a decisão foi inesperada. Já o Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência Social do Estado do Rio diz que o ideal é que sejam aproveitados tanto os temporários quanto os que estão na fila de espera do concurso.

Os cerca de 2,3 mil empregados da fabricante de pneus Pirelli retomam as atividades, depois de três dias de paralisação em Santo André, região do ABC Paulista - São Paulo (região Sudeste). Em assembléia realizada na noite do dia 23 de março, eles aprovaram a proposta da empresa de reduzir salários em 10% e diminuir a jornada de trabalho em 14% com corte de 10% de salários por dois meses além da estabilidade por quatro meses. O presidente do Sindicato dos Borracheiros da Grande São Paulo, Terezinho Martins da Rocha argumentou que defendeu a greve deflagrada às 22h do dia 22 de março por ter a informação de que a Pirelli iria demitir 150 funcionários. Segundo ele, 11 empregados chegaram, de fato, a ser cortados. Desses, três queriam deixar a empresa e quatro foram desligados porque tiveram o contrato em regime temporário vencido no período. Quanto aos demais, segundo Rocha, o sindicato continuará em defesa de uma revisão dos casos. Em nota, divulgada na tarde do dia 23 de março, a Pirelli reforçou que vinha negociando com o sindicato da categoria uma forma de preservar os empregos por meio da redução da jornada de trabalho aos domingos por três meses. Em razão de essa

proposta ter sido rejeitada, a empresa teve de iniciar um ajuste no quadro de pessoal, informou o comunicado.

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Petróleo do Paraná e Santa Catarina (Sindipetro PR/SC) informa, por meio de nota divulgada na manhã do dia 24 de março que o controle das operações da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), em Araucária, região metropolitana de Curitiba – Paraná (região Sul) está a cargo de um grupo de contingência, formado por supervisores e gerentes. Segundo o sindicato os funcionários que agora são responsáveis pelas operações não têm capacidade para realizá-las, o que coloca em risco a vida desses petroleiros, as instalações da refinaria, o meio ambiente e a comunidade que vive nas proximidades. De acordo com o sindicalista Anselmo Ruoso Júnior, diretor do Sindicato dos Petroleiros, há risco até mesmo de uma explosão. No comunicado, o sindicato afirma que, caso ocorra algum incidente, independentemente da proporção, tomará todas as medidas legais para responsabilizar a direção da empresa. Os funcionários da Repar estão em greve desde a zero hora do dia 23 de março, em adesão ao movimento nacional coordenado pela FUP. A FUP informa que a direção da Repar liberou parte dos trabalhadores do turno das 15h30 do dia 22 de março apenas neste dia 24 de março pela manhã, e reafirmando a condição de “regime de cárcere privado por 42 hs”. Por meio do sindicato, os trabalhadores propõem que haja uma vigilância técnica em regime de revezamento e se colocam à disposição para as negociações de troca de turno, garantindo que não haverá desabastecimento para a população. Os trabalhadores consideram o posicionamento da direção da refinaria arbitrário. Segundo a nota, a empresa está “barrando a entrada de todos os funcionários neste dia 24 de março e não dispôs dos ônibus para o transporte dos trabalhadores de turno”. A assessoria de imprensa da Repar rebateu as acusações do sindicato, lembrando que a empresa recebeu no dia 23 de março a visita de fiscais da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) para verificar as denúncias de cárcere privado de trabalhadores, o que não ficou comprovado. De acordo com a assessoria, os funcionários estão na refinaria por iniciativa própria. A assessoria confirma que a Repar está trabalhando com equipe de contingência, mas com trabalhadores qualificados que já atuaram na área de produção. Essa equipe, segundo a empresa, é formada por funcionários, engenheiros e técnicos altamente qualificados para o setor de produção.

Cerca de 20 pessoas fazem um protesto em frente ao Teatro Folha, em São Paulo – SP (região Sudeste). O objetivo do ato é reivindicar a cassação do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, que participava de sabatina promovida pelo jornal Folha de S.Paulo. Os manifestantes, liderados pela UBES e pelo PSOL, chamavam o ministro de “fascista” e gritavam “Ô Gilmar Mendes, que papelão, soltar banqueiro, sabendo que é ladrão”. O ministro não presenciou a manifestação, já que deixou o teatro por uma saída especial. Os manifestantes criticaram Mendes por causa da concessão de dois habeas corpus ao banqueiro Daniel Dantas e também por causa da posição do ministro contrária aos repasses públicos ao MST.

Os cerca de 1,2 mil funcionários das empresas Dormer Tools e Sandvik do Brasil aprovam, em assembleias, propostas das empresas que incluem estabilidade dos empregados por dois meses e um plano de benefícios aos 80 trabalhadores demitidos no dia 23 de março. As duas empresas de capital sueco, instaladas na zona sul da capital São Paulo – SP (região Sudeste), atuam na produção de ferramentas. Segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes, Miguel Torres, durante a negociação com os representantes patronais foi interrompida a

intenção da empresa de dispensar outros 268 empregados. “Para os que foram mandados embora, a maioria com mais de 12 anos nas empresas, será dado um salário mínimo a cada cinco anos, além de cestas básicas”, informou Torres, argumentando que ao averiguar os demonstrativos financeiros dessas companhias, “os próprios trabalhadores reconheceram as dificuldades que elas atravessam”. Em relação à Sandvik, de acordo com Torres, as atividades foram reduzidas em função da queda na demanda. “Só a Vale, uma das principais clientes, reduziu suas encomendas em cerca de 60%”, informou o líder sindical.

Militantes de movimentos sociais lotam a praça central de Itapecuru Mirim, para o lançamento da Marcha Estadual Pela Democracia deste município até São Luís, capital no Maranhão (região Nordeste). Cerca de 1.500 sem-terra, sem teto, quilombolas, indígenas, quebradeiras de cocos, participam da Marcha que durante sete dias percorrerá 120 quilômetros até a capital São Luís. Os marchantes reivindicam a manutenção de Jackson Lago (PDT) no poder. Eles garantem lutar até as últimas conseqüências para impedir o retorno dos Sarneys. “Não é uma questão de defender o mandato de Jackson Lago, é defender o voto, a decisão do povo que já disse nas urnas que não quer Sarney”, explica Carlito Reis, integrante da União de Luta por Moradia. Durante todo o percurso serão realizados debates e atos políticos. No dia 31 de março, a Marcha se juntará ao Ato Nacional pela Democracia no Maranhão, que relembrará os anos de ditadura que viveu o Brasil e a relação desse período com a projeção nacional da família Sarney. A Marcha é um ponto alto da mobilização do Movimento Balaiada, que vem organizando várias reuniões e atividades contra a cassação do mandato do governador Jackson Lago. Participam do Comitê o MST, Movimento de Moradia Popular, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão (Fetaema), Fetraf, organizações indígenas, entidades quilombolas, articulações do movimento Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBTT), agremiações estudantis e juvenis.

Os moradores do Parque Cocaia I, na região do Grajaú, extremo sul de São Paulo – SP (região Sudeste), que foram expulsos de suas casas no dia 16 de março devido ao Projeto Mananciais fecham a principal avenida da região em protesto contra o despejo. O moradores criticam a quantia irrisória de R\$ 8 mil por família (cheque-despejo) que receberam para deixar o local. Segundo o CMI, algumas pessoas ficaram feridas e há denúncias de ameaças e constrangimentos durante o despejo.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulga estudo com base nas medidas anunciadas por 32 países contra a crise que conclui que o montante destinado a pacotes de estímulo chega a US\$ 1,19 trilhão, porém somente 1,8% do total (ou seja, US\$ 21,42 bilhões) foi investido em ações de proteção social, de acordo com o jornal Folha de São Paulo. Segundo o relatório, o Brasil é o país do G20 que gastou menos em medidas de estímulo – apenas o equivalente a 0,2% do PIB. O levantamento da OIT mostra que o Brasil é um dos países em que os desempregados têm menos proteção social. Conforme o estudo, 93% dos que perdem o trabalho não recebem o seguro-desemprego. O relatório ainda estima que a crise poderá gerar mais 38 milhões de desempregados no mundo.

O juiz da 7ª Vara Cível de Nova Iguaçu, João Batista Damasceno, indefere uma ação de reintegração de posse, contra os moradores da Ocupação 17 de Maio em Nova Iguaçu – Rio de Janeiro (região Sudeste). A ação foi movida pela Imobiliária Brasil Central Ltda e corria na justiça desde 2003. A decisão judicial é fruto de uma prolongada luta dos

sem-teto daquela ocupação. Alguns moradores relatam que já enfrentaram incêndios criminosos e outras ameaças. Também se queixam do descaso da prefeitura de Nova Iguaçu, que se recusou a aceitar uma proposta de urbanização da área, decisão criticada pelo próprio Ministério das Cidades. No dia 19 de março, o presidente da Associação de Moradores de Campo Belo, em Nova Iguaçu, Oséias José de Carvalho, foi assassinado em Campo Belo no dia 19 de março em Nova Iguaçu – Rio de Janeiro (região Sudeste). Na mesma madrugada, algumas horas depois, também foi assassinado, em casa, o morador mais antigo de uma área próxima da ocupação. A vítima foi testemunha, na justiça, em favor das famílias que vivem na Ocupação 17 de Maio. Os sem-teto suspeitam que os crimes estejam relacionadas à questão da terra e temem que outras mortes possam acontecer.

4º feira 25

Cerca de 30 funcionários da Petrobras Transporte ocupam a sala de controle do terminal da empresa responsável pelo envio de combustível para aviões no aeroporto de Guarulhos, em São Paulo - SP (região Sudeste). Segundo eles, o volume de querosene de aviação enviado caiu 30% do normal. A Infraero declara que o ato não afetou as operações.

Parlamentares, sindicalistas e representante do Ministério Público do Trabalho, questionam o vice-presidente da Embraer, Horacio Forjaz, sobre as mais de 4 mil demissões na empresa durante audiência pública realizada na Câmara dos Deputados em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). O procurador do Trabalho Adélio Justino Lucas, criticou a atitude da Embraer de promover as demissões sem antes negociar com os funcionários. Os sindicalistas presentes também reclamaram da forma como as demissões foram executadas. Além de afirmar que o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Aeroespaciais não foi informado previamente sobre as demissões, que representaram 20% do total de empregados da empresa, o presidente do sindicato, Edmilson Rogério de Oliveira, reclamou da forma como os funcionários foram dispensados. “Foi um clima armado de guerra. A empresa foi fechada no final do expediente por centenas de seguranças armados, os representantes do sindicato não podiam entrar, e as pessoas foram sendo demitidas e encaminhadas para a sala do supervisor entregar o crachá. De lá, eles eram levados para recolherem seus pertences e encaminhados, ainda de uniforme, para o microônibus, que os levavam para fora da empresa”, disse Oliveira. Segundo o sindicalista, houve muita comoção, e os funcionários que não foram demitidos receberam a orientação de suspender os trabalhos naquele dia e, também, irem embora “quietos”. O vice-presidente da Embraer garantiu que as demissões ocorreram por extrema necessidade e para preservar os empregos dos outros 18 mil funcionários que ainda permanecem na empresa. De acordo com Horacio Forjaz, as negociações não foram levantadas porque não adiantariam. Forjaz disse ainda que a situação econômica mundial é grave e, caso a Embraer fosse obrigada a ficar com os mais de 4 mil funcionários demitidos, a empresa correria o risco de quebrar. O vice-presidente também apresentou dados sobre a situação em outras empresas de aviação no mundo e informou que todas estão demitindo, porque não há demanda na compra de novos aviões e muitos contratos estão sendo cancelados. Ele revelou que os funcionários foram avisados pelo presidente da empresa, em novembro, sobre a má situação dos negócios e disse que os critérios de demissão incluíam evitar que pessoas da mesma família ficassem sem o emprego. A Comissão de Trabalho de

Administração e Serviço Público vai solicitar formalmente que a Embraer forneça documentos sobre a formação de seu capital acionário e sobre o pagamento de bônus no valor de R\$ 50 milhões para diretores da empresa. O vice-presidente negou que os bônus tenham sido pagos, e disse que o valor é o teto destinado ao pagamento de honorários, benefícios como plano de saúde e previdência privada, e a participação nos lucros e resultados (PLR). Ainda segundo ele, apesar da verba ser destinada exclusivamente a pessoas do conselho de administração e da diretoria, todos os funcionários também recebem esses benefícios, inclusive a PLR.

O ministro Carlos Ayres Britto, do Supremo Tribunal Federal (STF), concede prazo até o dia 30 abril para os produtores de arroz instalados na reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima (região Norte), deixar o local, segundo os jornais O Globo e Folha de São Paulo. No dia 19 de março, a Corte decidiu em julgamento que a reserva é de uso exclusivo dos índios e, portanto, os arroteiros deveriam se retirar imediatamente. Ayres Britto, relator da causa, pondera que o gado e o maquinário que estão na reserva não podem ser removidos da noite para o dia. A decisão de estabelecer um prazo foi tomada após reunião com o ministro da Justiça, Tarso Genro, o diretor-geral da PF, Luiz Fernando Corrêa, o advogado-geral da União, o presidente do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, desembargador Jirair Meguerian, e representantes do Ministério Público Federal. Ayres Britto determina ainda que o governo faça a colheita do arroz plantado e depois decida o destino do alimento. Uma comissão de representantes do governo federal fará nos próximos dias uma vistoria na reserva para apurar eventuais danos provocados pelos produtores durante o período de ocupação de terras, além de benfeitorias. Caso sejam comprovados danos ambientais, os arroteiros estarão sujeitos a notificações e multas, de acordo com relatório do Ibama.

Cerca de 350 estudantes, segundo a Brigada Militar, ou aproximadamente 1.200 estudantes, número calculado pelos organizadores, realizam protestos pedindo a renúncia da governadora Yeda Crusius (PSDB). Os estudantes acusam a governadora de envolvimento com corrupção, em Santa Maria e Pelotas, no interior do Rio Grande do Sul (região Sul). As manifestações fazem parte da campanha “A volta dos Caras-Pintadas – Ela não pode continuar”, deflagrada por diretórios de estudantes. Em Santa Maria, eles entregam uma carta à Justiça Federal em que pedem agilidade na punição dos réus da ação penal sobre fraude no Departamento Estadual de Trânsito (Detran).

Trabalhadores da construção civil da Bahia (região Nordeste) terminam greve iniciada no dia 12 de março, com uma expressiva vitória da categoria: aumento real de salário de 2,5% e reajustes de até 100% na cesta básica. A greve unificou 17 sindicatos filiados à CUT e às demais centrais, paralisando mais de 100 mil trabalhadores em todo o estado. Mais de 5 mil operários participam da assembléia no Largo São Bento, em Salvador, capital, que aprova o acordo e decide pelo retorno ao trabalho no dia 26 de março. O reajuste do piso do ajudante comum alcança 12% de aumento, do prático 11% e dos operários em montagem e manutenção 9%. O aumento de pedreiros e carpinteiros será escalonado: 7,25% até agosto e 9% de setembro a dezembro. Os índices acordados são retroativos a 1º de janeiro. A negociação ocorre no Ministério Público do Trabalho (MPT), na capital do estado, Salvador. São descontados os fins de semana e o feriado da categoria. O mês de março, que vence no início de abril, será pago integralmente aos operários, com os patrões assumindo o pagamento de 40% dos dias não trabalhados e os 60% restantes sendo compensados sobre das diferenças do reajuste salarial. Todos os

reajustes salariais são superiores à perspectiva de inflação prevista para 2009, garantindo aumento real de, no mínimo, 2,5%.

5º feira 26

Manifestantes do MST e da Via Campesina realizam um bloqueio pacífico da Ponte da Amizade, que liga o Brasil ao Paraguai em Curitiba – Pará (região Sul). A manifestação durou cerca de uma hora e meia e tinha como objetivo apoiar a semana de luta que vem sendo realizada por trabalhadores paraguaios que defendem a Reforma Agrária e mudanças no modelo energético como forma de combater a atual crise financeira. Segundo um dos coordenadores da manifestação, Nildemar da Silva, da Via Campesina, é preciso haver integração entre todos os países da América Latina para que a energia possa ser subsidiada, em casos específicos como a construção de pequenas unidades de agroindústrias. Os 300 manifestantes brasileiros que se encontraram no meio da ponte com os trabalhadores paraguaios foram acompanhados pelas Polícias Federal e Rodoviária que não interferiram na manifestação. O contou com o apoio do Conselho Nacional de Organizações Populares, do Movimento dos Sem Teto do Paraguai e da Frente Social Popular, que aproveita a manifestação para solicitar revisão do tratado do Itaipu.

A Marcha Pela Democracia no Maranhão que chegou a Santa Rita – Maranhão (região Nordeste) no dia 25 de março, reúne 1.500 pessoas em um grande ato político. A Marcha chegou a cidade depois de 33 km percorridos. Segundo site do MST, a população de Santa Rita esperava na praça principal da cidade os 400 marchantes que lá montaram acampamento. A cidade, que dista cerca de 90 km da capital São Luis, tem história na recepção de marchas, “foram inúmeras as marchas que passaram por aqui”, recorda a professora Iolanda da Silva. A Marcha realizou no final da tarde um ato que denunciou e debateu a situação política do estado do Maranhão. Os manifestantes defendem a manutenção de Jackson Lago (PDT) no cargo de governador do estado. Lago é acusado de cometer irregularidades durante a campanha eleitoral.

A FUP e os demais sindicatos dos trabalhadores do setor de petróleo decidem manter a greve nacional de cinco dias iniciada no dia 23 de março. A decisão foi anunciada depois de três dias de negociações com a Petrobras. Segundo o diretor da FUP, Marlúzio Ferreira, os dois lados não chegaram a um acordo sobre as reivindicações dos trabalhadores. Ferreira disse que a Petrobras apresentou uma proposta no acordo que previa investigações sobre possíveis excessos cometidos pelos grevistas durante a paralisação. O item teria sido um dos principais motivos para os sindicatos não assinarem o acordo. Sem o acordo, a greve continua pelo menos até o dia 27 de março, como estava previsto desde o início da mobilização. A decisão sobre se o movimento continua será tomada pela categoria em assembleias que serão realizadas no dia 27. Os trabalhadores reivindicam entre outras propostas, o aumento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), gratificação paga aos trabalhadores com base nos lucros da empresa e segurança no trabalho. A Petrobras informou, por meio de nota, que “em nenhum momento houve ameaça de demissão ou punição aos trabalhadores em greve. A proposta estabelecia que eventuais excessos cometidos durante o movimento seriam objeto de procedimentos administrativos”. De acordo com a estatal, durante as negociações com os sindicatos foi elaborada uma proposta em conjunto que atendesse às reivindicações dos petroleiros. Ela incluía “aumento substancial do piso da PLR e

pagamento de hora-extra no feriado de 1º de maio". A empresa informou ainda que "em relação às reivindicações relacionadas à segurança dos trabalhadores, havia sido proposto a realização de reuniões periódicas entre as áreas de negócio, além da discussão, em conjunto com os sindicatos, da implementação das práticas da política e diretrizes corporativas de SMS".

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Petróleo nos estados do Paraná e Santa Catarina (Sindipetro PR/SC) e a Petrobras firmam um acordo na 2ª Vara do Trabalho de Araucária, para regularizar a troca de turno na Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), em Araucária – Paraná (região Sul), enquanto durar a greve dos petroleiros. Segundo a assessoria de imprensa do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), o sindicato vai indicar até 44 trabalhadores por turno, com jornada de oito horas e intervalo de 16 horas. A lista com os nomes será entregue pelo sindicato uma hora antes da troca de turno. O sindicato se responsabilizou pela apresentação de, no mínimo, 50% dos nomes indicados na lista, cabendo à Petrobras repor o restante, em caso de falta. O acordo prevê também os grevistas não sofrerão punições, como perda de função ou mudança de regime de trabalho. Conforme a sentença da juíza Paula Regina Rodrigues Matheus, a Petrobras se comprometeu a realizar somente atividades essenciais, como a manutenção das cargas das unidades e a segurança operacional. A refinaria deve assegurar a presença de um representante do sindicato nas instalações da empresa. Caso o acordo não seja cumprido, fica valendo a decisão da Justiça do Trabalho de multa de R\$ 200 mil por hora extra trabalhada além da jornada de oito horas. Ficou decidido ainda que um oficial de Justiça fiscalizará a troca de turno, que ocorre às 7h30, 15h30 e 23h30.

Entidades lançam Comitê pela Reestatização da Embraer na sede nacional da CTB, em São Paulo – SP (região Sudeste). A prioridade da iniciativa é a luta pela reversão das demissões dos trabalhadores da categoria e retorno da empresa ao poder público. O comitê é composto por quatro centrais sindicais - CTB, Conlutas, Nova Central e Intersindical - e organizações dos movimentos sociais, como a Pastoral Operária, Movimento pela Ocupação das Fábricas, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, entre outras.

Cerca de mil estudantes secundaristas e universitários, realizam um protesto em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). O protesto reivindica a saída da governadora Yeda Crusius (PSDB). Eles se concentram em frente ao Colégio Estadual Júlio de Castilhos, percorrem em caminhada as avenidas João Pessoa e Salgado Filho e finalizam o protesto em frente ao Palácio Piratini. Os estudantes exigem a apuração das denúncias de corrupção e de caixa dois e criticam a política de corte de verbas para a Educação no estado. A manifestação dá continuidade aos protestos iniciados dia 25 em Pelotas e Santa Maria pela campanha “Caras pintadas, Ela não pode continuar” deflagrada por diretórios de estudantes das universidades e grêmios estudantis. O protesto ainda conta com bandeiras e cartazes do PSOL, do PDT e do PT, legendas oposicionistas. A deputada federal Luciana Genro (PSOL) participa da manifestação. Os organizadores, no entanto, negam o caráter partidário do ato.

6º feira 27

Representantes dos petroleiros e da Petrobras chegam a um acordo para não prorrogar a greve nacional, que se encerra neste dia mas seis sindicatos rejeitam proposta. Cada

sindicato da categoria terá que encaminhar a proposta de término da mobilização às assembleias, para que os próprios trabalhadores decidam. Segundo o coordenador da FUP, João Antonio de Moraes, os trabalhadores conseguiram aumento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) para 12,5%, o mesmo valor da gratificação paga em 2008. Sobre o pagamento de horas extras nos feriados, a Petrobras não foi favorável à proposta, mas aceitou fazer o pagamento do benefício pelo menos no dia 1º de maio, Dia do Trabalhador. A categoria ainda declara que a empresa se comprometeu a rever o programa de saúde, segurança e ambiente, além de “dar maior enfoque” para evitar demissão de terceirizados. A greve, foi iniciada no dia 23 de março. Como houve a sinalização pelo fim da greve, os funcionários da BR Distribuidora, subsidiária da Petrobras, também encerraram antecipadamente sua paralisação de 24 horas que deveria durar até o fim deste dia. Segundo a diretora do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minério e Derivados de Petróleo do Rio de Janeiro (Sitramico/RJ), a paralisação tinha por objetivo apoiar os petroleiros. Ela explica que a mobilização teve adesão de 100% dos trabalhadores da fábrica de lubrificantes e de 50% dos funcionários do terminal de Duque de Caxias. A Petrobras informou, por meio de nota à imprensa, que os seis sindicatos ligados à Frente Nacional dos Petroleiros (FNP) não aceitaram suas propostas e devem indicar a manutenção da greve nacional dos petroleiros em suas assembleias. Já os 11 sindicatos ligados à FUP, entre eles os sindicatos do Norte Fluminense (Sindipetro-NF) e de Duque de Caxias (Sindipetro-Caxias), devem encerrar a greve em suas bases. Os petroleiros queriam, entre outras reivindicações, o aumento da PLR. A Petrobras aceitou aumentar o piso da PLR, gratificação paga aos funcionários com base nos lucros da empresa, e parte das outras reivindicações, o que agradou à FUP, mas não à FNP. A Frente representa os sindicatos do Rio Grande do Sul (região Sul), Litoral de São Paulo, São José dos Campos – SP, Rio de Janeiro (região Sudeste), Alagoas/Sergipe (região Nordeste) e Pará/Amazonas/Maranhão/Amapá (região Norte). Os petroleiros informam que retornam ao do trabalho à 0h do dia 28.

Cerca de 700 agricultores bloqueiam as pistas das rodovias BR-282 e BR-158 entre as cidades Maravilha e Cunha Porá – Santa Catarina (região Sul). Segundo o jornal Folha de São Paulo, os agricultores protestam contra a demarcação de uma terra indígena de 2,7 mil hectares na região,.

A montadora de automóveis Ford, levada a Bahia com isenções fiscais duradouras em troca da promessa de emprego, anuncia que está implementando um programa de demissão voluntária (PDV) nas plantas de Camaçari, na Bahia (região Nordeste) e São Bernardo e Taubaté, em São Paulo (região Sudeste). Com o PDV, a montadora pretende ajustar seu efetivo aos níveis de produção atuais, que estão mais baixos, principalmente devido à redução significativa dos volumes de exportação. Em nota, a empresa explica que a queda nas vendas externas, resultado da desaceleração da economia global, tem afetado os principais mercados da Ford, bem como toda a indústria automobilística. A empresa tem 1,2 mil funcionários nas três plantas, mas, segundo a assessoria de imprensa da Ford, não há cálculos sobre a expectativa de adesões. O plano estará aberto a todos os empregados, incluindo os aposentados.

Motoristas, cobradores e fiscais de ônibus que operam linhas municipais e intermunicipais de Niterói, Maricá, São Gonçalo, Itaboraí e Tanguá, na Região Metropolitana, e Maricá, na Região dos Lagos no Rio de Janeiro (região Sudeste), deflagram greve. A Barcas S/A trabalhou em esquema especial no período da manhã. Foram registradas 12 ocorrências de tumulto na saída de alguns ônibus das garagens. A

greve, segundo o Sindicato dos Rodoviários de Niterói e Arraial do Cabo, foi decidida depois que a categoria recusou a proposta das empresas de ônibus, que previa aumento de 7% no valor do piso salarial. Os rodoviários reivindicam um reajuste de 10%. O superintendente do Sindicato das Empresas de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro (Setrerj), Márcio Barbosa, disse que a greve foi uma intransigência dos rodoviários e que a adesão não foi total, pois cerca de 60% da frota já estavam operando normalmente no fim da manhã. À noite, a categoria decidiu, em assembléia, aceitar a proposta do Setrerj, de aumento de 7% nos salários. Pelo acordo, os valores pagos pelas empresas como ajuda de custo para compra dos uniformes e pela cesta básica também sofrerão reajustes. A decisão de suspender a paralisação foi tomada depois que o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 1ª Região determinou que pelo menos 40% da frota de ônibus atendesse a população. Em caso de não cumprimento da ordem judicial, o sindicato da categoria poderia ser multado.

O "Movimento 27 de Março", composto por trabalhadores da cultura de 55 grupos de teatro, com uma média de 300 artistas ocupa a sede da Fundação Nacional de Artes (FUNART) em São Paulo – SP (região Sudeste). Os trabalhadores protestam contra as alterações na Lei Rouanet e exigem a criação de um Fundo Público Federal de Fomento à Cultura. A ação marca o Dia Internacional do Teatro no Brasil.

Motoristas e cobradores decidem cruzar os braços reivindicando reajuste salarial, em Aracaju – Sergipe (região Nordeste). De acordo com a Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito (SMTT), trata-se de uma paralisação organizada por um grupo dissidente do Sindicato dos Trabalhadores do Transporte Rodoviário de Aracaju (Sintra). Ônibus foram depredados por usuários do transporte coletivo, revoltados com a greve.

Sábado 28

Os 6 sindicatos da FNP, que não seguiram a decisão da FUP, resolvem suspender a partir deste dia 28 de março a greve. A FUP, que representa 11 sindicatos, aceitou as propostas da empresa e encerrou a greve no dia 27 de março, decisão que foi tomada no período da tarde. Já a decisão da FNP só foi tomada à noite. Segundo o diretor do Sindipetro-Rio, Edson Munhoz, a FNP considerou que não poderia sustentar a mobilização sozinha, já que a FUP já tinha decidido indicar o fim da greve na tarde de ontem. “Mas a gente acredita que essas propostas [da Petrobras] não são suficientes para alcançar o mínimo que a gente queria. Então, os sindicatos da Frente Nacional, diferentemente da FUP, vão indicar para a categoria, nas assembléias, a rejeição da proposta da Petrobras”, disse. Os petroleiros iniciaram a greve no dia 23 de março com o objetivo de pressionar a Petrobras a aumentar a Participação nos Lucros e Resultados (PLR), gratificação paga aos funcionários com base nos lucros da empresa, entre outras propostas.

Manifestantes que compõe a "Marcha Pela Democracia no Maranhão", em São Luís - Maranhão (região Sudeste) realizam um ato de protesto em frente à casa do Presidente do Senado, José Sarney, e em seguida outro em frente ao de Roseana Sarney, sua filha. Fazendo uso da palavra, Noé Rodrigues do MST afirmou que toda as moradias “mansões” de Sarney foram construídas com recurso público, “o Sarney acabou com o estado do Maranhão. O único local preservado por eles é o quintal de sua casa, onde

enormes palmeiras de coco ajudam a refrescar a casa que fica de frente ao mar”. Depois dos atos, a marcha seguiu pela praia, panfletando e mobilizando os banhistas para o ato do dia 31 de março, na Praça Deodoro. Segundo o Jornal Brasil de Fato, por onde passa, a marcha ganha apoio da sociedade.

Domingo 29

Doze trabalhadores ligados ao MST são presos após terem sido flagrados carregando armas sem documentação, segundo a CPT, em Eldorado dos Carajás – Pará (região Norte), conforme reportagem da Folha de São Paulo. José Batista, integrante do CPT e advogado do MST, afirma que os homens estavam acampados em fazenda da Agropecuária Santa Bárbara Xinguara e estavam armados como precaução, no caso de confronto.

Cerca de 200 estudantes, entre secundaristas e universitários, ocupam um cinema, durante a exibição de Che, de Steven Soderbergh, na orla de Botafogo, na Zona Sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os estudantes protestam contra o projeto de lei 4571/2008, do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que restringe a meia-entrada em salas de espetáculos em 40% do total de ingressos disponíveis para o local. Organizada por uma série de grêmios e diretórios estudantis da cidade – com o auxílio de comunidades do Orkut e até de um blog (meia-entradasim.blogspot.com) – a manifestação foi pacífica. Alguns portavam bandeiras de partidos como Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e PSOL e protestavam contra o presidente Lula e os "governistas". Outro alvo dos protestos era a restrição da aceitação de carteirinhas apenas da UNE e da UBES – o que garantiu a presença de entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE) ao lado das oficiais.

2º feira 30

Cerca de 15 mil pessoas, segundo site do MST, 30 mil segundo o CMI, 2 mil conforme a PM, participam de uma passeata, na Avenida Paulista, em São Paulo – SP (região Sudeste), contra a crise econômica mundial e o desemprego no Brasil. Os manifestantes pararam duas faixas da Avenida Paulista. A manifestação é apoiada por centrais sindicais e diversos movimentos sociais. A passeata terminou em frente ao prédio da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Com faixas pedindo a estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho, Reforma Agrária e contra a redução de salários e de direitos dos trabalhadores. Eles também apóiam a luta pela readmissão dos 4.270 funcionários demitidos da Embraer. A manifestação na capital paulistana faz parte do Ato Internacional Unificado contra a Crise que ocorre também em vários municípios do Brasil. A organização do movimento estima que 10 mil pessoas tenham participado do ato. Participam do movimento representantes da Conlutas, da CUT, da Marcha Mundial de Mulheres, do MST, da UNE, da Força Sindical, do MTST e da Intersindical.

Centrais sindicais e movimentos sociais protestam em inúmeras cidades e nas capitais dos estados. O protesto é contra a crise econômica internacional. Com o lema, “os trabalhadores não vão pagar pela crise”, os trabalhadores protestam contra medidas que penalizam apenas os trabalhadores, como redução de direitos e de salários, além de

demissões. As mobilizações tem como alvos bancos, órgãos públicos e entidades patronais. Em Curitiba – Paraná (região Sul), os manifestantes pedem também aumento do piso regional. Estiveram no ato CUT, Conlutas, Intersindical, Força Sindical, CTB e CGTB, além da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), Assembléia Popular, MST e Via Campesina. No Rio Grande do Sul (região Sul), a mobilização reuniu 5 mil pessoas, de acordo com informações da Agência Chasque de Notícias. O governo do estado também é foco de críticas nos protestos no estado de Santa Catarina (região Sul).

A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas organiza um abaixo-assinado pelos direitos dos povos remanescentes de quilombos em todo o país. O manifesto ao Supremo Tribunal Federal (STF) pede mais rapidez na regularização fundiária e na demarcação de terras quilombolas e denuncia a precária infra-estrutura nas terras já determinadas. O documento também critica ação do Partido Democratas no STF, que questiona o processo de titulação de terras quilombolas.

Cerca de 2 mil manifestantes ligados as centrais sindicais, movimentos sociais, partidos políticos, mobilizam-se em diversos pontos do estado do Rio de Janeiro (região Sudeste) contra a crise e as demissões. As mobilizações acontecem na capital do estado e no município de Volta Redonda, sede da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). No centro do Rio de Janeiro, os manifestantes percorreram a avenida Rio Branco. A manifestação seguiu pela avenida Almirante Barroso até a região entre as sedes da Petrobrás e do BNDES. A estratégia era marcar o posicionamento a favor da reestatização da empresa, e protestar contra os recentes empréstimos do banco, que teria ocorrido sem a exigência da garantia ao emprego. Participam deste processo entidades e movimentos como: Assembléia Popular, Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz (Cebrapaz), CGTB, CMS, Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam), Conlutas, Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes (Conlute), CTB, CUT, Força Sindical, Intersindical, Marcha Mundial de Mulheres, MST, MTD, Movimento Terra e Liberdade (MTL), MTST, Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), Organização Continental Latino-Americana e Caribenha de Estudantes (OCLAE), UBES, União Brasileira de Mulheres (UBM), União Geral dos Trabalhadores (UGT), UNE, Unegro/Comen, Via Campesina entre outros. Esta mobilização faz parte de uma agenda de lutas contra a crise tirada no Fórum Social Mundial (FSM), que aconteceu em Belém – Pará (região Norte), no mês de janeiro. Estão previstas mobilizações globais, nos cinco continentes. Na Europa, desde o dia 28 de março, alguns países já vem se mobilizando, como Alemanha e Reino Unido. Movimentos sociais, estudantis e partidos políticos apoiaram o ato. Acrescentaram reivindicações como a manutenção da meia-entrada integral a estudantes e a reforma agrária.

Trabalhadores promovem uma caminhada pelas avenidas Eduardo Ribeiro e Sete de Setembro, duas das principais vias do centro de Manaus – Amazonas (região Norte). A caminhada saiu da Praça da Polícia e contou com a participação de cerca de 100 pessoas. O protesto é contra a crise econômica internacional. Em entrevista à Agência Brasil, o dirigente do MST do Amazonas, Ismael Oliveira, disse que a mobilização da sociedade civil organizada poderá contribuir para a geração de alternativas capazes de apoiar os trabalhadores neste momento de crise. A organização representa 23 assentamentos rurais e os moradores de 25 bairros da capital amazonense. Ele defendeu o incentivo ao setor da construção civil.

As centrais sindicais reúnem cerca de 300 pessoas em frente à sede do Banco Central em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), segundo site da Agência Brasil e cerca de mil pessoas segundo site do MST. O ato saiu da sede do Banco Central, passou pelos ministérios do Trabalho e do Planejamento e terminou no Supremo Tribunal Federal (STF). O protesto é contra a crise econômica internacional. Os trabalhadores reivindicam ainda a redução em dois pontos percentuais, da taxa básica de juros, a Selic, que está hoje em 10,25% ao ano. Os sindicalistas defenderam também a assinatura de uma medida provisória pelo presidente Lula que obrigue as empresas a garantirem os empregos dos trabalhadores por 2 anos, em face da crise econômica. O movimento dos trabalhadores está sendo realizado em 15 capitais e conta também com atos em países da Europa, da América Latina e da Ásia, segundo o presidente da Força Sindical no DF, Lino de Jesus. A mobilização mundial das classes trabalhadoras contou com articulação de organizações sindicais internacionais, entre elas a Confederação Sindical Internacional (CSI) e a Confederação Sindical das Américas (CSA). Centrais sindicais (CUT, Conlutas, CGTB, CTB, UGT, Nova Central, Força Sindical e Intersindical), organizações estudantis e movimentos sociais como o MST, a Fetraf e a Assembléia Popular integraram a manifestação. No Banco Central, os manifestantes direcionaram as reivindicações para a redução dos juros, o fim do superávit primário e a demissão do presidente do BC, Henrique Meirelles.

Cerca de 350 famílias ligadas ao MST do Distrito Federal e Entorno ocupam, o prédio da Superintendência Regional do Incra em Brasília – Distrito Federal (região centro-oeste), conhecida como SR 29. As famílias reivindicam audiência com o Superintendente Regional da autarquia, João Batista Santos, para discutir pauta que inclui o assentamento de 1.800 famílias acampadas no Distrito Federal e do Entorno, liberação de crédito rural, assistência técnica, educação, recuperação de assentamentos e a reestruturação do Incra.

Cerca de 100 trabalhadores participam de um ato no centro de Maceió – Alagoas (região Nordeste). O protesto é contra a crise econômica internacional. Em Maceió, além do ato da tarde, servidores municipais de todo o interior do estado fazem protesto em frente à Associação dos Municípios Alagoanos (AMA) contra o corte de direitos e salários, devido à crise.

Entidades ligadas à Via Campesina e centrais sindicais realizam, no Recife – Pernambuco (região Nordeste), ato em defesa da classe trabalhadora e contra a crise econômica mundial e o desemprego. Os manifestantes se concentraram em frente à Federação das Indústrias de Pernambuco (Fiepe) e seguiram até o Palácio das Princesas, onde uma comissão formada por representantes das entidades presentes entregaram uma carta ao governo do estado. A manifestação compõe a Jornada Internacional Unificada contra a Crise e acontece em várias partes do mundo e em várias capitais brasileiras. A realização da Jornada foi definida na Assembléia dos Movimentos Sociais, durante o Fórum Social Mundial (FSM) de Belém, em janeiro. Na capital Pernambucana foram mais de 20 entidades, centrais sindicais e movimentos sociais envolvidos na construção do ato.

O MST inicia a Marcha Regional por Justiça Social e Reforma Agrária Já!, na região de Jales (580 km da capital) interior do estado de São Paulo (região Sudeste). Participam da mobilização cerca mil trabalhadores sem-terra acampados, que reivindicam uma resolução na Justiça Federal dos casos das fazendas que pleiteiam. A Marcha parte de

Santa Fé do Sul com destino à cidade de Jales. Serão quatro dias de caminhada. O objetivo da marcha é denunciar à sociedade a morosidade e o descaso do poder público, em especial do Poder Judiciário, com a causa da Reforma Agrária. A marcha parte de Santa Fé do Sul, região de luta histórica do Movimento Arranca-Capim, ocorrido ali na década de 60 e que deixou as suas marcas. Segundo site do MST, a produção de alimentos presente nos pequenos sítios dos municípios de Santa Fé, Sant'Ana da Ponte Pensa, Urânia e Jales demonstra que a Reforma Agrária tem condições de abastecer o mercado interno e gerar renda para as famílias.

O MTST realiza 4 ações simultâneas no estado de São Paulo (região Sudeste), trancam rodovias e vias públicas em São Paulo, Campinas, Guarulhos e Osasco, no estado. As ações fazem parte da mobilização nacional contra a o desemprego e por políticas populares contra crise. O MTST reivindica dos governos: maior agilidade nas construções e burocracias nos planos de habitação da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), participação no novo plano de habitação do governo federal via Caixa Econômica: 1 milhão de casas prometidas pelo governo Lula, fim dos despejos e apoio à construção de moradia popular pelas Prefeituras.

A indústria de alimentos Nilza, sediada no município paulista de Ribeirão Preto, demite 550 funcionários das três unidades da empresa, situadas em São Paulo e Minas Gerais (região Sudeste). A expectativa é 30% dos profissionais sejam recontratados em aproximadamente 180 dias. A empresa, após várias tentativas de renegociação com instituições financeiras credoras, entrou com pedido de recuperação judicial no dia 27 de março, alegando dívida de R\$ 200 milhões. Em nota, a indústria informa que a medida visa à superação da crise econômico-financeira que está enfrentando, de modo a permitir a manutenção da fonte produtora e do emprego. De acordo com o comunicado, trata-se de um esforço para minimizar os impactos sociais que a crise financeira representa, uma vez que dependem da empresa mil empregados diretos, 10 mil indiretos, 30 representantes comerciais, 17 distribuidores e 50 vendedores dos distribuidores. Segundo site da Agência Brasil, no auge das atividades, a empresa atingiu o volume de produção de 1,2 milhão de litros de leite por dia. Como efeito da crise, em outubro de 2008, a produção diária caiu para 800 mil litros.

3º feira 31

Educadores lançam abaixo-assinado no Rio Grande do Sul (região Sul). Os manifestantes reivindicam a imediata reabertura das escolas Itinerantes nos acampamentos sem-terra e a garantia de que o poder público irá assegurar a sua infraestrutura. Eles também criticam a decisão da governadora Yeda Crusius (PSDB) em encerrar o convênio que mantinha as escolas, e a postura do Ministério Público gaúcho, que segundo os manifestantes estaria perseguindo o MST. O abaixo-assinado pode ser encontrado no endereço <http://www.petitiononline.com/05032009/>

Cerca de 150 pessoas, entre parentes e amigos de vítimas da violência no Rio de Janeiro, participam de mais uma caminhada, em Nova Iguaçu – Rio de Janeiro (região Sudeste), e de uma missa pública para lembrar o episódio da Chacina da Baixada. O ato contou com o apoio da Organização Não-Governamental (ONG) ComCausa. Os manifestantes realizam caminhada para lembrar os quatro anos do crime, na Via Dutra, na altura de Nova Iguaçu fazendo o mesmo percurso dos assassinos na noite de 31 de

março de 2005. Na chacina, um grupo de policiais matou 29 pessoas e deixou uma ferida. Entre os mortos, havia crianças, estudantes, comerciantes, desempregados e funcionários públicos.

Os sindicatos dos Metalúrgicos, das Costureiras e dos Trabalhadores na Indústria de Brinquedos de São Paulo realiza manifestação para cobrar da prefeitura o pagamento de vale-transporte para os desempregados em São Paulo – SP (região Sudeste). Segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Miguel Torres, com base na Lei Municipal 10.990, de junho de 1991, os trabalhadores sem emprego têm direito ao recebimento de passagens. No entanto, existe uma disputa judicial em torno do pagamento. Uma decisão do juiz Fernão Borba Franco, da 14ª Vara da Fazenda Pública, de 4 de fevereiro, ordenou o pagamento do benefício em 30 dias, com multa de R\$ 50 mil por dia em caso de descumprimento. Em liminar, o desembargador da 6ª Câmara de Direito Público Oliveira Santos suspendeu a multa, por entender que a decisão ordena apenas o cadastramento dos trabalhadores para recebimento posterior dos vales-transporte. Em nota, a Secretaria de Transportes Metropolitanos de São Paulo informou que a Justiça julgou improcedente a determinação de pagamento de vale transporte, “pois entendeu ser impossível pedido em mandado de segurança que gerasse despesa à municipalidade sem que houvesse a devida provisão orçamentária”.

Jornalistas, estudantes de comunicação, professores e sindicalistas realizam, um ato público pela manutenção da necessidade do diploma de jornalista para o exercício da profissão. A concentração aconteceu na Cinelândia, no Centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), em frente à Câmara dos Vereadores. A questão deverá ser julgada no dia 1 de abril pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio, Suzana Blass, afirmou que a formação universitária ajuda a qualificar o profissional da comunicação, gerando reflexos positivos para toda a sociedade. Para o estudante de comunicação da universidade Unicarioca Sidônio Santos Macedo Júnior, a manutenção da exigência do diploma é uma conquista coletiva. A diretora do Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo, Carmem Pereira, também defendeu a exigência do diploma como forma de garantir maior qualidade da informação. Para o vice-diretor da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF), João Batista de Abreu, a questão-chave é saber a quem interessa o fim da exigência do diploma para exercer a profissão. “Interessa principalmente aos donos dos meios de comunicação e também a um grupo de pessoas que querem usar o jornalismo como trampolim, com exibição na mídia, para terem algum ganho político depois. São pessoas que não têm uma conduta ética apurada e têm a preocupação de galgar postos rapidamente, usando o jornalismo para se beneficiar”, apontou João Batista.

Representantes de entidades femininas, acompanhadas de parlamentares realizam ato em protesto pela instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara (CPI do aborto) em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Pelo requerimento de criação, a CPI se destina a investigar a existência do comércio clandestino de substâncias abortivas e a prática de aborto no Brasil. Antes, as representantes femininas entregaram uma carta aos líderes partidários pedindo para que não indiquem os representantes de seus partidos para a formação da CPI. A carta aos líderes foi assinada pelas entidades: Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Associação Brasileira de ONGs (Abong), Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), Frente Nacional pelo Fim da Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto, Jornadas

Brasileiras pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro, Marcha Mundial das Mulheres e Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos. Durante o ato, as mulheres distribuíram um panfleto assinado pela Frente Nacional pelo Fim da Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto com dez motivos para a não instalação da CPI. Alguns dos motivos relacionados no documento diz que a "CPI tem caráter criminalizante e discriminatório e representa uma ameaça aos princípios fundamentais da igualdade, dignidade da pessoa humana, liberdade e laicidade, expressos na Constituição; A CPI atingirá especialmente as mulheres da classe trabalhadora, em especial as mais pobres e vulneráveis; A CPI se instalada geraria insegurança jurídica, violação ao devido processo legal e ameaça explícita às liberdades fundamentais garantidas pela Constituição".

Cerca de duas mil pessoas marcham nas ruas de São Luís – Maranhão (região Nordeste), para protestar contra a cassação do Governador Jackson Lago (PDT). Participam do ato, camponeses, sem-teto, sem-terra, estudantes e partidos políticos de esquerda. No final da manhã, a manifestação se concentrou na frente do Convento das Mercês, um patrimônio da humanidade que hoje é o Museu da República e que Sarney definiu com seu, inclusive preparou lá sua tumba para ser sepultado como um faraó. No início da tarde, a marcha chegou ao Palácio dos Leões, sede oficial do Governo do Estado. Depois, a marcha se dirigiu para o centro da cidade. Depois de diversos protestos por São Luís, a Marcha do movimento Balaiada terminou com um grande ato contra o golpe de Sarney no Maranhão. No início da noite os manifestantes lotaram a Praça Deodoro. Segundo a PM estiveram presentes 20 mil pessoas. Durante o ato, o governador Jackson Lago declarou que vai aguardar com serenidade a decisão final do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em relação ao processo que determinou a cassação de seu mandato. Mas alertou: “se a Justiça não for justa”, irá para as ruas com o povo. No uso da palavra, João Pedro Stedile lembrou o momento de lutas que vive o Brasil e disse que “o exemplo maior de resistência popular está no Maranhão”. Ressaltou ainda “que é preciso acumular forças para derrotar cada oligarquia ainda existente no País”, e que “não devemos nos iludir com o tapetão do TSE porque lá eles mandão, lugar do povo lutar é nas ruas”. Além de representações políticas do estado, estiveram presentes a vereadora amapaense Cristina Almeida, que manifestou solidariedade ao povo maranhense, usando a palavra em nome do ex-senador João Capiberibe e da deputada federal Janete Capiberibe do Amapá. Ela lembrou que estes são perseguidos também por Sarney. Por fim, o ato rememorou o Golpe Militar ocorrido há 45 anos, “este golpe deu vida política ao Sarney”, relatou Junior Figueiras, manifestante da caravana do Município de Divinópolis (700 km da capital). A última a fazer uso da palavra foi Beth Carvalho, que cantou o Hino Nacional Brasileiro e em seguida fez um apelo à Justiça brasileira para que respeite a vontade soberana do povo do Maranhão.

Glossário de Siglas

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CGTB	Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
CMI	Centro de Mídia Independente
CMS	Coordenação dos Movimentos Sociais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
Conlutas	Coordenação Nacional de Lutas

CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
Dieese	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
Embraer	Empresa Brasileira de Aeronáutica
Fetraf	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FNP	Frente Nacional dos Petroleiros
Funai	Fundação Nacional do Índio
FUP	Federação Única dos Petroleiros
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Itesp	Instituto de Terras do estado de São Paulo
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra
MPF	Ministério Público Federal
MPL	Movimento Passe Livre
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
ONG	Organização Não Governamental
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PF	Polícia Federal
PLR	Participação nos Lucros e Resultados
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
Sindipetro	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Petróleo
STF	Supremo Tribunal Federal
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UGT	União Geral dos Trabalhadores
UNE	União Nacional dos Estudantes

Realizada pelo Comitê de Acompanhamento e Análise da Conjuntura do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL/CLACSO).

Levantamento e sistematização feitos pela equipe: Coordenação: Prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ). Pesquisadores Assistentes: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ), Jacqueline Aline Botelho Lima (UFRJ/UERJ). Assistentes de pesquisa: Anísio Borba (LPP/UERJ), Luiza Leite (LPP/UERJ), Vera Lúcia R. de Oliveira (LPP/UERJ), Luis Américo Araújo Vargas (UFRJ), Mariana Santos (LPP/UERJ). Consultoria: Jane Barros Almeida (UFF).

Fontes: Jornal Folha de São Paulo, Jornal O Globo, Jornal O Estado de São Paulo, Jornal Brasil de Fato, Agência Chasque de Notícias, Agência Brasil, MST na Imprensa, Jornal do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA.



OSAL

Observatorio Social de América Latina
Publicación electrónica

Cronología del Conflicto Social

R

A

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales



CLACSO

Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais

Documento de trabajo N° 228

*Realizado por
el Comité de Seguimiento
del Conflicto Social y la Coyuntura
Latinoamericana de R*



Integrantes Juan

Diarios E

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.

La responsabilidad por las opiniones expresadas en los artículos, estudios y otras colaboraciones incumbe exclusivamente a los autores firmantes, y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina (OSAL)** constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinado a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado constituye uno de los resultados de este trabajo de documentación y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un documento de trabajo en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social llevadas a cabo durante el mes indicado en uno de los 19 países relevados.

La cronología presentada ha sido elaborada por alguno de los diversos **Comités de Seguimiento del Conflicto Social** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación de un equipo de investigación que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

Comités de Seguimiento del Conflicto y la Coyuntura Latinoamericana

PAIS	INSTITUCION	RESPONSABLES
Guatemala	FLACSO	Simona Yagenova Mario Castañeda
Colombia	Escuela Nacional Sindical	Guillermo Correa Diana Cárdenas
Paraguay	Centro de Documentación de Estudios	Quintín Riquelme
Ecuador	CIUDAD	Mario Unda Hugo González
Bolivia	CIDES – UMSA	Dunia Mokrani Chávez Pilar Uriona Crespo
Chile	ARCIS	Juan Carlos Gómez Leyton
Perú	Instituto de Estudios Peruanos	Ramón Pajuelo
Brasil	LPP	Roberto Leher
Argentina y Uruguay	PIMSA (Argentina)	María Celia Cotarelo
México	UNAM	Massimo Modonesi Lucio Oliver
Panamá, El Salvador, Nicaragua Honduras y Costa Rica	CELA (Panamá)	Marco A. Gandásegui, h.
República Dominicana y Puerto Rico	Centro Juan Montalvo (Rep. Dominicana)	Mario Serrano Juan Luis Corporán
Venezuela	PROVEA	Marino Alvarado Marco Antonio Ponce
Costa Rica	IIS	Sindy Mora Solano

BRASIL

Cronologia do Conflito Social

Abril 2009

4º feira 1

Manifestantes do grupo ecológico Greenpeace protestam contra as mudanças climáticas que atingem o planeta na Ponte Rio-Niterói no Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste). Durante o ato, dez alpinistas penduram, uma faixa na altura do Vão Central para alertar os líderes do G20 para a necessidade de se preocuparem não apenas com a crise financeira internacional, mas também com as mudanças climáticas. Com uma faixa dizendo “World leaders: climate and people first”, que significa “Líderes mundiais: clima e pessoas primeiro”, os ambientalistas quiseram passar o recado que é preciso discutir não só a economia, mas as questões ambientais também. Para estender a faixa, de 50 metros de comprimento e 30 m de altura, parte do grupo interditou uma das faixas da Ponte. Para o Greenpeace, os países desenvolvidos devem reduzir as emissões em pelo menos 40% até 2020, em comparação com os níveis de 1990. Os ambientalistas esperam, ainda, que países em desenvolvimento também lutem contra o aquecimento global e apontam o Brasil como quarto maior emissor de gases do efeito estufa, por causa dos desmatamentos na Amazônia. A Polícia Rodoviária Federal informou que onze manifestantes foram detidos e levados para o posto da Polícia Federal (PF), em Niterói.

Estudantes de jornalismo, professores e jornalistas, de várias regiões do país, realizam uma manifestação, em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF) em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os manifestantes reivindicam a regulamentação do diploma jornalista e pedem a revisão da Lei de Imprensa, Lei 5.250, de 1967 – período da Ditadura Militar. O protesto ocorre durante a sessão plenária do STF para julgamento de ação que pede a revogação da lei. O presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Sérgio Murillo de Andrade, disse é contrário à revogação, pois não concorda que se crie uma situação em que não haja lei alguma. Sobre a questão da regulamentação do diploma de jornalista, o presidente da Fenaj afirmou que a regulamentação do diploma é fundamental para a cidadania. E que ele é estratégico para estruturação e construção da identidade jornalística, que há décadas tem como base a exigência do diploma. Segundo a representante do Sindicato dos Jornalistas do estado do Ceará, Cristiane Bonfim, o fim do diploma é uma “temeridade”, porque poderá fazer com que qualquer um possa exercer a profissão. “Essa manifestação é fundamental, para que possamos defender essa posição de quem é jornalista, de quem passou quatro anos numa graduação para exercer essa profissão”, disse.

Entidades e movimentos sociais que compõem o Fórum Permanente da Anistia em Pernambuco realizam em Recife – Pernambuco (região Nordeste) um Ato de Desagravo ao povo brasileiro, na ocasião dos 45 anos do Golpe Militar. Segundo site do MST, o ato reuniu cerca de 300 manifestantes que se concentraram na Praça do Diário e seguiram em caminhada pelas ruas do centro da cidade até a frente ao Edifício JK, para homenagear os estudantes Ivan da Rocha Aguiar e Jonas José de Albuquerque Barros, que foram mortos no local, a tiro de fuzil por tropas do Exército, durante uma manifestação no período do Regime Militar. Os participantes encerraram o ato em frente ao Memorial Tortura Nunca Mais e na Calçada da História, onde se encontra o monumento com imagens dos militantes políticos, desaparecidos e assassinados durante a Ditadura. Compõem o Fórum Permanente da Anistia em Pernambuco as seguintes entidades: Associação Pernambucana de Anistiados Políticos (APAP), Movimento Infante-Juvenil de Reivindicação - Mirim Brasil, Instituto Brasileiro de Amizade e Solidariedade aos Povos (IBASP), Associação Político-Cultural Brasil /Cuba, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Centro Cultural Manoel Lisboa (CCML), Movimento dos Trabalhadores Cristãos (MTC), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL), Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Pernambuco (SINDSEP/PE), União dos Estudantes Secundaristas de Pernambuco (UESPE), Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Pernambuco (SINTUFEPE), Ocupações Sete de Setembro e Josué de Castro e Unidade Coletivo Sindical e Social (UCS).

Os trabalhadores terceirizados que atuam na limpeza no Distrito Federal (região Centro-oeste) deflagram greve. Eles reivindicam reajuste salarial de 12%, mais tíquete-alimentação de R\$ 10 (hoje cotado em R\$ 6,11). Entretanto, a patronal oferece apenas 8,32% de reajuste e tíquete-alimentação de R\$ 7. De acordo com a presidente do Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de Serviços e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal (Sindiserviços), Maria Isabel, os trabalhadores não abrirão mão das reivindicações.

A montadora francesa Peugeot Citröen demite 250 trabalhadores de sua unidade em Porto Real, sul do estado do Rio de Janeiro (região Sudeste). O anúncio das demissões ocorreu no mesmo dia em que o governo federal prorrogou a redução do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) para ajudar as vendas de automóveis. A empresa justifica-se dizendo que sem a redução dos impostos, os cortes poderiam ter atingido 700 trabalhadores.

A indústria de alimentos Nilza demite 550 trabalhadores de 3 de suas unidades em São Paulo e Minas Gerais (região Sudeste). A empresa afirma, porém, que pretende recontratar 30% dos demitidos em até seis meses. Segundo a indústria de laticínios, a medida foi tomada diante da queda da produção em 400 mil litros por dia.

Os servidores municipais de Florianópolis – Santa Catarina (região Sul), deflagram greve. O Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal afirma que a categoria não abre mão de um reajuste salarial de 10%. Os servidores denunciam que o salário do prefeito quase dobrou em janeiro. Eles enfatizam que o sindicato também quer a redução dos salários do prefeito e dos vereadores.

5º feira 02

Trabalhadores da Winnistal, fornecedora da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) promovem greve pela manhã e iniciam operação tartaruga em São José dos Campos – São Paulo (região Sudeste). Os funcionários protestam contra 16 demissões e reivindicam: pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) que, segundo eles, está atrasada; readmissão de todos os demitidos; estabilidade até 31 de dezembro e redução de jornada sem diminuição de salário. O sindicato que representa a categoria pretende se reunir com a diretoria da Winnistal para discutir a readmissão dos demitidos. Segundo nota enviada à imprensa, os trabalhadores "não aceitarão cortes imotivados". Os trabalhadores discutiram em assembléia a necessidade da estatização do setor aeronáutico. A Embraer iniciou hoje um programa de apoio aos cerca de 4 mil empregados que foram demitidos em 2009. Além da elaboração de um manual de apoio ao trabalhador desligado e da criação de um banco de currículos, a empresa colocará profissionais da equipe de recursos humanos para auxiliar os demitidos no prosseguimento de suas carreiras. No dia 18 de março, o Tribunal Regional do Trabalho de Campinas – São Paulo determinou que a Embraer indenizasse os funcionários no valor de dois avisos prévios, desse preferência aos funcionários demitidos quando fizer novas contratações, no prazo de dois anos, e pagasse assistência médica por um ano à família dos ex-empregados.

Representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) de sindicatos da categoria de todo o país promovem manifestação em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF) em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os manifestantes reivindicam a implementação da lei do piso nacional que tramitou por 13 meses no Congresso Nacional e foi sancionada em julho de 2008. Ela determina que, a partir de 2010, nenhum professor da rede pública receba menos de R\$ 950 por uma carga-horária de 40 horas semanais. O STF interrompeu, em dezembro de 2008, o julgamento de uma ação proposta por governadores de cinco estados que questiona a constitucionalidade da lei. Até o momento o tribunal negou um pedido de liminar que solicitava a suspensão da lei, mas ainda não avaliou o mérito da questão. Segundo informações da Agência Brasil, quatro homens e uma mulher foram detidos pela Polícia durante manifestação da CNTE, nenhum dos cinco era estudante ou professor nem tinha qualquer ligação com a manifestação. Os detidos tentaram queimar bandeiras do Brasil, dos Estados Unidos e da Inglaterra. O índio Rivonor, da tribo Buiuna, do Pará, assumiu a liderança do grupo e a responsabilidade pelo ato. De acordo com ele, o protesto era contra o aquecimento global, com o objetivo de “chamar a atenção dos líderes hipócritas”. Os cinco detidos foram levados à 5ª Delegacia de Polícia, em Brasília. Segundo o capitão da Polícia Militar (PM) Evaldo Soares, comandante da operação, os cinco serão autuados, uma vez que queimar a bandeira nacional é crime por atentado contra os símbolos nacionais.

O Fórum Regional por Justiça no Campo e Reforma Agrária Já! realiza, em frente à Justiça Federal de Jales em São Paulo (região Sudeste), um grande Ato Político em prol da Reforma Agrária. O Fórum Regional é composto pela CPT, Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Rede da Cidadania, Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), representantes de sindicatos locais, vereadores, o representante do bispo de Jales, Dom

Demétrio Valentini e o MST. Participam da mobilização os mil trabalhadores acampados na região e que estão em marcha desde o dia 30 de março. O objetivo do ato é denunciar à sociedade a morosidade e o descaso do poder público, em especial do Poder Judiciário, com a Reforma Agrária. Os manifestantes denunciam que o Poder Judiciário descumpra a Lei nº. 76/93, denominada do “Rito Sumário”, que determina que as terras declaradas improdutivas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) devem ser desapropriadas e destinadas à Reforma Agrária em 48 horas pelo juiz federal responsável. Segundo site do MST, no caso da região, a responsabilidade é do juiz federal em Jales, o sr. Jatir Pietrofortes Lopes. Segundo site do MST, são dezenas os processos desapropriatórios paralisados na Justiça, como é o caso das fazendas Lagoão (Itapura), Santa Maria e Jangada (Sud Menucci), Santo Ivo, Santa Adélia e São Rafael (Pereira Barreto), Pendengo e Nova Itapura (Castilho), Timborezinho e Macaé (Andradina), Moinho (Guaraçaí), Retiro e São José (Mirandópolis). Segundo Lourival Plácido de Paula, integrante da direção estadual do MST “Apesar de já terem sido feitos os depósitos de milhões de reais para indenização dos fazendeiros, a maioria dessas áreas espera há anos sem nenhuma decisão definitiva. Esse dinheiro e essas terras já poderiam estar rendendo frutos, produzindo justiça social, acabando com o sofrimento de milhares de famílias sem-terra que vivem debaixo das lonas pretas”. O ato também pretende reivindicar, entre outras coisas: políticas públicas que valorizem os pequenos e médios agricultores; realização dos Direitos Humanos e dos Direitos sociais estabelecidos na Constituição: terra, trabalho, moradia, cultura, educação, saúde, higiene, previdência e transporte; vitória pelo Incra de todos os latifúndios; atualização dos Índices de Produtividade da Terra, conforme promessa do presidente Lula em 2002; desapropriação sem indenização das terras dos grandes plantadores de cana, soja e eucalipto em débito com a União; soberania alimentar e preservação do meio-ambiente o fim da perseguição do poder Judiciário aos Movimentos Sociais. No início da noite, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Jales encaminhou um pedido de reunião entre uma comissão de representantes da marcha e de acampamentos de trabalhadores sem-terra da região e o juiz federal de Jales, o sr. Jatir Pietrofortes Lopes. Esse encontro ocorreu às 18h, com o intuito de denunciar o descumprimento da Lei no. 76/93 pelo Poder Judiciário local.

Trabalhadores acampados do MST sofrem atentado em Araguatins, no estado do Tocantins (região Norte). Os acampados do acampamento Alto da Paz, localizado ao lado da fazenda Santo Hilário, relataram que, por volta das 12h, três pessoas em um carro realizaram disparos com arma de fogo contra um grupo de sem-terra, formado por crianças, mulheres e um portador de deficiência física. Conforme os relatos, foram realizados cerca de cinco disparos e um trabalhador foi atingido no braço.

Diversos diretórios acadêmicos, o Diretório Central dos Estudantes e o sindicato dos servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) realizam uma manifestação pela conclusão das obras do Restaurante Universitário iniciadas há mais de dois anos em Porto Alegre no estado do Rio Grande do Sul (região Sul). De acordo com os estudantes, o atual espaço físico do Restaurante do Campus do Vale é insuficiente para atender a demanda da comunidade universitária. Segundo os estudantes, filas gigantescas e espera demorada têm causado mal-estar na comunidade universitária.

A Gerdau Açominas, uma das maiores siderúrgicas do país, demite cerca de 300 empregados em Ouro Branco, Minas Gerais (região Sudeste), no último bimestre, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos local. Desde outubro de 2008, cerca de 500 demissões passaram pelo sindicato o equivalente a 10% do quadro de empregados, pelos cálculos da entidade. Houve ainda a dispensa de 1.200 terceirizados, de acordo com o diretor do Sindob, Afrânio Filho.

6º feira 03

Cerca de 450 pessoas de vários países aprovam um documento pedindo a mobilização do público masculino em favor da promoção da igualdade entre homens e mulheres, em todo o mundo. A Conclamação para Ação Global, uma declaração de princípios em que governos serão recomendados a comprometer-se com a necessidade de engajar os homens na promoção e na busca pela igualdade de gênero, propõe oito ações para governos, iniciativa privada e Organização Não-Governamentais (ONGs). A “Carta do Rio”, como também é chamada, resulta de um encontro entre ativistas, pesquisadores e gestores públicos de 75 países, no Simpósio Global Engajando Homens e Meninos pela Igualdade de Gênero, realizado no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). No evento, os participantes concluíram que é preciso envolver os homens na promoção da saúde, combate à violência contra a mulher, prevenção e tratamento da aids, além de questões da sexualidade e paternidade. Eles defenderam a ampliação da licença-paternidade, que no Brasil, é de cinco dias, mas chega a cinco meses na Suécia. A Carta do Rio será enviada para as agências da Organização das Nações Unidas (ONU) e para os governos dos países representados no evento, além das instituições que participaram da iniciativa.

Trabalhadores terceirizados que prestam serviços de limpeza realizam passeata na Esplanada dos Ministérios em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). A categoria está em greve desde o dia 1 de abril para reivindicar reajuste salarial de pelo menos 12% e aumento no vale-alimentação para R\$ 10. A paralisação, segundo, os representantes da categoria, atinge não só os ministérios, mas também hospitais do Distrito Federal e o Parque Nacional de Brasília, entre outros. Conforme Maria Isabel Caetano dos Reis, representante da categoria “Os trabalhadores da limpeza estão ganhando menos de um salário mínimo [R\$ 465]. Hoje, nós ganhamos R\$ 456,36, e um tíquete-alimentação de R\$ 6,15 [valor diário]”. Segundo ela, com os descontos, o salário fica próximo a R\$ 436 para uma jornada de até 44 horas semanais. O sindicato patronal, de acordo com Maria Isabel, ofereceu reajuste de 8% e tíquete de R\$ 8.

Trabalhadores da empresa Veracel, de propriedade da Voroantim Celulose e da Stora Enso, são demitidos em Eunápolis no estado da Bahia (região Nordeste). Sessenta trabalhadores foram desligados da empresa. A empresa ainda decretou férias coletivas para mais 54 trabalhadores. Além das demissões diretas, a empresa tem gerado demissões em empresas prestadoras de serviço da região.

Os trabalhadores da Multek - empresa do setor de circuitos eletrônicos, sediada na zona sul da cidade de São Paulo – SP (região Sudeste) - aprovam a proposta da empresa de reduzir em 20% a jornada de trabalho e em 10% os salários, pelo período de 90 dias, como forma

de evitar novas demissões. A informação foi dada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Segundo Lourival Aparecido da Silva, diretor da entidade, que intermediou as negociações entre os empregados e a diretoria, a medida evitou que o número de dispensados chegasse a 200, metade do total do quadro da empresa. Ele informou que o objetivo era o de não só interromper o processo de dispensas como o de reverter as 100 demissões, ocorridas, no dia 1º de abril. “Mas, os próprios funcionários entenderam as limitações da empresa que teve queda de 55% na produção com a redução de encomendas.”

Cerca de 100 famílias acampadas sofrem despejo em Araguatins, no Tocantins (região Norte). As famílias estão às margens da Fazenda Santo Hilário há seis anos e possuem projetos de sustentabilidade como roças e casa de farinha. Segundo site do MST, o Incra disputa a titularidade da fazenda na Justiça com o Instituto de Terras do Estado do Tocantins (Itertins). O processo está no Supremo Tribunal Federal (STF). No dia 2 de abril, os trabalhadores acampados do MST sofreram um atentado. Por volta das 12h, três pessoas em um carro realizaram disparos com arma de fogo contra um grupo de sem-terra, formado por crianças, mulheres e um portador de deficiência. Conforme os relatos, foram realizados cerca de cinco disparos e um trabalhador foi atingido no braço. Segundo uma moção feita pelas organizações sociais do Tocantins, a ação de reintegração de posse não respeitou a Diretriz 2/2008 da PM, que na execução de mandados judiciais como este, determina o dever do comandante da polícia de comunicar diversas organizações públicas e entidades de direitos humanos ligados à defesa da terra sobre a ação. Durante a ação de despejo, trabalhadores foram presos e uma pessoa foi agredida. Os policiais realizaram disparos e casas foram danificadas. Esta é a terceira ação de despejo sofrida pelos acampados, que estão neste momento morando no pátio da sede do Incra, em Araguatins.

Cerca de 200 alunos da Universidade do Estado de São Paulo (UNESP) Campus - FCT, em Presidente Prudente – São Paulo (região Sudeste) ocupam a direção da universidade. Eles reivindicam construção de um restaurante universitário, construção de um novo bloco de moradia, permanência da duplicidade de bolsa, contratação de professores e funcionários, entre outros.

Bailarinos, cantores do coro e músicos da orquestra sinfônica do Teatro Municipal apresentam seus talentos para conseguir adesões a um abaixo-assinado contra o projeto de lei que transfere a gerência de equipamentos culturais do estado a Organizações Sociais (OS) - entidades privadas sem fins lucrativos, em frente à Câmara dos Vereadores, na Cinelândia, centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A Câmara dos Vereadores discute o projeto de lei que permite a criação das Organizações Sociais no âmbito do município do Rio. O novo sistema faz parte de um processo de “profissionalização da gestão” de serviços nas áreas educação, saúde, cultura, ciência e tecnologia, meio ambiente e esportes.

Quilombolas da Comunidade Barra do Parateca, em Carinhanha, na Bahia (região Nordeste), sofrem ameaças de morte por um fazendeiro da região. Segundo relato dos quilombolas, no final de Março, um senhor de 74 anos e um adolescente de 15 foram intimidados por capangas armados do fazendeiro Beto Bahia. Outras duas lideranças da comunidade também foram ameaçadas de morte. Em nota, a CPT denuncia que as

intimidações se tornaram mais recorrentes a partir de 2008, quando os quilombolas reocuparam terras da União próximas ao rio São Francisco para plantar.

Domingo 05

Dezenas de moradores e donos de estabelecimentos comerciais, localizados próximos ao Aeroporto de Congonhas, na zona sul de São Paulo – SP (região Sudeste) protestam contra uma eventual ampliação das pistas do terminal. O ato ocorreu no saguão do aeroporto, de onde o grupo saiu em caminhada até à Avenida Washington Luiz, mantendo uma concentração no local onde ocorreu o acidente com o avião da TAM, que matou 199 pessoas em julho de 2007. O objetivo é tentar barrar o projeto em estudo para a reforma. Renê Cadaval, presidente da Associação dos Moradores do Entorno de Congonhas (Anea) defende que a utilização do terminal seja limitada a aviões com capacidade de transportar, no máximo, 100 passageiros e entende que ampliar a capacidade operacional de Congonhas implicaria uma série de transtornos. Segundo informações da Agência Brasil, uma das alegações de Cadaval é quanto às eventuais desapropriações na região, onde estima existir 2.500 casas e 8 mil moradores. Ele coloca em dúvida o processo de indenização das moradias, afirmando que um processo desse tipo sempre ocorre de forma demorada e com o risco de os proprietários acabarem recebendo verbas insuficientes para cobrir o valor pago. O presidente da associação defende ainda que qualquer ampliação da estrutura operacional seja transferida para cidades do interior, como por exemplo Viracopos, em Campinas, que acredita “estar subutilizado”. Estudos sobre a possibilidade de melhoria na capacidade operacional estão sendo feitos na Secretaria de Aviação Civil (SAC) e na Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Cerca de 20 mil pessoas, segundo os organizadores e 10 mil segundo a Polícia Militar, entre jovens, crianças e idosos participam da 7ª Caminhada Agita São Paulo, realizada para marcar o Dia Mundial da Saúde, a ser comemorado no dia 7 de abril. O evento visa incentivar a prática de atividades físicas. Com o tema: Vizinhança Ativa Constrói Saúde, a caminhada começou com uma concentração na Praça Geremia Launardelli, próximo ao Museu de Arte de São Paulo (Masp) em São Paulo – SP (região Sudeste). Os participantes deixaram o local às 9h, rumo à Assembléia Legislativa. Pessoas de todas as idades fizeram o trajeto por cerca de uma hora e meia, passando pelas ruas Carlos Comenale, Peixoto Gomide, Alameda Santos, Pamplona e Caconde. A maioria que se juntou ao grupo vestia camiseta da ONG Agita Mundo. Balões coloridos e trios elétricos compuseram a caminhada. Segundo a Secretaria Estadual de Saúde, uma das promotoras do evento, ações semelhantes estão ocorrendo em oito países da África, América do Sul e Europa. No Brasil são 21 eventos, nos estados de São Paulo, Minas Gerais (região Sudeste), Mato Grosso (região Centro-oeste), Santa Catarina, Paraná (região Sul), e Rondônia (região Norte). Segundo informações da Agência Brasil, só em São Paulo, foram organizadas 431 caminhadas.

2º feira 06

Trabalhadores da AES Eletropaulo paralisam suas atividades pela manhã nas unidades de Santo André, São Caetano do Sul e Diadema, no ABC Paulista no estado de São Paulo (região Sudeste). Os trabalhadores protestam contra as demissões ocorridas entre o dia 3 e 6 de abril que chegam a cerca de 50 funcionários da área operacional. Por meio de nota, a AES Eletropaulo justificou que demitiu 47 trabalhadores, sendo 33 da área operacional, em “um movimento natural de negociação”. De acordo com o comunicado, não existe um programa de redução do quadro tanto que já fez 142 contratações, das quais 105 para a área operacional.

Cerca de 200 trabalhadores do MST ocupam, o pátio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em Apucarana no Norte do Paraná (região Sul). Os trabalhadores reivindicam que o Incra agilize a desapropriação de áreas para o assentamento das 6 mil famílias acampadas e a liberação de lona e cestas básicas para os 65 acampamentos no estado. A entrega de cestas básicas às famílias acampadas está suspensa desde dezembro de 2008. Segundo os sem-terra, o problema vem se arrastando há meses porque o Incra afirma que a Conab não agiliza a entrega das cestas, ao mesmo tempo, a Conab acusa o Incra de não liberar os recursos para a entrega da alimentação. O MST afirma que vai permanecer em frente a Conab até a realização de uma audiência com o superintendente do órgão para solucionar as reivindicações apresentadas e obter uma posição favorável por parte do Incra.

Cerca de 120 famílias ligadas ao MST ocupam a Fazenda Nossa Senhora Aparecida, na região de Agudos, próximo a Bauru, em São Paulo (região Sudeste). Os trabalhadores reivindicam a destinação da área da fazenda para a Reforma Agrária, já que o local, com cerca de 700 hectares, é considerado terra pública, mas não possui nenhum tipo de destinação e uso. Além disso, outras 11 áreas na região foram vistoriadas pelo Incra, porém a morosidade dos processos pode impedir que as terras sejam destinadas às famílias. Na região de Gália, próximo à cidade de Marília, 150 trabalhadores encontram-se acampados para cobrar a resolução das pendências jurídicas relativas a quatro fazendas vistoriadas nas redondezas. São elas: Portal do Paraíso, Fazenda Recreio Gleba I e Recreio Gleba III e, ainda, a Fazenda Natal. A região é conhecida pelo monocultivo da cana-de-açúcar, e pela presença de usinas e indústrias voltadas ao seu processamento. No início do mês de março, as mulheres da Via Campesina denunciaram os efeitos destrutivos que esta monocultura e a indústria relacionada a ela trazem para o meio-ambiente, bem como a desproporção entre os recursos destinados ao setor sucroalcooleiro e as verbas destinadas para a Reforma Agrária no estado. Segundo site do MST, muitas dessas grandes empresas, que se endividaram nos últimos anos, agora têm recebido recursos do governo. Ainda assim, aumenta a cada dia o número de trabalhadores demitidos, sem perspectivas e condições de subsistência.

Aproximadamente 200 camponeses ligados ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) paralisam as atividades da Petrobras, na região do Nativo, em São Mateus no Espírito Santo (região Sudeste). Segundo site do MST, três vias de acesso à refinaria foram bloqueadas pelos moradores da comunidade, entre elas a estrada da Ferrugem, que dá acesso ao centro de São Mateus; a entrada da estrada do Cedro, que dá acesso à região de Pontal e a entrada da TNC, unidade de refinamento de óleo da empresa. Além disso, foram paralisadas as obras de construção do gasoduto da Petrobras. Os motivos da paralisação são

os diversos impactos que a empresa tem causado na região, entre eles a destruição da estrada que dá acesso aos moradores da comunidade, inviabilizando o acesso à localidade; a destruição dos mananciais da água, contaminando com óleo a água potável, bem como as lavouras, o que prejudica a produção e a qualidade de vida das famílias camponesas. Além disso, há a destruição da fauna e flora da região, caracterizada por ser área de manguezal. As famílias reivindicam o asfaltamento da estrada, melhoria na qualidade da água e uma indenização justa para a comunidade. Vale ressaltar que diversas reivindicações da população local já foram feitas para a empresa e nada foi feito até então. Segundo denúncias do MST, a Petrobras propagandeia a imagem da responsabilidade social enquanto provoca diversos impactos sócio-ambientais. As famílias do MPA pretendem ficar nas áreas bloqueadas até que as reivindicações sejam atendidas.

3º feira 07

Estudantes realizam caminhada na Esplanada dos Ministérios em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), no encerramento da 3ª Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente. Uma Carta das Responsabilidades para Enfrentamento das Mudanças Ambientais Globais deve ser entregue a parlamentares das comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. O encontro começou no dia 3 de abril, no Centro de Treinamento da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), em Luziânia – Goiás (região Centro-oeste). O encontro reuniu mais de mil participantes entre estudantes, educadores, gestores estaduais e observadores (cerca de 70) de 43 países. Eles discutiram as mudanças ambientais e apresentaram alternativas para a sustentabilidade do planeta. Promovido pelos ministérios da Educação e do Meio Ambiente, o evento teve o objetivo de fortalecer a educação ambiental com o envolvimento da escola na construção de políticas públicas.

A ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Ellen Gracie concede liminar suspendendo a decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) que considerou válida a lei municipal de Botucatu (SP) que proíbe a utilização de fogo na colheita da cana-de-açúcar. A liminar favorece o Sindicato da Indústria de Fabricação do Alcool de São Paulo (Sifaesp) e o Sindicato da Indústria do Açúcar de São Paulo (Siaesp). As duas entidades ajuizaram uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no TJ-SP, alegando que a norma municipal viola os artigos da Constituição Federal, uma vez que a sua edição não teria observado a competência estadual para legislar sobre meio ambiente. De acordo com o Supremo, o Sifaesp e o Siaesp pediram urgência no julgamento do caso porque a colheita da cana-de-açúcar tem início em abril, e o prazo para cadastramento de requerimentos para queima terminou no dia 2 de abril. Em sua decisão, a ministra confirmou a alegação das entidades e disse que conforme consta na Constituição Federal, compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar sobre as questões ambientais.

A ONG ambientalista Greenpeace promove um protesto no mar em frente às usinas nucleares Angra 1 e 2, em Angra dos Reis, no sul do estado do Rio de Janeiro (região Sudeste). O objetivo do protesto é questionar os investimentos do governo federal na retomada do programa nuclear brasileiro. Em uma balsa, eles colocaram quatro turbinas

eólicas e estenderam uma faixa com os dizeres “Nuclear não. Renováveis já!”. A manifestação ocorre uma semana depois de o grupo ter realizado um ato contra o aquecimento global na Ponte Rio-Niterói também no Rio de Janeiro. Em nota, a ONG informou que o protesto de hoje marcou o final da expedição “Salvar o Planeta. É agora ou agora” que, desde o mês de janeiro passou por capitais como: Manaus – Amazonas, Belém - Pará (região Norte), Fortaleza - Ceará, Recife - Pernambuco, Salvador – Bahia (região Nordeste), Rio de Janeiro - RJ e Santos – São Paulo (região Sudeste). A bordo do navio, os ambientalistas promoveram uma série de eventos públicos para alertar a sociedade sobre a gravidade do aquecimento global. A ONG coletou cerca de 30 mil assinaturas para pressionar o governo federal a assumir a liderança nas negociações internacionais sobre clima, especialmente na reunião da ONU marcada para dezembro, em Copenhague (Dinamarca).

Cerca de 150 crianças das Escolas Itinerantes de acampamentos da Reforma Agrária reivindicam na Assembléia Legislativa a reabertura das suas escolas. Durante a audiência pública da Comissão de Educação, as crianças tiveram aulas sobre o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). Depois, assistiram ao final da audiência e presentearam os participantes com exemplares do ECA. O procurador Gilberto Thums afirmou que outras alternativas além do fechamento são possíveis e propôs a criação de uma comissão neutra no Ministério Público (MP) para abordar o tema. A diretora do Departamento Pedagógico da SEC, Sônia Balzano, se colocou à disposição de rever a decisão, mas fez questão de ressaltar que apenas atendeu à ação movida pelo MP. Os sem-terra defendem que a luta pela terra é itinerante e a escola também precisa ser, para impedir a desarticulação da família camponesa. A polêmica sobre as escolas itinerantes iniciou em Fevereiro, quando um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado entre o Ministério Público e a SEC, decretou o fechamento de todas as escolas em acampamentos das turmas de educação infantil, ensino fundamental e de Educação de Jovens e Adultos (EJA). O Movimento Sem Terra (MST) considera a ação autoritária e unilateral, pois não houve consulta aos pais, alunos ou educadores. As aulas nas escolas itinerantes prosseguem independente da ação do Ministério Público.

Trabalhadores da AES Eletropaulo cancelam paralisação de suas atividades pela manhã na unidade do Bairro da Luz, no centro de São Paulo – SP (região Sudeste). O presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, Carlos Reis, informou que haverá uma rodada de negociações com a área de recursos humanos da AES Eletropaulo. O assunto principal será as demissões ocorridas entre o dia 3 e 6 de abril que segundo ele, chegam a 50 funcionários da área operacional. A paralisação de hoje, repetiria os atos ocorridos no dia 6 de abril, nas cidades de Santo André, São Caetano do Sul e Diadema, no ABC Paulista – São Paulo. Reis informou que a paralisação de hoje acabou sendo suspensa em razão de a empresa ter se comprometido a não homologar as dispensas, durante as negociações. “Isso não significa que a empresa voltou atrás quanto às demissões”, ponderou o sindicalista. Por meio de nota, divulgada no dia 6 de abril, a AES Eletropaulo justificou que demitiu 47 trabalhadores, sendo 33 da área operacional, em “um movimento natural de negociação”. De acordo com o comunicado, não existe um programa de redução do quadro tanto que já fez 142 contratações, das quais 105 para a área operacional.

O Tribunal de Justiça do Pará, cassa a decisão do Tribunal do Júri a respeito da absolvição do fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura - acusado de ser o mandante do assassinato da missionária Dorothy Stang e decide submetê-lo a outro julgamento. O fazendeiro havia sido considerado inocente de ser o mandante do assassinato em maio de 2008. O Tribunal de Justiça definiu que Rayfran das Neves, o Fogoió, acusado de ser o executor do assassinato, também terá o julgamento anulado e será submetido a novo. Em maio de 2007 o fazendeiro foi condenado a 30 anos de reclusão em regime fechado. Um ano depois, ao ser submetido a novo julgamento, ele foi absolvido, porque o acusado de matar a missionária, Rayfran das Neves Sales, inocentou o fazendeiro de ter sido o mandante do crime. Dorothy Stang morava na região havia 20 anos, participava ativamente dos trabalhos da CPT e convivia diretamente com lideranças camponesas, políticas e religiosas.

Servidores terceirizados que atuam no serviço de limpeza no Distrito Federal (região Centro-oeste), em greve desde o dia 1º de abril, decidem encerrar o movimento e voltam ao trabalho a partir do dia 08 de abril. Os trabalhadores conquistam um acordo que proporciona à categoria piso salarial de R\$ 502, mais 10% de reajuste incidente em cada vencimento, com data base em 1º de abril, tíquete alimentação de R\$ 8 e a garantia de que nenhum servidor terá ponto cortado devido à adesão à greve. Atualmente, a maioria dos 40 mil servidores terceirizados recebe R\$ 456, menos que um salário mínimo (R\$ 465). Colaboraram para o desenvolvimento das atividades durante a greve dos servidores terceirizados: CUT-DF, Sindicato dos Bancários de Brasília, Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília (Sintifub), Sindicato dos Comerciantes, Sindicato dos Servidores e Empregados na Administração Direta, Autarquias, Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista do Distrito Federal (Sindser), Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal (Sindsep-DF), Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal e Ministério Público da União no Distrito Federal (Sindjus-DF), Sindicato dos Vigilantes e o PT-DF.

Uma comitiva de cerca de 40 estudantes realizam ato da Moradia Estudantil no campus da Universidade Estadual Paulista UNESP de Marília – São Paulo (região Sudeste). Eles fazem um piquete no Prédio de Aulas. Os estudantes desceram até o prédio da Administração, onde exigiram que a diretora da unidade, Mariângela Spotti Lopes Fujita, ouça suas demandas. Após esta discussão, os estudantes leram e entregaram à diretora sua pauta de reivindicações. No fim do dia, uma Assembléia Geral de estudantes apóia o protesto. Os alunos reivindicam uma política efetiva de permanência estudantil; contratação de funcionários para o Restaurante Universitário e que este funcione no turno da noite; mais vagas na Moradia Estudantil; mais bolsas-alimentação com caráter socioeconômico, vinculadas à bolsa-moradia, auxílio aluguel e bolsa BAEE (bolsas de auxílio estudantil, de caráter sócio-econômico, no valor de R\$ 200) de pelo menos 1 salário mínimo, com encampamento pela reitoria das bolsas oferecidas pela iniciativa privada; fim do convênio entre UNESP e Secretaria de Ensino Superior e a Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP), programa do governo de São Paulo que busca substituir os cursos superiores presenciais pelo ensino à distância. Os estudantes ainda protestam contra o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de reestruturação da UNESP.

Representantes dos comerciantes realizam ato contra o projeto da lei antifumo em locais fechados em frente à Assembléia Legislativa de São Paulo, na capital - São Paulo (região

Sudeste). No entanto, é aprovado, por 69 votos a 18, o projeto do governador José Serra do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) que bane o cigarro e derivados de tabaco de todos os ambientes coletivos fechados, públicos ou privados, e proíbe as atuais áreas de fumantes, conhecidos como fumódromos, em todo o estado de São Paulo. A Associação Brasileira de Gastronomia, Hospedagem e Turismo (Abresi) declara que vai entrar com ação direta de inconstitucionalidade e um mandado de segurança coletivo contra a lei.

4º feira 08

Cerca de 1,5 mil pessoas, segundo site do MST, cerca de 200 famílias, ocupam a fazenda de eucaliptos Putumuju, da Veracel Celulose, no distrito de Mundo Novo em Eunápolis, cidade do extremo sul da Bahia (região Nordeste). A ação visa chamar a atenção da sociedade para a urgência da Reforma Agrária, bem como de denunciar os abusos cometidos pelas grandes empresas ligadas ao agronegócio. Os trabalhadores denunciam a ilegalidade da monocultura de eucaliptos praticada pela Veracel na região, que, segundo eles, ocupa terras devolutas. Os trabalhadores acampados derrubaram cerca de 20 hectares de árvores eucalipto. Segundo site do MST, em 17 de junho de 2008, a Justiça Federal da cidade de Eunápolis, divulgou no Diário da Justiça Federal da Bahia (no. 42/pág.60) a sentença de uma Ação Civil Pública, proposta pelo Ministério Público Federal em 1993 contra a Veracel Celulose - na época chamada de Veracruz Florestal - CRA (Centro de Recursos Ambientais) e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama). A Justiça Federal condenou a Veracel a restaurar, com vegetação nativa, todas as áreas compreendidas nas licenças de plantio de eucalipto que foram liberadas entre 1993 e 1996. Significa que uma área de 96 mil hectares, coberta por eucaliptais da empresa, deverá ser reflorestada por árvores da mata atlântica, um dos biomas mais diversos do planeta e, ao mesmo tempo, mais ameaçados do mundo. A empresa também foi condenada a pagar uma multa de R\$ 20 milhões (US\$ 12,5 milhões) pelo desmatamento da mata atlântica, com tratores e correntão, ocorrido nos seus primeiros anos de funcionamento (1991-1993). A Veracel anunciou que vai recorrer da decisão. A empresa diz que a terra é de um produtor que tem contrato com a Veracel. Segundo jornal Brasil de Fato, a transnacional é uma empresa que pertence a duas das maiores empresas do ramo de papel e celulose do mundo: a sueca-finlandesa Stora-Enso e a Aracruz Celulose. Atualmente, ela possui cerca de 205 mil hectares de terras no extremo sul da Bahia e produz aproximadamente 900 mil toneladas de celulose. A maioria destinadas à exportação.

Cerca de mil famílias que ocupam latifúndio urbano, no bairro Ozanan, em Uberaba – Minas Gerais (região Sudeste) resistem ao despejo previsto para este dia 08 com barricadas. Um caixão representando o prefeito de Uberaba, Anderson Aduato, é queimado, mostrando a indignação das famílias com a Prefeitura. Antes da ocupação a área servia como lixão, local de desova de cadáveres e de vários estupros. Os ocupantes defendem que somente após as famílias ocuparem a área, a Prefeitura demonstrou interesse pelo local.

Aproximadamente 100 secundaristas se concentram na principal praça de Goiânia – Goiás (região Centro-oeste) para discutir em assembléia o aumento que está sendo planejado para

o transporte público da cidade. Após a assembléia, os estudantes decidem por uma manifestação pelas principais ruas do centro, e fecham a Avenida Goiás. Eles protestam para mostrar que não vão aceitar o aumento de R\$ 2,00 para R \$2,50 e exigir o passe-livre. Os estudantes sofreram repressão da polícia ao chegar à principal via da cidade, Avenida Anhanguera. Os policiais usaram cassetetes e deteram 6 manifestantes, dentre eles, 2 adolescentes de 13 anos. Todos os 6 estudantes detidos foram liberados no começo da noite.

O Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários decide, em assembléia, suspender a greve até o dia 15 de abril, quando haverá nova reunião, na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro (região Sudeste). Os rodoviários reivindicam um aumento de 20%, enquanto os empresários propõem um reajuste de 7%. Por volta das 5h, funcionários tentaram bloquear o portão da garagem da Transportes Flores, uma das maiores da Baixada Fluminense, com uma frota de 600 ônibus. Houve tumulto e dez carros de duas linhas foram danificados por manifestantes que jogaram pedras nos vidros. Dois homens foram detidos e liberados em seguida.

Professores, funcionários e estudantes da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra) protestam no campus de Canoas – Rio Grande do Sul (região Sul) contra o atraso dos salários e pela saída da reitoria. De acordo com o Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul (Sinpro), a Ulbra deve o décimo terceiro salário, 10% do salário de Dezembro, todo o salário de Janeiro e de Março e um terço das férias. Os docentes da Educação Básica também devem paralisar suas atividades na próxima semana.

5º feira 09

Uma equipe da Polícia Civil do Pará prende durante a madrugada o fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, acusado de mandar matar, em 2005, a missionária norte-americana Dorothy Stang. O fazendeiro se entregou aos policiais em uma de suas propriedades, a Fazenda Santa Cecília, localizada em Pacajá – Pará (região Norte). O acusado está detido no Centro de Recuperação Regional de Altamira. A prisão é resultado da decisão tomada no dia 7 de abril pelo Tribunal de Justiça do Pará, de cassar a decisão do Tribunal do Júri a respeito da absolvição de Bida no caso Dorothy Stang e submetê-lo a outro julgamento. Ele havia sido considerado inocente de ser o mandante do assassinato em maio de 2008. O Tribunal de Justiça também definiu que Rayfran das Neves, o Fogoió, acusado de ser o executor do assassinato, também terá o julgamento anulado e será submetido a novo. Em maio de 2007 o fazendeiro foi condenado a 30 anos de reclusão em regime fechado. Um ano depois, ao ser submetido a novo julgamento, ele foi absolvido, porque o acusado de matar a missionária, Rayfran das Neves Sales, inocentou o fazendeiro de ter sido o mandante do crime. Dorothy Stang morava na região havia 20 anos e participava ativamente dos trabalhos da CPT e convivia diretamente com lideranças camponesas, políticas e religiosas.

Cerca de 150 famílias organizadas pelo Fórum de Moradia do Barreiro, pela Brigadas Populares e pelo MST, ocupam em terreno de aproximadamente 400 mil metros quadrados, no bairro Céu Azul, na periferia de Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste). De

acordo com os organizadores, a propriedade está abandonada desde a década de 1970 e acumula dívidas com o estado de quase R\$ 18 milhões. Os manifestantes querem que a área seja desapropriada para a construção de moradias populares para abrigar, pelo menos, 800 famílias. Joviano, coordenador da ocupação, disse que a ocupação já recebeu apoio da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa estadual e da Câmara de Vereadores de Belo Horizonte, de conselhos tutelares, da defensoria pública e, principalmente, da comunidade do entorno. Segundo Joviano, o local era basicamente utilizado ou pela criminalidade ou para depositar lixo. A ocupação compõe a Jornada Nacional de Lutas acontece em todo o Brasil durante toda esta semana em memória dos 19 trabalhadores rurais sem-terras assassinados em operação da Polícia Militar, no município de Eldorado dos Carajás, no Pará, no dia 17 de abril de 1996.

Cerca de 40 pescadores paralisam obra da Petrobrás para a construção de dutos na Baía de Guanabara na praia de Mauá, em Magé, a 60 km do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Segundo jornal Folha de São Paulo, os manifestantes impediram a entrada e saída de embarcações usadas na montagem dos dutos. Eles afirmam que o duto vai inviabilizar a pesca na região por até oito meses e vai prejudicá-la por tempo indeterminado. De acordo com os manifestantes, a estatal não os procurou para definir medidas para diminuir o impacto da obra ou mesmo orientar sobre a navegação no local durante as obras. A Petrobras afirma que está “aberta ao diálogo” e que tem como prioridade minimizar o impacto para os pescadores.

6º feira 10

Aproximadamente 70 famílias do MST ocupam a fazenda Autarraia, localizada no município de Bonfim (125 km de Boa Vista), em Roraima (região Norte). Os trabalhadores rurais reivindicam a criação de um projeto de assentamento na área e mais agilidade do Incra no processo de criação de outros assentamentos no estado. A fazenda, que tem aproximadamente 5 mil hectares, é reivindicada pelas famílias há mais de um ano. No estado de Roraima, há três anos o Incra não cria novos assentamentos ou atua naqueles que já estão criados. Segundo site do MST, faltam estradas, habitação, energia, crédito de apoio à produção, demarcação e licenças que permitam a exploração de territórios liberados pelo Ibama.

Levantamento do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (Iterj) mostra que há 29 imóveis ocupados por famílias de sem-teto na região central do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) – Centro, São Cristóvão, Santo Cristo/ Saúde, Estácio, Santa Teresa, Glória, Catete e Catumbi. De acordo com o jornal O Globo, o próprio Iterj, reconhece que o número de ocupações é maior e pelo menos outros três imóveis estão ocupados e não constam na lista oficial. O cadastro da prefeitura é ainda menor: são apenas 20 imóveis ocupados no Centro, cujos endereços não são revelados pela Secretária de Habitação. Destes, 15 estão em processo de desapropriação – dos quais cinco deverão ser convertidos em unidades habitacionais regularizadas ainda em 2009 – e cinco pertencem ao governo federal. Um convênio firmado com o Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon-Rio) pretende fazer um estudo de todos os imóveis ociosos na região. O secretário de Habitação, Jorge Bittar, revela que 339 imóveis do Centro serão

transformados em unidades habitacionais até o fim do ano de 2009. A Companhia Estadual de Habitação do Rio (Cehab) anuncia investimentos para construir unidades habitacionais no Centro.

Os servidores municipais de Florianópolis – Santa Catarina (região Sul), em greve desde o dia 1 de abril, terão os dias de greve descontados do salário, confirmou o secretário de Administração de Florianópolis, Constâncio Maciel. Representantes do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal ressaltam que não abrem mão de um reajuste salarial de 10%. Eles denunciam que o salário do prefeito quase dobrou em janeiro. Os servidores enfatizam que o sindicato também quer a redução dos salários do prefeito e dos vereadores.

O Ministério Público do Trabalho (MPT) da Bahia ingressa com ação civil pública para impedir que a papelreira Veracel e outras 3 empresas terceirizadas demitam 760 trabalhadores. A intervenção do MPT foi pedida por entidades de agricultores e sindicatos de trabalhadores. Segundo site da Agência Brasil, na ação, os procuradores constatam que a Veracel não tentou nenhum tipo de acordo para evitar as demissões. O MP exige a anulação das demissões e a recontração dos trabalhadores e pede para que não ocorram novos desligamentos até haver negociação.

Sábado 11

O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) protestam contra as demissões resultantes da crise. A tradição de malhar o Judas no Sábado de Aleluia foi o modo escolhido pelo para demonstrar a indignação da categoria. O presidente da Embraer, Frederico Curado, e o prefeito de São José dos Campos, Eduardo Cury do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), foram representados por bonecos, surrados pelos manifestantes na praça Afonso Pena, no centro da cidade de São Paulo - SP (região Sudeste). As 4 mil demissões feitas recentemente pela Embraer justificam o ato. O diretor sindicato, Edmir da Silva, afirmou que os desligamentos geraram uma onda de desemprego na região, atingindo cerca de 7 mil pessoas. A denúncias do suposto recebimento de financiamento de campanha irregular pela construtora Camargo Corrêa é o motivo pelo qual o prefeito Eduardo Cury aparece entre os bonecos “malhados”.

Domingo 12

Cerca de 2,5 mil famílias sem-teto, em ação coordenada pela Frente de Luta por Moradia (FLM), ocupam ao mesmo tempo 4 terrenos nas zonas Leste e Sul e 3 prédios no Centro de São Paulo – SP (região Sudeste). Entre as áreas reivindicadas pelas famílias estão 2 imóveis do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e um terreno do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Um dos terrenos, com 1 milhão de metros quadrados, é de propriedade da indústria Nissey, que possui dívida de R\$ 2 milhões junto ao BNDES.

Levantamento do Ministério do Trabalho com base nos pagamentos do seguro-desemprego detecta a existência de trabalhadores resgatados mais de uma vez em situação análoga a de escravo. Conforme informações divulgadas pelo jornal Folha de São Paulo, dos 21.667 trabalhadores resgatados entre 2004 e 2008, 19.547 receberam o seguro-desemprego. O levantamento da pasta revela que, entre esses beneficiados, 257 receberam seguro-desemprego mais de uma vez, ou seja, foram submetidos ao menos duas vezes a esse tipo de mão-de-obra. A partir de 2003, o trabalhador resgatado pelo grupo móvel de fiscalização (formado por auditores, procuradores e policiais federais) passou a receber três parcelas do seguro-desemprego, no valor de um salário mínimo cada (R\$ 465). Ao detectar a reincidência, o ministério mapeou a residência de cada um desses trabalhadores. Entre os estados, a liderança é do Pará (região Norte), com 57 dos 257 casos. Em seguida, aparecem Maranhão (região Nordeste), Bahia (região Nordeste) e Tocantins (região Norte). Entre os municípios, no topo do ranking está Ananás – Tocantins (região Norte), com 21 casos. Ruth Viela, secretária de Inspeção do Trabalho do ministério, afirma que a reincidência se dá pela falta de opções, pela existência do chamado “peão de trecho” (que é o trabalhador sem residência fixa que vive no aguardo dos aliciadores do trabalho escravo, chamados de “gatos”) e o discurso falso do empregador usado para convencer o trabalhador.

2º feira 13

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Milton de Moura França, aceita o pedido feito pela Embraer para manter as demissões de 4,2 mil trabalhadores, anunciadas no fim de fevereiro. Com isso, a empresa poderá manter a dispensa dos empregados até o julgamento final pela Corte. Segundo nota do TST, Moura França entendeu que a decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, contrária às demissões, feria a legislação trabalhista. Para o presidente do TST, a Embraer nada mais fez do que exercitar seu direito. Em sua primeira decisão, o TRT de Campinas determinou que as rescisões contratuais na Embraer, feitas sob a alegação de dificuldades financeiras decorrentes da crise econômica mundial, fossem suspensas até o dia 5 de março, data da primeira audiência de conciliação. Após inúmeras tentativas de conciliação, o tribunal, embora não tenha determinado a reintegração dos demitidos, determinou à Embraer o pagamento de salários aos funcionários desde 19 de fevereiro, a data da demissão, até o dia 13 de março, dia da última rodada de negociações, como se os contratos empregatícios ainda estivessem em vigor. Com a decisão do presidente do TST, a Embraer não será obrigada a pagar os salários aos funcionários demitidos até a decisão final da Corte.

Pelo menos, 148 organizações da sociedade civil, que compõem a Frente das Entidades em Defesa do Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo - SP (região Sudeste) se manifestam contra as propostas da Prefeitura para o Plano Diretor Estratégico (PDE). Participam da mobilização movimentos populares de moradia à associações de bairros de classes média e alta - como Associação dos Moradores e Amigos do Pacaembu, Perdizes e Higienópolis (AMAPPH) e Associação Morumbi Melhor (AMM). A Frente reivindica a implementação do Plano aprovado em 2002 que, até hoje, teve pouco do seu conteúdo implementado. Em abaixo-assinado, as entidades denunciam que "a Prefeitura da Cidade de

São Paulo procedeu de forma pouco democrática, desde a apresentação do Projeto até o encaminhamento para a Câmara Municipal, retrocedendo no processo de discussão e gestão participativa, através de audiências públicas absolutamente carentes de informação, de tempo para qualquer manifestação pública consistente, em grosseiro arremedo mal disfarçado de democracia".Diante as imposições a Frente por meio do abaixo-assinado reivindicava "a imediata mudança de postura da Prefeitura Municipal de São Paulo, retirando da Câmara Municipal o Projeto de Revisão do Plano Diretor Estratégico para, dentro da legalidade e do mais alto espírito democrático e cidadão, refazer as concepções e procedimentos da revisão".

Ferrovários do Rio de Janeiro (região Sudeste), iniciam greve por tempo indeterminado. Segundo informações da Agência Brasil, a paralisação estava prevista para durar 24 horas, mas não tem data para terminar, segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Central do Brasil, Valmir Índio Lemos. Segundo ele, pelo menos uma vez por semana ocorre um acidente de trem e os maquinistas são quase sempre responsabilizados. Os ferroviários reivindicam melhores condições de trabalho e de transporte dos passageiros. Alegam que falta segurança, com manutenção precária dos trens, que são inclusive obrigados a circularem de portas abertas. Elas são forçadas pelos passageiros, que reclamam do calor dentro dos vagões. O presidente do sindicato acusou a empresa de demitir injustamente dez maquinistas que aderiram à greve e de ameaçar com a perda do emprego funcionários que participarem da greve. “Ainda assim, a adesão foi de quase 85%”, disse Índio. A Supervia informou que está buscando na Justiça o fim da paralisação. Segundo o diretor de Marketing da empresa, José Carlos Leitão, dos cerca de 320 maquinistas apenas 30% aderiram à paralisação. Ele afirmou que as recentes demissões ocorreram devido a atos de indisciplina e insubordinação. Leitão garantiu que os argumentos do sindicato de que há insegurança nos trens são infundados e que o propósito da paralisação é exigir aumento salarial. Pela manhã, os representantes do sindicato se reuniram com integrantes da Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes do estado do Rio (Agetransp) para apresentar denúncias de falta de segurança nos trens. Apesar de garantir que a paralisação continua, Índio disse que o sindicato vai acatar a determinação liminar do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de que pelo menos 60% dos funcionários trabalhem nos horários de pico e 40% nos períodos de menor movimento. A concessionária SuperVia está operando com 60% da frota no horário de pico e com 40% no restante do dia.

Cerca de 100 famílias ligadas ao MST ocupam durante a madrugada o Engenho General, localizado no município de São Lourenço da Mata, Zona da Mata Norte de Pernambuco (região Nordeste). O Engenho faz parte do complexo da usina Tiúma, do Grupo Votarantim, constituída por outros sete engenhos. Um deles, o Engenho São João, foi desapropriado para Reforma Agrária em 2008, depois de quatro anos de luta, e hoje é o Assentamento Chico Mendes. A Usina Tiúma foi uma das maiores do estado de Pernambuco e faz parte da história de ocupação das terras da Zona da Mata pela cana-de-açúcar. Segundo site do MST, com o fim do Pró-Álcool e dos subsídios governamentais a usina, junto com muitas outras da região, entrou em processo de falência. Em 2004, quando foi ocupada pela primeira vez, estava abandonada há 17 anos, falida e com dívidas com a Previdência Social. Mas com a revalorização da cana-de-açúcar para produção de etanol e a entrada de novos subsídios governamentais, o Grupo Votarantim voltou a ter interesse na

área. Desde a primeira ocupação os trabalhadores rurais reivindicavam a desapropriação de pelos menos três engenhos: General, Tapacura e São João. Infelizmente o Incra só conseguiu até o momento a desapropriação do São João, que teve capacidade para assentar apenas 50 famílias. Por isso, tanto as famílias assentadas, como todas as outras, continuam lutando pela desapropriação dos outros engenhos da usina. A ocupação faz parte do início da Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária em Pernambuco. A Jornada Nacional de Lutas acontece em todo o Brasil durante esta semana. Ela é realizada desde 1997 em memória dos 19 companheiros assassinados no Massacre de Eldorado de Carajás, em operação da PM, no município de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996, no dia 17 de abril. Em 2002, o presidente Fernando Henrique Cardoso instituiu a data como o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária.

Cerca de 2 mil trabalhadores rurais do MST ocupam, a Secretaria de Agricultura da Bahia (Seagri), na capital do estado da Bahia (região Nordeste). O objetivo da ocupação é pressionar o governo estadual a cumprir a pauta assumida em 2007, ano em que se estabeleceu a reforma de 5 mil casas, a construção de 1.200 quilômetros de estradas nos assentamentos, a vistoria de áreas em todo estado e a infra-estrutura dos assentamentos. A ocupação faz parte do início da Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária que acontece em todo o Brasil durante esta semana. Ela é realizada desde 1997 em memória dos 19 companheiros assassinados no Massacre de Eldorado de Carajás, em operação da PM, no município de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996, no dia 17 de abril.

Integrantes do MST interditam a BR-101, que fica em frente ao acampamento na Veracel Celulose em Eunápolis, cidade do extremo sul da Bahia (região Nordeste). O objetivo do bloqueio é pressionar o governo a discutir o monocultivo de eucalipto com a sociedade, para que sejam resgatadas as terras devolutas que estão nas mãos da empresa Veracel Celulose e destinadas para Reforma Agrária. "Há dois anos o estado não promove desapropriações. Enquanto isso, uma empresa possui mais de 20 mil hectares das terras que deveriam ser utilizadas para acabar com pobreza e a fome na região", afirma Márcio Matos, integrante da direção regional do MST. Cerca de 1.500 trabalhadores rurais ocupam, desde o dia 8 de abril, a área de 4.700 hectares de terras devolutas - utilizadas ilegalmente pela Veracel Celulose para o plantio de eucalipto - no município de Eunápolis. Já foram derrubados dois hectares do monocultivo para no lugar ser plantado milho e feijão. A ocupação faz parte do início da Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária que acontece em todo o Brasil durante esta semana. Ela é realizada desde 1997 em memória dos 19 companheiros assassinados no Massacre de Eldorado de Carajás, em operação da PM, no município de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996, no dia 17 de abril.

3º feira 14

Cerca de 200 trabalhadores rurais ligados ao MST bloqueiam, desde o início da manhã o trecho da rodovia BR-020, na altura do entroncamento com a DF-110, na região de Planaltina, no Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste). A mobilização, que integra a Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária de abril, exige o assentamento das 1.800 famílias acampadas no Distrito Federal e Entorno, assistência técnica para 1.200 famílias assentadas, investimentos em educação, recuperação de assentamentos e a reestruturação da

Superintendência Regional do Incra, a SR 28. Segundo os sem-terra, não houve nenhum retorno da audiência realizada com o superintendente regional do Incra no final de março de 2009, após a ocupação da sede da SR 28. A Jornada Nacional de Lutas é realizada desde 1997 em memória dos 19 trabalhadores rurais sem-terra assassinados no Massacre de Eldorado de Carajás, em operação da PM, no município de Eldorado dos Carajás - Pará, em 17 de abril de 1996. Em 2002, o presidente Fernando Henrique Cardoso instituiu essa data como o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária.

Aproximadamente 100 famílias ligadas ao MST ocupam a fazenda Pernambuco, de mil hectares, no município de Inajá, Sertão do estado de Pernambuco (região Nordeste). Ainda no estado, a fazenda Cristina, localizada no município de Vitória de Santo Antão, região metropolitana do Recife, foi ocupada por cerca de 100 famílias. A área, de 500 hectares, é improdutiva e pertence à prefeitura do município. As ocupações integram a Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária. No primeiro dia da Jornada, famílias sem-terra ocuparam o Engenho General, em São Lourenço da Mata, onde continuam acampadas. A Jornada Nacional de Lutas vai até o dia 17 de abril, data em que ocorreu o Massacre de Eldorado de Carajás, quando 19 sem-terra foram assassinados em operação da PM, no município de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996.

Cerca 300 famílias ligadas ao MST ocupam a fazenda Cultrosa, em Camamu, a 209 km de Salvador – Bahia (região Nordeste). Com cerca de 2.500 hectares, a fazenda é uma das maiores produtoras de seringa da Bahia, com cerca de 100 toneladas de borracha por mês. “Queremos mostrar que a maior parte das terras agricultáveis do estado está nas mãos das grandes empresas do agronegócio, que praticam monocultura para exportação. A agricultura familiar gera dez vezes mais empregos e é quem tem condição de produzir alimentos para o nosso povo”, explica Lúcia Barbosa, da Direção Nacional do movimento. A ocupação integram a Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária. A Jornada Nacional de Lutas vai até o dia 17 de abril, data em que ocorreu o Massacre de Eldorado de Carajás, quando 19 sem-terra foram assassinados em operação da PM, no município de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996.

Os senadores que participam da audiência pública que discutiu no Senado, o fechamento de Escolas Itinerantes no Rio Grande do Sul (região Sul), decidem enviar uma solicitação conjunta à governadora Yeda Crusius (PSDB), exigindo que sejam retomadas imediatamente as aulas das Escolas Itinerantes no estado. Segundo site do MST, a atividade foi presidida pelo Senador Cristovam Buarque (DF), e requerida pelas senadoras Serys Slhessarenko (MT) e Fátima Cleide (RR) e pelo Senador Paulo Paim (RS). Estiveram presentes, ainda, os senadores João Pedro (AM), Flávio Arns (PR), o presidente da Comissão de Educação do Senado, Marcelo Crivella (RJ) e deputada Maria do Rosário (RS), presidente da Comissão de Educação da Câmara. Representando o MST, a integrante do setor de educação Maria Cristina Vargas ressaltou o caráter público das Escolas Itinerantes, e fez alusão aos termos legais nos quais estão inseridas, como o Conselho Estadual de Educação. Já o representante do Ministério da Educação, André Lázaro, ressaltou a parceria dos movimentos sociais, e especialmente do MST, no debate em torno da educação do campo. Afirmou, ainda, que a decisão do governo da Yeda Crusius é contrária aos interesses públicos e fere os direitos individuais e coletivos das crianças, jovens e adultos. O Senador João Pedro classificou de “vergonhosa e criminosa” a atitude

do governo e do Ministério Público do estado do Rio Grande do Sul, e o Senador Paulo Paim reiterou que essa decisão é “um fato isolado, não representa os interesses do Ministério Público e se configura como uma perseguição política e ideológica por parte do governo gaúcho frente ao MST”. Ao defender a educação do campo e as Escolas Itinerantes, a deputada Maria do Rosário afirmou que a decisão do governo foi arbitrária e que o direito à educação, até então assegurado, refluíu, ocasionando prejuízos às crianças acampadas. Para o Senador Cristovam Buarque, a governadora Yeda Crusius está se tornando um ícone “anti-educação”. “Primeiro foi contra o piso salarial dos professores e agora fechou as Escolas Itinerantes. Fechar escola é crime”, concluiu. O requerimento deve ser votado no dia 15 de abril na Comissão, e até o fim de abril será formada uma comitiva mista dos senadores para ir ao Rio Grande do Sul.

Estudantes realizam apitaços em frente a escolas estaduais em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul) em protesto contra a política do governo Yeda Crusius (PSDB) para a Educação. De manhã, estudantes fizeram apitaços em frente ao Colégio Dom João Becker, na Zona Norte, e do Colégio Protásio Alves, na avenida Ipiranga. À tarde, foi a vez do Colégio Estadual Paula Soares, ao lado do Palácio Piratini. As manifestações foram organizadas pelo Movimento Caras Pintadas.

Os professores da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra) em Canoas – Rio Grande do Sul (região Sul) decidem continuar a greve por tempo indeterminado e formalizar junto ao Ministério Público Federal um pedido de intervenção na instituição. Um documento assinado pelos trabalhadores, exigindo a regularização salarial e a remoção da atual Reitoria, foi entregue à mantenedora da Ulbra, aos deputados da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa e ao Ministério da Educação.

Em nota enviada à imprensa, a Embraer afirma que já fez todos os pagamentos de verbas rescisórias a seus ex-funcionários e que aguarda com "tranquilidade e confiança o julgamento definitivo do TST". O Tribunal Superior do Trabalho (TST), decide manter a data de demissão dos 4.270 funcionários da Embraer - 19 de fevereiro de 2009. A data foi mantida após a decisão do TST publicada no dia 13 de abril. O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de Campinas havia determinado a data de 13 de março de 2009 como referência para o encerramento dos contratos de trabalho após a decisão provisória da suspensão das demissões. O governo federal e a Embraer firmaram contrato hoje de US\$ 1,4 bilhão para produção e modernização de aviões para a Aeronáutica e Marinha. O principal projeto é a fabricação de um novo tipo de avião cargueiro, o KC-390, que vai substituir os Hercules C-130 atualmente em uso. A primeira unidade é prevista para estar voando dentro de sete anos.

O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) informa que o Sindicato dos Ferroviários terá que pagar uma multa de R\$ 50 mil por descumprir a liminar que exigia 60% do efetivo trabalhando nos horários de pico, no Rio de Janeiro (região Sudeste). Conforme o jornal O Globo, o presidente do sindicato, Walmir de Lemos, alega que o sindicato não cumpriu a liminar porque a SuperVia não apresentou uma tabela contendo informações sobre o total de profissionais da empresa e quem estaria apto a participar da escala especial. No entanto, segundo o TRT, a desembargadora Glória Regina Ferreira Mello não condicionou o cumprimento da liminar com a entrega da tabela.

Cerca de 70 moradores da Baixa do Sapateiro, no Complexo da Maré, fecham, por dez minutos, a pista sentido Centro da Linha Vermelha, na altura da favela, revoltados com a morte de um adolescente de 17 anos, Felipe dos Santos Correia Lima, durante uma operação policial, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Segundo o jornal O Globo, a manifestação foi dispersada por equipes do 22º Batalhão da PM (Maré) que chegaram ao local e lançaram bombas de gás lacrimogêneo e spray de pimenta em direção aos manifestantes.

4º feira 15

O Tribunal de Justiça (TJ) do Rio de Janeiro autoriza a realização da Marcha da Maconha, marcada para o dia 9 de maio, na zona sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Em 2008, atendendo a um pedido do Ministério Público, que entrou com medida cautelar, o mesmo TJ proibiu a realização do evento, que também foi cancelado em outras seis capitais brasileiras.

Cerca de 85% dos servidores das prefeituras do estado de Minas Gerais segundo o jornal O Globo, ou aproximadamente 70% das prefeituras, de acordo com o jornal Folha de São Paulo, paralisam parte das atividades administrativas em protesto contra a redução do repasse de recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) pela União, em Minas Gerais (região Sudeste).

Os ferroviários se reúnem em frente à Central do Brasil e saem em passeata pelas avenidas Presidente Vargas e Rio Branco até a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) no centro do Rio de Janeiro (região Sudeste). A greve dos ferroviários prossegue no estado, após trabalhadores não chegarem a um acordo com a SuperVia e a Secretaria Estadual de Transportes em reunião no dia 14 de abril. Os trabalhadores reivindicam melhorias de segurança na ferrovia e melhores condições de trabalho.

Cerca de 200 famílias ocupam a fazenda São João D'Armada em Canguçu no estado do Rio Grande do Sul (região Sul). A área de 1130 hectares foi considerada improdutiva por uma vistoria do Incra em 2007, mas, segundo site do MST, jamais foi desapropriada. À tarde, os sem-terra desocuparam o local de acordo com o jornal Folha de São Paulo. Em São Luiz Gonzaga, também no estado, 300 trabalhadores rurais iniciam uma Marcha rumo ao Latifúndio, partindo do acampamento na BR-285. Os trabalhadores marcham na rodovia, no sentido em direção à cidade de São Luiz. O II Plano Nacional de Reforma Agrária previa o assentamento de 550 mil famílias, entre 2003 e 2007, em todo país. Porém, segundo o MST apenas 163 mil famílias foram assentadas neste período. No Rio Grande do Sul, o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) assinado pelo Incra estabelecia o assentamento de 2 mil famílias de trabalhadores rurais até o final de 2008, mas apenas 700 destas conquistaram um pedaço de chão. A ocupação faz parte da Jornada Nacional de Lutas acontece em todo o Brasil durante toda esta semana em memória dos 19 trabalhadores rurais sem-terras assassinados em operação da Polícia Militar, no município de Eldorado dos Carajás, no Pará, no dia 17 de abril de 1996.

Cerca de 1.500 trabalhadores, sindicalistas, professores e estudantes realizam uma caminhada em Santana do Livramento – Rio Grande do Sul (região Sul) em protesto contra o governo de Yeda Crusius (PSDB). A manifestação terminou na praça General Osório. A atividade integra a caravana dos servidores estaduais pelo “Fora Yeda”, que já percorreu a região de Santa Rosa. A próxima mobilização deve acontecer no dia 24 de abril, em Passo Fundo.

Cerca de 100 famílias do MST ocupam a fazenda Cristina, no município de Vitória de Santo Antão, região metropolitana do Recife – Pernambuco (região Nordeste). Segundo site do MST, a área, de 500 hectares, é improdutiva e pertence à Prefeitura do município. Essa é a terceira ocupação da Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária em Pernambuco. A Jornada Nacional de Lutas vai até o dia 17 de abril, em memória do Massacre de Eldorado de Carajás, quando 19 sem-terra foram assassinados em operação da PM, no município de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996.

Cerca de 100 famílias acampadas em Jaguarão – Rio Grande do Sul (região Sul), na Fronteira, realizam uma marcha para denunciar os latifúndios na região. A manifestação faz parte da Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária do MST no Rio Grande do Sul. A Jornada exige agilidade na Reforma Agrária e lembra o Massacre de 19 trabalhadores rurais Sem Terra em Eldorado dos Carajás - Pará, há 13 anos. Os manifestantes reivindicam o II Plano Nacional de Reforma Agrária que previa o assentamento de 550 mil famílias, entre 2003 e 2007, em todo país. No entanto, segundo site do MST, apenas 163 mil famílias foram assentadas neste período. No Rio Grande do Sul, o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) assinado pelo Incra estabelecia o assentamento de 2 mil famílias de trabalhadores rurais até o final de 2008, mas apenas 700 destas conquistaram um pedaço de chão.

Aproximadamente 300 famílias do MST e do Movimento de Apoio ao Trabalhador Rural (MATR) ocupam a fazenda Engenho, em Planaltina Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste). Os trabalhadores denunciam que seus arrendatários desrespeitam a Lei Ambiental, porque utilizam agrotóxicos para o plantio extensivo da soja e retiram areia da fazenda, localizada em Área de Proteção Ambiental. Após conseguir uma audiência para discutir a questão no dia 16 de abril, às 14h, com representantes do Incra nacional, da Superintendência Regional da autarquia e do Ibama os trabalhadores desocuparam a área. A ocupação faz parte da Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária do MST que reivindica agilidade na Reforma Agrária e lembra o Massacre de 19 trabalhadores rurais sem-terra em Eldorado dos Carajás - Pará, há 13 anos.

Mais de 500 jovens de todas as regiões do estado do Pará (região Norte) iniciam a Jornada de Lutas com o acampamento da Juventude em Eldorado dos Carajás – Pará (região Norte), palco do Massacre de Eldorado de Carajás. Os jovens começaram a debater o papel da juventude na sociedade, e participam de oficinas, audiência no Incra e um ato em memória dos sem-terra assassinados. Na capital, Belém, trabalhadores das regiões Norte e Nordeste se concentram na Praça da Leitura, onde está localizada a “Coluna da Infância”, um monumento construído em homenagem às vítimas do Massacre. A atividade compõe a Jornada Nacional de Lutas vai até o dia 17 de abril, aniversário do Massacre de Eldorado de Carajás, quando 19 sem-terra foram assassinados em operação da PM, no município de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996.

Cerca de 350 pessoas, dentre elas entidades dos movimentos negro, pela diversidade sexual, anarcopunks, grupos anarquistas, Diretórios Centrais de Estudantes (DCE's), partidos de esquerda como Partido Socialista de Trabalhadores Unificado (PSTU) e Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), entre outros movimentos sociais dão início à caminhada antifascista pelas ruas do centro de Curitiba – Paraná (região Sul). Os manifestantes saem em protesto contra o ocorrido no dia 23 de Março, quando um homossexual, estudante de ciências sociais da Universidade Federal do Paraná (UFPR) foi agredido por um grupo de orientação neonazista. A marcha segue para uma confraternização com os servidores públicos, que, em greve, preparam sua marcha até a prefeitura cobrando melhores condições de trabalho, valorização profissional e salarial, dentre outras reivindicações. Os manifestantes protocolam um documento à Procuradoria Geral da República, pedindo mais atenção para com a sociedade, contra grupos de intolerância racial, pela livre orientação sexual e que medidas sejam tomadas imediatamente. Em frente à Procuradoria Geral da República, manifestantes fazem uma grande roda e realizam um “beijão” entre quase todos os participantes.

Cerca de 150 pessoas do Acampamento Alexandra Kolontai, do Assentamento Mário Lago e do Assentamento Sepé Tiarajú, realizam protesto na Procuradoria do estado e na Prefeitura de Ribeirão Preto no estado de São Paulo (região Sudeste). As famílias reivindicam a Fazenda Martinópolis, localizada no município de Serrana, para a Reforma Agrária na região. Os manifestantes denunciam, também que a Fazenda Martinópolis, que pertence ao governo do estado de São Paulo e vem sendo utilizada irregularmente para o plantio de cana-de-açúcar, apesar de ser um patrimônio público. Na prefeitura, as famílias reivindicaram o cumprimento dos compromissos firmados pela prefeitura com o Assentamento Mario Lago, como escola, transporte público, posto de saúde e coleta de lixo. Cerca de 60 integrantes do MST participaram de ato em frente à Procuradoria Geral do estado de São Paulo, em Ribeirão Preto. A atividade compõe a Jornada Nacional de Lutas vai até o dia 17 de abril, aniversário do Massacre de Eldorado de Carajás, quando 19 sem-terra foram assassinados em operação da PM, no município de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996.

Cerca de mil estudantes fecham duas das quatro faixas da Avenida Paulista, em uma manifestação pelo fim do vestibular realizada na capital, São Paulo – SP (região Sudeste). A passeata organizada pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e pela União Brasileira dos Estudantes Secundários (UBES) seguiu do Museu de Arte de São Paulo (Masp) em direção à Secretaria Estadual de Educação, no centro de São Paulo. Os estudantes reivindicam um novo método de avaliação para ingresso na faculdade. Segundo a presidente da UNE, Lúcia Stumpf, a proposta é que sejam aplicadas provas ao final de cada ano do Ensino Médio, como método de avaliação mais voltado à interpretação do que ao acúmulo de conteúdo. Lúcia confirmou que o Programa de Avaliação Seriada (PAS) da Universidade de Brasília (UnB) é um “modelo” de formato para a proposta estudantil. O PAS é como o vestibular, só que dividido em três etapas, uma ao final de cada série do Ensino Médio. No entanto, a metodologia da avaliação defendida pelos estudantes estaria mais ligada à do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem), em que as questões são mais analíticas e interpretativas. O novo Enem, que deverá funcionar como vestibular unificado para as universidades federais, é considerado uma “resposta às demandas” do movimento estudantil, de acordo com Lúcia Stumpf. Mas ela acredita que essa ainda não é a maneira

ideal de permitir o ingresso ao Ensino Superior. Além do fim do vestibular, os estudantes se manifestam contra as cotas para cobrança de meia-entrada em eventos culturais, por mais recursos para a educação e contra a nomeação do novo secretário de Educação do estado de São Paulo, Paulo Renato Souza. Os estudantes dizem que desaprovam a gestão de Renato à frente do Ministério da Educação, no governo Fernando Henrique Cardoso.

Trabalhadores, estudantes secundaristas e universitários fazem ato para denunciar o aumento das passagens em Guarulhos – São Paulo (região Sudeste) para R\$ 2,50. A manifestação pacífica chegou a interromper o trânsito na Avenida Juscelino Kubitschek. Cerca de 100 manifestantes tomaram a avenida e distribuíram panfletos. Eles receberam apoio de pedestres e motoristas que passam pelo local. Cerca de 35 PMs, em 9 viaturas, começam a acompanhar o ato, ameaçando e agredindo os manifestantes. A PM interrompeu o tráfego de veículos e cercou a manifestação na altura do Shopping Bonsucesso. Os manifestantes fazem uma reunião e decidem o retorno ao ato, mas são novamente reprimidos pela PM, que chega a utilizar bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral para dispersar os manifestantes.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos lança o Comitê Nacional pela Reestatização da Embraer. O objetivo da organização é comandar mobilizações para que a Embraer, atualmente privatizada, volte a ser do governo brasileiro. Um dos integrantes da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), Antônio Ferreira, disse que a reestatização da empresa é estratégica para a soberania do país. Segundo a Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), cerca de US\$ 7 bilhões – hoje, o equivalente a aproximadamente R\$ 15,4 bilhões – foi o montante aplicado pelo banco estatal BNDES na Embraer, desde a sua privatização. Hoje, cerca de 70% da empresa está em mãos estrangeiras. Ferreira acredita que se a Embraer fosse estatal, a empresa teria evitado as 4,2 mil demissões ocorridas em fevereiro de 2009, por conta da crise mundial.

28 organizações da sociedade civil divulgam uma nota pública manifestando sua posição contrária ao projeto de lei que converte a medida provisória 452/2008. O projeto, aprovado pela Câmara dos Deputados, prevê a extinção do licenciamento ambiental para pavimentação de estradas abertas. Segundo a nota, a proposta pretende burlar a Constituição Federal, uma vez que é notório que o impacto maior ocorre após a pavimentação. “A pavimentação de estradas é o maior vetor de desmatamentos na Amazônia. Historicamente 75% dos desmatamentos da região ocorreram ao longo das rodovias pavimentadas, como ocorreu na Belém-Brasília (BR-010), na Cuiabá-Porto Velho (BR 364) e no trecho matogrossense da Cuiabá-Santarém (BR-163)”, diz a nota. No texto, as organizações também se posicionaram contra o asfaltamento da BR-319, que liga Porto Velho (RO) a Manaus (AM). Entre as organizações envolvidas está: Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS), Fórum Carajás, Fórum Permanente de Defesa da Amazônia Ocidental Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e Rede Alerta Contra o Deserto Verde RJ.

5º feira 16

Cerca de 150 famílias ocupam, a fazenda Ibiti, no município de Itararé (350 km da capital) em São Paulo (região Sudeste). Segundo site do MST, a área é um latifúndio de mais de 9 mil hectares que atualmente está desmembrada em várias fazendas utilizadas por empresas privadas, cujas posses não são comprovadas. Em 1986, a fazenda Ibiti foi decretada de interesse social para fins de desapropriação e deveria ser destinada para a Reforma Agrária (DEC 93.046/1986). No entanto, em 1991, o então presidente Fernando Collor revogou o decreto de desapropriação. Desde então, conforme o movimento, a área vem sendo explorada irregularmente por empresas privadas. A ocupação da fazenda Ibiti faz parte da Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária que já mobilizou milhares. A jornada é realizada em memória dos 19 sem-terra assassinados no Massacre de Eldorado de Carajás, em operação da PM, no município de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996, no dia 17 de abril. Em 2002, o presidente FHC instituiu essa data como o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária. Entre as reivindicações da Jornada estão: o assentamento das 100 mil famílias acampadas e investimentos públicos nos assentamentos, como crédito para produção, habitação rural, educação e saúde.

Cerca de 350 trabalhadores rurais sem-terra promovem mobilização no Acampamento Uruçu, no município de Craíbas, agreste do estado de Alagoas (região Nordeste) a cerca de 145km da capital Maceió. A intenção da mobilização é envolver a sociedade no debate sobre a possível entrada da Vale Verde no estado. Segundo site do MST, a estimativa de investimentos da Mineradora Vale Verde é de R\$ 400 milhões para a exploração de 150 milhões de toneladas de minérios. A intenção dos empresários é de explorar por vinte anos as riquezas em ferro, cobre e ouro, no território da cidade de Craíbas. Em janeiro, o presidente da empresa esteve pessoalmente em Maceió entregando a solicitação de Licenciamento Ambiental ao Instituto do Meio Ambiente (IMA-AL). O MST denuncia em seu site que, após anos de pesquisa investindo dinheiro público na avaliação das condições minerais, o governo do estado entregou nas mãos da Vale Verde, todos os resultados. Os trabalhadores fazem protesto na estrada, próximo à Cidade de Maria (centro de recuperação química). A jornada de lutas é realizada em memória dos 19 companheiros assassinados no Massacre de Eldorado de Carajás, em operação da PM, no município de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996, no dia 17 de abril. Em 2002, o presidente FHC instituiu essa data como o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária. Depois de 13 anos de um massacre de repercussão internacional, o país ainda não resolveu os problemas dos pobres do campo, que continuam sendo alvo da violência dos fazendeiros e da impunidade da justiça.

Cerca de 200 trabalhadores ligados ao MST ocupam a sede do Incra, no Recife – Pernambuco (região Nordeste). Os sem-terra reivindicam o assentamento das famílias do Acampamento São Bernardo, no Engenho Planalto, localizado no município de Paudalho. Segundo site do MST, desde 2003 o Incra tem a posse do Engenho, mas até o momento as famílias não foram assentadas. O Engenho Planalto estava falido quando foi ocupado pela primeira vez em 1996. Durante estes anos as famílias, foram despejadas da área seis vezes. Durante o processo de vistoria e desapropriação da área foi feito um acordo entre os sem-terra, Incra e a prefeitura de Paudalho para que os trabalhadores deixassem o Engenho. Os sem-terra acamparam, então, em uma área próxima ao Engenho, cedida pela prefeitura, enquanto aguardavam o final do processo. Mas mesmo com a desapropriação e a emissão de posse do Incra, as famílias continuam acampadas na área da prefeitura. A espera já

completou seis anos. A ação no Incra faz parte da Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária. A Jornada Nacional de Lutas vai até o dia 17 de abril, data do Massacre de Eldorado de Carajás, quando 19 sem-terra foram assassinados em operação da PM, no município de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996. O ato que faz parte do “abril sangrento”, de acordo com a Folha de São Paulo.

Cerca de 200 trabalhadores rurais, vindos de diversos acampamentos e assentamentos do interior do estado do Rio de Janeiro, ocupam a sede do Incra na capital do estado – RJ (região Sudeste). Organizam a ação o MST, o MTL e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag). Os trabalhadores denunciam o recente corte de 30% do orçamento do governo federal para as políticas de Reforma Agrária, que se encontra paralisada no Brasil e em especial no Rio de Janeiro. Eles reivindicam a desapropriação imediata das áreas de conflito, assim como uma política de desenvolvimento direcionada para os assentamentos. Os trabalhadores também cobram o assentamento das 3 mil famílias acampadas no estado. Segundo informações divulgadas no site do MST, em 2008, apenas 59 famílias foram assentadas. A ação faz parte da Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária. A Jornada Nacional de Lutas vai até o dia 17 de abril, data do Massacre de Eldorado de Carajás, quando 19 sem-terra foram assassinados em operação da PM, no município de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996.

Mais de 300 famílias ligadas ao MST ocupam a Fazenda Balame, localizada entre os municípios de Poção e Jataúba em Pernambuco (região Nordeste). Segundo site do MST, a fazenda, de 12.500 hectares, é a maior fazenda contígua da região do Agreste Pernambucano, e pertence à família de José Cordeiro de Santana, conhecido como Zé de Riva. O fazendeiro foi condenado em 2002 como mandante do assassinato do Cacique Xicão Xukuru, liderança indígena reconhecida internacionalmente por sua luta pela retomada das terras tradicionais do povo Xukuru, assassinado no município de Pesqueira em 1998. A família de Zé de Riva é tradicional latifundiária da região, e além da Fazenda Balame, possuía vários imóveis no interior do território indígena Xukuru. Depois da condenação de Zé de Riva pelo assassinato de Xicão, os índios Xukuru retomaram algumas das terras do fazendeiro que estavam dentro da área reconhecida como território indígena. A ação faz parte da Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária. A Jornada Nacional de Lutas vai até o dia 17 de abril, data do Massacre de Eldorado de Carajás, quando 19 sem-terra foram assassinados em operação da PM, no município de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996.

Cerca de 300 trabalhadores rurais iniciam uma marcha por Reforma Agrária, emprego e defesa do Meio Ambiente no estado do Mato Grosso (região Centro-oeste). Eles saíram de Jangada e irão caminhar 100 quilômetros até o Trevo do Lagarto, em Várzea Grande, onde chegam no dia 19 de abril. Segundo site do MST, no estado, existem cerca de 4 mil famílias assentadas, mas em muitos assentamentos há um verdadeiro abandono governamental. Cerca de 3 mil famílias ainda amargam a vida debaixo de lonas pretas, à beira de estradas. A atividade compõe a Jornada Nacional de Lutas vai até o dia 17 de abril, aniversário do Massacre de Eldorado de Carajás, quando 19 sem-terra foram assassinados em operação da PM, no município de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996.

Policiais da Brigada Militar, acompanhados por conselheiros tutelares e ruralistas da região, impedem a marcha do MST em Jaguarão no estado do Rio Grande do Sul (região Sul). O protesto integrava a Jornada de Lutas por Reforma Agrária, realizada tradicionalmente em Abril. Os sem-terra caminharam cerca de 400 metros quando foram parados pelos policiais, que disseram que as crianças não podiam participar porque estavam em horário de aula. Os policiais também impediram que os manifestantes protestassem com suas foices.

Os ferroviários do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), decidem voltar ao trabalho. A paralisação começou no dia 13 de abril. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Central do Brasil, Valmir Índio Lemos, disse que os funcionários já começaram a voltar ao trabalho e espera que o serviço esteja totalmente normalizado no dia 17 de abril. Segundo site da Agência Brasil, a volta dos trabalhadores foi motivada por decisão da SuperVia em aceitar readmitir sete maquinistas que haviam sido afastados por causa da greve. Segundo o jornal O Globo, a greve dos ferroviários foi suspensa após o TRT confiscar R\$ 150 mil da conta do Sindicato dos Ferroviários como multa por três dias de paralisação. O delegado Eduardo Freitas, da Delegacia de Defesa dos Serviços Delegados (DDSD), afirma já ter recebido os nomes dos quatro agentes flagrados em imagens da TV Globo, espancando passageiros em um dos dias da greve. Os quatro e outros cinco seguranças, que também estavam de plantão na estação, vão prestar depoimento no dia 17 de abril.

Servidores da saúde de Maceió – Alagoas (região Nordeste) iniciam paralisação. Cerca de 50% das 72 unidades e postos de saúde da capital, Maceió não prestaram atendimento à população por conta de uma greve de servidores da saúde, segundo o sindicato da categoria. Segundo a prefeitura, a paralisação teve alcance menor: parou um quinto desta rede - os outros 80% funcionaram parcial ou totalmente, segundo a Secretaria da Saúde. A decisão de paralisar as atividades foi tomada em assembléia na tarde do dia 15 de abril. Os grevistas reivindicam um reajuste de 34,98%, enquanto a prefeitura oferece 5%. Entre as categorias de Nível Médio e Superior, apenas os médicos não participam do movimento, mas eles devem votar no dia 22 se deflagram também uma greve.

6º feira 17

Integrantes do MST ocupam duas áreas em Pernambuco (região Nordeste) na manhã de hoje: no município de Água Preta, Zona da Mata Sul, 150 famílias reocupam o Engenho Cachoeira Dantas. A área foi ocupada pela primeira vez em março de 2008, durante a Jornada de Luta das Mulheres Camponesas. Em maio do mesmo ano as famílias foram despejadas violentamente pela policia e por capangas da usina. Há mais de cinco anos os trabalhadores rurais denunciam diversas violações de direitos humanos e ameaças perpetradas por funcionários da empresa de segurança privada SEPAL, contratada para realizar a segurança do engenho e de sua sede. Em negociação realizada em março de 2008 o Inbra assumiu o compromisso de vistoriar a área e, se classificada como improdutiva, encaminhar de imediato o processo de desapropriação. O Inbra classificou a área como improdutiva, mas até agora não concluiu o processo de desapropriação. Também na Mata Sul, 200 famílias ocupam o Engenho São Pedro, no município de Barreiros. Ainda neste

dia, durante a manhã, cerca de 200 trabalhadores rurais fecham as duas pistas da BR-408, próxima ao município de Paudalho. As famílias vivem no Acampamento São Bernardo e exigem o seu assentamento no Engenho Planalto, de onde saíram em 2000 para que o Inca fizesse o processo de vistoria da área. Em 2003 o Inca desapropriou a área, mas até hoje as famílias ainda não foram assentadas. Trabalhadores rurais sem-terra ocupam ainda o Engenho Retalho, localizado no município de Amaraji. Cerca de 70 famílias participam da ação. Hoje, 17 de abril, é Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária. O dia foi instituído pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso em homenagem aos 19 sem-terra assassinados pela PM do Pará, em 17 de abril de 1996.

Cerca de 500 famílias de trabalhadores rurais sem-terra, acampados e assentados na região de São Gabriel, iniciam uma marcha em direção ao centro da cidade no estado do Rio Grande do Sul (região Sul). As famílias reivindicam o cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) assinado pelo Inca há mais de um ano, que previa o assentamento de 2 mil famílias em todo o estado, e infra-estrutura para os novos assentamentos na região. Policiais da Brigada Militar revistam e identificam os cerca de 500 manifestantes. Homens foram separados das mulheres e crianças. A marcha conseguiu chegar à cidade após o bloqueio violento da Brigada Militar. As famílias questionam a postura do Conselho Tutelar em São Gabriel. Em Sarandi, para identificar as crianças que freqüentam a Escola Itinerante, o Conselho utilizou um aparato de 160 policiais e um helicóptero. Em São Gabriel, onde os assentados pedem a construção de escolas e transporte escolar, o Conselho Tutelar se recusa a receber as famílias. Em Canguçu, 200 famílias marcham novamente por dentro da fazenda São João D'Armada em protesto pelo uso da violência da Brigada Militar em São Gabriel. Na região metropolitana, trabalhadores sem-terra bloqueiam a RS-040 em Viamão e a BR-290, no Trevo de Charqueadas, por 19 minutos em memória dos trabalhadores assassinados em Carajás. Em Nova Santa Rita, as famílias acampadas simbolizam os 13 anos da tragédia com cruzeiros na beira da estrada e um ato. As manifestações fazem parte da Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária que lembra os 13 anos de impunidade do Massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, e denuncia a lentidão da reforma agrária no país. O MST propõe a realização de uma reforma agrária efetiva como solução para a crise econômica, com a geração de empregos permanentes no campo, e para a crise alimentar, com a produção de alimentos para a população.

Cerca de 400 trabalhadores rurais ligados ao MST liberam a passagem na praça de pedágio da BR-116, no município de Correa Pinto (região das Lajes) em Santa Catarina (região Sul), em protesto pela Reforma Agrária e contra as mudanças no código ambiental no estado. A ação foi em protesto à aprovação do novo código ambiental do estado, que segundo o MST beneficia apenas o agronegócio. Sem-terra e ambientalistas também temem que a legislação, que diminui a área de preservação nas encostas de rios e mananciais, possa aumentar os riscos de desastres ambientais. A ação faz parte da Jornada de Lutas do MST, que faz ações em todo o país em memória aos 19 mortos no Massacre de Eldorado dos Carajás. Segundo informações divulgadas pelo site do MST, a Assembléia Legislativa de Santa Catarina aprovou neste mês um projeto que diminui a área de preservação ao longo de rios e cursos de água no estado. A proposta recebeu críticas de ambientalistas e do ministro do Meio Ambiente Carlos Minc, que entendem que a nova regulamentação põe em risco matas ciliares e pode contribuir para enchentes e soterramentos. Os manifestantes

protestam também contra a privatização das rodovias no estado. O pedágio fica na região do assentamento Pátria Livre.

Cerca de 500 trabalhadores ligados ao MST ocupam a Fazenda Santa Lúcia, no município de Iepê na região do Pontal do Paranapanema em São Paulo (região Sudeste). Segundo site do MST, as terras pertencem ao Grupo Atala, que atua no estado do Paraná, mas possui uma área de 20 mil hectares na região oeste do estado de São Paulo, destinada a usinas e ao cultivo de cana-de-açúcar. Conforme o Movimento, o Grupo Atala é conhecido pela relação problemática com seus funcionários, que denunciam a falta de pagamento e casos de trabalho escravo. Os sem-terra encontraram na área do canavial, um grupo de 6 famílias que se encontravam em situação de abandono, e ainda não recebiam pagamento de seus patrões. Na região do Vale do Paraíba, as 250 famílias acampam na fazenda Guassahy, para denunciar a utilização displicente dos 300 hectares de terras. O local é de propriedade da prefeitura do município de Taubaté, que usa o espaço para especulação, negociando a cessão da área com grandes grupos empresariais, em transações não transparentes e que nada trouxeram de efetivo para a região. Em São Paulo, os trabalhadores seguem mobilizados por todo estado com ações nos municípios de Itararé, Andradina, Ribeirão Preto e Marabá Paulista. As ações fazem parte da Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária, que em abril é realizada em memória dos 19 sem-terra assassinados no Massacre de Eldorado de Carajás, em operação da PM, no Pará, em 1996, neste dia 17 de abril.

Trabalhadores rurais ligados ao MST realizam uma Audiência Pública na cidade de Aracaju - Sergipe (região Nordeste). A atividade marcou a Jornada de Lutas por Reforma Agrária, realizada em memória dos trabalhadores mortos no Massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, e reúne acampados e assentados de todas as regiões do estado. A atividade pautou a Reforma Agrária em Sergipe, reivindicando agilidade nos processos de desapropriação, para o assentamento das mais de 12 mil famílias, em mais de 150 acampamentos espalhados por todo o estado. Os sem-terra reivindicam também infra-estrutura para os assentamentos consolidados. Ainda neste dia, 30 famílias ocupam a Fazenda Algodão, em Gararu, no alto sertão do estado. Em Santo Amaro dos Brotos, cerca de 35 famílias ocupam a Fazenda Nossa Senha das Graças e montaram o acampamento Celso Furtado. Em Ribeirão do Amparo, na divisa do estado com a Bahia, mais 80 famílias ocupam um latifúndio improdutivo.

Cerca de 200 famílias ligadas ao MST ocupam a fazenda Bela Vista, no município de Itaibaiana, no estado da Paraíba (região Nordeste). A fazenda, de 300 hectares, já havia sido ocupada em 2006, mas em poucos dias as famílias foram despejadas. “O Incra já fez a vistoria da área, que é comprovadamente improdutivo. Mas devido a uma venda de parte do terreno, o processo ficou travado. Por isso reocupamos a fazenda, para exigir o assentamento de pelo menos 30 famílias na área”, aponta João Porfírio, da direção estadual do Movimento. Segundo site do MST, no estado da Paraíba, mais de 2.500 famílias estão acampadas. As famílias cobram uma política de Reforma Agrária que garanta condições de moradia e produção. A ação faz parte da Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária, que em abril é realizada em memória dos 19 sem-terra assassinados no Massacre de Eldorado de Carajás, em operação da PM, no Pará, em 1996, neste dia 17 de abril.

Aproximadamente 150 famílias de trabalhadores rurais do MST ocupam a fazenda São Pedro, no município de Irauçuba, na região Noroeste do Ceará (região Nordeste). A área pertence a um complexo de 11 fazendas que reunidas somam 44 mil hectares. Os sem-terra reivindicam a desapropriação da fazenda São Pedro e das demais, além do assentamento das famílias dos 22 acampamentos que existem no estado. O MST também exige implementação de políticas públicas destinadas à Reforma Agrária, que garantam crédito para a produção de alimentos, infra-estrutura e assistência técnica aos assentamentos estabelecidos até o momento. Esta é a primeira ocupação do MST na região de Irauçuba. Segundo a direção regional do Movimento, desde o rompimento da cerca, outras famílias têm se juntado aos sem-terra. A ação faz parte da Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária, que em abril é realizada em memória dos 19 sem-terra assassinados no Massacre de Eldorado de Carajás, em operação da PM, no Pará, em 1996, neste dia 17 de abril.

Os cerca de 30 trabalhadores rurais sem-terra vítimas do incidente de 17 de abril de 1996, no sul do estado do Pará (região Norte), conhecido como Massacre de Eldorado dos Carajás receberão em outubro, as indenizações que faltam ser pagas, segundo governadora do Pará, Ana Júlia Carepa do Partido dos Trabalhadores (PT). A governadora anunciou o pagamento na data que marca os 13 anos do Massacre de Eldorado dos Carajás, Na ocasião, a PM do Pará entrou em confronto com um grupo de manifestantes que pedia rapidez na Reforma Agrária, obstruindo a Rodovia PA-150. Dezenove militantes foram mortos e centenas ficaram feridos, muitos com mutilações pelo corpo. Desde abril de 2007, 22 famílias de sem-terra vítimas do massacre foram beneficiadas com pensões especiais e indenizações concedidas pelo governo. “O estado reconheceu o direito das vítimas não só de receber pensão, mas de receber assistência médica. Orientamos a Procuradoria a fazer acordos e a não protelar. O Estado já pagou R\$ 1,2 milhão de indenização no ano passado. Até outubro, vamos pagar para outras 30 pessoas que ou estavam lá, ou tinham parentes lá. Então, vamos zerar este ano esse processo de indenização”, afirmou Ana Júlia. A governadora também anunciou que uma escola está sendo construída no Assentamento 17 de Abril, com capacidade para atender 3 mil alunos com Ensino Médio profissionalizante. Pessoalmente, ela disse que o resultado do julgamento pela Justiça paraense - dos 144 policiais que responderam a processos, 142 foram absolvidos e apenas dois condenados - a decepcionou. Cerca de 90 policiais militares que participaram do incidente acabaram sendo promovidos a cabo no ano de 2008. O fato gerou críticas de movimentos sociais, mas segundo a governadora, a promoção foi a extensão de um direito já existente para oficiais e respeitou a preceito constitucional de que ninguém pode ser prejudicado até ter um processo julgado de forma definitiva. Ela ressaltou que a polícia paraense está hoje preparada para cumprir eventuais mandados de reintegração de posse, sem necessidade da requisição de forças federais de segurança. O desembargador aposentado Otávio Marcelino Maciel, atual ouvidor agrário do Tribunal de Justiça do Pará (TJ-PA), que chegou a ser juiz do caso no início do processo, não concorda que tenha havido impunidade. “Houve punição dos dois principais responsáveis, que poderiam ter evitado aquilo. Os demais foram absolvidos porque a responsabilidade era dos comandantes. A própria sociedade, por meio dos integrantes do Tribunal do Júri, assim entendeu”, argumentou Maciel.

Representantes de movimentos sem-terra negociam com Incra uma agenda de vistorias a áreas que podem ser desapropriadas para a Reforma Agrária e agilidade nos processos de assentamentos Os militantes ocupam desde o dia 16 de abril a sede do órgão, na capital do

Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os cerca de 200 trabalhadores rurais, que ocupam o Incra, denunciam que nenhuma visita a fazendas apontadas como improdutivas foi realizada em 2009, apesar de o número ter sido recorde em 2008. Ainda segundo o representante do MST, Marcelo Durão, em 2008, apenas 120 famílias, de um total de mil, foram assentadas. Segundo ele, existem áreas que podem ser desapropriadas por não cumprirem função social, segundo a Constituição, principalmente nos municípios de Campos dos Goytacazes e Cardoso Moreira, no norte fluminense. O superintendente regional do Incra, Mario Lucio Machado Melo, disse que o órgão também quer apressar as regularizações fundiárias, mas não pode passar por cima da Justiça Federal. Segundo ele, a maioria dos processos esbarram no fórum. “Não temos problemas com a parte administrativa. Nosso principal entrave é a Justiça Federal, que não reconhece as desapropriações ou demora muito para analisar os processos”, justificou. Além de acertar uma agenda com os movimentos, Mario Lucio informou que pretende encaminhar as reivindicações mais amplas dos trabalhadores à sede do Incra, em Brasília. A ocupação integra a Jornada Nacional de Lutas de Abril. A Jornada visa cobrar agilidade da Reforma Agrária em todo o país e lembrar o Massacre de Eldorado de Carajás, há 13 anos, que vitimou 19 trabalhadores, após um confronto com a PM.

Uma sessão especial no plenário Assembleia Legislativa marcou o fim da Jornada de Lutas do MST no estado da Bahia (região Nordeste). Mais de 2 mil trabalhadores sem-terra marcham da Secretaria de Agricultura (Seagri), onde estavam acampados em protesto desde o dia 13 de abril, até o local da homenagem. “Essa sessão é um contraponto às tentativas de criminalização do MST. Nós sabemos que as armas dos sem-terra sempre foram o diálogo e a manifestação pacífica. Eles têm medo da foice e do martelo, da enxada e do facão, que são as ferramentas de trabalho do nosso povo”, afirmou o deputado estadual Yulo Oiticica (PT), articulador da homenagem aos 25 anos do movimento. Na mesa, estavam presentes representantes do MST, Seagri, Incra, Conselho Nacional Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), Fundação da Criança e do Adolescente (Fundac) e do PT. “Nós sempre enfrentamos muitas dificuldades por causa da natureza da nossa luta, que é de enfrentamento contra o Capital, a propriedade privada, o latifúndio. Acusam o movimento de desrespeitar a ordem estabelecida, mas que ordem é essa? A ordem de passar fome, da miséria? Essa nós não aceitaremos!” protestou o militante do MST e Secretário de Desenvolvimento Social e de Combate a Pobreza, Valmir Assunção. E complementou: “Se hoje eu sou secretário e deputado estadual licenciado, o mais votado do PT, não é porque tenho olhos bonitos, é porque o MST me colocou aonde estou. Se tem uma coisa que eu me orgulho muito, é de fazer parte desse grande Movimento”. Místicas marcaram a Sessão, que homenageou os 19 trabalhadores rurais assassinados no Massacre de Eldorado dos Carajás, em 17 de abril de 1996. Assim como em diversos outros crimes ligados à luta do povo brasileiro por terra e trabalho.

Lideranças das nações Yawalapiti, do Mato Grosso (região Centro-oeste), e Kayapó, do Pará (região Norte), denunciam à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados a adoção ilegal de crianças indígenas por duas organizações evangélicas: a brasileira Atini Voz Pela Vida e a americana Jovens Com Um Ideal (Jocum). Segundo os caciques, as 2 entidades sequestram crianças alegando que estão evitando o infanticídio. No documento, endereçado aos deputados Luiz Couto, do PT-PB, presidente da comissão, e Janete Pietá, do PT –SP, relatora do projeto de lei que prevê a prisão dos pais que cometem

infanticídios, os índios acusam a Atini e a Jocum de difamarem os índios brasileiros e suas tradições, anunciando a prática de infanticídio. A direção da Atini nega a prática de sequestro e afirma que existem 4 crianças na sede da Atini em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), acompanhadas pelos pais. Segundo a conselheira Damares Alves, elas estariam em tratamento médico. Os caciques das 2 etnias solicitam formalmente a suspensão da tramitação do projeto de lei que criminaliza várias tradições indígenas. Apresentado pelo deputado Henrique Afonso, do PT do Acre, o projeto prevê a prisão de 1 a 6 meses para indígenas que mantiverem a tradição ou de qualquer outra pessoa que souber do fato e não denunciar à polícia. A punição, portanto, se estenderá a funcionários públicos ou instituições não governamentais que trabalham na assistência aos indígenas. Pela proposta, quem souber de sacrifícios de crianças indígenas e não denunciar à polícia, poderá ser processado por omissão de socorro. A lei proposta por Henrique Afonso admite a retirada provisória da criança e dos pais que discordarem da prática das aldeias e sua transferência para abrigos mantidos por entidades governamentais e não governamentais. O índio Anuíá, líder da comunidade Yawalapiti, que fica no Alto Xingu, garante que o sacrifício de crianças indígenas doentes foi abandonado em quase todas as aldeias do país. No documento entregue à comissão de Direitos Humanos, os indígenas também solicitam que todas as comunidades sejam consultadas. As duas instituições são as patrocinadoras do projeto de lei encampado pelo deputado, que é evangélico. O relatório elaborado pela deputada Janete Pietá, que será votado pela Comissão de Direitos Humanos, não acata a proposta de Henrique Afonso de criminalizar os pais pelo sacrifício de crianças com deficiências físicas ou mentais. A parlamentar sugere a criação de um conselho tutelar indígena para tratar dessas situações.

A Liga Estratégica Revolucionária – Quarta Internacional (LER-QI), os movimentos: A Plenos Pulmões e Pílula Preta, com apoio do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de São Paulo (Sintusp), o DCE da Universidade de São Paulo (USP) e o grupo de mulheres Pão e Rosas, promovem o II Festival Hip Hop Ocupa USP, em São Paulo – SP (região Sudeste). O objetivo do festival é protestar contra as demissões no país, contra a repressão na USP, pela readmissão de Brandão - trabalhador da USP há mais de 20 anos, diretor do Sintusp e dirigente da LER-QI - além de denunciar o caráter elitista da universidade e o boicote da Reitoria e da direção da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) que tenta desde o dia 16 de abril impedir a juventude negra de entrar na USP para realizar um festival em forma de protesto. O grupo de mulheres protesta contra a opressão da mulher e contra a superexploração das trabalhadoras, como as terceirizadas do setor de limpeza. Passaram pelo festival cerca de 500 pessoas, na maioria jovens negros. Estudantes de outras universidades e cursinhos populares também participam do evento.

Sábado 18

Sem-terras ocupam mais quatro áreas no estado de Pernambuco (região Nordeste). Em Petrolina 220 famílias ocupam a Fazenda dos Altinhos, no distrito de Rajada. Já no Sertão do Araripe 150 famílias ocupam a Fazenda Cedro, localizada no município de Ipubi. Na região do Agreste, 80 famílias ocupam mais uma vez a Fazenda Santo Antonio, no município de Passira. A Fazenda já possui decreto de desapropriação para fins de Reforma

Agrária, mas o processo de assentamento das famílias está parado no Incra. Essas ocupações ainda fazem parte da Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária. A Jornada acontece todos os anos em memória dos 19 sem-terra assassinados pela PM do Pará, no Massacre de Eldorado de Carajás, em 17 de abril de 1996.

Cerca de 350 famílias do MST ocupam, parte da fazenda Lagoa Bonita Congado, no município de Planaltina – Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste). Os sem-terra denunciam que a área, um complexo de 1,2 mil hectares pertencentes à União, é grilada e deve ser destinada para fins de Reforma Agrária. A ação integra a Jornada Nacional de Lutas do MST, que exige o assentamento das 100 mil famílias acampadas e denuncia os cortes no orçamento da Reforma Agrária. As mobilizações são realizadas em memória dos 19 trabalhadores sem-terra assassinados no Massacre de Eldorado de Carajás - Pará, que completa 13 anos. Na capital federal, os sem-terra reivindicam o assentamento das 1.800 famílias acampadas, assistência técnica para 1.200 famílias assentadas, investimentos em educação, recuperação de assentamentos e a reestruturação da Superintendência Regional do Incra, a SR 28. Além do MST, manifestantes do Movimento de Apoio ao Trabalhador Rural estão na fazenda. No acampamento ainda improvisado, o grupo de homens, mulheres e crianças vindos da região do Entorno do Distrito Federal reivindica o assentamento de famílias no Centro-Oeste, infra-estrutura para as comunidades já instaladas e a manutenção da superintendência regional do Incra, que o governo estuda fechar.

Integrantes do MST entram em confronto com seguranças da Agropecuária Santa Bárbara Xinguara, do grupo Opportunity, do banqueiro Daniel Dantas, no Pará (região Nordeste). Os lavradores voltavam das mobilizações em torno do Massacre de Eldorado dos Carajás, realizadas na Curva do S, para o acampamento montado em fevereiro na fazenda grilada que pertence ao banqueiro Daniel Dantas. A empresa e a CPT declaram que o conflito ocorreu quando os sem-terra tentavam entrar na sede da fazenda Espírito Santo, que fica à beira da rodovia PA-150, ocupada pelo MST desde o final de fevereiro de 2009. De acordo com a assessoria da Santa Bárbara, um dos funcionários que faz a segurança da propriedade é baleado em tiroteio, assim como outros quatro trabalhadores rurais. Já José Batista, advogado da CPT, afirma que oito sem-terra foram feridos a bala, classificando a situação como “muito tensa”. Segundo a Delegacia de Conflitos Agrários (DECA), em Marabá, policiais foram enviados ao local. Para a empresa, houve uma tentativa de invasão do prédio, “num momento de extrema hostilidade”. De acordo com Batista, a aproximação à sede só ocorreu pois os integrantes do MST tentavam resgatar um líder do acampamento que, segundo eles, foi capturado por seguranças e estava sendo espancado e ameaçado de morte no local.

Domingo 19

Manifestantes fazem ato em Curitiba – Paraná (região Sul) contra a intolerância. A marcha conta com o bloco negro, partidos e movimentos sociais, ativistas, militantes e pessoas da comunidade gay. Os transeuntes são informados por um panfleto construído pelo movimento contra a intolerância, que esclarece o propósito da manifestação: busca dos direitos pela livre orientação sexual e denúncia dos grupos fascistas instalados em Curitiba.

No informativo divulga os principais símbolos utilizados pelas gangues que costumam agredir homossexuais.

MST bloqueia estradas do Pará (região Nordeste), dispensa auxílio do governo federal e acena para novas ações, em protesto contra a violência do conflito que deixou feridos pelo menos seis sem-terra da Fazenda Espírito Santo, em Eldorado dos Carajás, e um segurança da Agropecuária Santa Bárbara, que tem o empresário Daniel Dantas como um dos sócios. Segundo os jornais O Globo e Folha de São Paulo o bloqueio das estradas é suspenso à tarde, porém o MST mantém interdita a estrada vicinal que dá acesso à Fazenda Espírito Santo. Sete homens da PM e do Comando Especial de Conflitos Sociais do Pará são enviados ao local, por determinação da governadora Ana Julia Carepa (PT). No total, 22 policiais estão em Xinguara, município próximo à fazenda, de prontidão caso haja acirramento. Jornalistas que estavam no local no momento do conflito afirmam que foram feitos de reféns e de escudos humanos no confronto. O delegado Luiz Paulo Galvão Filho, da Delegacia Especial de Conflitos Agrários em Rendenção (PA) nega que os sem-terra tenham feito empregados e jornalistas reféns, como afirmou a Agropecuária Santa Bárbara. A Polícia Civil do Pará ainda vai investigar se os seguranças da Fazenda Espírito Santo tinham autorização para usar armas. O chefe da Casa Civil, Cláudio Puty, afirma que ainda não haviam sido localizadas armas entre os sem-terra.

2º feira 20

O MST lança nota esclarecendo o episódio ocorrido na região de Xinguara e Eldorado de Carajás, no sul do Pará. A nota explica o episódio divulgado pela TV Globo que afirmou em rede nacional que os sem-terra teriam provocado violentos confrontos na Agropecuária Santa Bárbara, na região de Xinguara, no sul do Pará. A notícia veiculado no programa do Fantástico acusa os sem-terra de terem invadido a fazenda, atirado em “seguranças” da empresa e de terem feito jornalistas de “reféns”, usando-os como “escudo humano” no meio de um tiroteio. O MST esclarece, por meio de nota, que os trabalhadores rurais acampados foram vítimas da violência da segurança da Agropecuária Santa Bárbara. Segundo a nota, os sem-terra não pretendiam fazer a ocupação da sede da fazenda nem fizeram reféns. Nenhum jornalista nem a advogada do grupo foram feitos reféns pelos acampados, que apenas fecharam a PA-150 em protesto pela liberação de três trabalhadores rurais detidos pelos seguranças. Os jornalistas permaneceram dentro da sede fazenda por vontade própria, como sustenta a PM. Integrantes do MST começam a prestar depoimento para a Polícia Civil do Pará em inquérito que apura o confronto do dia 18 de abril. De acordo com a Folha de São Paulo, os advogados da Agropecuária Santa Bárbara prometeram entregar à polícia um vídeo do confronto, que deixou feridos oito sem-terra e um segurança da fazenda. Em relação à declaração de jornalistas que afirmaram ter sido feitos de reféns e de escudos humanos no conflito, a Associação Nacional de Jornais (ANJ) divulga nota, assinada pelo vice-presidente Julio César Mesquita, repudiando com veemência “a ação criminosa de integrantes do MST do Pará, que mantiveram quatro jornalistas como reféns e os usaram como escudos humanos no enfrentamento com seguranças da fazenda”, chamando a ação de “injustificável e condenável”.

A Ordem dos Advogados do Brasil-Pará (OAB), Sociedade Paraense em Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), CPT, Comissão de Justiça e Paz (CJP), Mandato do Senador José Nery, Cáritas Brasileira e demais movimentos sociais se reúnem para prestar solidariedade ao MST no Pará (região Norte). Em entrevista coletiva, as entidades leram a nota divulgada pelo MST e expuseram o apoio ao movimento social. Enfatizaram que a fatalidade ocorrida no município de Xinguara, como está sendo vinculada por um veículo de comunicação no Brasil, é um exemplo do aumento da criminalização dos movimentos sociais e com o fato tornou-se mais evidente este objetivo. O presidente da SDDH Marco Apollo Leão, lembrou que as entidades já haviam entregue ao Tribunal de Justiça do Pará no mês de março um documento denunciando esses fatos de terror que uma pequena parcela da sociedade vêm incitando, com desejo caracterizar os movimentos sociais como criminosos. Este documento foi feito em contraponto a um pedido de intervenção federal no Pará para Tribunal de Justiça do Estado, pela senadora Kátia Abreu da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e pelo presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (FAEPA) Carlos Xavier. Dentre os encaminhamentos dados pelas entidades presente na reunião, ficou como tarefa das entidades divulgar uma nota conjunta sobre os fatos a partir do acompanhamento que já vêm ocorrendo, desde a tentativa de chacina na fazenda Espírito Santo, no sul do Pará, até um grande ato em Belém em solidariedade ao MST e contra a criminalização dos movimentos sociais.

Integrantes do MST se reúnem com o governador Jaques Wagner (PT) no Palácio de Ondina em Salvador - Bahia (região Nordeste), com o secretário da Agricultura Roberto Muniz e com o secretário de Relações Institucionais, Rui Costa. Na pauta da reunião, segundo assessoria, estão os resultados das negociações baseadas em um conjunto de reivindicações entregues pelo movimento ao governo do estado. No encontro, governo anunciou que pretende criar uma equipe técnica multidisciplinar para transformar a pauta de reivindicações em projetos, para a captação de recursos do governo federal, com contrapartida do estado. Além disso, entre os acordos firmados estão mudanças estruturantes para os segmentos de produção e comercialização medida práticas para a aceleração da Reforma Agrária, entre outras.

Indígenas ocupam a sede da Associação de Defesa do Meio Ambiente de Reimer, em Curitiba – Paraná (região Sul). Um grupo de cerca de 20 indígenas do interior do Paraná participam da ação. Eles mantêm reféns três funcionários e o presidente da ONG, Eduardo Zardo. Os índios reivindicam a liberação imediata de R\$ 1,6 milhão, valor referente a última parcela do mês de dezembro de 2008, destinada a programas de saúde de 46 aldeias no estado, onde vivem aproximadamente 12 mil indígenas. A Reimer administra a verba, repassada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), e é responsável pela distribuição de medicamentos e compra de alimentos que combatem a desnutrição infantil nas aldeias. O cacique Neoli Olíbio, da aldeia Kaingang Boa Vista, no município de Laranjeiras do Sul, afirma que um impasse burocrático entre Funasa e a ONG atrasou a liberação da verba. De acordo com o coordenador da Funasa no Paraná, Geraldo de Castro, a documentação analisada até agora apresentou “sérias deficiências” e foi enviada ao departamento competente do órgão, em Brasília. Para ele, a ONG deveria ser questionada sobre a aplicação da parcela de R\$ 4,2 milhões do convênio, repassada em agosto de 2008. O cacique Neoli Olíbio disse que ainda virão mais indígenas do interior para reforçar a mobilização. Segundo ele, o grupo vai permanecer nas dependências da associação, de

forma pacífica, até que uma solução seja apresentada. “Na sexta-feira, termina o contrato dessa ONG com a Funasa e assume outra instituição, o Projeto Rondon, temos que estar com tudo esclarecido.”

Servidores da Saúde de Maceió – Alagoas mantém paralisação iniciada no dia 16 de abril. Segundo informações da Agência Brasil, cerca de 2.800 profissionais que trabalham nas 72 unidades de saúde de Maceió estão em greve desde a semana passada. Eles reivindicam reajuste de 34,9%. Até o momento, a administração municipal ofereceu 5%. O secretário municipal de Saúde de Maceió, Francisco Lins, disse que as negociações estão abertas – uma nova reunião com os grevistas está prevista para o dia 23 de abril - mas, segundo ele, é impossível oferecer o aumento reivindicado. Os médicos ainda não aderiram à paralisação, mas já marcaram uma assembléia para o dia 23, na qual devem definir sua posição. Os médicos que atendem pelo Programa Saúde da Família, atualmente, recebem, em média, R\$ 4,7 mil por mês, referente a 40 horas semanais. Eles reivindicam salário-base de R\$ 5 mil e aumento de 100% na gratificação, o que elevaria os salários para R\$ 7 mil. Já os médicos que trabalham nas unidades de saúde e cumprem uma jornada de 20 horas semanais recebem salário base de R\$ 1.117 e querem 100% de aumento. No estado, os médicos suspenderam os atendimentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) há nove meses. O presidente do sindicato dos médicos afirma que somente 7% da população tem plano de saúde. Na semana passada o sindicato dos médicos protocolou uma reclamação no Ministério Público do Trabalho com relação à diferença salarial entre os concursados, que recebem mensalmente R\$ 1.429, e os prestadores de serviço contratados, que recebem pelo menos três vezes mais pelo mesmo trabalho. “Em 2007 o governo se comprometeu a implantar o Plano de Cargos e Carreiras, até maio de 2008, para regularizar o salários dos médicos, mas isso não aconteceu. Nós então fizemos uma proposta e, em agosto do ano passado, entregamos um projeto de Plano de Cargos e Carreiras. Entretanto, até agora, o estado não negociou com a categoria. Com essa situação, os médicos estão abandonando o serviço público”, ressalta o presidente do sindicato. Para agravar ainda mais o problema, a Maternidade Santa Mônica, que funciona em Maceió e é a única capacitada para atender grávidas com gestação de alto risco, pode ficar sem atendimento. A maternidade escola é administrada pelo governo do estado. Há um mês os médicos entregaram um documento com a relação dos pediatras e anestesistas que pretendem se demitir da maternidade. O prazo venceu no dia 16 de abril. O governo do estado pediu uma reunião para o dia 20 de abril, mas foi adiada”, informou Wellington Galvão. Sem negociação, a entrega das demissões individuais deve ser feita no dia 23. Wellington Galvão disse que já solicitou uma audiência com o governador de Alagoas, Teotônio Vilela Filho, e apresentou o problema ao presidente da Câmara dos Deputados, ao presidente do Tribunal de Justiça e aos representantes do Ministério Público.

O MST denuncia, através de nota, a falta de comprometimento do governo federal na execução de políticas voltadas ao campo e aos trabalhadores rurais. Segundo o movimento, ao mesmo tempo que o governo reduz os investimentos em Reforma Agrária, utilizando como justificativa a atual crise financeira, por conta do mesmo motivo tem aumentado a ajuda às maiores agroindústrias, que mesmo assim continuam demitindo trabalhadores em todo o país. Segundo informações divulgadas pelo jornal Brasil de Fato, desde novembro de 2008, os latifúndios do agronegócio já demitiram 270 mil funcionários.

3º feira 21

As 70 famílias do MST acampadas na fazenda Videira, em Guairaçá, no Noroeste do Paraná (região Sul) são atacadas, por volta das 22h, por um grupo de milícia armada, com cerca de dez pistoleiros. Segundo site do MST, os pistoleiros chegaram atirando contra as pessoas e atearam fogo em cinco barracos dos trabalhadores, queimando tudo que havia dentro. As famílias conseguiram se esconder em um barracão e ninguém ficou ferido. Após o ataque a polícia da região esteve no local, mas até o momento ninguém foi preso. Segundo os trabalhadores, o grupo de milícia armada é financiado pela Usina de álcool Santa Terezinha e fazendeiros da região. A fazenda Guairaçá, com 1.231 hectares foi ocupada por cerca de 500 famílias do MST, em 6 de março de 2007, na tentativa de acelerar o assentamento das famílias acampadas na região. A área que pertence à empresária Laci Dagmar Zoller Ribeiro e filhos foi desapropriada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 1º de dezembro de 2006, para fins de Reforma Agrária por ser improdutivo. Segundo, o Incra, após a publicação do decreto, os técnicos tentaram avaliar o local, mas foram impedidos pelos funcionários e pistoleiros armados da fazenda. Na época o órgão afirmou que iria adotar as medidas necessárias para realizar a avaliação do imóvel e efetuar o assentamento das famílias. Na tentativa de fraudar o decreto de desapropriação, por meio de uma aparente doação, a fazenda foi subdividida em quatro partes. Durante uma ação de busca e apreensão do Centro de Operações Policiais Especiais, realizada em setembro de 2008, em Curitiba, no apartamento do filho da proprietária, Fernando Augusto Zoller Ribeiro, foram encontrados uma grande quantidade de munições, cartuchos e uma pistola calibre 9 milímetros. Fernando é apontado com um dos principais articuladores da milícia armada que vem atacando o acampamento da fazenda Videira. Em março de 2007, o MST já havia encaminhado denúncia à Ouvidoria Agrária do Incra no Paraná, a Secretaria Estadual de Segurança Pública e a Superintendência da Polícia Federal, cobrando apuração dos ataques de milícias armadas na região Noroeste. A CPT e o MST reivindicam agilidade na investigação dos focos de ações de milícias armadas no Paraná e uma resposta contundente a sociedade e aos trabalhadores sem-terra, que há vários anos são atacados por estes bandos armados. Desde a ocupação do MST, a fazenda registrou ao menos 12 conflitos entre pistoleiros e o movimento, segundo a Ouvidoria Regional do Incra no estado.

Cerca de 150 moradores da favela Baixa do Sapateiro fazem passeata em direção às proximidades da Avenida Brasil, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os moradores protestam contra a morte do estudante Felipe dos Santos Correia de Lima, 17 anos, morto com um tiro na cabeça durante ação dos policiais de 22º Batalhão da Polícia Militar - BPM (Maré) na favela, no dia 4 de abril.

4º feira 22

Terminou sem acordo a audiência de conciliação realizada entre os representantes da unidade da General Motors (GM) de São José dos Campos, no Vale do Paraíba – São Paulo (região Sudeste), e um grupo de metalúrgicos demitidos em janeiro de 2009 pela

montadora. Segundo o vice-presidente do sindicato da categoria, Renato Bento Luiz, os trabalhadores que tinham contratos temporários queriam que a empresa mantivesse o pagamento dos salários e de outros benefícios até agosto de 2009, quando venceriam os contratos. “Mas a empresa negou-se a atender a esse pedido, descumprindo um acordo que havia sido feito em janeiro do ano passado”, disse o sindicalista, acrescentando que foi “uma intransigência” da montadora. A audiência foi realizada a pedido do sindicato, que apresentou recurso na Justiça pedindo o cumprimento de determinação do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de Campinas, segundo a qual a empresa deveria manter os pagamentos. Bento Luiz informou que durante a audiência um grupo de funcionários temporários estendeu faixas com frases de protesto contra as demissões. Segundo ele, o caso agora vai a julgamento. A GM afirma que não vai falar sobre o assunto.

As 200 famílias acampadas na fazenda Ibiti realizam um ato em Itararé, interior de São Paulo (região Sudeste). A atividade, na Praça São Pedro, tem como objetivo dialogar com a sociedade local sobre a Reforma Agrária. A Reforma Agrária é a principal bandeira de luta do MST, que há 25 anos está organizado na região. Segundo site do MST, cerca de 60% das terras agricultáveis do município de Itararé estão plantadas com eucalipto e pinus e quase 40% estão destinadas à agropecuária. Este modelo de agricultura não gera empregos nem renda ao município, muito menos produz alimentos para cobrir a demanda da população local. A ocupação da Fazenda Ibiti é parte de luta pela Reforma Agrária. O MST reivindica a distribuição de todas as terras, que hoje se concentram nas mãos de grandes empresas e mantém um modelo agrícola que não sustenta as necessidades do nosso povo. Somente na Ibiti são 9 mil hectares, que já em 1986 foram decretados passíveis de Reforma Agrária (Decreto 93.046/1986), decisão revogada pelo presidente Fernando Collor em 1991.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) concede liminar que dá liberdade ao fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, acusado de ser um dos mandantes do assassinato da missionária americana Dorothy Stang, em 2005, em Anapu, no Pará (região Norte). Vitalmiro estava preso na Penitenciária de Altamira, desde o início de abril, quando o Tribunal de Justiça do Pará anulou o julgamento que o inocentou da acusação no ano de 2008. Segundo a liminar concedida pelo ministro Arnaldo Esteves Lima, a prisão de Vitalmiro Bastos era ilegal, uma vez que não havia motivos para isso. O fazendeiro poderá, com isso, aguardar em liberdade o julgamento, pela 5ª Turma do STJ, do mérito do habeas corpus pedido por seus advogados. De acordo com o STJ, a decisão do ministro Arnaldo Esteves não impede a Justiça do Pará de expedir novo mandado de prisão, desde que haja provas ou motivos contra Vitalmiro Bastos.

As lideranças de várias etnias indígenas do Paraná (região Sul) ocupam a sede da Funai, mas saem para participar da reunião com a coordenação da Funasa e o Ministério Público Federal (MPF). Outras lideranças do interior do estado ocuparam também praças de pedágio. A desocupação da BR-476, no município de Laranjeiras do Sul, obstruída desde as 10h foi determinada por decisão judicial após a concessionária Rodovia das Cataratas S/A, que administra o trecho, entrar com ação de reintegração de posse. Após a reunião, foi fechado um acordo com a Funasa que liberará, no prazo de 20 dias, R\$ 1,6 milhão, valor referente à última parcela de dezembro de 2008, destinada a programas de saúde de 46 aldeias paranaenses, onde vivem aproximadamente 12 mil índios. O acordo foi feito no fim

da tarde na capital, Curitiba. Os líderes indígenas estão em Curitiba desde o dia 20 de abril, quando um grupo de cerca de 20 deles ocupou a sede da Associação de Defesa do Meio Ambiente de Reimer, uma ONG que recebe os recursos da Funasa e fica responsável pela distribuição dos medicamentos e a compra de alimentos para as aldeias. O impasse começou quando a Funasa não repassou a última parcela por ter encontrado irregularidades na prestação de contas da instituição. As ocupações estavam atreladas ao resultado da reunião em Curitiba. Segundo o coordenador da Funasa no Paraná, Geraldo de Castro, o último relatório apresentado pela ONG foi encaminhado para ser analisado pelo departamento jurídico do órgão, em Brasília, e deverá estar concluído num prazo de vinte dias. O contrato da Funasa com a Associação de Defesa do Meio Ambiente de Reimer termina no dia 24 de abril, quando assume uma contratada do Projeto Rondon. Na reunião, ficou acertada também a criação de uma comissão indígena de controle social composta por representantes de cada etnia que vive no Paraná, como Guarani, Kaingang e Xetá, a fim de gerar a transparência entre a nova contratada e as comunidades indígenas.

Trabalhadores ligados ao MST ocupam a sede Inbra de Boa Vista, em Roraima (região Norte). Os trabalhadores reivindicam liberação de créditos de apoio à produção para as 360 famílias do assentamento Pau Brasil, localizado no município de Mucajaí, e para o pré-assentamento Jatobá, em Cantá. Eles também cobram o assentamento das 150 famílias do acampamento Chico Mendes, no município de Bonfim, e a realização de outros dois projetos de assentamento, um para assentar as 150 famílias do acampamento Irmã Dorothy, também em Mucajaí, e outro para assentar as 60 famílias do acampamento Patoá, também no município de Cantá. Além disso, os sem-terra reivindicam a construção de estradas, habitações e a regularização das cestas básicas nessas regiões.

5º feira 23

Vinte e um trabalhadores são encontrados em condições análogas à de escravos em duas fazendas no estado do Paraná (região Sul). Segundo a assessoria de imprensa do Ministério Público do Trabalho (MPT) no Paraná, o Grupo Móvel de Fiscalização de Trabalho Escravo, encontrou esses trabalhadores em condições precárias na zona rural de São João do Triunfo. A fiscalização flagrou os trabalhadores usando água suja, contaminada por objetos, insetos e larvas. Eles dormiam amontoados em barracos improvisados, sem as mínimas condições de higiene, conforto e segurança. De acordo com a assessoria, os alojamentos e as frentes de trabalho foram interditados. Os empregadores firmaram Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com o MPT e se comprometeram a regularizar as contratações, efetuar o pagamento das verbas rescisórias e indenizar os trabalhadores por dano moral individual.

Os trabalhadores rurais sem-terra assentados no município de Nova Santa Rita, região metropolitana de Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul), protestam na BR-386, contra desvios da colheita de arroz do assentamento. Segundo site do MST, por determinação judicial, o arroz deveria ser armazenado, mas, arrendatários que plantaram de forma irregular colhem e retiram o arroz da área clandestinamente, com a cumplicidade da Polícia Federal (PF). Os assentados defendem que trabalharam e agora não terão direito a

nada do que produziram, enquanto o Ministério Público e a PF protegem os arrendatários. Os assentados bloquearam a saída de caminhões com a colheita ilegal. Segundo informações divulgadas pelo site do MST, as famílias protestam também contra o despejo do acampamento Jair da Costa, localizado no assentamento. O acampamento ocupa uma área coletiva – e não de reserva ecológica como afirma a decisão judicial – para não permanecer nas margens da estrada, onde já houve acidentes e mesmo uma morte por atropelamento. Os assentados reivindicam, ao contrário do despejo, o cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) que previa o assentamento de 2 mil famílias até o final de 2009, para que as famílias acampadas possam ser deslocadas, mas para um assentamento definitivo.

Integrantes do MST encerram a Marcha por Reforma Agrária, Emprego e Meio Ambiente na Assembléia Legislativa no estado do Mato Grosso (região Centro-oeste), onde cobram dos deputados mais agilidade no processo de regularização fundiária. O presidente da Assembléia Legislativa, José Riva do Partido Progressista (PP), convidou os manifestantes a entrarem no prédio da Casa do Povo e participarem de uma audiência no auditório René Barbour. O movimento reivindica mais participação dos assentados nas audiências públicas realizadas para discutir o Zoneamento e também o cumprimento da legislação federal que exige a preservação de 80% das terras em reserva legal. A manifestação faz parte da Jornada de Lutas realizadas em todo o país neste mês de abril. Participou do protesto na Assembléia, o integrante da direção nacional do MST João Pedro Stedile, coordenador nacional do MST. Segundo ele, a Reforma Agrária em Mato Grosso está parada e o Incra adotou o mesmo procedimento de regularizar terras de posseiros. De acordo com Stedile, há um bom tempo o Incra vem regularizando apenas áreas de posseiros, ou seja, terras ocupadas que dependiam da legalização dos documentos em nome daqueles que detinham o direito de ocupação. Ele denunciou que o governo federal, mesmo negando a existência da crise econômica, cortou em 42% os recursos do orçamento da Reforma Agrária. A verba de compra de terras, por exemplo, caiu de R\$ 956 para R\$ 500 milhões. O deputado Alexandre César (PT) admitiu a lentidão na questão Reforma Agrária no país, no entanto, enfatizou que o problema foi agravado no período da ditadura e acabou sendo postergado até chegar na atual conjuntura. O deputado José Riva (PP) disse que a Casa estará sempre aberta para os movimentos.

O Governo Federal, através da Ouvidoria Agrária, Incra, PF, Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo e órgãos estaduais como Casa Militar, Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA) e Incra Regional, realiza uma Audiência Pública com diversos Movimentos Sociais do Extremo Sul da Bahia (região Nordeste) para tratar dos conflitos do últimos dias: ocupações em terras devolutas de plantio de eucalipto da Veracel Celulose. Evanildo Costa, da Direção Estadual do MST, iniciou a Audiência representando os movimentos sociais e ressaltou a dificuldade de se fazer Reforma Agrária na região, pois a maior parte das terras está nas mãos das empresas de celulose. Além de comprar terras para plantar eucalipto, a Veracel compra terras para fazer permuta, fazendo os preços subirem assustadoramente com a especulação imobiliária e inviabilizando a reforma agrária. Zuza, uma das lideranças do Movimento de Luta pela Terra (MLT), informou que foram vítimas de despejo da fazenda Uberlândia, área também devoluta com plantio de eucalipto da Veracel. Para ele ficou claro que a Justiça não julga a causa e sim as partes, pois eles foram despejados sem que fossem sequer ouvidos pela justiça. “Aqui nesta região,

é a Veracel quem manda. Ela manda na justiça, nos políticos e na polícia”. O Ministério Público, através do Promotor de Justiça, Dr. João Alves da Silva Neto, confirmou as informações: “os fatos relatados aqui pelos movimentos sociais foram comprovados pelo Ministério Público Estadual através de investigações e são objetos de Ações Cíveis Públicas. Para o Promotor, o caso Veracel saiu dos aspectos ambiental e fundiário e está sendo tratado no campo do crime organizado, visto que configura lavagem de dinheiro, sonegação de impostos, corrupção, etc. A empresa se apresentou dizendo que as terras não são devolutas e exige que os trabalhadores sejam retirados do local. Os governos, tanto Federal quanto Estadual, não tomaram nenhuma decisão. Os trabalhadores retornaram para o acampamento, aonde decidirão novas ações.

Um grupo armado invade o acampamento sem-terra 8 de Março, no município de Guairaçá no estado do Paraná (região Sul) e atea fogo nos barracos. De acordo com o MST, o acampamento possui 70 famílias, mas ninguém ficou ferido. Quando cerca de dez pistoleiros chegaram atirando, na noite do dia 21, as famílias se refugiaram em um barracão central, enquanto eles ateavam fogo em cinco barracos. Segundo o coordenador do MST, Elivelto Fortunato, a polícia foi até o local, mas, por enquanto ninguém foi preso. A fazenda ocupada pertencente à Laci Dagmar Ribeiro, mas é explorada pela usina de álcool Santa Terezinha. Para Fortunato, a fazendeira e os dirigentes da usina, tem ligação direta com o crime. A fazenda foi desapropriada para fins de Reforma Agrária em 1º de dezembro de 2006, por ser improdutiva. Porém, na época da publicação do decreto, funcionários armados da fazenda impediram a fiscalização do local pelo governo. Enquanto isso, a fazendeira, para burlar o decreto, dividiu a fazenda em quatro partes, por meio de uma aparente doação. A usina Santa Terezinha foi uma das beneficiadas.

Policiais e bombeiros militares de Roraima (região Norte) encerram greve iniciada no dia 30 de março. O governador Anchieta Júnior assina o Termo de Acordo e Compromisso (TAC), concedendo aos militares suas principais reivindicações. O secretário de Segurança Pública, general Eliéser Girão Monteiro e o comandante da PM, coronel Gerson Chagas, levaram o documento assinado pelo governador aos manifestantes. Logo após, ambos representantes do Governo ordenam a desocupação imediata da sede do Comando de Policiamento da Capital (CPC), sendo que 30 homens deveriam permanecer para realizar a limpeza do local. Ambas as partes concordam que o reajuste seja de 14,5%, sendo que 7,5% pagos referente ao mês de abril e 7% no mês de outubro, todos sobre o soldo. Ainda segundo o TAC, o Governo deve enviar à Assembléia Legislativa o projeto de lei que reajusta o salário dos militares em 7% sobre o subsídio. O sistema remuneratório atual dos militares consiste no soldo (salário-base), que é de R\$ 637, e outras gratificações, como alimentação (em torno de R\$ 500) e auxílio-fardamento. A proposta da Lei do Subsídio é unificar todas as vantagens mais o soldo. Ao final, o soldo passaria para cerca de R\$ 1.837. Na prática, para fins previdenciários, o militar receberá seus benefícios segundo esse salário único, e não mais sobre o soldo de R\$ 637. Ambas as partes chegam ao consenso a respeito da modernização e democratização da gestão do Serviço de Assistência a Saúde da Polícia Militar (SAS/PM) no prazo de 90 dias. Quanto à punição dos militares grevistas, fica decidido que os militares aquartelados serão punidos através de Inquérito Policial Militar, e não no âmbito administrativo, como queria o Governo.

6º feira 24

Professores de assentamentos e acampamentos do Rio Grande do Sul (região Sul) realizam ato público em Santa Maria. Os educadores saíram em caminhada às 16h, do Parque Itaimbé, e prosseguiram até o centro da cidade, onde se juntaram a professores da rede pública e ao Centro de Professores do estado do Rio Grande do Sul – Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Cpers) Sindicato em frente à 8ª Coordenadoria Regional de Educação. A atividade integra o calendário nacional de luta dos professores pela implementação do piso salarial nacional. No protesto, os professores denunciam o sucateamento da educação pública gaúcha e o fechamento das Escolas Itinerantes em acampamentos sem-terra. Os professores participam, desde o dia 22 em Santa Maria, do Encontro Estadual dos Educadores da Reforma Agrária.

O Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Paraná (região Sul) (APP-Sindicato) realiza manifestações, como parte de uma mobilização em todo o país coordenada pela CNTE. Os professores da rede estadual de ensino do Paraná aderiram à paralisação nacional marcada para este dia 24 e suspendem as aulas em todo o estado, em manifestação pelo cumprimento da lei do piso geral do magistério além de uma pauta local de reivindicações da categoria. Na capital, Curitiba, o APP-Sindicato realiza uma passeata do Centro até o Centro Cívico durante a manhã, com apoio de professores da rede municipal de ensino. O Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba (Sismmac) informa, no entanto, que as aulas serão normais nas escolas administradas pelo município.

Professores da rede básica de ensino público de todo o país, promovem paralisação. No Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste) se reúnem em assembléia na Esplanada dos Ministérios durante a manhã. A paralisação nacional é organizada pela CNTE e defende a implantação do Piso Salarial Nacional do Magistério de R\$ 950 em todos os estados e municípios. A lei que entrou em vigor no dia 1º de janeiro estabelece o piso de R\$ 950 a ser pago à categoria em território nacional, no entanto, a entidade indica que menos da metade dos estados do país cumpre a regra. Cerca de oito mil professores de escolas públicas do DF compareceram à mobilização que também discute reajuste salarial para a categoria. O repasse vem sendo negado pelo governo do DF e é o motivo da greve de 60% dos profissionais, desde o último dia 7. Os professores do DF pedem reajuste salarial de 15,31%, obrigatório por lei distrital. Atualmente o piso da categoria é R\$ 2.776. Uma nova assembléia está marcada para o dia 28 de abril, quando o sindicato irá analisar a medida do GDF, propôs um reajuste salarial de 5% retroativo a março. Em julho, o governo analisará o crescimento da Receita. Se este crescimento for acima de 5%, essa diferença será paga aos professores a partir daquele mês. Se não, o reajuste se manterá nos mesmos 5%. A lei do piso tramitou por 13 meses no Congresso Nacional e foi sancionada em julho de 2008. Ela determina que, a partir de 2010, nenhum professor da rede pública receba menos de R\$ 950 por uma carga horária de 40 horas semanais. Mas, em outubro, os governadores do Paraná, Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e do Ceará entraram com uma ação direta de inconstitucionalidade, no Supremo Tribunal Federal contra a lei. Até agora, o tribunal negou um pedido de liminar que solicitava a suspensão da lei, mas ainda não avaliou o mérito da questão. Segundo o presidente da CNTE, por causa da demora na decisão do STF, alguns estados estão pagando menos do

que o estabelecido pela lei. De acordo com balanço parcial divulgado pela confederação sobre a greve de 24 horas, 23 estados e o distrito Federal estiveram mobilizados. Segundo a CNTE, 30 entidades filiadas à Confederação, em 25 estados do país, confirmaram adesão à greve.

Cerca de 300 professores da rede pública estadual de São Paulo, segundo números da PM, participam de uma manifestação em frente à sede da Secretaria Estadual de Educação, na Praça da República, no centro da capital – São Paulo (região Sudeste). Um dos pedidos dos manifestantes é para que o governo paulista assuma o piso nacional da categoria, estipulado em R\$ 950. Os professores de São Paulo também reivindicam reajuste salarial e mais 27,5% de reposição das perdas salariais, fim da política de bônus concedida pelo governo e que premia professores de escolas que receberam melhores notas, fim da superlotação das salas de aula, estabilidade no emprego e um novo plano de carreira. Segundo Maria Izabel Azevedo Noronha, presidente da Apeoesp, além do aumento salarial, os professores necessitam também ter uma carreira atrativa, onde possam evoluir, além de reconhecimento social. A mobilização faz parte da paralisação nacional organizada pela CNTE que defende a implantação do Piso Salarial Nacional do Magistério de R\$ 950 em todos os estados e municípios. A entidade indica que menos da metade dos estados do país cumpre a lei que entrou em vigor no dia 1º de janeiro.

Dez ex-estudantes, estudantes e um professor da Universidade de Brasília (UnB) protestam, em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF) em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), contra a atuação do ministro Gilmar Mendes na presidência da Corte. Usando chapéus de cangaceiro, os manifestantes estenderam faixas perto da estátua que simboliza a Justiça. Uma delas trazia a inscrição “Miss Capanga”. Em outra, os dizeres eram: “Gilmar Dantas [em alusão ao banqueiro Daniel Dantas, beneficiado por habeas corpus concedido pelo ministro Gilmar Mendes, quando foi preso pela Operação Satiagraha], as ruas não têm medo de seus capangas”. Os estudantes entregaram à imprensa um panfleto explicando que seu objetivo é exigir que o presidente do Supremo saia às ruas, como sugeriu o ministro Joaquim Barbosa, em discussão com Gilmar Mendes nesta semana, e não volte ao tribunal. Segundo os manifestantes, trata-se de um protesto “contra coronéis e capangas, que são rápidos para libertar ricos e prender ladrões de galinhas”. Eles tentaram ainda colocar um chapéu de cangaceiro na cabeça da estátua da Justiça, mas foram impedidos pelos seguranças do Supremo. Também pediram um encontro rápido com o ministro Gilmar Mendes para entregar-lhe um manifesto. A diretoria geral do STF respondeu-lhes, entretanto, que o presidente tinha agenda cheia. Os ex-estudantes prometem que haverá uma ampla manifestação nacional no dia 6 de maio, novamente em frente ao STF, para apoiar o ministro Joaquim Barbosa e reforçar o pedido para a saída de Gilmar Mendes da presidência do Supremo.

Estudantes da Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo – SP (região Sudeste) ocupam a sede de seu DCE, fechada pela Reitoria em 2006. Os estudantes reivindicam liberdade de organização e autonomia dos espaços estudantis. Os estudantes denunciam o programa UNIVESP, que aprofunda a precarização da educação através do ensino à distância nas universidades estaduais paulistas; os encaminhamentos, pela Reitoria, de processos de sindicância contra estudantes e funcionários devido a greves e à ocupação da

Reitoria em 2007; assim como a retirada de espaços estudantis e a demissão, em 2008, do funcionário e diretor do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp), Brandão.

Pouco mais de 20 ciclistas realizam uma bicicleteata em Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste). Os ciclistas reivindicam menos carros nas ruas. A concentração do ato ocorreu na praça da Estação no centro da cidade.

A CPT denuncia que os proprietários da fazenda Santa Bárbara no estado do Pará (região Norte), teriam enganado o Tribunal de Justiça do estado para conseguir um pedido de reintegração de posse da área. Segundo a nota divulgada no site do MST, “a Agropecuária Santa Bárbara Xinguara S/A - de propriedade do banqueiro Daniel Dantas, acusado de desvio de verbas públicas, corrupção e lavagem de dinheiro - enganou o Tribunal de Justiça do estado do Pará para conseguir uma liminar de reintegração de posse da Fazenda Espírito Santo, localizada nos Municípios de Xinguara e Sapucaia. A empresa agiu de má-fé ao ingressar com a Ação Judicial na Vara Agrária de Marabá, sendo que o imóvel localiza-se na área de jurisdição da Vara Agrária de Redenção, onde já tramitam duas ações judiciais referentes à Fazenda Espírito Santo: um interdito proibitório, com audiência marcada para o dia 22 de junho, e uma Ação Civil Pública proposta pelo Instituto de Terras do Pará (Iterpa), na qual o juiz ordenou o bloqueio das matrículas do imóvel, por suspeita de grilagem.” E continua, “Certamente, a Agropecuária Santa Bárbara não impetrou a Ação na Vara Agrária de Redenção, como prevê a lei, temendo uma decisão negativa. Isso porque o Juiz daquela Vara já havia determinado o bloqueio da matrícula da Fazenda Espírito Santo por entender se tratar de terra pública, patrimônio do estado do Pará”. A nota denuncia que o grupo Quagliato, proprietário da Fazenda Rio Vermelho, próxima à Fazenda Espírito Santo, “também usou desse artifício em 2006, ao requerer na Vara Agrária a concessão de liminar alegando que o imóvel encontrava-se ocupado pelo MST. A liminar foi deferida e as famílias foram despejadas de outra área, distante mais de 20 quilômetros da Fazenda Rio Vermelho. Mais tarde, os advogados dos trabalhadores conseguiram provar que o local do acampamento estava em terra pública ilegalmente apropriada pelo grupo Quagliato. A liminar foi suspensa, os agricultores voltaram e hoje continuam acampados no local aguardando serem assentados pelo Incra.” E a nota ressalta: “É importante deixar claro que Não existe liminar a ser cumprida na fazenda Espírito Santo, e as famílias de lá não sairão sem ordem judicial. O que existe é uma liminar, conseguida de forma fraudulenta, para ser cumprida em uma fazenda localizada a 105 km de Marabá, sob jurisdição da Vara Agrária de Marabá, que não se trata da Fazenda Espírito Santo e está situada no Município de Xinguara, sob jurisdição da Vara Agrária de Redenção.”

Cerca de 400 integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), da Via Campesina e de associações de pescadores ocupam, as obras das eclusas do rio Tocantins em Tucuruí em Tocantins (região Norte). Os trabalhadores rurais protestam contra a violência no campo e reivindicam o avanço das negociações com a Eletronorte. O grupo reivindica ainda, um acordo para beneficiar famílias que tiveram de sair de suas terras por causa da construção de barragens. Segundo liderança do MAB, desde 2004 os atingidos pela barragem de Tucuruí tentam assinar um convênio com a Eletronorte que beneficiaria mais de 900 famílias da região, com recursos para agricultura e criação de peixe em tanque-rede. No entanto, até agora, nenhum acordo foi firmado. Além disso, segundo dados da

CPT, nos últimos três anos foram assassinadas 14 lideranças rurais nessa região, em decorrência da luta pela terra. A última vítima foi Raimundo Nonato, liderança de Tucuruí, brutalmente assassinado na porta de casa, no dia 16 de abril. Os manifestantes pretendem permanecer no local até que sejam atendidos por representantes do governo e da Eletronorte.

Sábado 25

Cerca de 60 pessoas, entre amigos e parentes de vítimas de violência, realizam uma vigília durante a madrugada no Leblon, zona sul do Rio de Janeiro, em um cruzamento próximo à casa do governador do estado, Sérgio Cabral do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). A vigília visa chamar atenção para o número de pessoas mortas em decorrência da violência no estado, inclusive vítimas de policiais. O grupo foi impedido de se aproximar da casa do governador, que não estava em sua residência. Policiais que faziam o patrulhamento da área impediram o avanço da manifestação. Mesmo assim, 60 bonecos de quase 2 metros de altura, simbolizando pessoas mortas, foram espalhados no local. Também foram estendidas faixas com críticas à política de segurança do Rio. Por meio de panfletos, eles reivindicam o afastamento imediato do secretário de Segurança José Mariano Beltrame, e cobram atuação mais efetiva contra os crimes praticados por agentes do estado. A manifestação começou na madrugada de hoje e se estendeu até o início da manhã.

Domingo 26

Cerca de mil pessoas, segundo a PM, participam de um ato em São Paulo – SP (região Sudeste) para lembrar o Holocausto e protestar contra o presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, que questionou recentemente, durante a Conferência de Revisão de Durban sobre Discriminação Racial, em Genebra, a existência do massacre de judeus por nazistas na Segunda Guerra Mundial. Com camisetas brancas e em silêncio, os manifestantes judeus fizeram uma caminhada do Centro de Estudos Instituto Unibanco até o Cemitério Israelita do Butantã, onde houve um ato solene em memória das vítimas do nazismo. A Marcha da Vida contra a Intolerância e a Discriminação foi inspirada na Marcha da Vida Mundial, realizada anualmente na Polônia e que lembra a caminhada dos judeus em direção aos campos de extermínio de Auschwitz e Birkenau. Segundo site da Agência Brasil, embora prevista essencialmente como uma manifestação para lembrar as vítimas do Holocausto, a marcha serviu também para protestar contra a vinda do presidente do Irã ao Brasil, marcada para esta semana. Um dos críticos da visita é o prefeito de São Paulo Gilberto Kassab, que acompanhou parte da caminhada. "Não vejo nenhum sentido em estarmos próximos daqueles que não querem a paz."

Cerca de 5 mil pessoas, segundo os organizadores, fazem caminhada para alertar sobre os problemas causados pela pressão alta em São Paulo – SP (região Sudeste), conforme reportagem da Folha de São Paulo.

14 pessoas são presas pela Polícia na ocupação que ocorre desde o dia 24 de abril envolvendo cerca de 400 integrantes Via Campesina ligados ao MAB, MST, CPT e movimento dos pescadores, nas obras das eclusas do lago da barragem de Tucuruí no estado do Pará (região Norte). Os trabalhadores protestam contra a violência no campo naquela região e reivindicam o avanço das negociações com o governo federal e estadual. As reivindicações da região foram entregues às autoridades ainda no final de 2008. Segundo informações, foi solicitado a PM uma averiguação no acampamento. Ao chegar ao local, às 6h, a polícia considerou flagrante e prendeu 14 pessoas. Os agricultores foram levados à Belém para o Departamento de Inteligência da Polícia Civil Especializada. Os manifestantes queriam uma reunião com os governos, marcada para o dia 28 de abril. A negociação beneficiaria mais de 900 famílias da região com recursos para agricultura, obras de infra-estrutura e criação de peixe em tanques-rede. Segundo site do MST, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí foi construída há 25 anos, durante a ditadura militar, e até hoje os atingidos pela barragem reivindicam direitos e obras para a melhoria das condições de vida nos municípios e comunidades que sofreram com o alagamento das terras e da floresta. Segundo dados da CPT, nos últimos três anos foram assassinadas 14 lideranças rurais nessa região, em decorrência da luta pela terra. A última vítima foi Raimundo Nonato, liderança do Sindicato de Tucuruí, brutalmente assassinado na porta de casa, no dia 16 deste mês.

O acampamento na fazenda Capão Muniz, Brejo dos Muniz, município de Rio Pardo de Minas no estado de Minas Gerais (região Sudeste) é invadido pelos fazendeiros Mário Nascimento, Geraldo Ângelo de Oliveira, seu filho Renilson, outro apelidado por Chupinha e ainda Robson, apelidado por Birro, irmão de Mário. Segundo site do MST, esta área está em litígio já há tempos, com processos no Judiciário e no Instituto de Terras de Minas Gerais (Iter), órgão subordinado a Secretaria Estadual de Reforma Agrária de Minas Gerais. Esses mandantes e executores acima citados estavam acompanhados de 30 pistoleiros que chegaram ao acampamento disparando armas de fogo e bombas e agredindo violentamente com paus, ferros, facões e serrotes as 33 famílias que estavam no local. Segundo os relatos a intenção era assassinar as lideranças. Após o ataque várias famílias ficaram gravemente feridas, na maioria pessoas idosas. Segundo site do MST, a Secretaria Estadual de Reforma Agrária foi devidamente comunicada e solicitada para intervir e resolver o problema em audiência realizada em Belo Horizonte. As famílias são famílias que já foram despejadas de outras áreas e que lutam há mais de dois anos. Dona Nair, de 74 anos teve que ser enviada para o Hospital de Montes Claros e outros dois feridos se encontram ainda hospitalizados em Rio Pardo de Minas. Após as agressões todos os barracos foram incendiados com documentos e pertences do grupo, havendo ainda furtos de celulares, animais e dinheiro. Segundo relato das vítimas, Mário ameaçou de morte os acampados que retornassem para a área. Ninguém foi preso, apesar de ser do conhecimento da polícia que esteve até no acampamento resgatando os feridos.

2º feira 27

Aproximadamente 20 mil trabalhadores da construção civil do estado de São Paulo, realizam uma passeata pelas ruas e avenidas da zona sul da capital São Paulo – SP (região Sudeste) e uma greve de advertência de 24 horas de acordo com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de São Paulo (Sintracon-SP), Antonio de Sousa Ramalho Trabalhadores. As principais reivindicações da categoria, que tem data-base em 1º de maio, são: aumento real de 5,5%, reposição das perdas salariais com base na inflação dos últimos 12 meses, vale refeição no valor de R\$ 20, o que significa quase o dobro do atual (R\$ 10,50), e ampliação do peso da cesta básica de 30 para 40 quilos. O Sindicato da Indústria da Construção Civil do estado de São Paulo (Sinduscon) criticou a manifestação e afirmou que atos como esse “em nada ajudam as negociações”. O presidente do Sintracon, Antonio de Souza Ramalho, disse que cerca de 850 mil pessoas trabalham no setor em todo o estado. Ele defende melhorias também na área social, com assistência médica por meio de planos conveniados pelas empresas. Segundo o sindicalista, a maioria dos trabalhadores não tem plano médico, apesar de estar sujeita a problemas como, por exemplo, a exposição excessiva ao sol. Cerca de 80% dos operários de 9 mil canteiros, segundo o Sintracon-SP, aderem à paralisação. O Sinduscon afirma que os números dos sindicalistas estão “superestimados” e que o trabalho corre “normal” em “praticamente todos” os canteiros da cidade.

Vitor Haor, repórter da TV Liberal - afiliada da TV Globo -, depôs ao delegado de Polícia de Interior em Belém do estado do Pará (região Norte) e, em seu depoimento, negou que os profissionais do jornalismo tenham sido usados como "escudo humano" pelos sem-terra, bem como desmentiu a versão - propagada pela Liberal, Globo e outras emissoras - de que teriam ficado em cárcere privado, durante o conflito na fazenda Santa Bárbara, em Xinguara – Pará. O depoimento nega a versão da emissora e de sua afiliada de que os repórteres foram mantidos em cárcere privado pelos trabalhadores rurais. Nove trabalhadores sem-terras foram feridos por pistoleiros. A fazenda é de propriedade do banqueiro Daniel Dantas.

Marco Prisco, dirigente da Associação Nacional dos Praças (ANASPRA), entidade nacional representativa da categoria, preso no dia 26 de abril, é liberto através de um habeas corpus pedido pelos advogados do movimento, graças à mobilização dos policiais e bombeiros militares de Roraima (região Norte). Além de a prisão significar um claro descumprimento do acordo firmado entre o movimento e o governo, a decisão do juiz que ordena a soltura aponta as inúmeras irregularidades da decisão de prendê-lo. O mais grave é que, no desejo de tirar o dirigente do movimento grevista de circulação, a juíza militar não tipifica os crimes que teriam motivado a prisão. Segundo Prisco, que também é da Coordenação Nacional do MTL, a retaliação por parte do governo serve apenas para manter a categoria mobilizada e pronta para retomar o movimento grevista caso o governo insista em descumprir o acordo firmado.

A Comunidade quilombola de Barra do Parateca, em Carinhanha - Bahia (região Nordeste) denuncia que recebe ameaças constantes dos fazendeiros da região que têm interesse na área. Das 21 ações judiciais contrárias a demarcação de territórios quilombolas no Brasil protocoladas em 2008, 14 dizem respeito à comunidade de Barra do Parateca, na Bahia. Fixados à margem esquerda do Rio São Francisco, os quilombolas da comunidade conseguiram a Certidão de Auto-Reconhecimento da Fundação Cultural Palmares, ligada

ao governo federal, em 2005. A comunidade ainda aguarda, contudo, a conclusão do relatório antropológico e de outros itens que compõem o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), sob responsabilidade do Incra.

Quilombolas entregam uma pauta de reivindicações à Prefeitura de Garanhuns, localizada na região do agreste de Pernambuco (região Nordeste). Os quilombolas chegaram à Prefeitura por volta das 9h e levaram uma pauta de reivindicação extensa para ser apresentada ao prefeito da cidade. Na ocasião, as comunidades denunciaram o descaso dos órgãos públicos com a necessidade de reconhecimento das terras quilombolas, a falta de construção de postos de Saúde da Família, de acesso as estradas, segurança e educação nas comunidades quilombolas. Os quilombolas reivindicam principalmente que haja uma política mais efetiva para o reconhecimento e demarcação de seus territórios. Para a CPT, o Incra não dispõe de pessoal capacitado e de estrutura para promover o procedimento de titulação e de elaboração de relatórios técnicos. Atualmente existem mais de 3 mil comunidades quilombolas em todo o país, porém a emissão das certidões que reconhecem formalmente essas comunidades ainda é insignificante, segundo a CPT de Pernambuco.

3º feira 28

Empregados de carreira profissional da Caixa Econômica Federal (CEF) deflagram greve por 48 horas, reivindicando principalmente correções no plano de carreira. Segundo o Sindicato dos Bancários de Brasília, no total, a categoria engloba 2.377 profissionais, dos quais 1.300 são engenheiros e arquitetos, 930 são advogados e 147 são de outras áreas, como medicina e psicologia. O tesoureiro do sindicato, Raimundo Félix, não quis informar qual o percentual de aumento que os funcionários querem porque ganham mais que os de outras categorias administrativas. “Existem muitas distorções no plano de carreira dos empregados de carreira profissional, e o objetivo principal da paralisação é resolver essa questão”, afirmou Félix.

Segundo levantamento divulgado pela CPT sobre violência no campo, o número de conflitos no campo caiu, no ano de 2008, na comparação com o ano anterior. Em 2008 foram registrados 1.170 conflitos, contra 1.538 ocorrências verificadas em 2007. Os dados foram divulgados em Indaiatuba, São Paulo (região Sudeste). Segundo o relatório, o número de pessoas envolvidas nos conflitos caiu de 795 mil, em 2007, para 502 mil no ano de 2008. Entretanto, o número de homicídios permaneceu o mesmo: 28 mortes em cada ano. “A queda nos conflitos não significa a queda na violência”, afirmou o padre Dirceu Luiz Fumagalli, coordenador nacional do CPT. “Em 2007, a cada 28 mil envolvidos em conflito, um foi assassinado. Em 2008, para cada 18 mil envolvidos, um foi assassinado”, disse. De acordo com o professor Carlos Walter Porto-Gonçalves, da Universidade Federal Fluminense (UFF), que também participou da apresentação do relatório, a redução do número de conflitos de forma geral, no país, também não indica que a situação melhorou em todos os locais. Em alguns estados, a violência subiu consideravelmente. O Rio Grande do Sul (região Sul), por exemplo, registrou aumento em todos os índices de violência: número de conflitos, pessoas envolvidas, assassinatos, tentativas de assassinato e prisões. “Isso se deve a forma violenta que o estado vem tratando as questões da terra”,

disse Porto-Gonçalves. O professor afirmou ainda que, apesar de melhora numérica, a questão dos conflitos no campo é preocupante. Segundo ele, as características das ocorrências estão mudando e as situações de violência tornando-se mais sistêmicas. Atualmente, disse, a maioria dos conflitos não envolve mais questões relacionadas à posse de pequenas propriedades, mas, sim, de grandes latifúndios de produção voltada à exportação. Também não envolve famílias de sem-terra, mas de populações tradicionais, ocupantes históricos das novas fronteiras agropecuárias do país.

Os trabalhadores da construção civil de São Paulo e as empresas do setor chegam a um acordo após uma paralisação de advertência de 24 horas. O reajuste escalonado vai beneficiar todos os trabalhadores da capital paulista a partir de 1º de maio. O aumento será de 6,74% para aqueles que recebem até R\$ 2,5 mil, o que representa 90% da categoria, ou seja, 270 mil trabalhadores. Os salários na faixa entre R\$ 2,5 mil e R\$ 5 mil serão reajustados em 5,5%. Quem ganha mais de R\$ 5 mil terá 3% de aumento. Os pisos salariais passam para R\$ 764, no caso de trabalhadores não-qualificados (como serventes), e para R\$ 914 para os qualificados (pedreiros, eletricitas). De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de São Paulo (Sintracon-SP), 90% da categoria ganha o piso salarial, que foi reajustado em 7,75%. São 300 mil operários na capital. O reajuste do piso inclui cerca de 2,3% de aumento real, se a inflação acumulada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) nos últimos 12 meses (encerrados em maio) for de 5,5% (índice estimado pelos sindicalistas). A categoria reivindicava aumento real de 5,5%. Para o presidente do Sintracon, Antonio de Souza Ramalho, a participação dos empregados nos lucros das empresas ficou de fora. Além do reajuste, o acordo prevê ampliação do peso da cesta básica fornecida aos trabalhadores, de 30 para 36 quilos, e distribuição de filtro solar para proteção durante as atividades em que há exposição ao sol.

Cerca de 400 quilombolas realizam um ato público em frente à Prefeitura de Garanhuns, localizada na região do agreste de Pernambuco (região Nordeste). Oito comunidades quilombolas dos municípios de Garanhuns, Águas Belas e São Bento do Uma estiveram presentes na manifestação. No início do mês, as famílias quilombolas ocuparam a Prefeitura do município, mas não foram recebidos. No dia 27 de abril, os quilombolas chegaram à Prefeitura por volta das 9h e levaram uma pauta de reivindicação extensa para ser apresentada ao prefeito da cidade. Na ocasião, as comunidades denunciaram o descaso dos órgãos públicos com a necessidade de reconhecimento das terras quilombolas, a falta de construção de postos de Saúde da Família, de acesso as estradas, segurança e educação nas comunidades quilombolas. Segundo, Eurenice da Silva, da CPT do Agreste e que acompanha as comunidades da região, no momento existe mais de 200 crianças das comunidades de Castainho e Timbó, localizadas em Garanhuns, que estão impossibilitadas de freqüentar a escola, pela falta de estrutura. Os quilombolas reivindicam principalmente que haja uma política mais efetiva para o reconhecimento e demarcação de seus territórios. Para a CPT, o Incra não dispõe de pessoal capacitado e de estrutura para promover o procedimento de titulação e de elaboração de relatórios técnicos. Atualmente existem mais de 3 mil comunidades quilombolas em todo o país, porém a emissão das certidões que reconhecem formalmente essas comunidades ainda é insignificante. “O agronegócio tem exercido pressões contrárias à titulação dessas terras e, infelizmente, o Governo tem sido

mais sensível a essas pressões e interesses do que ao seu dever maior de fazer justiça às comunidades quilombolas”, afirma a CPT de Pernambuco.

Seis sem-terra ligados ao MST e um segurança são indiciado pela Polícia Civil de Pernambuco por suspeita de envolvimento nas quatro mortes ocorridas no dia 21 de fevereiro (sábado de carnaval), durante confronto na fazenda Consulta, em São Joaquim do Monte, a 137 km de Recife – Pernambuco (região Nordeste). O MST declarou que só se manifestará após ter acesso ao inquérito. Segundo o delegado de São Joaquim do Monte, Luciano Francisco Soares, que comandou a investigação, os sem-terra agiram de forma premeditada e com características de grupos de extermínio. Na época, o coordenador regional do MST, Jaime Amorim, afirmou que os sem-terra “mataram para não morrer” e que agiram em legítima defesa.

Cerca de 20 famílias registradas no programa habitacional do governo federal “Minha Casa, Minha Vida” são retiradas de área pública de 140 mil m², destinada ao programa, em Cascavel, a 498 km de Curitiba – Paraná (região Sul). O local foi ocupado no dia 27 de abril, segundo jornal Folha de São Paulo. A saída ocorreu após a Justiça do Paraná conceder liminar a um interdito proibitório impetrado pela Prefeitura de Cascavel. A decisão judicial determinava também multa diária de R\$ 100 por pessoa, caso não deixassem o local. Segundo o porta-voz das famílias, José Luiz de Oliveira, elas entraram na área para “guardar” o local depois de uma ameaça de invasão por parte de outro grupo.

A Greve dos Professores do Distrito Federal termina mas com divisão da categoria. A decisão foi tomada durante a Assembléia Geral realizada em frente do Palácio do Buriti, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Cerca de 3 mil professores participaram da atividade. Parte dos professores votou pela continuidade da greve, mas a maioria decidiu aceitar a proposta do governo do Distrito Federal que consiste em um reajuste de 5% a partir de maio.

A população fecha a BR-101 reivindicando reconstrução imediata do Porto de Itajaí, em Santa Catarina (região Sul), que sofreu graves avarias durante a enchente de novembro de 2008, gerando grandes índices de desemprego. Devido à enchente, o Porto de Itajaí foi gravemente danificado, não sendo possível a atracação de navios de grande porte. Em fevereiro de 2009, o presidente Lula prometeu uma verba de R\$ 360 milhões para a reconstrução. Desta quantia, apenas uma pequena parte chegou à cidade e as obras de reconstrução encontram-se praticamente paradas. O objetivo da manifestação é chamar a atenção das autoridades para a situação caótica em que se encontra a cidade e forçar a liberação da verba de reconstrução do Porto. A manifestação é pacífica e tem o apoio das polícias rodoviária e militar.

4º feira 29

Manifestantes da saúde e da educação protestam mas não conseguem impedir que a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste) aprovasse, por 37 votos a 11, o projeto-de-lei que permite à prefeitura contratar as chamadas Organizações Sociais (OS)

sem fins lucrativos para gerir órgãos públicos nas áreas de saúde, educação, cultura, meio ambiente, esporte, ciência e tecnologia. A proposta encaminhada pelo Prefeito Eduardo Paes (PMDB) recebeu emendas, mas que não trouxeram alterações substanciais ao projeto original. Os manifestantes acusam o projeto de privatizar o serviço público e protestam contra os cortes que o prefeito Eduardo Paes estaria fazendo nas verbas da educação.

Houve protestos de sindicalistas e representantes de movimentos sociais que lotaram as galerias e checaram a cerca o prédio da Câmara. A polícia foi chamada para reprimir os manifestantes. A matéria ainda será submetida a uma segunda votação na Câmara.

Cerca de mil defensores dos direitos animais, protestam em frente ao Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) de São Paulo – SP (região Sudeste) contra a atual direção da Agência de Notícias de Direitos dos Animais (ANDA). De forma pacífica, os ativistas reivindicam com faixas, cartazes e palavras de ordem, a saída do diretor Marco Antonio Vigilato. A manifestação ocupa grande parte da Rua Santa Eulália, no Bairro de Santana, zona norte da capital. As ONGs acusam o CCZ de maus-tratos e de descumprir a lei estadual nº. 12.916, de 2008, que proíbe o extermínio de cães e gatos saudáveis. De acordo com os manifestantes, o atual diretor criou muitas dificuldades no processo de doação de cães de grande porte, mesmo os dóceis; proibiu que entidades e protetores cadastrados retirassem os animais do local para levá-los a eventos de adoção durante os finais de semana; proibiu que os animais fossem fotografados com o objetivo de divulgação para doações; entre outros. Segundo Carlos Rosolen, diretor do Projeto Esperança Animal (PEA), a prefeitura de São Paulo mata 95% dos animais recolhidos das ruas, a maioria é saudável. Uma comissão formada por parlamentares, representantes de ONGs e jornalistas se reúne com o diretor do CCZ e a coordenadora do programa de proteção e bem estar de cães e gatos da Prefeitura de São Paulo, Rita Garcia, para cobrar providências da atual gestão do órgão. A comissão pede que Vigilato apresente um cronograma com início imediato de implantação de condições dignas de abrigo e cuidados para com os animais e a reativação do trabalho das ONGs dentro do CCZ. Segundo os protetores, as possibilidades de negociação com Vigilato são encerradas. Eles acreditam que apenas com a saída dele do CCZ a situação possa ser resolvida.

5º feira 30

A Marcha da Maconha, agendada para ocorrer em 13 cidades do país nos próximos finais de semana, é proibida pela Justiça em São Paulo (região Sudeste), Salvador – Bahia e João Pessoa – Paraíba (ambos na região Nordeste) pelo segundo ano seguido, de acordo com o jornal Folha de São Paulo. Na Bahia, o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público abre inquérito para investigar os organizadores deste ano pelo fato de o site que promove o evento estar hospedado em domínio estrangeiro, o que impede o rastreamento e a identificação de apoio. A organização do evento afirma que não apoia o uso da droga, mas a legalização.

Cerca de 500 professores da rede municipal, segundo a PM, realizam manifestação no Centro de São Paulo – SP (região Sudeste) para reivindicar aumento salarial e incorporação de gratificações, entre outros itens. De acordo com jornal Folha de São Paulo, durante o

protesto, o presidente do Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo (Sinpeem), Claudio Fonseca, anunciou a votação para decidir sobre nova paralisação da categoria, no dia 20 de maio. Após votação acirrada, o grupo decide pela não paralisação, o que revolta parte dos professores. O ato terminou com gritos para que o presidente do Sinpeem renuncie ao cargo.

Cerca de 200 integrantes do MST, MTL, CPT e Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), de várias partes do estado de Alagoas, chegam ao centro da capital Maceió – Alagoas (região Nordeste), para uma vigília a favor da liberdade de Valdemir Augustinho. O militante do MTL foi condenado a 24 anos de prisão por uma ocupação na antiga Usina Peixe, em Flexeiras, mesmo alegando que estava em Maceió no momento da ação. O ato concentrou os trabalhadores rurais na Praça Sinimbu e seguiu em marcha até o Tribunal de Justiça como uma tentativa de sensibilizar o poder judiciário sobre o julgamento de lideranças dos movimentos de luta social. Desde o dia 28 de abril, uma liminar questionando a condenação está nas mãos do Juiz Otávio Leão Praxedes. A ocupação de uma usina desativada, em 2001, no município de Flexeiras resultou anos mais tarde na condenação do dirigente do MTL em Alagoas, que, segundo as lideranças dos movimentos em virgília hoje, não estava presente na ação. Fruto das pressões do movimento campestre, a área da falida Usina Peixe já passa por processos de destinação à Reforma Agrária. Segundo site do MST, no Brasil, a condenação de lideranças dos movimentos populares infelizmente ainda é comum. Segundo Zé Roberto, dirigente do MST, “nos julgamento dos que lutam contra o atual projeto sócio-econômico, o poder judiciário sempre se colocou do lado da justiça de uma classe só. Mesmo assim, apelamos neste ato de vigília àquela fatia minoritária de juizes que buscam a justiça social”.

Cerca de 1.100 desempregados organizados no Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) saem às ruas das cidades de Porto Alegre, Caxias do Sul e Palmeira das Missões no estado do Rio Grande do Sul (região Sul). Os trabalhadores reivindicam dos governos federal, estadual e municipais políticas de geração de renda. O MTD entregou à todos os governos propostas concretas para combater o desemprego e gerar, a baixo custo, milhões de postos de trabalho, já em anos anteriores e na atual crise mundial. Afirma divulgação do Movimento. "Exigimos para os trabalhadores a nossa fatia do bolo dessa riqueza, acumulada pelos empresários nos últimos anos, e que foi produzida por nós trabalhadores. Não exigimos mais nenhuma demissão. Os trabalhadores têm propostas concretas para gerar novos postos de trabalho, basta o Estado querer". Em Porto Alegre, cerca de 500 desempregados iniciam marcha na Avenida Mauá, em direção à Superintendência Regional do Trabalho. Em Palmeira das Missões, 200 desempregados realizam uma ação em frente à Prefeitura Municipal. E em Caxias do Sul, 400 desempregados estão nas ruas cobrando políticas federais e municipais em uma marcha que sai da Praça Riograndense, seguindo para a Avenida Julio de Castilhos.

Cerca de 200 manifestantes do MAB, do MST e de outras organizações que compõe a Assembléia Popular ocupam, o saguão da empresa norte-americana Novelis, em Ouro Preto, Minas Gerais (região Sudeste). Entre outros pontos, eles reivindicam indenizações para as famílias atingidas pela Usina Hidrelétrica de Candonga e o título da terra para os reassentados atingidos pela Usina Hidrelétrica de Fumaça. Segundo site do MST, em maio

de 2004, uma ação policial despejou os moradores da comunidade de São Sebastião do Soberbo para iniciar o enchimento do lago da Hidrelétrica de Candonga, de propriedade da Novelis e da Vale do Rio Doce. As famílias foram expulsas e tiveram suas casas destruídas ainda com os pertences dentro. Até o momento muitas delas não foram indenizadas. Os manifestantes também protestam contra os projetos de 20 barragens previstos para a região da Zona da Mata mineira. As principais hidrelétricas são as de Casa Nova e Baú, ambas da Vale e Novelis, e a energia gerada terá como destino suas indústrias de alumínio para exportação. Os trabalhadores também denunciam que na região há vários casos de câncer em decorrência da poluição por resíduos de alumínio. Eles reivindicam uma reunião com a empresa na próxima para semana rerepresentar a pauta de reivindicações.

Movimentos sociais envolvidos na ocupação nas eclusas de Tucuruí no estado do Pará (região Norte) ocorrida no dia 24 de abril, lançam nota para esclarecer alguns pontos referentes à mobilização. Assinam a nota: CPT, MST, MAB, Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri), Superior Tribunal Regional (STR/Tucuruí), Colônia Pescadores Z32, Movimento Pescadores e moradores, APA Tucuruí e Associações. Entre os pontos de denúncia levantados estão: o impacto ambiental dos projetos como: a hidrelétrica de Tucuruí, os projetos de mineração, da pesca ilegal por grandes empresas e os desmatamentos ilegais que ocasionam a grilagem de terras, a criminalização e morte de lideranças; a lentidão dos processos de viabilização de projetos e políticas; a falta de participação popular nas decisões e as milícias armadas que matam as lideranças e que criminalizam os movimentos sociais. Ainda segundo o documento, a PM foi fazer averiguação no local e deu ordem de prisão por flagrante a dez trabalhadores. Além desses, ainda foram levados mais 8 trabalhadores para fazer boletim de ocorrência na delegacia de Tucuruí e com arbitrariedade o delegado local (segundo ele estava cumprindo ordens da Governadora do estado), também encaminhou-os para Belém. Chegaram em Belém à tarde de domingo, onde foram interrogados e estão sendo acusados por: seqüestro; esbulho possessório; destruir, inutilizar ou deteriorar coisas alheias; incitação ao crime; resistência; desobediência; atentado contra segurança de serviço de utilidade pública; formação de quadrilha; invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola/sabotagem; incêndio e extorsão. O documento denuncia também que os trabalhadores permaneceram no local sem direito a alimentação, nem condições sanitárias e somente mais tarde foram encaminhados para a Seccional Cabanagem e na seqüência para o Presídio Americana. O documento finaliza com a reivindicação dos movimentos de que “os governos e as empresas responsáveis pelas obras cumpram a sua parte, atendendo as reivindicações e garantindo todos os direitos até então negados aos atingidos pela barragem de Tucuruí e suas eclusas”. A Nota esclarece ainda que os trabalhadores que fizeram a ocupação protestavam contra a violência no campo e reivindicavam o avanço das negociações com a Eletronorte. Segundo liderança do MAB, desde 2004 os atingidos pela barragem de Tucuruí tentam assinar um convênio com a Eletronorte que beneficiaria mais de 900 famílias da região, com recursos para agricultura e criação de peixe em tanque-rede.

Produtores de arroz levam tratores e caminhões para a Praça do Centro Cívico, na Capital de Roraima (região Norte), em protesto contra a ordem judicial de desocupação da terra indígena Raposa Serra do Sol. Cerca de mil rizicultores e não índios, segundo o líder dos arroteiros e ex-prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartieiro, ou aproximadamente 120 manifestante, de acordo com a PM participam da manifestação. O prazo dado pelo

Supremo Tribunal Federal (STF) para a saída pacífica dos não-índios da reserva termina à meia-noite deste dia 30 de abril. A Administração Regional da Funai em Boa Vista – Roraima (região Norte) estima que 28 famílias de agricultores brancos ainda estejam dentro da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Das 28 famílias, segundo a Funai, 24 já tiveram indenizações depositadas em juízo, uma delas receberá os valores até o fim da semana e as demais tiveram as benfeitorias consideradas de má-fé, sem direito à indenização. Todas as famílias devem deixar a área até o fim do dia, sob pena de serem retiradas pela PF a partir do dia 1 de maio. Elas podem pleitear na Justiça o aumento das indenizações. “Havendo discordância de valores, a Funai respeitará a decisão da Justiça. Fizemos um levantamento bem detalhado, mas nada impede que as famílias requeiram nova perícia”, afirmou o administrador regional da Funai, Gonçalo Teixeira. A fundação também se dedicará nos próximos meses a intermediar um consenso entre as comunidades indígenas da Raposa Serra do Sol em relação a futuros projetos na área. Os 18 mil índios são representados por associações que tem divergências. Dois produtores de arroz garantem que permanecem nas fazendas que ocupam. Os agricultores insistem que não podem deixar a área porque ainda têm colheitas pendentes. “O arroz ainda não está no ponto para ser colhido, só depois do dia 15”, afirmou o produtor Paulo César Quartiero. Ele diz ter cerca de 400 hectares à espera da colheita na Fazenda Providência. A Fazenda Depósito, que também era ocupada por Quartiero, teve sedes e galpões destruídos e ele poderá ser responsabilizado criminalmente, pois a Funai já depositou em juízo indenizações pela benfeitorias. “A propriedade é minha e eu destruo da maneira que quiser”, argumentou o rizicultor. O outro produtor que ainda tem colheita pendente na Raposa Serra do Sol é Tiaraju Faccio. Ele ainda teria 80 hectares plantados na Fazenda Canadá e também está disposto a esperar pela eventual desocupação forçada. Segundo site da Agência Brasil, 300 agentes da PF e da Força Nacional de Segurança estão mobilizados para participar da operação de desintrusão a partir de amanhã. Segundo o superintendente da PF em Roraima, José Maria Fonseca, os produtores de arroz deverão sair da área sem resistir, “até porque o arroz deles já está embargado pelo Ibama. Para lideranças do Conselho Indígena de Roraima (CIR), as chaves dos imóveis abandonados deveriam ser dadas à Fundação Nacional do Índio (Funai), que depois decidiria o que fazer. Cristóvão Galeão, um dos líderes da CIR na região, declara que seguirá apenas ordens da Justiça.

O Supremo Tribunal Federal (STF) revoga a Lei 5.250, de 1967, conhecida como Lei de Imprensa, editada durante a ditadura militar. Sete dos 11 ministros defenderam a derrubada completa da lei. Três votaram pela revogação parcial, com a manutenção de alguns artigos. Apenas o ministro Marco Aurelio votou pela manutenção do dispositivo. No entendimento da maioria dos ministros do Tribunal, a Lei de Imprensa é incompatível com princípios fundamentais definidos pela Constituição Federal de 1988. Com a revogação da lei, na prática considerada inconstitucional pelo STF, juízes de todo o país não poderão tomar decisões baseadas no texto de 1967. O julgamento de jornalistas deverá ser feito com base nos Códigos Penal e Civil. Fica extinta, por exemplo, a previsão legal de prisão especial para jornalistas. Os ministros Carlos Ayres Britto, Eros Grau, Carlos Alberto Menezes Direito, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski, Cesar Peluzo também votaram pela revogação total da lei. Joaquim Barbosa e Ellen Gracie defenderam a revogação parcial, com manutenção da validade de artigos que tratam de calúnia, injúria e difamação, controle sobre propaganda de guerra, perturbação da ordem social e atentados à moral e aos bons costumes. O presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, fez ressalvas à extinção do

direito de resposta, previsto e detalhado pela lei de 1967 e votou pela manutenção dos trechos da legislação que tratam desse mecanismo. Ele argumentou que a relação entre imprensa e cidadão é desequilibrada e que, sem o direito de resposta, os indivíduos estariam mais desprotegidos em relação aos possíveis abusos da mídia. Também deixam de valer, a partir de agora, mecanismos previstos pela Lei de Imprensa que só se justificavam durante a ditadura militar, como a apreensão de jornais que veicularem informações que atentem contra a “ordem social, a moral e os bons costumes”, e outros como a censura a espetáculos e diversões públicas e proibição de divulgação de fatos considerados “segredos de Estado”. Em relação ao direito de resposta, previsto e detalhado na Lei de Imprensa, a decisão de agora em diante dependerá da avaliação dos juízes em cada caso, com base na Constituição Federal.

Vinte e dois trabalhadores sem-terra são presos pela PM após reocuparem a fazenda em Castanhal, na região nordeste do Pará (região Norte). Segundo o jornal O Estado de São Paulo, a ordem de prisão é do juiz da Vara Agrária de Castanhal, Sérgio Ricardo Lima da Costa, a pedido da promotora Ana Maria Carvalho. No decreto de prisão, Costa afirma que há “provas contundentes e convincentes dos crimes de estelionato, ameaça, desobediência, formação de quadrilha ou bando” supostamente cometidos pelos trabalhadores. A proprietária da fazenda, Adélia Hashiguchi, declara que tem sofrido ameaças dos sem-terra, inclusive de morte, e já pediu proteção à polícia.

Glossário de Siglas

Apeoesp	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CMI	Centro de Mídia Independente
CMS	Coordenação dos Movimentos Sociais
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DCE	Diretório Central dos Estudantes
Embraer	Empresa Brasileira de Aeronáutica
Funai	Fundação Nacional do Índio
Funasa	Fundação Nacional de Saúde
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTL	Movimento Terra, Trabalho e Liberdade
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas

PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
STF	Supremo Tribunal Federal
UNE	União Nacional dos Estudantes
Unesp	Universidade do Estado de São Paulo
USP	Universidade de São Paulo

Realizada pelo Comitê de Acompanhamento e Análise da Conjuntura do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL/CLACSO).

Levantamento e sistematização feitos pela equipe: Coordenação: Prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ). Pesquisadores Assistentes: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ), Jacqueline Aline Botelho Lima (UFRJ/UERJ). Assistentes de pesquisa: Anísio Borba (LPP/UERJ), Luiza Leite (LPP/UERJ), Luis Américo Araújo Vargas (UFRJ), Mariana Santos (LPP/UERJ). Consultoria: Jane Barros Almeida (UFF).

Fontes: Jornal Folha de São Paulo, Jornal O Globo, Jornal O Estado de São Paulo, Jornal Brasil de Fato, Agência Chasque de Notícias, Agência Brasil, MST na Imprensa, Jornal do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA.



OSAL

Observatorio Social de América Latina
Publicación electrónica

Cronología del Conflicto Social

R

A

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales



CLACSO

Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais

Documento de trabajo N° 228

*Realizado por
el Comité de Seguimiento
del Conflicto Social y la Coyuntura
Latinoamericana de R*



Integrantes Juan

Diarios E

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.

La responsabilidad por las opiniones expresadas en los artículos, estudios y otras colaboraciones incumbe exclusivamente a los autores firmantes, y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina (OSAL)** constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinado a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado constituye uno de los resultados de este trabajo de documentación y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un documento de trabajo en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social llevadas a cabo durante el mes indicado en uno de los 19 países relevados.

La cronología presentada ha sido elaborada por alguno de los diversos **Comités de Seguimiento del Conflicto Social** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación de un equipo de investigación que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

Comités de Seguimiento del Conflicto y la Coyuntura Latinoamericana

PAIS	INSTITUCION	RESPONSABLES
Guatemala	FLACSO	Simona Yagenova Mario Castañeda
Colombia	Escuela Nacional Sindical	Guillermo Correa Diana Cárdenas
Paraguay	Centro de Documentación de Estudios	Quintín Riquelme
Ecuador	CIUDAD	Mario Unda Hugo González
Bolivia	CIDES – UMSA	Dunia Mokrani Chávez Pilar Uriona Crespo
Chile	ARCIS	Juan Carlos Gómez Leyton
Perú	Instituto de Estudios Peruanos	Ramón Pajuelo
Brasil	LPP	Roberto Leher
Argentina y Uruguay	PIMSA (Argentina)	María Celia Cotarelo
México	UNAM	Massimo Modonesi Lucio Oliver
Panamá, El Salvador, Nicaragua Honduras y Costa Rica	CELA (Panamá)	Marco A. Gandásegui, h.
República Dominicana y Puerto Rico	Centro Juan Montalvo (Rep. Dominicana)	Mario Serrano Juan Luis Corporán
Venezuela	PROVEA	Marino Alvarado Marco Antonio Ponce
Costa Rica	IIS	Sindy Mora Solano

BRASIL

Cronologia do Conflito Social

Maio 2009

6º feira 01

Os movimentos sociais do Rio de Janeiro celebram o Dia do Trabalhador com um ato contra a Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), na Zona Oeste do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os manifestantes se concentraram na praça em frente ao Hospital Pedro II, em Santa Cruz. Cerca de 1.000 manifestantes denunciam os fortes impactos econômicos, sociais, ambientais e culturais conseqüentes do empreendimento instalado na Baía de Sepetiba. Depois de apresentações teatrais sobre as atrocidades cometidas pela Companhia e algumas falações a passeata partiu em direção à Sepetiba. Ao longo do caminho os manifestantes entregaram um jornal do 1º de Maio, com textos sobre a crise e os danos causados pela Companhia. Os moradores da região apoiaram a manifestação. Ao chegar à portaria 2 da CSA, na Rua João XXIII, por volta de meio-dia, os manifestantes pressionaram os portões da companhia ameaçando uma possível entrada. Seguranças particulares e a Polícia Militar (PM), inviabilizaram uma ação mais contundente de ocupação. Além das centrais sindicais e outras entidades de trabalhadores, a manifestação contou com a participação de movimentos comunitários, estudantis, ambientais, entre outros. No total, estão programadas cinco indústrias siderúrgicas e oito portos privados. A primeira indústria da programada para a região é a Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA). Segundo informações da Agência Petroleiro de Notícias, o projeto tem 10% das suas ações votantes nas mãos da Vale (CVRD) e outros 90% com a empresa alemã Thyssen Krupp Steel. Todos esses empreendimentos contam com o apoio econômico e político dos governos . O poder executivo municipal, estadual e federal garantem isenção de impostos e financiamento direto, principalmente através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Cerca de 150 militantes e ativistas comparecem ao ato de 1º de Maio, Dia do Trabalhador, realizado na Praça Ramos, em São Paulo – SP (região Sudeste), atendendo à convocatória conjunta da Liga Bolchevique Internacionalista (LBI), Pontifícias Obras Revolucionárias (POM) e Revoluta. Metalúrgicos, previdenciários, químicos, bancários, gráficos, teleoperadores, professores e estudantes se concentram nas escadarias do Teatro Municipal, no centro da cidade, para participar da atividade de luta. Uma grande faixa estendida no local expressa a iniciativa: “1º de Maio classista e independente do Estado, dos Patrões, dos pelegos, da Frente Popular”. Além das correntes políticas que convocam a atividade fazem-se presentes os coletivos Oposição Operária, Oposição Revolucionária, Jornal “A Nova Democracia”, Movimento da População em Situação de Rua da capital, Associação Oeste dos Moradores de Diadema, Associação dos Trabalhadores Ambulantes e a Companhia Antropofágica de Teatro Independente. Artistas independentes, também participam do ato, que tem apresentações de músicos e poetas. No mesmo horário, as centrais sindicais governistas Central Única dos Trabalhadores (CUT), Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), União Geral dos

Trabalhadores (UGT) e Força Sindical realizam shows. Por sua vez, a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) e a Intersindical promovem o 1º de Maio na Praça da Sé. O ato é realizado em conjunto com a Igreja Católica, que faz campanha contra o direito ao aborto. O grupo de mulheres Pão e Rosas, do LER-QUI, do Movimento A Plenos Pulmões e do Movimento Unidade Operária, participam do ato de 1º de Maio na Praça da Sé e protestam contra a Igreja Católica. Elas reivindicam direito ao aborto legal, livre, seguro e gratuito, a efetivação de todas as trabalhadoras e trabalhadores terceirizados e nenhuma demissão.

A Liga Operária e a Liga dos Camponeses Pobres, sob a bandeira da Aliança Operário-Camponesa, celebram o 1º de Maio com manifestações em diversas regiões do país. Centenas de manifestantes marcham pelas ruas de Montes Claros e Uberlândia –Minas Gerais (região Sudeste) pela construção da Greve Geral e da Revolução Agrária. Operários, camponeses, estudantes e intelectuais participam do ato. Os trabalhadores denunciam a piora generalizada das condições de vida, o crescente desemprego e a miséria. Em oposição à festa armada pelos governistas da CUT/Força Sindical durante o 1º de Maio, com shows e sorteios de brindes, o ato defende o caminho da organização classista dos trabalhadores e da organização da Greve Geral e da Revolução Agrária como principais formas de combate à crise do imperialismo. A Liga Operária também faz intervenções no ato organizado pelo Partido da Causa Operária (PCO), no ato da Federação Operária de São Paulo e Confederação Operária Brasileira. Os ativistas da Liga também distribuíram panfletos no ato realizado na Praça da Sé e da Praça Ramos. Para lutar contra o arrocho salarial e a política antioperária e de cortes de direitos do governo Fundo Monetário Internacional (FMI)-Lula, a Liga apresenta o Plano para a Unidade de Ação, composto de 4 pontos: realização de ampla campanha de denúncia e esclarecimento sobre o conteúdo lesivo aos trabalhadores das reformas trabalhista, sindical, previdenciária e universitária; definição da greve geral como instrumento mais eficiente capaz de unir todos trabalhadores e barrar as reformas; propaganda e divulgação da luta pela terra; posicionamento de não negociação e nenhum compromisso com o governo. As propostas da Liga têm uma boa receptividade nesses atos, em particular a bandeira da Revolução Agrária. Também são realizadas manifestações e panfletagens em Porto Velho e Cujubim – Rondônia (região Norte), no Pará (região Norte), em Pernambuco, Alagoas (região Nordeste) e Paraná (região Sul).

Trabalhadores ligados a Força Sindical e a CUT comemoram em eventos separados o Dia do Trabalhador no estado do Paraná (região Sul). Com o tema “Força Total em Defesa dos Empregos”, o Dia do Trabalhador na capital, Curitiba com o 1.º de Maio Solidário, em frente ao Palácio Iguazu, sede do governo estadual. Segundo a Agência Brasil, a festa, foi promovida pelo governo do estado e pela Força Sindical. A CUT-PR reúne, desde as 9 horas, trabalhadores na Paróquia São João Batista, no bairro Prado Velho, para comemorar o 1º de Maio. O evento da CUT tem como tema Dia do Trabalhador: A Classe Trabalhadora não Pagará pela Crise. Em frente ao Palácio Iguazu, foram instalados postos de emissão de carteiras de trabalho e de coleta de sangue e de medula óssea, além de outros serviços de apoio aos cidadãos. Os trabalhadores receberam ainda informações sobre o consumo de energia elétrica, o uso de sacolas de material ecológico, ligações de rede de água e gás natural e sobre o preenchimento de cadastro em programas da Companhia de Habitação do Paraná. No 1º de Maio Solidário, as pessoas que doaram um quilo de

alimento não perecível concorreram a prêmios como automóveis, motocicletas, refrigeradores, aparelhos de TV e computadores.

Centrais sindicais organizam eventos culturais, sorteios, ações de cidadania e atos públicos em vários estados do país para comemorar o Dia do Trabalho. Entre os temas das comemorações estão o Desenvolvimento com Trabalho, Renda e Direitos, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e Toda Força pelo Trabalho Decente, da Força Sindical. Em São Paulo (região Sudeste), os eventos promovidos pela CUT ocorrem simultaneamente na capital e em seis municípios do interior e da região metropolitana. A festa da Força Sindical em São Paulo ocorre na praça Campo de Bagatelle, com 30 shows gratuitos. Além da capital, 15 municípios paulistas terão festas organizadas pela entidade. Em São Bernardo do Campo – São Paulo (região Sudeste) ocorrem shows no Paço Municipal de São Bernardo do Campo. Em Vitória – Espírito Santo (região Sudeste), após um café da manhã coletivo, os participantes realizam a Caminhada do Trabalhador, com a presença de movimentos sociais e lideranças sindicais, na Praia de Camburi. Ocorre um show com a banda Paralamas do Sucesso. Em Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste) – Shows da dupla Zezé Di Camargo e Luciano, KLB e outras bandas regionais, na via 240, bairro 1º de maio. Em Fortaleza – Ceará (região Nordeste) – Show com o cantor Moraes Moreira e grupos locais a partir das 15h, na praça do Ferreira. Além das atrações, haverá a participação de representantes de sindicatos e movimentos populares. Em Salvador – Bahia (região Nordeste), a Força Sindical promove atividades culturais e sorteios na praça Castro Alves. A CUT organiza um ato-show com atrações locais no Pelourinho. Em Porto Alegre – Rio Grande do Sul, a banda Skank e o padre Marcelo Rossi são as atrações da festa. Em Curitiba – Paraná (região Sul) ocorre manifestação do Dia Internacional do Trabalhador pela manhã. A concentração para a caminhada de militantes e sindicalistas ocorre na Vila das Torres e o ato final ocorre em frente à Federação do Estado do Paraná (FIEP). Em Cuiabá – Mato Grosso (região Centro-oeste) o Dia do Trabalho conta com shows com o grupo Exaltasamba e a dupla sertaneja Guilherme e Santiago, no centro de eventos do Centro Universitário de Várzea Grande (Univag), a partir das 19h. Em Rio Branco – Acre, o dia é comemorado com shows com bandas regionais e sorteios no clube do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Acre (Sinteac). No Rio de Janeiro atividades de lazer e serviços gratuitos à população no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os jardins da Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão, antiga residência da Família Imperial Brasileira, serviram de palco para uma série de ações culturais e de cidadania. O secretário estadual do Trabalho, Ronald Ázaro, disse que a grande demanda pelas vagas já havia sido prevista e não o surpreendeu. Um show de samba encerrou a festa, com a cantora Beth Carvalho e participação de artistas como Dona Ivone Lara, Dudu Nobre, Dominginhos do Estácio, Diogo Nogueira, Monarco da Mangueira, entre outros.

Cerca de 600 pessoas bloqueiam a rodovia dos Tamoios, segundo a Polícia Rodoviária Estadual, em protesto contra atropelamentos de moradores da região, na altura do km 81, na entrada de Caraguatatuba, a 173 km de São Paulo – SP (região Sudeste). De acordo com o jornal Folha de São Paulo, o ato é organizado por moradores do bairro Jaraguazinho que reivindicam a instalação de radares no local para reduzir a velocidade dos carros.

Membros do Conselho Indígena de Roraima (CIR) se reúnem para pressionar a Polícia Federal (PF), a Força Nacional de Segurança e a Fundação Nacional do Índio (Funai) a acelerar o que chamam de operação de “desintrusão” na reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima (região Norte). Eles reclamam do que consideram lentidão das retiradas

dos não-índios da área. Os não-índios que restam na região são apoiados pela Sociedade em Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima (Sodiur). De acordo com a cúpula da operação que faz a retirada – que deve ir até o fim de maio –, a ação deve ser cautelosa, para evitar conflitos. Operação para retirada de habitantes não-índios que ainda insistiam em permanecer na reserva indígena Raposa Serra do Sol é iniciada. O prazo dado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para a saída espontânea do grupo terminou no dia 31 de abril. Mais de 300 agentes da PF e da Força Nacional de Segurança são designados para cumprir a decisão judicial, sob o comando do desembargador Jirair Meguerian, presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Enquanto isso, rizicultores, pequenos produtores e trabalhadores mantêm caminhões, colheitadeiras e máquinas na Praça do Centro Cívico, em frente à sede do governo, no centro de Boa Vista, desde o dia 31 de abril.

Cerca de 100 famílias, segundo o diretor regional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), José Ferreira, ou aproximadamente 50 integrantes do MST, de acordo com a Polícia Civil de Serrana, ocupam uma área da Fazenda Martinópolis, entre Serrana e Serra Azul, na região de Ribeirão Preto – São Paulo (região Sudeste). No dia 28 de abril, a PM havia retirado cerca de 20 pessoas de outra ocupação, na mesma propriedade, mas em outra extremidade. Ferreira declara que os sem-terra são do Acampamento Alexandra Kolontai, de Serra Azul. O movimento alega que Martinópolis foi arrematada pelo governo estadual por adjudicação fiscal entre 1991 e 2002, porém a área não foi destinada à Reforma Agrária e ainda há plantio de cana-de-açúcar.

Integrantes do MST ocupam a fazenda Cabeça de Boi no município de Poçinhos (30 km de Campina Grande), na Paraíba (região Nordeste). Cerca de 60 famílias ocupam a Fazenda que, segundo site do MST tem uma área com 700 hectares improdutivos. Essa propriedade já foi declarada apta para a desapropriação, mas a proprietária não aceita o valor da indenização. O site do movimento esclarece que no momento em que as famílias estavam montando os barracos, pistoleiros e possíveis policiais sem farda começaram a rondar o acampamento e lançar tiro contra as famílias. Um carro Fiat Palio, ano 2003, que servia de apoio ao movimento foi queimado. O Movimento se defende afirmando que diferente do publicado pela imprensa, o carro não foi incendiado pelos acampados, mas pelos pistoleiros. O fogo colocado pelos pistoleiros feriu varias pessoas que estavam construindo seus barracos.

A Seita Opus Christi contrata o escritório Konder Comparatto Advogados Associados de São Paulo – SP (região Sudeste) para representá-la em todo território nacional contra a Marcha da Maconha, programada para ocorrer as cidades de São Paulo, Goiânia – Goiás (região Centro-oeste) e João Pessoa – Paraíba (região Nordeste). A informação é do site do Centro de Mídia Independente (CMI). A seita exige uma consultoria extra de como processar órgãos e servidores públicos por negligência, prevaricação e outras sanções administrativas referentes à realização da Marcha. Tal solicitação, segundo a Opus Christi, seria para ser utilizada, sobretudo no Rio de Janeiro (região Sudeste), onde o apoio do Governador Sérgio Cabral do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) permite que as delegacias, plantões judiciários e prefeitura sejam mais flexíveis com o coletivo da Marcha da Maconha.

Ocupantes das comunidades Josué de Castro e Sete de Setembro localizadas no bairro do Ipsep, militantes do Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL), Fórum de Ações Populares (FAP) e da Associação Pernambucana de Anistiados Políticos (APAP), protestam na Avenida Recife, em Recife – Pernambuco (região Nordeste). Os manifestantes reivindicam os direitos básicos dos trabalhadores como empregos e salários dignos, moradia, escola e universidades de qualidade para todos.

Sábado 02

Plebiscito organizado pelo líder dissidente do MST, José Rainha Júnior, aprova a transferência da gestão da Reforma Agrária em São Paulo para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em São Paulo (região Sudeste), segundo o jornal O Estado de São Paulo. Atualmente, a tarefa está a cargo da Fundação Instituto de Terras de São Paulo (Itesp), órgão do governo estadual. O plebiscito é realizado durante encontro para discutir o projeto do biodiesel, no Mirante do Paranapanema, bancado pelo governo federal, na região. Dos 3.700 sem-terra votantes acampados no Pontal do Paranapanema e região de Araçatuba, 95% optam pelo órgão federal, enquanto 3% preferem o Itesp e 2% somam votos brancos e nulos. O plebiscito não é reconhecido pelo Itesp, que informa que tem a atribuição constitucional de arrecadar terras tidas como devolutas para destinar à reforma agrária e que, para a maioria da sociedade, vem cumprindo de forma satisfatória essa função.

Integrantes do MST que ocuparam a fazenda Cabeça de Boi no município de Poçinhos (30 km de Campina Grande), na Paraíba (região Nordeste) são despejados. As cerca de 60 famílias acampadas desde o dia 1º de maio na Fazenda Cabeça de Boi, amanheceram com tiros e vários policiais e pistoleiros cercando o acampamento. Os sem-terra denunciam as agressões e violência que marcaram o despejo ilegal ocorrido na madrugada e exigem a liberdade de dois trabalhadores presos na ocasião. A propriedade já foi declarada apta para a desapropriação, mas a proprietária não aceita o valor da indenização. O site do movimento esclarece que no momento em que as famílias estavam montando os barracos, pistoleiros e possíveis policiais sem farda começaram a rondar o acampamento e lançar tiro contra as famílias. Um carro Fiat Palio, ano 2003, que servia de apoio ao movimento foi queimado. O Movimento se defende afirmando que diferente do publicado pela imprensa, o carro não foi incendiado pelos acampados, mas pelos pistoleiros. O fogo colocado pelos pistoleiros feriu várias pessoas que estavam construindo seus barracos. Por volta das 3 horas da madrugada do sábado, a PM, sob o comando do Tenente Jonat Midore Ysak, cercou o acampamento e exigiu a desocupação da propriedade. O site do Movimento alega que além de o horário ser indevido para a realização de despejo, os policiais não levaram mandado de reintegração de posse. Durante o despejo das famílias, sete acampados foram presos e levados para uma casa onde foram violentados. Dentro da casa, querosene foi colocado sob os sete sem-terra, um deles encontra-se com uma queimadura de terceiro grau no braço. Depois os trabalhadores presos foram levados para a delegacia de Poçinhos, onde dois ainda permanecem presos e cinco foram liberados após muitas agressões. No sábado por volta das 22 horas, os dois presos realizaram corpo de delito apresentando várias marcas no corpo, um deles apresenta fratura na costela. Os outros cinco irão fazer corpo de delito. Cinco sem-terra ainda encontram-se desaparecidos.

Domingo 03

Cerca de 300 pessoas, na maioria integrantes da comunidade judaica, realizam uma manifestação, na Praça dos Arcos, na confluência entre as avenidas Paulista e Angélica, na Zona Oeste da cidade de São Paulo – SP (região Sudeste). Os manifestantes protestam contra a visita ao Brasil do presidente do Irã, Mahmoud Ahmandinejad que virá ao país no dia 6 de maio. Durante o ato, os manifestantes, defenderam que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, não deveria receber oficialmente o presidente. Para o presidente da Confederação Israelita do Brasil (Conib), Cláudio Lottenberg, está existindo um equívoco da Nação ao dar ao presidente iraniano “um *status* a um indivíduo, que há 15 dias, fez uma manifestação ruim não apenas em relação ao que já vem há tempos advogando, que é o desaparecimento do Estado de Israel. Ele criticou os europeus e americanos por terem criado um estado democrático que respeita as vontades individuais, a livres expressões”. A Conib encaminhou ao presidente Lula uma carta em que manifesta sua posição contrária à visita oficial do presidente iraniano ao país, lembrando que o seu governo viola os direitos humanos dos próprios iranianos e implementa uma política de desestabilização do Oriente Médio. Representando os homossexuais, Ari Teperman, disse que, cada vez mais, o povo brasileiro tem sido ouvido e por isso espera que esse protesto seja levado em consideração.

Cerca de 1.000 manifestantes protestam contra a visita oficial ao Brasil do presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, na orla de Ipanema, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). De acordo com os jornais O Globo, Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo, o protesto é uma iniciativa de 23 organizações da sociedade civil, sendo 15 judaicas. Organizações Não Governamentais (ONGs) que representam a defesa de direitos humanos, homossexuais, mulheres, ciganos, evangélicos e seguidores de religiões afro-brasileiras também participam do ato.

Cerca de 200 participantes, segundo a PM, ou 1.500, de acordo com os organizadores, participam da Marcha da Maconha em Recife – Pernambuco (região Nordeste). Segundo o jornal O Globo, cerca de mil pessoas participam da manifestação na capital. Aproximadamente 350 pessoas, segundo organizadores, participam do protesto em Florianópolis – Santa Catarina (região Sul). Meia dúzia de manifestantes fazem protesto silencioso, sem uso da folha da maconha e da palavra em cartazes, depois que a Justiça proibiu a Marcha da Maconha, em São Paulo – SP (região Sudeste).

2º feira 04

Índios acampam na Esplanada dos Ministérios em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) para reivindicar a aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas. A criação de um sistema de ensino educacional específico para crianças indígenas e a garantia de revisão e novas demarcações de terras estão entre os itens da proposta de Estatuto dos Povos Indígenas que as lideranças de mais de 150 etnias pretendem entregar para parlamentares do Senado e da Câmara até o dia 8 de maio, quando se encerra o Acampamento Terra

Livre. Os indígenas também reclamam da violência no campo e da criminalização das lideranças. O principal exemplo, segundo eles, acontece em Mato Grosso do Sul, nas terras Guarani Kaiowá, onde estavam 42 dos 60 índios assassinados no ano de 2008, segundo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi). A região, que é foco de conflitos porque os índios pedem a revisão da demarcação, também é palco de um outro problema, os suicídios. Em 2008, 34 índios, a maioria deles adolescentes ou jovens, se mataram nas terras Guarani Kaiowá, dado que significa 100% dos suicídios de indígenas no Brasil naquele ano. Outros assuntos que preocupam os índios são a mineração dentro das terras demarcadas, a gestão dos recursos hídricos, a falta de assistência à saúde e a criminalização e assassinato de militantes da causa indígena e dos próprios índios. Os projetos energéticos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) também foram atacados pelo líder da Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal (Arpipan), Marcos Apurinã. “O grande projeto chamado PAC atinge diretamente as terras indígenas. Eles dizem que é indireto, mas nós somos nômades, para nós não existe atingir indiretamente. Existem mais de 40 projetos de hidrelétricas que vão inundar as nossas terras”, acusou o líder. Segundo ele, a terra em que vivem os Kaiowá foi demarcada antes da Constituição de 1988 e, por isso, a demarcação não contempla diversos direitos previstos na nova carta. Os Guarani Kaiowá reivindicam a ampliação do espaço porque dizem que há falta de comida na região devido ao crescimento da população. O Acampamento Terra Livre, na Esplanada do Ministérios, vai entregar uma carta ao ministro da Justiça, Tarso Genro, reivindicando que “o prazo para identificação de toda terra guarani, previsto para o dia 30 julho, seja rigorosamente cumprido”. As lideranças também solicitam que as terras indígenas de Mato Grosso do Sul sejam “demarcadas até o fim do próximo ano”. A demarcação de terra indígena em Mato Grosso do Sul foi acordada em termo de ajustamento de conduta e assinado pelo Ministério Público Federal, a Funai e pelas lideranças Kaiowá Guarani, em 12 novembro de 2007. De acordo com a Funai, Mato Grosso do Sul é o estado com a maior concentração de índios por hectare. São mais de 70 mil indígenas em 50 mil hectares. As lideranças aguardam a presença do ministro Tarso Genro, no acampamento, para entregar a carta com as reivindicações.

Integrantes do MST realizam um ato em frente à delegacia do município de Poçinhos (30 km de Campina Grande), na Paraíba (região Nordeste). Os sem-terra denunciam as agressões e violência que marcaram o despejo ilegal ocorrido na madrugada do dia 2 de maio, na fazenda Cabeça de Boi, e exigem a liberdade de dois trabalhadores presos na ocasião. No dia 01 de maio 60 famílias ocuparam a Fazenda Cabeça de Boi no município de Poçinhos, área com 700 hectares improdutivos e de propriedade de Maria do Rosário Rocha. Essa propriedade já foi declarada apta para a desapropriação, mas a proprietária não aceita o valor da indenização. O site do movimento esclarece que no momento em que as famílias estavam montando os barracos, pistoleiros e possíveis policiais sem farda começaram a rondar o acampamento e lançar tiro contra as famílias. Um carro Fiat Palio, ano 2003, que servia de apoio ao movimento foi queimado. O Movimento se defende afirmando que diferente do publicado pela imprensa, o carro não foi incendiado pelos acampados, mas pelos pistoleiros. O fogo colocado pelos pistoleiros feriu varias pessoas que estavam construindo seus barracos. Por volta das 3 horas da madrugada do sábado, a PM, sob o comando do Tenente Jonat Midore Ysak, cercou o acampamento e exigiu a desocupação da propriedade. O site do Movimento alega que além de o horário ser indevido para a realização de despejo, os policiais não levaram mandado de reintegração de posse. Durante o despejo das famílias, sete acampados foram presos e levados para uma

casa onde foram violentados. Dentro da casa, querosene foi colocado sob os sete sem-terra, um deles encontra-se com uma queimadura de terceiro grau no braço. Depois os trabalhadores presos foram levados para a delegacia de Poçinhos, onde dois ainda permanecem presos e cinco foram liberados após muitas agressões. No sábado por volta das 22 horas, os dois presos realizaram corpo de delito apresentando varias marcas no corpo, um deles apresenta fratura na costela. Os outros cinco irão fazer corpo de delito. Cinco sem-terra ainda encontram-se desaparecidos.

Cerca de 50 integrantes do MST e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) realizam pela manhã, um Jejum por Reforma Agrária e contra a o despejo de acampamento, em frente ao Ministério Público Federal (MPF), na Praça Rui Barbosa, no centro da capital Porto Alegre - Rio Grande do Sul (região Sul). Os militantes afirmam que o jejum acontecerá por prazo indeterminado. Os trabalhadores protestam contra ações de criminalização do movimento social como o fechamento das Escolas Itinerantes e o despejo de um acampamento de dentro de um assentamento. As famílias do acampamento Jair da Costa, em Nova Santa Rita, afirmam que o despejo do acampamento, que está dentro de um assentamento, é uma ação política e parte do processo de criminalização que os movimentos sociais sofrem no Rio Grande do Sul. Segundo site do MST, a alegação do MPF para pedir o despejo é de que o acampamento se encontra em área de preservação ambiental. O Movimento alega que o fato não é verdadeiro pois o acampamento estaria em uma área coletiva do assentamento, enquanto a área de preservação se localizaria em outro ponto do assentamento. Os trabalhadores sem-terra lembram que acampamentos já foram despejados de dentro de latifúndios, de áreas cedidas por pequenos agricultores, como em Coqueiros do Sul, da beira da estrada, como em Sarandi, e agora até mesmo de dentro de um assentamento. Por outro lado, as famílias questionam porque o MPF não cobra o cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta (TAC), proposto pelo próprio MPF ao Incra que estabelecia o assentamento de 2 mil famílias até o final de 2008. Apenas 500 famílias foram assentadas depois da assinatura do TAC.

Aproximadamente 100 famílias do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) ocupam a Fazenda Mascadi, no município de Itatuba, na Paraíba (região Nordeste). Segundo site do MST, as famílias foram expulsas de suas terras devido à construção da barragem de Acauã e esperam há mais de sete anos por uma solução. Os Atingidos por Barragens reivindicam o reassentamento imediato de todas as famílias atingidas pela construção da barragem de Acauã, que provocou o deslocamento de 4.500 pessoas. Em 2002, quando do fechamento do lago, as águas atingiram as zonas rurais inundando definitivamente diversos povoados.

A MMX, empresa do grupo EBX, do empresário Eike Batista, anuncia a demissão de 326 funcionários da unidade de metálicos de Corumbá e atividades de plantio da unidade florestal em Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). Segundo a empresa, os ajustes nas operações e no quadro de pessoal são motivados pela falta de perspectivas de melhora a curto e a médio prazos no cenário econômico mundial no setor de siderurgia e, por consequência, no de mineração.

O desembargador Jirair Meguerian, presidente do Tribunal Regional Federal (TRF), numa audiência com representantes dos rizicultores e de indígenas no último fim de semana, autoriza acordo que garante a colheita do resto da safra nas fazendas da atual reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima (região Norte), seja realizada nos próximos dez

dias. De acordo com os jornais O Globo e O Estado de São Paulo, para não contrariar o Supremo Tribunal Federal (STF), que limitou a presença de não-índios na área até 30 de março, o desembargador adota um sistema em que o governo e o rizicultor vão trabalhar juntos: o governo requisitará as máquinas do fazendeiro e ficará responsável pela colheita, porém são os trabalhadores e maquinários que estarão de volta às fazendas. Segundo o desembargador, o arroz será colhido numa área de 500 hectares. De acordo com os rizicultores, serão colhidas cerca de 50 mil sacas de arroz. Com o acordo, acaba a manifestação de fazendeiros em frente ao palácio do governo, no centro de Boa Vista – Roraima.

As ONGs Justiça Global, Movimento Nacional de Meninos, Meninas de Rua, a Organização Mundial Contra a Tortura e o Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa da Mulher (Cladem) apresentam relatórios com denúncias contra o Brasil de violência praticada contra a população, em especial a mais pobre, na 42ª sessão do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Organização das Nações Unidas (ONU), em Genebra, nos últimos dois dias. São citados nesses relatórios casos de mortes e torturas em presídios, de violência policial em favelas, de ação de milícias e de violência contra as mulheres. Tâmara Melo, advogada da Justiça Global, afirma que “há uma clara criminalização da pobreza. A maior parte das vítimas é pobre, moradora de favelas e negra”.

3º feira 05

Cerca de cem índios ocupam a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e mantêm 30 funcionários como reféns, em São Paulo (região Sudeste). O grupo pede a destituição de Raze Razek do cargo de coordenador regional e mais atenção aos problemas, principalmente referentes aos serviços na área de saúde, que atingem cerca de cinco mil índios que vivem em 37 comunidades espalhadas por São Paulo. Segundo os indígenas, os recursos da saúde não chegam às aldeias. O representante indígena Awa afirmou que os funcionários que estavam como reféns serão liberados e apenas os coordenadores da Funasa permanecerão no prédio "Queremos que o saneamento seja melhorado nas nossas regiões", afirmou Awa. A assessoria de comunicação da Funasa informou que o clima no local é pacífico. Segundo a assessoria, até o momento, os índios apenas impedem que as pessoas saiam do prédio. A Funasa afirmou que irá liberar uma nota sobre a ocupação até o fim do dia. À noite, Razek afirma que irá pedir demissão.

O Acampamento Terra Livre montado na Esplanada dos Ministérios em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) recebe a visita do ministro da Justiça, Tarso Genro, e do presidente da Funai, Márcio Meira. “Acabou a paciência, o momento é este”. Assim resumiu Ramon Terena, liderança indígena de Mato Grosso do Sul, quanto a expectativa de que o governo cumpra os processo demarcatórios de terra indígenas em diversas regiões do país. Ramon Terena falou diretamente para o ministro da Justiça, e com Márcio Meira. Além, da demarcação, os índios mostraram-se preocupados com a criação do novo Estatuto dos Povos Indígenas e com impactos das obras do PAC sobre as reservas . Após a fala de cerca de dez lideranças indígenas, o ministro da Justiça garantiu que dará continuidade à publicação das portarias declaratórias, que inicia o processo de demarcação. Segundo

Genro, já foram feitas 29 portarias para a demarcação de terras indígenas e há grupos de trabalho fazendo estudo para novas demarcações. “Nós vamos continuar fazendo demarcações”, disse. O ministro da Justiça admitiu que existe um “processo de resistência dos tribunais” contra as demarcações. Tarso Genro também garantiu às lideranças indígenas que caso haja “qualquer equívoco na Polícia Federal [no tratamento de conflitos envolvendo povos indígenas] é um desvio de conduta. Não é uma determinação”, afirmou. As lideranças indígenas entregaram ao ministro da Justiça, Tarso Genro, uma carta com uma série de reivindicações entre elas, à do cumprimento do prazo das demarcações de terras em Mato Grosso do Sul.

Servidores e manifestantes realizam protesto em frente à Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro no Centro da cidade contra a criação de Organizações Sociais (OS) para a gestão de serviços públicos. Apesar dos protestos, a Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro aprova, o projeto de lei do Executivo que autoriza a criação de OS para gerir serviços públicos como saúde, educação, cultura e meio ambiente. Agora, o texto com as emendas precisa ser sancionado pelo prefeito Eduardo Paes (PMDB). Depois da sanção, entidades sem fins lucrativos que tenham pelo menos dois anos de experiência na área específica poderão constituir Organizações Sociais para gerir serviços públicos. Na área de educação, só serão aceitas organizações para a gestão de creches e projetos de reforço escolar, ficando, as escolas de Ensino Fundamental, excluídas da proposta. Na área de saúde, os hospitais e postos de saúde já existentes e que hoje são administrados pela prefeitura também ficam de fora do projeto. Poderão ser geridos por esse tipo de organização o Hospital Municipal de Acari, que já é administrado pela iniciativa privada, o Programa Saúde da Família e as novas unidades, inclusive as Unidades de Pronto Atendimento (UPA-24 horas). O presidente da Comissão de Educação da Câmara, Reimont do Partido dos Trabalhadores (PT), contrário à proposta, lamentou a aprovação do projeto. “Nós vamos agora cumprir o nosso papel de fiscalizar o Executivo para que esse projeto, que no meu parecer é muito danoso à sociedade, tenha seu dano na sociedade minorado com a fiscalização do Poder Legislativo”, afirmou. O líder do governo na Casa, vereador Adilson Lopes (PT), disse que, depois da sanção do prefeito Eduardo Paes, a prefeitura poderá colocar em prática a expansão dos serviços de creche e o Programa de Saúde da Família. O projeto foi aprovado por 38 vereadores e rejeitado por 11. Assim como aconteceu na primeira votação, na semana passada, servidores públicos fizeram manifestações na galeria da Câmara, embora em número menor do que na sessão anterior.

As 150 famílias acampadas em frente à delegacia de Poçinhos na Paraíba (região Nordeste), saem em marcha, no início da tarde, para a praça central da cidade. Segundo site do Movimento, policiais armados realizam constantes ameaças e intimidações aos sem-terra mobilizados. Os manifestantes protestam contra o despejo ilegal realizado dia 2 de maio na fazenda Cabeça de Boi e contra a prisão e tortura de sem-terra na ocasião. Os dois trabalhadores rurais ligados ao MST que foram presos e torturados durante despejo ilegal, foram transferidos para o Presídio Monte Santo, em Campina Grande. A juíza Adriana Maranhão Silva, do Fórum de Poçinhos, enviou ofício para o Fórum de Campina Grande transferindo o caso. No dia 4 de maio os advogados do MST solicitaram a Juíza Adriana Maranhão a liberdade provisória dos sem-terra, mas até o momento nem a juíza e nem a promotora da cidade se pronunciaram sobre o pedido. Em entrevista à imprensa, o Secretário de Segurança e Defesa Social da Paraíba, Gustavo Ferraz Gominho, declarou que o despejo foi realizado dentro da legalidade e a polícia “nada fez além de cumprir o seu dever”. Os sem-terra, porém, questionam “qual legalidade é esta, que realiza despejo às três

da madrugada do sábado, sem autorização judicial e que tortura trabalhadores que lutam por um pedaço de terra. Será dever da polícia torturar e violentar trabalhadores?" Segundo informações divulgadas pelo movimento, a Fazenda Cabeça de Boi já foi declarada para fins de Reforma Agrária através do decreto presidencial de 4 de dezembro de 2008. Diferente do alegado pela proprietária, a fazenda não é reserva ambiental e, segundo vistoria do Incra, é totalmente improdutiva. Movimentos sociais, pastorais e demais organizações da sociedade civil da Paraíba (região Nordeste) divulgam nota em que denunciam o espancamento de sete sem-terra por policias militares na Fazenda Cabeça de Boi no dia 1 de Maio.

Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de São Paulo (Sintusp), em São Paulo – SP (região Sudeste) dá início a uma greve por tempo indeterminado. Os trabalhadores reivindicam aumento de 17% dos salários, incorporação de mais R\$ 200 e readmissão do trabalhador Claudionor Brandão, líder sindical demitido durante as últimas férias letivas. De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp), os valores repõem parte das perdas das últimas décadas e atualizam o valor do salário em relação à inflação. O sindicato declara que cerca de 60% dos funcionários da USP na capital aderem à paralisação. Paralelamente, os estudantes da Universidade de São Paulo (USP) paralisam suas atividades acadêmicas e promovem atividades a fim de construir uma ação organizada do movimento estudantil. Promovem debates sobre o projeto de Educação à Distância do governo estadual, a Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP), a ser gerida pelas universidades estaduais paulistas em parceria com a TV Cultura. Os estudantes se colocam contrários ao projeto. Eles reivindicam um ensino público, gratuito e de qualidade, acreditam que o debate sobre cotas de acesso ao ensino superior seja mais necessário que a implantação da UNIVESP, que traria a precarização do ensino.

Cerca de cem moradores da favela Paraisópolis realizam protesto contra a falta de segurança de um alojamento provisório da Prefeitura de São Paulo, que existe há dois anos, em São Paulo – SP (região Sudeste). Conforme reportagem da Folha de São Paulo, no dia 2 de maio, uma das moradias pegou fogo, matando a dona de casa Maria de Lourdes, 56. O alojamento fica na própria favela e abriga 48 famílias, que já deveriam ter recebido novas casas há um ano. A prefeitura afirma que estuda retirar as famílias dos alojamentos ainda em maio e oferecer temporariamente uma verba de aluguel, enquanto não são ofertadas moradias definitivas. As causas do incêndio serão investigadas.

4º feira 06

Os índios que ocupavam desde o dia 5 de maio o prédio da Funasa, em São Paulo – SP (região Sudeste), deixam o local e acampam na rua em frente ao prédio. Eles deixaram o prédio depois que as negociações com a Funasa fracassaram. Os cerca de 70 índios de 36 etnias do estado de São Paulo que ocuparam o prédio da coordenadoria regional da Funasa na capital, se reuniram com o chefe de gabinete da presidência da Funasa, Moisés Santos, e o delegado da Polícia Federal Flávio Trivella, para negociar a desocupação. Com o fracasso das negociações, os indígenas afirmam que continuarão no local para exigir o atendimento de suas reivindicações. As reivindicações dos indígenas são principalmente as melhorias do saneamento e do sistema de transporte das aldeias, além da demissão do coordenador regional da Funasa de São Paulo, Raze Rezek. De acordo com os índios, as aldeias estão recebendo remédios vencidos da Funasa. Segundo eles, em razão da má gestão da coordenação de São Paulo, a entidade deixou de investir na área de saúde indígena no

estado mais de R\$ 1 milhão. As lideranças indígenas disseram que vão permanecer acampadas na frente do prédio até que Rezek seja demitido. Elas acusam o superintendente de má gestão dos recursos que deveriam ser destinados ao pagamento de medicamentos para as aldeias do estado. Rezek, na avaliação dos índios, teria deixado de executar verbas destinadas à saúde indígena. Neste mesmo dia 6 de maio, o presidente da Funasa, Danilo Forte, criticou um relatório divulgado pelo Cimi que aponta a morte de 68 indígenas por falta de assistência médica em 2008. Ele declara que “em um universo de 500 mil índios, se tiver morrido só 68 por falta de assistência – não é bom ninguém morrer –, é um número bom”.

Trabalhadores do Sintusp anunciam a paralisação de atendimentos não-emergenciais no Centro de Saúde Escola Samuel Pessoa, ao lado da cidade universitária e gerido pela USP, no Butantã, em São Paulo – SP (região Sudeste). Segundo o jornal Folha de São Paulo, os funcionários do centro se juntam aos mais de 65% dos 15 mil trabalhadores da USP que já aderiram ao movimento. Eles reivindicam aumento salarial de 17% e incorporação de R\$ 200. O movimento ainda exige a readmissão do ex-dirigente do Sintusp Claudionor Brandão, exonerado, de acordo com a categoria, em razão de sua atuação como sindicalista.

Entidades de defesa dos Direitos Humanos da Paraíba entregam ao Ministério Público Estadual uma denúncia formal contra a PM e a proprietária da fazenda Cabeça de Boi, Maria do Rosário Rocha. As organizações afirmam que a PM agiu com extrema violência no despejo de 60 famílias do MST que ocupavam a área, localizada no município de Pocinhos. A ação de despejo ocorreu na madrugada do dia 02 de maio, quando policiais militares, sem mandado de reintegração de posse, e pistoleiros invadiram o acampamento e destruíram os barracos, queimaram um carro e praticaram uma série de agressões e torturas físicas e psicológicas contra os trabalhadores. A denúncia é assinada por entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/PB), Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da UFPB, Assembléia Popular, Conselho Estadual dos Direitos Humanos e Centro de Defesa dos Direitos Humanos Dom Oscar Romero.

Líderes comunitários de várias favelas se reúnem na Federação das Associações de Moradores das Favelas do Rio de Janeiro (Fafrej) no Centro da cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), para protestar contra o projeto do governo estadual de construir muros no entorno de 13 comunidades cariocas. Ao todo, serão quase 15 quilômetros de um muro de concreto de três metros de altura. As obras começaram no Morro Dona Marta, na zona sul da cidade, em março de 2009. A próxima favela a receber o muro é a favela da Rocinha, onde o canteiro de obras começará a ser instalado no dia 7 de maio. Segundo a Empresa de Obras Públicas do estado (Emop), o objetivo da proposta, chamada de “ecolimites”, é impedir a expansão das favelas sobre áreas de matas, na zona sul do Rio de Janeiro. Mas, de acordo com os líderes comunitários, a construção de muros é uma proposta “segregacionista”. Para o presidente da Associação de Moradores da Rocinha, Antônio Ferreira, em vez de um muro, o governo estadual poderia construir uma espécie de “ecotrilha”, ou seja, uma rua que separaria a favela das áreas verdes e serviria como opção de lazer para a população. “Nessa ecotrilha, as pessoas poderiam caminhar, fazer seu *cooper* matinal, os idosos também poderiam usá-la como lazer. A ecotrilha seria o ideal para a integração da favela com a cidade. E não o muro, que é o símbolo da separação”, afirmou. Segundo o presidente da Fafrej, Rossino de Castro, o governo do Rio de Janeiro

convidou hoje a federação para uma audiência com o governador Sergio Cabral (PMDB). Apesar da reunião ainda não estar marcada, ele espera que Cabral desista de implantar os "ecolimites". Ele explicou que está convocando todas as associações de moradores de favelas do Rio de Janeiro para um ato no próximo dia 15 de maio. Além de Rocinha e Dona Marta, receberão os muros as comunidades do Parque da Pedra Branca, Chácara do Céu, Vidigal, Parque da Cidade, Benjamin Constant, Cabritos, Ladeira dos Tabajaras, Babilônia, Chapéu Mangueira, Cantagalo e Pavão-Pavãozinho. O custo total previsto das obras é de R\$ 40 milhões.

Cerca de 300 representantes de movimentos sociais e partidos políticos promovem na Praça dos Três Poderes em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), uma manifestação pacífica pela saída do ministro Gilmar Mendes da presidência do Supremo Tribunal Federal (STF). O movimento recebeu o nome de “Gilmar Dantas: saia às ruas e não volte ao STF”, em alusão aos habeas corpus concedidos por Mendes ao banqueiro Daniel Dantas, quando este foi preso na Operação Satiagraha, e a uma frase usada pelo ministro Joaquim Barbosa em recente discussão com Mendes no plenário do tribunal. Os manifestantes acenderam milhares de velas ao redor de uma bandeira brasileira e em toda a extensão da praça, além de entoarem refrões contra o presidente do STF. O Partido Socialismo e Liberdade (P-SOL) apoiou a manifestação, com parlamentares presentes e militantes segurando faixas com a inscrição “Xô Gilmar Mendes”. No momento do protesto, Gilmar Mendes e vários outros ministros participavam no STF da cerimônia de lançamento do *site* Consultor Jurídico. A assessoria de imprensa do STF informou que Mendes não iria se pronunciar novamente em relação ao protesto. Pela manhã, em evento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Mendes disse que não se incomodava com eventuais manifestações contrárias á sua gestão. No fim de 2008, Mendes chegou a afirmar, em uma entrevista coletiva, que "os protestadores" contra a atuação dele “não encham uma Kombi”.

Integrantes do MST ampliam o jejum por Reforma Agrária e contra a Criminalização no Rio Grande do Sul (região Sul). Aproximadamente 50 trabalhadores rurais realizam protesto em frente ao Ministério Público Federal (MPF) nas cidades de Passo Fundo e Santa Maria, e em frente ao Ministério Público Estadual (MPE) no município de São Gabriel e Pelotas. As famílias reivindicam que os órgãos intercedam junto ao MPF de Canoas a fim de anular o despejo do acampamento Jair Antônio da Costa, em Nova Santa Rita. Também exigem o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) em que o Incra se comprometeu a assentar 2 mil famílias e a anulação do TAC que fecha as Escolas Itinerantes. Um dos trabalhadores que está em jejum desde o dia 4 de maio, em frente ao MPF, passou mal e teve de ser atendido por médicos. As famílias afirmam que o despejo do acampamento, de dentro de um assentamento, é uma ação política e parte do processo de criminalização que os movimentos sociais sofrem no estado. A alegação do Ministério Público Federal para pedir o despejo é de que o acampamento se encontra em área de preservação ambiental. No entanto o movimento defende que o acampamento está em uma área coletiva do assentamento, enquanto a área de preservação localiza-se em outro ponto do assentamento. Os trabalhadores sem-terra lembram ainda que acampamentos já foram despejados de dentro de latifúndios, de áreas cedidas por pequenos agricultores – como em Coqueiros do Sul, da beira da estrada, como em Sarandi, e agora até mesmo de dentro de um assentamento. Segundo informações da Agência Chasque de Notícias, a tropa de choque da Brigada Militar vigiou o jejum até que os agricultores fossem recebidos pelo Ministério Público Estadual. Para os sem terras, a presença da tropa de choque fortemente armada representa a criminalização que denunciam com o jejum.

Integrantes do MST são reprimidos pela PM no município de Taió, em Santa Catarina (região Sul). As famílias de agricultores se dirigiam à área para serem assentadas, acompanhadas pelo Incra e dois agentes da Polícia Federal (PF). Ao se aproximarem da cidade de Taió, um caminhão com os pertences das famílias e um ônibus que levava jovens e crianças, mulheres e homens do MST foram abordados pela polícia. Todas as pessoas foram revistadas, seus instrumentos de trabalho - facões e foices - foram confiscados e, com a mais perversa crueldade, também as famílias foram presas e os veículos levados para o pátio da Polícia Militar da região. Todas as pessoas acabaram ficando na rua, sem alimentação, roupas, remédios, ferramentas, sem nada. As famílias seguiram para a comunidade do assentamento 25 de Maio, em Santa Terezinha, a 70 km de Taió, onde agora estão abrigadas no Salão Comunitário aguardando a imissão de posse garantida pelo Incra. Em janeiro de 2008, cerca de 80 famílias de agricultores Sem Terra ocuparam uma área 930 hectares, que havia sido desapropriada para fins de Reforma Agrária. Porém, o dito proprietário, Irineu Piasero, organizou uma milícia de homens fortemente armados e impediu a permanência das famílias. O MST denuncia o Comando da Polícia Militar de Taió, por agir contra a sociedade, uma vez que prestou serviços de proteção à propriedade; a não ação contra a milícia armada que se encontrava naquela propriedade; a criminalização e banalização da luta das famílias pertencentes ao MST; o saque das ferramentas de trabalho daquelas famílias, que se encontram em mãos da polícia; o desrespeito e maus tratos às pessoas, principalmente às crianças Sem Terra, que ficaram por algumas horas, sem comida, sem roupas, sem cobertor, colchão, sem remédios, e com muito medo. Da mesma forma, exige segurança às famílias, de forma igualitária, que possibilite a todas uma vida com dignidade; o desarmamento daqueles que tem como ferramenta de trabalho um contrato e uma arma de fogo e a prisão daqueles que abusam do poder.

Agricultores assentados na cidade de Jóia, no Noroeste do Rio Grande do Sul (Região Sul), bloqueiam a entrada do assentamento e retém os maquinários da prefeitura. As famílias exigem a troca da rede de água. Segundo os relatos dos manifestantes, a prefeitura fez acordo com o Ministério Público para realizar as obras em Dezembro, o que não ocorreu. As famílias reclamam que o encanamento é antigo e não comporta a demanda. O resultado é a recorrente falta de água para uso doméstico e para a própria agricultura, situação que se agrava com a forte estiagem que afeta a região.

O juiz da Vara Federal de Canoas, Guilherme Pinho Machado, determina o afastamento do superintendente do Incra no Rio Grande do Sul, Mozar Dietrich. O afastamento vale até que o MST retire o acampamento Jair Antônio da Costa do assentamento Santa Rita de Cássia II, em Nova Santa Rita – Rio Grande do Sul (região Sul). A decisão atende ao pedido do Ministério Público Federal que afirma que o acampamento estaria ocupando uma área de reserva, o que seria ilegal. Segundo informações da Agência Chasque, Mozar ficou conhecido por suas críticas ao latifúndio, ao avanço da monocultura de eucalipto e por ter desmontado forte esquema de plantio ilegal de arroz em assentamentos da região metropolitana.

Cerca de 2 mil pessoas, entre advogados, magistrados e estudantes de Direito, participam de marcha pública, organizada pela OAB em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os manifestantes protestam em defesa da cidadania e do Poder Judiciário e contra a PEC 12, que modifica o sistema de pagamento dos precatórios.

Cerca de 184 pessoas são localizadas em situação análoga à de escravo em uma usina de cana-de-açúcar, em Limeira do Oeste, a 834 km de Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste), em uma operação conjunta do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério Público do Trabalho. Segundo o jornal Folha de São Paulo, a propriedade pertence ao Grupo Cabrera, de Antonio Cabrera, ministro da Agricultura do governo Collor (1990-1992) e secretário de Estado da Agricultura do governo paulista de Mário Covas (1995-2001). A fiscalização, realizada em abril com o apoio da PF, encontrou trabalhadores com jornadas consideradas excessivas e com equipamentos de proteção inadequados, de acordo com o procurador do Trabalho Eliaquim Queiroz. Os alojamentos também foram classificados como irregulares. Após a operação, foi feito um acordo judicial, que permitiu a 86 trabalhadores a possibilidade de retornarem ao trabalho na usina após adequações. O acordo judicial ainda prevê que todos os trabalhadores recebam entre R\$ 500 e R\$ 1.800 de indenização por danos morais. Os 98 que optaram pela rescisão do contrato poderão solicitar seguro-desemprego. A fazenda também pagará R\$ 120 mil por danos morais coletivos. O dinheiro será revertido em ações sociais.

5º feira 07

Cerca de mil índios realizam uma caminhada e um ato público durante audiência pública da Comissão de Direitos Humanos do Senado em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) para reivindicar garantia de direitos e agilidade na aprovação do novo Estatuto dos Povos Indígenas, que tramita no Congresso há quase 15 anos e agora está recebendo alterações de povos e organizações sociais. No novo estatuto, os indígenas querem ter poder de veto sobre os projetos de exploração de recursos minerais em suas terras e exigem o fim da tutela, deixando de serem considerados incapazes. A índia Sonia Guajajara do Maranhão disse que a aprovação do estatuto é importante para garantir que os povos indígenas sejam respeitados. “Essa aprovação vem garantir todos os nossos direitos constitucionais já garantidos, porque nos últimos anos nós temos sofridos várias violações de direitos”, disse. Ela afirmou ainda que entre os direitos que o estatuto vai garantir estão a permanência na terra, proteção territorial, saúde e educação de qualidade, continuação da cultura. O senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou que a aprovação do estatuto vai dar mais garantia aos povos indígenas, porque tem mais força do que uma lei comum. “Tudo o que for colocado no estatuto, vai ter mais força para que seja respeitado”, afirmou. O Estatuto dos Povos indígenas determina, entre outros pontos, a demarcação imediata de todas as terras já identificadas pela Funai e propõem a proteção ao direito autoral e à propriedade intelectual dos índios.

6º feira 08

Os Povos indígenas reunidos no Acampamento Terra Livre, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-Oeste) lançam em último dia do encontro, um documento no qual pedem uma mudança de postura do governo brasileiro em relação à seus direitos garantidos constitucionalmente. O texto final é direcionado aos Três Poderes de forma específica. Ao Executivo, os indígenas exigem o cumprimento do mandato constitucional de demarcar todas as terras indígenas do Brasil, de forma prioritária a dos Guarani Kaiowá, em Mato Grosso do Sul. Além disso, lamentam a demora do governo Lula em criar condições para a efetivação do seu Programa de Governo para os Povos Indígenas, lançado na campanha eleitoral de 2002. Em relação ao Judiciário, o documento

faz um alerta sobre a conduta em relação às reivindicações dos povos indígenas. No texto, os indígenas reconhecem que o Legislativo é dominado por setores contrários às suas causas, mesmo assim, reivindicam que nele se “inviabilize a tramitação e aprovação de quaisquer iniciativas que afrontem e pretendam reverter os nossos direitos assegurados pela Constituição Federal de 88”. O resultado do 6º Acampamento Terra Viva foi considerado positivo pelos organizadores. Em 6 anos de movimento, este foi o de maior engajamento da população indígena brasileira, cerca de 160 etnias estiveram presentes, aproximadamente 1,2 mil indígenas. Do ponto de vista político, a avaliação não é tão positiva pois a necessidade de anualmente reivindicar os direitos indígenas é sinal da falta de ações políticas para proteger os direitos da índios. Durante a semana, o ministro da Justiça, Tarso Genro, visitou o acampamento e recebeu vários documentos, solicitando providências para problemas de cunho fundiário. O principal evento do movimento indígena no Brasil é a última instância de aprovação da proposta para o novo Estatuto dos Povos Indígenas que regulamente os direitos assegurados pela Constituição Federal, e lhes dê condições de tomarem conhecimento da situação dos direitos dos povos nas distintas regiões do país, para que possam construir perspectivas comuns para a defesa desses direitos. Os índios pedem, em seu documento, que o governo federal não ceda às pressões de setores e representantes do agronegócio e remanescentes da ditadura. Na área da saúde também apresentam reivindicações. No documento, eles ainda se dirigem aos poderes Judiciário e Legislativo e ao povo brasileiro.

Indígenas que ocupavam o prédio da coordenadoria regional da Funasa, na região central de São Paulo – SP (região Sudeste), fecham durante à tarde um acordo com a presidência da entidade e encerram a manifestação. Cerca de 70 índios de 36 etnias do estado ocupavam o prédio do órgão do Ministério da Saúde no dia 5 de maio. Na noite do dia 6, os indígenas deixaram o edifício pacificamente - após a Funasa ter obtido na Justiça Federal um mandado de reintegração de posse - e passaram a acampar na rua em frente à sede regional da entidade. Hoje, no período da manhã, os manifestantes voltaram a ocupar o prédio até o acordo com o presidente da entidade, Danilo Bastos Forte, ser fechado. Inicialmente, os indígenas pediam a demissão do coordenador regional, Raze Rezek, como condição para deixar o prédio. Os índios reivindicavam também melhorias na infraestrutura das aldeias. Eles alegavam ainda que remédios vencidos chegaram a ser enviados às aldeias pela Funasa. No acordo de hoje, o afastamento do coordenador não foi aceito pela Funasa. No entanto, o presidente da entidade se comprometeu a realizar cinco ações, entre elas, a liberação de materiais e equipamentos de saneamento para a ampliação da rede de abastecimento de água nas aldeias; a liberação de dez veículos exclusivamente para o atendimento à saúde da população indígena; e a garantia de que a execução do orçamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que estava prevista para o período de 2007 a 2010, será executada nos anos 2009 e 2010, sem prejuízo dos valores não aplicados nos anos de 2007 e 2008. Também ficou acordada uma nova reunião para o dia 20 de maio, em Brasília.

Trabalhadores rurais sem-terra do acampamento Jair da Costa, em Nova Santa Rita – Rio Grande do Sul (região Sul), bloqueiam a BR-386 (Tabaí-Canoas), em frente ao acampamento. O bloqueio faz parte das ações de denúncia da criminalização sofrida pelo MST no Rio Grande do Sul. Em Canoas, os trabalhadores permanecem em jejum em frente à Justiça Federal. As famílias afirmam que o despejo do acampamento, de dentro de um

assentamento, é uma ação política e parte do processo de criminalização que os movimentos sociais sofrem no estado. A alegação do Ministério Público Federal para pedir o despejo é de que o acampamento se encontra em área de preservação ambiental. Segundo site do MST, o acampamento está em uma área coletiva do assentamento, enquanto a área de preservação localiza-se em outro ponto do assentamento. Os trabalhadores lembram ainda que acampamentos já foram despejados de dentro de latifúndios, de áreas cedidas por pequenos agricultores – como em Coqueiros do Sul, da beira da estrada, como em Sarandi, e agora até mesmo de dentro de um assentamento. Por outro lado, o MPF não cobra o cumprimento do TAC que estabelecia o assentamento de 2 mil famílias até o final de 2008. Apenas 500 famílias foram assentadas.

O Ministério Público Federal (MPF) reabre o inquérito do assassinato do trabalhador sem-terra Sétimo Garibaldi, durante despejo em Querência do Norte – Paraná (região Sul). Segundo o MPF, o depoimento prestado pelo filho do sem-terra, Vanderlei Garibaldi, teria apresentado novas informações sobre o crime. Segundo a advogada Renata Lira, as informações já haviam sido apresentadas e o processo arquivado em 2004 foi reaberto depois da acusação de negligência pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Estudantes secundaristas, universitários e de cursinhos pré-vestibulares fazem ato em Recife – Pernambuco (região Nordeste) contra a unificação do vestibular. A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) aderiu à unificação planejada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), que tem como presidente o reitor da UFPE, Amaro Lins. O ato é organizado pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), União da Juventude Rebelião (UJR), Movimento CORRENTEZA e União dos Estudantes Secundaristas de Pernambuco (UESPE).

Sábado 09

Vendedores ambulantes fazem manifestação em protesto contra as obras da prefeitura de drenagem da Rua 25 de Março na capital de São Paulo – SP (região Sudeste). Segundo os trabalhadores, a obra atrapalhará o deslocamento de camelôs autorizados para o bolsão da Praça Coronel Fernando Costa, no centro de São Paulo.

Sem-terra ligados ao MST entram em conflito com seguranças da Agropecuária Santa Bárbara, na Fazenda Maria Bonita, do banqueiro Daniel Dantas, dono do Opportunity, em Eldorado dos Carajás – Pará (região Norte). Segundo a empresa, os acampados teriam matado cerca de 30 cabeças de gado, dando início à reação dos seguranças, que abriram fogo contra os invasores. O MST informa que três sem-terra foram baleados, todos sem gravidade.

Cerca de 3 mil pessoas, segundo os organizadores, ou 1.500 manifestantes, número estimado pela PM, participam da Marcha da Maconha, na orla de Ipanema, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), segundo os jornais O Globo e Folha de São Paulo. O ato pela legalização do uso da maconha no país conta com a presença do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que afirma que outros ministros também são a favor de rever a política repressiva em relação ao tema e querem discutir a política atual para drogas leves. Um manifestante é preso por estar fumando maconha já no fim do ato.

Domingo 10

O Movimento de Moradia de Vila Califórnia, em São Paulo – SP (região Sudeste), que conta com a participação de mais de 300 famílias, realiza um grande ato contra o descaso das autoridades de São Paulo para com a sua população. Os manifestantes reúnem-se na principal praça do bairro para o ato, exigindo seus direitos, como casas populares. É lida uma Carta Aberta que resgata o histórico do bairro, denunciando a falta de transformações de infra-estrutura.

2º feira 11

A Organização Não Governamental (ONG) Rio de Paz promove manifestação nas escadarias do Palácio Tiradentes, sede da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (ALerj), no centro da cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). As escadarias foram cobertas, por 17 mil pedras brancas colocadas sobre pó vermelho. O ato, chamado Cidadania Apedrejada, usou as pedras para simbolizar o número de mortes violentas no estado nos últimos dois anos e quatro meses. Outro objetivo do movimento é coletar assinaturas dos deputados estaduais para exigir do governo do estado mais transparência nas políticas de segurança pública referentes à redução do número de homicídios e mais diálogo com representantes da sociedade civil. De acordo com o presidente do Movimento Rio de Paz, Antônio Carlos Costa, mais de 2,2 mil pessoas foram assassinadas somente em 2009, com uma média de 500 homicídios dolosos por mês. De acordo com dados oficiais, cerca de 2,5 mil pessoas morreram em confronto com a polícia nos últimos dois anos, enquanto 58 policiais foram mortos em serviço no período. Segundo Costa, os números mostram que a política de segurança pública atual é ineficaz. Os pais do jovem William de Souza Marins, de 20 anos, morto após ser atingido na cabeça por um tiro disparado por policiais, em Bangu, Zona Oeste do Rio, participaram da manifestação. A manifestação terminou com os integrantes da ONG e parentes de vítimas acendendo velas e promovendo cinco minutos de silêncio.

Cerca de 350 integrantes do Movimento Popular Pró-Moradia para Baixa Renda do Distrito Federal realizam uma manifestação em frente ao Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) no centro da capital federal Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), local por onde passaria o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele falou rapidamente com os manifestantes e disse que encaminharia as reivindicações. O presidente prometeu encaminhar as reivindicações ao chefe de gabinete da Presidência, Gilberto Carvalho. Eles reivindicam a negociação direta com o governo federal para obter moradias populares em áreas do Distrito Federal que pertencem à União. Os manifestantes reivindicam moradias populares em um terreno de 40 mil hectares em uma área chamada Cana do Reino, que pertence à União. Eles querem ainda a revogação de um decreto presidencial, assinado recentemente, que autoriza a transferência do licenciamento de obras do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para o Instituto Brasília Ambiental (Ibram). Os manifestantes chegaram em cerca de dez ônibus, de acordo com os coordenadores, em busca de uma reunião com a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff.

Trabalhadores metalúrgicos paralisam suas atividades durante a manhã em protesto contra demissões em São Paulo (região Sudeste). O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi e a fabricante de rodas Novex chegaram a um acordo sobre a situação dos 35 trabalhadores demitidos no dia 8 de maio. As negociações ocorreram após uma paralisação que durou toda a manhã. Segundo o diretor do sindicato, David Martins, a empresa se comprometeu a pagar 60% dos salários para os dispensados, além de manter a distribuição

de cestas básicas e a assistência médica, até que seja resolvido o plano de recuperação, quando deve haver uma intervenção judicial na empresa. Martins considerou o acordo como “um grande avanço” porque garante assistência aos trabalhadores até a resolução judicial que deverá determinar o pagamento das dívidas trabalhistas e a liberação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Segundo o sindicato, a Novex havia assinado acordo de redução de 20% da jornada, com diminuição de até 17% dos salários, que vigorou de fevereiro a 30 de abril. No entanto, a empresa não cumpriu a cláusula que garantia 90 dias de estabilidade no emprego a partir do término do acordo. A Novex, segundo informou o sindicato, tinha 180 funcionários antes das demissões e alegou dificuldades financeiras em adequar o quadro de funcionários à sua produção.

O P-SOL divulga, em entrevista coletiva em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul), e-mails que fornecem novas evidências da prática de Caixa Dois na campanha eleitoral de Yeda Crusius (PSDB) em 2006. As mensagens negociam doações das empresas Odebrecht, Renner, Braskem e Tumelero para a campanha. As empresas Odebrecht, Renner e Tumelero não constam como doadoras na prestação de contas da campanha de Yeda o que, para o PSOL, representa fortes indícios de crime eleitoral. O marido da governadora, Carlos Crusius, era quem recebia o dinheiro.

Cerca de 43 pescadores mantém há um mês, na praia de Mauá – Magé no estado do Rio de Janeiro (região Sudeste), bloqueios à circulação marítima do projeto gás liquefeito de petróleo (GLP) da Petrobrás, administrado por um consórcio entre a GDK e a Oceânica. Com redes e barcos simples, os pescadores impediram passagens em regiões estratégicas do mar, impossibilitando o acesso de mergulhadores e o resgate de tubulações importantes para o andamento da obra. Em protesto desde abril, os pescadores afirmam ser ameaçados de morte com regularidade. Pelo menos quatro pescadores relataram casos de disparos de armas de fogo vindos de dentro dos canteiros das obras. Vítima de uma dessas tentativas de homicídio, um dos pescadores, Alexandre, dorme em distintos lugares todas as noites, e sua esposa já estaria sendo ameaçada.

Policiais civis iniciam a primeira das quatro paralisações de 72 horas anunciadas pelo sindicato da categoria depois de uma assembléia em abril, na Bahia (região Nordeste). As próximas paralisações estão agendadas para os dias 20 a 22 de maio, 27 a 29 de maio e 8 a 10 de junho. O sindicato reivindica aumentos progressivos de 90% nos salários dos agentes de todos os níveis, nos próximos três anos. O estado admite conceder reajuste médio de 30%. De acordo com a categoria, 30% dos policiais trabalham em atividades emergenciais.

Motoristas e cobradores de ônibus entram em greve, em Campinas – São Paulo (região Sudeste), descumprindo determinação do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, de operar com 70% da frota nos horários de pico e com 50% nos demais horários. Os motoristas reivindicam reajuste de 18% e os cobradores, de 62%. Segundo a Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (Emdec), dos 850 veículos, 90 rodaram pela manhã e no fim da tarde o número caiu para 10 carros.

Greve dos rodoviários da Viação Oeste Ocidental, que opera 22 linhas, termina após pagamento do salário de abril, atrasado seis dias, de cerca de 400 motoristas, cobradores, mecânicos e despachantes, no Rio de Janeiro (região Sudeste). Conforme o diretor do Sindicato dos Rodoviários do município do Rio, Sílvio Onil, a empresa se comprometeu a cumprir as dez reivindicações feitas pelos funcionários e promete acertar todos os salários.

Sem-terra apreendem um trator da Agropecuária Santa Bárbara Xinguara, ligada ao grupo Opportunity, do banqueiro Daniel Dantas, na Fazenda Maria Bonita em Eldorado do Carajás – Pará (região Norte). Segundo o jornal Folha de São Paulo, os sem-terra afirmam é um protesto contra o incidente no dia 09 de maio, onde três lavradores ficaram feridos após conflito com seguranças da fazenda, e que a máquina será devolvida no dia seguinte.

3º feira 12

Famílias ligadas ao MST bloqueiam a BR-386 em protesto contra o despejo do acampamento Jair Antônio da Costa, no assentamento Nova Santa Rita II, em Nova Santa Rita no Rio Grande do Sul (região Sul). Foram bloqueadas também a BR-290 em São Gabriel e a BR-158 em Julio de Castilhos. Outras famílias realizam um ato público em frente à sede do Ministério Público Federal em Canoas, onde ocorreu uma audiência à tarde, para discutir a situação das famílias acampadas. Trabalhadores ligados ao MST encerraram o jejum realizado há uma semana em Porto Alegre e em Canoas. Os trabalhadores reivindicavam que o Ministério Público Federal (MPF) de Canoas volte atrás e reveja a decisão de retirar o acampamento, que está localizado em uma área cedida pelo assentamento Santa Rita de Cássia II. As famílias afirmam que o despejo do acampamento, de dentro de um assentamento, é uma ação política e parte do processo de criminalização que os movimentos sociais sofrem no estado. A alegação do MPF é de que o acampamento se encontra em área de preservação ambiental. Segundo o Movimento, o acampamento está em uma área coletiva do assentamento, enquanto a área de preservação localiza-se em outro ponto do assentamento. Os trabalhadores terminaram o protesto depois da audiência de conciliação em que ficou acordado que as famílias do acampamento poderão permanecer na área cedida pelo assentamento até o final de 2009, prazo dado para que sejam assentadas pelo Incra. Também foi decidido que as 50 famílias acampadas na fazenda Granja Nenê se mudem para o acampamento Jair, onde ficarão até também serem assentadas. O MST realizou outros quatro jejuns no interior do estado para pressionar o Ministério Público. O MST lamentou que o MPF não exija do Incra – com o mesmo empenho em que quer o despejo - o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que estabelecia o assentamento de 2 mil famílias até o final de 2008. Apenas 500 famílias foram assentadas.

No seu aniversário de 50 anos, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC enfrenta o corte de cerca de 8.000 vagas entre setembro de 2008 e março de 2009, sob a alegação de sofrer os efeitos da crise financeira mundial. Conforme reportagem da Folha de São Paulo, as quatro cidades representadas pelo sindicato – São Bernardo do Campo, Diadema, Rio Grande da Serra e Ribeirão Preto – empregavam em setembro aproximadamente 105 mil metalúrgicos. Em março, eram 97 mil. Sérgio Nobre, presidente do sindicato, declara que “se não houver medidas que permitam ampliar vendas e crédito para o setor, o emprego pode continuar em queda”. A tendência, no entanto, é a de que mais vagas sejam fechadas, segundo avalia Fausto Augusto, coordenador da subseção do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico (Dieese) no sindicato, prevendo que ações como redução do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), por exemplo, “devem ter impacto positivo no emprego a partir do segundo semestre”.

4º feira 13

Mais de 120 jovens de todos os estados brasileiros participam em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), de uma série de atos públicos para chamar a atenção da população e do poder público para os altos índices de casos de hanseníase no Brasil. A mobilização foi organizada pelo Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan). Pela manhã, o ato público ocorre o gramado do Congresso Nacional. Os participantes estenderam no local um mapa de 90 metros quadrados, elaborado pelo artista plástico Siron Franco, indicando as regiões com maior incidência da hanseníase.

Senadores e organizações iniciam a vigília em favor da preservação da Amazônia em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Integrantes do MAB participam do protesto. Três comissões do Senado e 17 ONGs e entidades ambientalistas participam da vigília de acordo com o jornal O Globo. Com o plenário e as galerias do Senado lotados, tem início a audiência pública conjunta de comissões do Senado e da Câmara. A cerimônia foi marcada pela entrega do documento “Amazônia Para Sempre”, que reúne mais de um milhão de assinaturas pedindo a preservação da floresta. O documento, que foi trazido ao Senado em vários carrinhos, é resultado de dois anos de viagens por todo o país dos atores Christiane Torloni e Victor Fasano. A presidente da Comissão de Mudanças Climáticas do Senado, que também preside a sessão solene, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), abriu a cerimônia lembrando as palavras do ambientalista Chico Mendes de que preservar a Amazônia é salvar a humanidade. Segundo site da Agência Brasil, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, afirmou que este é um bom momento para realização da cerimônia, pois nos últimos três anos triplicou o número de espécies ameaçadas e todo o mundo sofre com as mudanças climáticas devido ao aquecimento global. Durante a vigília serão mostrados quatro painéis que tratarão de temas ligados à preservação da Amazônia. Rogério Höhn, coordenador do MAB no Pará, depôs sobre a situação de descaso com o meio ambiente e com a população atingida pelas barragens na região. “A construção de usinas hidrelétricas na Amazônia representa a rapina dos nossos bens naturais e o domínio sobre o território por empresas multinacionais. Se Belo Monte for construída será um desastre ambiental tão grave quanto foi Balbina”, alertou o coordenador. Além disso, Höhn denunciou as prisões políticas de 18 trabalhadores atingidos pela Usina hidrelétrica de Tucuruí, que protestavam contra a violência no campo e reivindicavam o avanço das negociações sobre reivindicações feitas à Eletronorte, que se arrastam desde 2004 sem avanços significativos nem concretização de acordos. Höhn relatou que até hoje, 25 anos após a construção da hidrelétrica, muitas famílias ainda não receberam nenhuma indenização por terem sido desalojadas e moram numa favela da cidade. Essas mesmas famílias eram as que estavam acampadas no canteiro de obras das novasclusas da usina, quando no dia 26 de abril a polícia militar foi fazer averiguação no local e deu ordem de prisão por flagrante a 18 trabalhadores, entre eles duas mulheres e um trabalhador com mais de 70 anos. Höhn relatou que os trabalhadores, por serem pescadores e camponeses e nunca terem se envolvido com qualquer ação criminosa, ao passarem por esta situação apresentam sintomas de depressão em virtude da humilhação, das péssimas condições de alimentação e de tratamento no presídio.

O juiz federal de Canoas Guilherme Pinho Machado determina o retorno ao cargo do superintendente do Inbra, Mozar Dietrich. Ele havia sido afastado no dia 6 de maio, até que o MST retirasse o acampamento próximo à Granja Nenê, que ficava dentro do

assentamento Santa Rita de Cássia II, em Nova Santa Rita – Rio Grande do Sul (região Sul) A desocupação do local foi firmada em uma audiência de conciliação realizada no dia 12 de maio pela Justiça Federal de Canoas. As cerca de 50 famílias deixaram a área de manhã e se mudaram para o acampamento Jair Antônio da Costa, que fica em uma área coletiva do assentamento. O Incra também se comprometeu a assentar 100 famílias do acampamento em 30 dias e as demais 158, até o final de 2009. Apesar de voltar ao cargo, Mozar ainda responde processo por improbidade administrativa devido a um suposto esquema de arrendamento de terras na região metropolitana.

Centenas de agricultores ligados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul) marcham em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul) para reivindicar ações emergenciais dos governos estadual e federal em relação à estiagem. Os agricultores saíram pela manhã em caminhada da Ponte do Guaíba até o Palácio Piratini, sede do governo gaúcho. Depois seguiram para a sede do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Os produtores exigem a ajuda imediata de R\$ 100 mil aos municípios com decreto de emergência, bolsa-manutenção de um salário mínimo para a família até a colheita da próxima safra e a implantação de um programa para a anistia do pagamento do Troca-Troca da safra 2008/2009, entre outras medidas. Estimativas da Fetraf-Sul apontam que as perdas com a estiagem no estado alcance R\$ 1bilhão e 200 milhões.

Cerca de 600 agricultores ligados à Fetraf-Sul ocupam à tarde a sede da Secretaria de Estado da Agricultura, no Itacorubi em Santa Catarina (região Sul). Eles deixaram o local à noite após marcar audiências com representantes do governo. No dia 14 de maio eles devem se reunir com representantes das secretarias da Fazenda, Educação, Articulação Política e Agricultura. No próximo dia 21, a reunião será com o governador Luiz Henrique da Silveira. Os pequenos agricultores reivindicam medidas para amenizar perdas com a estiagem no estado. Segundo informações da Agência Chasque de Notícias, além de ocupar a secretaria, a mobilização contou, durante a manhã, com uma caminhada em Florianópolis até a Assembléia Legislativa.

Cerca de 200 integrantes de movimentos sociais, pastorais, ambientalistas e entidades de direitos humanos realizam uma vigília em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) pela libertação de 18 pessoas ligadas ao MAB atingidas pela barragem de Tucuruí, no Pará (região Norte). Segundo a Agência Chasque de notícias, os 16 homens e as 2 mulheres estão presos desde o dia 26 de Abril, quanto acampavam em uma área da barragem em protesto. Mesmo depois de 25 anos de funcionamento da hidrelétrica, muitas famílias que tiveram de deixar suas casas ainda não foram indenizadas. Desde 2004, as famílias tentam negociar seus direitos com a Eletronorte, mas até o momento não conseguiram nenhum acordo.

Diversas entidades, movimentos populares e organizações sociais, articuladas em uma Frente única em Feira de Santana – Bahia (região Nordeste), abrem jornada de lutas pela revogação imediata do aumento da passagem (que passou de R\$ 1,85 para R\$ 2). Diversos atos de rua e trancamentos de vias são realizados. Os manifestantes reivindicam uma nova composição do Conselho Municipal de Transportes – com participação popular –, o congelamento do valor da tarifa, novo debate sobre a planilha, pela melhoria do transporte coletivo, pelo Passe Livre para estudantes e desempregados e pela estatização do transporte para garantir que ele seja efetivamente público, segundo afirmam os participantes da Frente.

O ativista homossexual Edson Nunes inicia greve de fome e entra com denúncia pública de assédio moral na Prefeitura de Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste). Enquanto aguarda resposta de Carta Aberta que enviou ao Presidente Lula, Edson apenas diz que a modalidade do assédio foi “humilhação no exercício das funções”, na administração do prefeito Fernando Pimentel (PT). Edson Nunes é precursor do Movimento Homossexual Brasileiro, tendo iniciado as atividades militantes em 1972. Na Carta Aberta, Edson Nunes também cobra do presidente Lula a criação da Secretaria Nacional de Políticas Para a Diversidade de Orientação Sexual.

5º feira 14

Cerca de 3 mil servidores públicos, sindicalistas, estudantes e professores realizam uma caminhada pelo Centro da Capital de Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Segundo os jornais O Globo, Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo, o ato é organizado pelo Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul (Cpers). Em frente ao Ministério Público Estadual (MPE), na Praça da Matriz, eles mostraram um banner com a foto da casa da governadora, exigindo mais investigações. O protesto encerrou com um ato público em frente ao Palácio Piratini, sede do governo gaúcho. Os manifestantes afirmam que a reportagem recentemente veiculada pela Revista Veja motivou o protesto. A matéria reforça e traz mais detalhes sobre as denúncias já lançadas em Fevereiro de uso de “Caixa Dois” durante a campanha de Yeda e o desvio de recursos eleitorais para comprar a mansão na Capital.

Manifestantes fazem protesto contra homofobia durante o lançamento no 6º Seminário LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) plano de promoção da cidadania de LGBT em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). A Secretaria dos Direitos Humanos da presidência que lançou o plano, afirma que há medida que possibilitaria ao governo federal classificar como impróprios para crianças e adolescentes programas de televisão com conteúdo homofóbico. Os programas teriam um selo “não recomendado para menores de 18 anos”, portanto seriam “inadequados” para a exibição entre 6h e 23h, segundo o secretário Nacional de Justiça, Romeu Tuma Jr. A classificação é feita pelas emissoras, mas, de acordo com ele, o ministério pode mudá-la caso, após um acompanhamento, discorde da avaliação. O plano tem propostas feitas na última Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, em junho de 2008. Há ações previstas nas áreas de educação, saúde, segurança pública e cultura, entre outras. De acordo com O Estado de São Paulo, o governo ainda quer que sejam incluídos nos livros didáticos a temática de famílias compostas por lésbicas, gays, travestis e transexuais. E ainda na área de educação, o governo recomenda cursos de capacitação para evitar a homofobia nas escolas e pesquisas sobre comportamento de professores e alunos em relação ao tema. No mesmo seminário, é divulgada pesquisa da Fundação Perseu Abramo e do Instituto Rosa Luxemburg Stiftung onde gays e lésbicas afirmam que as pessoas que mais discriminam são as que têm relação próxima, como parentes, excluindo pai e mãe.

6º feira 15

São libertados 14 dos 18 trabalhadores presos há 19 dias por conta de um acampamento de protesto junto às obras das eclusas da barragem de Tucuruí. Eles reivindicavam recursos

para agricultura, obras de infra-estrutura e criação de peixe em tanques-rede. Permanecem presos 4 trabalhadores, 3 homens e uma mulher sob a alegação de serem as lideranças do grupo, o que reforça a denúncia de movimentos sociais de que as prisões foram de ordem política. Segundo o MAB, a liberdade é fruto de uma grande rede de solidariedade que pressionou as autoridades: “Agora temos que exigir a libertação dos outros quatro companheiros que foram presos nas mesmas condições. Não é justo que camponeses e pescadores tenham a liberdade roubada por reivindicar melhores condições de vida, enquanto os assassinos da Irmã Doroty estejam soltos”, declararam as lideranças do MAB. No dia 13 de maio na vigília em solidariedade aos povos amazônicos realizada no Senado Federal, em Brasília, Rogério Höhn, coordenador do MAB no Pará, denunciou as prisões políticas e a situação por que passam no presídio. O senador Jose Nery encaminhou para dia 20 de maio a votação para uma Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado, a fim de discutir as violações dos direitos humanos dos atingidos pela barragem de Tucuruí.

Michele Kaners, 31, e Carla Regina Cumiotto, 37, um casal de mulheres homossexuais de Blumenau – Santa Catarina (região Sul), ganha o direito de registrar como seus os gêmeos concebidos por uma delas há dois anos na Justiça de Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). A decisão, considerada rara, foi tomada pelo juiz Cairo Madruga, da 8ª Vara de Família de Porto Alegre.

Sábado 16

Cerca de 250 famílias do MST ocupam a Fazenda Cruzeiro do Mocó, em Feira de Santana – Bahia (região Nordeste). A fazenda de propriedade da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), tem cerca de 1400 hectares e seria destinada a experimentos com pastagem animal. Há expectativas de que a ocupação chegue a mil famílias ainda nesta semana. Os trabalhadores iniciaram a limpeza da área e a construção dos barracos de lona, em regime de mutirão. O MST entende que a unidade não cumpre seu papel social e dá prejuízos ao estado. Portanto, pode ser destinada à reforma agrária. A ocupação, a primeira do Movimento em Feira de Santana, contou com a participação de cerca de 30 bairros e comunidades periféricas do município. Segundo site do Movimento, a Bahia é o estado brasileiro com o maior número de famílias acampadas, cerca de 25.000. Em 2009, já ocorreram cerca de 55 ocupações em todo o estado.

Domingo 17

Cerca de cem pessoas participam de uma passeata na Praia de Ipanema, zona sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), para lembrar o Dia Mundial de Combate à Homofobia. Os manifestantes carregavam faixas e cartazes, usavam camisetas e entregaram folhetos à população pedindo o fim da violência contra homossexuais. Ao fim da marcha, que contou com a presença do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, foram distribuídas flores para lembrar as mortes de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. De acordo com o superintendente de Direitos Individuais do estado, Cláudio Nascimento, nos últimos dez anos 3 mil homossexuais foram assassinados no país por causa da orientação sexual. A caminhada também defende a aprovação de um projeto de lei que tramita no Senado propondo tornar crime a prática da homofobia no país.

A CPT está em terceiro lugar na lista dos 89 movimentos de sem-terra que atuam em ocupações de terras no país, estando atrás somente do MST e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Essas informações fazem parte de artigo divulgado pelo Núcleo de estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), vinculado à Universidade Estadual Paulista (UNESP) divulgado pelo jornal O Estado de São Paulo. Se for considerado o número de famílias que cada um deles mobiliza, a entidade pastoral também ocupa posição de destaque: a quarta posição. Na frente, MST, Contag e o Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST). Conduzido pela pesquisadora Elenira de Jesus Souza, o artigo aponta os seis principais movimentos de luta pela terra no país – além dos quatro já citados, Federação da Agricultura Familiar (Fetraf) e Organização da Luta no Campo (OLC). A fonte dos seus números é o Banco de Dados da Luta pela Terra, o Dataluta.

2º feira 18

Manifestantes protestam na escadaria do Palácio Pedro Ernesto, sede do Legislativo fluminense, na Cinelândia, centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) no Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Crianças de comunidades carentes, mães de crianças desaparecidas e autoridades públicas participam da manifestação. A presidente da Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente, vereadora Liliam Sá, também pediu mais empenho das autoridades no combate à violência sexual, principalmente contra a exploração sexual de crianças e adolescentes e o consumo de crack, droga que, segundo ela, leva crianças e adolescentes a se submeterem a esse tipo de crime. Liliam Sá informou que a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro disponibilizou um telefone gratuito para que as pessoas denunciem os casos de violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes.

Um grupo de cerca de 60 indígenas ocupa, a sede da Funai em Campo Grande – Mato Grosso do Sul). Os índios pertencem a etnia Terena e reivindicam uma definição quanto à administração do órgão no estado, informou o chefe substituto da Funai na cidade, Joãozinho da Silva. No cargo desde fevereiro de 2009, Silva é o segundo a ocupar a chefia da Funai no estado, desde que o ex-titular Claudionor Miranda foi afastado, depois que uma sindicância apontou irregularidades em sua administração, em novembro de 2008. Segundo ele, os índios estão impacientes por causa da falta de definição de um novo titular. Os índios querem como delegado regional um índio da etnia Terena da aldeia Buriti. De acordo com Silva, não houve violência durante a ocupação, e os funcionários deixaram o prédio para evitar confrontos com os indígenas. Segundo site da Agência Brasil, as lideranças entraram em contato com a sede da Funai em Brasília e pretendem enviar um documento com as reivindicações do grupo. O Mato Grosso do Sul foi apontado pelo Cimi como o estado com maior índice de violência contra indígenas. De acordo com o relatório da entidade, dos 60 assassinatos cometidos contra índios em 2008, 42 ocorreram no estado.

Cerca de 98 famílias ligadas ao MST do município de Campo do Meio, no sul de Minas Gerais (região Sudeste) são despejadas dos acampamentos Sidney Dias, Irmã Dorothy, Tiradentes e Rosa Luxemburgo. Parte das famílias se refugiaram em outros acampamentos do MST, também instalados no latifúndio da ex-Usina Ariadnópolis. Segundo uma nota da PM, a tropa que efetuou o despejo compreendia 210 soldados fortemente armados com revólveres, metralhadoras, helicóptero, cachorros, cavalaria, três Unidades de Tratamento Intensivo móveis, carro do corpo de bombeiro, atirador de elite, além de policiais de Operações Especiais da Tropa de Choque. A cidade de Campo do Meio está sitiada pela

polícia. "Nunca se viu tamanho aparato policial na região aterrorizando o povo. Ninguém circula sem ser vistoriado. As lideranças do MST estão sendo perseguidas. Os policiais chegaram de forma truculenta", denuncia Frei Gilvander, membro da CPT. A polícia destruiu muitas plantações utilizando patrôla, trator e incendiando lavouras. Mataram cães com tiros e um sem-terra, o Sr. José Inocência, foi preso porque insistiu em recolher um saco de mandioca para levar antes que o trator da polícia destruísse o mandiocal. Um vereador de Campo do Meio, Camilo Lelis Fernandes, tentou entrar em um dos acampamentos para acompanhar de perto o despejo, mas foi impedido pela polícia. Nem mesmo as crianças impediram a truculência da polícia. Elas entregaram flores aos soldados e mostraram cartazes pedindo um pedacinho de terra e paz. Laudo da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) de Minas atesta que só na área do acampamento Tiradentes, entre tantas outras plantações que foram destruídas, os sem-terra estavam na iminência de colher cerca de 1.800 sacos de feijão. Segundo site do MST, muitos dos acampados habitavam o local, vivendo sob uma lona preta, há 11 anos. Este é o sexto despejo que enfrentam.

Trabalhadores sem-terra ocupam a sede da Prefeitura do município de Cajamar, na região da grande São Paulo (região Sudeste). A ação tinha como objetivo cobrar das autoridades uma resolução para a situação das famílias que foram assentadas na Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga. A área se localiza nas terras da antiga Fazenda São Luis. No processo de destinação da área para a Reforma Agrária, foram repassados apenas 20 hectares para as 40 famílias que vivem no local, no entanto, outros 100 hectares não foram liberados para o assentamento devido a uma questão jurídica envolvendo a área de reserva florestal da antiga fazenda. Segundo site do MST, a Prefeitura de Cajamar tem demonstrado que não deseja a Comuna em sua cidade, colaborando assim para a morosidade do processo de licenciamento ambiental. Desde 2006, as famílias se estabeleceram nesses 20 hectares e mesmo com condições mínimas, conseguem produzir alimentos. Além disso, iniciaram a recuperação das nascentes e preservação da vida silvestre, desenvolvendo projetos ambientais e respeitando todas as condições colocadas pelo Judiciário. Como resultado da ação, os sem-terra conseguiram uma reunião, a ser realizada ainda esta semana, entre o Incra, o MST e a Prefeitura do município. Essa conversa tem como objetivo estabelecer um termo de conduta para que os assentados possam utilizar o restante da área destinada ao assentamento. Caso se chegue a um acordo, o Incra poderá requerer o Licenciamento Ambiental junto à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e prosseguir com o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS). A proposta defende o assentamento de trabalhadores rurais no entorno das grandes regiões metropolitanas do estado de São Paulo, viabilizando uma possível saída aos dilemas ambientais e sociais contemporâneos.

Aproximadamente 400 sem-terra, segundo informações da Agência Chasque de Notícias, cerca de 200 integrantes do MST, Via Campesina e Assembléia Popular, de acordo com O Estado de São Paulo, iniciam a marcha por Reforma Agrária e contra a com duas colunas no Paraná (região Sul). Os marchantes partiram de Florestópolis, no Norte do estado, até Porecatu, e depois em direção para Alvorada do Sul. No dia 19 de maio outros 200 camponeses iniciam a segunda coluna partindo de Foz do Iguaçu. As marchas querem debater com a população os efeitos da crise financeira e cobrar medidas que valorizem o trabalhador e assegurem os empregos, como a rapidez na Reforma Agrária.

Cerca de 200 trabalhadores organizados pelo Movimento Terra Livre ocupam o Incra de Goiás (região Centro-oeste). A ocupação representa um protesto para reivindicar do

governo federal agilidade na implementação da Reforma Agrária e uma saída política viável para o combate à crise econômica - porque gera trabalho no campo, distribui renda e aumenta a produção de alimentos. O movimento reivindica ao Incra e ao governo estadual: apresentação do plano de metas da Reforma Agrária para o ano de 2009; vistoria de 9 fazendas no Sudoeste do estado, 5 no Noroeste e apresentação do laudo de 4 fazendas; fim das ameaças da Agência Goiana de Transportes e Obras (AGETOP) de retirar as famílias dos acampamentos; revisão dos índices de produtividade; revogação da medida provisória que proíbe áreas ocupadas de serem vistoriadas; uma política clara de apoio à agricultura familiar e camponesa por parte do governo estadual; retomada e destinação das terras devolutas à reforma agrária; entre outros.

Entidades ligadas à área da saúde que compõem o Fórum Goiano de Saúde Mental organizam manifestação que defende o fim dos manicômios no país e um tratamento mais humano com o portador de transtorno mental. A manifestação ocorre no Dia Nacional de Luta Antimanicomial, no centro de Goiânia – Goiás (região Centro-oeste). Segundo os manifestantes, ainda existe muito preconceito com pacientes que poderiam ser tratados em casa, mas acabam em manicômios. Eles chamam a atenção para a ineficiência do atual modelo psiquiátrico, que tem por método isolar os pacientes. Dentre os participantes, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Goiânia (UFG), junto a outras entidades estudantis, divulgam um manifesto no ato, que diz “loucura não é mercadoria”, fazendo alusão aos lucros que os manicômios têm com o atual método de tratamento. O Sindicato dos Servidores da Saúde também compareceu ao ato. Eles também protestam contra o atual secretário de saúde de Goiânia, Paulo Rassi.

Cerca de mil pessoas, segundo o sindicato, realizam manifestação em frente à reitoria da USP, em São Paulo – SP (região Sudeste). Conforme reportagem do jornal O Estado de São Paulo, o protesto contou com a participação da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP), que realiza paralisação de 24 horas.

Cerca de 1.500 pessoas participam de marcha contra a pedofilia no Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, na zona sul de São Paulo – SP (região Nordeste).

3º feira 19

Trabalhadores rurais organizados pela Via Campesina, que marchavam de Guaíba em direção à Porto Alegre, abrem as cancelas do pedágio entre Eldorado do Sul e Guaíba no estado do Rio Grande do Sul (região Sul). A ação é um protesto contra os prejuízos da estiagem no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.. Segundo site do Movimento, participam do protesto 1.500 camponeses. Os camponeses protestaram em frente a Aracruz Celulose em Guaíba e depois seguiram em marcha em direção à capital gaúcha. Em São Borja, 350 camponeses bloquearam a Ponte da Amizade. Os protestos também ocorrem nas divisas entre os dois estados na ponte sobre o Rio Uruguai no distrito de Goio-Ên e entre Lajes e Vacaria. Entre as reivindicações estão: a anistia de R\$ 10 mil nas dívidas para os pequenos agricultores e assentados; a retirada de todos os camponeses da Sersa; a abertura de acesso a novos financiamentos e a criação de um fundo de reserva para o serviço

ambiental com o pagamento de um salário mínimo para cada família que fizer a preservação e a recuperação ambiental em suas propriedades.

Cerca 580 camponeses ligados ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) - integrantes da Via Campesina Brasil - ocupam as agências da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, em Araçuaí e Arinos - ambas cidades do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais (região Sudeste). A ação é uma forma de pressionar os órgãos públicos responsáveis pela viabilização de créditos para produção e infra-estrutura no campo e por melhorias nas condições de trabalho no campo. Em Minas Gerais, diversas entidades e personalidades políticas já prestaram solidariedade à luta camponesa, e algumas se encontram nos locais dos protestos, como a Cáritas, a CPT, a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), a Assembléia Popular, o deputado estadual Almir Paraca (PT) e vereadores locais. Essa semana o MPA realiza sua Jornada Nacional de Lutas que está ocorrendo em 13 estados. Segundo o MPA, há manifestações em Espírito Santo e Minas Gerais (região Sudeste); Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (região Sul); Rondônia (região Norte); Goiás (região Centro-oeste); Bahia, Pernambuco, Piauí, Sergipe e Alagoas (região Nordeste). Cerca de 1.500 agricultores, de 28 cidades, percorrem as ruas de Vitória – Espírito Santo (região Sudeste) e são recebidos pelo governo estadual. A polícia informa que agricultores e sem-terra bloqueiam a BR-153, entre Uruaçu e Campinorte, em Goiás (região Centro-oeste). Integrantes do MPA são recebidos pro secretários estaduais em Porto Velho – Rondônia (região Norte). O MPA protesta em Vitória da Conquista – Bahia (região Nordeste), além de ocorrerem marchas em Ponto Novo e Bonfim. Há ainda atos no sertão de Araripe – Pernambuco (região Nordeste).

Cerca de 150 sem-terra do acampamento Silvio Rodrigues, interditam a BR-174, na altura do quilômetro 76, no município de Mirassol do Oeste, em Mato Grosso (região Centro-oeste). Os camponeses reivindicam o pagamento da Fazenda Panorama, depositando os títulos em Juízo; transferência do processo da Fazenda Rio Azul para Brasília, por conta do desinteresse do Incra do estado de Mato Grosso em desapropriar a área; desapropriação da Fazenda Santa Rosa I, no município de Sorriso; notificação do proprietário da Fazenda Frei Crispim e a criação dos assentamentos Olga Benário e Renascer, no município de União do Sul. Os manifestantes reivindicam ainda a retomada da Fazenda São Paulo, no município de Mirassol do Oeste; retomada da Fazenda Palmital, no município de Nova Olímpia; aquisição da Fazenda Nossa Senhora Aparecida, do município de Salto do Céu e 10 mil cestas básicas.

Os cerca de 200 trabalhadores da Marcha pela Reforma Agrária e contra a Crise, da coluna do Oeste, realizam uma caminhada até a praça da prefeitura de Foz do Iguaçu, onde acontece o ato de largada da coluna. Os sem-terra seguem para São Miguel do Iguaçu – Paraná (região Sul), onde participam de debates em escolas e comunidades. Os 200 marchantes da coluna do Norte, que saíram de Porecatu na manhã do dia 18 de maio, chegaram á tarde à cidade de Londrina. O objetivo é unir-se ao grupo que saiu no dia anterior de Florestópolis, no norte do estado, em Campo Largo, no dia 4 de junho, e seguir para uma manifestação em Curitiba. A marcha faz parte de um Mutirão nacional que irá debater a crise econômica e um Projeto Popular para o Brasil, empunhando o lema Trabalhadores e trabalhadoras não pagarão pela crise!. No Paraná, são cerca de 400 trabalhadores do MST, juntamente com a Via Campesina e da Assembléia Popular, organizados em duas colunas, que irão atravessar o estado, dialogando com a população

sobre a realização da Reforma Agrária, como uma alternativa para crise econômica. A caminhada segue em direção à capital, Curitiba, e a chegada está prevista para o início de junho.

Cerca de 100 famílias do MST que ocupavam o Engenho General, localizado no município de São Lourenço da Mata, Zona da Mata Norte de Pernambuco (região Nordeste) são despejadas pela PM. O Engenho, que foi ocupado no dia 13 de abril, durante a Jornada de Lutas por Reforma Agrária, fazia parte do complexo da usina Tiúma, do Grupo Votorantim, constituída por outros sete engenhos. Um deles, o Engenho São João, foi desapropriado para Reforma Agrária em 2008, depois de quatro anos de luta, e hoje é o Assentamento Chico Mendes. A usina Tiúma foi uma das maiores do estado de Pernambuco e faz parte da história de ocupação das terras da Zona da Mata pela cana-de-açúcar. Com o fim do Pró-Álcool e dos subsídios governamentais a usina, junto com muitas outras da região, entrou em processo de falência. Em 2004, quando foi ocupada pela primeira vez, estava abandonada há 17 anos, falida e com dívidas com a Previdência Social. Mas com a revalorização da cana-de-açúcar para produção de etanol e a entrada de novos subsídios governamentais, o Grupo Votorantim voltou a ter interesse na área. Desde a primeira ocupação os trabalhadores reivindicavam a desapropriação de pelos menos três engenhos: General, Tapacura e São João. O Incra só conseguiu até agora a desapropriação do São João, ex-propriedade do grupo Cavalcanti Petribu, um dos maiores industriais da cana-de-açúcar do nordeste. Segundo site do MST, a área teve capacidade para assentar apenas 50 famílias.

O MAB, amparados por entidades de defesa dos direitos humanos, alegam ser alvo de perseguição política do Judiciário, após detenção de 18 pessoas em protesto ocorrido no dia 26 de abril nos canteiros de obras das eclusas da Hidrelétrica de Tucuruí, a 400 km de Belém – Pará (região Nordeste). Apesar de 14 manifestantes terem sido liberados, quatro permanecem presos – acusados de terem cometido quase uma dezena de crimes, entre os quais formação de quadrilha, sabotagem, incitação ao crime, resistência à prisão e invasão de estabelecimento industrial – por representarem “maior perigo para a segurança pública”, segundo o promotor de Justiça José Augusto Nogueira Sarmiento. De acordo com a presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-Pará, Mary Cohen, as prisões em Tucuruí fazem parte de um processo mais amplo, que envolve o Ministério Público de vários estados, com o intuito de criminalizar os movimentos sociais no país.

Um grupo de 120 famílias sem-terra, que ocupava a sede da Prefeitura do Município de Agudos, próximo a Bauru – São Paulo (região Sudeste), é duramente reprimido pela PM. Os sem-terra distribuíram três mil quilos de alimentos para os moradores da região. Os agricultores questionam o uso das terras da Fazenda Santa Maria - local em que antes estavam acampados - e reivindicam que a área seja vistoriada pelo Incra. Houve conflito entre os militantes e a polícia, que utilizou a força para resolver a situação. Foram destacados mais de 200 soldados para realizar a desocupação. Após um acordo, os manifestantes se dirigiram à praça da prefeitura, em frente a sede, para aguardar um posicionamento do prefeito de Agudos e do Incra em relação às terras. A área pertencente ao grupo sucroalcooleiro Atala - que atua também no estado do Paraná - e tem sido usada para o monocultivo de cana-de-açúcar, além abrigar usinas e indústrias voltadas ao seu processamento. Os proprietários possuem inúmeros processos e denúncias relativas a

trabalho escravo e dívidas. Os trabalhadores rurais afirmam que permanecerão acampados em frente a Prefeitura de Agudos até que seja resolvido o impasse.

Cerca de 120 militantes do MST deixam uma área na Fazenda Martinópolis, em Serra Azul, região de Ribeirão Preto – São Paulo (região Sudeste). Conforme informações dos jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo. A desocupação ocorre em virtude de ordem de reintegração de posse expedida pela Justiça, cumprida por aproximadamente 100 policiais militares. O grupo segue, sem resistência, para um assentamento do MST na região.

4º feira 20

Agricultores ligados à Via Campesina encerram as mobilizações por medidas dos governos contra a estiagem. Cerca de 1.500 camponeses realizaram ato no Palácio Piratini na capital Porto Alegre depois de marcharem desde Guaíba no Rio Grande do Sul (região Sul). A Ponte da Integração em São Borja, a BR-386 em Iraí e o trevo do Nonoai foram bloqueados por camponeses. Como as negociações dos agricultores e prefeitos com a Casa Civil estadual não tiveram avanços, os camponeses não descartam novas mobilizações.

Estudantes protestam contra o aumento na passagem de ônibus em Joinville – Santa Catarina (região Sul). A manifestação percorre universidades e escolas públicas. Um grupo de aproximadamente 50 estudantes caminhou a pé pelas ruas da cidade cantando músicas e pedindo a redução do valor da passagem de ônibus. A PM acompanha à distância a passeata e organiza o trânsito.

Dezenas de ciclistas fazem protesto silencioso organizado pela Federação de Ciclismo do estado do Rio, na orla do Leblon, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Segundo o jornal O Globo, os ciclistas protestam contra as mortes no trânsito.

Uma comitiva formada por representantes de movimentos sociais que integram a Via Campesina é recebida em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, para discutir propostas de implementação de políticas sócio-ambientais para o campo brasileiro. Durante a audiência, os camponeses apresentaram ao ministro uma pauta em que defendem a manutenção do Código Florestal brasileiro, a implementação de um Programa de Pagamento por Serviços Ambientais e um projeto de Educação Ambiental para as comunidades camponesas. Elaborado em 1965, o Código Florestal trata da proteção legal de florestas e outras formas de vegetação em território brasileiro, e de critérios para retirada e exploração econômica da vegetação nativa. A legislação é considerada progressista, mas está ameaçada: sob o argumento de que não existem mais terras para a agropecuária. Em função da vigência do Código, os deputados da bancada ruralista do Congresso, aliados a grandes latifundiários, articulam alterações. Para estimular a preservação e evitar que a agricultura do latifúndio exerça pressão sobre a área preservada, os movimentos propõem um Programa de Pagamento por Serviços Ambientais no campo, que remunere mensalmente as famílias camponesas que preservam matas, solo, agroflorestas, fontes e nascentes e qualquer serviço ambiental relevante no campo. Como resposta a esta reivindicação, o ministro Minc anunciou que o Governo Federal vai anunciar, em junho, um decreto que cria o Projeto de Lei, a ser enviado ao Congresso Nacional, de Pagamento por Serviços Ambientais. Para informar a população sobre a questão ambiental, as consequências da devastação e as vantagens da preservação,

os trabalhadores apresentaram ainda a proposta de um Programa de Educação Ambiental, tanto nas escolas como nas comunidades camponesas, em parceria com os sistemas educacionais e movimentos sociais. Nesta semana, o MPA organiza, com o apoio de outros movimentos da Via Campesina, sua jornada nacional de lutas. Cerca de 20 mil camponeses estão mobilizados, desde o dia 18 de maio, em 13 estados brasileiros.

5º feira 21

Mais de 5 mil pessoas entre petroleiros, organizações de estudantes, centrais sindicais representantes de diferentes categorias, de movimentos sociais de diversos estados brasileiros realizam um ato na Candelária, no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), em protesto contra a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Senado para investigar denúncias de irregularidades na Petrobras. Os manifestantes ainda exigem que os resultados financeiros sejam aplicados num fundo soberano e destinados, prioritariamente, a políticas públicas de saúde, educação, infraestrutura, pesquisa e segurança, entre outros. O grupo seguiu em passeata pela Avenida Rio Branco até a sede da Petrobras, na Avenida Chile, onde deu um abraço simbólico no prédio da empresa. O ato faz parte da articulação da campanha "O Petróleo tem que ser nosso!", que pretende fazer um grande mutirão nacional para debater a necessidade do controle público do petróleo e gás, para melhorar a vida do povo brasileiro e garantir a soberania nacional. Também participaram do ato parlamentares e representantes dos partidos à esquerda, como Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Socialista Brasileiro (PSB), PT, PSOL e PSTU. O coordenador-geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP), João Antônio de Moraes, disse que o objetivo da manifestação também é defender uma nova lei para o petróleo brasileiro. Para Moraes, a criação de uma CPI para investigar a Petrobras, neste momento, é “uma pedra no caminho, porque a Petrobras é símbolo de luta”. “A empresa representa algum controle que o povo tem sobre essa riqueza. Efetivamente, paralisar a Petrobras pode significar deixar as multinacionais à vontade para explorar cada vez mais o nosso petróleo.” Segundo o coordenador-geral, o ato faz parte da campanha unitária, que pretende fazer um grande mutirão nacional para debater a necessidade do controle público do petróleo e gás. Para isso, os manifestantes coletam assinaturas, desde 2008.

A Justiça Federal em Pernambuco (região Nordeste) condena o cacique Marcos Luidson, do povo Xukuru, a 10 anos e quatro meses de prisão. Apesar da publicação da sentença, o depoimento de uma testemunha de defesa de Marcos, o deputado federal Fernando Ferro (PT/PE) está marcado para 28 de maio em Brasília. Marcos foi condenado na ação que trata de um conflito ocorrido em 2003, dentro da terra Xukuru, agreste de Pernambuco. Outros 26 Xukuru já haviam sido condenados, em janeiro de 2009, também acusados de participar do mesmo conflito. Os advogados dos indígenas recorreram da decisão ao Tribunal Regional Federal (TRF) da 5ª Região, em Recife. Os Xukuru aguardam o julgamento do Tribunal Regional Federal (TRF) em liberdade, exceto Rinaldo Vieira, que está preso desde 2008 acusado, de envolvimento num assassinato. Segundo advogado de Marcos, Sandro Lobo, as condenações mostram que os fazendeiros e posseiros exercem poder sobre a Justiça.

A Frente Unificada Contra o Aumento, espaço que reúne diversas organizações sociais e entidades, como o Comitê de Luta pelo Transporte Público, o Coletivo Quilombo, a

Associação Municipal dos Estudantes Secundaristas (AMES), o DCE da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), dentre outras, organiza uma comissão com representantes das entidades que se dirige à Prefeitura de Feira de Santana – Bahia (região Nordeste) para pressionar o prefeito a negociar a pauta do movimento, que contém a revogação imediata do aumento da tarifa de ônibus (de R\$ 1,85 para R\$ 2) e o início de um debate amplo, através de um novo Conselho Municipal de Transportes, com participação popular, sobre a situação do sistema de transporte coletivo na cidade. Eles não foram recebidos pelo prefeito. Segundo o CMI, seguranças da prefeitura, guardas municipais e a PM, articulados pelo secretário de transporte Flaiton Frankles, ex-capitão da PM iniciaram repressão contra os estudantes, que tentaram resistir. Ao fim, o prefeito se compromete a receber o movimento na próxima semana, sem definir data precisa.

Entidades prestam solidariedade aos sem-terra Nilton Tavares de Araujo e Osvaldo Soares Meira, que continuam presos no presídio Monte Santo, em Campina Grande na Paraíba (região Nordeste). O Superintendente do Incra na Paraíba, Frei Anastácio; Ouvidoria Agrária do Incra-PB, Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Fundação Margarida Maria Alves, Comissão de Direitos Humanos da OAB-PB, Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, Centro de Defesa dos Direitos Humanos Dom Oscar Romero, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão, vereadora Sandra Marrocos, vereador Jorge Camilo, CUT, Sindicato dos Trabalhadores dos Correios (Sintect-PB), Marcha Mundial das Mulheres, Assembléia Popular participam de uma reunião com o presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Luiz Silvio Ramalho Junior. As organizações reivindicam agilidade na concessão do Habeas Corpus. Várias mensagens de solidariedade enviadas por professores, estudantes, artistas, políticos, Igreja, Movimentos Sociais, que defendem a luta dos trabalhadores e repudiam a prisão e tortura sofridas por eles, vem sendo recebidas.

6º feira 22

Um grupo de palestinos refugiados no Brasil protesta para deixar o país alegando dificuldades de adaptação e falta de apoio do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) e do governo brasileiro para a permanência no país. O protesto reuniu cerca de 20 palestinos em frente ao Ministério das Relações Exteriores em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). O Acnur nega as acusações e informa que os refugiados palestinos são beneficiários de um programa de assistência. O advogado e coordenador nacional do Movimento Democracia Direta, Acilino Ribeiro, disse que o grupo quer deixar o Brasil e seguir para a Europa. “A maioria das famílias deles está lá. Eles têm irmãos, pais tios, primos. Qualquer país da Europa é tranquilo para eles.” Segundo o Acnur, o grupo que participou da manifestação é beneficiado pelo Programa de Reassentamento Solidário, implementado pelo governo brasileiro em parceria com a sociedade civil. “Eles recebem apoio para sua integração no país – o que inclui assistência financeira por período limitado, casas alugadas e mobiliadas, aulas de português e assistência social, além de apoio para inserção no mercado de trabalho”, segundo nota assinada em conjunto com o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), ligado ao Ministério da Justiça. A agência da ONU informou que, na verdade, alguns refugiados preferiram deixar o programa. “Eles optaram por abandonar suas residências custeadas pelo programa nas cidades de reassentamento para vir a Brasília.” O Acnur afirma que manteve

o apoio aos refugiados e, junto com o governo brasileiro e a sociedade civil, ofereceu “diversas soluções” para as demandas do grupo. Com o protesto de hoje, o advogado disse que espera que o governo brasileiro auxilie na negociação para a ida dos palestinos para a Europa. Segundo o Acnur, a transferência dos refugiados para outro país depende de “decisões soberanas dos países que possuam este tipo de programa”.

Paulo César dos Santos Souza, 40, pescador fundador e tesoureiro da Associação dos Homens do Mar (Ahomar), que se opunha a um projeto da Petrobras na baía de Guanabara, é assassinado em Magé, região metropolitana do Rio de Janeiro (região Sudeste). O projeto da Petrobras na praia de Mauá, na baía de Guanabara, é executado pelo consórcio GLP Submarino, que reúne as empresas GDK S.A. e Oceânica. Estão sendo construídos dutos para escoamento de gás de cozinha entre o terminal da Ilha Redonda, perto da Ilha do Governador no estado, e a Refinaria de Duque de Caxias. Os pescadores reclamam de degradação ambiental, da redução à metade do pescado no mar e de acidentes provocados por embarcações do consórcio.

O MST de Roraima, apresenta uma lista de reivindicações ao presidente do Incra, Rolf Hackbart, que participa de uma solenidade de transferência de terras da União para o estado em Boa Vista – Roraima (região Norte). A ação concretiza a Medida Provisória nº 454 e o Decreto nº 6.754, assinados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 28 de janeiro de 2009, que determina a transferência das terras da União para Roraima, vinte anos após a criação do estado. A lista aponta os problemas na Superintendência do Incra de Roraima que têm dificultado o avanço da Reforma Agrária. Dentre outras questões, os Sem Terra denunciam que assentamentos existentes se encontram em decadência e abandono total por parte do poder público. Cerca de 70% das áreas não possuem infraestrutura que permita um desenvolvimento apropriado. Também fazem parte da lista de reivindicações: Diminuição da quantidade de documentos exigidos pelo Incra às famílias assentadas (no total são nove; em especial a certidão expedida pela Polícia Federal); Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), que há cinco anos não existe no Estado; Criação de Ouvidoria Agrária; Criação de metas de habitação para 2009/2010; Avanços na criação de novos assentamentos; Cursos de capacitação na área de preservação ambiental; Recursos para desapropriação.

Sábado 23

Organizações do Movimento Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis (LGBTT) do Distrito Federal promovem um protesto contra a discriminação sofrida por um casal homossexual no dia 14 de maio. Os manifestantes promoveram um “beijaço” para protestar no Parque Nacional de Brasília, também conhecido como Água Mineral em Brasília - Distrito Federal (região Centro-oeste). As duas jovens vítimas de comentários sexistas feitos por uma usuária do parque não compareceram ao ato. Esclarecendo que nenhum funcionário presenciou ou se envolveu no episódio, a administração do parque manifestou o repúdio a qualquer forma de preconceito. Segundo a diretora do local, Maria Helena Reinhardt, o regulamento do Água Mineral não faz qualquer restrição a manifestações entre casais do mesmo sexo.

Famílias organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) que fazem parte da ocupação Guerreiros do 510, do prédio situado na Avenida Gomes Freire, 510, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), tentam negociar a permanência das famílias

nos andares do prédio que permanecem intactos após o prédio ser incendiado no dia 22 de maio.

Moradores da Barra da Tijuca derrubam dois muros – erguidos no último dia 18 de maio e alvo de polêmica – durante protesto organizado pela Associação de Moradores e Amigos do Parque Lúcio Costa (Amapulc), na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). De acordo com o jornal O Globo, os paredões haviam sido construídos pela administração da massa falida Desenvolvimento Engenharia, com o objetivo de impedir a ligação da Rua Mário Covas Júnior com uma das principais vias do bairro, a Avenida das Américas.

Domingo 24

O prefeito de Porto Feliz, Cláudio Maffei, inicia marcha rumo ao Palácio dos Bandeirantes em São Paulo – SP (região Sudeste), aonde pretende chegar no dia 27 de maio. O objetivo do ato é entregar ao governador José Serra (PSDB), um abaixo-assinado com 15 mil assinaturas contra a instalação de um presídio estadual no município de Porto Feliz que fica a 112 quilômetros de São Paulo. A caminhada de Maffei deve atingir 132 quilômetros. Maffei iniciou a caminhada logo depois de participar de ato ecumênico na Praça Dr. José Sacramento e Silva, no centro de Porto Feliz. Moradores temem que o presídio possa gerar insegurança no município. Em nota à imprensa, o chefe da Casa Civil do governo paulista, Aloysio Nunes Ferreira, criticou a manifestação de Maffei. Segundo Ferreira, o prefeito de Porto Feliz está “completamente alheio à realidade e, promove, nos últimos meses, campanha contra a instalação de um centro de progressão penitenciária em seu município”. O secretário da Casa Civil diz que o prefeito conta com o apoio da bancada petista da Assembléia Legislativa que, conforme a nota, “transformou o assunto em disputa político-partidária”. Para ele, o objetivo da caminhada é “constranger o governo”. No texto, Ferreira informa que há 147 mil presos no sistema penitenciário paulista e que o que se pretende construir em Porto Feliz é um tipo de unidade prisional modelo, um Centro de Progressão Penitenciária (CPP). De acordo com o secretário, o plano de expansão prevê a instalação de mais seis unidades prisionais. A meta é construir 49 unidades em todo o estado, com a abertura de 39 mil vagas e custo estimado de R\$ 1,5 bilhão.

Detentos iniciam rebelião na hora do almoço, na Cadeia Pública de Telêmaco Borba, na região central do Paraná (região Sul). O delegado Jorge Luiz Wolker informou que o tumulto começou quando alguns presos tentaram render o carcereiro que distribuía o almoço nas celas. Depois da tentativa frustrada, os presos controlaram a carceragem e iniciaram o motim, fazendo reféns dois detentos que se negaram a aderir ao movimento. A delegacia tem capacidade para manter 90 presos, mas havia cerca de 200 detidos.

Mais de 3 mil pessoas, segundo o CMI e cerca de 1.500 pessoas, segundo a PM, dentre elas familiares e amigos dos jovens Gilmar Rafael Sousa Yared e Carlos Murilo de Almeida, mortos num acidente de carro envolvendo o deputado estadual Fernando Carli Filho (PSB) no dia 07 de maio em Curitiba – Paraná (região Sul) protestam contra as mortes no trânsito. O deputado que causou o acidente dirigia alcoolizado e sem habilitação. Os manifestantes realizam uma caminhada do local do acidente até o Parque Barigui na capital do estado. O protesto marca a largada de uma campanha nacional pelo fim da imunidade parlamentar.

Cerca de 50 moradores da comunidade de Cinco Bocas, em Brás de Pinas, fazem manifestação contra a morte de jovem em frente à 38ª Delegacia de Polícia (Irajá), no Rio

de Janeiro - RJ (região Sudeste). De acordo com o jornal O Globo, eles protestam contra a morte de Maxwil de Souza dos Santos, que, segundo eles, teria sido executado por PMs durante uma incursão na favela.

Os trabalhadores do transporte coletivo da Região Metropolitana de Goiânia – Goiás (região Centro-oeste) fundam seu novo sindicato, o Sindicato dos Trabalhadores do Transporte Coletivo de Goiânia e Região (SINDICOLETIVO), em assembléia realizada na Câmara de Vereadores de Goiânia, com a presença de mais de 200 pessoas. O SINDICOLETIVO agora representa os motoristas de ônibus e demais funcionários das empresas da área. Para os fundadores do SINDICOLETIVO, o antigo sindicato dos rodoviários defendia apenas os patrões, aceitando acordos que geraram perdas para a categoria. A velha direção era ligada à CUT. O novo sindicato dos rodoviários tem o apoio da Conlutas. O SINDICOLETIVO nasce com uma diretoria colegiada, em que todos os diretores eleitos têm o direito de participar das decisões. Os mandatos também podem ser revogados pela base, se algum diretor trair a categoria. O estatuto do sindicato também garante que são os trabalhadores, através de assembléias, que decidem sobre os temas mais importantes, como o fechamento de acordos coletivos.

Cerca de 150 integrantes do MST ocupam uma fazenda da empresa Duratex, próxima à rodovia Raposo Tavares, no município de Itapetininga em São Paulo (região Sudeste). Segundo informações do MST, o acampamento, formado por famílias que vivem debaixo da lona preta desde 2003, reivindica a realização da Reforma Agrária e o assentamento das 1.600 famílias acampadas no estado. O objetivo da ação é discutir a função social e ambiental do imóvel, que atualmente se destina exclusivamente à produção de eucalipto. Os trabalhadores rurais também denunciam a morosidade do Incra e do governo federal na desapropriação de áreas improdutivas. Segundo site do Movimento, em Itapetininga, existem outras duas fazendas declaradas improdutivas que ainda não foram destinadas para a Reforma Agrária.

2º feira 25

A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) autoriza o algodão Bollgard Dois, da transnacional de sementes Monsanto. A variedade é chamada de segunda geração já que sofreu a inserção de dois genes. No caso, para a produção de toxinas inseticidas. O tipo de semente está sendo produzido porque os cultivos chamados de primeira geração criaram resistência a algumas ervas daninhas e insetos. Na lógica industrial, os transgênicos de segunda geração chegam para suprir as falhas das sementes anteriores. A informação foi divulgada neste dia 25 pela Agência Chasque de Notícias.

O Posto Repsol, em frente ao Canecão, em Botafogo, Zona Sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) vende 4 mil litros do combustível a RS 1,27 em protesto contra os impostos que incidem sobre o preço da gasolina, vendida na bomba a R\$ 2,54 no estado. Este valor corresponderia ao preço da gasolina se não houvesse a cobrança de impostos sobre o produto. O protesto ocorre no dia em que o Impostômetro, contador que mede a carga tributária do país, atingirá a marca de RS 400 bilhões pagos ao governo, desde primeiro de janeiro. Sobre a gasolina, incidem hoje as cobranças da Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (Cide), do Programa de Integração Social (PIS) e do Financiamento da Seguridade Social (Cofins), tributos federais. Pelo produto, o consumidor

paga ainda ao governo estadual o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de 31%. A diferença no preço do combustível será paga pelas entidades organizadoras da manifestação.

Cerca de 600 aposentados e pensionistas realizam protesto no plenário da Câmara em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). O protesto visa sensibilizar deputados e senadores a derrubarem o veto presidencial a um projeto de lei, que reajustou as aposentadorias e pensões em 16,67%, em 2006. Os aposentados e pensionistas de todo o Brasil lutam pela derrubada desse veto, que conseqüentemente restabeleceria o aumento dos benefícios, em valor igual ao do salário mínimo, que foi pago aos trabalhadores naquele ano. Na parte da manhã, a Câmara realizou uma sessão solene em homenagem ao Dia do Aposentado. Após a solenidade, os participantes recusaram-se a deixar o plenário, impedindo, assim, a realização da sessão ordinária da Câmara, prevista para as 14h. Diante do impasse, o deputado Júlio Delgado (PSB-MG) tentou convencer os manifestantes a deixar o plenário e seguirem para as galerias das Câmara. Como não foi atendido, Delgado pediu o encerramento da sessão, alegando que não havia o mínimo de 51 deputados na Casa, necessário para a abertura da sessão. O senador Paulo Paim (PT-RS), que está também participando das negociações, prometeu conversar com o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), para tentar incluir esse veto na pauta do dia 26 de maio. Os aposentados também querem a votação, pela Câmara, de um projeto de Paim, que acaba com o chamado fator previdenciário para as aposentadorias e pensões, que reduz o valor dos benefícios na oportunidade da aposentadoria. Segundo os jornais O Globo e a Folha de São Paulo, os aposentados só conseguiram a promessa de inclusão do projeto na pauta de votações da Câmara em junho.

A rebelião iniciada no dia 24 de maio termina na Cadeia Pública de Telêmaco Borba, na região central do Paraná (região Sul). Segundo a Secretaria da Segurança Pública, 30 detentos serão transferidos do local. O delegado Jorge Luiz Wolker informou que o tumulto começou quando alguns presos tentaram render o carcereiro que distribuía o almoço nas celas. Depois da tentativa frustrada, os presos controlaram a carceragem e iniciaram o motim, fazendo reféns dois detentos que se negaram a aderir ao movimento. A delegacia tem capacidade para manter 90 presos, mas havia cerca de 200 detidos. Policiais do Centro de Operações Policiais Especiais (Cope) e do Batalhão de Choque da PM de Curitiba que participaram das negociações, fizeram a vitória no local, que teve paredes destruídas e colchões queimados. Obras devem começar no dia 26 de maio segundo a secretaria.

Cerca de 40 estudantes ocupam o prédio da reitoria da USP, na Cidade Universitária na zona oeste de São Paulo – SP (região Sudeste). Segundo manifestantes, a direção da USP impediu que representantes dos alunos e um dirigente da Sintusp, demitido da universidade em dezembro, participassem da reunião de reajuste salarial. Após quatro horas, os estudantes desocupam o prédio. O objetivo é definir os próximos passos da mobilização que reúne ainda funcionários e professores da instituição. Entre as reivindicações do movimento está o aumento salarial de docentes e servidores da universidade e o empenho de mais verbas para a educação. Segundo a diretora do Diretório Central Estudantil (DCE), Débora Manzano, os alunos decidiram criar um comitê conjunto com os trabalhadores e professores das universidades para lutar "contra a repressão dos movimentos estudantis e sindicais". De acordo com o Sintusp, houve um confronto entre a guarda universitária e os estudantes durante a ocupação, mas ninguém se feriu. A USP divulgou nota em seu site classificando como lamentável a ocupação da reitoria por estudantes.

Funcionários e professores da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) fazem paralisação em Campinas – São Paulo (região Sudeste). A paralisação visa pressionar a reitoria a conceder reajuste acima dos 6,05% propostos na última semana. Segundo a Unicamp, a paralisação atinge 5% dos professores e funcionários. O Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU) diz que mais da metade dos funcionários aderiu a greve.

A PM e a Guarda Municipal do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) desocupam prédio na Avenida Gomes Freire, no Centro do Rio, ocupado por famílias ligadas ao MTD e incendiado no dia 22 de maio. No dia 24 de maio as famílias tentaram negociar sua permanência nos andares do prédio que permanecem intactos porém o despejo ocorre.

Mais de 2 mil pessoas, segundo a PM, fazem manifestação contra a construção irregular de novas praças de pedágio na BR-116, na divisa de Mandirituba, Região Metropolitana de Curitiba – Paraná (região Sul). Os manifestantes conseguem marcar para o dia 26 de maio uma nova audiência pública com representantes da concessionária. O protesto é organizado pelo Fórum Popular Contra o Pedágio, em conjunto com vereadores de Mandirituba e entidades representativas dos caminhoneiros. Além da manifestação, é realizada uma audiência pública que conta com a participação de lideranças dos bairros e caminhoneiros de Campina Grande do Sul e São José dos Pinhais, no estado. Na audiência são discutidas as respostas encaminhadas pela concessionária Planalto Sul. Comparecem também ao ato caminhoneiros e populares, o Presidente da Câmara Municipal de Mandirituba, José Zonete Pinheiro e os vereadores: Giumar Fernandes, Marília Segala Lourenço, Manoel Airton Cruz, Diva Maria Palú de Freitas e a vice-presidente da Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande, Professora Lirani Franco.

Entre 200 e 300 moradores, que realizam protesto, de acordo com testemunhas, apedrejam ônibus na região de Jardim Ângela, sul de São Paulo – SP (região Sudeste). Segundo o jornal Folha de São Paulo, os moradores protestam contra a má qualidade do transporte.

Políticos do PT – Fernando Ferro, Pedro Eugênio e Maurício Rands – e do Partido Democrático Trabalhista (PDT) – Paulo Rubem Santiago –, dirigentes da CUT e de ONGs fazem ato de desagravo à Petrobrás e contra a CPI, em frente à Câmara de Vereadores de Recife – Pernambuco (região Nordeste). Ferro afirma que o maior objetivo da oposição ao instalar a CPI é criar constrangimento político para a ministra Dilma Rousseff, possível candidata do partido à sucessão presidencial.

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio suspende a lei estadual 5.346, de 2008, que prevê o sistema de cotas para o ingresso de estudantes negros, índios, egressos de escolas públicas e filhos de policiais e bombeiros nas universidades estaduais, segundo O Globo e O Estado de São Paulo. A Justiça atendeu a pedido de liminar feito pelo deputado estadual Flávio Bolsonaro do Partido Progressista (PP), que questiona a constitucionalidade da lei aprovada pela Assembléia Legislativa.

Vigilantes da capital federal deflagram greve. Aproximadamente 60 vigilantes do prédio do Ministério da Fazenda deflagraram greve às 21h em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Dos trabalhadores que fazem a proteção do prédio central do Ministério apenas quatro permanecem trabalhando. Segundo o vice-presidente do Sindicato dos

Vigilantes, Vicente Lourenço de Oliveira, o movimento atinge todo o Distrito Federal e não só o governo federal, mas também o local, como a vigilância bancária e os hospitais. A categoria reivindica um aumento real de 15% sobre o piso salarial, que, é de R\$ 1.080. Os trabalhadores também pedem que o valor do vale-refeição passe dos atuais R\$ 9 diários para R\$ 15. As outras cláusulas reivindicadas pela categoria já foram atendidas. A PM do Distrito Federal foi alertada sobre a situação precária da segurança nos prédios federais e reforçou o efetivo na região.

3º feira 26

Estudantes da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Marília, em São Paulo – SP (região Sudeste), em Assembléia Geral deliberam greve estudantil por tempo indeterminado, até o cumprimento integral da pauta dos estudantes bem como ocupação do Prédio de Aula. Na pauta de reivindicações os estudantes deixam claro que lutam contra o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) imposto pela reitoria da UNESP; contra a Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP), programa de ensino à distância estabelecido em convênio entre UNESP e Secretaria de Ensino Superior; pelo fim das sindicâncias na UNESP, USP e UNICAMP; por paridade de voto às eleições para Diretoria e Reitoria, paridade nos órgãos deliberativos, Conselho Universitário e Congregação; pela imediata incorporação dos trabalhadores terceirizados aos quadros da universidade e contratação de mais professores e funcionários; por uma política efetiva de permanência estudantil, dentre outros. Os estudantes também manifestam apoio à greve dos trabalhadores estudantes da USP.

Os assassinos do pescador Paulo César dos Santos Souza, fundador e tesoureiro da Associação dos Homens do Mar (Ahomar), que se opunha a um projeto da Petrobras na baía de Guanabara, reviraram a casa da vítima em busca de documentos, aponta investigação no Rio de Janeiro (região Sudeste), de acordo com a Folha de São Paulo. Eles também teriam procurado, antes do crime, Alexandre Anderson, presidente da Ahomar e líder do protesto que parou por mais de um mês a obra da estatal.

A Procuradoria Geral do Estado do Rio encaminha ao Órgão Especial do TJ uma petição, na qual solicita que a liminar concedida no dia 25 de maio suspendendo a Lei 5.346 (que estabelece o sistema de cotas para o ingresso de estudantes carentes nas universidades estaduais), afete o vestibular em andamento, cuja primeira prova que tem data marcada para o dia 21 de junho.

A Contag reúne em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), cerca de 5 mil agricultores de todo o país, no 15º Grito da Terra. A principal reivindicação dos manifestantes é a destinação de R\$ 22 bilhões para o Plano Safra 2009/2010. Eles querem também maior rapidez no processo de regularização fundiária. De acordo a assessora da Contag, com Maria Cavalcante, dos R\$ 13 bilhões disponibilizados nesta safra para a agricultura familiar, somente R\$ 9 bilhões foram aplicados, por problemas na regularização de terras e registro das reservas legais. Como os recursos não foram gastos totalmente, ela disse que o governo fez uma proposta de menos recursos para a próxima safra. Além dessa questão que consideram mais urgente, os milhares de manifestantes reivindicam a ampliação de programas de valorização da agricultura familiar, como o Programa nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Aquisição de

Alimentos (PAA). Os agricultores criticaram ainda, o plantio de alimentos transgênicos e também defenderam a preservação ambiental.

Um grupo de integrantes do Movimento dos Sem Universidade (MSU) protesta no Senado em Brasília – Distrito Federal (região centro-oeste) a favor da aprovação do projeto que estabelece cotas para ingresso nas universidades públicas. Eles simularam uma batida policial. “A batida policial não deixa dúvida. É o momento em que a sociedade brasileira sabe de cor e salteado quem é negro, quem é índio, quem é pobre. Se os senadores têm alguma dúvida, se não sabem que tem negros, índios e pobres nesse país, a batida policial, que simbolicamente mostramos hoje, é reveladora do drama por que muitos passam ainda no país”, disse o coordenador nacional do MSU, Sérgio Custódio. O projeto já foi aprovado na Câmara, depois de uma década tramitado na Casa, e agora aguarda votação na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. O Projeto de Lei 180/08 prevê a reserva de 50% das vagas nas universidades federais e nos cursos tecnológicos públicos para estudantes da rede pública, respeitando a proporção de negros e indígenas de cada estado. A relatora da matéria é a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). Ainda não há data para que a proposta seja votada na CCJ.

Agricultores ligados à Via Campesina realizam mobilizações no Rio Grande do Sul (região Sul) para exigir mais medidas dos governos federal e estadual a fim de amenizar as perdas com a estiagem. As mobilizações ocorrem nas cidades de Palmeira das Missões, Canguçu, Arroio Grande, Santana do Livramento, Santo Antônio das Missões, Tupanciretã, Hulha Negra e o bloqueio de pontes em Goio-ên (SC) e em Barracão (RS), na divisa com o estado vizinho. Em Santa Catarina, ainda ocorreram manifestação em Palmitos e São Miguel do Oeste. Os protestos foram organizados pela Via Campesina, Fetraf-Sul e Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag). A pauta de reivindicação inclui: Anistia de R\$ 10 mil nas dívidas para os pequenos agricultores e assentados; retirada de todos os camponeses da SERASA; abertura de acesso a novos financiamentos; permissão de financiamento de camponeses que pediram três pro-Agro para a mesma cultura e Basear o pro-agro na realidade anual da colheita de cada safra e não pela média dos últimos 10 anos; bolsa-estiagem para as família que tenha perdido sua produção de subsistência, no valor de um salário por doze meses; patrulha agrícola e garantia de água para as propriedades, com a construção de poços artesianos, bebedouros, cisternas, irrigação para a produção de alimentos, liberação emergencial da outorga dos poços artesianos nos municípios; anistia total do pagamento de sementes de troca-troca; liberação imediata das sementes para pastagem de inverno; isenção da conta de luz por doze meses para os camponeses de municípios que decretaram estado de emergência e a criação de um fundo de reserva para o serviço ambiental com o pagamento de um salário mínimo para cada família que fizer a preservação e a recuperação ambiental em suas propriedades.

4º feira 27

Cerca de 300 pescadores fazem protesto contra um projeto da estatal na Baía de Guanabara, em frente à sede da Petrobrás, no Centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A empresa não recebeu os manifestantes. Os pescadores pedem a permanência da suspensão das obras do projeto GLP, braço do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na Baía de Guanabara. O ato é uma demonstração de que depois de assassinato, ocorrido no fim de semana, os pescadores continuam mobilizados contra as obras. Durante o ato, as tentativas de negociações foram frustradas. Segundo uma integrante da Associação Homens

do Mar (Ahomar), a Petrobras não aceitou a presença das advogadas nas conversas. Os manifestantes pedem ainda rigor na investigação do assassinato do pescador Paulo César dos Santos Souza, da Ahomar, em Magé, que se opunha às obras da empresa.

O governo federal anuncia que técnicos do Incra, responsáveis pela vistoria de terras passíveis de desapropriação para a reforma agrária, vão avaliar, além da produtividade da área, se o fazendeiro cumpre a legislação ambiental e trabalhista do país. Conforme o jornal Folha de São Paulo, a medida é anunciada por grupo de ministros e representantes da Contag, que reuniu nesta semana cerca de 4 mil integrantes, em Brasília – Distrito Federal, para cobrar medidas do governo para a Reforma Agrária e agricultura familiar.

Uma decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região de São Paulo (região Sudeste) suspende o despejo de aproximadamente cem índios. As famílias indígenas Kaiowá Guarani, que vivem em Laranjeira Nhanderú, região próxima do município de Rio Brillhante, no Mato Grosso do Sul (região Centro-Oeste) não terão mais que deixar suas terras. O TRF determinou um prazo de 90 dias para que a Fundação Nacional do Índio (Funai) finalize um relatório de estudo da região. Somente após a conclusão do relatório, será decidido se os índios Kaiowá Guarani devem ou não continuar na área. Um cacique Kaiowá Guarani disse que está preocupado com a situação, porque os estudos na região já deveriam estar prontos.

Cerca de 10 mil operários vinculados ao Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, Montagem e Manutenção Industrial (Sintracomos) entram em greve por tempo indeterminado no Pólo Industrial de Cubatão, na Baixada Santista, em São Paulo (região Sudeste). Cerca de quatro mil desses trabalhadores estão empregados na usina de Cubatão – São Paulo (região Sudeste) da Usiminas (antiga Cosipa). Segundo o Sintracomos, as empreiteiras (25 no total) ofereceram reajuste de 3,8%, na data-base de maio, porém a categoria reivindica 10%, mais um salário nominal referente à Participação nos Lucros ou Resultados (PLR).

Manifestantes ligados à Via Campesina e à Fetraf-sul bloqueiam oito rodovias e ocupam agências bancárias para cobrar recursos para os agricultores prejudicados pela estiagem. Os bloqueios ocorrem em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul (região Sul), de acordo com O Estado de São Paulo e com a Folha de São Paulo. As manifestações reúnem entre 6 mil e 15 mil pessoas, conforme números dados pela Brigada Militar e a Polícia Rodoviária Federal e os organizadores. A Fetraf-sul afirma que a agricultura da região perdeu R\$ 3 bilhões com a seca. Os trabalhadores realizam manifestações em Iraí, Soldedade, Santa Cruz do Sul e Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul, e em Campo Belo, em Santa Catarina. Os pequenos agricultores e as prefeituras consideram insuficientes os R\$ 20 mi anunciados pelo governo federal na semana passada para amenizar as perdas com a estiagem. Também reclamam dos R\$ 20 mi anunciados pela governadora Yeda Crusius, que na verdade não são recursos novos - já integram programas e medidas planejadas pelo governo estadual. Os manifestantes também avaliam que os governos não sugeriram medidas de longo prazo, a fim de combater as próximas estiagens que podem ocorrer na região Sul do país. A pauta de reivindicação inclui: anistia de R\$ 10 mil nas dívidas para os pequenos agricultores e assentados. Retirada de todos os camponeses da SERASA Abertura de acesso a novos financiamentos; permitir o financiamento de camponeses que

pediram três pro-Agro para a mesma cultura e Basear o pro-agro na realidade anual da colheita de cada safra e não pela média dos últimos 10 anos; bolsa-estiagem para as família que tenha perdido sua produção de subsistência, no valor de um salário por doze meses; patrulha agrícola e garantia de água para as propriedades, com a construção de poços artesianos, bebedouros, cisternas, irrigação para a produção de alimentos, liberação emergencial da outorga dos poços artesianos nos municípios; anistia total do pagamento de sementes de troca-troca; liberação imediata das sementes para pastagem de inverno; isenção da conta de luz por doze meses para os camponeses de municípios que decretaram estado de emergência; criação de um fundo de reserva para o serviço ambiental com o pagamento de um salário mínimo para cada família que fizer a preservação e a recuperação ambiental em suas propriedades.

Integrantes do MST realizam o fechamentos de rodovias federais em seis pontos do estado da Paraíba (região Nordeste), para cobrar agilidade da justiça na liberação dos dois trabalhadores presos no dia 2 de maio, durante uma desocupação ilegal em uma fazenda, próximo ao município de Pocinhos. Há protestos no trecho entre Patos e Condado (BR 230), no Sertão; próximo as cidades de Monteiro (BR 101, km 83), Caaporã (BR 101 divisa entre os estados da PB e PE), Remígio (Rodovia PB 75) e Mari (PB 073) e também no trecho próximo a São José da Mata (BR 230). As manifestações têm o intuito de dialogar com a sociedade e exigir agilidade da justiça na soltura dos presos, que há 27 dias estão na Casa de Detenção do Monte Santo. Estão sendo distribuídos panfletos aos motoristas explicando o motivo das manifestações. O pedido de liberdade provisória dos dois trabalhadores que permanecem presos foi negado pela Juíza de Pocinhos, Adriana Maranhão Silva, diante disso, foi protocolado um Habeas Corpus, junto ao Tribunal de Justiça da Paraíba, solicitando a liberação imediata dos presos políticos, mas até o momento o Desembargador - Relator Antonio Carlos Coelho da Franca não se pronunciou. Um comitê de solidariedade ao MST e pela liberação dos presos foi formado em Campina Grande e conta com a participação de várias entidades como a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Campina Grande (ADUFCG), Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande e o Centro de Ação Cultural (CENTRAC), Sindicato dos Trabalhadores de Ensino Público do Estado do Mato Grosso (SINTEP), entre outras. Na Paraíba o MST também conta com a solidariedade do Superintendente do Incra, Frei Anastácio; Ouvidoria Agrária do Incra-PB, Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Fundação Margarida Maria Alves, Comissão de Direitos Humanos da OAB-PB entre outras organizações. Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, Centro de

Cerca de 400 trabalhadores rurais integrantes do MST, Via Campesina e Assembléia Popular seguem em duas colunas em marcha no estado do Paraná (região Sul) para discutir com a população os efeitos da crise econômica na vida dos trabalhadores e o projeto de Reforma Agrária para o país. A Coluna Oeste está em Guarapuava. A coluna do norte, está em Mandaguari. Com o lema “Trabalhadores e Trabalhadoras não Pagarão pela Crise”, a Coluna Norte saiu do município de Florestópolis, no dia 18 de maio, e a Coluna Oeste partiu de Foz do Iguaçu, no dia 19 de maio. Segundo a assessoria de imprensa do MST, os dois grupos devem percorrer cerca de 30 municípios e chegar a Curitiba no dia 4 de junho. Os movimentos sociais no campo reivindicam agilidade no processo de Reforma Agrária como saída para os trabalhadores neste momento de crise. Os manifestantes da Via

Campesina e da Assembléia Popular denunciam o desemprego causado pelo agronegócio. De acordo com o MST, atualmente, há cerca de 100 mil famílias acampadas em todo país. Somente no Paraná são aproximadamente 7 mil famílias vivendo sob barracas de lona, em fazendas improdutivas e beiras de estradas. A marcha já passou pelos municípios de Porecatu, Londrina, Cambé, Rolândia, Araongas, Marialva, Sarandi, Maringá. Integrantes do movimento avaliam que a participação popular, pelos locais que passam as marchas tem surpreendido.

Funcionários da USP bloqueiam as entradas do prédio da reitoria da instituição e permanecem no local durante todo o dia em São Paulo – SP (região Sudeste) O objetivo do grupo, conforme o Sintusp, é ficar no local, impedindo a entrada, até o fim da paralisação. O fechamento a longo prazo da reitoria pode prejudicar o andamento de diversas ações administrativas da universidade, como pagamento de salários, aprovação de editais, autorização de férias e emissão de diplomas. A administração foi deslocada para outro edifício no campus.

Cerca de 500 pessoas, segundo a organização do Movimento Nacional de População de Rua, protestam na entrada da Câmara Municipal de São Paulo – SP (região Sudeste). Os manifestantes reivindicam a criação de mais vagas em albergues e a abertura das estações de metrô, durante as madrugadas, no período mais frio do ano, o inverno. Durante a sessão desta tarde, alguns moradores de rua entraram na Câmara e estenderam faixas onde escreveram a palavra: Respeito. Os vereadores não interromperam seus trabalhos para ouvir as reclamações dos manifestantes, que saíram do local com os ânimos exaltados.

Indígenas da Amazônia reivindicam participar das decisões do BNDES durante o seminário “O BNDES e os Povos Indígenas”, que termina no dia 28 de maio na sede do banco no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os indígenas e reivindicam um assento no Conselho de Administração do banco, com objetivo de opinar sobre a concessão de crédito para empreendimentos em terras indígenas e medidas de compensação aos impactos das obras. Durante o evento, o representante do Conselho Indígena de Roraima (CIR), Julio Macuxi, lembrou que os índios são afetados por obras de infraestrutura, plantações de grãos e instalação de empresas financiadas pelo BNDES. Durante o evento, os índios também questionaram a ausência de representantes do BNDES e cobraram agilidade nas discussões. O representante do órgão no evento o engenheiro Eduardo Canepa não polemizou com os participantes e rebateu que o banco tem se esforçado para “dar início ao diálogo”. “A máquina não entra em operação de uma hora para outra”, afirmou. Por meio da assessoria de imprensa, o BNDES informou que a composição do Conselho de Administração, formado por empresas, sindicalistas e representantes de governo, é decidida pelo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, além da Casa Civil da Presidência da República. Os indígenas querem ainda prioridade no acesso a recursos do Fundo Amazônico, que deverá contar com pelo menos US\$ 1 bilhão até 2015. Por enquanto, o dinheiro será depositado ano a ano pela Noruega, único doador até agora. Mas pode ser acrescido com recursos de outros países. A quantia contratada é de US\$ 110 milhões.

Um financiamento de R\$ 199,2 milhões para a compra de quatro aviões da Embraer, modelo ERJ-175, pela Trip Linhas Aéreas, é aprovado pelo BNDES. A participação do banco corresponde a 85% do investimento da companhia. É a segunda operação de empréstimo aprovada pelo BNDES para aquisição de aeronaves fabricadas pela Embraer. A

primeira ocorreu em abril, beneficiando a empresa Azul Linhas Aéreas com recursos de R\$ 254 milhões. Os aviões se somarão à frota atual de 22 aparelhos da Trip. A empresa pretende chegar até o fim do ano com 29 aeronaves. Os jatos da Embraer serão operados pela Trip no mercado doméstico, com ênfase nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de acordo com a informação do BNDES. Responsável pela geração no país de cerca de 1,2 mil empregados, a Trip estima que serão criados 40 empregos diretos nas áreas de manutenção, tripulação e controle operacional para cada avião. Segundo o BNDES, o mercado aéreo brasileiro ocupa a quarta posição no *ranking* mundial de aviação doméstica, apresentando uma taxa média de crescimento de 11% ao ano, no período entre 2003 e 2008. No início deste ano de 2009, a Embraer demitiu cerca de 4 mil trabalhadores alegando os efeitos da crise mundial.

Cerca de mil servidores públicos e estudantes realizam uma caminhada no centro de Santa Maria – Rio Grande do Sul (região Sul) em apoio à investigação da fraude no Detran. Os manifestantes saíram da Praça Saldanha Marinho à tarde e seguiram até o prédio da Justiça Federal, onde tiveram uma audiência com a juíza Simone Barbisan Fortes, que cuida do caso. Na reunião, declararam apoio à apuração da fraude que desviou pelo menos R\$ 44 milhões e pediram mais agilidade na condenação dos envolvidos.

5º feira 28

Trabalhadores vigilantes decidem em Assembléia pelo fim da greve, iniciada no dia 25 de maio. Após quatro dias de paralisação mais de 5 mil presentes aceitam a proposta acordada entre o Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância do Distrito Federal (Sindesv-DF) (região Centro-oeste) e o sindicato patronal, no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região. Com a aprovação, os vigilantes já retomam seus postos de trabalho às 23 horas deste dia 28. A greve dos vigilantes foi deflagrada com uma pauta de reivindicação que exigia 15% de reajuste salarial e reajuste do tíquete alimentação para R\$ 15. A categoria mobilizada conseguiu 8% de reajuste salarial retroativo a 1º de maio e o aumento do tíquete alimentação de R\$ 9,55 para R\$ 12. Os dias parados serão abonados e os trabalhadores não serão punidos. Além do ganho salarial e do aumento no valor do tíquete, a categoria terá ganhos nos planos odontológicos e de saúde e no repasse para aposentadoria por invalidez ou doença. Durante a greve, bancos, hospitais e prédios públicos de todo o Distrito Federal ficaram sem segurança. Nascimento garantiu que os serviços já foram normalizados.

Cerca de 300 famílias realizam manifestação contra a reintegração de posse do terreno ocupado pelas construções de suas casas, entre as avenidas Ragueb Chohfi e Jacu Pêssego, em São Mateus, zona leste de São Paulo – SP (região Sudeste), e fecham o cruzamento das vias. De acordo com o jornal Folha de São Paulo, a Dersa (empresa responsável pelas obras do traçado de extensão da Av. Jacu Pêssego, que ligará ao Rodoanel) afirma que poderá desapropriar o terreno para obras e que há um programa de reassentamento pelo qual as famílias receberão “os benefícios previstos”.

Os empregados da Usiminas que trabalham na usina da empresa de Cubatão – São Paulo (região Sudeste), por meio do Sindicato dos Metalúrgicos da Baixada Santista, conseguem, em audiência realizada no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, a suspensão

do corte de cerca de 400 empregados até o dia 5 de junho, quando haverá nova audiência no TRT.

Estudantes e alguns professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) realizam novas manifestações do Fora Yeda Crusius na capital do estado, Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). A manifestação teve início às 11h30 em frente ao restaurante universitário da universidade no campus do centro, estendendo-se até o período da tarde. Rodolfo Mohr, um dos líderes da mobilização, destacou que o objetivo é intensificar as ações de denúncia de corrupção do governo Yeda e que os protestos deverão aumentar nos próximos dias.

6º feira 29

Movimentos sem-terra que atuam no sudeste do Pará (região Norte) são acusados pela Agropecuária Santa Bárbara Xinguara S.A., que tem entre seus acionistas o banco Opportunity, de Daniel Dantas, de furtar e abater gado em uma de suas propriedades localizadas entre os municípios de Curionópolis e Xinguara. Charles Trocate, líder do MST no Pará, nega qualquer envolvimento em eventual ação na área. A direção da Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetagri) também afirma que não participou dos supostos furto e abate.

O governo do estado do Rio de Janeiro (região Sudeste) anuncia que não descarta a possibilidade de anular o edital do vestibular 2009 das universidades estaduais para lançar um novo processo de seleção, caso não consiga na Justiça a anulação da liminar que suspendeu a lei de cotas, no estado. No dia 1º de junho, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio irá analisar os recursos do Estado do Rio de Janeiro, do Instituto de Advocacia Racial e Ambiental (Iara) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) com pedido de reconsideração da liminar. Se o governo não ganhar o recurso, recorrerá ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Integrantes da Associação Médica Brasileira (AMB) realizam passeata na Avenida Paulista em São Paulo – SP (região Sudeste) para chamar a atenção da sociedade e tornar pública a campanha nacional que iniciaram em defesa de seu trabalho no Sistema Único de Saúde (SUS). Na manifestação, os médicos defenderam também melhor atendimento de saúde para a população. A categoria reivindica ainda plano de carreira para os profissionais e a aprovação de um salário mínimo específico para os médicos da rede pública para jornada de 20 horas semanais. Segundo o presidente da AMB, José Luiz Gomes do Amaral, a sociedade não está esclarecida sobre o que realmente acontece na saúde pública. Ele disse que, diferentemente do que se diz, existem 336 mil médicos em atividade no país, mas há falta deles no SUS porque o sistema afasta esses profissionais. Amaral reforçou que é preciso desmistificar a informação de que 500 cidades do país não têm médicos registrados e de que nas cidades mais distantes o salário oferecido pelas prefeituras para esses profissionais é alto. “Nós procuramos no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde e só três cidades não tinham nenhum médico registrado. E, nas cidades mais remotas, o salário não ultrapassa os R\$ 1.800.” Para o coordenador da Comissão Pró-SUS, Geraldo

Guedes, o sistema é subfinanciado e tem poucos recursos, o que gera péssimas condições de trabalho, salariais e estruturais para o atendimento à população.

Sábado 30

Cerca de 300 pessoas participam de manifestação organizada pelas famílias de Gilmar Yared e Carlos Murilo de Almeida, mortos no dia 2 de maio em um acidente provocado pelo ex-deputado estadual Fernando Ribas Carli Filho, em Curitiba – Paraná (região Sul), segundo O Estado de São Paulo. Ele renunciou ao mandato no dia 29 de maio e será julgado sem foro privilegiado. No acidente o deputado estava embriagado.

Domingo 31

Um grupo de ciclistas estende 3 faixas sobre o vão central da 3ª Ponte e distribui panfletos exigindo ciclovias e respeito aos ciclistas, e realizam um pedalaço da Paz, de Vitória a Vila Velha – Espírito Santo (região Sudeste). O protesto é organizado por uma ONG de empresários, chamada Paz Espírito Santo, e recebe grande quantidade de recursos dos governos estadual e municipal. O evento é um chamado pela Paz.

154 operários são libertos de situação de trabalho escravo numa carvoaria em Várzea da Palma – Minas Gerais (região Sudeste), após uma operação da Polícia Federal, do Ministério Público do Trabalho e do Ministério do Trabalho, de acordo com O Estado de São Paulo. Eles trabalhavam para a Rotavi, fabricante de ferro e ligas à base de silício.

Glossário de Siglas

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Cimi	Conselho Indigenista Missionário
CMI	Centro de Mídia Independente
Conlutas	Conselho Indigenista Missionário
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DCE	Diretório Central dos Estudantes
Fetraf - Sul	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
Funai	Fundação Nacional do Índio
Funasa	Fundação Nacional de Saúde
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSB	Ordem dos Advogados do Brasil
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
P-SOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
Sintusp	Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de São Paulo
STF	Supremo Tribunal Federal
Unesp	Universidade do Estado de São Paulo
USP	Universidade de São Paulo

Realizada pelo Comitê de Acompanhamento e Análise da Conjuntura do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL/CLACSO).

Levantamento e sistematização feitos pela equipe: Coordenação: Prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ). Pesquisadores Assistentes: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ), Jacqueline Aline Botelho Lima (UFRJ/UERJ). Assistentes de pesquisa: Anísio Borba (LPP/UERJ), Luiza Leite (LPP/UERJ), Luis Américo Araújo Vargas (UFRJ), Mariana Santos (LPP/UERJ). Consultoria: Jane Barros Almeida (UFF).

Fontes: Jornal Folha de São Paulo, Jornal O Globo, Jornal O Estado de São Paulo, Jornal Brasil de Fato, Agência Chasque de Notícias, Agência Brasil, MST na Imprensa, Jornal do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA.



OSAL

Observatorio Social de América Latina
Publicación electrónica

Cronología del Conflicto Social

R

A

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales



CLACSO

Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais

Documento de trabajo N° 228

*Realizado por
el Comité de Seguimiento
del Conflicto Social y la Coyuntura
Latinoamericana de R*



Integrantes Juan

Diarios E

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.

La responsabilidad por las opiniones expresadas en los artículos, estudios y otras colaboraciones incumbe exclusivamente a los autores firmantes, y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina (OSAL)** constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinado a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado constituye uno de los resultados de este trabajo de documentación y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un documento de trabajo en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social llevadas a cabo durante el mes indicado en uno de los 19 países relevados.

La cronología presentada ha sido elaborada por alguno de los diversos **Comités de Seguimiento del Conflicto Social** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación de un equipo de investigación que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

Comités de Seguimiento del Conflicto y la Coyuntura Latinoamericana

PAIS	INSTITUCION	RESPONSABLES
Guatemala	FLACSO	Simona Yagenova Mario Castañeda
Colombia	Escuela Nacional Sindical	Guillermo Correa Diana Cárdenas
Paraguay	Centro de Documentación de Estudios	Quintín Riquelme
Ecuador	CIUDAD	Mario Unda Hugo González
Bolivia	CIDES – UMSA	Dunia Mokrani Chávez Pilar Uriona Crespo
Chile	ARCIS	Juan Carlos Gómez Leyton
Perú	Instituto de Estudios Peruanos	Ramón Pajuelo
Brasil	LPP	Roberto Leher
Argentina y Uruguay	PIMSA (Argentina)	María Celia Cotarelo
México	UNAM	Massimo Modonesi Lucio Oliver
Panamá, El Salvador, Nicaragua Honduras y Costa Rica	CELA (Panamá)	Marco A. Gandásegui, h.
República Dominicana y Puerto Rico	Centro Juan Montalvo (Rep. Dominicana)	Mario Serrano Juan Luis Corporán
Venezuela	PROVEA	Marino Alvarado Marco Antonio Ponce
Costa Rica	IIS	Sindy Mora Solano

BRASIL

Cronologia do Conflito Social

Junho 2009

2º feira 01

Trabalhadores da Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo – SP (região Sudeste) realizam ato público na reitoria e uma nova assembléia para definir os rumos da greve, paralisada desde o dia 5 de maio. A reitoria da universidade amanheceu cercada pela Força Tática da Polícia Militar (PM). O objetivo do cerco policial seria desmontar os piquetes que os trabalhadores mantêm desde a semana passada, a fim de pressionar a reitoria a retomar as negociações, suspensas. De acordo com os servidores, outras unidades da USP também estão ocupadas por policiais, que estariam, inclusive, arrancando faixas dos grevistas, em atitudes provocativas. Segundo o Centro de Mídia Independente (CMI), em cada unidade da universidade há pelo menos 1 viatura, e em frente ao prédio da reitoria há uma concentração de dezenas de policiais. Para Claudionor Brandão, diretor do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp) demitido em dezembro de 2008, o objetivo da PM é intimidar os cerca de mil manifestantes que estão no local. Na pauta de reivindicações dos servidores estão a concessão de 17% de reposição parcial das perdas, incorporação de R\$ 200 nos salários e o fim de processos administrativos contra sindicalistas, entre outros pontos. Os trabalhadores pedem, ainda, a readmissão de Brandão. Professores, servidores e estudantes da USP e outras entidades realizam um ato público em frente à reitoria. Na paralisação de hoje, os docentes da instituição reiteram, durante a manifestação, a disposição para uma greve permanente, caso a direção não apresente novas propostas para a categoria. Entre as reivindicações dos docentes estão reajuste de 10% nos salários, além de mais verbas para as universidades. Os trabalhadores pedem também a reabertura das negociações, suspensas desde o dia 25 de maio. Até o momento, houve apenas uma reunião entre o Fórum das Seis (conjunto de entidades representativas de professores, funcionários e estudantes das três universidades paulistas - USP, Universidade do Estado de São Paulo - Unesp e Universidade Estadual de Campinas - Unicamp) e o Conselho de Reitores das Universidades de São Paulo (Cruesp). A proposta dos reitores, no entanto, oferecia apenas 6,5% de reajuste salarial e foi rejeitada. De acordo com o Sintusp, alguns grevistas receberam telefonemas de diretores de unidades e chefias com ameaças de corte de salário e demissões. Em nota, o Sintusp declara que, com este tipo de postura, "a reitoria demonstra a sua irresponsabilidade na ausência de diálogo com os diversos segmentos da universidade, que se colocam na defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade".

Os funcionários da empresa de transportes Trensurb deflagram greve por tempo indeterminado no Rio Grande do Sul (região Sul). Os trabalhadores reivindicam reajuste de 12%, no entanto a empresa estatal oferece apenas 10%. Os trens funcionarão apenas nos horários entre 5h30 e 8h30 e a tarde, entre 17h30 e 20h30.

A Defensoria Civil do Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste) prorroga parecer sobre a possibilidade de moradia da ocupação urbana "Guerreiros da 510". Há uma semana, os

moradores da ocupação estão nas ruas, após um incêndio no 12º andar. A previsão é de que novo laudo seja conhecido nos próximos dias. Cerca de 40 pessoas moram no prédio, sendo boa parte crianças. Segundo informações do jornal Brasil de Fato, o incêndio foi provocado por uma ex-moradora, na noite do último dia 22. A mulher de cerca de 24 anos, com histórico de problemas entre os vizinhos, colocou fogo no colchão numa briga com o marido. Os moradores conseguiram apagar o fogo, e chegaram a retornar ao prédio para avaliar os danos. Os moradores foram surpreendidos com o laudo divulgado rapidamente pela Defesa Civil, que considerou a ocupação incapacitada para moradia. Os moradores foram expulsos pela tropa de choque do 13º Batalhão. “O governo municipal se aproveitou do fato para expulsar os moradores, e desmobilizá-los”, diz representação do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD). Existente há cerca de dois anos, a “Guerreiros da 510” é conhecida pela resistência pacífica e organização. Com suporte pedagógico do MTD, passaram a organizar assembleias toda segunda-feira para administrar a ocupação, sem estabelecer hierarquia rígida. Vinham organizando, há seis meses, mutirões para atividades como a limpeza do prédio, a pintura das paredes, a aquisição de livros para sua Biblioteca, e a compra de um portão. Contaram também com suporte financeiro de alguns sindicatos.

Indígenas Guarani Kaiowá denunciam que a morte do secretário de organização do acampamento KurusuAmbá, em Coronel Sapucaí, Mato Grosso do Sul (região Centro-Oeste) trata-se de um assassinato. O indígena foi encontrado morto na beira de uma estrada próxima ao acampamento no dia 30 de maio. Parecer inicial da Polícia Civil apontou que Oswaldo teria sido vítima de um atropelamento. No entanto, de acordo com relato dos integrantes da comunidade ao Conselho Missionário Indigenista (Cimi), o corpo do indígena apresentava marcas de agressão e dois tiros. Segundo o Cimi, os indígenas solicitaram da Polícia Federal (PF) que enviasse agentes para fazerem a perícia no local, mas por falta de efetivo do órgão, a solicitação não foi atendida no dia.

3º feira 02

Estudantes da Unesp de Rio Claro – São Paulo (região Sudeste) em solidariedade aos trabalhadores da USP realizam um ato contra a militarização da USP e exigindo do Cruesp, que retome imediatamente as negociações da greve. Também comparecem ao ato estudantes de Araraquara, São José do Rio Preto, Rosana, Instituto de Artes de São Paulo, Campinas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Franca e Marília, no estado. Eles também exigem a abertura imediata de negociações da reitoria e direção local com os estudantes e trabalhadores de Marília, no estado; o fim imediato de todos os processos contra estudantes, trabalhadores e entidades estudantis e sindicais e a readmissão de Claudionor Brandão.

Funcionários voltam a bloquear a entrada do prédio da reitoria da USP, em São Paulo – SP (região Sudeste). De acordo com o jornal o Globo, os professores voltam a dar aulas nos gramados em apoio à paralisação. A PM foi acionada no início da noite por uma estudante que foi impedida de entrar na universidade, no entanto, segundo o jornal, grevistas e estudantes expulsaram a PM do local. Segundo a USP, a decisão de retirar os manifestantes ficará a cargo da Justiça, que pode reiterar o pedido de reintegração de posse.

Três ativistas da Organização Não Governamental (ONG) ambientalista Greenpeace são detidos no Senado por tentarem entregar à senadora Kátia Abreu, do Partido Democrata de Tocantins (DEM-TO) (região Norte) a faixa de Miss Desmatamento. Abreu é presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Uma ativista com um machado de plástico nas mãos, a faixa de “Miss Desmatamento” e uma máscara da senadora cobrindo sua face entra no Congresso pelo Salão Verde da Câmara dos Deputados e segue para o Salão Azul do Senado, acompanhado de 2 assessores com motosserras ligadas, seguidos por jornalistas. Com a pressão da imprensa, os 3 conseguem chegar ao gabinete da senadora, onde são detidos pela polícia do Senado. Os senadores Eduardo Suplicy e Marina Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), negociam a liberação dos ativistas detidos e Suplicy pede à senadora Kátia Abreu que retire a queixa contra os manifestantes. Pouco tempo depois os ativistas são liberados. De acordo com o coordenador da campanha contra o desmatamento do Greenpeace, Márcio Astrini, o ato foi organizado como protesto ao fato de a relatoria da Medida Provisória 458, que trata de regularização fundiária na Amazônia, ter sido entregue à senadora. Ele acrescentou que a senadora, como representante do agronegócio, pode em seu relatório abrandar as leis de proteção ambiental.

Trabalhadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) deflagram greve nacional. De acordo com o Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (Sinpaf), a paralisação é consequência da mudança no cálculo do adicional de insalubridade, que desde 2008 é feito conforme o salário da categoria e não pelo salário mínimo. Segundo informações da Agência Brasil, para o sindicato, o cálculo do benefício sobre o salário mínimo contraria a Súmula Vinculante nº 4 do Supremo Tribunal Federal (STF), adotada como jurisprudência trabalhista. De acordo com o presidente do Sinpaf, Walter Endres, há 40 dias os trabalhadores apresentaram a pauta de reivindicações, mas não houve acordo”. Ele estima que a greve paralisa as atividades em 36 dos 39 centros de pesquisa da empresa, além de 80% dos trabalhadores (de um total de 8.484 empregados). Em nota, a Embrapa considera a greve precipitada. Segundo a empresa, as cláusulas econômicas não foram discutidas, e o acordo coletivo ainda está em negociação.

Servidores públicos do Rio Grande do Sul iniciam uma vigília na Praça da Matriz em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul) para pressionar pela instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Corrupção. O objetivo é conseguir assinaturas que falta para a instalação da CPI. São necessários 19 apoios. O diretor do Sindicato dos Servidores Públicos do estado (Sindsepe), Rogério da Silva Ramos, avalia que com a CPI, as denúncias poderão ser apuradas. Os servidores aguardam uma audiência com a bancada do Partido Democrático Trabalhista (PDT) para tratar do tema. Logo no início da vigília, em torno das 9h, houve um princípio de confusão. Seguranças da Assembléia Legislativa tentaram impedir que os manifestantes colocassem cartazes e faixas nas grades da esplanada, que fica do lado externo do prédio. Mesmo assim, os servidores expuseram o material, que depois foi retirado e rasgado pelos seguranças. A vigília, que teve início esta manhã, prossegue até às 20h diariamente até o dia 4 de junho. O protesto é organizado pelos dez sindicatos que compõem o Fórum dos Servidores Públicos Estaduais.

4º feira 03

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos publica um relatório, durante a Assembléia da Organização dos Estados Americanos (OEA) ocorrida em 2 e 3 de junho em Honduras, responsabilizando o Estado brasileiro pelo assassinato do trabalhador rural Sebastião Camargo Filho, ocorrido em 1998, na cidade de Marilena, no Paraná (região Sul). O fato aconteceu durante um despejo num acampamento do MST no estado. Segundo o relatório a prevaricação do Estado se daria “(...) ao não prevenir a morte da vítima (...) e ao deixar de investigar devidamente os fatos e sancionar os responsáveis”. Este é o fechamento de um amplo estudo feito pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que recebeu o pedido em 2000 das organizações Terra de Direitos, Justiça Global, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP) para se pronunciar sobre o caso.

A PM ocupa novamente a USP, em São Paulo – SP (região Sudeste), após ser obrigada a se retirar da universidade no dia 2 de junho. Funcionários em greve são retirados da USP pelos policiais por bloquear portarias de prédios da instituição, conforme reportagem do jornal o Globo. A ação da PM cumpre uma ordem de reintegração de posse.

Cerca de mil professores da rede estadual realizam manifestação em frente à Assembléia Legislativa, em São Paulo – SP (região Sudeste), para reivindicar reajuste salarial de 27,5% e protestar contra a dois projetos do governador José Serra do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) que tramitam na Casa. De acordo com o jornal Folha de São Paulo, um dos projetos determina que os professores temporários que entraram depois de junho de 2007 tenham contratos limitados a 24 meses e o outro propõe que educadores que prestarem concursos públicos terão, depois de aprovados, de fazer quatro meses de curso de formação e, ao término, uma nova prova. Em audiência diante da Assembléia Legislativa, 4 mil professores deflagram estado de greve até o dia 16 de junho. Se não houver acordo, os trabalhadores ameaçam parar por tempo indeterminado.

Integrantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) dão abraço simbólico em frente ao gramado do Congresso Nacional, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). O “abraço” é um protesto contra a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras. Os manifestantes foram impedidos de entrar na Câmara e no Senado por seguranças.

Mais de 500 servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) das agências do estado de São Paulo (região Sudeste) aprovam greve a partir do dia 16 de junho, conforme reporta a Folha de São Paulo. Os técnicos e analistas administrativos protestam contra a alteração da jornada de trabalho – que, desde o dia 1º de junho, passou de 30 para 40 horas semanais.

Vinte e nove trabalhadores são resgatados em situação análoga à de escravo, na região de Varzeão, município de Doutor Ulysses, a 140 quilômetros de Curitiba – Paraná (região Sul). A operação foi realizada por auditores fiscais da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Paraná (SRTE/PR). Também participaram da fiscalização, o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Força Verde da Polícia Militar Ambiental do Paraná. Segundo o coordenador da ação, Rui Tavares, os trabalhadores atuavam no corte de pinus. “Alguns dormiam no curral da fazenda, outros estavam

alojados em precários barracos de madeira. Os banheiros estavam sem higiene e a água que bebiam era de córrego, sem tratamento. Alguns não usavam Equipamentos Individuais de Proteção (EPIs). Os interessados em adquirir os equipamentos tinham que comprar com recursos próprios”, descreveu o fiscal. Segundo Tavares, 24 trabalhadores não tinham registro em carteira de trabalho. Os valores referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) também não estavam sendo depositados. Eles recebiam diariamente pelos serviços prestados e todas as dívidas eram anotadas em uma caderneta. No total, os 29 trabalhadores tinham direito a receber R\$ 64 mil referentes a rescisões trabalhistas e fundo de garantia. As rescisões já foram pagas e os patrões têm até o dia 5 de junho para recolher o FGTS.

O presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Roberto Messias, assina a licença de instalação para a Usina Hidrelétrica de Jirau, no Rio Madeira, em Rondônia (região Norte). De acordo com o Ibama, a licença tem 54 condicionantes que deverão ser cumpridas pela Energia Sustentável do Brasil (ESBR), responsável pelo empreendimento. Entre as condicionantes, estão exigências ambientais e socioeconômicas. A concessão da licença de instalação para Jirau só foi possível após acordos assinados pelo consórcio com a prefeitura da capital Porto Velho e com o governo de Rondônia para definir as compensações que serão repassadas pela empresa para amortecer os impactos sociais da obra na região. As exigências vão desde a garantia de acesso para peixes migradores e monitoramento da qualidade da água a compensações sociais para as famílias que serão atingidas pelo reservatório e investimentos econômicos nos municípios de Porto Velho e Jaci-Paraná. O cadastramento das comunidades que serão atingidas pela barragem deverá ser monitorado pelo Ibama. A concessionária ainda deverá garantir assistência jurídica e social aos deslocados durante a negociação, inclusive com “ajuda financeira de caráter emergencial”, de acordo com a licença. A licença determina a aplicação de R\$ 45 milhões em projetos de saúde, educação, planejamento urbano e segurança pública nas duas cidades. O município receberá R\$ 69 milhões e o estado R\$ 90 milhões. Com a licença, a ESBR pode retomar as obras de Jirau paralisadas desde o dia 19 de maio, quando venceu a licença parcial concedida pelo Ibama para a instalação do canteiro de obras e a construção das ensecadeiras. A licença de instalação é a segunda etapa do processo de licenciamento ambiental. A etapa seguinte é a licença de operação, concedida quando a obra estiver concluída. Jirau terá uma potência de 3,3 mil megawatts (MW) e uma energia assegurada de 1,9 mil MW médios, suficientes para abastecer quase 10 milhões de casas. O custo total da obra está orçado em R\$ 9 bilhões.

5º feira 04

Professores e estudantes da USP (região Sudeste) iniciam greve por tempo indeterminado. A decisão foi durante assembléia da categoria. Os docentes planejavam um dia de paralisação na próxima semana, mas a presença efetiva da Polícia Militar no campus Butantã desde o dia 3 de junho apressou o início de uma greve permanente. No dia 1 de junho, a Força Tática da Polícia Militar já havia ocupado todas as unidades do campus, a fim de desmontar os piquetes organizados pelos servidores da universidade, que estão paralisados há um mês. Dois dias depois, a PM voltou a ocupar a universidade, dessa vez de forma ininterrupta. Além da saída imediata da PM do campus da USP, os professores reivindicam a retomada de negociações com o Cruesp, suspensas desde o dia 25 de maio. Os docentes pedem 10% de reposição salarial e

reposição da inflação dos últimos 12 meses, além de mais verba para as universidades. Já os funcionários da instituição reivindicam 17% de reposição parcial das perdas, incorporação de R\$ 200 nos salários, garantia de emprego a mais de cinco mil trabalhadores e a reintegração do ex-diretor do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp) Claudionor Brandão, demitido em dezembro de 2008. Os estudantes da USP deflagraram greve durante Assembléia Geral que conta com mais de mil estudantes, logo após a Assembléia docente aprovar também greve de professores. Os alunos também se posicionam contra a presença da PM; além de protestarem contra o projeto de ensino à distância. Eles reivindicam eleições diretas para reitor e mais verbas para a educação.

A Usiminas e o Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga (Sindipa) fecham acordo no qual a companhia se compromete a não fazer novas demissões de trabalhadores na Usina de Ipatinga pelo prazo de 30 dias, em Minas Gerais (região Sudeste). No acordo com o sindicato, a siderúrgica se compromete também a rever casos de trabalhadores demitidos em situações especiais. A empresa declara que o acordo não se aplica aos desligamentos decorrentes do Programa de Desligamento Voluntários (PDV), que recebeu 516 inscrições nas unidades de Ipatinga e de Cubatão – São Paulo (região Sudeste).

Agricultores afetados pela estiagem queimam equipamento agrícola durante protesto, em Espumoso – Rio Grande do Sul (região Sul). Segundo a Folha de São Paulo, eles reivindicam do governo federal anistia de dívida e auxílio a famílias de produtores.

Mais de 500 trabalhadores sem-terra chegam a Curitiba – Paraná (região Sul) após 15 dias de caminhada. A concentração aconteceu no Monumento Antonio Tavares, na BR - 277, próximo a entrada da cidade. Em seguida, os sem-terra partem em marcha ao parque Barigui. Nos próximos dias, serão realizados debates nas universidades, oficinas culturais, plenárias, feiras e outras atividades junto à população.

Dois trabalhadores rurais sem-terras são libertados após mais de um mês presos em Pocinhos, na Paraíba (região Nordeste). Eles estavam entre as 60 famílias que foram despejadas por pistoleiros em Maio na BR-230 às margens da Fazenda Cabeça de Boi. Segundo site da Agência Chasque de Notícias, sete trabalhadores também foram torturados e ameaçados de serem queimados vivos. A polícia e a Justiça haviam prendido os trabalhadores, enquanto as milícias permaneciam impunes. A Ouvidora Agrária da Paraíba constatou que os dois trabalhadores apresentavam sinais visíveis de espancamento e de queimaduras provocados pelos pistoleiros.

O Relatório “A Farra do Boi na Amazônia” da ONG Greenpeace, rastreia, pela primeira vez, a ligação da carne, do couro e de outros produtos bovinos de fazendas envolvidas com desmatamento ilegal, invasão de áreas protegidas e trabalho escravo com marcas famosas como Adidas/Reebok, Timberland, Carrefour, Honda, Gucci, IKEA, Kraft, Clarks, Nike, Tesco e Wal-Mart. A investigação do Greenpeace mostra que o governo Lula quer dominar o mercado global de produtos pecuários em geral e dobrar a participação brasileira no mercado internacional de carne até 2018. Para auxiliar a expansão do setor, o governo federal está investindo em todos os elos da cadeia de abastecimento – desde a produção nas fazendas até o mercado internacional. Em troca do financiamento público, o governo se tornou acionista de três gigantes da indústria brasileira de pecuária – Bertin, JBS e Marfrig, responsáveis por alimentar a destruição

de grandes áreas da Amazônia. Entre 2007 e 2009, as cinco maiores empresas da indústria pecuária brasileira, responsáveis por mais de 50% das exportações de carne do país, receberam US\$ 2,65 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os três frigoríficos que receberam a maior parte do investimento público foram a Bertin, uma das maiores comercializadoras de couro do mundo; a JBS, a maior comercializadora de carne, com controle de pelo menos 10% da produção global; e a Marfrig, a quarta maior comercializadora de carne do planeta. A publicação do relatório do Greenpeace se dá no momento em que a bancada ruralista está encabeçando uma ofensiva no Congresso Nacional para enfraquecer a legislação florestal brasileira e legalizar o aumento do desmatamento.

6º feira 05

A ThyssenKruppMetalúrgica anuncia a demissão de 264 funcionários da linha de produção na unidade de Campo Limpo Paulista – São Paulo (região Sudeste). Conforme matéria do jornal O Estado de São Paulo as demissões são o reflexo da crise mundial no mercado externo de autopeças para veículos pesados. A empresa declara que não divulgará dados de sua carteira de exportações e não comentará as demissões. Os demitidos recebem a garantia de que terão prioridade na contratação, em caso de reaquecimento desse mercado.

Um grupo de trabalhadores da Usiminas faz manifestação contra demissões em frente ao Tribunal Regional do Trabalho, em São Paulo – SP (região Sudeste). Segundo o jornal Folha de São Paulo, a Justiça do Trabalho suspendeu até hoje 18.256 dispensas feitas nos últimos 15 dias.

Cerca de 500 pessoas, de acordo com os organizadores, se reúnem em manifesto reivindicando a criação do Parque Augusta, em frente à área na Rua Augusta, na região da Consolação, em São Paulo – SP (região Sudeste). Segundo o jornal O Estado de São Paulo, o terreno, onde já funcionou um colégio feminino de 1907 a 1967, tombado desde 2004, pertence a uma incorporadora e foi declarado de utilidade pública em 2008, a pedido da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA). Em nota, a SVMA confirma que pretende transformar a área em um parque, informando que o processo de desapropriação está em “fase de avaliação administrativa pela Secretaria de Negócios Jurídicos”.

No Dia do Meio Ambiente, 22 entidades ligadas à defesa de causas ambientais criticam as mudanças da legislação ambiental brasileira, em curso no Congresso Nacional. Segundo informações da Agência Brasil, no dia 4 de junho, o Senado aprovou a Medida Provisória 458 que facilita a regularização fundiária na Amazônia – e já foi chamada pelos ambientalistas de “MP da Grilagem”. As organizações consideram que as medidas já aprovadas ou em tramitação, como as tentativas de mudança no Código Florestal, “demonstram claramente que a lógica do crescimento econômico a qualquer custo vem solapando o compromisso político de se construir um modelo de desenvolvimento socialmente justo, ambientalmente adequado e economicamente sustentável”. A nota cita ainda unidades de conservação que estão engavetadas na Casa Civil e o decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 19 de maio que fixou teto de 0,5% do valor da obra para compensação ambiental de grandes empreendimentos. O grupo defende iniciativas como o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito

Federal (FPE) Verde, que premia financeiramente os estados que possuam unidades de conservação ou terras indígenas, e a criação de um marco legal para energia alternativa. Essas propostas, segundo as entidades, estão paradas no Congresso à espera de votação na Câmara ou no Senado. Neste mesmo dia, ONGs divulgaram a lista dos parlamentares amigos e inimigos da Amazônia. A lista produzida pela primeira vez este ano de 2009, foi organizada pelo Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que reúne mais de 600 entidades. A lista foi dividida em duas categorias: amigos e inimigos da Amazônia. Nestas categorias, há duas subcategorias: "espécies nativas" (parlamentares da região amazônica) e "exóticas" (aqueles de estados que não fazem parte da região amazônica). Entre os amigos, as "espécies nativas" são a senadora Marina Silva (PT-AC), o senador Jose Nery do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL-PA) e o deputado Sarney Filho do Partido Verde (PV-MA). No grupo de amigos e exóticos, estão os senadores Aloizio Mercadante (PT-SP), Cristovam Buarque (PDT-DF), Renato Casagrande do Partido Socialista Brasileiro (PSB-ES) e deputado Paulo Teixeira (PT-SP). A lista dos inimigos incluiu, entre outros parlamentares, a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) e os deputados Asbrubal Bentes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB-PA) e Valdir Colato (PMDB-SC).

Pequenos agricultores realizam mobilizações em praticamente todo o estado do Rio Grande do Sul (região Sul) para forçar que os governos federal e estadual liberar mais verbas às famílias atingidas pela estiagem. Os agricultores consideram insuficientes os recursos dos governos para amenizar as perdas com a estiagem. Ocorreram protestos nas cidades de Espumoso, Tenente Portela, Coronel Bicaco, Palmeira das Missões, Sananduva, Erechim, Santiago, Barra do Quaraí e Sarandi. Segundo site da Agência Chasque de Notícias, prefeituras municipais e o comércio de algumas cidades também apoiam os protestos.

O ANDES-SN volta a representar plenamente os docentes das instituições públicas do ensino superior. Por despacho do ministro do Trabalho, Carlos Lupi, datado de 4/6/2009, publicado na página 165, Seção 1, do Diário Oficial da União, foi restabelecido o Registro Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES SINDICATO NACIONAL, para que represente em todo o território nacional, os docentes em ensino superior do setor público. O ato publicado mantém a suspensão apenas no que se refere à representatividade dos docentes do setor privado, contestada por entidades que apresentaram impugnações ou manifestaram conflito de base com o ANDES-SN, tanto em 2003 quanto em 2009. Desde 2003 o registro do sindicato estava suspenso, pois algumas entidades do ensino particular entraram com ação contra a entidade, alegando que ela não representava os docentes dessas universidades. A maioria das ações tinha em vista deslegitimar o ANDES. Baseada nessas ações o MTE suspendeu o registro da entidade em 2003, o que foi bastante contestado, pois as manifestações foram de base restrita e, portanto, a suspensão deveria ocorrer no máximo para os docentes do ensino superior que entraram com ação contra o sindicato.

Sábado 06

Mais de 300 lideranças Indígenas de 23 aldeias Kaiowá e Guarani de Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste), se reuniram, de 04 a 06 de junho, em assembléia na Terra Indígena Takuara, município de Juti, no estado, com a presença de aliados e autoridades

do Ministério Público Federal (MPF), Assembléia Legislativa e Fundação Nacional do Índio (Funai). Eles saudaram a memória de guerreiros que tomaram na luta pela demarcação de suas terras e sistematizam uma série de reivindicações; a principal é pela demarcação de terras. Eles denunciam que a monocultura desenfreada da soja, da cana-de-açúcar e do gado, financiada por dinheiro público, toma o espaço da agricultura familiar indígena e camponesa, levando milhares de indígenas, quilombolas e trabalhadores rurais sem-terra à miséria. Os indígenas também reivindicam imediata conclusão dos procedimentos de identificação das 36 terras indígenas do povo Kaiowá Guarani de Mato Grosso do Sul, conforme a previsão do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado entre a Funai e o MPF; que seja solucionada a situação dos registros de identidade indígena; que seja solucionada a situação da saúde indígena pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), pela falta de médicos, agentes de saúde, remédios para o atendimento das comunidades; restauração e construção de mais escolas nas aldeias, garantia de transporte escolar digno e fortalecimento da agricultura familiar, através de investimentos em equipamento manual e maquinário, bem como em capacitação técnica, dentre outros.

Cerca de 150 militantes do MST ocupam a Fazenda Santa Fé, em Sandovalina – São Paulo (região Sudeste). De acordo com o jornal O Estado de São Paulo, os manifestantes reivindicam que o Incra providencie o assentamento das famílias no Pontal do Paranapanema. Ainda no estado, cerca de 200 famílias do MST acampam na fazenda da família Junqueira, no município de Promissão. A Fazenda tem uma área total de 800 alqueires e possui suspeitas de ter sido penhorada pelo Banco do Brasil, devido às dívidas dos proprietários junto ao Governo Federal. Os trabalhadores do MST exigem que a área seja destinada para a Reforma Agrária.

Domingo 07

Cerca de cem amigos e parentes da engenheira Patrícia Amieiro Branco, desaparecida desde junho de 2008, fazem uma passeata e uma carreata pela orla da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os manifestantes reivindicam uma solução para o caso. Há buzinação em frente à casa do secretário estadual de Segurança, José Mariano Beltrame, que estava viajando.

2º feira 08

Cerca de 400 militantes do MST fazem uma manifestação em frente à Superintendência Regional do Incra em Curitiba – Paraná (região Sul). A mobilização faz parte da Jornada Nacional de Lutas em defesa da Educação e do Pronera. Segundo Paulo Roberto Miranda, da direção estadual do MST, o governo federal cortou 62% do orçamento do programa, o que levou o Incra a cancelar novos cursos nos assentamentos em todo o país. De acordo com a assessoria do MST, os recursos do Pronera aprovados para 2009 eram de R\$ 69 milhões, mas foram reduzidos para R\$ 26 milhões. Para o Paraná, o MST está reivindicando a liberação imediata dos recursos já contratados para cursos em andamento de três turmas em três escolas de nível médio e superior e liberação imediata dos recursos para a contratação de três novos cursos de agroecologia, que já estão aprovados. A superintendente regional do Incra no estado, Cláudia Sonda, explicou que os convênios já firmados serão respeitados. “Estou repassando aos

integrantes do MST o conteúdo do acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU), que suspendeu, desde o mês de janeiro, novos convênios e custos, com base num modelo adotado pelo Incra do Mato Grosso”. Segundo a superintendente, este modelo está sendo ajustado e será válido para todas as unidades da instituição. Além disso, quatro cursos do Paraná terão seus convênios readequados devido a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que modificaram a estrutura do ensino técnico profissionalizante, e isso também pode provocar atrasos nos convênios, conforme explicou Cláudia Sonda. De acordo com o MST, atualmente, 17.478 mil jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária estão em processo de educação matriculados em 76 cursos que vão de Educação de Jovens e Adultos (EJA) até cursos superiores. Entre 1998 e 2002 o Pronera foi responsável pela escolarização e formação de 122.915 trabalhadores rurais assentados. De 2003 a 2008, promoveu acesso à escolarização e formação para cerca de 400 mil jovens e adultos assentados.

Jovens do MST, estudantes ou formados em cursos do Pronera, ocupam as sedes do Incra, em Recife e Petrolina – Pernambuco (região Nordeste). A mobilização faz parte da Jornada Nacional de Lutas em defesa da Educação e do Pronera. O protesto é contra a decisão do Incra de suspender os convênios para novos cursos e contra o corte de 62% do orçamento do Pronera. Há uma crítica aos pareceres contrários aos cursos – como a proibição de pagamento de bolsas aos professores das universidades que desenvolvem os cursos; a proibição de bolsas aos educandos/educandas. Os jovens e o movimento social reivindicam a recomposição do orçamento do programa; a regularização do pagamento dos coordenadores e professores que trabalham nos cursos nas universidades; e a retomada das parcerias para novos cursos, através de convênios ou destaque orçamentário.

O MST com estudantes de escolas do campo – filhos de pequenos agricultores e assentados da Reforma Agrária – protestam nesta manhã em frente Incra em Porto Alegre - Rio Grande do Sul (região Sul), contra os cortes de 62% no orçamento do Pronera. Tal mobilização faz parte da Jornada de Lutas em Defesa da Educação e do Pronera. O programa é responsável pelo acesso de centenas de estudantes do campo a cursos de ensino médio, educação de jovens e adultos e graduação, através de convênios com instituições de ensino, como universidades.

Membros do MST, educandos do Curso de Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo (Camosc) do Mato Grosso (Centro Oeste) promovem vigília em frente ao Incra, na capital Cuiabá. A ação no Mato Grosso integra a Jornada Nacional de Lutas em defesa da Educação e do Pronera. No início da tarde, é realizado um ato público com as entidades parceiras, cobrando a recomposição do orçamento do Pronera, a concessão de bolsas a educandos e alunos, e a assinatura de novos convênios. Os educandos protestam ainda para a liberação da verba para a realização do 8º módulo do curso. Ao todo, o curso de graduação compreende 10 etapas, em regime de alternância.

Militantes do MST do Ceará (região Nordeste) mobilizam-se, junto com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf/CE), na sede do Incra na capital do estado, Fortaleza. A ação integra a Jornada Nacional de Lutas em defesa da Educação e do Pronera. Os manifestantes construíram um Acampamento Pedagógico onde ocorre durante o ato aulas públicas, formação com a base, e a coleta de assinaturas de um abaixo-assinado exigindo a retomada do Pronera. Atualmente, há dois convênios em andamento no estado: turmas do Magistério da Terra e de escolarização. Maria de Jesus

dos Santos, da coordenação estadual do MST, explica que há a demanda de seis novos cursos na região: comunicação social, pedagogia, serviço social, história, direito e um curso técnico de agroecologia.. Ela ainda ressalta a demanda por assentamento dos 23 acampamentos no estado, o incentivo à produção e a reestruturação do Incra.

Cerca de 200 estudantes ligados a movimentos sociais do campo, como o MST e o Movimento de Trabalhadores Assentados Acampados e Quilombolas (Ceta), acampam na Superintendência Regional do Incra, em Salvador - Bahia (região Nordeste). A ocupação faz parte de uma mobilização nacional em defesa da educação e do Pronera, que teve um corte no orçamento de 62%. O corte corresponde a mais de R\$ 40 milhões. Dentre os estudantes envolvidos na mobilização, encontram-se educandos dos cursos de Pedagogia da Terra, Agronomia e Magistério.

O MST com cerca de 2 mil trabalhadores rurais vindos de diferentes regiões do estado ocupam a Superintendência Regional do Incra, na praça Sinimbu, Centro de Maceió - Alagoas (Nordeste). A mobilização, que faz parte da Jornada Nacional em Defesa da Educação, do Pronera e da Reforma Agrária, critica severamente o corte de 62% do orçamento do Programa. Além de questões específicas relacionadas ao Pronera e à Educação, a mobilização também reivindica do Incra agilidade na realização da Reforma Agrária - desde os processos de vistoria de áreas para desapropriação, até os créditos para habitação e obras de infra-estrutura para os assentamentos de todo o estado. Ainda, cobra do governo estadual o cumprimento de pontos pendentes da pauta de negociação com o movimento social.

Cerca de 400 sem-terra ocupam prédio do Incra em Teodoro Sampaio - no Pontal do Paranapanema em São Paulo (região Sudeste). A manifestação faz parte da Jornada Nacional de Lutas em Defesa da Educação Pública e do Pronera. A principal denúncia é contra o corte de 62% no orçamento do Pronera. O MST realiza protestos em pelo menos 15 estados. O Manifesto em Defesa da Educação no Campo, feito pelo movimento, reivindica, além da recomposição do orçamento do Pronera, a regularização do pagamento dos coordenadores e professores dos cursos nas universidades para trabalhadores rurais e a retomada das parcerias para novos cursos, por meio de convênios ou destaque orçamentário.

Cerca de 400 sem-terra ocupam sede do Incra em Goiânia – Goiás (região Centro-oeste). A manifestação faz parte da Jornada Nacional de Lutas em Defesa da Educação Pública e do Pronera. O MST realiza protestos em 15 estados, incluindo ocupação de superintendências do Incra. A principal denúncia é contra o corte de 62% no orçamento do Pronera.

Cerca de 200 estudantes realizam manifestação no Incra em Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste). Além da ocupação, cerca de 150 sem-terra bloqueiam uma pista da BR-365, na altura de Jequitaiá. A manifestação faz parte da Jornada Nacional de Lutas em Defesa da Educação Pública e do Pronera. O MST realiza protestos em 15 estados, incluindo ocupação de superintendências do Incra. A principal denúncia é contra o corte de 62% no orçamento do Pronera.

Aproximadamente 350 sem-terra ocupam sede do Incra em Teresina – Piauí (região Nordeste). A manifestação faz parte da Jornada Nacional de Lutas em Defesa da Educação Pública e do Pronera. O MST realiza protestos em 15 estados, incluindo

ocupação de superintendências do Incra. A principal denúncia é contra o corte de 62% no orçamento do Pronera. O Manifesto em Defesa da Educação no Campo, feito pelo movimento, reivindica, além da recomposição do orçamento do Pronera, a regularização do pagamento dos coordenadores e professores dos cursos nas universidades para trabalhadores rurais e a retomada das parcerias para novos cursos, por meio de convênios ou destaque orçamentário.

Cerca de 250 estudantes de assentamentos ocupam a sede do Incraem Chapecó – Santa Catarina (região Sul). A manifestação faz parte da Jornada Nacional de Lutas em Defesa da Educação Pública e do Pronera. O MST realiza protestos em 15 estados, incluindo ocupação de superintendências do Incra. A principal denúncia é contra o corte de 62% no orçamento do Pronera.

Em torno de 200 estudantes fazem manifestação, reivindicando novos cursos superiores em João Pessoa – Paraíba (região Nordeste). A manifestação faz parte da Jornada Nacional de Lutas em Defesa da Educação Pública e do Pronera. O MST realiza protestos em 15 estados, incluindo ocupação de superintendências do Incra. A principal denúncia é contra o corte de 62% no orçamento do Pronera. O Manifesto em Defesa da Educação no Campo, feito pelo movimento, reivindica, além da recomposição do orçamento do Pronera, a regularização do pagamento dos coordenadores e professores dos cursos nas universidades para trabalhadores rurais e a retomada das parcerias para novos cursos, por meio de convênios ou destaque orçamentário.

Cerca de 150 sem-terra ocupam a sede do Incra em Marabá – Pará (região Norte). Segundo a assessoria do MST, também há protestos em Rondônia. A manifestação faz parte da Jornada Nacional de Lutas em Defesa da Educação Pública e do Pronera. O MST realiza protestos em 15 estados, incluindo ocupação de superintendências do Incra. A principal denúncia é contra o corte de 62% no orçamento do Pronera. O Manifesto em Defesa da Educação no Campo, feito pelo movimento, reivindica, além da recomposição do orçamento do Pronera, a regularização do pagamento dos coordenadores e professores dos cursos nas universidades para trabalhadores rurais e a retomada das parcerias para novos cursos, por meio de convênios ou destaque orçamentário. Em nota, o Incra afirma que "está buscando a recomposição do orçamento para ampliar e dar continuidade" ao Pronera.

Um grupo de mais de 300 índios de várias etnias ocupa o prédio da sede da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em Manaus – Amazonas (região Norte). Os índios reivindicam a exoneração do atual diretor do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) de Manaus, Radamésio Velasques de Abreu. Eles reclamam da administração da verba destinada à saúde dos povos indígenas.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos responsabiliza o Estado brasileiro pelo assassinato do sem-terra Sebastião Camargo Filho em 1998 em Marilena, no Noroeste do Paraná (região Sul). O trabalhador foi morto durante despejo ilegal de um acampamento do MST feito por milícias armadas. Até o momento, ninguém foi punido pelo crime e a família também não recebeu nenhum tipo de reparação. Devido à denúncia na corte internacional, o processo voltou a andar no Brasil, com a decisão da Justiça em levar à júri popular os quatro réus.

O deputado Paulo Azeredo (PDT), assina o requerimento de instalação da CPI da Corrupção na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul (região Sul). Antes de assinar, Azeredo esteve com o procurador-geral do Ministério Público de Contas, onde encaminhou pedido de investigação da Secretaria da Fazenda e Banrisul por suspeitas de favorecimento financeiro às fumageiras que contribuíram na campanha eleitoral da governadora Yeda Crusius. Segundo site da Agência Chasque de Notícias, esta foi a 17ª das 19 assinaturas necessárias para a instalação da CPI.

Cerca de 200 integrantes de entidades ambientalistas, ao lado do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc (PT), realizam ato em defesa da legislação ambiental, contra os ruralistas, na escadaria do Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). De acordo com os jornais O Globo e Folha de São Paulo, Minc atacou a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), relatora da MP 458, e anunciou que em 15 dias vai protocolar mais de 70 ações criminais contra os maiores desmatadores da Amazônia.

Funcionários do Sistema Eletrobrás realizam paralisação de 24 horas para reivindicar um maior reajuste salarial. Estão sendo mantidos apenas os serviços essenciais. A paralisação é uma resposta da categoria à oferta de um reajuste de 4,42% feito pela Eletrobrás. O Coletivo reivindica um reajuste de 9,50%. Conforme dados disponibilizados pelo Sindicato dos Eletricitários da Bahia, a greve tem adesão de 100% em importantes unidades do Sistema Eletrobrás, como a Eletronuclear, Furnas e a própria holding da Eletrobrás, que tem escritório central no centro do Rio de Janeiro (região Sudeste). Segundo informações do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), a greve tem a adesão de 95% dos trabalhadores da estatal em todo o país. A paralisação atinge todas as outras empresas do grupo, como a Chesf, Eletronorte, Eletrosul e as distribuidoras federalizadas de eletricidade – Cepisa, Eletroacre, Ceron, Ceal, Amazonas Energia e Boavista Energia.

Cerca de 50 moradores protestam contra o projeto de reurbanização da favela de Paraisópolis, na zona sul de São Paulo – SP (região Sudeste). Segundo os moradores, o projeto foi levado por curadores estrangeiros e prevê remoção de famílias.

Grupo de petistas realiza ato contra a CPI da Petrobras, na Assembléia Legislativa de São Paulo no centro da cidade – SP (região Sudeste). De acordo com o jornal O Globo, o grupo defende ainda o blog criado pela estatal que fornece informações á jornalistas que investigam indícios de irregularidades na empresa,.

Entre 30 e 50 estudantes ocupam a reitoria da Universidade de Brasília (UnB), em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os estudantes reivindicam mudanças na política de assistência estudantil, melhorias na Casa do Estudante, no transporte interno da Universidade e na segurança, além da saída da decana de assuntos comunitários, Rachel Nunes. O reitor da UnB já fez duas reuniões com os estudantes, mas não houve acordo. O reitor alega que a decana foi escolhida por um reitor eleito e teve seu nome homologado pelo Conselho Universitário. Segundo a PM, apesar da promessa de que dormiriam no prédio, os estudantes desocupam o local durante a madrugada.

Quase 2 mil pessoas realizam uma grande passeata em direção à portaria central da USP, em São Paulo – SP (região Sudeste). O ato conta com estudantes, docentes e funcionários da USP e de várias outras universidades públicas paulistas como a Unicamp e a Unesp. A principal pauta é o repúdio total à presença da PM no campus. Os manifestantes pedem ainda a reabertura das negociações salariais. A tropa de choque que bloqueava a portaria principal agrediu estudantes e funcionários. A assembléia de docentes que acontecia no mesmo momento no prédio de História e Geografia é suspensa. Segundo os jornais O Globo, O Estado de São Paulo e a Folha de São Paulo, PMs usaram bombas de efeito moral, balas de borracha e tijolos. Policiais e estudantes se ferem durante o confronto. Três pessoas são presas, entre elas, a diretora do Sintusp. Funcionários, professores e alunos da universidade estão em greve desde o dia 5 de maio. Os trabalhadores reivindicam reajuste de 10% nos salários, além da reposição das perdas com base na inflação dos últimos 12 meses até o último mês de abril e o pagamento de um valor fixo de R\$ 200 para todos os trabalhadores - acordado em 2007 com a reitoria e não incorporado aos salários até agora. A assessoria de imprensa da USP informou que a polícia foi chamada para que seja cumprida a ordem judicial de reintegração de posse, já que os grevistas fecharam as portas dos prédios e impediram os funcionários que não queriam aderir à greve de entrar para trabalhar. Segundo a assessoria de imprensa, a presença da Polícia Militar era de caráter preventivo e não havia intenção de ameaçar os grevistas e manifestantes ou de agredi-los. Segundo as informações, o conselho de reitores está negociando com os funcionários e docentes desde o início de maio e, no dia 18, foi concedido aumento de 6,05% aos trabalhadores. Entretanto, a próxima reunião, que seria no dia 25, foi cancelada porque os trabalhadores exigiam a presença de um ex-funcionário, o que não foi permitido. Depois do ato, os cerca de 2 mil manifestantes caminharam em direção ao portão de acesso principal da Cidade Universitária para fechá-lo por algumas horas. Segundo Magno, os policiais que estavam de prontidão fora da universidade recuaram e os estudantes fecharam também as ruas próximas, o que provocou congestionamento na região. Após o confronto com estudantes e trabalhadores a polícia se manteve no campus da universidade.

Em audiência com representantes do MST, o Incra assegura que não faltarão recursos para a viabilização de ações do Pronera, mesmo diante do corte de 62% no orçamento destinado ao programa. A audiência ocorre em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) A recomposição do Pronera que foi reduzido de R\$ 69 milhões para R\$ 26 milhões, em 2009 - foi a principal exigência de uma série de reivindicações feita por trabalhadores rurais nos últimos dias durante manifestações em 15 estados do país. As reivindicações foram apresentados ao presidente do Incra, Rolf Hackbart que garantiu que dinheiro não será problema para o funcionamento de escolas do campo financiadas pelo programa. Outra reivindicação discutida durante a audiência foi o pedido de que o Incra se empenhe para que o movimento consiga retomar parcerias com universidades federais, medida que foi proibida por um parecer do Tribunal de Contas da União (TCU) às instituições de ensino. Os sem-terra também pedem a regularização do pagamento de professores e o retorno das bolsas estudantis para trabalhadores rurais, inviabilizadas com a orientação do tribunal. "Mesmo que se resolva o problema orçamentário a questão de proibir o estabelecimento de convênio inviabiliza as melhorias que queremos", argumentou Edite Prates. O Incra se comprometeu a continuar a articulação dentro do governo para que as parcerias entre o MST e as instituições de curso superior sejam retomadas.

Cerca de 200 trabalhadores ligados ao MST realizam passeata, continuando as manifestações contra o corte de 62% do orçamento do Pronera, no centro de Maceió – Alagoas (região Nordeste). A manifestação faz parte da Jornada Nacional de Lutas em Defesa da Educação Pública e do Pronera. O MST realiza protestos em 15 estados, incluindo ocupação de superintendências do Incra. O Manifesto em Defesa da Educação no Campo, feito pelo movimento, reivindica, além da recomposição do orçamento do Pronera, a regularização do pagamento dos coordenadores e professores dos cursos nas universidades para trabalhadores rurais e a retomada das parcerias para novos cursos, por meio de convênios ou destaque orçamentário.

Militantes do MST, durante a Jornada Nacional em Defesa da Educação, reúnem mais de 2 mil trabalhadores rurais na Praça Sininbu no Centro de Maceió (região Nordeste), na luta na defesa do Pronera e da Reforma Agrária. A marcha busca pressionar por uma audiência com o governador. Oriundos de diversas regiões do estado, desde o litoral norte até o sertão, os trabalhadores rurais vêm a Maceió também motivados pelas demandas estruturais de cada assentamento ou acampamento. Com o Incra, o movimento cobra agilidade na execução da Reforma Agrária, um planejamento das vistorias pendentes em áreas de conflito, maior infra-estrutura (estradas, iluminação, abastecimento de água), entre outras demandas imediatas.

O Ministério do Meio Ambiente apresenta novo levantamento com 75 pessoas e empresas processadas por crimes ambientais, segundo os jornais Folha de São Paulo e O Globo. A lista exclui o Incra, que num primeiro levantamento divulgado há seis meses tinha seis assentamentos à frente do ranking, e se limita ao Mato Grosso (região Centro-oeste). O ministério explica que só consta na lista quem será acionado na Justiça pelo governo, o que não é o caso do Incra.

4º feira 10

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná (Sindijor-PR) protesta contra 17 demissões no jornal Folha de Londrina, anunciadas no dia 8 de junho, na sua sucursal em Curitiba – Paraná (região Sul). Segundo o CMI, a medida configura dispensa coletiva, proibida conforme a cláusula 36 da atual convenção coletiva de trabalho da categoria. O sindicato aciona a Superintendência Regional do Ministério do Trabalho no estado. Está marcada para o dia 15 de junho uma mesa-redonda entre o jornal e o Sindicato para o debate sobre a reversão das demissões.

Professores da Universidade de São Paulo estão reunidos em assembléia no prédio da faculdade de História e Geografia no campus da universidade em São Paulo – SP (região Sudeste). Eles discutem principalmente o pedido de afastamento da reitora da instituição, Suely Vilela, depois do conflito do dia 9 de junho com a PM e a saída dos policiais do campus. Durante o conflito ficaram feridos um aluno e cinco policiais; três pessoas foram presas e liberadas em seguida. Os estudantes também são contra a implantação de cursos a distância na USP. Os funcionários estão em greve há cerca de 35 dias e os alunos e professores aderiram ao movimento no dia 5 deste mês. A Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp) protocolou no final da tarde o pedido de renúncia imediata da reitora da universidade, Suely Vilela. Em nota divulgada à imprensa, a Adusp afirma que a USP tem desrespeitado o princípio da

gestão democrática do ensino público. A associação argumenta que não há participação de alunos, docentes e funcionários nas deliberações de conselhos de departamentos, congregações e do Conselho Universitário.

A Força Sindical critica a redução de 1% da taxa selic anunciada pelo Comitê de Política Econômica do Banco Central (BC). De acordo com a central, a redução é tímida e insuficiente para aumentar o consumo e melhorar o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) do segundo semestre. A central avalia ainda que o cenário econômico em recessão está favorável a uma queda “drástica” na taxa básica de juros. “Os membros do Banco Central insistem em contrariar os interesses nacionais. O governo não pode continuar com esta política de incentivo a usura no país.”

Deputados estaduais iniciam a coleta de assinaturas nas ruas de Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul) para pressionar a instalação da CPI da Corrupção na Assembléia do estado. Em um único dia, os deputados recolheram mil assinaturas. Faltam apenas duas assinaturas de deputados estaduais para abertura da CPI. As coletas prosseguem pelo interior e na capital.

O Conselho Indigenista Missionário, pastorais e movimentos sociais entregam uma carta a embaixada do Peru no Brasil em que criticam a chacina de indígenas naquele país. Na semana passada, pelo menos 30 índios foram assassinados por policiais durante protestos contra o Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos, que prevê exploração dos recursos naturais em reservas e aldeias. As entidades brasileiras irão exigir na Organização dos Estados Americanos (OEA) a responsabilização do governo peruano pelas mortes. Neste mesmo dia, o congresso peruano suspendeu o decreto 1090 que permitia a exploração dos recursos naturais da Amazônia peruana por empresas estrangeiras. O decreto motivou protestos que se estendem há dois meses. Os povos indígenas argumentam que não foram consultados previamente, como determina a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. O decreto foi suspenso até que o governo e povos indígenas encontrem uma solução para os conflitos.

Os integrantes do Movimento dos atingidos por Barragens (MAB) Esmael Rodrigues Siqueira, Roquevan Alves Silva, Maria Edna Almeida Moreira e Odecio Monteiro Silva são libertados após 44 dias de prisão no Pará (região Norte). O motivo da prisão foi o protesto feito no dia 26 de abril de 2009, na Usina Hidrelétrica de Tucuruí, localizada a 400 km de Belém, capital do estado. O movimento é contra a construção de mais um canal no rio Tocantins, que faz parte das obras realizadas pela hidrelétrica. Para o movimento, a perseguição política foi o que motivou as prisões. Acontece uma recepção aos libertos, organizada por entidades que compõe a Campanha Contra a Criminalização dos Movimentos Sociais no Pará.

O MST com cerca de 500 militantes, além de integrantes de sindicatos locais e a sociedade civil realiza uma manifestação na entrada da Prefeitura do Município de Castilho em São Paulo (região Sudeste). Os manifestantes denunciam o não cumprimento de promessas relativas à pauta da Reforma Agrária pelo Prefeito da região. O ato também tem como objetivo exigir políticas públicas para o campo, além de assistência técnica aos assentamentos, repasse de verbas, agilidade na desapropriação de terras improdutivas e recriminar a morosidade da Justiça, que permite que os processos desapropriatórios de terras permaneçam paralisados. Um grupo de manifestantes foi recebido pelo o Prefeito do município de Castilho para negociar a

questão. Ao final da conversa, foi feita a promessa de que seria levada água aos acampamentos, os postos de saúde seriam reabertos e que políticas seriam desenvolvidas para o campo da educação dos assentados. A tropa de choque da PM intimidou a ação dos protestantes com agressões.

Movimentos Sociais ligados à Via Campesina bloqueiam a BR-367, no trecho entre Itaobim e Jequitinhonha, no Vale do Jequitinhonha, região nordeste de Minas Gerais (região Sudeste). A ação faz parte da Jornada Nacional de Lutas pela Educação do Campo e cobra também a liberação de créditos para a Reforma Agrária. Os trabalhadores reivindicam a liberação de créditos para habitação, instalação de energia elétrica e rede de abastecimento de água nos assentamentos da região (Franco Duarte em Jequitinhonha, Jerusalém em Rubim e Transval em Jequitinhonha). Eles também cobram melhorias das condições de tráfego na BR-367, no trecho entre Itaobim e Jequitinhonha. Quanto à educação do campo, os camponeses exigem a recomposição do orçamento do Pronera, a regularização do pagamento dos coordenadores e professores que trabalham nos cursos nas universidades e a retomada da parceria para novos cursos, através de convênios e destaques orçamentários.

5º feira 11

Cerca de 100 famílias do MST voltam a ocupar a fazenda Guassahy, na região do Vale do Paraíba, município de Taubaté no estado de São Paulo (região Sudeste). A ocupação visa denunciar a disputa pela destinação das terras entre a prefeitura local e grandes empresas como a Petrobrás e a Embraer. Os manifestantes exigem a destinação da área para a Reforma Agrária, visando a produção de alimentos saudáveis e a proteção do meio ambiente. Segundo informações do Movimento, a área da fazenda é de 300 hectares e o histórico é de especulações voltadas aos interesses dos grandes grupos empresariais e políticos da região. A propriedade se encontra em situação de abandono e improdutividade, não cumprindo assim sua função social.

Aproximadamente 100 integrantes do MST ocupam a fazenda Martinópolis no município de Serrana no estado de São Paulo (região Sudeste). Segundo informações do Movimento, a fazenda possui um acúmulo de dívidas, que chega a ser maior do que o preço total da propriedade. A área também não cumpre sua função social prevista por lei, por isso os integrantes do MST pedem a desapropriação do local para que famílias sejam assentadas. A área havia sido ocupada há duas semanas, no entanto, os trabalhadores rurais foram retirados pela PM, devido a um pedido de reintegração de posse.

Domingo 14

Representantes de diversas religiões afrobrasileiras realizam manifestação em defesa da liberdade religiosa em frente ao centro espírita e templo cigano TasarAntalKóczé, na Estrada do Gabinal, na Freguesia, Jacarepaguá, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). De acordo com o jornal O Globo, no dia 11 de junho, o local foi invadido por vândalos e teve três imagens de santas destruídas, entre elas uma de Nossa Senhora Aparecida.

Cerca de 3,5 milhões de pessoas participam da 13ª Parada do Orgulho Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) de São Paulo, que ocorre na Avenida Paulista, em São Paulo – SP (região Sudeste). O governador José Serra (PSDB), o prefeito Gilberto Kassab (DEM) e a ex-prefeita Marta Suplicy (PT) participam do evento, que defende os direitos homossexuais, a criminalização da homofobia e união estável entre pessoas do mesmo sexo. Após o ato, uma bomba caseira feriu cerca de 30 pessoas perto do Largo do Arouche, próximo à Praça da República, de acordo com O Globo. Pelo menos 21 vítimas são levadas, em ambulâncias, para cinco hospitais. Testemunhas e vítimas afirmam que o artefato foi arremessado por um dos moradores de um prédio localizado na esquina. A PM ainda registrou brigas, agressões e furtos. O primeiro clube prive recreativo para gays, lésbicas, bissexuais e transexuais do Brasil, que tem previsão de ser inaugurado no dia 21 de junho, sofre um atentado a bomba, na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), segundo matéria de O Globo. De acordo com o administrador do clube, Rodrigo Silva, o portão foi destruído por um coquetel molotov. A inauguração acontecerá sob proteção policial. No dia 13 de junho, grupos de LGBT criticaram o governo pela exclusão do termo LGBT do texto de atribuições da Secretaria Especial de Direitos Humanos, citando apenas “minorias”, e pela não aprovação de um Conselho LGBT no Congresso. De acordo com matéria do jornal Folha de São Paulo, o responsável pelas políticas LGBT na Secretaria de Direitos Humanos, Eduardo Santarelo, reconheceu que as expressões relativas ao grupo foram retiradas por pressão da bancada evangélica. Para grupos LGBT, o governo “rifou” reivindicações do movimento para aprovar a criação do Ministério de Pesca, no projeto que também tratava da área ambiental e criava cargos em comissão.

Cerca de 150 famílias do MST de Campinas, Americana, Cosmópolis, Limeira e Grande São Paulo, ocupam a fazenda Eldorado, no município de Valinhos, na região metropolitana de Campinas - São Paulo (região Sudeste). O MST reivindica uma ação imediata do Incra, para desapropriação das fazendas improdutivas já vistoriadas na região de Campinas e Grande São Paulo, e exigem que sejam arrecadadas essas terras para a Reforma Agrária. As famílias exigem também a revogação da lei que trava o processo da desapropriação quando ocorre uma ocupação, como medida de celeridade processual.

2º feira 15

Um milhão de trabalhadores já perderam seus empregos na América Latina desde o início da crise econômica internacional. A estimativa é da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe e da Organização Internacional do Trabalho (OIT). As duas organizações prevêm que até o final de 2009 até 4 milhões de postos de trabalhos podem ser extintos. Em 2008, o continente já registrava 15 milhões de desempregados.

Cerca de 300 sem-teto ocupam a Câmara Municipal de Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste). Eles afirmam que só sairão com negociação de mérito das ocupações Camilo Torres e Dandara. Esta é uma ação do Fórum de Moradia do Barreiro, Brigadas Populares e do MST. Eles elaboraram e distribuíram uma carta endereçada aos vereadores da cidade para denunciar a situação em que estão vivendo e buscar uma solução pacífica do conflito urbano que envolve as 2 comunidades, ameaçando mais de 1,2 mil famílias. Eles alegam que há mais de 15 mil famílias cadastradas na Secretaria Municipal Adjunta de Habitação e que, paralelamente, o Programa Lares Gerais do

Governo Estadual (SEDRU) não atende à capital que é justamente onde se concentra a maior parte do déficit de moradia. Somado a isto, o programa federal “Minha Casa, Minha Vida”, em Belo Horizonte, não contemplará a nenhuma das famílias com renda de 0 a 3 salários mínimos. Eles exigem que a Câmara discuta e coloque em pauta projeto de lei voltado à desapropriação das áreas em questão, consoante prescrito na lei.

O líder camponês Luiz Lopes Barros, coordenador da Liga de Camponeses Pobres do Pará – Tocantins (LCP-PA/TO) (região Norte) e uma das mais conhecidas lideranças do movimento camponês do estado é assassinado com vários tiros à queima-roupa. Ele foi um dos principais mobilizadores dos camponeses em luta pela terra no Pará e esteve à frente da tomada da Fazenda Forkilha, em 2007, organizada pela LCP. No dia 11 de junho, um pistoleiro, conhecido por trabalhar para o latifundiário José Hernandez, foi até a casa de uma camponesa, ativista da LCP, para fazer ameaças a ela e a Barros. Além disso, Barros era a principal testemunha de acusação contra Hernandez, acusado de ser o mandante do assassinato de outro camponês, De Assis, liderança do assentamento Nazaré. O Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos (Cebraspo) e o Núcleo dos Advogados do Povo (NAP) pedem, em manifesto, o fim das ameaças e perseguições às lideranças camponesas e o apoio à luta pela terra.

Cerca de 600 trabalhadores do MST realizam uma marcha saindo da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) com destino ao Incra em Fortaleza – Ceará (região Nordeste). O movimento reivindica uma solução para as perdas da última safra e créditos para infra-estrutura dos assentamentos do Ceará.

Em assembléia, professores ligados à Associação de Docentes da USP (Adusp) decidem manter a greve. Já no caso dos funcionários, de acordo com o diretor de imprensa do Sindicato dos Servidores da USP (Sintusp), cerca de 70% encontram-se mobilizados. As negociações entre o Fórum das Seis - que congrega entidades representativas de professores, funcionários e estudantes da USP, Unesp e Unicamp – e o Cruesp foram suspensas pela reitoria da universidade no dia 25 de maio. Os três segmentos da USP estão mobilizados em torno do atendimento da pauta unificada de reivindicações do Fórum das Seis, além de pedirem a retirada imediata da PM do campus, a reabertura das negociações e a renúncia da reitora. Diante da conduta da reitora Suely Vilela em relação ao movimento grevista, funcionários, professores e alunos pedem que ela seja afastada do cargo. O Sintusp conseguiu uma liminar na 26ª Vara da Justiça do Trabalho que garantia a readmissão de seu presidente, Claudionor Brandão, ao corpo de funcionários da USP, um dos pontos da pauta de reivindicação do Fórum das Seis. No entanto, ainda no final da tarde de segunda-feira o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) cassou a liminar, após a consultoria jurídica da universidade entrar com um mandado de segurança. Segundo o Sintusp, Brandão foi vítima de perseguição política por ter participado da ocupação da reitoria da universidade em 2007. Funcionário da USP desde 1987 como técnico em manutenção de refrigeração, ele foi demitido em dezembro de 2008 por justa causa e, a partir então, passou a não ser reconhecido como líder sindical pela reitoria da universidade.

3º feira 16

Trabalhadores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), iniciam paralisação das atividades por tempo indeterminado em todo o país. As principais reivindicações dos

servidores são a elaboração de um plano de carreira e a realização de concurso público para a contratação de novos funcionários. Eles reivindicam ainda a redução da carga horária de 40 para 30 horas semanais, sem diminuição dos salários. Além disso, querem que o governo incorpore a gratificação de função aos seus vencimentos. A greve mobiliza 60% dos trabalhadores no estado de São Paulo, segundo estimativa da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência (Sindiprevi-SP). Segundo informações da Agência Brasil, a greve iniciada pelos servidores INSS, contraria uma liminar concedida no dia 15 de junho pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Og Fernandes, ao INSS. A liminar suspendeu a greve e estabeleceu multa diária de R\$ 100 mil a ser paga pela Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Previdência e Assistência Social (Fenasps) caso o indicativo de greve se concretizasse e a paralisação tivesse início. Em nota, a Fenasps classificou a ação do INSS no STJ como uma “tentativa do governo Lula de intimidar a categoria.” A entidade prometeu responder “com maior mobilização e organização” na greve. Segundo a Fenasps, a paralisação foi confirmada em 17 estados: Santa Catarina, Distrito Federal, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Piauí, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Ceará, Pará, Bahia, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Sergipe e Amazonas.

Cerca de 500 pessoas entre professores e alunos da USP se reúnem no anfiteatro das Faculdades de Geografia e História no campus Butantã, na zona oeste de São Paulo – SP (região Sudeste) e realizam chamaram de Ato de Repúdio à Repressão na Universidade. Conforme matéria do jornal Folha de São Paulo, do lado de fora do auditório, outras 500 pessoas assistiam os discursos transmitidos em um telão. Após o ato, estudantes e funcionários realizam protesto em frente à reitoria e seguem para um piquete no “bandeirão” da Faculdade de Química. Durante a manifestação, professores e alunos fizeram um debate sobre a continuidade da campanha que pede a saída imediata da PM do campus, a renúncia da reitora Suely Vilela, a retomada das negociações salariais e a realização de eleições diretas para reitor. Os manifestantes também criticaram a possível instalação de cursos a distância na USP. O debate foi realizado ao mesmo tempo em que ocorria uma reunião entre o Cruesp e o Fórum das Seis - entidade que reúne funcionários, docentes e alunos das três universidades públicas estaduais: USP, Unicamp e Unesp. O debate contou com a presença de intelectuais como os professores da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP (FFLCH) Marilena Chauí e Antonio Cândido. O diretor da Associação dos Docentes da USP (Adusp), Marcos Brinati, afirmou que apesar de exigirem a retomada das negociações, os professores só aceitarão conversar quando a Polícia Militar deixar o campus. Ao final da reunião entre o Cruesp e o Fórum das Seis, o diretor de base do Sindicato dos Funcionários da USP (Sintusp), Magno de Carvalho, disse que o Cruesp defendeu o fim dos piquetes por parte dos grevistas, enquanto os representantes do Fórum das Seis pediram a saída imediata da Polícia Militar como condição para encerrar as manifestações.

Militantes do MST impedem a entrada e saída dos servidores da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (DAS), e pedem, entre outras coisas, a liberação de recursos do governo para projetos de educação, em Fortaleza – Ceará (região Nordeste), segundo O Estado de São Paulo. O acesso ao órgão só é liberado depois que o governador Cid Gomes (PSB) se comprometeu a receber representantes do movimento.

A entidade ambientalista Ingá obtém liminar que embarga a construção do condomínio Playa Vista, na praia de Xangri-lá, no Litoral Norte do Rio Grande do Sul (região Sul). Em ação civil pública, os ambientalistas exigem que a construtora Metagon, a Fepam e a prefeitura restaurem a área que já foi devastada com a obra. O condomínio está sendo construído em uma área de preservação permanente e é habitado por aves migratórias e de espécies em extinção. A construção teria sido liberada sem o estudo e o relatório de impacto ambiental.

Cerca de 20 estudantes, liderados pelo Movimento Passe Livre (MPL) ocupam Câmara de Vereadores em Joinville – Santa Catarina (região Sul) para barrar o aumento das passagens de ônibus. Os vereadores da comissão de Legislação e Justiça arquivaram o projeto que revogava o aumento de 12,2% nas tarifas do transporte coletivo. A governista Tânia Eberhardt (PMDB) e os opositores Alodir Cristo (DEM), Dalila Leal, do Partido Social Liberal (PSL) e Lauro Kalfels (PSDB), votam pelo engavetamento da proposta, que já havia passado por unanimidade na mesma comissão, há 2 semanas. Apenas o autor da proposta, Adilson Mariano (PT), votou para que o projeto vá para votação na plenária. Na noite do mesmo dia os manifestantes retornaram à Câmara e ocuparam a plenária no final da sessão. Os manifestantes bloqueiam as escadas de acesso e não permitem a saída do vereador Lauro Kalfels (PSDB), presidente da comissão que engaveta o projeto, e Sandro Silva, do Partido Popular Socialista (PPS), presidente da casa. Após 40 minutos de tensão, o Grupo de Resposta Tática (GRT) e a PM entram no prédio e escoltam os vereadores até a saída. Os manifestantes inviabilizam o trabalho da casa até ser feita uma reunião com o prefeito Carlito Merss (PT) e com os 19 vereadores. A diretora jurídica da casa, Daniela Pacheco Dias, produz uma petição pedindo a reintegração de posse.

Uma comissão do MST é recebida pelo governador do Ceará (região Nordeste), Cid Gomes, em uma negociação de reivindicações referentes às perdas de produção causadas pelas chuvas que assolam o estado há mais de um mês. Os sem-terra consideraram produtiva a reunião, mas reivindicaram ao governador a intermediação de uma reunião com a ministra chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. Isso porque o governador não atendeu à cobrança de criação de um crédito produtivo de R\$ 3 mil para 6.493 famílias, para ser usado em ações de convivência com o semi-árido, e em consequência dos prejuízos deixados pelas chuvas no assentamento. Segundo a integrante da coordenação do MST, Maria de Jesus dos Santos, nos assentamentos estaduais, 264 casas foram danificadas; oito açudes foram arrombados; seis precisam ser construídos; 280 km de estradas de acesso têm de ser refeitas, incluindo 18 passagens molhadas. Nos federais, há 193 casas danificadas; 61 açudes precisando de recuperação; 18 de construção; 885km de vias a recuperar, inclusive 85 passagens molhadas. O governo se comprometeu a enviar, até o dia 20 de junho, os laudos de liberação do Garantia Safra aos municípios mais afetados pelas enchentes e os dos demais, até o dia 30 de junho. O governo se comprometeu ainda a destinar terras devolutas para a Reforma Agrária, o que irá beneficiar mais de 150 famílias, a aumentar do número de famílias assentadas atendidas por programas de assistência técnica e a reformar, de imediato, 35 açudes em assentamentos. Outra grande conquista dos trabalhadores foi a definição de que a Universidade Estadual do Ceará (UECE) realizará a complementação das disciplinas necessárias para a revalidação dos diplomas dos médicos do MST formados em Cuba, com o compromisso de os mesmos trabalharem em Programas de Saúde da Família diante da necessidade de médicos que tem o estado do Ceará.

Cerca de 300 famílias de ocupações urbanas de Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste) ocupam o plenário da Câmara Municipal da cidade. As organizações que lideram a ocupação –MST, Brigadas Populares e Fórum de Moradia do Barreiro – declararam que a área tem a posse alegada pela Construtora Modelo, empresa que sofre mais de dois mil processos no TJMG. Segundo as organizações, o desembargador Tarcísio Martins Costa justificava sua decisão visto que haveria um intuito de construir um conjunto habitacional na área, mas a planta do projeto não corresponde ao local da ocupação. Após oito horas, a ocupação termina com um acordo feito com a presidente da casa, Luzia Ferreira, com o compromisso de uma audiência que busque soluções para a questão habitacional da cidade.

4º feira 17

Municípios de Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul) ocupam o plenário da câmara de vereadores após assembléia. A sessão foi suspensa e os líderes dos partidos receberam a direção do Sindicato dos Municípios de Porto Alegre (SIMPA) para uma reunião. Os municípios reivindicam a manutenção do reajuste salarial bianual em contraposição ao reajuste anual proposto por José Alberto Fogaça. Os municípios também denunciam a possibilidade de os servidores de hospitais perderem a insalubridade, que é o equivalente a 40% dos rendimentos totais.

Levantamento da CPT mostra que dos 9 assassinatos ocorridos no campo no início de 2009, 8 foram na Amazônia. O último caso ocorreu no dia 17 de Junho, quando dois trabalhadores sem-terra foram assassinados durante protesto em Bom Jesus do Araguaia, no Mato Grosso (região Centro-oeste). As famílias ocupavam a Fazenda Bordolândia, que já havia sido desapropriada pelo governo, mas com despejo determinado pela Justiça. A CPT denuncia que as famílias já eram ameaçadas de morte por pistoleiros e que o Incra sabia das denúncias, mas não tomou providências.

Sem-terra ligados à CPT e à Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetagri) entram em conflito com caminhoneiros retidos durante protesto contra reintegração de posse de fazenda, na rodovia BR-158, em Bom Jesus do Araguaia, cerca de mil km de Cuiabá – Mato Grosso (região Centro-oeste). Segundo o jornal Folha de São Paulo, dois agricultores – Abiné José da Costa e Edelson Rodrigues Nascimento – foram mortos no tiroteio e outras duas pessoas ficaram feridas. O comandante do local, sargento Fernando Alves Moreira, afirmou que caminhoneiros retidos no bloqueio da rodovia entraram em confronto com os militantes por fechar o trânsito. Conforme a assessoria da Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso, cerca de mil sem-terra estavam acampados em uma fazenda da região e, após o proprietário conseguir a reintegração de posse, eles começaram a ser deslocados e iniciaram uma série de bloqueios na rodovia.

Os 600 militantes do MST, que ocupavam a frente da sede da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) em Fortaleza – Ceará (região Nordeste) deixam o local. O movimento foi recebido pela ministra chefe da Casa Civil, Dilma Roussef, a quem apresentou a necessidade de uma solução para as perdas da última safra e créditos para infra-estrutura dos assentamentos do Ceará. A ministra se comprometeu a encaminhar ao Presidente Lula a pauta dos trabalhadores, que reivindicaram uma linha

de crédito produtivo de R\$ 3 mil para 6.493 famílias, para ser usado em ações de convivência com o semi-árido, e em consequência dos prejuízos deixados pelas chuvas nos assentamentos. Os sem-terra também cobram da ministra agilidade na realização da Reforma Agrária.

5º feira 18

Cerca de 4 mil pessoas participam de passeata e comício em protesto contra a governadora Yeda Crusius (PSDB), em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Organizada pelo Fórum dos Servidores, a manifestação começou em frente à sede do Ministério Público Federal e seguiu até a Praça Marechal Deodoro. Em frente ao Piratini, manifestantes tentaram lavar a calçada para simbolizar a limpeza no governo, mas policiais da Brigada Militar não permitiram. Eles acabaram fazendo o protesto na esquina da Assembléia Legislativa. Durante o ato, também foi montada uma banca para recolher assinaturas ao abaixo-assinado iniciado pelos deputados da oposição em apoio à criação da CPI. O protesto contou com a participação de manifestantes de todo o estado, entre eles núcleos do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Cpers) e de sindicatos do interior, integrantes do Movimento dos Trabalhadores Desempregados de Caxias do Sul (RS) e ainda estudantes da Escola de Surdos de Santa Maria. A manifestação foi organizada pela Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), centrais sindicais, Fórum dos Servidores Públicos Estaduais e estudantes.

Cerca de 1.200 alunos, funcionários e professores, de acordo com os jornais O Globo, a Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo, aproximadamente 3 mil pessoas segundo site da Agência Brasil, das três universidades estaduais paulistas - USP, Unesp e Unicamp - participam de passeata em protesto contra a presença da PM no campus da USP na Avenida Paulista, em São Paulo – SP (região Sudeste). A manifestação intitulada ato em Defesa da Universidade Livre e Democrática, ocorre no vão livre do Museu de Arte Moderna de São Paulo (Masp) e termina em frente à Faculdade de Direito do Largo São Francisco da USP. Em assembleia da Associação dos Docentes da USP (Adusp) realizada no dia 17 de junho, os professores decidiram manter a greve, iniciada em 5 de maio. Eles reivindicam a reabertura das negociações, o reajuste salarial para professores e funcionários, a retirada da polícia do campus e a saída da reitora Suely Vilela. Segundo a reitoria, apenas 10% dos servidores estão em greve. Em nota, a reitoria afirma que irá permanecer no cargo até o prazo regimental e que já agendou uma reunião para a reabertura das negociações. De acordo com a reitoria, o pedido de reintegração de posse e a consequente ação da polícia dentro do campus foram a forma legal encontrada para impedir os piquetes, que "bloqueavam a entrada para aqueles que não estavam a favor da greve nos vários locais fechados pelos manifestantes". O morador de um prédio da Paulista arremessou, do 12º andar, ovos e garrafas de vidro nos manifestantes. A ação gerou uma breve confusão entre os manifestantes e policiais que acompanhavam a passeata. Uma estudante ficou ferida.

Cerca de 500 ambientalistas e representantes da sociedade civil sob a liderança da ONG Instituto Ethos, participam de ato público promovido em São Paulo – SP (região Sudeste), que reúne empresários e representantes de movimentos ambientais, centrais sindicais e do Ministério do Meio Ambiente. O ato ocorre durante a Conferência

Internacional do Instituto Ethos. Os manifestantes protestam contra a aprovação integral da Medida Provisória (MP) 458, que regulariza terras na Amazônia. A MP permite à União transferir, sem licitação, terrenos de sua propriedade, de até 1,5 mil hectares, aos ocupantes das áreas na Amazônia Legal. Ela foi assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no início de fevereiro e seguiu para tramitação no Congresso Nacional onde recebeu mudanças polêmicas. No dia 13 de maio, a MP foi aprovada pela Câmara dos Deputados. Em 3 de junho, o plenário do Senado aprovou o texto sem alterações que espera agora a sanção presidencial. Empresários e representantes da sociedade civil reivindicam que o presidente Lula vete pelo menos três artigos polêmicos do texto. São eles a venda de áreas regularizadas após três anos, a possibilidade de empresas se beneficiarem com a medida e também a permissão para que moradores de outros municípios possam obter a titularidade da terra. Para o diretor executivo do Greenpeace Brasil, Marcelo Furtado, a aprovação integral da MP poderá provocar um efeito que chamou de “sacola de maldades”, já que permitiria a aprovação em escala de outros projetos que considera ruins para o Brasil, tais como o do uso de energia nuclear e o desmonte do Código Florestal. Ao final do ato público, os manifestantes assinaram um documento que será enviado ao presidente Lula.

A Bosch anuncia a demissão de 900 metalúrgicos e concessão de licença remunerada de dez dias para os demais 3 mil funcionários da unidade na Cidade Industrial de Curitiba – Paraná (região Sul). O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba, Sérgio Butka, declarou que pretende suspender as demissões com liminar no Tribunal regional de Trabalho e que vai solicitar a mediação do Ministério Público do Trabalho para buscar uma alternativa.

O Instituto Sou da Paz realiza, ato público em frente às escadarias da Catedral da Sé, no centro de São Paulo – SP (região Sudeste), contra as mortes por armas de fogo. O ato ocorre a exemplo de atos programados em 14 países da América Latina. A entidade levou para o local um bolo cenográfico, medindo 3 metros de diâmetro por 2 de altura, feito com pequenos pedaços de madeiras e isopor, encomendado a artistas plásticos da Escola de Samba Rosas de Ouro. Com a utilização do bolo, segundo explicou, o objetivo foi mostrar que muitos desses jovens que morreram deixaram de comemorar o aniversário, o primeiro emprego e outras etapas da vida. “Nossa intenção é chamar a atenção para o grave problema da violência armada na América Latina, onde são registrados 42% dos homicídios (...) um número muito alto”, disse Heather Sutton, coordenadora da mobilização da área de controle de armas do Instituto Sou da Paz. Ela lembrou que muitas das vítimas são jovens na faixa dos 15 aos 24 anos. Sutton destacou que mesmo sem ter situações de guerra, tanto o Brasil quanto os demais países da América Latina registram um número de ocorrências superior ao de países em conflito. Ela reconhece que o Estatuto do Desarmamento, sancionado em 2003 no Brasil, tem tido um bom resultado, com a redução de 12% no número de mortos, mas defende que ainda há muito o que fazer.

Em ato público na Praça de São Domingos do Araguaia, no Pará (região Norte), a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça concede anistia política a 44 camponeses da região, que foram perseguidos pela repressão militar à Guerrilha do Araguaia. Do total de 84 processos julgados, 40 são indeferidos por falta de documentos comprobatórios ou de enquadramento nos casos previstos na Lei de Anistia (10.559/2002). O primeiro ato de reparação coletiva da Comissão é realizado durante a 24ª Caravana da Anistia, aberta neste dia 18 de junho pelo ministro da Justiça, Tarso

Genro, e pela governadora do Pará, Ana Júlia Carepa. Para elucidar o caso, o órgão do Ministério da Justiça criou um grupo de trabalho, que atua no caso há mais de 2 anos. Após 2 visitas da Comissão à região do Araguaia, em 2007 e 2008, são colhidos 287 depoimentos de moradores. Os relatos, cruzados com documentos da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e do Ministério Público, revelam torturas bárbaras, abusos sexuais, trabalho escravo e tomada de terras e casas, que eram distribuídas a quem ajudasse na delação dos guerrilheiros. Muitos tiveram problemas psicológicos, ficaram incapazes de exercer profissão ou simplesmente desapareceram. Cerca de 600 moradores da região assistem à cerimônia. Os anistiados receberão prestação mensal vitalícia de 2 salários mínimos, mais um valor retroativo que varia entre R\$80 mil e R\$142 mil.

6º feira 19

Cinco índios da etnia Tupinambá afirmam ter sido torturados pela PF em uma fazenda em Una, no sul da Bahia (região Nordeste). Segundo o jornal Folha de São Paulo os indígenas declaram que receberam choques, tapas, chutes e ameaças de morte. Eles participaram de um confronto com a PF no último dia 2 de junho em uma região que compreende parte dos municípios baianos de Ilhéus, Buerarema e Una. A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência protocolou no Ministério da Justiça um pedido de providências para a proteção desses índios. Os ferimentos dos índios foram avaliados em um exame de corpo de delito realizado quatro dias depois do confronto pelo Departamento de Polícia Técnica da Polícia Civil do Distrito Federal, para onde os cinco foram levados para depor. Um inquérito é aberto para apurar o caso e será acompanhado pela Procuradoria da República de Ilhéus.

Cerca de 70 parentes e amigos de Marcelo Barros, espancado logo após a Parada do Orgulho LGBT e que morreu três dias depois, realizam ato na Vila Madalena, zona oeste de São Paulo – SP (região Sudeste). A Associação da Parada do Orgulho LGBT realiza manifestação na Avenida Doutor Vieira de Carvalho, também em São Paulo. A Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (Decradi) abre investigação sobre a morte de Barros. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública, o inquérito instaurado na 1ª Delegacia Seccional Centro como lesão corporal seguida de morte passou para as mãos de Margarete Barreto, titular da Decradi.

Grupo de alunos da USP realiza protesto contra a greve na instituição que acaba em conflito com sindicalistas e estudantes que aderiram à paralisação, em São Paulo – SP (região Sudeste). Os funcionários da USP, em greve desde 5 de maio, decidem não realizar piquetes na porta da reitoria nem passeatas pela cidade e, logo depois, a reitoria da USP afirma que a PM deixará no dia 22 de junho a Cidade Universitária. Muitos estudantes nem sequer sabiam dos motivos da greve. Entre as reivindicações de estudantes, professores e funcionários da universidade estão a reabertura das negociações, o reajuste salarial para professores e funcionários, a retirada da polícia do campus e a saída da reitora Suely Vilela.

Mais de 3 mil pessoas saem às ruas da cidade de São Paulo - SP (região Sudeste) para pedir um novo marco regulatório para a produção energética do país e uma Petrobras totalmente estatal. A UNE em conjunto com a Federação Única dos Petroleiros (FUP),

CUT, MST, entre outras organizações sociais, realizam um ato público em frente ao prédio da Petrobras localizado na Avenida Paulista na cidade de São Paulo. O ato integra um calendário nacional de mobilização. Sindicatos, organizações e movimentos sociais alertam para a importância do controle brasileiro do petróleo, visto os leilões da camada do Pré-Sal. O coordenador da FUP diz que a exploração do petróleo deve visar uma melhoria para a sociedade brasileira, e não garantir interesses privados. O atual marco regulatório, de 1997, retira o monopólio da Petrobras na exploração de petróleo e gás. Com essa medida, multinacionais podem conseguir o benefício de ficar com mais de 80% da renda retirada dos solos brasileiros. Com dimensão ainda não oficial, o Pré-Sal pode fazer do Brasil a segunda maior potência energética do mundo.

Oitenta e seis entidades, entre elas a Via Campesina, protocolam no Ministério da Casa Civil uma carta aberta para a ministra Dilma Rousseff, na qual pedem a suspensão imediata de todas as autorizações para plantio comercial de milho OGM (geneticamente modificado). As entidades pedem ainda a paralisação de todos os processos de licenciamento de variedades de milho transgênico em curso na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). Na carta, organizações sociais, ambientalistas, de pequenos produtores e de consumidores alegam que as suspeitas de contaminação de produções de milho convencional estão sendo comprovadas. O Brasil colhe neste momento a primeira safra de milho transgênico. Segundo anúncio dos próprios agricultores e de cooperativas, a maior parte dessa produção não vem sendo segregada do produto convencional. As organizações pedem que o uso do milho OGM seja suspenso enquanto não houver garantias de coexistência.

Sábado 20

Cerca de 100 pessoas interditam a Avenida Brasil em protesto pela morte de dois jovens de um grupo católico, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), conforme O Estado de São Paulo. Os manifestantes reivindicam a apuração do crime. A atuação das milícias, grupos paramilitares, na zona oeste do Rio são apontadas como protagonistas no crime

Domingo 21

A Justiça concede liminar que suspende a reintegração de posse do terreno de cerca de 40 mil metros quadrados, ocupado por cerca de 800 famílias da ocupação Dandara, na região da Pampulha, em Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste). A ocupação, iniciada no dia 09 de abril, chegou a sofrer tentativa de desocupação pela PM, que acabou frustrada. A reintegração de posse, concedida no dia 14 de junho, não é cumprida. A construtora dona do terreno informa que tem projeto de construir um condomínio no local. Já os líderes da ocupação dizem que não sairão do local, pois não podem pagar aluguel ou são moradores de rua. A prefeitura da capital ainda não se manifestou sobre a questão.

Enfermeiros e grávidas fazem passeata na praia do Leme, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os manifestantes defendem as casas de parto, onde o atendimento é feito sem médicos, e do direito ao parto humanizado, conforme reportagem da Folha de São

Paulo. Centenas de pessoas participaram da caminhada “Pelo parto normal e o direito de informação e de escolha”. O ápice da celebração ocorreu em frente ao Hotel Copacabana Palace, no Lido, onde se formou uma grande roda com cerca de 1 mil e 500 pessoas, entre mulheres, homens, crianças, gestantes, enfermeiras obstetras, professores e dirigentes de entidades profissionais e de classe, para dançar uma ciranda e soltar balões alaranjados, que coloriram o céu azul.

2º fera 22

A PM deixa o campus da USP em Butantã, zona oeste de São Paulo – SP (região Sudeste) e o Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp) se compromete a não fazer piquetes, no 50º dia de greve da universidade. No início deste mês de junho, a polícia foi chamada para executar um mandado de reintegração de posse, solicitado pela reitoria à Justiça. A presença da polícia também tinha o intuito de inibir a realização de piquetes de professores e funcionários em greve. A saída dos policiais do campus faz parte de um processo de reabertura das negociações entre a reitoria e os grevistas. O Cruesp e o Fórum das Seis, que agrega os sindicatos de professores e funcionários, se reúnem para discutir a pauta unificada de reivindicações da greve que paralisa parte dos serviços da USP, no entanto, após quase três horas de reunião, as negociações não avançam. O Cruesp não muda a oferta de reajuste salarial de 6,05%, proposta não aceita pelo Sintusp nem pela Associação dos Docentes (Adusp), que reivindicam 10% (docentes) e 16% (funcionários), além da incorporação de R\$ 200 para todos os salários.

Cerca de 80 estudantes, segundo a PM estudantes de jornalismo de São Paulo e Campinas participam de uma manifestação contra a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de acabar com a obrigatoriedade do diploma de graduação para o exercício da profissão. Os manifestantes reuniram-se às 10h, em São Paulo – SP (região Sudeste), em frente a um hotel onde o presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, estaria ao meio-dia para fazer palestra a empresários. A maioria dos manifestantes usava um nariz de palhaço. Muitos estavam de avental e de chapéu de cozinheiro, além de levarem panelas e colheres de pau. Alguns estudantes se reuniram em círculo para "cozinhar" para o ministro, que chegou a comparar jornalistas a cozinheiros ao apresentar seu voto, no plenário do STF, na semana passada.

Profissionais e estudantes de jornalismo caminham pelas ruas do centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) para protestar contra a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que acabou com a obrigatoriedade do diploma para exercício da atividade. Vestidos de preto, carregando diplomas e faixas, representantes da categoria partiram da sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), passaram pela Câmara dos Vereadores, na Cinelândia, e encerraram o ato em frente ao Palácio Tiradentes, sede da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). De acordo com o diretor do Sindicato dos Jornalistas do Município do Rio de Janeiro, Alberto Jacob Filho, a decisão do Supremo pode comprometer a credibilidade de informações divulgadas à população, principalmente numa época em que as ferramentas de comunicação, como a internet, permitem a proliferação de emissores de notícias.

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski concede um mandado de segurança contra decreto do presidente da República que declarou de interesse social para fins de Reforma Agrária o imóvel rural Fazendas Reunidas Jacaray S/A, no município de Quixeramobim no estado do Ceará (região Nordeste). Foi

aplicada pelo ministro na decisão a jurisprudência pela qual são proibidas a vistoria, avaliação e desapropriação em imóvel rural que tenha sido objeto de invasão nos últimos dois anos, motivada por conflito agrário ou fundiário. Quando houve a vistoria preliminar do imóvel pelo Incra, em julho de 2007, o local estava ocupado pelo MST. O Incra constatou índices de 82,33% no Grau de Utilização da Terra (GUT) e de 98,66% no Grau de Eficiência na Exploração (GEE), mas os donos da fazenda alegaram que o imóvel não atingiu 100% de eficiência porque estava “invadido” pelo MST e em virtude de uma estiagem prolongada. Lewandowski também ressaltou na decisão que a área de reserva florestal de 551,50 hectares, existente no imóvel desde 1981, não foi, indevidamente, considerada no cálculo de produtividade. O ministro já havia concedido liminar aos fazendeiros em 20 de maio de 2008. E, agora, ele decidiu a questão no mérito. O relator pode fazer isso sem levar o caso ao plenário quando a matéria for objeto de jurisprudência consolidada do Tribunal.

Os indígenas que ocuparam a sede da Funasa, em Manaus – Amazonas (região Norte), no dia 8 de junho, ameaçam incendiar o prédio, caso não seja aberta imediatamente uma negociação. Eles reivindicam a exoneração do atual chefe do Distrito Especial de Saúde Indígena, Radamésio Abreu, e agora também do coordenador da Funasa no Amazonas, Pedro Paulo Coutinho. Segundo informações da Agência Brasil, a todo momento, chegam mais índios para se juntar ao grupo. Segundo um dos líderes da manifestação, Luiz Sateré, o número de pessoas dentro do prédio já chega a 628, dos quais 118 são mulheres, dentre elas dez grávidas, e 125 crianças. Há mais de 100 caciques, representando pelo menos 12 etnias de 22 municípios do Amazonas. Os manifestantes permitiram a entrada, no pátio de prédio, de 12 carros da própria instituição que estão estacionados no portão de entrada, o que impede a passagem de pessoas e de viaturas de polícia, por exemplo. As carrocerias das caminhonetes estão cheias com pneus e papéis. Os manifestantes ameaçam por fogo no material caso a PF tente retirá-los. O prazo de 72 horas para reintegração de posse dado pela 1ª vara de Justiça Federal do Amazonas terminou às 16h. No prédio, já falta comida, mesmo com as doações que os ocupantes têm recebido de pequenos comerciantes que apóiam o movimento. Os manifestantes têm feito apenas uma refeição por dia, servida por volta das 14h. A indignação dos índios com o coordenador da Funasa decorre do fato de não ter sido cumprida a promessa de exonerar Radamésio Abreu.

Cerca de 70 pessoas ocupam, durante a madrugada, um prédio desativado do INSS, localizado na Avenida Mem de Sá, 234, na altura da Praça da Cruz Vermelha, no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). De acordo com Fabrício Silva, um dos representantes das famílias, a ocupação é para reivindicar da prefeitura do Rio a concessão do aluguel social. Ele informou, ainda, que há 27 crianças, 20 mulheres grávidas e oito idosos no edifício ocupado. As famílias estão recebendo alimentos doados por estudantes de diversos movimentos sociais, que estão acampados na calçada para colaborar com o movimento. Várias viaturas da PM foram deslocadas para o local. O advogado André de Paula, que representa os sem-teto, entrou na Justiça com um pedido de manutenção de posse para as famílias e pela proibição da entrada da polícia no prédio. O tenente-coronel Antônio Henrique Oliveira, lotado no 13º Batalhão da PM, informou que está aguardando a decisão da Justiça. As famílias que estão no prédio do INSS moravam há pelo menos três anos em outra ocupação urbana, na Rua Gomes Freire. Esse edifício pegou fogo no mês passado e foi condenado pela Defesa Civil. Na semana passada, a prefeitura do Rio havia tentado levar as famílias para abrigos depois do incêndio.

Os policiais civis de Goiás (região Centro-oeste) retomam a greve iniciada há cerca de 45 dias e decretada ilegal em julgamento inicial. O Sindicato dos Policiais Civis do Estado de Goiás (Sinpol/GO) conseguiu com um recurso em segunda instância o direito de retomar a greve. Os policiais reivindicam a reposição de 50% do valor do salário, equivalente à inflação dos últimos 5 anos, segundo o sindicato. Além da remuneração, a manifestação tem o objetivo de “conscientizar o Judiciário” sobre os problemas de segurança pública, disse Gildásio Rodrigues, diretor administrativo do Sinpol/GO. De acordo com o dirigente, o Entorno do Distrito Federal, com aproximadamente 1 milhão de habitantes, tem apenas 300 policiais e há “delegacias sem viaturas” ou com “equipamentos sucateados”. “A 1ª Delegacia Policial de Valparaíso, em Goiás, se transformou em um depósito de presos”, disse. Em fevereiro de 2008, representantes da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Carcerário visitaram as cadeias no Entorno do Distrito Federal, inclusive em Valparaíso.

3º feira 23

Cerca de 500 motoristas de vans realizam protesto em frente ao Palácio Guanabara, em Laranjeiras, zona sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), para reivindicar do governador Sérgio Cabral (PMDB) mudanças nos termos de licitação das linhas intermunicipais. O grupo protesta contra as licitações concedidas para 66 vencedores pelo governo para as linhas intermunicipais na Costa Verde e Baixada Litorânea. O grupo chegou no início da madrugada e estacionou as vans ao longo da Rua Pinheiro Machado, atrapalhando o trânsito. Policiais do 2º Batalhão da Polícia Militar acompanharam a manifestação. Logo depois, o Batalhão de Choque e a Companhia de Cães foram acionados. Por volta das 9h, houve um confronto entre policiais e motoristas, que deixou dois manifestantes feridos. Os policiais deram tiros com balas de borracha e lançaram gás lacrimogêneo nos motoristas. Genilson Ribeiro foi baleado e encaminhado ao Hospital Souza Aguiar, no centro. Paulo Jacinto e outro homem foram detidos e levados para a 9ª Delegacia de Polícia. O comandante-geral da PM, Gilson Pitta, mostrou bombas e batatas furadas com pregos que foram levadas pelos motoristas para a manifestação. O presidente da Federação das Cooperativas, Vinícius Mesquita, lamentou o confronto e disse que a categoria quer que os 1.807 veículos cadastrados pelo Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio (Detro) continuem a operar as linhas intermunicipais. Com o processo de licitação, 691 vans poderão continuar circulando. A partir do dia 24 de junho, apenas 66 das 480 vans que circulam na Baixada Litorânea e na Costa Verde poderão operar as linhas. De acordo com O Globo e O Estado de São Paulo, a manifestação é articulada por integrantes da máfia do transporte irregular e milicianos que atuam na Região dos Lagos.

Indígenas conseguem que suas reivindicações sejam aceitas pela Funasa em Manaus – Amazonas (região Norte). Os índios ocuparam a sede da instituição, há cerca de 16 dias. A Funasa confirmou a exoneração do chefe do Distrito de Saúde Indígena (Dsei) da cidade, Radamésio Velasques de Abreu, e do coordenador da instituição no Amazonas, Pedro Paulo de Siqueira Coutinho. Também foi afastada do cargo a coordenadora substituta Sílvia Evangelista Pimenta. A decisão foi tomada durante reunião realizada durante a manhã, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), entre os presidentes da Funasa, Danilo Forte, e da Funai, Márcio Meira; da secretária do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, Nádia Ferreira; e do

representante das lideranças indígenas, Jecinaldo Sateré. Em contrapartida ao pedido aceito, os índios prometeram desocupar o prédio da Funasa na capital amazonense o mais rápido possível. Até a nomeação de novos responsáveis pelos cargos, a servidora da Funasa, Cecimar Amaral, vai responder pela coordenação da instituição no Amazonas e pela administração do Dsei de Manaus. Em nota, a Funasa informou que as indicações dos nomes definitivos serão feitas durante o Seminário do Grupo de Trabalho de Saúde Indígena – Amazônia Legal 1, que acontecerá em Manaus no dia 24 de junho. O evento é promovido pela Funasa e pelo Ministério da Saúde. Além da exoneração do chefe do Dsei Manaus e do coordenador do órgão federal no Amazonas, os manifestantes ainda exigem que o novo chefe do Dsei seja um índio indicado pelo grupo, que, neste caso, seria um representante do povo Mura. Como essa reivindicação não foi formalmente aceita, segundo o índio Airu Saterá, os manifestantes poderão se deslocar para as dependências da Funai, também em Manaus, até resolver essa questão.

Cerca de 100 ônibus e 200 pessoas, segundo a PM, ou duas mil pessoas e 400 veículos, de acordo com os manifestantes, participam de manifestação contra as restrições aos ônibus fretados na Avenida Paulista, em São Paulo – SP (região Sudeste). O ato é organizado pela Associação das Micro, Pequenas e Médias Empresas de Fretamento e Turismo do Estado de São Paulo (Assofresp). Representantes do setor declaram que a Secretaria Municipal de Transporte (SMT) quer proibir a circulação desses veículos no centro expandido, a partir de 1º de agosto.

4º feira 24

Trabalhadores da Unicamp voltam ao trabalho em Campinas – São Paulo (região Sudeste). Segundo informações do site da Associação dos Docentes da Unicamp (Adunicamp), durante assembleia do dia 23 de junho ficou definido o fim da paralisação e a criação de grupos de trabalho para acompanhamento das questões sobre carreira, sobre a Univesp e o orçamento da universidade. Na capital, Professores, funcionários e alunos da USP decidiram em manter a greve iniciada no dia 5 de maio. Também ficou definida a realização de uma manifestação na Assembleia Legislativa de São Paulo, no dia 25 de junho para pedir o aumento da verba para a educação pública no estado, a democratização da universidade pública, com mudanças no estatuto e eleições para reitor, e o fim da Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp), projeto de ensino universitário público à distância. As três principais reivindicações dos trabalhadores e estudantes das universidades são: mais recursos para a educação pública, mais democracia, com eleições diretas para reitor, e fim dos cursos a distância discutidos pelo governo do estado.

Cerca de 150 pessoas realizam manifestação em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), para reivindicar a saída do ministro Gilmar Mendes, presidente da Casa. Os manifestantes espalharam velas e cartazes pela Praça dos Três Poderes, onde o Supremo divide o espaço com o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto. Um movimento organizado por estudantes de jornalismo aproveitou a oportunidade para protestar contra a decisão do STF em relação ao fim da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão. Segundo a estudante Mariana Garcia, esse é só o início das mobilizações. “A gente não concorda com toda essa barbaridade que ele [Gilmar Mendes] vem aprontando e, por isso,

resolveu mobilizar o máximo de jornalistas, estudantes e gente que é contra ele”, afirmou.

Mais de 3.200 trabalhadores da Minuano alimentos paralisam suas atividades na cidade de Lageado no Rio grande do Sul (região Sul). Eles se juntam à paralisação dos funcionários da Perdigão, que ocorre desde o dia 23 de junho neste mesmo município. O presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação explica que a paralisação é consequência do não-avanço nas negociações salariais com as empresas. Desde o ano de 2006, a Minuano Alimentos presta serviços para a Sadia e Perdigão. Segundo o presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação, estas paralisações que ocorrem podem ser o reflexo ou os primeiros resultados da nova mega empresa, a Brasil Foods alimentos (BRF). Os empregados da Perdigão reivindicam aumento de 7,8% nos salários, enquanto a empresa oferece 4,9% em Maio e 1% em Setembro.

O Sindicato de Jornalistas do Paraná (Sindijor-PR) junto com estudantes universitários de comunicação social e sindicalistas manifestam-se no centro de Curitiba -Paraná (região Sul) contra a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que extinguiu o diploma universitário para jornalistas. O mês de junho, em Curitiba, foi marcado pela demissão de 18 profissionais, entre repórteres, editores e fotógrafos, da empresa Folha de Londrina, que pertence ao empresário José Eduardo Vieira, ex-presidente do antigo banco Bamerindus, que foi à falência. A justificativa de demissão, apontada na atual crise econômica, na realidade foi antecedida de um plano de contratação de 170 trabalhadores de telemarketing, em 2006. O objetivo, à época, era a expansão da empresa, como revela um dos jornalistas demitidos.

Cerca de 250 famílias do MST ocupam a sede do Incra em Cuiabá - Mato Grosso, (região Centro-Oeste). Os trabalhadores reivindicam o cumprimento de acordos estabelecidos com o superintendente do órgão, William Sampaio, em abril de 2009, durante a Marcha por Reforma Agrária, Emprego e em Defesa do Meio Ambiente. Pelos acordos, o órgão se comprometeu a acelerar os processos de assentamento de 3.500 mil famílias acampadas nos municípios de Cáceres, Cláudia, Nova Olímpia, Poxoréu, Sinop, Sorriso e Araputanga todos no estado. Segundo site do MST, o caso mais emblemático é o da fazenda Panorama, na região de Cáceres, que foi considerada improdutiva, desapropriada e apenas não foi destinada para Reforma Agrária porque o Incra ainda não se dispôs a adquirir a posse da área, para que possa ser repassada aos acampados. Em todo o estado são nove mil famílias acampadas. O assentamento “Terra Conquistada”, localizado no município de Taió, em Santa Catarina a terra foi garantida pelo Incra, no entanto, para chegar à área, é preciso passar por uma estrada privatizada que está em nome da empresa de papel e celulose HCR. Para passar pela estrada, os trabalhadores são obrigados a se identificar á empresa HCR.

5º feira 25

A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas realiza Mobilização Nacional em Defesa dos Direitos Quilombolas, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). O movimento exige a regularização de territórios

tradicionais, conforme estabelecido no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal, a implementação efetiva de políticas públicas sociais, de infraestrutura e econômicas que respeitem a cultura, usos e costumes das comunidades negras rurais, a manutenção e o fortalecimento de base legal, com ênfase para o Decreto 4887/2003, entre outras reivindicações.

Grupo de cerca de 200 estudantes contrários à greve de professores, alunos e funcionários da USP fazem ato pacífico contra a manutenção da paralisação no campus da universidade, em São Paulo – SP (região Sudeste). Conforme reportagem do jornal O Globo o ato foi organizado a partir de um flash mob – manifestação rápida e combinada pela internet.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva comemora no lançamento do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar a adesão de 303 usinas, de um total de 413, ao acordo para criar melhorias no cultivo e humanizar as relações de trabalho na lavoura, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), de acordo com O Globo. Ainda, o grupo Cosan, um dos maiores produtores de açúcar e álcool do mundo, assina um termo de ajustamento de conduta (TAC) com o Ministério Público do Trabalho, em que se compromete a regularizar os descontos nos salários de 8,9 mil cortadores de cana.

6º feira 26

Cerca de 40 famílias de sem-teto são retiradas, de um prédio do INSS, ocupado desde o dia 22 de junho, na Avenida Mem de Sá, no centro da capital do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Houve confronto com a polícia e quatro pessoas – que seriam universitários que barravam a entrada da Polícia no prédio – são detidas por PMs e encaminhadas à sede da Polícia Federal, onde passam por exame de corpo delito, sendo liberadas após depoimento. A operação contou com apoio do Batalhão de Choque da Polícia Militar, convocado para apoiar o cumprimento do mandado de reintegração de posse, expedido pela Justiça. Para entrar no prédio, retirar os moradores e conter os manifestantes, os policiais utilizaram cacetetes, bombas de efeito moral e gás de pimenta. “O prédio estava abandonado há cinco anos. Nós estávamos na rua e decidimos ocupá-lo. Não tinha necessidade disso. Podíamos negociar”, contou uma das desalojadas, Sílvia Regina. A Defensoria Pública do estado, que acompanhou a ação policial e propunha um acordo pacífico, disse que a operação foi intransigente. Os defensores também criticaram a ausência do Conselho Tutelar e de uma ambulância para amparar possíveis feridos. O tenente-coronel Antônio Henrique Oliveira, lotado no 13º Batalhão de Polícia Militar, coordenador da operação, negou eventuais excessos e disse que a operação não deixou feridos. “Apoiávamos a Polícia Federal. Não houve condições deles agirem sozinhos, eram apenas oito agentes e pediram para que desobstruíssemos a porta. Fizemos isso com armas não letais.” De acordo com os representantes dos sem-teto, cerca de 150 mil famílias não têm onde morar no Rio, enquanto 250 prédios estariam desocupados ou abandonados na cidade. As famílias desalojadas, hoje, moravam há pelo menos três anos em um edifício ocupado na Rua Gomes Freire, no centro. O prédio pegou fogo no mês passado e foi interditado pela Defesa Civil.

Sábado 27

Manifestantes realizam mais uma edição da “bicicletada” em Belém – Pará (região Norte). O objetivo principal da bicicletada é a conscientização para a quantidade de carros que estão circulando pelas cidades do mundo e que polui o meio ambiente. Os manifestantes buscam oferecer a bicicleta como meio alternativo de transporte e pedem respeito aos pedestres que caminham pelas cidades e são as maiores vítimas de acidentes de trânsito.

Domingo 28

Movimentos e entidades negras lançam um manifesto em defesa da Petrobras durante a 2ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial e Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Proposto inicialmente por 16 entidades, entre elas o Bloco Cultural Ilê Aiyê e o Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (Ceap), o manifesto tem recebido assinaturas de outros delegados e organizações que participam da conferência. O texto afirma que “um dos mais expressivos patrimônios do povo brasileiro está ameaçado” e classifica a Petrobras como “empresa símbolo da competência e sucesso do país, alvo de denunciamento irresponsável”. As entidades negras fazem no manifesto uma convocatória aos movimentos sociais em defesa da estatal e repudiam “a tentativa de atingir a imagem de uma empresa parceira do movimento pela igualdade racial”. O manifesto em defesa da Petrobras também recebeu o apoio do deputado federal Luiz Alberto (PT-BA), que propôs na 2ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial a utilização dos recursos obtidos a partir das reservas do pré-sal para o financiamento de políticas públicas de promoção da igualdade racial. A Conferência começou no dia 25 de junho e termina neste dia 28, com a aprovação de um documento que deve avaliar as políticas públicas de promoção de igualdade racial e indicar novos caminhos para os governos federal, estaduais e municipais.

Cerca de 1.500 sem-terra ocupam entre a noite do dia 27 de junho e a manhã do dia 28 de junho 15 fazendas em nove municípios das regiões do Pontal do Paranapanema e da Alta Paulista, em São Paulo (região Sudeste). A jornada intitulada “Inverno Quente” é promovida, segundo o CMI, pelo MST, CUT, Liga Sindical Operaria e Camponesa (LSOC), Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST), Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra (MTST), Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), União dos Trabalhadores da Terra (UNITERRA), Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (SINTRAF), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), e União dos Trabalhadores Sem Terra (UTST). Segundo os jornais Folha de São Paulo e o Globo, a ação é comandada pelo grupo de José Rainha Júnior, dissidente do MST. O movimento é um protesto contra o governo estadual pela “paralisia” da Reforma Agrária e contra um projeto do governador José Serra (PSDB) de regularização de terras que incluiria uma espécie de privatização, com a venda de parte das áreas devolutas. Os sem-terra querem que o governo transfira as terras devolutas para o governo federal. Foram ocupadas 4 fazendas em Dracena, 1 em Junqueirópolis, 1 em Martinópolis, 1 em Rancharia, 3 em Epitácio, 2 em Bernardes, 1 em Sampaio, 1 em Paranapanema e 1 em Caiuá. Em comunicado à imprensa os movimentos unificados exigem: assentamento imediato das famílias acampadas, regularização das áreas arrecadadas pelo estado, retirada do Projeto de lei que presenteia os grileiros de terras do Pontal e investimento em assentamentos e na reforma agrária ao invés de obras de Presídio.

Ciclistas organizam um protesto contra o corte de 559 árvores para a construção de uma nova pista na via em canteiro da Marginal Tietê, em São Paulo – SP (região Sudeste). O governo afirma que plantará 4.900 árvores como compensação. Os ciclistas também distribuem panfletos aos motoristas com dicas de trânsito.

Cerca de 60 pessoas participam de manifestação que celebra o Dia Mundial do Orgulho LGBT no Cristo Redentor, no Cosme Velho, zona sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Conforme matéria do jornal O Globo, os manifestantes também chamam a atenção para o projeto de lei 122/2006, que prevê a criminalização das práticas de homofobia e que ainda está em tramitação no Senado. O ato é realizado pelo Grupo Arco-Íris e outras entidades em defesa dos direitos dos homossexuais.

2º feira 29

Trabalhadores da Bosch, fábrica da Cidade Industrial de Curitiba – Paraná (região Sul), decidem paralisar as atividades por 48 horas, em protesto contra a instabilidade dos empregos e as demissões de 900 funcionários, anunciada no dia 18 de junho. Os empregados estavam em licença remunerada. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC), a categoria reprovou por unanimidade a proposta de indenização apresentada pela empresa no dia 26 de junho, no Ministério Público do Trabalho. A Bosch informou que adotará os procedimentos legais para garantir, o mais breve possível, o acesso dos colaboradores que desejarem retornar ao trabalho. A empresa está avaliando as próximas ações e aguarda a posição dos trabalhadores do segundo turno, que deverão voltar ao trabalho às 14 horas. A última proposta da Bosch, conforme o sindicato é de que os demitidos que tenham até 15 anos de empresa recebam uma parcela única no valor de um salário-base e meio. Entre 15 e 20 anos, a indenização seria de dois salários-base. Quem tem mais de 20 anos de Bosch, o valor da indenização seria de dois salários-base e meio. Na assembléia, foi aprovada uma contraproposta, de que as dispensas sejam canceladas e que seja dada uma estabilidade de um ano para todos os funcionários. Em audiência de conciliação no Ministério Público do Trabalho, a empresa se negou a suspender as 900 demissões em Curitiba. No entanto, apresentou uma nova proposta de indenização, em que funcionários com até 15 anos de trabalho receberiam 1,5 salário-base e empregados com mais de 20 anos, 2,5 salário-base. Os trabalhadores exigem a suspensão das demissões e estabilidade de um ano para todos os funcionários.

Cerca de 250 motoristas de vans que operam linhas intermunicipais se concentram na Candelária, no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), para protestar novamente contra o processo de licitação do Departamento de Transportes Rodoviários (Detro). Eles reivindicam que o governo estadual mude os termos da licitação. A PM e a Guarda Municipal acompanharam toda a manifestação. Muitos motoristas saíram em suas vans da Baixada Fluminense e seguiram em direção ao centro do Rio pela Avenida Brasil, onde o trânsito ficou congestionado e os veículos foram retidos pela PM. Vans que trafegam pela rodovia Washington Luís também foram interceptadas e impedidas de chegar ao centro. O presidente da Cooperativa Uruguaiana, Nailton Pires, informou que a categoria não é contrária à licitação, mas contestou a exigência de muitas documentações dos motoristas. Outro problema, segundo Nailton, é que o processo de licitação cria outras linhas. Ele acrescentou que muitos motoristas assumiram diversas

dívidas para renovar a frota. Este foi o segundo protesto da categoria em menos de uma semana. O primeiro ocorreu no dia 23 de junho em frente ao Palácio Guanabara, em Laranjeiras, zona sul do Rio, onde houve um confronto entre policiais e motoristas. Duas pessoas foram detidas e outras duas ficaram feridas. O governo alega a maioria dos manifestantes operava vans ilegalmente.

A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), mantém a decisão que considera ilegal a greve nacional dos servidores do INSS, e determina a suspensão da paralisação. Os servidores iniciaram a greve no dia 16 de junho para reivindicar a manutenção da jornada de trabalho de 30 horas semanais sem redução de salário.

3º feira 30

A União Democrática Ruralista (UDR) declara que vai entrar com representações no Ministério Público estadual e na Polícia Civil contra os integrantes de movimentos sem-terra, em decorrência das ocupações ocorridas entre os dias 27 e 28 de junho, em São Paulo (região Sudeste). De acordo com o jornal Folha de São Paulo, o objetivo, conforme a entidades, é pedir que sejam apurados crimes de formação de quadrilha e invasão.

A Justiça Federal determina a extinção do curso de Direito Agrário, criado pela Universidade Federal de Goiás (UFG) exclusivamente para assentados da Reforma Agrária e seus filhos, em Goiás (região Centro-oeste). O curso, de natureza especial e com turma única, vinha sendo ministrado desde agosto de 2007, com cinco anos de duração. Dos 60 matriculados, 39 são oriundos de assentamentos do MST. A extinção do curso se dará ao final deste semestre letivo. A UFG informa que recorrerá da decisão para preservar o direito dos estudantes, uma vez que a interrupção das aulas prejudicaria o aprendizado.

Professores e universitários da USP encerram a greve que paralisou parte da instituição, conforme os jornais O Globo, Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo. Os funcionários estavam parados há cerca de 57 dias; já o corpo docente, há 25 dias. O expediente voltará ao normal no dia 1 de julho. O aumento de 16% reivindicado inicialmente pelos servidores não foi concedido. Pelo acordo, o aumento ficou em 6,05%. Segundo Magno de Carvalho, diretor de base do Sindicato dos Trabalhadores na USP, há avanços importantes para a categoria, como o aumento do auxílio de R\$ 360 para R\$ 400, o pagamento de auxílio de R\$ 422 a funcionários com filhos portadores de deficiência e a garantia de emprego a cerca de mil servidores com contratação contestada pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE). A reitora Suely Vilela afirma que não descontará os dias parados dos grevistas.

Manifestantes da Via Campesina Brasil e de entidades da sociedade civil ligadas ao Fórum Nacional de Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA) realizam ato e entregam ao embaixador de Honduras no Brasil, Victor Lozano, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), uma carta em solidariedade ao povo hondurenho e em defesa da democracia do país. No dia 28 de junho os hondurenhos tiveram seu presidente eleito deposto pelos militares, que deixaram em seu lugar o presidente do Legislativo, Roberto Micheletti. Em Assembléia Geral da Organização das Nações

Unidas (ONU) realizada neste dia 30, Zelaya afirma que pretende voltar nesta semana a seu país, acompanhado dos presidentes da Argentina e do Equador e do chefe da Organização dos Estados Americanos (OEA). Em frente à sede da Embaixada, onde o ato tem início, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) se reúne com o grupo e afirma estar ao lado dos movimentos sociais brasileiros na defesa do povo de Honduras. Mais tarde, dentro da Embaixada, os manifestantes lêem a carta e a entregaram a Lozano, que agradece a solidariedade brasileira. Maria Costa, integrante da Via Campesina Brasil, reforça a disposição dos manifestantes em permanecer em vigília na Embaixada até que o presidente democraticamente eleito seja reconduzido ao seu posto. Na carta, os movimentos exigem: volta imediata do presidente Manuel Zelaya comando do país; restabelecimento da ordem constitucional e da democracia, sem o derramamento de sangue e sem repressão à população de Honduras; que seja respeitada a integridade física das lideranças sociais, inclusive a de Rafael Alegria, dirigente internacional da Via Campesina; que as autoridades garantam em pleno exercício democrático a consulta popular, como forma de livre expressão; e uma reunião imediata do Grupo do Rio (Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política da América Latina e do Caribe) no Brasil para que se avalie a situação política do país. O embaixador Victor Lozano se mostrou emocionado e afirmou que irá continuar lutando pela população mais pobre que foi beneficiada pelas políticas do presidente deposto.

Mil representantes das centrais sindicais e movimentos sociais lotam o Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), para acompanhar a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Redução da Jornada de Trabalho. A PEC propõe reduzir de 44 para 40 horas a jornada semanal de trabalho. O parecer do relator, deputado Vicentinho (PT-SP), pela aprovação da proposta, deverá ser votado até o final desta tarde pela Comissão Especial que analisa a PEC. Favoráveis à aprovação da PEC, os trabalhadores que estão no Nereu Ramos aplaudem a todo momento os deputados da comissão que pedem a palavra. A proposta também eleva a remuneração da hora extra para 75%. A Comissão Especial da PEC da Redução da Jornada de Trabalho se reúne normalmente numa sala que comporta até 50 pessoas. A capacidade do Nereu Ramos é de 400 pessoas sentadas. Segundo a Agência Chasque de Notícias, centrais sindicais entregaram aos deputados federais uma carta com pedido de aprovação para o projeto de lei. A manifestação de 6 centrais sindicais afirma que a redução de 44 para 40 horas semanais criaria automaticamente 2 milhões e 200 mil postos de trabalhos.

Trabalhadores da Perdigão e da Minuano em Lajeado, no Vale do Taquari – Rio Grande do Sul (região Sul), aceitam as propostas das empresas e decidem encerrar a greve. Na Perdigão, o ponto de discórdia era a recuperação dos 7 dias paralisados, pois a empresa queria retirar do salário. Ficou acordado que os empregados terão que pagar 2 dias, que serão descontados das férias. O reajuste salarial de 7,33%, que antes estava dividido em duas parcelas, agora será pago integralmente. Na Minuano, os trabalhadores terão descontado nas férias um dia dos cinco parados. O reajuste, também de 7,33%, será dividido em duas parcelas. A reunião entre a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do estado e a Associação Gaúcha de Avicultura (Asgav) definiu 7% o reajuste salarial para os trabalhadores do setor. Também foi definido o piso, no valor de R\$ 597, 50. A Asgav representa todas as empresas, com exceção da Perdigão e da Minuano, com as quais os trabalhadores têm negociação em separado. A reunião encerrou a negociação salarial da categoria neste ano.

Glossário de Siglas

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CMI	Centro de Mídia Independente
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
Cruesp	Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (USP, Unicamp, Unesp)
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DEM	Partido Democrata
Funai	Fundação Nacional do Índio
Funasa	Fundação Nacional de Saúde
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
Pronera	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSB	Ordem dos Advogados do Brasil
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
P-SOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
Sintusp	Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de São Paulo
STF	Supremo Tribunal Federal
Unesp	Universidade do Estado de São Paulo
Unicamp	Universidade de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

Realizada pelo Comitê de Acompanhamento e Análise da Conjuntura do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL/CLACSO).

Levantamento e sistematização feitos pela equipe: Coordenação: Prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ). Pesquisadores Assistentes: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ), Jacqueline Aline Botelho Lima (UFRJ/UERJ). Assistentes de pesquisa: Anísio Borba

(LPP/UERJ), Luiza Leite (LPP/UERJ), Luis Américo Araújo Vargas (UFRJ), Mariana Santos (LPP/UERJ), Reginaldo Costa (UFRJ).

Fontes: Jornal Folha de São Paulo, Jornal O Globo, Jornal O Estado de São Paulo, Jornal Brasil de Fato, Agência Chasque de Notícias, Agência Brasil, MST na Imprensa, Jornal do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA.



OSAL

Observatorio Social de América Latina
Publicación electrónica

Cronología del Conflicto Social

R

A

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales



CLACSO

Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais

Documento de trabajo N° 228

*Realizado por
el Comité de Seguimiento
del Conflicto Social y la Coyuntura
Latinoamericana de R*



Integrantes Juan

Diarios E

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.

La responsabilidad por las opiniones expresadas en los artículos, estudios y otras colaboraciones incumbe exclusivamente a los autores firmantes, y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina (OSAL)** constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinado a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado constituye uno de los resultados de este trabajo de documentación y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un documento de trabajo en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social llevadas a cabo durante el mes indicado en uno de los 19 países relevados.

La cronología presentada ha sido elaborada por alguno de los diversos **Comités de Seguimiento del Conflicto Social** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación de un equipo de investigación que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

Comités de Seguimiento del Conflicto y la Coyuntura Latinoamericana

PAIS	INSTITUCION	RESPONSABLES
Guatemala	FLACSO	Simona Yagenova Mario Castañeda
Colombia	Escuela Nacional Sindical	Guillermo Correa Diana Cárdenas
Paraguay	Centro de Documentación de Estudios	Quintín Riquelme
Ecuador	CIUDAD	Mario Unda Hugo González
Bolivia	CIDES – UMSA	Dunia Mokrani Chávez Pilar Uriona Crespo
Chile	ARCIS	Juan Carlos Gómez Leyton
Perú	Instituto de Estudios Peruanos	Ramón Pajuelo
Brasil	LPP	Roberto Leher
Argentina y Uruguay	PIMSA (Argentina)	María Celia Cotarelo
México	UNAM	Massimo Modonesi Lucio Oliver
Panamá, El Salvador, Nicaragua Honduras y Costa Rica	CELA (Panamá)	Marco A. Gandásegui, h.
República Dominicana y Puerto Rico	Centro Juan Montalvo (Rep. Dominicana)	Mario Serrano Juan Luis Corporán
Venezuela	PROVEA	Marino Alvarado Marco Antonio Ponce
Costa Rica	IIS	Sindy Mora Solano

Brasil
Cronologia do Conflito Social
Julho 2009

4º feira 01

Cerca de 500 servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) realizam ato em frente à maior agência da Previdência Social no estado no centro da cidade no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os funcionários do INSS estão em greve desde o dia 16 de junho. A paralisação é nacional e tem objetivo de manter a jornada de 30 horas semanais, incorporar gratificações, cobrar novos concursos e melhorar das condições de trabalho e de atendimento ao público. Os servidores do INSS entraram em confronto com Policiais Militares (PMs) após tentarem bloquear a entrada do prédio da Gerência Executiva do instituto, no Centro. A PM montou um cordão de isolamento. Os grevistas acusam os PMs de usar gás de pimenta e cassetetes para dispersar o grupo. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Previdência e Trabalho (Sindsprev-RJ), mais de 70% dos servidores aderiram à greve. Várias agências estão fechadas e só há atendimento de perícia médica para casos agendados com antecedência. O Ministério da Previdência Social afirma que a paralisação foi considerada “ilegal” e “abusiva” pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), mesmo antes de começar, porque não houve negociação prévia. O STJ estipulou multa diária de R\$ 110 mil pelo descumprimento da decisão. Os manifestantes realizam outras manifestações em agências do Rio de Janeiro, incluindo uma passeata até a Cinelândia.

Servidores do INSS realizam ato no Centro de Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), seguindo em passeata para o Ministério da Previdência. Os manifestantes tentam impedir o acesso de segurados e de funcionários que não aderiram à paralisação.

Manifestantes realizam protestos em diversas capitais em campanha que circulou amplamente na internet pela saída de José Sarney, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), da presidência do Senado. Cerca de 70 pessoas fazem manifestação na Avenida Paulista, em São Paulo – SP (região Sudeste). Aproximadamente dez pessoas se reúnem em frente à prefeitura, em Campinas – São Paulo (região Sudeste). Cerca de 30 manifestantes protestam em frente da Câmara Municipal, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Em torno de 50 pessoas participam de ato convocado pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e setores do Partido dos Trabalhadores (PT) em Macapá – Amapá (região Norte). De acordo com os jornais O Globo e Folha de São Paulo ainda há protestos em Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste), Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul), Brasília – Distrito Federal, entre outras capitais e cidades de regiões metropolitanas.

Estudantes de comunicação e profissionais de imprensa realizam uma manifestação pela obrigatoriedade do diploma para exercer a profissão de jornalista. O protesto, em forma de “apitação”, reuniu cerca de 50 pessoas, em frente ao antigo prédio do Supremo Tribunal

Federal (STF), no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os manifestantes também demonstraram apoio à proposta de emenda constitucional (PEC) do senador Antônio Carlos Valadares (PSB), que visa a alterar o Artigo 220 da Constituição, restabelecendo a obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo.

Os cerca de 3 mil metalúrgicos da Bosch de Curitiba – Paraná (região Sul) retornam ao trabalho, após 48 horas de paralisação, mesmo não tendo as reivindicações atendidas. Os metalúrgicos pediam estabilidade por um ano e recontração de 826 demitidos. No entanto, a empresa irá conceder aos demitidos uma indenização maior do que a estipulada na primeira proposta: dois salários base para aqueles com até 15 anos de empresa, dois salários e meio para quem tinha até 20 anos e três salários para os que tinham mais de 20 anos.

Funcionários e professores da Universidade de São Paulo (USP) retornam às atividades na universidade em São Paulo – SP (região Sudeste). As categorias conseguiram 6% de aumento salarial referente à reposição da inflação e conquistaram reajuste nos auxílios alimentação e creche. Os funcionários conseguiram ainda impedir a implantação imediata do plano de carreira que exigia o nível superior para a categoria. Depois de muita pressão, os servidores não terão os dias parados descontados e comprometeram a reitora Suely Vilela a não perseguir politicamente os grevistas. Os estudantes mantêm a greve a fim de pressionar pela saída da reitora e a readmissão do sindicalista Claudionor Brandão.

Cerca de 120 famílias de acampados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que ocupam uma área que pertence à Prefeitura Municipal de Itararé - São Paulo (região Sudeste). A área com cerca de 30 hectares é explorada indevidamente por arrendatários com a plantação de aveia. Os sem-terra recebem intimação com um mandato para que a ação de reintegração de posse por parte da Prefeitura Municipal de Itararé fosse cumprida pelo batalhão da PM, comandado pelo Coronel Fernandes. O mandato, emitido pela Juíza Ana Luíza Queiroz do Prado, determina que as famílias deixem o Município de Itararé em até 12 horas. Uma comissão de acampados é recebida por três secretários do município, que se mantiveram inflexíveis nas negociações envolvendo a reintegração de posse.

A União das Associações de Fundo de Pasto de Casa Nova, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais divulgam a vitória dos movimentos sociais contra a grilagem no estado da Bahia (região Nordeste). O Juiz de Casa Nova no início de 2008, conferiu aos empresários Carlos Nizan e Alberto Martins Pires Matos, a “propriedade” das terras dos fundos de pastos usurpadas, no final da década de setenta, pela empresa Camaragibe, envolvida no chamado “Escândalo da Mandioca”. A propriedade grilada pela Camaragibe foi ilegalmente transferida, numa sucessão de negócios sem transparência. Após uma série de conflitos em Fundo de Pasto, no município de Casa Nova, os militantes conquistam a anulação da sentença de Imissão de Posse que ratificava o processo da grilagem de terras públicas. Reconhecendo as inúmeras ilegalidades que envolviam o processo judicial, dentre elas a ausência de intimação do Ministério Público e os desastrosos impactos da decisão sobre as 366 famílias que tradicionalmente habitam a Areia Grande. O Tribunal de Justiça anulou a sentença, pondo fim aos desastrosos efeitos por ela produzidos.

5º feira 02

MST, Partido Comunista Brasileiro (PCB), União da Juventude Comunista (UJC), Dep. Estadual Marcelo Freixo do PSOL/RJ, União da Juventude Rebelião (UJR), Mandato Chico Alencar, deputado federal do PSOL/RJ, Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) entre outros movimentos populares, sindicatos, partidos políticos progressistas e entidades da sociedade civil manifestam apoio ao presidente deposto de Honduras, Manuel Zelaya, em encontro com o cônsul geral de Honduras, Gioconda Perla, na cidade Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A carta entregue ao cônsul apresenta apoio ao governo constitucional e democrático de Zelaya, que foi derrubado por um golpe civil-militar no dia 28 de junho. No manifesto, as entidades exigem a volta imediata do presidente Manuel Zelaya ao comando do país e o restabelecimento da ordem constitucional, sem repressão à população. Além disso, pedem respeito à integridade física das lideranças sociais e que as autoridades garantam a realização da consulta popular, como forma de livre expressão do povo.

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) realiza, entre os dias 02 e 05 de julho, sua Primeira Plenária Nacional, que tem como tema "Somos todos trabalhadores". O evento ocorre na Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA), que funciona no Assentamento Contestado, na cidade de Lapa – Paraná (região Sul). O objetivo da plenária é debater questões relacionadas à organização sindical da categoria petroleira, tais como controle estatal e social do petróleo e gás brasileiros, soberania popular na América Latina, democratização dos meios de comunicação, direito de greve e descriminalização dos movimentos sociais, saúde e segurança do trabalhador, entre outras questões. A abertura do evento contou com a presença de dirigentes sindicais brasileiros e da América Latina, representantes da Coordenação Nacional do MST e do governo do Paraná, movimentos sociais e estudantis, parlamentares e partidos políticos das frentes de esquerda. O objetivo, afirmou o coordenador da Federação Única dos Petroleiros (FUP), João Antônio de Moraes, é mostrar que a luta travada pelas organizações do campo e da cidade é a mesma. Segundo site do MST, várias famílias do Assentamento Contestado e outros militantes do MST realizam, espontaneamente, reuniões e seminários locais de formação para ampliar seus conhecimentos sobre as lutas e organização da categoria petroleira, principalmente sobre a campanha em defesa de uma nova lei do petróleo. Após os discursos da abertura oficial foi realizada a inauguração do mosaico que representa a parceria entre os petroleiros e camponeses. O trabalho foi feito com a ajuda dos trabalhadores rurais junto a um artista do Equador que de forma voluntária, faz diversos trabalhos artísticos artesanais no assentamento.

Manifestantes protestam no Plenário da Casa em Osasco – São Paulo (região Sudeste) contra o projeto encaminhado pela prefeitura de Osasco que prevê a terceirização dos serviços de saúde na cidade, através das chamadas Organizações Sociais (OS). Segundo o Centro de Mídia Independente (CMI), por ser um projeto tão polêmico, o prefeito Emídio de Souza (PT) articula a aprovação da lei sem consultar os usuários e os servidores da saúde municipais. O PSOL – Osasco e militantes ligados ao mandato do Deputado Raul Marcelo – que travam a mesma luta em âmbito estadual – agitam o plenário da casa por meio de um apito. O presidente da Câmara, Osvaldo Vergínio, após várias tentativas de

desmobilização da manifestação, chama a Guarda Civil Municipal que, de forma truculenta e antidemocrática, retira os manifestantes do plenário. A PM participa da repressão. A despeito dos protestos a lei é aprovada. No momento da votação do projeto, tanto o secretário municipal da Saúde, Gelso Lima, quanto o prefeito não estavam na cidade.

6º feira 03

Os autores Ondjaki (Angola) e Marcelino Freire (Brasil) protestam em Paraty no Rio de Janeiro (região Sudeste), em um antigo casarão contra o acordo assinado entre oito países de língua portuguesa para uniformizar a ortografia. Os escritores acusam o acordo de atender a interesses comerciais e chamam a atenção para o impacto das novas regras para as próximas gerações. “Eu adotei o acordo para os textos que publico, mas o faço com profundo pesar. Trata-se de uma questão comercial”, disse Freire, autor de *Balé Ralé*. As reservas de Ondjaki quanto à implantação do acordo recaem sobre a Educação Infantil. “Como vamos educar, do ponto de vista da grafia, as próximas gerações? Qual é o plano para as crianças?”, questionou o angolano, que publicou *Bom dia, camaradas*. Os dois participaram da mesa literária Acordo Ortográfico em questão, na Casa da Cultura, dentro da programação oficial da 7ª Festa Literária Internacional de Paraty (Flip). Ondjaki queixou-se ainda da falta de uma ampla consulta que referendasse o acordo. O angolano argumentou ainda que uma das características mais marcantes da língua portuguesa é a diversidade. “Não consigo ver a vantagem deste acordo se tanta gente gosta da diversidade”, afirmou. “Não existe lusofonia. Existe a língua portuguesa. Ela sobrepôs o nosso passado histórico. Não ficou na memória que Angola exportou escravos. Não é disso que tratamos.”

O Sindicato dos Petroleiros (Sindipetro) do Norte do Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste) denuncia que a Petrobras está punindo trabalhadores grevistas. Cerca de 90 empregados das plataformas PRA-1, P-12 e P-19, na unidade da Bacia de Campos - RJ sofreram advertências por escrito e suspensões. Segundo o sindicato, a empresa montou uma comissão interna de apuração da greve nacional, realizada em Março de 2009. A comissão é formada apenas por gerentes da Petrobras. A companhia petrolífera justifica as punições dizendo que os trabalhadores cometeram excessos durante a greve. Argumento refutado pelo sindicato, que afirma que os funcionários cumpriram com a Lei de Greve.

Grupo de mulheres Pão e Rosas, militantes da Liga Estratégica Revolucionária – Quarta Internacional (LER-QUI) e independentes promovem manifestação em frente ao Consulado de Honduras em São Paulo – SP (região Sudeste), em repúdio ao golpe de Estado em Honduras e manifestam solidariedade às mulheres, aos trabalhadores e ao povo daquele país.

Cerca de 75 famílias organizadas no Movimento dos Conselhos Populares (MCP) ocupam um terreno baldio, abandonado há mais de 25 anos, na Praia do Futuro, em Fortaleza – Ceará (região Nordeste). Segundo o CMI o terreno que não cumpria função social e não estava sob posse de ninguém, pertence ao grupo OTOCH. A ocupação ganhou o nome de Raízes da Praia, uma denúncia de que há anos os moradores dessa região vêm sendo gradativamente deslocados para os lugares mais distantes da cidade, tendo em vista o

interesse de investimentos imobiliários nessa região. Neste mesmo dia, uma viatura do Ronda do Quarteirão faz ameaças aos moradores. Outros policiais à paisana, armados, destroem os barracos construídos. Os ocupantes não oferecem resistência e são violentamente agredidos. Um adolescente é espancado e fica inconsciente. A ação é frustrada com a intervenção do Grupo de Ações Táticas Especiais (GATE) que, ao passar pelas imediações, impede que a agressão continue. Os policiais dão entrada na 2ª Delegacia de Polícia, onde é aberto o inquérito. Na delegacia é comprovado que 3 dos milicianos do Grupo OTOCH são soldados do Ronda do Quarteirão, ainda em estágio probatório.

Sábado 04

Cerca de 1,2 mil pessoas, entre estudantes e professores do Ensino Fundamental e Médio e representantes da comunidade, realizam caminhada pela paz na cidade de Sobradinho, no Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste). A iniciativa foi de uma escola da cidade e contou com a participação de mais seis. Depois da caminhada, cinco escolas fizeram apresentações de teatro e música. Segundo a coordenadora de Projetos na Área de Prevenção à Violência Escolar da Secretaria de Educação, Vera Cavalcante, a idéia do evento foi promover a filosofia da cultura da paz. “O objetivo é prevenir a violência com a cultura de paz, de diálogo, de convivência com amor. Buscamos desenvolver a consciência nos alunos e na sociedade”, disse Vera.

2º feira 06

Organizações indígenas encaminham carta ao ministro da Saúde, José Gomes Temporão, na qual solicitam uma audiência para discutir o agravamento dos problemas verificados no atendimento médico às suas comunidades, em Roraima (região Norte). De acordo com o jornal Estado de São Paulo, eles também reivindicam do ministro a promessa, feita em outubro de 2008, de que afastaria a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) da tarefa de cuidar da saúde indígena.

Cinco lavradores são executados enquanto construíam casas no assentamento Garrote. Localizado na antiga fazenda Garrote, a ocupação possui 660 hectares e está localizado no distrito de São Domingos, município de Brejo da Madre de Deus, Agreste do estado de Pernambuco (região Nordeste). João Pereira da Silva, Juarez Cesário da Silva, Natalício Gomes da Silva, Olímpio Cosme Gonçalves e Dedé foram assassinados por dois homens enquanto trabalhavam na construção das casas do assentamento. Erionaldo José da Silva, que também estava no local, levou um tiro no ombro, mas não corre risco de morte. João Pereira, presidente da associação do assentamento, pediu que se identificassem, mas os homens resistiram e mandaram que os trabalhadores se deitassem no chão, disparando em seguida à queima roupa. A Polícia Civil suspeita que o crime foi motivado por vingança, podendo estar ligado ao assassinato de quatro seguranças da fazenda Consulta, mortos em confronto com integrantes do MST em fevereiro. A coordenação nacional do MST não descarta a hipótese de que os crimes foram motivados como retaliação à luta pela Reforma Agrária.

O acampamento Alexandra Kollontai, localizado na Fazenda Martinópolis, no município de Serrana, em Ribeirão Preto no estado de São Paulo (região Sudeste) é cercado pelo Batalhão da PM, enviado para cumprir o pedido de reintegração da área. Cerca de 45 famílias do MST, ocupam o local desde o último dia 11 de junho. Segundo o jornal O Globo, a PM tentou bloquear o acesso da imprensa local, que tentava conversar com representantes do MST. O jornal denuncia que, com a polícia, estão os seguranças da usina sucroalcooleira Nova União, que se destaca pelo plantio extensivo de cana de açúcar em suas terras. A fazenda foi arrematada pelo Governo do estado por adjudicação fiscal durante o período de 1991 a 2002 e não foi destinada para a Reforma Agrária, conforme o processo 7863/86 que se encontra na 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Ribeirão Preto. Os sem-terra foram obrigados a deixar o local sem garantias por parte dos responsáveis em realizar a Reforma Agrária no estado de São Paulo, seja o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) ou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Além disso, os acampados não foram cadastrados, pois o ITESP alegou problemas logísticos.

O Incra se pronuncia contra o fechamento do curso de Direito Agrário, criado pela Universidade Federal de Goiás (UFG). O curso foi fechado por determinação da Justiça Federal. O Ministério Público Federal (MPF) de Goiás, autor do pedido de extinção, que alegou irregularidades na utilização de recursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). Na avaliação do MPF não é pertinente destinar investimentos na criação de um curso de direito, argumentando, ainda, que uma turma exclusiva para assentados fere os princípios constitucionais da igualdade, da legalidade e da isonomia. Com turma única de 60 alunos, o curso de direito para assentados vinha sendo ministrado desde agosto de 2007.

Pelo menos 9 pessoas são presas na Operação “Pluma” da Polícia Federal (PF), por grilarem terras em Minas Gerais(região Sudeste), Mato Grosso e Goiás(região Centro-oeste). PMs estão entre os presos. Investigações levaram a uma organização criminosa que utilizava diversos meios para obter terras a baixos custos e revender posteriormente. Segundo a PF, o grupo extraía irregularmente insumos vegetais de uma reserva indígena e expulsava assentados de áreas já destinadas à Reforma Agrária. O grupo ainda promovia temor entre pequenos e médios fazendeiros para que vendessem os imóveis a preço bem inferior ao do mercado.

A unidade de Gravataí da Taurus-Wotan, fabricante de máquinas operatrizes, confirma a demissão de 115 trabalhadores. A empresa argumenta que os desligamentos se devem à crise internacional. O Sindicato dos Metalúrgicos de Gravataí pretende buscar medidas legais para tentar uma negociação com a empresa. O objetivo, segundo o diretor administrativo Edson Dorneles, é reduzir o impacto social das demissões ou estudar alternativas de recolocar esses profissionais no mercado.

3º feira 07

Servidores da estatal de tecnologia e informações da Previdência Social (Dataprev), paralisam suas atividades por 24 horas no Rio Grande do Sul (região Sul). Os trabalhadores

reivindicam que a empresa altere a proposta de reajuste salarial, que não foi aceita pela categoria. A Dataprev propôs aumento de 7,93% , para valer por dois anos. Além de não ser um reajuste anual, os trabalhadores criticam o índice. A reivindicação inicial da categoria era de 16%. Segundo informações da Agência Chasque de Notícias, outros doze estados devem realizar manifestação, além do Rio Grande do Sul. Ao final do dia as negociações não avançaram e no dia 8 de julho os trabalhadores voltam ao trabalho.

4º feira 08

Dezenas de servidores do INSS, em greve desde 16 de junho, realizam um protesto no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Carregando faixas, vestindo camisas pretas e com apitos e o apoio de carros de som, os manifestantes bloqueiam parte da pista da Avenida Radial Oeste, no centro da cidade, em direção à zona norte, na altura da agência do INSS da Praça da Bandeira. No local, segundo funcionários, apenas os serviços de perícia previamente marcados estão sendo realizados. Os trabalhadores protestam contra o ritmo das negociações com o governo. Segundo o sindicato da categoria, o processo é lento e acaba prejudicando trabalhadores e contribuintes. Entre as principais reivindicações da categoria está a manutenção da jornada de 30 horas, sem redução salarial, a incorporação de gratificações, a realização de concursos públicos e a melhoria das condições de trabalho e de atendimento ao público. O Ministério da Previdência Social informou que 914 unidades em todo o país funcionam normalmente hoje. Em outras 194, o atendimento é parcial. Além disso, duas fecharam por causa de feriados regionais.

Um estudo da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, intitulado "A Crise Econômica Internacional e os (possíveis) Impactos sobre a Vida das Mulheres", revela que as mulheres perdem mais postos de trabalho do que os homens com a crise econômica mundial. Apesar disso, cresce o número de trabalhadoras com carteira assinada. Segundo a pesquisa, o aumento da mulher no mercado formal é reflexo dos baixos salários recebidos pelo gênero feminino. A pesquisa mostra que, em setores como comércio, por exemplo, as mulheres chegaram a ocupar quase 90% das vagas. No setor de serviços, o índice chega a quase 80% dos postos de trabalho. Este dois setores são conhecidos pelos baixos salários e pelas jornadas extensas de horas de trabalho. Dados como esses, serão coletados a cada dois meses pela Secretaria Especial de Políticas, por meio do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Os resultados embasarão políticas públicas voltadas à mulher.

Cerca de 200 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) estão acorrentados em frente à residência do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, em São Bernardo do Campo – São Paulo (região Sudeste). O protesto é uma crítica aos rumos do programa do governo federal "Minha Casa, Minha Vida". Em uma carta endereçada ao presidente o movimento avalia que "As construtoras, que tanto já ganharam em cima de nosso suor, só têm apresentado projetos para pessoas de renda média e alta". A carta ressalta ainda que o movimento é respaldado por organizações de luta por moradia de diferentes municípios do estado de São Paulo. Na expectativa de reverter os objetivos do programa denunciados, o MTST promete acorrentar um novo militante para cada dia que não houver solução, nem negociações. O MTST reivindica: desapropriação de terrenos ocupados pelo MTST; regularização fundiária do assentamento Anita Garibaldi para mais

de 2 mil famílias; agilidade burocrática para as famílias do Acampamento Carlos Lamarca; participação ativa do Governo Federal nas negociações do MTST em todas as regiões e estados onde o movimento está presente.

O MST denuncia a negligência do estado de Pernambuco (região Nordeste) em relação à segurança do sobrevivente da chacina no Assentamento Chico Mendes. Erionaldo foi atingido com um tiro na clavícula. Integrantes do MST reclamam que o assentado demorou a ser atendido no hospital de Caruaru. Depois de ser liberado, foi deixado na casa dos pais pela polícia, que não garantiu segurança. O agricultor é a única testemunha da chacina que vitimou cinco trabalhadores no dia 6 de julho no assentamento Chico Mendes, na cidade de Brejo da Madre de Deus. O MST apresentou a denúncia ao Ouvidor Agrário Nacional Adjunto, que veio a Pernambuco acompanhar o caso.

5º feira 09

Cerca de 200 membros do MTST, segundo cálculos da PM, permanecem acampados em frente ao apartamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em São Bernardo do Campo, na ABC paulista – São Paulo (região Sudeste). Os manifestantes iniciaram o protesto na tarde do dia 8 de julho. O protesto é uma crítica aos rumos do programa do governo federal “Minha Casa, Minha Vida”. Em uma carta endereçada ao presidente o movimento avalia que “As construtoras, que tanto já ganharam em cima de nosso suor, só têm apresentado projetos para pessoas de renda média e alta”. Eles também reivindicam a desapropriação de um terreno ocupado pelo grupo em Sumaré, ameaçado de despejo; a regularização fundiária do assentamento Anita Garibaldi, onde estão mais de 2 mil famílias; a resolução da situação das famílias do Acampamento Carlos Lamarca; e a participação do governo federal nas negociações do MTST em todas as regiões onde o grupo está presente. De acordo com o membro da coordenação estadual do MTST, Guilherme de Castro, os manifestantes permanecerão acampados em frente à residência de Lula até que o governo atenda as reivindicações.

Famílias do MST reocupam a fazenda Papagaio, em São Caetano, em Pernambuco (região Nordeste), de acordo com o jornal O Estado de São Paulo. As cerca de 40 famílias que haviam sido expulsas em um despejo ilegal no dia 16 de junho, acabam por retornar a área. A fazenda, localizada foi desapropriada para fins de Reforma Agrária em 2005 e o Incra emitiu sua posse no ano de 2008. Mesmo assim, em junho de 2009, o Juiz da Comarca de São Caetano concedeu uma reintegração de posse ao antigo dono da área e, no dia 16 de junho, as famílias foram expulsas do local pela PM do estado de Pernambuco. Durante o despejo, o dirigente nacional do MST Jaime Amorim foi detido, mas liberado após prestar declarações. Na ocasião, a Ouvidora Regional do Incra de Pernambuco, Elisabete Silva, classificou a operação de despejo como totalmente ilegal, uma vez que o Incra já tinha a posse da área. As famílias estão reconstruindo seus barracos no local.

Trabalhadores aeroportuários realizam manifestação no Aeroporto Internacional de Brasília - Juscelino Kubitschek no Distrito Federal (região Centro-oeste), contra a possibilidade de privatização do setor aéreo brasileiro. O sindicato estima em mil o número de trabalhadores aeroportuários que participam do protesto. De acordo com os trabalhadores, um projeto de

alteração do atual modelo brasileiro de concessão da infraestrutura aeroportuária vem sendo elaborada pelo Ministério da Defesa e pela Agência Nacional de Aviação Aérea Civil (Anac) e deverá ser entregue ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para análise. Os manifestantes dizem que o principal objetivo seria a privatização de 12 aeroportos administrados pela Infraero, que, segundo eles, são os mais lucrativos. “A privatização desses aeroportos vai influenciar no funcionamento de todos os outros que dependem deles. Queremos que o presidente Lula se pronuncie para dizer à sociedade que está a nosso favor”, afirmou o presidente do Sindicato Nacional dos Aeroportuários, Francisco Lemos. Cerca de 100 estudantes secundaristas bloqueiam o Terminal de Integração de Canasvieiras (TICAN), em Florianópolis – Santa Catarina (região Sul) em protesto contra o aumento das tarifas de ônibus. Este é o segundo aumento em menos de 6 meses. Organizados em passeata os estudantes saíram da Escola Estadual Osmar Cunha e se dirigiram para o TICAN, onde fecharam por 30 minutos os 2 acessos ao terminal. A manifestação pacífica terminou com tentativa de pular a catraca. Impedidos, tentam entrar pelo acesso dos ônibus, onde são outra vez impedidos por seguranças da COTISA e da Empresa Canasvieiras. Uma estudante é ferida por um segurança, recebe atendimento médico no posto de saúde ao lado do TICAN e depois é removida para o Hospital Celso Ramos.

Os trabalhadores da metalúrgica Tupy aprovam a redução de 20% na jornada de trabalho e de 15% dos salários, respeitando um piso de R\$ 650,00. A medida, aceita por 84, 2% dos trabalhadores, começa a valer imediatamente e o pagamento de Agosto já terá a redução. A Tupy é a segunda metalúrgica de Joinville – Santa Catarina (região Sul) a adotar a medida. Segundo informações da Agência Brasil, a primeira foi a Embraco.

O Frigorífico Friboi demite 200 funcionários em Campo Grande, no Mato Grosso (Região Centro-oeste). De acordo com sindicalistas, o frigorífico não deu nenhuma explicação para a demissão dos funcionários. Sindicalistas denunciam que os pecuaristas estariam segurando o boi no pasto para forçar o aumento de preço da arroba.

6º feira 10

Aproximadamente 80 famílias do MST, reocupam a Fazenda Jabuticaba, no Município de São Caetano, estado de São Paulo (região Sudeste). A fazenda é palco de conflitos desde abril de 2000, quando foi ocupada pela primeira vez. O ultimo conflito, ocorrido em fevereiro de 2009, quando o acampamento foi invadido por milícias armadas, resultou na morte de quatro pistoleiros. Após o conflito, as famílias se retiraram da área para que o Inbra fizesse a medição do imóvel. O superintendente do Inbra, Abelardo Siqueira, assim como o promotor agrário, doutor Edson Guerra, prometeram que dentro de um mês o laudo estaria pronto e a fazenda seria desapropriada. O laudo do Inbra foi concluído com resultado positivo para a Reforma Agrária. Mesmo assim, após quase cinco meses, a área ainda não foi desapropriada. Cansadas de esperar, as famílias reocupam a fazenda, como forma de pressionar o Inbra a cumprir com sua responsabilidade de desapropriar a área e assentar definitivamente as famílias.

As centrais sindicais e os movimentos sociais Central Sindical dos Trabalhadores do Brasil (CTB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, União Geral dos

Trabalhadores (UGT), Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), Intersindical, Assembléia Popular, Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), MST, Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL), Via Campesina, entre outros lançam nota em repúdio ao golpe de Estado contra o presidente Manuel Zelaya e a prisão dos trabalhadores que lutam contra os golpistas.

2º feira 13

Manifestantes em protesto contra ações de fiscalização do Instituto Chico Mendes e do Instituto Brasileiros do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em Rondônia bloqueia a estrada de acesso às obras da Usina de Jirau, no município de Porto Velho – Rondônia (região Norte). O consórcio Energia Sustentável, responsável pelas obras, informou que as polícias Militar e Federal já foram chamadas. Também está sendo pedida na Justiça uma liminar para que os manifestantes liberem a entrada da usina. Segundo o consórcio, cerca de 800 trabalhadores estão ilhados e sem almoço por causa do bloqueio. As atividades no canteiro não foram completamente interrompidas, mas estão prejudicadas. De acordo com o superintendente do Ibama em Rondônia, César Luiz Guimarães, a usina não tem relação direta com o protesto e está sendo usada como ponto de visibilidade pelos manifestantes. O motivo, na realidade, são as ações de fiscalização que o Ibama e o Instituto Chico Mendes têm feito na Floresta Nacional de Bom Sucesso, que fica a cerca de 100 quilômetros de Jirau. Guimarães afirma que as ações de fiscalização têm ocorrido desde 12 de maio e visam a combater a extração ilegal de madeira e a executar ordens judiciais que determinam a saída dos rebanhos bovinos da reserva em até seis meses. Ainda segundo ele, nenhum grupo assumiu a liderança do protesto ou procurou o Ibama para negociar. Conforme a assessoria do consórcio Energia Sustentável, os manifestantes alegam que as ações do Ibama estão ferindo acordos que os governos estadual e federal firmaram com eles, deixando-os permanecer na reserva.

Mobilizados durante 43 dias em greve e ocupação, os estudantes da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) de Marília, em São Paulo (região Sudeste) conseguem vários pontos da pauta de reivindicações: o Restaurante Universitário noturno; o Centro de Línguas, com a previsão de atender 200 discentes da Faculdade e a reforma e transferência para o campus do Centro de Estudos da Educação da Saúde (CEES). A pauta de reivindicações dos estudantes ainda deve, contudo, ser levada adiante.

Cerca de 300 famílias do MST ocupam área localizada em São José do Cerrito, no estado de Santa Catarina (região Sul). O local já havia sido vistoriado duas vezes pelo Incra e é ocupado pelo MST pela terceira vez. De acordo com os sem-terra, originários do acampamento provisório Irmã Jandira, a área se encontrava em total abandono. Após a ocupação, as famílias dão início ao plantio de alimentos no lote.

Cerca de 100 famílias do acampamento Luiz Beltrame, ocupam a Fazenda Natal, no município de Gália, no interior de São Paulo (região Sudeste). A fazenda já foi vistoriada pelo Incra e foi declarada improdutiva. Além desta área, as famílias reivindicam outras três

fazendas improdutivas no município. A ação também tem como objetivo resistir contra o avanço do agronegócio na região.

3º feira 14

Cerca de 1,5 mil camponeses, segundo a Casa Militar, ligados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape) realizam passeata nas ruas centrais de Recife – Pernambuco (região Nordeste). Os camponeses reivindicam Reforma Agrária e a criação de uma secretaria estadual para tratar exclusivamente da agricultura familiar.

O estado de Rondônia (região Norte) é condenado em primeira instância a pagar R\$ 50 mil de indenização por danos morais ao dono de uma fazenda ocupada pelo MST em 2004, no município de Vilhena. Segundo o jornal Folha de São Paulo, o juiz Alexandre Miguel, titular da Vara, afirma que o proprietário da fazenda passou por situações constrangedoras ao assistir sua propriedade ser destruída por “invasores” e explica que o estado foi omissivo e não ofereceu policiamento adequado para proteger a fazenda.

O MTST levanta o acampamento, depois de quase uma semana, em frente da residência do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em São Bernardo do Campo, no ABC Paulista em São Paulo (região Sudeste). Segundo um dos coordenadores estaduais do MTST, Guilherme Castro, os sem-teto fizeram um acordo com o governo federal. "Fomos recebidos por representantes da Secretaria Geral da Presidência, que garantiu uma solução emergencial para a questão de Sumaré", afirmou. Segundo Castro, na cidade do interior paulista uma decisão judicial de reintegração de posse deixará 4 mil pessoas sem ter onde morar. Castro informou também que às 16h do dia 15 de julho, os integrantes do MTST se encontrarão com representantes da Caixa Econômica Federal, do gabinete da presidência e com o ministro das Cidades, Marcio Fortes. De acordo com ele, o movimento "deu um voto de confiança". "Ainda não estamos felizes, tudo vai depender do encaminhamento das negociações".

A Universidade Luterana do Brasil (Ulbra) e o governo Federal assinam um acordo em que se dispõem a discutir as dívidas da entidade com a União. O termo criará um grupo de trabalho que terá 30 dias para chegar a um acordo sobre os tributos a serem pagos. Com o acerto do valor, a Ulbra irá aderir à lei federal, que trata do pagamento de dívidas e permitirá à entidade retomar a certidão negativa de débitos, reabrindo a possibilidade de receber financiamentos públicos. Segundo o procurador geral da Fazenda Nacional, a dívida da universidade com a União é de cerca de R\$ 1 bilhão e 300 milhões.

Moradores da favela da Água Branca bloqueiam a Marginal Tietê, em São Paulo – SP (região Sudeste). Os moradores protestam contra a notícia de que a Prefeitura faria reintegração de posse do terreno no dia 15 de julho. Houve confronto com a polícia.

4º feira 15

Famílias e representantes da Secretaria Municipal de Habitação acertam suspensão de despejo por reintegração de posse da Favela do Sapo, marcada para hoje, na Água Branca, zona oeste de São Paulo – SP (região Sudeste). De acordo com o jornal O Estado de São Paulo, a Justiça, no dia 23 de julho, vai analisar o pedido da Defensoria Pública de que todos sejam reassentados ou recebam bolsa-aluguel.

O Tribunal de Justiça (TJ) de São Paulo nega pedido de liminar e confirma o mandado de prisão preventiva de José Aparecido Maia, o Cido Maia, líder do MST no Pontal do Paranapanema – São Paulo (região Sudeste). Segundo o jornal O Estado de São Paulo, Maia, que divide com José Rainha o comando do movimento na região, teve a prisão preventiva decretada pela Justiça em primeira instância em abril por liderar ao menos 15 ocupações à fazenda São Luiz, em Presidente Bernardes, mas recorreu ao TJ com pedido de liminar em habeas corpus. O mandado de prisão preventiva ocorre após o Ministério Público obter provas de que ele participou de ocupações durante o “Carnaval Vermelho”. As provas são fotos que mostram Maia comandando uma das ocupações à propriedade.

Um grupo formado por cerca de 60 sem-terra ocupa a fazenda Cedro, pertencente à Agropecuária Santa Bárbara Xinguara S.A., um dos braços do grupo Opportunity, do banqueiro Daniel Dantas, em Marabá – Pará (região Norte). Conforme a Folha de São Paulo, a ocupação foi confirmada pela agropecuária. Segundo a empresa, os sem-terra não tem ligação com organizações como o MST que já ocupa outras áreas da fazenda.

Cerca de 10 mil pessoas, de acordo com informações da Agência Brasil de Fato, participam do 51º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Uma sessão solene em homenagem aos 30 anos de reconstrução da entidade iniciou o evento no Plenário Ulisses Guimarães da Câmara dos Deputados. Para comemorar os 30 anos da reconstrução da UNE, a sessão reúne integrantes e ex-dirigentes da entidade. Foi em 1979 que a UNE voltou à legalidade, após ter sido perseguida e considerada uma organização clandestina durante a ditadura militar (1964-1985). Os debates, palestras e conferências do encontro têm início no dia 16 e vão até o dia 19 de julho, na Universidade de Brasília (UnB). Neste ano, o evento discute, entre outras pautas, a importância do controle sobre as reservas de petróleo e o fortalecimento da Petrobras enquanto empresa pública e estatal. No dia 19 haverá eleições para a nova diretoria da UNE.

As famílias sem-teto que no dia 16 de junho foram despejadas do prédio do INSS na Avenida Nove de Julho, em São Paulo – SP (região Sudeste), ocupam galpão abandonado sob o viaduto na Rua Maria Paula, organizadas pela Frente de Luta por Moradia (FLM). Em acordo com a prefeitura as famílias tornam o local uma moradia provisória, enquanto esperam que o prédio do INSS seja transformado em moradia definitiva, o que deverá ser resolvido entre a prefeitura, Caixa Econômica Federal (CEF) e o INSS, já que o edifício é, desde 1998, destinado à moradia popular. A FLM reivindica que o andamento do processo para transformar o prédio do INSS em moradia popular seja mais transparente por parte do poder público. Jovens que fazem parte da ocupação fundam o grupo Juventude Nove de Julho do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC). A coordenação do movimento é eleita. Entre os objetivos da luta estão a moradia para jovens e políticas públicas educacionais e culturais. Uma das bandeiras do movimento é o primeiro emprego comunitário para jovens.

A unidade de Barretos – São Paulo (região Sudeste) do grupo JBS-Friboi, maior grupo processador de carnes do mundo, demite cerca de 350 de seus 2.700 funcionários. Mais 420 empregos foram cortados em outras duas unidades do grupo no estado. De acordo com nota do Friboi, os cortes estão relacionados a um movimento contínuo de melhorias da eficiência da empresa e da modernização dos parques fabris.

5º feira 16

Manifestantes, realizam passeata em defesa da Petrobras e contra a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada no Senado para investigar a empresa, no 51º Congresso da UNE, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Cerca de 1,5 mil pessoas participaram do encontro de acordo com a PM, 10 mil segundo a organização do Congresso. A passeata, intitulada "Em defesa do petróleo e da Petrobrás", saiu do Teatro Nacional, em frente à Catedral, e seguiu até o prédio da estatal. Os manifestantes reivindicam a defesa do controle estatal e social das reservas de petróleo, a reestatização da empresa, o fim das concessões brasileiras de petróleo e gás, garantindo que os recursos gerados tenham destinação social. Até agora, nove estados já realizaram ações pedindo uma nova lei para o petróleo. Participaram da ação entidades como a FUP, a CUT, a CTB, a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) e o MST. A ação abre o calendário de lutas aprovado pela FUP e também integra as atividades do 51º Congresso da UNE. Um grupo ligado ao P-SOL fez críticas à gestão da UNE "Sou estudante e não sou capacho do governo federal", gritavam os estudantes. A presidente da entidade, Lúcia Stumpf, disse que a passeata paralela formada pelo grupo, identificado como Contraponto, não enfraquece o movimento. "O P-SOL constrói a manifestação e essa atitude é de demarcação política", disse. A presidente lembrou que, na década de 50, a entidade promoveu a campanha "O Petróleo é nosso", que resultou na criação da Petrobras. O Congresso recebeu R\$ 100 mil de patrocínio da Petrobras mas, segundo a presidente da entidade, o dinheiro não compromete a legitimidade da manifestação. "A nossa luta se iniciou há meses, com passeatas que já aconteceram em diversas capitais. A empresa nunca exigiu qualquer contrapartida política ao financiar nossas atividades e não seria diferente dessa vez. A autonomia e a independência da UNE estão garantidas", afirmou. O representante do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Rodolfo Mohr, era um dos líderes do grupo que se separou da manifestação em defesa da Petrobras. Segundo ele, o ato foi imposto pela diretoria majoritária da UNE. "A gente apóia o mote da defesa da Petrobras, mas dessa forma a passeata só serve para fortalecer o governo na CPI da Petrobras e a candidatura [à Presidência da República] da Dilma Rousseff", afirmou.

Cerca de 300 servidores públicos, estudantes, representantes de movimentos sociais e professores da rede estadual realizam ato pedindo o impeachment da governadora Yeda Crusius (PSDB), em frente à casa da mesma, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Os manifestantes carregaram uma réplica dos contêineres que servem como salas de aula em algumas escolas da rede estadual. O objetivo do ato é comparar a "escola de lata" em que muitas crianças estudam, com a mansão da governadora, suspeita de ter sido comprada com recursos ilegais da campanha eleitoral. A atividade é organizada pelo Fórum dos Servidores Públicos Estaduais (FSPE-RS), o Centro dos Professores do Estado do Rio

Grande do Sul (Cpers), ligado à CUT e à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e integra a campanha que pede o afastamento da governadora Yeda Crusius. Crusius chamou os manifestantes de “torturadores de crianças”. Seis pessoas foram detidas segundo jornais Folha de São Paulo e o Estado de São Paulo, sete segundo jornal Brasil de Fato e Agência Chasque de Notícias – e liberadas horas mais tarde –, acusados de perturbação da ordem, tentativa de invasão e constrangimento, além de desobediência e desacato por resistirem à prisão. Entre eles a presidente do Cpers Sindicato, Rejane de Oliveira. A sindicalista, que foi algemada e teve um pedaço do dente quebrado durante a ação policial, critica a postura da Brigada Militar. Rejane afirma que a ação foi truculenta e desnecessária, já que ocorreu quando os manifestantes estavam se retirando do local. A governadora bateu boca com os manifestantes em frente à sua casa. A ação de Brigada e a postura da governadora foram repudiadas pelo Cpers e pela CUT. Os protestos prosseguiram em frente ao palácio Piratini. Diversos protestos têm ocorrido no estado desde que surgiram as denúncias de desvio de dinheiro no Departamento Estadual de Trânsito (Detran) e de Caixa 2 na campanha eleitoral de Yeda.

Sábado 18

Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) denuncia que a retirada de moradores da região onde está sendo construída a Usina Hidrelétrica de Santo Antônio em Porto Velho – Rondônia (região Norte) não está sendo pacífica. “Elas começaram a ser removidas em um processo violento de expulsão, arrancando as famílias, queimando as casas, não permitindo que as famílias se organizem para reivindicar seus direitos”, afirmou Moisés da Costa Ribeiro, integrante da direção nacional do movimento. Segundo ele, algumas pessoas aceitaram ir para o assentamento, criado pelo consórcio que está construindo a usina, porque não sabiam os seus direitos e ficaram com medo de perderem tudo. Os que resistiram, de acordo com Moisés, foram retirados dos terrenos, tiveram as casas queimadas e precisaram “se virar” enquanto entram na Justiça ou negociam as indenizações. A ribeirinha Neusete Paulo Afonso reforçou as acusações do MAB. Segundo ela, as pessoas que foram retiradas dos terrenos à beira do rio foram levadas para assentamentos precários e não estão conseguindo sobreviver. De acordo com Neusete, as propostas eram feitas pelo consórcio e os moradores tinham 15 dias para dar uma resposta. “Eles é que fazem a proposta, não é a gente que dá o preço da nossa terra. Muitos ficaram com medo de perder, porque para quem não aceitava eles ameaçavam entrar na Justiça”, afirmou. Os gestores da concessionária Santo Antônio Energia negam que tenha havido qualquer tipo de violência na retirada dos moradores, muito menos a queima de casas e que todos os procedimentos foram muito negociados com as famílias ribeirinhas. Segundo o presidente da empresa, Roberto Simões, todas as famílias receberam casas construídas em terrenos de 2 mil metros quadrados, além da área para produção – em geral, plantação de mandioca – e que foram observadas todas as necessidades deles. O presidente do consórcio também explicou que o acesso à área da usina, onde estão sendo feitas as obras, teve que ser impedido por questões de segurança. “Mas no reservatório está tudo livre”, garantiu. O custo das compensações sócio-ambientais pagas pelos construtores da usina são de R\$ 900 milhões. O custo total da obra é de R\$ 13 bilhões.

Domingo 19

No último dia do 51º Congresso da UNE, novo presidente da entidade é eleito no Ginásio Nilson Nelson, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). O novo presidente da organização tem 27 anos e cursa sistema de informações na USP, depois de já ter estudado ciências da computação na Universidade Estadual Paulista (Inesp) de Rio Claro e direito nas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), sem concluir a graduação. Batalhar pela reforma universitária, reconstruir a sede da UNE no Rio de Janeiro e regulamentar a meia-entrada são as três prioridades definidas pelo novo presidente da entidade, Augusto Chagas, eleito para dois anos de gestão. A chapa dele, Avançar nas Mudanças, que também é a da presidente anterior, Lúcia Stumpf, obteve 71,84% dos 2.809 votos de delegados estudantis de todo o país. Com isso, Chagas se tornou o décimo presidente consecutivo da UNE ligado ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que também conta com o apoio de representantes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), PT, PMDB e PSB nas universidades. Sobre a aprovação no Congresso da reforma universitária, estabelecida na plenária final do congresso como principal prioridade da UNE, Augusto Chagas destacou a proibição de capital estrangeiro no sistema educacional brasileiro, além de maior autonomia dos alunos dentro das universidades particulares. A reconstrução da sede já teve um passo decisivo. Recentemente a entidade recuperou a posse do terreno onde ficava a sua primeira sede, destruída durante a ditadura militar. Quanto ao pagamento de meia-entrada em eventos culturais, a UNE pretende estabelecer um marco regulatório. Atualmente, segundo o novo presidente, não há mecanismos para saber quem tem direito ao benefício. “Fazem um grande show e dizem que, se levar um quilo de alimento, paga meia-entrada. Então, a meia-entrada vira inteira”. Ele também afirmou que é contra o projeto de lei, já aprovado no Senado, que propõe uma cota de 40% da bilheteria para o benefício. Em relação ao patrocínio público a entidades estudantis, Chagas disse ser legítimo e não considera que influencie a pauta de reivindicações. “Os movimentos estudantis sempre construíram suas pautas independentemente do patrocínio. Eu acho dever do Poder Público patrocinar as atividades estudantis”, afirmou. Os estudantes aprovam uma moção em apoio ao MST na luta pela Reforma Agrária, reafirmando a urgência das reivindicações do Movimento pelo direito dos trabalhadores à terra e pelo trabalho digno no campo, pela paz no campo com a punição aos que cometem crimes pela posse de terra. Além disso, defende-se a valorização das tecnologias ecológicas, da agroecologia, com fortalecimento das políticas de Educação Ambiental com ênfase à Extensão Universitária.

Moradores da comunidade do Morro do Chaves, em Barros Filho, bairro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), fecham, por alguns instantes, uma das pistas da Avenida Brasil para protestar contra a morte de um menino de 9 anos, morto com tiro na cabeça quando soltava pipa no terreno de uma fábrica. Os moradores alegam que o disparo teria sido feito por um PM. Conforme informações do jornal O Globo, equipes do Batalhão de Policiamento em Vias especiais (BPVE) dispersaram rapidamente a manifestação.

2º feira 20

Cerca de 4 mil pessoas, de acordo com estimativa da PM, participam de uma caminhada nas ruas do centro de São Paulo – SP (região Sudeste) para protestar contra os acidentes de

trabalho na construção civil. Depois da caminhada, os manifestantes foram à Superintendência do Ministério do Trabalho, em São Paulo, onde entregaram uma carta de reivindicações, com oito itens. Entre eles, aumentar a fiscalização e o valor das multas para empresas que infringem as regras. Pesquisas realizadas pelo próprio sindicato mostram que os gastos com segurança não chegam a 1% do valor total da obra. A manifestação foi organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Construção Civil em São Paulo. "Neste ano, nove pessoas morreram até agora na construção civil, enquanto no ano passado inteiro foram sete", afirmou Antonio de Souza Ramalho, presidente do sindicato. Segundo Ramalho, três dessas mortes foram obras públicas estaduais e municipais. Ramalho afirmou que uma das possíveis causas para o aumento das mortes no setor foi o corte de gastos com segurança.

Cerca de 3 mil agricultores realizam na capital, São Luis – Maranhão (região Nordeste) o “Grito da Terra Maranhão”. Eles reivindicam o cumprimento da pauta de reivindicações entregue na semana passada à Assembléia Legislativa. A principal reivindicação é políticas públicas de subsídio e de incentivo para a pequena agricultura. Os agricultores também exigem junto ao Incra desapropriação de terras para a Reforma Agrária, melhoria da gestão do instituto para agilizar a regularização de áreas quilombolas e melhoria na infra-estrutura dos assentamentos.

Trabalhadores são encontrados em situação análoga à escravidão e são libertados em 105 trabalhadores – 80 deles do estado da Bahia (Região Nordeste) – são libertados na cidade de São Francisco de Itabapoana – Rio de Janeiro (região Sudeste). A ação foi liderada pelo Grupo Móvel de Combate ao Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho, apoiado por agentes da Polícia Federal. Os trabalhadores foram contratados para cortar cana-de-açúcar que abastecia a Usina Paineiras S/A, no município de Itapemirim – Espírito Santo (região Sudeste), segundo documentos encontrados pelos auditores. Os empregadores – os irmãos Amaro Barros Fernandes e Jorge Fernandes Francisco – responderão a processo na Justiça do Trabalho e podem enfrentar processo criminal se for aberto inquérito pela Polícia Federal.

Donos de vans que fazem transporte alternativo realizam um protesto no Centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), em frente ao prédio do Ministério do Trabalho. O Sindicato dos Proprietários de Vans do Rio (Sinprov) entrega ao Comandante Geral da PM denúncias contra PMs que agem no setor de transporte alternativo. Segundo nota divulgada pelo jornal O Globo, os representantes das vans acusam os policiais de organizar esquemas de extorsões contra os motoristas de vans.

O Partido dos Democratas (DEM), por meio de sua advogada voluntária Roberta Kaufmann, impetra uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), demandando a suspensão liminar do sistema de cotas raciais da Universidade de Brasília (UnB) e do resultado do vestibular em 2009. A ação movida pelo DEM questiona a UnB por institucionalizar o racismo e por dar as bases de um estado racializado. Toda a argumentação desenvolvida pela advogada leva a compreensão de que o problema do racismo não existe no país - seja em função da miscigenação no país, seja pelo argumento biológico de que não existem raças - e que as políticas de ação afirmativas são problemáticas quando têm o recorte racial.

Cerca de 60 alunos de assentamentos, originários de 19 estados, que cursam o 4º semestre letivo do curso de Direito para Assentados da Reforma Agrária e Agricultores Familiares Tradicionais na cidade de Goiânia - Goiás (região Centro-Oeste), protestam com uma nota pública contra a medida executada pela Justiça Federal de Goiás, proferida no dia 15 de junho de 2009, que por meio de ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal de Goiás, movida em face do Incra e da Universidade Federal de Goiás (UFG), que determinou a extinção de tal curso. A alegação seria de que há desvio de finalidade no emprego dos recursos do Pronera, e afirmando que tal fato lesa o patrimônio social. A nota afirma que o curso teria surgido a partir da luta dos movimentos sociais de acordo com a necessidade de levar Educação Superior em diversas áreas do conhecimento, aos trabalhadores rurais, por meio de políticas públicas que visam à superação desigualdades sociais do país. Os estudantes criticam o sucateamento do Pronera, que segundo eles, desde 1998 vem sofrendo corte de verba. Segundo site do MST, o Pronera promove cursos voltados para filhos de assentados de 16 estados brasileiros: Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão, Piauí, Sergipe, Bahia (região Nordeste), São Paulo, Minas Gerais (região Sudeste), Brasília, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste), Rio Grande do Sul e Santa Catarina (região Sul).

Aproximadamente 60 alunos do curso superior de História promovido pelo Pronera, ocupam a sede da Superintendência Regional do Incra em João Pessoa – Paraíba (região Nordeste). Embora tenham tido aula no primeiro semestre, os recursos para este ano de 2009 ainda não foram liberados prejudicando o alojamento e a alimentação dos alunos no primeiro semestre. Como também não foram liberados recursos para o transporte destes alunos para seus assentamentos de origem, eles não têm onde ficar ou se alimentar. Os manifestantes exigem a recomposição do orçamento do Pronera, a regularização do pagamento dos coordenadores e professores que trabalham nos cursos nas universidades e a retomada das parcerias para novos cursos, através de convênios ou destaque orçamentário. Os manifestantes declararam que pretendem permanecer na sede da Superintendência até que a situação seja resolvida. Segundo site do MST, o Pronera promove cursos voltados para filhos de assentados de 16 estados brasileiros: Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão, Piauí, Sergipe, Bahia (região Nordeste), São Paulo, Minas Gerais (região Sudeste), Brasília, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste), Rio Grande do Sul e Santa Catarina (região Sul).

3º feira 21

O Incra reconhece e declara como terras quilombolas a Comunidade São Judas Tadeu, situada no município de Bujaram, no Pará (região Norte). A decisão foi publicada no Diário Oficial da União neste dia 21 de julho. Recentemente, representantes de comunidades quilombolas realizaram ato em defesa do Decreto 4887 de 2003, que define critérios para o processo de demarcação de terras remanescentes de quilombos. O decreto teve sua validade questionada pela uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) nº 3239, de 2004, segundo a qual já existe um artigo na Constituição que trata das terras remanescentes de quilombos.

Cerca de 200 pessoas ligadas ao MAB montam acampamento em frente ao canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Estreito, que fica que fica na BR- 010 entre Tocantins e Maranhão (regiões Norte e Nordeste). As famílias reivindicam participar das negociações com o consórcio Ceste, responsável pela obra, e da definição dos critérios das indenizações e reassentamento de todos atingidos pela barragem. Compõe o consórcio a empreiteira Camargo Corrêa, as mineradoras Alcoa e Vale e a multinacional Suez. Segundo levantamento do MAB, a usina vai atingir cerca de 5 mil famílias, em 12 municípios. No entanto, para o consórcio são apenas 2 mil pessoas atingidas, já que o consórcio pretende indenizar apenas aqueles que são proprietários de terras, não reconhecendo os que têm profissões ligadas ao rio como, os pescadores, barraqueiros e quebradeiras de côco. Além disso, segundo o MAB, as indenizações propostas pelo Ceste são inferiores às da barragem de Peixe Angelical e São Salvador, também construídas no rio Tocantins.

Um estudo divulgado pelo Ministério da Saúde e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em Brasília – Distrito Federal (região Centro-Oeste) estima que 33.504 jovens de 12 a 18 anos serão vítimas de assassinato entre 2006 e 2012. A pesquisa considerou as 267 cidades brasileiras com mais de 100 mil habitantes. O Rio de Janeiro responde pelo maior número: 3.423 (10% do total) morreriam até 2012. De todos os jovens mortos no Brasil em 2006, 45% foram vítimas de homicídio, informa o levantamento feito pelo Laboratório de Análise da Violência, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O levantamento mostra que as armas de fogo são o principal instrumento para matar: na média, os 23 municípios do Rio têm a taxa mais alta de risco de assassinato por arma de fogo: 6,2 vezes mais do que os demais meios de matar. A probabilidade de ser vítima não é a mesma para toda a população. Rapazes têm 11,91 vezes mais riscos do que moças; negros, 2,6 vezes mais do que brancos. A faixa etária com maior incidência de assassinatos vai dos 19 aos 24 anos.

Cerca de 50 ativistas se juntam, em frente à Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) – RJ (região Sudeste) para pedir o fim dos rodeios. Os manifestantes chamam atenção de quem passa pelo centro da cidade gritando em coro palavras de ordem. O ato, que durou aproximadamente 2 horas, marcou o início das atividades da Frente Abolicionista de Rodeios do Rio de Janeiro (FARO-RJ), grupo que propõe a criação de uma lei que proíba rodeios e outros espetáculos afins em todo o estado. Ao final da manifestação, representantes da FARO-RJ, do núcleo carioca da Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB-RJ) e do coletivo Odeio Rodeio, com o auxílio de veterinárias, reúnem-se com o deputado estadual André Lazaroni, do Partido verde (PV) para começar a elaborar o projeto de lei. No entanto, antes de pôr o projeto na pauta da Assembléia, a lei estadual 3.021/98 dos deputados Ary Brum e Washington Reis, que autoriza a realização de rodeios e vaquejadas no estado, precisa ser revogada. Apesar de a atividade ser legalizada e até mesmo considerada esporte, a Constituição Federal e a Lei de Crimes Ambientais coíbe qualquer atitude de abuso e maus-tratos a animais. Em algumas cidades brasileiras os rodeios já são proibidos por lei ou por decisão judicial. Para finalizar o ato os ativistas saíram em caminhada pelas ruas da cidade e se aglomeraram na porta do Tribunal de Justiça e da Procuradoria Geral do Estado, órgãos encarregados de garantir que os direitos animais, humanos e não-humanos, sejam respeitados. A manifestação conta com a presença de ativistas de todo o país e do exterior, que estão na cidade do Rio de Janeiro em ocasião do 12º Festival Vegano Internacional.

4º feira 22

Servidores da Empresa de Processamento de Dados da Previdência (Dataprev) e do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) deflagram greve no estado do Rio Grande do Sul (região Sul). Durante a manhã, os trabalhadores realizam piquete e uma assembléia em frente à Dataprev, no centro da capital Porto Alegre. Eles prosseguem paralisados pelo menos 24 horas. A greve será avaliada no dia 23 de julho para cogitar ou não seu prolongamento. Os servidores da Dataprev rejeitaram a proposta de reajuste salarial por dois anos oferecida pela Empresa. Marisa Medina, representante dos trabalhadores no sindicato da categoria (Sindppd/RS), afirma que os servidores também estão descontentes com o índice de 5,53% oferecido pela estatal na negociação para um ano. Segundo site da Agência Brasil, além do Rio Grande do Sul, trabalhadores da Dataprev de outros onze estados aderiram à greve. Entre eles, estão Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba e Piauí (região Nordeste), Paraná (região Sul) e São Paulo (região Sudeste). Os trabalhadores do Serpro, estatal ligada ao Ministério que também deflagraram greve, são contrários ao reajuste de 5,53%, que também é oferecido pela empresa.

Uma comissão do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) entrega ao Incra pauta de reivindicações em Alagoas (região Nordeste). Cerca de mil trabalhadores rurais estão em marcha em defesa da Reforma Agrária e contra a violência no campo, desde o dia 20 de julho, segundo jornal O Estado de São Paulo.

Grupo de cerca de 100 sem-terra, liderado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), ocupa uma das 25 fazendas da Agropecuária Santa Bárbara Xinguara, ligada ao grupo Opportunity, do banqueiro Daniel Dantas, em Xinguara – Pará (região Norte). Segundo o jornal O Estado de São Paulo, a Justiça Federal mandou seqüestrar no dia 17 de julho. Contando a ação de hoje, dez das 45 fazendas do grupo no Pará estão ocupadas algumas em mais de uma área e por diferentes movimentos de sem-terra, como o MST e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri).

Cerca de 280 trabalhadores que eram submetidos a trabalho similar à escravidão são libertados em Campos dos Goytacazes e São Francisco do Itabapoana – RJ (região Sudeste). Segundo nota do Ministério do Trabalho, na usina de Campos foram encontrados 200 trabalhadores sem registro em carteira. Além disso, foram constatadas más condições de saúde e segurança no campo; alojamentos sem banheiro ou instalações sanitárias; e os trabalhadores não possuíam equipamentos de proteção individual (EPI). No segundo estabelecimento fiscalizado, em São Francisco de Itabapoana, o Grupo Móvel do Ministério do Trabalho encontrou cerca de 80 pessoas em condições degradantes de trabalho. Os donos das fazendas estão sendo processados por extorsão e retenção de documentação de funcionários.

75 dos 105 trabalhadores submetidos a condições análogas a de escravos pelos irmãos Amaro e Jorge Fernandes receberão pagamento de R\$ 280 mil, conforme cálculos dos fiscais do Trabalho, no Rio de Janeiro (região Sudeste). O valor atende apenas os trabalhadores cadastrados pelos auditores durante a fiscalização.

Cerca de 1.200 famílias ligadas ao MST são despejadas da Fazenda Putumuju, em Eunápolis no estado da Bahia (região Nordeste). A área, usada pela empresa Veracel Celulose para a monocultura de eucalipto, estava ocupada a cerca de 105 dias. O Movimento denuncia que a Veracel utiliza cerca de 20 mil hectares de terras do estado para o plantio de eucalipto, enquanto cerca de 12 mil famílias estão à beira das estradas. Na área, os trabalhadores acampados havia substituído o eucalipto por roças de feijão, milho, mandioca, abóbora, melancia, quiabo, cabaça doce, maxixe, batata doce e hortaliças. No momento do despejo, apenas foi permitido aos sem-terra que colhessem 20 sacos de feijão. Cerca de 50 índios das etnias Guarani, Terena e Caingüangue mantêm cinco reféns na unidade da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Bauru – São Paulo (região Sudeste). Os manifestantes protestam contra a extinção da unidade, que tem cerca de 50 funcionários, e criação de uma outra, em Itanhém, no litoral do estado. A unidade regional será substituída por um posto. Os índios denunciam que o posto será incapaz de atender as necessidades das várias etnias da região, que tem cerca de 1,5 mil habitantes. A ocupação é pacífica, e os reféns recebem alimentação feita pelos próprios índios.

Lideranças de movimentos sociais do Xingu chegam em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) para uma reunião com o presidente Luís Inácio Lula da Silva. O objetivo do encontro é discutir sobre a construção da hidrelétrica de Belo Monte, projetada no curso do rio Xingu, no estado do Pará (região Norte). Os representantes reivindicam que seja feita uma avaliação adequada dos impactos socioambientais do projeto, que faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Além dos representantes de comunidades ameaçadas pela obra participam do encontro o bispo da Prelazia do Xingu e presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Dom Erwin Kräutler; o professor do Instituto de Energia e Eletrotécnica da Universidade de São Paulo (USP), Célio Bermann; e os procuradores da República e do Ministério Público Federal do Pará Felício Pontes e Rodrigo Costa e Silva, além de representantes da Eletrobrás e da Eletronorte. Os movimentos sociais da região do Xingu pedem que o modelo de desenvolvimento não se baseie em barragens dos rios. Eles pedem também que o presidente se comprometa em realizar uma consulta livre com os povos indígenas que serão atingidos pela construção da hidrelétrica de Belo Monte.

Moradores da comunidade do Timbau, em Piratininga, região oceânica de Niterói – Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), fazem um protesto na rua exigindo esclarecimento sobre o desaparecimento dos jovens Luís Cláudio e Luís Roberto, no dia 18 de julho. Os dois jovens estavam juntos quando foram abordados por homens à paisana e obrigados a entrar num carro, desde então estão desaparecidos. Principalmente jovens e amigos dos desaparecidos, os manifestantes percorreram as principais ruas de Piratininga, distribuindo folhetos com as fotos dos rapazes, exibindo faixas e cartazes e gritando por justiça. Eles foram acompanhados todo o tempo por viaturas da PM. A região oceânica de Niterói reúne bairros de população predominantemente de alta renda, de classe média ou média alta, mas possui pequenas favelas e comunidades pobres, como a do Timbau. Segundo informações do CMI, a região tem sido alvo da atuação de grupos de paramilitares (milícias, grupos de extermínio).

O Ministério do Trabalho e Emprego divulga em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) sua “lista suja” de empregadores que exploram trabalhadores em condições análogas à escravidão, atualizada no dia 21 de julho. Os fazendeiros Antenor Duarte do Valle, José Carlos de Souza Barbeiro e Roberto Demário Caldas, proprietários de fazendas de gado no estado de Rondônia (região Norte), aparecem na “lista suja”. Neste novo cadastro, 13 foram incluídos e 34 nomes foram retirados. O cadastro tem 174 empregadores entre pessoas físicas e jurídicas. O estado com o maior número de ocorrências é o Pará (região Norte), com 44 casos, seguido do Maranhão (região Nordeste) (29), Tocantins (região Norte) (20), de Goiás (19) e Mato Grosso do Sul (18) (região Centro-oeste), da Bahia (região Nordeste) (13) e de Mato Grosso (12) (região Centro-oeste). Também há registros no Amazonas e no Paraná e Santa Catarina (região Sul), Espírito Santo e Minas Gerais (região Sudeste) e Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí (região Nordeste). O assessor da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho, Marcelo Campos, explica que quem entra na lista perde vários direitos, como financiamento público. A sociedade civil, os consumidores e as grandes empresas têm utilizado o cadastro como referência nas suas ações comerciais. O cadastro é atualizado semestralmente e são incluídos na lista os nomes dos empregadores sobre os quais não cabe mais recurso judicial em relação à infração de trabalho análogo ao escravo. São mantidos no cadastro aqueles que não quitam as multas de infração, casos de reincidência, entre outros. Para que empregador tenha o seu nome excluído do cadastro, é necessário que por 2 anos, contando a partir da inclusão do nome na lista, ele tenha corrigido irregularidades identificadas durante inspeção.

5º feira 23

Após mobilização do MST, juntamente com outros movimentos e a partir de um recurso movido pelo Incra, o ministro substituto Marcos Bemquerer Costa aceita reexaminar a legalidade dos convênios do Pronera. Com isso, estão suspensos os efeitos da decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que proibia, desde janeiro, a realização de convênios pelo Incra junto a instituições de ensino para a execução do Programa. Assim, o Incra pode retomar 20 novos convênios que já estão acertados, mas não haviam sido legitimados devido à proibição. A decisão permite que sejam abertas cerca de mil vagas em oito estados: Rio Grande do Sul (região Sul), Rio de Janeiro, São Paulo (região Sudeste), Bahia, Alagoas, Pernambuco, Piauí e Ceará (região Nordeste). Somente na Bahia, serão criados cinco novos cursos para a população de Reforma Agrária. O TCU ainda deve julgar o mérito do caso, mas a permissão para realização de convênios pelo Pronera indica o entendimento a favor da legalidade das ações do programa. Para representantes da Procuradoria Federal Especializada do Incra o programa não se trata apenas de uma prestação de serviços, uma vez que a metodologia dos convênios é diferenciada e o regime de alternância garante benefícios às duas partes envolvidas, tanto aos cadastrados no Incra, incluídos no programa, quanto à própria instituição de ensino.

Funcionários dos Correios realizam uma passeata pelo Centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), contra o Projeto de Lei 3.677, de 2008, que prevê uma revisão no regime de monopólio da União no serviço postal. O projeto, do deputado Regis de Oliveira do Partido Social Cristão (PSC-SP), tramita na Câmara dos Deputados. Segundo os empregados dos Correios, o projeto de lei quebrará o monopólio da empresa estatal. Já o

deputado informou que o projeto propõe apenas a atuação de empresas privadas em serviços não prestados pelos Correios e a regulamentação de alguns serviços de entrega já realizados, como aqueles feitos por motoboys. Ana Zélia Almeida, secretária-geral do Sindicato dos Trabalhadores da Empresa de Correios e Telégrafos no Rio, disse que a proposta representará uma privatização do serviço postal no Brasil e que isso prejudicará a entrega de correspondência em locais remotos do país. Já o autor do projeto, deputado Regis de Oliveira, diz que os funcionários dos Correios não entenderam o teor do texto. Segundo ele, a idéia não é substituir a empresa estatal, mas apenas definir aquilo que é função dos Correios e aquilo que não é, e que, portanto, pode ser executado por empresas privadas.

Servidores da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social, Dataprev e Serpro, decidem voltar ao trabalho segundo site da Agência Brasil. Os servidores do Rio Grande do Sul (Região Sul) estavam paralisados desde o dia 22 de julho. Os trabalhadores afirmam que irão se manter em assembléia permanente para acompanhar as demais mesas de negociação com a Dataprev e decidirem possíveis outros protestos. Eles querem um reajuste salarial maior do que 5,53 % oferecido pela estatal.

Cerca de 300 manifestantes, entre empresários e usuários de ônibus fretados, fazem protesto e fecham a Avenida Paulista, em São Paulo – SP (região Sudeste). De acordo com o jornal O Estado de São Paulo, o grupo reivindica a suspensão da portaria publicada no Diário Oficial que restringe a circulação dos fretados na cidade e proíbe em algumas avenidas, como a Paulista.

Trabalhadores petroquímicos realizam uma manifestação fincando cruces no canteiro central da rodovia BR-386, em Canoas – Rio Grande do Sul (região Sul). O objetivo do ato é protestar contra as mais de 400 demissões que já foram realizadas pela Braskem desde a incorporação da Copesul e Ipiranga Petroquímica, em 2007. Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Petroquímicas de Triunfo/RS (Sindipolo), Carlos Eitor Machado Rodrigues, a manifestação tem o objetivo de chamar a atenção da sociedade para as demissões sistemáticas promovidas pela Braskem no Pólo e pressionar o governo federal a agir para que não sejam feitas mais demissões. “Essa empresa foi altamente beneficiada pelo governo, via Petrobras, ficando com 75% da petroquímica brasileira. Por isso o governo também deve ser responsabilizado pelas demissões que vêm ocorrendo”, diz o sindicalista.

A Vulcabras, maior produtora de calçados do país, anuncia a demissão de 600 funcionários de sua unidade de Paraobé – Rio Grande do Sul (região Sul), segundo a Folha de São Paulo. O anúncio é feito no mesmo dia em que a indústria calçadista divulga queda de 26,5% nas exportações do primeiro semestre e uma semana após a empresa bater o recorde de 1 milhão de pares vendidos na Francal, maior feira do setor no país.

Cerca de 2 milhões de trabalhadores participaram das 411 greves realizadas em 2008, o maior índice de paralisações dos últimos quatro anos, quando o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) voltou a publicar o Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG). Além do recorde em paralisações, 2008 também foi um ano em que as greves ocorreram mais em empresas privadas do que em públicas:

54,5%, representando 224 greves. Uma das explicações para o crescimento no número de manifestações trabalhistas foi o forte crescimento econômico observado nos três primeiros trimestres de 2008, proporcionando aos trabalhadores um contexto favorável para reivindicar melhores condições de trabalho e de remuneração. No balanço, o Dieese classifica as paralisações em dois tipos: as propositivas, que propõem novas conquistas ou a ampliação das já asseguradas - que representaram 69% do total no ano - e as defensivas, que se colocam contra o descumprimento de direitos estabelecidos em acordos ou na legislação, além de pleitear a manutenção ou a renovação de condições de trabalho vigente. As principais reivindicações de 2008 foram reajuste salarial, plano de cargos e salários e carreiras, condições de trabalho, contratações, descumprimento de acordo e piso salarial. O Dieese acompanhou o final de 193 paralisações e, a partir disso, analisou o resultado das greves: 73% dos movimentos tiveram êxito em suas reivindicações. Em empresas privadas, 80% das greves tiveram bons resultados.

6º feira 24

Missa e passeata homenageias os 16 anos da chacina da Candelária, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A cerimônia foi uma iniciativa da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e aconteceu na Igreja da Candelária. Após a missa, os participantes saíram em passeata em direção à Cinelândia. Os manifestantes ocuparam duas faixas da Avenida Rio Branco, provocando retenções no trânsito, com reflexos na Avenida Presidente Vargas. Uma faixa com um desenho de um policial militar executando o aluno de uma escola pública foi retirada de um carro de som por PMs. Houve discussão entre policiais e manifestantes, que seguiram com a faixa nas mãos. A chacina da Candelária ocorreu na madrugada do dia 23 de julho de 1993 quando PMs assassinaram 8 jovens que viviam nas ruas. O motivo do massacre nunca foi esclarecido.

A Juventude pelo Meio Ambiente contra Retrocessos da Política Ambiental lança manifesto durante fala do Ministro Carlos Minc no VI Fórum Brasileiro de Educação Ambiental realizado, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Resultado de intenso debate de idéias e construção coletiva, o manifesto foi construído pela Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade (REJUMA) e Coletivo Jovem Pelo Meio Ambiente (CJ) e contou com a colaboração dos presentes da área de conexão. Entre as reivindicações estão: políticas públicas que promovam e estimulem as mudanças nos padrões de produção e consumo nos diferentes setores, como energia, transporte, florestas, saneamento, produção agrícola; participação das juventudes no enfrentamento da crise ambiental planetária; que a educação ambiental seja garantida de forma transversal e que seus recursos não sejam apenas oriundos de projetos de compensação, e sim assegurados pelo Estado; que sejam efetivados instrumentos de combate ao desmatamento, exploração mineral predatória e aos grandes projetos ditos de desenvolvimento que vão contra a demarcação de terras das comunidades tradicionais e subjuga a cultura local; dentre outros.

Cerca de 130 mergulhadores de águas profundas (de 50 a 300 metros) que prestam serviços à Petrobras entram em greve por tempo indeterminado. Esses profissionais estavam trabalhando no acoplamento de dutos de gás para o Campo de Mexilhão e na instalação de válvulas próximo ao Campo de Merluza, ambos na Bacia de Santos no litoral que se

estende do Rio de Janeiro (região Sudeste) ao estado de Santa Catarina (região Sul). A Petrobras informa que "não foi afetada em nenhuma atividade da área" e que "a pauta de reivindicação dos mergulhadores diz respeito às empresas empregadoras, Fulgro e Acergy". A principal reivindicação dos mergulhadores é o reajuste na Indenização por Desgaste Orgânico (IDO) de R\$ 26 para R\$ 40 por hora. Eles também reivindicam reajuste de 23% na diária de embarque, que passaria a R\$ 150. A Fulgro e a Acergy, conforme o vice-presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Atividades Subaquáticas e Afins (Sintasa), Mário César da Silva, ofereceram R\$ 32 por hora retroativo a 1º de julho e R\$ 35 por hora a partir de setembro. As contrapropostas, porém, foram negadas. Os mergulhadores também querem a homologação do pagamento mensal do salário integral para todos os mergulhadores, tanto para os profissionais que estão em casa ou para quem está mergulhando. Segundo ele, a Fulgro e a Acergy já cumprem com essa medida, mas temem que ela possa ser descumprida. Neste caso, os mergulhadores não embarcados poderiam receber só o piso salarial

Domingo 26

Cerca de 150 manifestantes, vestidos de preto, com máscaras no rosto e cruces nas mãos, ocupam parte da areia da praia de Copacabana, zona sul da cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), para protestar mais uma vez contra as mortes violentas. Ao lado do placar com os números de apoio à Cidade para sediar as Olimpíadas de 2016, o “Placar da Violência”, um banner com os números de mortos e desaparecidos registrados no estado baseados em dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) desde janeiro de 2007. A Secretaria municipal de Ordem Pública (Seop) informou em nota ao jornal O Globo, que não permite a exposição de cartazes em locais públicos que não sejam de publicidade e que compete à Comlurb recolher todos os materiais que não possuem autorização da prefeitura de serem expostos. A posição do movimento Rio de Paz, organizador do Placar é de manter o banner, nem que seja segurado por voluntários. Desde Janeiro de 2007, mais de 17 mil pessoas morreram por atos violentos, 14.087 por homicídio doloso, 72 policiais mortos em combate e 2.814 pessoas mortas em confronto com a polícia. O diretor executivo do Rio de Paz, Antônio Carlos Costa, afirmou que o placar será apresentado mensalmente naquele ponto da Praia para informar a população e encorajar maior participação social na luta contra a violência. Familiares e amigos do advogado Bolívar Souza da Silva, de 45 anos, e do menino William Moreira da Silva, de 11 anos, mortos por arma de fogo no último final de semana no Rio, participam da manifestação.

O Serviço Paz e Justiça – Brasil (SERPAJ-Brasil) reúne cerca de 100 pessoas de várias organizações em São Paulo – SP (região Sudeste) em manifestação em solidariedade ao povo de Honduras, que vive desde o dia 28 de junho com o Golpe de Estado e a repressão. Os manifestantes exigem respeito aos Direitos Humanos e a libertação da senhora Aung Sun Suu Kyi, militante não-violenta e ganhadora do Prêmio Nobel da Paz de 1991, que se encontra prisioneira da ditadura militar que domina seu país, Mianmar (antiga Birmânia), desde 1962.

Cerca de 80 famílias do MST ocupam a fazenda Pôr do Sol, pertencente ao juiz de direito Marcelo Testa Baldochi, no município de Bom Jardim – Maranhão (região Nordeste).

Baldochi é membro do Judiciário do estado do Maranhão pela Cidade de Pastos Bom. A fazenda integra desde o início de 2009 a “lista suja” dos empregadores que utilizam trabalhadores em condições análogas á de escravos. A fazenda Pôr do Sol, recebeu a visita do grupo móvel do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em setembro de 2007 e encontrou 25 pessoas - um deles adolescente, com apenas 15 anos, que nunca frequentara a escola - em condições análogas à escravidão. À época do flagrante, o juiz atuava como titular da 2ª Vara Criminal de Imperatriz, também no Maranhão. O flagrante de trabalho escravo na fazenda de Baldochi gerou uma sindicância no Tribunal de Justiça (TJ-MA) e uma denúncia ajuizada em março deste ano de 2009 pelo Ministério Público do Estado (MPE), que acusa o juiz de submeter o ser humano a condições degradantes. Os trabalhadores que ocupam a área são do município de Alto Alegre Pindaré, uma das mais pobres cidades do estado e que possui um dos maiores índices de aliciamento de mão-de-obra escrava. A área ocupada pelo MST é grilada e possui mais de mil hectares.

2º feira 27

Cerca de 400 usuários de ônibus fretados paralisam importantes avenidas de São Paulo – SP (região Sudeste) para protestar contra a medida da prefeitura de proibir a livre circulação dos fretados na cidade. Os manifestantes reclamam que a comunidade não foi consultada sobre a mudança. A prefeitura se defende alegando ter tomado essa medida para melhorar o trânsito de São Paulo. A PM teve que intervir para desobstruir avenidas interditadas pelos manifestantes.

O Sindicato dos Sapateiros de Parobé – Rio Grande do Sul (região Sul) se reúne durante a tarde em frente à Vulcabras/Azaléia para protestar contra as 600 demissões anunciadas pela empresa calçadista na última semana. De acordo com o presidente do sindicato, João Pires, a empresa recusa-se em negociar. O sindicalista afirma que a Azaléia já demitiu mais de 3 mil funcionários desde a sua incorporação pela Vulcabrás em 2007.

3º feira 28

Cerca de 400 comerciantes e moradores fazem protesto no centro de São Paulo – SP (região Sudeste). De acordo com os jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo, os manifestantes reivindicam mais ações de combate ao tráfico de drogas e de usuários de crack na região chamada “Cracolândia”.

Indígenas são atacados como invasores de terras em audiência pública realizada na Câmara dos Vereadores de Guajará Mirim – Rondônia (região Norte). Seringueiros, políticos do município e seringalistas afirmam que os indígenas da terra Rio Negro Ocaia querem invadir e tomar as terras dos seringueiros da reserva extrativista (Resex). A audiência foi realizada a pedido dos seringueiros quando souberam de um Grupo de Trabalho da Funai que estuda a revisão dos limites da terra Rio Negro Ocaia. A revisão dos limites é uma reivindicação antiga dos povos indígenas que, todos os anos, elaboram documentos reivindicando novos estudos para que tenham suas terras tradicionais de volta. Porém, com a revisão desta demarcação, a terra indígena pegará parte da reserva extrativista. Os

seringueiros já chegaram a impedir o trabalho da Funai, quando foram fazer levantamento fundiário da área. Durante a audiência, os poucos indígenas presentes (a maioria não foi avisada sobre a audiência, ou ficou sabendo em cima da hora) foram obrigados a escutar insultos. Muitos representantes dos seringueiros e seringalistas chegaram a dizer que os indígenas daquela área não precisam de terra, que todo esse desejo pela área em questão faz parte de uma ganância que é alimentada por Organizações Não Governamentais (Ongs) presentes na cidade e pela Funai.

Trabalhadores e professores da rede estadual do ensino público de Alagoas (região Nordeste) iniciam greve de advertência de 15 dias, por um reajuste salarial de 15%, a contratação imediata dos concursados de 2005 e melhores condições de trabalho. Após assembleia que decidiu pela greve, os servidores saíram em caminhada pelas ruas do centro da capital, Maceió. A pauta de reivindicações seria entregue neste dia 28 ao governador Teotônio Vilela Filho (PSDB), mas as lideranças dos servidores não foram recebidas no Palácio República dos Palmares, sede do governo do estado. O governo do estado alega que o reajuste reivindicado comprometeria a Lei de Responsabilidade Fiscal e argumenta que os professores de Alagoas já ganham o “4º melhor salário” do País.

Cerca de 100 integrantes da União Nacional por Moradia Popular (UNMP) ocupam um prédio no centro de Curitiba – Paraná (região Sul). A ocupação integra um calendário nacional do UNMP. Até o final de 2008, funcionava no prédio o shopping Station Mall. A construção pertence à Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA), que, há 10 anos, alugava o imóvel para terceiros. No final de 1999, o contrato com a RFFSA foi cancelado e o imóvel repassado à União. De acordo com a assessora jurídica da UNMP, Carolina Alves, as reivindicações incluem a suspensão do leilão dos imóveis da RFFSA e que os prédios ociosos do INSS sejam destinados para programas de habitação populares.

Moradores do Jardim Weissópolis, em Pinhais interdita a Rua Rio Paraná (próxima à divisa com Curitiba – Paraná (região Sul). Utilizando pneus queimados como forma de protesto contra as enchentes que voltam a assolar o município, eles argumentam que os alagamentos surgem todos os anos e, mesmo assim, o poder público nada faz para dragar ou canalizar os rios que cortam a cidade. Com as fortes chuvas que atingem Curitiba e Região Metropolitana, vários bairros em Pinhais estão alagados. Algumas das áreas mais atingidas no estado são: Jardim Weissópolis, Jardim Renato Bonilau, Alto Tarumã e Vargem Grande. A secretária de obras públicas de Pinhais, Leila Gissi Rocha, afirma que a prefeitura está fazendo um trabalho emergencial, contabilizando e atendendo as famílias afetadas.

4º feira 29

Cerca de 60 sem-terra ocupam uma nova área da fazenda Cedro, propriedade da Agropecuária Santa Bárbara Xinguara, em Marabá – Pará (região Norte), ligada ao banqueiro Daniel Dantas, do Grupo Opportunity. Uma parte da fazenda já havia sido ocupada no dia 15 de julho. De acordo com a assessoria da empresa, o grupo não é ligado ao MST ou à Fetraf. A Agropecuária Santa Bárbara informou que ontem mesmo acionou a

Delegacia Especial de Crimes Agrários (Deca), de Marabá, e encaminhou ofício à Secretária de Segurança Pública do Pará. Segundo o jornal O Estado de São Paulo, das 13 fazendas ligadas a Dantas ocupadas atualmente pelos sem-terra, em pelo menos 5 casos a Agropecuária Santa Bárbara já conseguiu na Justiça a reintegração de posse, mas os pedidos ainda não foram cumpridos.

O integrante do MAB, Odilon Bernardo da Silva Filho, é assassinado em Aroeiras - Paraíba (região Nordeste). O trabalhador rural lutava junto com mais 470 famílias atingidas pela barragem de Acauã, construída há 6 anos. Anteriormente, a região de Aroeiras era habitada por mais de 800 famílias que viviam da agricultura. A instalação da barragem deslocou as famílias rurais para as cidades. De acordo com o irmão de Odilon, Osvaldo da Silva, “o Estado não devolveu o que a gente tinha antes, e agora a Paraíba vive isso: ameaças de morte. Disseram que se o acampamento continuar vão dizimar as lideranças do MAB na Paraíba”. Ainda segundo Osvaldo, “A indenização que foi feita foi vergonhosa. Teve quem recebesse R\$ 500, outras receberam R\$ 1 mil. Para mim, deveria ter sido feito o reassentamento do povo, mas fizeram uma favela rural.” Segundo informações do Jornal Brasil de Fato, o clima de tensão continua na Paraíba com as lideranças do MAB sofrendo constantes ameaças de morte. Ainda não se tem informações sobre quem teria cometido o crime. A Barragem de Acauã foi concluída em 2002, ocupa uma área de 1.725 hectares e causou o deslocamento de 4,5 mil pessoas (cerca de 800 famílias) que tiravam seu sustento do rio. Os povoados foram completamente inundados. O Ministério Público Federal na Paraíba pede, por liminar, que a Justiça Federal mande o estado pagar uma remuneração mensal de um salário mínimo às famílias atingidas pela barragem, até que seja constatado que estejam construídas estruturas de produção que assegurem trabalho e renda à comunidade. Para o MPF, a remoção das comunidades desestruturou a economia das famílias, que ficaram sem uma atividade produtiva, além de terem sido encaminhadas para conjuntos habitacionais sem serviços e atividades essenciais.

5º feira 30

Militantes do PSOL realizam ato para coletar assinaturas para um abaixo-assinado que pede a saída do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), na Avenida Paulista, em São Paulo – SP (região Sudeste). Segundo o jornal Folha de São Paulo, Sarney é acusado de responsabilidade pela contratação de aliados e parentes por meio de atos secretos e de desvio de dinheiro destinado pela Petrobras à Fundação José Sarney e distribuído para empresas fantasmas e da família dele.

O grupo de direitos homoafetivos Elos ligado ao LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis) do Distrito Federal (região Centro-oeste), protocola um abaixo-assinado pela cassação da psicóloga Rosângela Alves Justino, que foi punida pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) por oferecer terapia para “curar” o homossexualismo masculino e feminino. Rosângela é acusada de tratar a homossexualidade como doença, o que contraria uma resolução publicada há 10 anos pelo Conselho, que proíbe e condena a indicação de qualquer tipo de “tratamento” ou “cura” para gays. O grupo Elos afirma que a psicóloga pretendia inibir e não curar os homossexuais.

Funcionários do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), de Canoas – Rio Grande do Sul (região Sul) promovem paralisação em protesto contra o atraso no pagamento de salários. De acordo com a assessoria de comunicação da prefeitura do município, 70% dos trabalhadores cruzaram os braços. O pagamento de salários é de responsabilidade da Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos de Passo Fundo, a Cooperpasso. O dinheiro é repassado pela prefeitura até 30 dias depois que a Cooperpasso entrega a nota de prestação de serviços. Segundo a assessoria, os repasses à cooperativa estão em dia.

6º feira 31

Cerca de 400 manifestantes usuários de ônibus fretados realizam protesto contra as restrições impostas pela Prefeitura, bloqueando a Avenida Ricardo Jafet, na zona sul de São Paulo – SP (região Sudeste). A PM é acionada e usa spray de gás pimenta para liberar a via. Duas pessoas foram detidas e encaminhadas para o 16º DP.

O Conselho Federal de Psicologia condena e censura a psicóloga Rozângela Alves Justino por oferecer terapia como “cura” para homossexuais. Na prática, significa que ela pode atuar na área, mas terá que reavaliar sua conduta e não oferecer mais esse tipo de tratamento nem declarar em público que existe a possibilidade de cura ou reversão de homossexuais. Resolução da própria entidade, publicada há dez anos, proíbe psicólogos de tratarem a homossexualidade como transtorno ou doença. Justino afirma que vai ignorar a decisão do conselho e continuará a oferecer o tratamento. Seu advogado, Paulo Fernando Melo da Costa, vai recorrer à Justiça Federal.

A Coordenação Nacional do MAB divulga nota denunciando as sucessivas ameaças de morte que as lideranças do movimento vêm sofrendo no último período em Tucuruí, estado do Pará (região Norte). Segundo o MAB, essas ameaças têm vindo de setores ligados aos grandes interesses econômicos da região, principalmente os da grilagem de terras, do agronegócio, da indústria do carvão e da indústria madeireira, que em sua maioria, desenvolvem atividades ilegais, causando a destruição da Amazônia. Eles estariam intensificando sua atuação a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, ainda na década de 80, que até hoje tem negado os passivos decorrentes da sua instalação. As ameaças de morte que as lideranças estão sofrendo estão registradas na delegacia de polícia de Tucuruí. As lideranças ameaçadas são: Roquevan Alves Silva e Dilma Ferreira da Silva, e de forma indireta, outras lideranças também tem sofrido constantes ameaças.

A Procuradoria-Geral da República se posiciona de forma contrária ao pedido de inconstitucionalidade contra a política de cotas da UNB. O pedido foi encaminhado pelo DEM sob a alegação de que as cotas violam a Constituição Federal e ainda estimulariam o racismo. Agora a medida será avaliada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Caso o STF acate o pedido de inconstitucionalidade, outras 35 universidades no país serão afetadas. Somente na UnB, mais de 3 mil estudantes são beneficiados pelas cotas.

A Juíza responsável pelo processo de reintegração de posse da ocupação Raízes da Praia, em Fortaleza – Ceará (região Nordeste), de autoria do Grupo Otoch não concede a liminar

inaudita (sem ouvir a outra parte) de pronto e convoca uma audiência de justificação de posse. No dia 3 de Julho, cerca de 75 famílias organizadas no Movimento dos Conselhos Populares (MCP) ocuparam um terreno baldio, abandonado há mais de 25 anos, na Praia do Futuro, que ganhou o nome de Raízes da Praia. A ocupação denuncia que há anos os moradores dessa região vêm sendo gradativamente deslocados para os lugares mais distantes da cidade, tendo em vista o interesse de investimentos imobiliários nessa região.

Glossário de Siglas

CMI	Centro de Mídia Independente
CTB	Central Sindical dos Trabalhadores do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DEM	Partido Democrata
Funai	Fundação Nacional do Índio
FUP	Federação Única dos Petroleiros
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
ONG	Organização Não Governamental
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
Pronera	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSB	Ordem dos Advogados do Brasil
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
P-SOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
STF	Supremo Tribunal Federal
UNB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
USP	Universidade de São Paulo

Realizada pelo Comitê de Acompanhamento e Análise da Conjuntura do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL/CLACSO).

Levantamento e sistematização feitos pela equipe: Coordenação: Prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ). Pesquisadores Assistentes: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ), Jacqueline Aline Botelho Lima (UFRJ/UERJ). Assistentes de pesquisa: Anísio Borba (LPP/UERJ), Luiza Leite (LPP/UERJ), Luis Américo Araújo Vargas (UFRJ), Mariana

Santos (LPP/UERJ), Reginaldo Costa (UFRJ), Taisa Falcão (LPP/UERJ), Vera Lúcia R. de Oliveira (LPP/UERJ).

Fontes: Jornal Folha de São Paulo, Jornal O Globo, Jornal O Estado de São Paulo, Jornal Brasil de Fato, Agência Chasque de Notícias, Agência Brasil, MST na Imprensa, Jornal do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA.



OSAL

Observatorio Social de América Latina
Publicación electrónica

Cronología del Conflicto Social

R

A

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales



CLACSO

Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais

Documento de trabajo N° 228

*Realizado por
el Comité de Seguimiento
del Conflicto Social y la Coyuntura
Latinoamericana de R*



Integrantes Juan

Diarios E

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.

La responsabilidad por las opiniones expresadas en los artículos, estudios y otras colaboraciones incumbe exclusivamente a los autores firmantes, y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina (OSAL)** constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinado a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado constituye uno de los resultados de este trabajo de documentación y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un documento de trabajo en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social llevadas a cabo durante el mes indicado en uno de los 19 países relevados.

La cronología presentada ha sido elaborada por alguno de los diversos **Comités de Seguimiento del Conflicto Social** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación de un equipo de investigación que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

Comités de Seguimiento del Conflicto y la Coyuntura Latinoamericana

PAIS	INSTITUCION	RESPONSABLES
Guatemala	FLACSO	Simona Yagenova Mario Castañeda
Colombia	Escuela Nacional Sindical	Guillermo Correa Diana Cárdenas
Paraguay	Centro de Documentación de Estudios	Quintín Riquelme
Ecuador	CIUDAD	Mario Unda Hugo González
Bolivia	CIDES – UMSA	Dunia Mokrani Chávez Pilar Uriona Crespo
Chile	ARCIS	Juan Carlos Gómez Leyton
Perú	Instituto de Estudios Peruanos	Ramón Pajuelo
Brasil	LPP	Roberto Leher
Argentina y Uruguay	PIMSA (Argentina)	María Celia Cotarelo
México	UNAM	Massimo Modonesi Lucio Oliver
Panamá, El Salvador, Nicaragua Honduras y Costa Rica	CELA (Panamá)	Marco A. Gandásegui, h.
República Dominicana y Puerto Rico	Centro Juan Montalvo (Rep. Dominicana)	Mario Serrano Juan Luis Corporán
Venezuela	PROVEA	Marino Alvarado Marco Antonio Ponce
Costa Rica	IIS	Sindy Mora Solano

BRASIL

Cronologia do Conflito Social

Agosto 2009

Sábado 01

Cerca de 100 famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que ocupavam desde 26 de julho a fazenda Pôr do Sol, são despejadas violentamente. A propriedade, localizada na cidade de Bom Jardim, estado do Maranhão (região Nordeste), pertence ao juiz Marcelo Testa Baldochi, que desde o início do ano de 2009 integra a lista dos empregadores que exploram trabalhadores em condições análogas à de escravo. Segundo site do MST, um grupo de Policiais Militares (PMs) fortemente armados chega atirando no acampamento, amedrontando os trabalhadores. Uma criança fraturou a perna e dez trabalhadores estão desaparecidos segundo o Movimento. As famílias despejadas estão agora no assentamento Terra Livre, localizado ao lado da fazenda Pôr do Sol.

Aproximadamente 70 educadores do MST se reúnem na comunidade de Quietão, no assentamento 25 de Maio, na cidade de Madalena - estado do Ceará (região Nordeste), para a realização do I Encontro de Educadores e Educadoras das Escolas do Campo do MST. O encontro tem como objetivo aprofundar a discussão sobre a implementação de 11 novas escolas do campo conquistadas pelo movimento, o projeto político pedagógico, a situação da educação nos assentamentos e acampamentos do Ceará.

Moradores da favela Chica Luiza queimam dois ônibus em protesto contra a morte do mecânico José Walter Ferreira da Silva. Silva foi morto no dia 31 de julho, em suposta troca de tiros com PMs, na zona norte de São Paulo – SP (região Sudeste). Conforme os jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo, os manifestantes declaram que o morador foi morto pela polícia sem poder reagir. A PM afirma que Silva, durante uma abordagem, não respeitou uma voz de prisão e atirou primeiro nos policiais, que revidaram. Por meio de nota, a PM diz que abre sindicância e inquérito policial militar para apurar o fato.

2º feira 03

Cerca de 200 pessoas participam de um ato pelo fim da exclusividade da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) nos serviços de postagem de encomendas expressas, em frente à sede do Tribunal Regional Federal, em São Paulo – SP (região Sudeste). A manifestação foi organizada pela Associação Nacional dos Entregadores de Pequenas Encomendas e Impressos (Anepei) para chamar a atenção para a retomada do julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), da ação que pede o fim do monopólio dos Correios nesse setor. Hoje o STF decide pela exclusividade ou não dos Correios. O recurso foi ajuizado pela Associação Brasileira de Empresas de Distribuição (Abraed) para contestar a constitucionalidade da Lei 6.538/78. A entidade quer restringir o monopólio postal da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos à entrega de cartas. Segundo a

presidente da Anepe, Rita de Cássia Bernardo, o setor tem 15 mil empresas em todo o país, que empregam cerca de 1,5 milhão de trabalhadores. Alguns ministros já posicionaram a respeito e, por enquanto, a votação está dividida. Os ministros Gilmar Mendes e Carlos Ayres Britto votaram pela manutenção parcial dos serviços sob exclusividade estatal. Já o relator do processo, ministro Marco Aurélio, manifestou-se favorável à privatização do serviço postal. A ministra Ellen Gracie considerou que o serviço postal deve permanecer exclusivamente com a União. Essa mesma posição foi adotada pelos ministros Eros Grau, Joaquim Barbosa e Cezar Peluso. No final da sessão, o STF decide que não há monopólio dos Correios e que as empresas de encomendas poderão continuar seus serviços de entregas de encomendas. A exclusividade dos Correios permanece a mesma, a entrega de cartas.

O trabalhador rural Odilon Bernardo da Silva Filho é assassinado em uma emboscada na cidade de Aroeiras no estado da Paraíba (região Nordeste). Segundo informações da Agência Chasque de Notícias, ele foi morto com tiros pelas costas próximo a sua residência em Pedro Velho, um dos três reassentamentos onde estão alojadas 470 famílias atingidas pela construção da barragem de Acauã. Integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) da região já vinham denunciando as ameaças de morte. Na semana passada, um rapaz que passava de moto próximo a um dos reassentamentos foi atingido com um tiro pelas costas. Lideranças do MAB acreditam que a tentativa de assassinato e a morte tenham relação com as ameaças. Em nota, o movimento também já alertou para o aumento de ameaças de morte contra lideranças em Tucuruí, no Pará (região Norte).

A população do distrito de Extrema, localizado na divisa entre Rondônia e Acre (região Norte), e o povo indígena Kaxarari realizam manifestação e fecham com pneus e toras de madeira a rodovia BR-364 nos dois sentidos, isolando o estado do Acre. Segundo informações do Centro de Mídia Independente (CMI), com cerca de mil participantes, a manifestação reivindica a emancipação da região que é conhecida como Ponta do Abunã, que engloba os distritos de Extrema, Nova Califórnia e Fortaleza do Abunã. Atualmente esses distritos estão sob a tutela da prefeitura de Porto Velho, capital de Rondônia (região Norte).

3º feira 04

Um grupo de manifestantes, de aproximadamente 50 pessoas, segundo o jornal Folha de São Paulo, é retirado das galerias do plenário do Senado enquanto faziam um protesto para pedir a saída do presidente da Casa, José Sarney, do cargo em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). O grupo, formado por trabalhadores ligados ao Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos – São Paulo, à Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), além de ex-funcionários da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), utilizaram máscaras cirúrgicas com escrituras para reivindicar a saída de Sarney. Os seguranças da Casa reprimiram a ação com truculência e retiraram as pessoas do plenário. O regimento do Senado Federal proíbe manifestações das pessoas que acompanham a sessão nas galerias do plenário. Os seguranças negam agressões contra os manifestantes.

Servidores, estudantes e movimentos sociais iniciam nova fase da campanha Fora Yeda Crusius do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Na capital Porto Alegre – Rio

Grande do Sul (região Sul), foram colados cartazes com a foto da governadora e a frase "A fúria contra o povo não pode continuar". Ao todo, foram distribuídos 3 mil cartazes em toda a cidade.

Cerca de 100 famílias de trabalhadores rurais do MST reocupam a fazenda Pôr do Sol, propriedade do juiz Marcelo Baldochi, localizada no município de Bom Jardim, estado do Maranhão (região Nordeste). As famílias retornam depois do despejo corrido no dia 1 de agosto.

Mais de 500 trabalhadores do MST iniciam marcha no Pará (região Norte), caminhando de Irituia até a capital Belém pela rodovia Belém – Brasília. A marcha conta com camponeses vindos de todos os acampamentos e assentamentos do MST do estado do Pará e faz parte da Jornada Nacional Unificada de Lutas dos trabalhadores do campo e da cidade contra a crise e as demissões, por emprego e melhores salários, pela manutenção e ampliação de direitos, pela redução das taxas de juros, na luta pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários, pela Reforma Agrária e urbana e em defesa dos investimentos em políticas sociais como parte de diversas mobilizações em todo país. Além disso, o MST do Pará tem como objetivo celebrar os 25 anos do Movimento e preparar o aniversário de 20 anos no estado, denunciando o modelo de desenvolvimento imposto na Amazônia, retomando a pauta de negociação com o governo do estado, além denunciar a Criminalização dos Movimentos Sociais.

4º feira 05

A Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCTS), localizada em Brasília - Distrito Federal (região Centro-oeste), que diz representar cerca de 12 milhões de trabalhadores, é suspeita de comprar e alugar militantes para fazer protestos contra ou a favor de qualquer idéia ou pessoa na Explanada dos Ministérios. Segundo o jornal O Globo, os militantes são recrutados a R\$ 40 cada na periferia de Brasília. Militantes de aluguel teriam sido contratados até para participar de uma marcha em defesa da legalização dos bingos. O presidente da Nova Central Sindical confirma as acusações, dizendo não ver problemas em contratar militantes sem vínculos sindicais para fazer protestos. Quanto a quantia de R\$ 40 dada aos manifestantes, a presidência da Nova Central afirma se tratar apenas de uma ajuda de custo para a alimentação deles.

O Ministério Público Federal (MPF) anuncia o pedido de afastamento da governadora Yeda Crusius (PSDB) feito à Justiça Federal. O pedido consta na ação civil de improbidade administrativa protocolada pelo órgão na 3ª Vara Federal de Santa Maria – Rio Grande do Sul (região Sul), que também denuncia outras oito pessoas: Carlos Crusius (ex-marido de Yeda), Walna Vilarins Meneses (assessora de Yeda), o deputado federal José Otávio Germano do Partido Progressista (PP), os estaduais Luiz Fernando Záchia do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Frederico Antunes (PP), Delson Martini (ex-secretário geral de governo), Rubens Bordini (vice-presidente do Banrisul) e João Luiz Vargas (presidente do Tribunal de Contas do Estado). A ação é fundamentada em dados das operações Rodin e Solidária da Polícia Federal (PF) e se refere ao esquema de fraude que desviou R\$ 44 milhões do Departamento Estadual de Trânsito (Detran). Em coletiva

concedida à imprensa, o Procurador Adriano dos Santos Raldi afirma que o MPF continuará pressionando para que a apuração dos fatos seja feita com agilidade. Na ação, o MPF pede o afastamento, não somente da governadora Yeda, mas também dos demais envolvidos, o bloqueio de bens, o levantamento do sigilo da investigação e a suspensão dos direitos políticos de todos os denunciados. O órgão ainda requer o ressarcimento de valores desviados dos cofres públicos que somam em torno de R\$ 44 milhões de reais. A ação do Ministério Público conta com mais de 1,2 mil páginas e foi baseada em cerca de 20 mil ligações telefônicas. Os réus não responderão criminalmente pelos fatos, já que é uma ação civil. Logo após o pronunciamento do MPF representantes do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) protocolaram requerimento na Assembléia Legislativa em que pedem a votação imediata do pedido de impeachment de Yeda. Atualmente, o pedido do PSOL tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O advogado e vereador de Porto Alegre, Pedro Ruas, não se mostrou surpreso com a decisão do MPF. Ele lembra que o pedido de impeachment feito pelo partido há pouco mais de um ano também foi baseado na denúncia de improbidade administrativa, agora confirmada pelo órgão federal. O anúncio do Ministério Público ainda pode confirmar a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Corrupção na Assembléia. Os três deputados do PDT que ainda não haviam assinado o requerimento da CPI confirmaram a adesão. Com a assinatura dos parlamentares, o requerimento atinge 20 adesões, uma a mais do que o necessário para que a CPI seja instalada.

O Tribunal Regional Federal suspende os estudos sobre a demarcação das terras indígenas no Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). O levantamento antropológico reiniciaria neste dia 5 de agosto. Segundo informação da Agência Chasque, a decisão do TRF atende a pedido da entidade ruralista do estado, a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul). O órgão federal entendeu que a Fundação Nacional do Índio (Funai) impôs uma série de restrições no processo da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima (região Norte), o que impediria as demarcações no Mato Grosso do Sul. O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) contestou o argumento e afirmou que a medida beneficia os ruralistas, que não querem a demarcação das terras dos Guarani Kaiowá.

MST e a Via Campesina iniciam a Marcha Estadual de Campinas a São Paulo - SP (região Sudeste). Os 1.500 marchantes, são oriundos de diversas partes do estado. A Marcha integra a Jornada Nacional de Lutas realizada pelo MST. O objetivo é pressionar pela Reforma Agrária, por mais infraestrutura nos assentamentos, pela alteração dos índices de produtividade e contra o processo de criminalização dos movimentos sociais.

Cerca de 400 motoristas e empresários de vans que atuam com turismo protestam contra a portaria 58, que restringiu a circulação dos fretados em uma área de 70 km² no centro expandido de São Paulo. Os manifestantes caminham do centro até a Câmara, onde fecham duas faixas do Viaduto Jacareí, em São Paulo – SP (região Sudeste). Os manifestantes entregaram aos vereadores um abaixo-assinado com reivindicações, sendo a principal delas a exclusão das vans da restrição aos fretados.

A população do distrito de Extrema, localizado na divisa entre Rondônia e Acre (região Norte), e o povo indígena Kaxarari que estão no bloqueio da rodovia BR 364 desde o dia 3 de agosto são reprimidos pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) com balas de borracha,

bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo e de pimenta. Segundo o CMI, dezenas de pessoas ficam feridas por balas de borracha e estilhaços de bombas. A população resiste e se defende com paus, porretes, pedras, molotovs e barricadas em chamas. A polícia interrompeu a repressão após 5 policiais ficarem feridos. O ministro da Justiça, Tarso Genro, atendeu ao pedido da PRF de envio de tropas da Força Nacional de segurança para a região e autorizou, na portaria nº 2680, o emprego de armas e munição de tipo letal para a “legítima defesa dos policiais e de terceiros”.

5º feira 06

O ministro da Justiça, Tarso Genro, entrega ao presidente da Câmara a nova proposta de Estatuto dos Povos Indígenas em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Segundo informações da Agência Brasil, o novo texto é resultado de um ano e meio de discussões da Comissão Nacional de Política Indigenista, órgão consultivo ligado ao Ministério da Justiça com participação do governo e de representantes dos índios. A expectativa é que ele se transforme em um substitutivo da proposta em análise na Câmara desde 1991. A nova proposta regula direitos e obrigações em temas como uso dos recursos naturais renováveis, atividades econômicas, adoção, saúde, educação, além de normas penais em conflitos indígenas.

Aproximadamente 1.500 militantes do MST e da Via Campesina, de acordo com informações da Agência Brasil de Fato, participam da Marcha Estadual de Campinas a São Paulo – SP (região Sudeste). Durante a caminhada, Maria Cícera Neves, de 58 anos, uma das acampadas, perde a vida atropelada por um caminhão que invadiu o acostamento e a arrastou por alguns metros. A morte foi praticamente instantânea. Para marcar o primeiro dia, realizam um ato político-cultural na Praça do Rosário, centro de Campinas, com a apresentação do grupo de rap “A Família”. Os manifestantes caminham para reafirmar a necessidade de realização da Reforma Agrária como uma política de distribuição de terra, renda e riqueza. Os sem-terra marcham também em repúdio à crescente criminalização da luta social e da pobreza em todo o país. A Marcha faz parte da Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária.

A greve de fome de quatro servidores do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) completa 17 dias em Natal – Rio Grande do Norte (região Nordeste). Desde o dia 20 de julho, os trabalhadores não se alimentam em protesto contra a retirada de um benefício. Atualmente os servidores do INSS não recebem mais os 84% de uma gratificação referente à perda salarial entre os governos Sarney e Collor. O governo desobedeceu uma decisão judicial e decretou o fim do benefício por meio de um ato administrativo. De acordo com o diretor da Federação Nacional dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps), Francismar Maia, os grevistas apresentam um quadro delicado por consumirem apenas líquidos. O pedido de reincorporar a vantagem judicial de 84% aos seus salários é feito desde fevereiro, quando os servidores do INSS no Rio Grande do Norte ficaram em greve durante um mês.

A ocupação Paraíso, habitada por trabalhadores do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto de Salvador – Bahia (região Nordeste), é invadida por três viaturas e um ônibus com

dezenas de policiais e Rondas Espaciais (RONDESP). Segundo o CMI, os policiais não portavam qualquer documento oficial ou ordem de reintegração de posse. Os policiais derrubaram 400 barracos e expulsaram centenas de famílias.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) considera o Brasil culpado por interceptações telefônicas ilegais feitas no Paraná (região Sul) em 1999 contra associações de trabalhadores rurais ligados ao MST. O Estado brasileiro foi considerado culpado pela instalação dos grampos, pela divulgação ilegal das gravações e pela impunidade dos responsáveis. A denúncia à OEA foi feita em dezembro de 2000 pelo MST, pela Justiça Global, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), pela Terra de Direitos e pela Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP). A Corte considera que o Estado violou o direito à vida privada, à honra, à reputação reconhecidos no artigo 11 da Convenção Americana de Direitos Humanos; o direito à liberdade de associação reconhecido no artigo 16 da Convenção; e os direitos às garantias judiciais e à proteção judicial reconhecidos nos artigos 8.1 e 25. O Brasil é condenado a indenizar as vítimas dentro do prazo de 1 ano, realizar um ato público de reconhecimento de responsabilidade internacional, realizar uma investigação completa e imparcial e a reparar integralmente as vítimas pelos danos morais sofridos em decorrência da divulgação na imprensa das conversas gravadas sem autorização, dentre outros.

Servidores públicos fazem manifestação em frente ao Palácio Piratini, Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), sede do governo, pedindo o impeachment da governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius (PSDB). A governadora é acusada, junto com mais oito pessoas, pelo Ministério Público Federal, de desviar de verbas públicas. O Ministério Público Federal (MPF) pediu o afastamento de Yeda do cargo de governadora.

A população do distrito de Extrema, localizado na divisa entre Rondônia e Acre (região Norte), e o povo indígena Kaxarari liberam a rodovia BR-364, que estava bloqueada desde o dia 3 de agosto. A decisão é tomada devido à promessa de audiência com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em Brasília.

6º feira 07

Cerca de 1.200 militantes do MST e da Via Campesina chegam a Jundiaí – São Paulo (região Sudeste) na Marcha Estadual de Campinas a São Paulo. De acordo com O Estado de São Paulo, o objetivo é chamar a atenção das autoridades públicas para a necessidade de realização da Reforma Agrária, além de protestar contra o aumento de desemprego resultante da crise econômica e a criminalização da luta social. Durante a Marcha Estadual de São Paulo do movimento, os manifestantes realizam um ato em memória da militante que faleceu ao ser atropelada durante marcha. A marcha conta com o apoio de professores, sindicatos da região e funcionários públicos da região.

Ativistas da Organização Não Governamental (ONG) SOS Praias do Brasil protestam contra fumo na Avenida Paulista, em São Paulo – SP (região Sudeste). De acordo com a Folha de São Paulo, os manifestantes ainda entregaram cinzeiros descartáveis a quem fuma na rua.

Vinte e oito trabalhadores em situação considerada análoga à escravidão são localizados e resgatados por fiscais do Ministério do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho em fazenda parceira do grupo Bertin, em Araguaçu – Tocantins (região Norte). O flagrante ocorreu em fazenda em Araguaçu (sul do Estado). Segundo o Ministério do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho, os trabalhadores foram encontrados em situação de jornada exaustiva e em condições precárias de alojamento, o que configura o trabalho escravo. Eles dormiam em currais, sem higiene e com alimentação inadequada. No momento do flagrante, o proprietário da fazenda, José de Paula Leão Júnior, apresentou notas fiscais segundo as quais a empresa, para alimentar seu gado confinado num outro local, comprou silagem produzida na fazenda. A compra ocorreu por meio da Comapi, braço empresarial do Bertin para engorda, criação e confinamento de gado. "Havia notas fiscais avulsas de compra e venda de silagem, entre o proprietário da fazenda e a empresa", disse o procurador do Trabalho Marcos Antonio Ferreira Almeida, que acompanhou o grupo do ministério na ação. O vínculo trabalhista ocorria diretamente entre o fazendeiro e as pessoas resgatadas. No caso do Bertin, seus bois podem ter sido alimentados com silagem produzida sob esse tipo de mão de obra. Questionada via assessoria, a Comapi admitiu que em algum momento comprou a silagem do fazendeiro. A Comapi, porém, sempre de acordo com sua assessoria, disse "imaginar" que a silagem comprada não foi produzida por meio de trabalho escravo.

Sábado 08

Estudantes e ex-estudantes da União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (Upes) acampam entre os escombros da antiga sede da entidade, em Curitiba – Paraná (região Sul). Os estudantes tentam impedir a tomada definitiva do terreno pela empresa que alega ser proprietária do local. De acordo com um dos ex-integrantes da Upes, a história não pode ser demolida, e a sede é simbólica para o movimento.

Domingo 09

Trabalhadores sem-teto da ocupação Paraíso, localizada no subúrbio ferroviário de Salvador – Bahia (região Nordeste) têm seus barracos derrubados e incendiados por fiscais da prefeitura acompanhados pela polícia. No dia 6 de agosto, a ocupação foi invadida por três viaturas e um ônibus com dezenas de policiais e Rondas Espaciais (RONDESP). Segundo o CMI, na ocasião, os policiais não portavam qualquer documento oficial ou ordem de reintegração de posse. Na ocasião, os policiais derrubaram barracos e expulsaram centenas de famílias.

O MST do estado de Pernambuco (região Nordeste) inicia a Marcha Estadual em Defesa da Reforma Agrária e contra a Crise, com 2.500 trabalhadores rurais, na cidade de Pombos, no estado de Pernambuco. A caminhada é de 12 km da cidade de Pombos, no Agreste Pernambucano, até o município de Vitória de Santo Antão. Na chegada a Vitória, é realizado um ato público no centro da cidade com panfletagem e exposição de fotos dos 25 anos do MST. O Deputado Federal Paulo Rubem do Partido Democráticos Trabalhista

(PDT) acompanha toda a marcha desde a saída de Pombos. Estão presentes representantes da Federação Única dos Petroleiros (FUP), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Conlutas, do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), além da Secretaria de Esportes de Pernambuco, Nelson Pereira, da Prefeita de Pombos, Jane Povão, e de vereadores da cidade. Em Petrolina, Sertão do estado, cerca de 150 famílias ocupam a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá). A ocupação tem como objetivo fortalecer as reivindicações da marcha estadual e pressionar o superintendente do Incra, Emerson Jocaste, para que encontre os sem-terra em Recife, no dia 12 de agosto. As famílias afirmam que permanecerão no Incra por tempo indeterminado.

2º feira 10

Mais de 3 mil integrantes do MST e de outros movimentos sociais de 23 estados e do Distrito Federal participam, a partir deste dia 10 de agosto, de um grande acampamento por Reforma Agrária, em frente ao Estádio Mané Garrincha em Brasília – Distrito Federal (região Sudeste). A mobilização integra a Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária. O objetivo do acampamento que vai contar com atividades culturais, palestras entre outros é cobrar do presidente Luiz Inácio Lula da Silva os compromissos que assumiu em 2005, quando recebeu integrantes da MST que haviam marchado de Goiânia até a capital federal. Os militantes deverão ficar acampados até o dia 19 de agosto. A principal reivindicação do MST é a atualização dos índices de produtividade da terra, que servem de parâmetro para classificar as propriedades rurais improdutivas. O MST quer, também, o assento imediato de 90 mil famílias acampadas no país, e que o Ministério do Planejamento descontencie, ainda em 2009, os R\$ 800 milhões retidos do orçamento destinado ao Incra, para aplicá-los na desapropriação e obtenção de terras destinadas à Reforma Agrária.

Mil marchantes do MST chegam à cidade de São Paulo - SP (região Sudeste) e fazem um protesto em frente à delegacia do Ministério da Fazenda (ao lado da estação de metrô Luz) para denunciar a política econômica do governo federal, que impede a realização da Reforma Agrária. A ação faz parte da Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária. Os manifestantes exigem que o governo federal invista na promoção da Reforma Agrária e no desenvolvimento dos assentamentos já instituídos. O MST exige também o descontenciamento de R\$ 800 milhões do orçamento do Incra para este ano e aplicação na desapropriação e obtenção de terras, além de investimentos no passivo dos assentamentos. O Movimento tem 90 mil famílias acampadas em todo o país, sendo que 3.500 delas estão no estado de São Paulo. O ato também exige o investimento em habitação, infra-estrutura e produção destinado às 45 mil famílias que estão assentadas apenas no papel.

Os 500 militantes do MST chegam à cidade de Belém após 4 dias de caminhada com a Marcha Estadual do movimento no estado do Pará (região Norte). Na chegada é iniciada a ocupação da sede do Incra. A Marcha integra a Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária que ocorre em todo o país. Os sem-terra pretendem seguir mobilizados até que sejam resolvidos os pontos de reivindicação. As ações no Pará têm o objetivo de debater com a sociedade a Crise, Criminalização dos Movimentos Sociais e o modelo de

desenvolvimento na Amazônia, celebrando os 25 anos do MST e preparando os 20 anos do MST Pará.

O MST ocupa duas fazendas a 3,5 km da cidade de Murici, estado de Alagoas (região Nordeste), na rodovia que leva até Capela. As áreas Ceridó e Aruás pertencem à Usina São Simeão e estão arrendadas à Usina Santa Clotilde, do grupo Oiticica, em cujas áreas foram libertados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, no início de 2008, 401 trabalhadores em condições análogas à escravidão. A ocupação faz parte das ações da Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária, que cobra do Governo Federal, medidas que dêem condições para o cumprimento das metas de assentamento, como o restabelecimento do orçamento para a Reforma Agrária, contingenciado em 40% pelo Ministério do Planejamento. Cerca de 60 famílias estão mobilizadas no novo acampamento em Murici exigindo do Inca a vistoria e posterior desapropriação das terras. Segundo os ocupantes, os proprietários das fazendas Ceridó e Aruás têm dívidas com o INSS que ultrapassam os valores da própria terra. Agora, as famílias estão construindo seus barracos e recepcionando novos acampados que estão chegando de outras áreas.

Cerca de 400 famílias organizadas no MAB montam um acampamento em frente ao canteiro de obras da hidrelétrica de Santo Antônio, localizada próxima a cidade de Porto Velho, no estado de Rondônia (região Norte). O objetivo é buscar soluções para os problemas sociais e ambientais causados pelas hidrelétricas. A atividade faz parte da Jornada Nacional de Lutas dos Trabalhadores do Campo e da Cidade.

Policiais militares de Salvador – Bahia (região Nordeste) começam uma operação padrão para reivindicar o uso de armamento adequado e coletes à prova de balas no prazo de validade, entre outros direitos previstos pela Constituição. A Constituição impede que policiais militares façam greve, por isso a estratégia da operação padrão, mas o governador da Bahia afirma em entrevista ao jornal O Globo, que considera qualquer movimento que impeça os policiais de sair do quartel como paralisação. O objetivo é também pressionar o governo estadual para melhorar as condições de trabalho e aumentar o salário do soldado de R\$ 1,7 mil para R\$ 4 mil. Cadetes e alunos do curso de sargento saíram às ruas em substituição aos policiais que aderiram ao movimento. Pela manhã, antes de sair, um estudante da escola de Oficiais da PM atirou acidentalmente na própria mão e na perna de uma colega, nas dependências da Vila Policial Militar do Bonfim. O presidente da Associação de Praças e Soldados da PM, disse que os policiais estão nos postos, mas não irão para as ruas.

Funcionários da TV Cultura, que tem a programação retransmitida no Rio Grande do Sul (região Sul) pela TVE, deflagram greve. Os trabalhadores reivindicam o cumprimento do acordo coletivo que determinou um reajuste de 5% e abono salarial de 35% aos funcionários da emissora. Os funcionários ainda enfrentam divergências com a empresa no que se refere à diferença salarial, horas-extras e o regimento dos estágios.

Cerca de 1.000 radialistas da Fundação Padre Anchieta, administradora da TV Cultura e da Rádio Cultura, entram em greve e fecham a entrada do edifício da emissora, em São Paulo (região Sudeste). Conforme o jornal Folha de São Paulo, os radialistas reivindicam a concessão, na fundação, do acordo aplicado à categoria no setor privado: 5,83% de

aumento e mais um abono variável de 35% (sendo o mínimo de R\$ 424 e máximo de R\$ 1.588).

A juíza federal de Santa Maria, Simone Barbisan Fortes, nega o pedido de afastamento da governadora Yeda Crusius (PSDB) feito pelo Ministério Público Federal. O órgão também havia pedido o afastamento e ajuizou ação de improbidade contra outros oito réus, envolvidos na fraude do Detran. Na decisão, Fortes diz que a ação é bastante complexa, o que dificulta analisar as provas e encontrar elementos suficientes que mostrem a necessidade de afastar Yeda.

A Associação Mundial de Jornais (WAN) e o Fórum Mundial de Editores (WEF) enviam carta conjunta endereçada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao ministro Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal, para reivindicar uma ação em relação à censura imposta pelo juiz Dácio Viera, da Corte Federal de Brasília, que proibiu o jornal O Estado de São Paulo de publicar reportagens sobre alegados casos de corrupção de Fernando Sarney, filho do senador e presidente do Senado, José Sarney. A informação foi divulgada pelo próprio Jornal, Estado de São Paulo.

Cerca de 500 bancários realizam passeata que termina em ato em frente à matriz do Banco Real, em São Paulo – SP (região Sudeste). Os trabalhadores chamam atenção para o lançamento da campanha salarial da categoria. De acordo com o jornal O Estado de São Paulo na pauta entregue à Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), os bancários têm como principais reivindicações o aumento real em 5%, uma reposição da inflação e uma Participação nos Lucros e Resultados (PLR) de três salários mais R\$ 3.850.

3º feira 11

Mais de 3 mil trabalhadores rurais do MST e da Via Campesina ocupam o Ministério da Fazenda, na Esplanada dos Ministérios em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os trabalhadores rurais chegaram à Brasília no dia 10 e devem permanecer acampados até o dia 19 de agosto. O MST realiza Jornada de Lutas para cobrar do governo federal a realização da Reforma Agrária e o fortalecimento dos assentamentos. Segundo o Movimento, há protestos em 12 estados. O MST exige ainda o descontingenciamento de R\$ 800 milhões do orçamento do Incra para este ano e empenho do órgão na desapropriação e obtenção de terras, além de investimentos no passivo dos assentamentos. As ações também exigem a atualização dos índices de produtividade - que permanecem inalterados desde 1975 - e investimentos para o fortalecimento dos assentamentos na área de habitação, infraestrutura e produção agrícola. Parte significativa das famílias acampadas do MST estão a beira de estradas desde 2003 e 45 mil famílias foram assentadas apenas no papel. As lideranças do MST que participam da ocupação da entrada do Ministério da Fazenda afirmam que não descumpriram nada do acordo feito com a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. “Eles [MST] romperam o acordo feito em reunião com a Secretaria de Segurança Pública do DF já no primeiro dia de manifestações. Com isso, tratamento e negociações que daremos a eles serão feitos de forma diferenciada a partir de agora”, disse o Coronel Silva Filho, responsável por coordenar os policiais militares no local. Para a Coordenação Nacional do MST não houve nenhuma quebra de acordo. “A

combinação foi de que iríamos marchar pelos ministérios, ocupar as faixas da pista destinada à manifestação, e que sairíamos após as 8 horas. Nada foi acordado sobre ocupar ou não o ministério”, argumenta Vanderlei Martini, da Coordenação Nacional do movimento. Depois de mais de nove horas de ocupação, os sem-terra deixaram definitivamente a sede do Ministério da Fazenda. Os manifestantes, ligados ao MST, só saíram depois de serem informados que serão recebidos no dia 12 de agosto, pela chefe da Casa Civil, ministra Dilma Rousseff, pelos ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel. O encontro será no Centro Cultural Banco do Brasil, onde funciona, provisoriamente, a sede da Presidência da República. A audiência também pode contar com a presença de representantes do Ministério do Planejamento e do Incra.

Cerca de 850 trabalhadores do MST ocupam a delegacia do Ministério da Fazenda, depois de sete dias de marcha de 200 km, do município de Irituia até Belém – Pará (região Norte). O MST realiza Jornada de Lutas para cobrar do governo federal a realização da Reforma Agrária e o fortalecimento dos assentamentos. Segundo o Movimento, há protestos em 12 estados. O MST exige ainda o descontingenciamento de R\$ 800 milhões do orçamento do Incra para este ano e empenho do órgão na desapropriação e obtenção de terras, além de investimentos no passivo dos assentamentos. As ações também exigem a atualização dos índices de produtividade - que permanecem inalterados desde 1975 - e investimentos para o fortalecimento dos assentamentos na área de habitação, infra-estrutura e produção agrícola.

Cerca de 400 sem-terra ocupam a representação do Ministério da Fazenda, no centro da cidade de Curitiba – Paraná (região Sul). O MST realiza Jornada de Lutas para cobrar do governo federal a realização da Reforma Agrária e o fortalecimento dos assentamentos. Segundo o Movimento, há protestos em 12 estados. O MST exige ainda o descontingenciamento de R\$ 800 milhões do orçamento do Incra para este ano e empenho do órgão na desapropriação e obtenção de terras, além de investimentos no passivo dos assentamentos. As ações também exigem a atualização dos índices de produtividade - que permanecem inalterados desde 1975 - e investimentos para o fortalecimento dos assentamentos na área de habitação, infra-estrutura e produção agrícola. Ônibus procedentes de diversos municípios começaram a chegar às 7h. Os trabalhadores se reuniram no Parque Barigui e depois fizeram uma caminhada até a sede da Superintendência Regional do Incra. Segundo José Damasceno, da coordenação do MST no Paraná, algumas lideranças vão se reunir com a superintendência do Incra e depois com órgãos estaduais para discutir a pauta de reivindicações. A assessoria do Incra informou que os trabalhadores ainda não agendaram o encontro com a superintendente regional Cláudia Sonda. Eles estão apenas se posicionando em frente à sede do instituto. Assim que a pauta for entregue e discutida, o órgão dará maiores informações sobre a situação dos acampamentos e da Reforma Agrária no Paraná.

Cerca de 1.200 trabalhadores de diversos movimentos sociais do campo atuantes no Mato Grosso, com apoio político da CPT, do Centro Burnier e Justiça e Assembléia Popular, ocupam o prédio da Receita Federal, em Cuiabá – Mato Grosso (região Centro-oeste). O MST realiza Jornada de Lutas para cobrar do governo federal a realização da Reforma Agrária e o fortalecimento dos assentamentos. Segundo o Movimento, há protestos em 12 estados. O MST exige ainda o descontingenciamento de R\$ 800 milhões do orçamento do

Incra para este ano e empenho do órgão na desapropriação e obtenção de terras, além de investimentos no passivo dos assentamentos. As ações também exigem a atualização dos índices de produtividade - que permanecem inalterados desde 1975 - e investimentos para o fortalecimento dos assentamentos na área de habitação, infra-estrutura e produção agrícola. Parte significativa das famílias acampadas do MST estão a beira de estradas desde 2003 e 45 mil famílias foram assentadas apenas no papel.

Aproximadamente mil marchantes do MST, realizam um protesto em frente à Delegacia Regional do Ministério da Fazenda em São Paulo – SP (região Sudeste). Os manifestantes denunciam a política econômica do governo federal, que impede a realização da Reforma Agrária. O MST realiza Jornada de Lutas para cobrar do governo federal a realização da Reforma Agrária e o fortalecimento dos assentamentos. Segundo o Movimento, há protestos em 12 estados. O MST exige ainda o descontingenciamento de R\$ 800 milhões do orçamento do Incra para este ano e empenho do órgão na desapropriação e obtenção de terras, além de investimentos no passivo dos assentamentos. As ações também exigem a atualização dos índices de produtividade - que permanecem inalterados desde 1975 - e investimentos para o fortalecimento dos assentamentos na área de habitação, infra-estrutura e produção agrícola. Parte significativa das famílias acampadas do MST estão a beira de estradas desde 2003 e 45 mil famílias foram assentadas apenas no papel.

Cerca de 1.000 trabalhadores da Via Campesina montam um acampamento, no pátio do Ministério da Fazenda em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). O MST realiza Jornada de Lutas para cobrar do governo federal a realização da Reforma Agrária e o fortalecimento dos assentamentos. Segundo o Movimento, há protestos em 12 estados. O MST exige ainda o descontingenciamento de R\$ 800 milhões do orçamento do Incra para este ano e empenho do órgão na desapropriação e obtenção de terras, além de investimentos no passivo dos assentamentos. As ações também exigem a atualização dos índices de produtividade - que permanecem inalterados desde 1975 - e investimentos para o fortalecimento dos assentamentos na área de habitação, infra-estrutura e produção agrícola. Parte significativa das famílias acampadas do MST estão a beira de estradas desde 2003 e 45 mil famílias foram assentadas apenas no papel. Após acordo os sem-terra decidem desocupar o local mas por causa do frio na Região Sul, os sem-terra pediram para dormir no pátio da sede do ministério no Rio Grande do Sul. O governo, a princípio, não queria aceitar, mas acatou a reivindicação. No dia 12 de agosto cedo, os manifestantes deixarão o prédio na capital gaúcha. Os manifestantes, ligados ao MST, só aceitaram deixar o local depois de serem informados que serão recebidos no dia 12 de agosto, pela chefe da Casa Civil, ministra Dilma Rousseff, pelos ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel. O encontro será no Centro Cultural Banco do Brasil, onde funciona, provisoriamente, a sede da Presidência da República em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste).

Cerca de 400 trabalhadores do MST fazem protesto em frente à delegacia do Ministério da Fazenda em Florianópolis – Santa Catarina (região Sul). O MST realiza Jornada de Lutas para cobrar do governo federal a realização da Reforma Agrária e o fortalecimento dos assentamentos. Segundo o Movimento, há protestos em 12 estados. O MST exige ainda o descontingenciamento de R\$ 800 milhões do orçamento do Incra para este ano e empenho do órgão na desapropriação e obtenção de terras, além de investimentos no passivo dos

assentamentos. As ações também exigem a atualização dos índices de produtividade - que permanecem inalterados desde 1975 - e investimentos para o fortalecimento dos assentamentos na área de habitação, infra-estrutura e produção agrícola. Parte significativa das famílias acampadas do MST estão a beira de estradas desde 2003 e 45 mil famílias foram assentadas apenas no papel.

Cerca de 400 integrantes do MST ocupam a superintendência do Incra, em protesto contra os cortes do orçamento da Reforma Agrária em Salvador – Bahia (região Nordeste). Os sem-terra defendem ainda o assentamento das 28 mil famílias acampadas em todo o estado. O MST realiza Jornada de Lutas para cobrar do governo federal a realização da Reforma Agrária e o fortalecimento dos assentamentos. Segundo o Movimento, há protestos em 12 estados. O MST exige ainda o descontingenciamento de R\$ 800 milhões do orçamento do Incra para este ano e empenho do órgão na desapropriação e obtenção de terras, além de investimentos no passivo dos assentamentos. As ações também exigem a atualização dos índices de produtividade - que permanecem inalterados desde 1975 - e investimentos para o fortalecimento dos assentamentos na área de habitação, infra-estrutura e produção agrícola. Parte significativa das famílias acampadas do MST estão a beira de estradas desde 2003 e 45 mil famílias foram assentadas apenas no papel.

Cerca de 1.500 mil pessoas se mobilizam em todo o estado do Ceará (região Nordeste). Em Fortaleza, trabalhadores sem-terra ocupam o Incra. No município de Caucaia, foi ocupada uma fazenda improdutivo. Foram realizados protestos em áreas públicas em diversos municípios. O MST realiza Jornada de Lutas para cobrar do governo federal a realização da Reforma Agrária e o fortalecimento dos assentamentos. Segundo o Movimento, há protestos em 12 estados. O MST exige ainda o descontingenciamento de R\$ 800 milhões do orçamento do Incra para este ano e empenho do órgão na desapropriação e obtenção de terras, além de investimentos no passivo dos assentamentos. As ações também exigem a atualização dos índices de produtividade - que permanecem inalterados desde 1975 - e investimentos para o fortalecimento dos assentamentos na área de habitação, infra-estrutura e produção agrícola. Parte significativa das famílias acampadas do MST estão a beira de estradas desde 2003 e 45 mil famílias foram assentadas apenas no papel.

Cerca de 150 famílias ligadas ao MST ocupam a sede do Incra, em Petrolina, no Sertão do estado de Pernambuco (região Nordeste), para fortalecer as reivindicações da marcha estadual. No primeiro dia da marcha, 2.500 trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra de Pernambuco caminharam 12 km da cidade de Pombos, no Agreste Pernambucano, até o município de Vitória de Santo Antônio. Na chegada a Vitória, foi realizado um ato público no centro da cidade com panfletagem e exposição de fotos dos 25 anos do MST. O governador Eduardo Campos se reuniu com integrantes do MST no Palácio do Campo das Princesas na capital do estado, Recife. Ao lado dos secretários Ângelo Ferreira (Agricultura), Danilo Cabral (Educação), Waldemar Borges (Articulação Social) e representantes da Secretaria das Cidades, Eduardo recebe uma lista com as principais reivindicações do movimento. A pauta do movimento é abrangente e traz questões relativas à saúde, educação, habitação e até inclusão digital. O MST realiza Jornada de Lutas para cobrar do governo federal a realização da Reforma Agrária e o fortalecimento dos assentamentos. Segundo o Movimento, há protestos em 12 estados. O MST exige ainda o descontingenciamento de R\$ 800 milhões do orçamento do Incra para este ano e empenho

do órgão na desapropriação e obtenção de terras, além de investimentos no passivo dos assentamentos. As ações também exigem a atualização dos índices de produtividade - que permanecem inalterados desde 1975 - e investimentos para o fortalecimento dos assentamentos na área de habitação, infra-estrutura e produção agrícola. Parte significativa das famílias acampadas do MST estão a beira de estradas desde 2003 e 45 mil famílias foram assentadas apenas no papel.

Cerca de 600 agricultores de várias regiões de Alagoas (região Nordeste) chegam em Maceió para as mobilizações da Jornada Nacional de Lutas do Movimento. Segundo dados do Movimento são contabilizadas hoje 5.890 famílias acampadas organizadas pelo MST no estado. O MST realiza Jornada de Lutas para cobrar do governo federal a realização da Reforma Agrária e o fortalecimento dos assentamentos. Segundo o Movimento, há protestos em 12 estados. O MST exige ainda o descontingenciamento de R\$ 800 milhões do orçamento do Incra para este ano e empenho do órgão na desapropriação e obtenção de terras, além de investimentos no passivo dos assentamentos. As ações também exigem a atualização dos índices de produtividade - que permanecem inalterados desde 1975 - e investimentos para o fortalecimento dos assentamentos na área de habitação, infra-estrutura e produção agrícola. Parte significativa das famílias acampadas do MST estão a beira de estradas desde 2003 e 45 mil famílias foram assentadas apenas no papel.

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) conclui que não houve abuso na demissão de 4.273 funcionários da Embraer, em fevereiro. Segundo o jornal, O Estado de São Paulo, os ministros da Seção de Dissídios Coletivos do TST rejeitam, mais uma vez, um pedido dos sindicatos que representam a categoria para que os trabalhadores fossem readmitidos. Apesar da decisão ter sido desfavorável aos trabalhadores demitidos, os ministros fazem uma ressalva: daqui para frente, antes de realizarem demissões em massa, as empresas têm de negociar com os sindicatos. No caso da Embraer, o fato da negociação ter ocorrido após as demissões não configurou abuso, segundo a maioria dos ministros. Aristeu Pinto Neto, advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, declara que vai recorrer ao próprio TST.

Três pessoas são indiciadas devido ao protesto em frente à casa da governadora Yeda Crusius (PSDB), ocorrido em 16 de julho em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Estão sendo indiciados pela delegada Silvia Cocaro, da 14ª Delegacia de Polícia: a presidente do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sindicato dos Trabalhadores em Educação (CPERS/Sindicato), Rejane de Oliveira, a vice, Neida de Oliveira, e a vereadora do PSOL Fernanda Melchionna. Elas responderão por dano, injúria e difamação e tentativa de cárcere privado. Outro ponto que a delegada estuda é o possível excesso na ação da Brigada Militar para conter os servidores públicos no dia 16 de julho. O inquérito segue para o Ministério Público. As acusações foram feitas pela própria governadora. O protesto foi realizado para denunciar a casa da governadora, que é alvo de investigação de suposto Caixa dois na campanha eleitoral.

4º feira 12

Integrantes do MST e de sindicatos protestam dentro da sede da Procuradoria da Fazenda, no Centro de Florianópolis – Santa Catarina (região Sul). Segundo Altair Lavratti, da direção estadual do MST, cerca 600 pessoas ocupam o local. A manifestação faz parte da programação da Jornada Nacional Unificada de Lutas, que ocorre nesta semana em todo o país. O MST realiza Jornada de Lutas para cobrar do governo federal a realização da Reforma Agrária e o fortalecimento dos assentamentos. O MST exige ainda o descontingenciamento de R\$ 800 milhões do orçamento do Incra para este ano e empenho do órgão na desapropriação e obtenção de terras, além de investimentos no passivo dos assentamentos. As ações também exigem a atualização dos índices de produtividade - que permanecem inalterados desde 1975 - e investimentos para o fortalecimento dos assentamentos na área de habitação, infra-estrutura e produção agrícola.

Cerca de 400 pessoas do sindicatos de bancários, servidores públicos, servidores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), trabalhadores na área de pesquisa e estatística, estudantes e o Movimento Passe Livre e integrantes do MST ocupam uma área de 200 hectares na cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina (região Sul), no bairro de Canavieiras. O objetivo da ocupação é denunciar que o governo do estado cedeu esse terreno há 30 dias para dois grupos empresariais do ramo de hotelaria, enquanto trabalhadores da periferia da cidade permanecem sem moradia, saneamento básico e fornecimento de energia. A ocupação denuncia também que para a construção dos hotéis será desmatada uma área de mata nativa.

Integrantes da Via Campesina acampam na comunidade de São Jorge, em Pinhal da Serra, no Norte do estado do Rio Grande do Sul (região Sul). O objetivo é debater os direitos sociais da população atingida pelas barragens da Bacia do Rio Uruguai e pressionar para o encaminhamento das reivindicações. A atividade integra a jornada nacional de lutas da Via Campesina, que ocorre em todo o país. O MST realiza Jornada de Lutas para cobrar do governo federal a realização da Reforma Agrária e o fortalecimento dos assentamentos. O MST exige ainda o descontingenciamento de R\$ 800 milhões do orçamento do Incra para este ano e empenho do órgão na desapropriação e obtenção de terras, além de investimentos no passivo dos assentamentos. As ações também exigem a atualização dos índices de produtividade - que permanecem inalterados desde 1975 - e investimentos para o fortalecimento dos assentamentos na área de habitação, infra-estrutura e produção agrícola.

Cerca de 300 trabalhadores ligados ao MST ocupam o prédio da Prefeitura de São Gabriel – Rio Grande do Sul (região Sul) e outros 100, ocupam o escritório Incra no município. As famílias reivindicam da Prefeitura e do Incra melhorias na infra-estrutura do assentamento criado na cidade no final de 2008, em parte da fazenda Southall, desapropriada no mesmo ano. A situação das famílias é muito precária. 400 crianças estão sem estudar porque as escolas são distantes e a prefeitura diz que não há dinheiro previsto no orçamento para o transporte escolar. Com a ocupação, o prefeito não recebe os manifestantes. De acordo com o diretor de Comunicação Social da Prefeitura, Ricardo Barbosa, Rossano e demais integrantes da prefeitura vão à Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) desde fevereiro em busca de recursos para a construção de uma escola-pólo, uma unidade básica de saúde e unidades móveis de saúde para os assentados, mas até o momento não receberam nenhuma verba. Barbosa diz que o município não tem condições de arcar com os custos. A reintegração de posse do prédio da Prefeitura, foi efetuada durante a tarde.

Diversos trabalhadores são feridos e pelo menos 20 lideranças são presas durante a ação de reintegração de posse executada por cerca de 150 policiais civis e militares. O MST reivindica: agilidade na regularização e liberação dos recursos para o início do plantio da safra de verão; demarcação; construção das moradias; energia elétrica; abertura de poços artesianos; abertura de açudes; e o projeto de irrigação para próxima safra. O MST ainda exige a reposição da verba contingenciado pelo governo federal para a desapropriação de terras e investimento nos assentamentos; o assentamento de todas as famílias acampadas no Rio Grande do Sul (conforme prevê o Termo de Ajustamento de Conduta que não foi cumprido pelo Incra); desapropriação do restante da Fazenda Southall e a liberação imediata, na Justiça, das Fazendas Antoniazzi e 33, em São Gabriel, para o assentamento das famílias acampadas no estado. O MST denuncia ainda a ação da Brigada Militar na ação de reintegração de posse da Prefeitura de São Gabriel. Segundo o Movimento, pelo menos trinta pessoas, entre crianças e adultos, ficaram feridos – algumas pessoas tiveram dedos e braços quebrados. Segundo informações do Movimento, todos os 250 sem-terra foram identificados e humilhados. As famílias relatam que, enquanto estavam na delegacia para serem identificadas, continuaram recebendo golpes de cassetetes, chutes, socos e tapas dos policiais. Ainda no estado, famílias ocupam a Fazenda Southall.

Cerca de 500 agricultores organizados no MAB e em outros movimentos da Via Campesina acampam na comunidade São Jorge, na cidade de Pinhal da Serra no estado do Rio Grande do Sul (região Sul). O objetivo é debater os direitos sociais da população da Bacia do Rio Uruguai e pressionar para o encaminhamento das reivindicações. A mobilização é fruto das assembleias populares, que a partir de uma pauta unificada, agrega a reivindicação dos movimentos sociais e entidades do Alto Uruguai, tanto dos municípios catarinenses como gaúchos. A principal reivindicação é que os órgãos públicos, criem medidas para a melhoria das condições de vida e de trabalho. Os demais pontos de reivindicação são: direito à água; luz e tarifa social; defesa, preservação e recuperação do meio ambiente; perdão da dívida aos agricultores até 10 mil reais e crédito especial de R\$ 2.500 por família para a produção de alimentos. A atividade faz parte da Jornada Nacional de Luta dos Trabalhadores do Campo e da Cidade que está acontecendo em todo Brasil

Cerca de 200 trabalhadores sem-terra ligados ao MST, acampados desde o dia 11 de agosto em frente à sede do Incra, em Curitiba – Paraná (região Sul), entregam a pauta de reivindicações à superintendente regional do órgão, Claudia Sonda. A principal reivindicação do movimento, que participa da Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária, é o assentamento de 5 mil famílias acampadas no estado. De acordo com Cláudia Sonda, o Incra assentou neste ano 178 famílias em quatro imóveis nos municípios de Cândido de Abreu (25 famílias), Cândói (12), Cascavel (106) e Guarapuava (35). Existem ainda outros 70 imóveis que estão em processo de obtenção. Ela disse aos manifestantes que o potencial de assentamento dessas áreas é de 6.330 famílias mas depende, no entanto, de recursos orçamentários. O MST também reivindica assistência técnica e infraestrutura para os assentamentos, programa de agroindústrias para beneficiamento da produção da Reforma Agrária e a destituição de 56 áreas de assentamento tituladas no estado. De acordo com a superintendente, o Incra prevê a conclusão de 11 parcelamentos - ordenação das famílias em lotes de projetos de assentamentos - até o final deste ano. O instituto pretende investir R\$ 20,1 milhões em assistência técnica nos assentamentos do Paraná até 2011. Do total dos recursos, R\$ 19,9 milhões serão liberados pelo Incra, com uma

contrapartida de R\$ 201,6 mil do governo do estado. Com relação à agroindustrialização, o Incra estuda a inserção de projetos de assentamento no programa Terra Sol, criado em 2004 para apoiar organizações de agricultores assentados. Cada área do Incra vai definir uma agenda para acompanhamento dos itens abordados nos encontros com o MST. Ainda na capital do estado, cerca de 500 trabalhadores sem-terra, de acordo com informações da Agência Brasil de Fato, ocupam a sede do Ministério da Fazenda. As ações integram a Jornada de Lutas do MST que busca cobrar do governo federal a realização da Reforma Agrária e o fortalecimento dos assentamentos. O MST exige ainda o descontingenciamento de R\$ 800 milhões do orçamento do Incra para este ano e empenho do órgão na desapropriação e obtenção de terras, além de investimentos no passivo dos assentamentos. As ações também exigem a atualização dos índices de produtividade - que permanecem inalterados desde 1975 - e investimentos para o fortalecimento dos assentamentos na área de habitação, infra-estrutura e produção agrícola.

Uma comissão de integrantes do MST, do MAB e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) é recebida em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) por um grupo interministerial formado pelos ministros Luiz Dulci (Secretaria-Geral da Presidência da República) e Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário), pelos secretários executivos João Bringel (Ministério do Planejamento), Nelson Machado (Fazenda) e Roberto Kiel (Incra) e pelo secretário nacional de Articulação Social da Presidência da República, Gerson Almeida. Durante a audiência o MST entrega a pauta de reivindicações do Movimento ao governo. Entre os principais pontos apresentados, estão o descontingenciamento de R\$ 800 milhões do orçamento do Incra para este ano de 2009 e aplicação na desapropriação e obtenção de terras, além de investimentos no passivo dos assentamentos, com a destinação de recursos para habitação, infra-estrutura, produção agrícola e educação. O governo pede prazo de uma semana para estudar as propostas e construir um calendário de trabalho. Na avaliação de Marina dos Santos, integrante da coordenação nacional do MST, a reunião não avançou concretamente. De acordo com a representante do MST, cerca de 3 mil integrantes do movimento que estão acampados em Brasília, continuam em vigília, a espera de respostas do governo.

Cerca de 1.000 trabalhadores rurais do MST fazem um ato em frente ao Tribunal Regional Federal (TRF), na cidade de São Paulo - SP (região Sudeste). O objetivo da manifestação é denunciar como o Poder Judiciário está prejudicando a criação de assentamentos no estado, com processos contra a desapropriação de latifúndios pelo Incra. Os marchantes protocolam um pedido de audiência. A ação integra a Jornada de Lutas do MST que busca cobrar do governo federal a realização da Reforma Agrária e o fortalecimento dos assentamentos. O MST exige ainda o descontingenciamento de R\$ 800 milhões do orçamento do Incra para este ano e empenho do órgão na desapropriação e obtenção de terras, além de investimentos no passivo dos assentamentos. As ações também exigem a atualização dos índices de produtividade - que permanecem inalterados desde 1975 - e investimentos para o fortalecimento dos assentamentos na área de habitação, infra-estrutura e produção agrícola.

Integrantes do MST ocupam a Superintendência do Incra e a Delegacia Regional do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) na cidade de Maceió, estado de Alagoas (região Nordeste). O Fórum de Justiça de Atalaia também foi ocupado. Por aproximadamente 150 agricultores. As ações integram a Jornada de Lutas do MST que

busca cobrar do governo federal a realização da Reforma Agrária e o fortalecimento dos assentamentos. O MST exige ainda o descontingenciamento de R\$ 800 milhões do orçamento do Incra para este ano e empenho do órgão na desapropriação e obtenção de terras, além de investimentos no passivo dos assentamentos. As ações também exigem a atualização dos índices de produtividade - que permanecem inalterados desde 1975 - e investimentos para o fortalecimento dos assentamentos na área de habitação, infraestrutura e produção agrícola.

Cerca de 200 estudantes da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) recebem a marcha do MST, na cidade de Recife - Pernambuco (região Nordeste). O encontro executou uma mística que simboliza a unidade da classe trabalhadora do campo e da cidade e o apoio da sociedade urbana à Reforma Agrária. A ação integra a Jornada de Lutas do MST que busca cobrar do governo federal a realização da Reforma Agrária e o fortalecimento dos assentamentos. O MST exige ainda o descontingenciamento de R\$ 800 milhões do orçamento do Incra para este ano e empenho do órgão na desapropriação e obtenção de terras, além de investimentos no passivo dos assentamentos. As ações também exigem a atualização dos índices de produtividade - que permanecem inalterados desde 1975 - e investimentos para o fortalecimento dos assentamentos na área de habitação, infraestrutura e produção agrícola.

Cerca de 20 manifestantes do PSOL realizam protesto ao lado da cúpula da Câmara dos Deputados pela saída do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), em Brasília – Distrito federal (região Centro-oeste). Houve conflito entre os manifestantes e policiais militares, de acordo com o jornal Folha de São Paulo.

Moradores de Águas Lindas – Goiás (região Centro-oeste) incendeiam ao menos 6 ônibus contra novo aumento abusivo das tarifas e o precário serviço das empresas. O protesto ocorreu porque a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) autorizou reajuste de 6,21% para linhas do transporte semi-urbano que entrou em vigor dia 27 de julho. Segundo a ANTT, o reajuste é anual, previsto em contrato, e ocorre na 2ª quinzena de julho. Em 2008, o aumento foi de 8,19%. Em 2009, em Planaltina, Luziânia, Jardim Ingá – Goiás (região Centro-oeste) as passagens estão 20 centavos mais caras. Os manifestantes reivindicam a redução imediata da passagem, maior qualidade no serviço e redução do tempo de espera na parada. Relatam ainda que estes aumentos intensificam o desemprego, pois muitos deixam de ser contratados por conta do alto custo com transporte. Os rodoviários também iniciam greve por aumento salarial, cesta básica, dentre outros.

5º feira 13

Cerca de 200 agricultores da Via Campesina e do MST ocupam o Sapiens Parque, parque tecnológico e de inovação que abriga empresas em Canasvieiras, Norte da Ilha, em Florianópolis – Santa Catarina (região Sul). Os trabalhadores acusam o empreendimento de usar um espaço público em pesquisas para o capital internacional. Os trabalhadores saíram do Sapiens Parque por volta do meio-dia e fizeram protesto contra privatização do Hemosc, no centro da Capital. No Oeste do estado, a Via campesina realiza acampamento para

debater assuntos sobre a crise econômica, código ambiental e alternativas para agricultura familiar.

Depois de realizar uma passeata com cerca de 800 manifestantes, 12 representantes do MST se reúnem, no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo – SP (região Sudeste), com integrantes do governo do estado. Policiais bloquearam a passeata e impediram a entrada dos manifestantes. Apenas um grupo formado por 12 integrantes do movimento puderam entrar no palácio para tentar negociar com algum representante do governo. Segundo o MST, a intenção é cobrar do governo o atendimento a uma pauta de reivindicações, que incluem, entre outras coisas, o pedido por crédito para fomentar as cooperativas de associações, a renegociação da dívida do Fundo de Expansão da Agricultura e da Pesca (Feap) e a cobrança de infraestrutura para os assentamentos. Além do protesto no Palácio dos Bandeirantes, o MST também ocupa, a sede do Incra na capital paulista mas deixa o local ao final do dia e seguem para o estádio do Pacaembu, onde estão acampados. Segundo informações do MST, apenas um pequeno grupo continua no local participando de uma reunião com o superintendente do instituto, Osvaldo Ali. O encontro, porém, terminou sem avanços e uma nova reunião foi marcada para o daqui a 15 dias. A Marcha Estadual do MST partiu de Campinas (SP) no dia 6 de agosto e chegou a São Paulo no dia 10.

Os 1.000 agricultores da Via Campesina que estão em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul) desde o dia 11 de agosto, realizam um ato público em frente ao Incra. Segundo informações da Agência Chasque, os manifestantes tiveram que ficar no canteiro central da avenida, já que o batalhão de choque da Brigada Militar fechou o acesso ao Incra e ao Ministério da Fazenda. Depois do ato, os agricultores voltaram para as suas cidades, no interior do estado. A ação integra a Jornada de Lutas do MST que busca cobrar do governo federal a realização da Reforma Agrária e o fortalecimento dos assentamentos. O MST exige ainda o descontingenciamento de R\$ 800 milhões do orçamento do Incra para este ano e empenho do órgão na desapropriação e obtenção de terras, além de investimentos no passivo dos assentamentos. As ações também exigem a atualização dos índices de produtividade - que permanecem inalterados desde 1975 - e investimentos para o fortalecimento dos assentamentos na área de habitação, infra-estrutura e produção agrícola.

Mais de 2 mil trabalhadores ligados ao MST e a Via Campesina saem em marcha na do Acampamento Nacional pela Reforma Agrária, nos arredores do estádio Mané Garrincha, em Brasília, rumo à sede do Incra Nacional em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Cerca de 500 trabalhadores ocupam a superintendência regional do Incra, a SR-28. Os trabalhadores iniciam uma vigília na autarquia, em pressão pelo cumprimento das reivindicações apresentadas ao governo federal. Além de pressionar pelo cumprimento da pauta nacional, os manifestantes exigem o assentamento de 800 famílias acampadas no Distrito Federal e Entorno. As ações integram a Jornada de Lutas do MST que busca cobrar do governo federal a realização da Reforma Agrária e o fortalecimento dos assentamentos. O MST exige ainda o descontingenciamento de R\$ 800 milhões do orçamento do Incra para este ano e empenho do órgão na desapropriação e obtenção de terras, além de investimentos no passivo dos assentamentos. As ações também exigem a atualização dos índices de produtividade - que permanecem inalterados desde 1975 - e investimentos para o fortalecimento dos assentamentos na área de habitação, infra-estrutura e produção agrícola.

Cerca de dez estudantes representantes do Diretório Central dos Estudantes da Universidade da Brasília (UnB) e da Central Independentes de Manifestação Ativistas (Cima), realizam, manifestação contra o presidente do Senado, José Sarney (PMDB), e outros parlamentares em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os manifestantes burlaram a segurança e conseguiram entrar no Senado, mesmo com a proibição de acesso de visitantes como medida de prevenção à influenza A (H1N1) – gripe suína. Os estudantes foram agredidos ao fazerem protesto. Eles já haviam tentado realizar um ato no dia 11 de agosto, quando entregariam 11 *pizzas* ao presidente do Conselho de Ética do Senado, Paulo Duque (PMDB-RJ). Quando tentaram mostrar cartazes com frases contra os senadores, principalmente Sarney, os policiais legislativos usaram da força contra os estudantes que, várias vezes, gritaram que o ato era pacífico. No fim do conflito, 9 estudantes, inclusive 2 menores, foram presos pela Polícia Legislativa e só foram liberados no fim da noite, após intervenção dos senadores Cristovam Buarque (PDT), Eduardo Suplicy do Partido dos Trabalhadores (PT) e José Nery (PSOL).

O MST lança nota para denunciar a truculência e tortura empregadas pela Brigada Militar na ação de reintegração de posse da Prefeitura de São Gabriel – Rio Grande do Sul (região Sul), ocorrida no dia 12 de agosto à tarde. Pelo menos trinta pessoas, entre crianças e adultos, ficaram feridos. Algumas pessoas tiveram dedos e braços quebrados durante o despejo forçado realizado pela Brigada Militar. Todos os 250 sem-terra foram identificados e humilhados. Os manifestantes foram encurralados dentro da Prefeitura, onde foram golpeados com cacetete, chutes e tapas dos policiais. As famílias relataram que, enquanto estavam na delegacia para serem identificadas, continuaram recebendo golpes de cacetete, chutes, socos e tapas dos policiais. Segundo informações do próprio Movimento, chegou a ser montado um corredor polônês pelo qual as pessoas foram obrigadas a passar enquanto recebiam chutes e cacetadas. Os sem-terra serviram inclusive como cobaias: a nova pistola elétrica, que deveria ser usada para ajudar em imobilizações durante perseguição policial, foi utilizada para dar choque nas pessoas. No dia de hoje, integrantes do Comitê Estadual Contra a Tortura estão em São Gabriel conversando com as famílias e recolhendo os depoimentos. O MST lança nota para repudiar mais essa ação violenta da Brigada Militar, dirigida pelo subcomandante Lauro Binsfeld - o mesmo que comandou o despejo das mulheres da Via Campesina em uma área da papeleira Stora Enso em Rosário do Sul – Rio Grande do Sul, em 2008, numa ação que resultou em dezenas de manifestantes feridas. O MST também repudia a decisão do prefeito de São Gabriel, Rossano Gonçalves, de ter se negado a conversar com as famílias e ter autorizado a ação da Brigada Militar; e responsabiliza os governos estadual e federal, que não realizam a Reforma Agrária.

Aproximadamente 2 mil trabalhadores do MST ocupam a sede do Incra, na cidade de Recife, estado de Pernambuco (região Nordeste), onde permanecerão até que suas demandas sejam encaminhadas. Uma comissão de negociação da marcha se reúne com os secretários de Agricultura, Saúde e Cidades, com o objetivo de encaminhar concretamente as demandas apresentadas ao Governador, Eduardo Campos, em audiência realizada no dia 10 de agosto. A ação integra a Jornada de Lutas do MST que busca cobrar do governo federal a realização da Reforma Agrária e o fortalecimento dos assentamentos. O MST exige ainda o descontingenciamento de R\$ 800 milhões do orçamento do Incra para este ano e empenho do órgão na desapropriação e obtenção de terras, além de investimentos no passivo dos assentamentos. As ações também exigem a atualização dos índices de

produtividade - que permanecem inalterados desde 1975 - e investimentos para o fortalecimento dos assentamentos na área de habitação, infra-estrutura e produção agrícola.

Centrais sindicais, movimentos sociais e estudantis que vêm construindo a campanha “O petróleo tem que ser nosso” divulgam um anteprojeto para a nova Lei do Petróleo. O anteprojeto visa, segundo as organizações, estabelecer normas que garantam o uso do petróleo em solo brasileiro para benefício do país. A campanha também discorda da posição que o governo vem mostrando sobre a propriedade do petróleo. Para o governo, a área do Pré-sal teria um contrato de partilha: parte das áreas seria explorada pela Petrobrás e parte através de concessão privada. A campanha acredita que a melhor forma seria que todo o petróleo fosse do Estado, administrado por uma Petrobrás pública e totalmente estatizada

6º feira 14

Cerca de 3 mil pessoas participam de um ato político no vão livre do Museu de Artes de São Paulo (Masp), na Avenida Paulista, no centro de São Paulo – SP (região Sudeste). São integrantes de seis centrais sindicais - a Força Sindical, a CUT, a União Geral dos Trabalhadores (UGT), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) e a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) - e de movimentos sociais, que pedem a redução da jornada de trabalho sem redução de salário, investimentos em políticas sociais além de protestar contras as demissões. O MST leva cerca de mil pessoas para a manifestação. Os manifestantes saíram da Praça Oswaldo Cruz e seguiram em passeata até o Masp. O ato é parte da Jornada Unificada de Lutas. A justificativa dos sindicalistas para a necessidade da redução é que a produtividade do Brasil cresceu muito e os trabalhadores não tiveram ganho. O conjunto de entidades saúda a jornada de lutas do MST, que exige o assentamento das 90 mil famílias acampadas, o descontingenciamento de R\$ 800 milhões do orçamento do Incra e a atualização dos índices de produtividade, intocados desde 1975. O Movimento cobra também investimentos para o fortalecimento dos assentamentos na áreas de habitação, infra-estrutura e produção agrícola, uma vez que 45 mil famílias foram assentadas apenas no papel. Uma das preocupações das centrais sindicais é a pressão dos empresários contra a redução da jornada de trabalho.

Cerca de 800 militantes, após uma semana de marcha, chegam em Campo Grande – Mato Grosso do Sul (região Centro Oeste), e ocupam o estacionamento e a frente do prédio do Incra. A ação integra a Jornada de Lutas do MST que busca cobrar do governo federal a realização da Reforma Agrária e o fortalecimento dos assentamentos. O MST exige ainda o descontingenciamento de R\$ 800 milhões do orçamento do Incra para este ano e empenho do órgão na desapropriação e obtenção de terras, além de investimentos no passivo dos assentamentos. As ações também exigem a atualização dos índices de produtividade - que permanecem inalterados desde 1975 - e investimentos para o fortalecimento dos assentamentos na área de habitação, infra-estrutura e produção agrícola.

Cerca de mil pessoas fazem protesto organizado pelo MST e pelas centrais sindicais, no centro de Curitiba – Paraná (região Sul). A direção do MST afirma que há marchas e

manifestações em 23 estados, além do Distrito Federal, de acordo com O Estado de São Paulo. As ações integram a Jornada de Lutas do MST que busca cobrar do governo federal a realização da Reforma Agrária e o fortalecimento dos assentamentos. O MST exige ainda o descontingenciamento de R\$ 800 milhões do orçamento do Incra para este ano e empenho do órgão na desapropriação e obtenção de terras, além de investimentos no passivo dos assentamentos. As ações também exigem a atualização dos índices de produtividade - que permanecem inalterados desde 1975 - e investimentos para o fortalecimento dos assentamentos na área de habitação, infra-estrutura e produção agrícola.

Cerca de 8 mil trabalhadores de 40 fábricas da capital São Paulo – SP (região Sudeste) participam de assembleias de mobilização pela redução da jornada. Os trabalhadores paralisam suas atividades por duas horas, segundo informou o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes. Os trabalhadores pedem a redução da jornada de trabalho sem redução de salário, investimentos em políticas sociais além de protestar contras as demissões. Segundo o presidente do sindicato de São Paulo e Mogi das Cruzes, Miguel Torres, entre os principais pontos reivindicados pelos trabalhadores estão a adesão das empresas à licença maternidade de 180 dias e ao plano de estabilidade de funcionários doentes e em vias de aposentadoria. A pauta deverá ser entregue a seis grupos de representação patronal no dia 27 de agosto, para a definição de uma agenda de negociações. De acordo com Miguel Torres, as discussões com o patronato devem se estender até 1º de novembro, data base da categoria. Durante o período, deverá ser negociado também um percentual de reajuste. O sindicalista explicou que os metalúrgicos ainda não definiram qual o percentual de aumento que será pedido porque ainda estão realizando um levantamento do crescimento da indústria. Ele descarta, no entanto, a possibilidade de não haver o reajuste por causa da crise financeira. O ato é parte da Jornada Unificada de Lutas.

Centenas de manifestantes de diversas centrais sindicais e movimentos sociais se concentram em frente à Igreja da Candelária e depois seguem em passeata pela Avenida Rio Branco, uma das principais do centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A atividade faz parte da Jornada Nacional de Lutas. A manifestação, que ocorre em vários estados brasileiros, é um protesto contra demissões injustificadas, pela redução da jornada de trabalho sem perdas salariais e em defesa de investimentos em políticas sociais. O último ponto da Jornada Nacional de Lutas no Rio é uma manifestação em frente à sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), também no centro.

Bancários realizam passeata e manifestação em frente ao Banco Central no Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste). Os trabalhadores protestam para lançar a campanha salarial deste ano de 2009. Nesta semana, sindicatos regionais da categoria também lançaram a campanha em várias cidades com o mesmo *slogan*: "Bancos abusam. Cadê a responsabilidade social?". Segundo a PM, o ato reuniu cerca de 300 manifestantes. A segurança em frente prédio foi reforçada pela PM e a entrada de pessoas na instituição que não estivessem com crachá foi impedida. Segundo nota divulgada pelo Sindicato dos Bancários de Brasília, entre as principais reivindicações dos trabalhadores do Distrito Federal estão reajuste de 10%; participação nos lucros e resultados de três salários mais R\$ 3.850; "fim das metas abusivas e do assédio mora"; aprovação de Plano de Carreiras, Cargos e Salários (PCCS); valorização dos pisos e das verbas; mais segurança nas agências

para bancários e clientes e redução dos juros e das tarifas. O presidente do sindicato, Rodrigo Britto, afirmou que a negociação neste ano será mais difícil. Isso porque, segundo ele, os bancos devem argumentar que, com a crise, houve redução dos lucros e, dessa forma, não há como atender às reivindicações dos funcionários. “Entretanto, mesmo com a crise, os lucros foram altos”, argumentou.

Trabalhadores do MST promovem marcha na Esplanada dos Ministérios, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). A marcha contou com o apoio de entidades sindicais, como a CUT, Conlutas, Marcha Mundial de Mulheres (MMM), Movimento dos Trabalhadores dos Empregados (MTD) e Intersindical, além da Via Campesina, e reuniu cerca de 4 mil manifestantes. O ato faz parte da Jornada Contra a Crise, que programou atos em todo o país. A marcha partiu do Estádio Mané Garrincha – onde os integrantes do MST ficarão acampados até o próximo dia 21 – e percorreu os dois sentidos da Esplanada dos Ministérios, passando pelo Congresso Nacional. Os manifestantes cumpriram o trajeto que havia sido acordado com a PM do Distrito Federal, que reforçou a segurança a fim de evitar ocupação de ministérios, como ocorreu no primeiro dia de manifestações. Alguns sindicatos aproveitaram o evento para fazer reivindicações. “Estamos aqui em apoio aos colegas do MST, mas também para chamar a atenção para os riscos que o fim do monopólio postal pode causar para o país”, disse o presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios no DF, Moisés Leme. Segundo ele, o fim desse monopólio pode resultar na perda de 116 mil postos de trabalho e no fechamento de 6 mil agências dos Correios. A CUT aproveitou a marcha para defender a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais. “Além disso viemos defender a redução da taxa Selic e o fim do superavit primário”, disse o secretário de Políticas Sociais da CUT-DF, Ismael José César. Críticas à forma como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vem conduzindo a reforma agrária no país vieram, inclusive, de integrantes do próprio partido do presidente. “Ele [Lula] falhou por não ter dado a agilidade esperada para implementar a reforma agrária”, avaliou o dirigente do PT no Distrito Federal, Cícero Rola. O MST aguarda a posição do governo sobre a pauta que foi apresentada pelo movimento durante reunião com uma equipe interministerial realizada no dia 12 de agosto. Também participam do ato o Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Distrito Federal (Sindjus-DF) e Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe). Os dirigentes do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – Sindicato Nacional (Andes-SN), Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra Sindical) e Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) que cobram do governo o cumprimento dos acordos firmados com as diversas categorias do funcionalismo federal, reajuste anual e reposição das perdas salariais. A manifestação foi pacífica e sem incidentes segundo a PM.

Cerca de 2,5 mil trabalhadores, ligados à CUT, ao Conlutas, CTB e do Fórum de Servidores Públicos Estaduais do Rio Grande do Sul (FSPE/RS), militantes do PT, PSOL e PSTU e de movimentos como a Via Campesina, além de estudantes e alguns populares, de protestam em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). A manifestação é contra o desemprego e pede o afastamento da governadora Yeda Crusius (PSDB). O protesto também integra a Jornada Nacional Unificada organizada por centrais sindicais, estudantes e movimentos sociais, que defendem mudanças na política econômica e a manutenção de direitos trabalhistas. Servidores públicos levaram, até o Palácio da Polícia, bonecos

representando Yeda e os demais oito réus denunciados pelo Ministério Público Federal por envolvimento na fraude do Detran. Os servidores seguem em caminhada até o Palácio Piratini, onde se encontram com a marcha organizada pela CUT e demais movimentos sociais, que havia saído da frente da sede da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs). Ao mesmo tempo, outros 150 simpatizantes da administração fazem manifestação em defesa de Yeda na esplanada da Assembléia Legislativa, também no centro da capital gaúcha. O padre Rudimar Dal Asta, ligada à Via Campesina, é detido durante o protesto. Os atos ocorrem no mesmo dia em que a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul anuncia a abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar supostos atos de corrupção no governo de Yeda.

Cerca de 1.500 pessoas, de acordo com informações da Agência Brasil de Fato, fazem uma manifestação em Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste). O ato integra o dia Nacional de Lutas que reivindica entre outros pontos a redução de jornada de trabalho, o fim do fator previdenciário e a defesa do petróleo. O movimento incorpora lutas específicas do estado como a denúncia do choque de gestão do governo Aécio Neves, contra a “privatização branca” da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) e da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa). O protesto tem a participação das reivindicações dos servidores públicos municipais, dos movimentos por moradia popular e dos trabalhadores metalúrgicos.

Cerca de 400 integrantes da Via Campesina e trabalhadores do Portocel - porto da empresa Aracruz Celulose, localizado em Barra do Riacho, município de Aracruz no estado do Espírito Santo (região Sudeste) - paralisam as atividades portuárias. A ação integra a Jornada Nacional Unificada de Lutas no Espírito Santo, e acontece sob o lema “Os trabalhadores não vão pagar pela crise!”. O motivo da paralisação, para os trabalhadores do Portocel, organizados no Sindicato Unificado da Orla Portuária no Espírito Santo (Suport), são as precárias condições de trabalho oferecidas pela empresa Aracruz Celulose, bem como a queda de 50% em sua remuneração, sob a alegação dos impactos da crise econômica sobre a empresa. Outro motivo apresentado pelos trabalhadores do porto é o fato de que a empresa não ter cumprido o acordo coletivo com a categoria, que tratava de aumento nos salários e de mudanças na metodologia de funcionamento das atividades portuárias.

Centenas de pessoas do MAB e a Via Campesina, realizam uma manifestação no pedágio da transnacional OHL, na Rodovia Régis Bittencourt, altura da cidade de Cajati – Km-485, no estado de São Paulo (região Sudeste). O protesto é contra a construção das barragens no rio Ribeira do Iguape, que até agora é o único rio de médio porte sem barragens no estado de São Paulo. A Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto é pleiteada pela Companhia Brasileira de Alumínio, empresa do grupo Votorantim. A obra destruiria, segundo o MAB, o rio e a vegetação ribeirinha, além de fazer parte de um projeto de desenvolvimento da Votorantim que consome grande quantidade energia elétrica que tem como único objetivo produzir para o exterior minérios e celulose.

Cerca de 350 trabalhadores do campo da Via Campesina bloqueiam o cruzamento das rodovias AL-145 e BR-423, o conhecido trevo Maria Bode, entre as cidades de Delmiro Gouveia, Paulo Afonso e Água Branca todas no estado de Alagoas (região Nordeste). A

ação faz parte da Jornada Nacional Unificada de Lutas, convocada por todas as centrais sindicais do país e movimentos populares do campo e da cidade para questionar o modelo de desenvolvimento. O ato é uma crítica aos grandes projetos de empreiteiras como a Transposição do Rio São Francisco ou o Canal do Sertão, que segundo os movimentos, representam o que há de mais agressivo vindo das elites fundiárias locais.

Cerca de 200 integrantes da Assembléia Popular participam do Ato Unificado da Jornada Nacional de Lutas e conquistam, novamente, a Tarifa Social de Energia Elétrica. Os manifestantes ocupam a sede da empresa Escelsa, no centro de Vitória, estado do Espírito Santo (região Sudeste), e realizam a entrega das auto-declarações solicitando a tarifa social de energia. Todos protocolaram o documento e já devem receber o desconto a partir da próxima conta. A Assembléia Popular, por meio da campanha “O preço da luz é um roubo!”, organiza a população dos bairros da Grande Vitória em torno da bandeira da Tarifa Social de Energia, que possibilita um desconto na conta de luz para quem consumir entre 80 e 180 kwh de energia elétrica e que tenha ligação monofásica.

Cerca de mil manifestantes, pertencentes a movimentos articulados pela Assembléia Popular tais como MTD, Via do Trabalho, Cáritas, Jubileu Brasil, Campanha Reaja, Direito em Questão e Consulta Popular entre outros, fazem um grande ato em protesto contra a crise financeira e as privatizações na cidade de Salvador - Bahia (região Nordeste). Militantes de diversos movimentos negros, comunidades organizadas, movimentos sociais e de direitos humanos fortalecem a abertura do I Encontro Popular Pela Vida e por um outro Modelo de Segurança Pública (ENPOSP). Temas como: segurança pública, violência policial e execuções sumárias; violência para-militar e grupos de extermínio; violência penal, política carcerária nacional e defesa de direitos de presas e presos e seus familiares; saúde e segurança; representação criminal nas mídias e nas artes; sistema de Justiça Criminal e os limites da política nacional de segurança – Sistema Único de Segurança Pública (Susp), Plano Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci) e o processo de construção da Primeira Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg) são debatidos no ato.

Sindicato dos Jornalistas e a CUT de Sergipe realiza ato contra o ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes em Aracaju – Sergipe (região Nordeste). Ele estará proferindo a palestra de encerramento da 8ª Semana Jurídica Nacional promovida pela Universidade Tiradentes. De acordo com o Sindicato dos Jornalistas do Paraná (Sindijor), a intenção é reforçar ações pelo “fora Gilmar”, que deverão ganhar apoio em outros estados do país.

Relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) conclui que a demarcação de terras não garante a proteção dos índios e um “paternalismo entrincheirado” ainda impede que esses grupos no Brasil possam de beneficiar de seus direitos, de acordo com missão realizada pelo relator da ONU para Povos Indígenas, James Anaya, em agosto de 2008. A ONU admite avanços e o compromisso do governo em certas áreas, no entanto, as conclusões são negativas e pedem que os interesses dos indígenas sejam considerados nos projetos de desenvolvimento econômico e de infraestrutura. Em relação à Funai, a ONU não poupa críticas e alerta para a falta de recursos, além de fazer 23 recomendações sobre

como mudar o cenário através de campanhas nacionais de conscientização do respeito aos indígenas e do aumento de indígenas em postos políticos.

Cerca de 120 militantes da Frente Nacional de Movimentos Urbanos (FNMU) organizados no Movimento dos Conselhos Populares (MCP) realizam ato-denúncia contra a especulação imobiliária e a ação dos grandes grupos econômicos e ocupam a entrada da sede da Fundação Habitacional de Fortaleza – Ceará (região Nordeste), (Habitafor), exigindo agilidade no cumprimento das pautas de moradias dos seus núcleos e desapropriação de área para fim de moradia. Uma das pautas mais recentes e urgentes é a da ocupação Raízes da Praia, onde o movimento exige a desapropriação do terreno que é reivindicado pelo grupo Otoch.

Sábado 15

A Organização Não Governamental (ONG) Rio de Paz, instala um placar na Praia de Copacabana, na zona sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), para expor ao público, os principais índices da violência no estado. O placar, montado mostra o número acumulado das ocorrências criminais de janeiro de 2007 a maio de 2009, com base nas estatísticas oficiais do governo do estado. O total de homicídios ocorridos no estado no período (14.609) ou o número de pessoas mortas supostamente em confronto com a polícia, os chamados autos de resistência (2.921). O placar mostra ainda os números de lesões corporais (181.062), de policiais mortos em serviço (70) e o acumulado de ocorrências de pessoas desaparecidas (11.990). Segundo o diretor da ONG Rio de Paz, Antonio Carlos Costa, o objetivo do Placar da Violência é de divulgar as informações para a população. A ideia era montar o placar há três semanas, mas só agora a prefeitura do Rio de Janeiro autorizou a sua instalação na areia da Praia de Copacabana. Segundo Costa, o placar será mantido no local enquanto a prefeitura autorizar ou até o momento em que os índices de violência forem reduzidos no estado.

Cerca de 100 estudantes fazem, manifestação em frente à casa do presidente do Senado, José Sarney (PMDB), em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). A polícia interditou as vias de acesso à residência, num raio de 1 quilômetro, e somente os moradores que se identificam têm acesso ao local. A manifestação foi convocada em todo o Brasil por meio do microblogger Movimento Fora Sarney, no Twitter.

Cerca de 500 pessoas, segundo os organizadores, participam da manifestação Fora Sarney nos Arcos da Redenção, na capital Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Os manifestantes, segundo informou os coordenadores do movimento, usaram bigodes postiços, apitos, faixas e bandeiras do Brasil. Segundo um dos fundadores do movimento, Moah Sousa, ele foi inspirado em campanha semelhante contra o treinador de futebol Wanderley Luxemburgo, quando era treinador do Palmeiras. Além de Moah Sousa, mais duas pessoas, Vinicius Vollrath e João Batista Schermann Francisco, começaram a partir de Porto Alegre os protestos pela *internet*. “Estamos com mais de 80 mil acessos no *site*, e 33 mil postaram mensagens contra a permanência de Sarney na presidência do Senado”, disse Moah à Agência Brasil.

Professores de Roraima (região Norte) deflagram greve Os professores do interior fortalecem o movimento no âmbito estadual, mesmo sem apoio efetivo do sindicato, paralisando totalmente as escolas nos municípios, sobretudo no sul do estado. Os grevistas são mobilizados pelo Movimento de Organização dos Trabalhadores em Educação do Estado de Roraima (MOTE-RR), oposição à atual diretoria do SINTER, que eles afirmam estar “capitaneada pelos partidos pequeno burgueses PT, Partido Comunista do Brasil (PC do B) e PSOL e suas políticas de colaboração de classe”. Eles afirmam lutar por sindicato “politizado (em sintonia com as lutas anticapitalistas locais, nacionais e globais) e sensível às precárias condições de trabalho do profissional de educação em Roraima”.

Domingo 16

Cerca de 150 famílias do MST ocupam a fazenda Rio Novo, na cidade de Paracambi, estado do Rio de Janeiro (região sudeste). A área, que compreende 700 hectares, foi vistoriada pelo Incra em 2007 e considerada improdutiva. Os sem-terra afirmam que permanecerão acampados até que o processo de desapropriação seja encaminhado. O processo de desapropriação da área já está em Brasília. A ação faz parte da Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária que o MST está realizando, junto com outros movimentos que compõem a Via Campesina.

Um acidente entre um ônibus e um bondinho em Santa Teresa, Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (região Sudeste), gera conflitos entre os moradores e a prefeitura. Após o acidente, ocorrido por volta das 11h, moradores de Santa Teresa protestaram com cartazes que traziam frases como “bonde assassino” e “tecnologia assassina”. Para o vice-presidente da Associação de Moradores e amigos de Santa Teresa (Amast), os novos bondes, que começaram ser reformados em 2006 pela empresa T’Trans, do município de Três Rios, são inadequados para circular no bairro. Desde que a reforma começou, a Amast denuncia os erros cometidos, como a descaracterização dos bondes e as mudanças impróprias em seu sistema mecânico.

2º feira 17

Os integrantes do MAB e da Via Campesina realizam em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), um protesto em frente ao Ministério de Minas e Energia, para denunciar as consequências ambientais e sociais do atual modelo energético brasileiro. Segundo a assessoria do MAB, cerca de 500 pessoas participaram da manifestação. A mobilização integra as atividades do Acampamento Nacional Pela Reforma Agrária, que acontece desde o dia 10 de agosto. Para os coordenadores da organização, a opção pela construção de grandes barragens, sem consulta às populações afetadas pelas obras, tem deixado milhares de pessoas desabrigadas e não tem sido fator de redução do preço da energia. Segundo Joceli Andreoli, um dos coordenadores nacionais do MAB, as tarifas energéticas brasileiras estão entre as mais caras do mundo, embora a principal fonte da matriz nacional seja a energia hidráulica, considerada de produção barata, e o país dispor de grandes mananciais. De acordo com o coordenador do MAB, desde a década de 1970, quando a construção de grandes usinas hidrelétricas se espalhou por todo o país, o Estado brasileiro vem

acumulando uma enorme dívidas com milhares de pessoas que tiveram que deixar suas terras, suas raízes e, em muitos casos, seu meio de subsistência. Andreoli citou dados da Comissão Mundial de Barragens, entidade ligada ao Banco Mundial, que, em 2002, calculou que, somente no Brasil, 1 milhão de pessoas já haviam sido “expulsas” de suas terras por causa das barragens, e 70% delas não teriam recebido até hoje a indenização ou reassentadas em outras áreas. O Ministério de Minas e Energia informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que convidou um grupo de representantes do MAB para uma reunião com o ministro Edison Lobão. O convite, segundo a assessoria, foi recusado. A assessoria do MAB não confirmou o convite feito pelo ministério, mas informou que a proposta da organização era de realizar apenas o protesto, pois o ministério já conhece quais são as reivindicações do movimento. Sobre a acusação do coordenador do MAB, de que as tarifas elétricas brasileiras estariam entre as mais caras do mundo, o ministério disse não possuir dados comparativos com os valores cobrados em outros países.

Os 3 mil integrantes do MST e de outros movimentos sociais que integram a Via Campesina fazem um ato em defesa do petróleo e da soberania nacional, no Acampamento Nacional por Reforma Agrária, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-Oeste). Também participam da atividade trabalhadores petroleiros e o ex-diretor de Gás e Energia da Petrobras, Ildo Sauer, que integra o Instituto de Eletrotécnica e Energia, Programa Interunidades de Pós Graduação em Energia, Universidade de São Paulo (USP). Os sindicatos de petroleiros, movimentos sociais e centrais sindicais fazem a campanha “O Petróleo tem que ser nosso”, que articula mais de 30 entidades na luta por uma nova Lei do Petróleo, que garanta o controle popular sobre as reservas brasileiras.

A juíza Simone Barbiisan Forte libera a governadora Yeda Crusius (PSDB) de prestar depoimento no processo sobre a fraude no Detran. Yeda foi indicada pelo réu e ex-presidente do órgão, Flavio Vaz Netto como sua testemunha de defesa. A governadora foi substituída por outra testemunha. Segundo informações, o advogado de Vaz Netto não teria mais interesse em colher o depoimento de Yeda porque também está envolvida no caso. A governadora foi denunciada pelo Ministério Público Federal por improbidade administrativa.

3º feira 18

Estudantes do Centro Acadêmico 11 de Agosto, da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, da Universidade de São Paulo (USP) participam de manifestação contra a corrupção no Brasil, simultaneamente à abertura da exposição do Museu da Corrupção (Muco), no Pátio das Arcadas, no *campus* universitário do Largo São Francisco, região central da capital São Paulo – SP (região Centro-oeste). Durante o protesto, a presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto, Talita Nascimento, leu um manifesto contra a corrupção e a impunidade e, em seguida, foram distribuídas pizzas batizadas com os nomes de parlamentares envolvidos em algum tipo de escândalo. A manifestação e a abertura do museu foram organizadas em parceria pela Associação Comercial de São Paulo e pelo Centro Acadêmico XI de Agosto, e o objetivo é trazer para o plano físico o Muco, que já existe na internet. Segundo o diretor do jornal Diário do Comércio, ligado à Associação Comercial de São Paulo, Moisés Rabinovici, o museu é um acervo de informações sobre

todos os escândalos da política brasileira. Durante o ato foi lançado um abaixo-assinado pedindo o afastamento de Sarney da presidência do Senado enquanto as denúncias não forem apuradas. Em um manifesto, os estudantes se posicionaram contra os atos secretos e a corrupção do Senado e pediram ainda que seja feita reforma política. O protesto marca também uma exposição no Museu da Corrupção no pátio da faculdade. Até o início da tarde, o manifesto contra os atos secretos e a corrupção no Senado tinha cerca de 2.900 assinaturas e pode ser acessado e assinado no www.petitiononline.com/xisenado. Escrito pelos estudantes, o manifesto destaca que a reincidência de escândalos faz com que a arte da política, vista com admiração desde a cultura grega, seja encarada como algo digno de escárnio. O texto aponta distorções do jogo democrático que favorecem "o pequeno grupo que se apoderou da máquina pública" e lembra que voltaram à atualidade "genuínas expressões de um passado coronelista", como nepotismo, apropriação de recursos públicos e negociação de cargos.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, garantiu a atualização dos índices, fixados em 1980 com base no censo agropecuário de 1975, dentro de 15 dias em reunião realizada em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). A revisão dos números é um dos principais pontos da pauta de reivindicações apresentada pelo MST na última semana. O MST também comemorou o compromisso de desapropriação imediata da Fazenda Nova Felicidade, em Felisburgo – Mato Grosso (região Centro-oeste), onde cinco trabalhadores sem-terra foram assassinados em 2004, e o descontingenciamento de R\$ 338 milhões do Incra para ser investido em aquisição de terras para assentamentos. “A jornada de mobilização do MST, até o presente momento, tem sido vitoriosa. Tivemos três grandes conquistas até agora”, frisou Martini. Há, no entanto, um descompasso em relação à demanda por assentamentos. O MST pede o assentamento de 90 mil famílias, mas, segundo Cassel, os R\$ 338 milhões liberados são suficientes para 70 mil famílias. A mobilização integra a Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária. O Acampamento Nacional pela Reforma Agrária e as mobilizações realizadas pelo MST e pelos movimentos da Via Campesina garantem conquistas da pauta dos sem-terra e conseguem colocar em discussão no núcleo central do governo medidas para a realização da Reforma Agrária. A comissão interministerial anuncia medidas em prol da pauta do MST e Via Campesina, diante do quadro de lentidão da Reforma Agrária, avanço do agronegócio e crise econômica mundial.

O Grupo de Fiscalização de Trabalho Escravo encontra cerca de 30 trabalhadores em condições degradantes na Fazenda Faxinal dos Santos, localizada na divisa das cidades de Bituruna e General Carneiro no estado do Paraná (região Sul). Os trabalhadores colhiam erva-mate para a madeireira Miguel Fortes. De acordo com os integrantes da fiscalização, os trabalhadores estavam alojados em 9 barracos de lona sem instalação sanitária e água potável. Os proprietários da fazenda firmaram acordo e vão pagar R\$ 300 mil por danos morais coletivos e mil reais como indenização para cada trabalhador.

A multinacional de sementes transgênicas Monsanto obtém uma liminar em mandado de segurança que impede a distribuição da cartilha “O Olho do Consumidor”, produzida pelo Ministério da Agricultura para divulgar a criação do Selo do Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica (SISORG), que pretende padronizar, identificar e valorizar produtos orgânicos, orientando o consumidor. Segundo o CMI, o arquivo foi retirado do *site* do Ministério.

4º feira 19

O Ministério Público Federal (MPF), em Joaçaba – Santa Catarina (região Sul), denuncia uma dupla de empresários por manter 60 trabalhadores indígenas em condições semelhantes a de escravos no município vizinho, em Herval d'Oeste. Os dois empresários, que não tiveram seus nomes revelados, usavam um aliciador de mão-de-obra para atrair homens da Terra Indígena Chapecó, município de Ipuacu – Santa Catarina, para trabalhar com corte e desgalho de pinus e eucalipto em uma propriedade rural. Segundo o procurador da República Anderson Lodetti Cunha de Oliveira, autor da denúncia, os índios viviam em um barraco sem energia elétrica, sem camas e com goteiras. Para dormir, utilizavam espumas sobre estrados de madeira, enquanto outros dormiam no chão. “Após a denúncia, nós fizemos uma vistoria no local e descobrimos também que durante quatro anos vários indígenas kaigangs eram trazidos da aldeia para servirem como trabalhadores nas condições degradantes como narramos no processo”, afirma o procurador. Anderson explica ainda que os trabalhadores não tinham água tratada, sanitários ou esgoto nem chuveiro. Cerca de 60 indígenas, tomavam banho, lavavam a roupa e bebiam água do mesmo açude, que ficava próximo ao barraco. Os indígenas tinham jornada semanal de 53 horas e não usavam qualquer equipamento de segurança. Os denunciados estão soltos e responderão o processo em liberdade.

Manifestantes protestam na Praça da Sé em São Paulo – SP (região Sudeste) para lembrar o massacre de sete moradores de rua ocorrido há cinco anos no centro da cidade de São Paulo. Os manifestantes denunciam o descaso das autoridades em relação à chacina e cobraram providências para punir os responsáveis pelo assassinato do grupo formado por catadores de lixo. Durante o protesto, os manifestantes exibiram faixas com os nomes das vítimas e outras duas pessoas não identificadas. Os manifestantes também repudiam a revista Veja e a reportagem “Profissão Mendigo” publicada na Veja São Paulo.

Integrantes do MST começam a desfazer o Acampamento Nacional pela Reforma Agrária, montado desde o dia 10 nos arredores do Estádio Mané Garrincha, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). O aceno positivo do governo para atender pelo menos parte da pauta reivindicada pelo MST levou os integrantes do movimento a desfazer o acampamento. No dia 20 de agosto, os sem-terra devem retornar aos seus estados onde vivem acampados ou assentados. A coordenação nacional do MST informou que, apesar do término da manifestação – que teve o objetivo de cobrar dos governos federal e estaduais medidas a favor da Reforma Agrária no país –, a mobilização continua mantida, visando ao cumprimento, por parte do Poder Público, dos compromissos assumidos. O MST reivindicou a atualização dos índices de produtividade, o descontingenciamento do orçamento do Incra para a obtenção de terras e a desapropriação da Fazenda Nova Alegria, em Felisburgo em Minas Gerais (região Sudeste). Esses pontos, segundo a coordenação, foram garantidos pelo governo durante reunião realizada no dia 18. Neste dia 19 de agosto, o presidente Lula assinou o decreto de desapropriação da fazenda. Nos próximos dias a determinação deve ser publicada no Diário Oficial da União.

5º feira 20

Cerca de 45 assentados e acampados da Fronteira Oeste gaúcha iniciam uma vigília em frente à sede da Justiça Federal da cidade de Santana do Livramento, estado do Rio Grande do Sul (região Sul). Os sem-terra exigem que o juiz Belmiro Krieger libere o processo de desapropriação das fazendas 33 e Antoniazzi, na cidade de São Gabriel - Rio Grande do Sul (região Sul). Também querem que os recursos do Incra liberados pelo governo federal sejam investidos rapidamente nos assentamentos, incluindo o da cidade de São Gabriel. Nas áreas, poderiam ser assentadas mais de 400 famílias. Os trabalhadores afirmam que a vigília permanecerá até que o juiz reveja a decisão que suspendeu os processos de desapropriação. Neste mesmo dia, o Diário Oficial da União anunciou o decreto de desapropriação, para fins de Reforma Agrária, da Fazenda Nova Alegria, em Felisburgo, no estado de Minas Gerais (região Sudeste). Além de ser uma antiga reivindicação das famílias sem-terra - que estão acampadas na região há mais de sete anos - a fazenda foi palco de um massacre que vitimou cinco trabalhadores, em 2004.

A fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego libertou 14 trabalhadores de condições análogas à escravidão nas cidades de São José do Norte e Mostardas, na região litorânea Sul no Rio Grande do Sul (região Sul). Eles trabalhavam em uma lavoura de eucalipto, usada para produzir madeira e resina, matéria-prima que se presta para a produção de breu, shampoo e chicletes. Os funcionários estavam sem água potável e dormitório apropriado, sem segurança e trabalhavam sem carteira assinada. Ainda se alimentavam em local indicado pelos aliciadores, em que os preços eram superfaturados. Muitos dos trabalhadores acabavam o mês sem ter o que receber. A fiscalização encaminhou as rescisões, o seguro-desemprego e o retorno dos trabalhadores às suas casas.

Moradores do bairro de Santa Teresa, Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (região Sudeste) fazem uma manifestação na Assembléia Legislativa (Alerj) após reunião realizada na Associação de Moradores de Santa Teresa. Após acidente ocorrido com Bondes do bairro, os moradores decidiram pedir ao estado que os bondes reformados, considerados inseguros pela entidade, sejam substituídos pelos antigos.

6º feira 21

O trabalhador rural Elton Brum da Silva é morto em São Gabriel – no Rio Grande do Sul (região Sul) pela Brigada Militar, que faz o despejo da Fazenda Southall à Santa Casa do município. O sem-terra de 44 anos, foi morto com um tiro de espingarda calibre 12. Pelo menos 13 pessoas, entre sem-terras e policiais ficaram feridas no confronto. O tiro que atingiu o sem-terra foi disparado nas suas costas. Cerca de 300 policiais executaram o mandado de despejo na fazenda ocupada por aproximadamente 550 integrantes do MST. Os militantes afirmam que estavam desarmados e que os policiais chegaram ao acampamento atirando. A Brigada Militar declara que os policiais foram atacados com bombas e pedradas.

Mais de 100 militantes de diferentes organizações sociais realizam ato simbólico no centro da cidade de Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul), em repúdio ao assassinato do

trabalhador rural sem-terra Elton Brum pela Brigada Militar do Rio Grande do Sul (região Sul), em São Gabriel, no estado.

Sábado 22

}O MST divulga nota pública sobre o assassinato de Elton Brum pela Brigada Militar do Rio Grande do Sul (região Sul). A nota denuncia a truculência da polícia e responsabiliza o governo Yeda Crusius (PSDB), o Ministério Público Estadual e o Poder Judiciário pelos acontecimentos de São Gabriel. Segundo o MST, as informações sobre o despejo apontam que Brum foi assassinado quando a situação já se encontrava controlada e sem resistência. Os sem-terra denunciam que além da morte do trabalhador, a ação resultou ainda em dezenas de feridos, incluindo mulheres e crianças, com ferimentos de estilhaços, espadas e mordidas de cães. Eles fazem a denúncia contra a governadora; o Coronel Lauro Binsfield, comandante da Brigada Militar; o Poder Judiciário, por impedir a desapropriação e a emissão de posse da Fazenda Antoniasi, onde Elton Brum seria assentado; e o Ministério Público Estadual de São Gabriel, por se omitir quando as famílias assentadas exigiam a liberação de recursos já disponíveis para a saúde e a construção da escola de 350 famílias. A Polícia Militar gaúcha admitiu a responsabilidade pela morte de um sem-terra, ao declarar em nota do jornal O Globo que “houve erro na execução da operação” de desocupação da Fazenda Southall. O responsável pela ação, o coronel Lauro Binsfeld, foi afastado do cargo de subcomandante geral da corporação. Em entrevista e em nota oficial, o comandante-geral, coronel João Carlos Trindade Lopes, disse que o planejamento “não foi seguido na íntegra”, pois houve a instrução para o uso de munição não letal.

Cerca de mil pessoas participam de marcha em protesto pela morte do sem-terra Elton Brum da Silva, 44, morto com um tiro de escopeta durante a operação de reintegração de posse de uma fazenda, em São Gabriel, a 321 km de Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul), conforme a Folha de São Paulo. A Brigada Militar afastou o subcomandante-geral da corporação, coronel Lauro Binsfeld, que chefiou a operação de despejo, como também reporta O Estado de São Paulo.

Manifestantes realizam ato para pedir a saída do presidente do Senado, José Sarney (PMDB), em diversas capitais brasileiras. Em São Paulo – SP (região Sudeste), os manifestantes se reúnem no vão livre do Museu de Arte de São Paulo (MASP) e saem em passeata. Segundo o Datafolha, “74% dos brasileiros defendem que Sarney deixe a Presidência do Senado; 36% preferem um afastamento temporário e 38% a renúncia dele” (rever, o numero não bate, soma mais de 100%!).

Aproximadamente 150 estudantes participaram do ato, no Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (região Sudeste) com os rostos pintados, narizes de palhaço, apitos, caixas de pizzas e cartazes escritos “Fora Sarney!”. Os Manifestantes reivindicam a saída do presidente do Senado, José Sarney (PMDB). O ato foi acompanhado por PMs armados com fuzis. O grupo percorreu as ruas do bairro do Flamengo, Zona Sul do Rio, até o prédio onde mora o presidente do Conselho de Ética, senador Paulo Duque (PMDB-RJ), responsável por arquivar as denúncias contra Sarney por suspeitas de nepotismo, tráfico de influência, desvio de recursos públicos e envolvimento com atos secretos.

Protestos contra a permanência de José Sarney (PMDB-AP) na Presidência do Senado tomam as ruas de Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Cerca de 40 estudantes secundaristas e universitários foram até a frente da casa do senador, no Lago Sul, pedir sua renúncia. Os estudantes queixam-se da truculência dos seguranças do senador, que os expulsaram da rua sem saída onde Sarney reside.

Cerca de 40 integrantes do grupo Frente 3 de Fevereiro realizam protesto no supermercado Carrefour de Osasco – São Paulo (região Sudeste). No estabelecimento, o técnico em eletrônica, Januário Santana, que é negro, foi agredido por seguranças no dia 7 de agosto. Santana teria sido confundido com um ladrão ao entrar no próprio carro, segundo o jornal O Estado de São Paulo.

Domingo 23

Moradores de Santa Teresa, no centro do Rio de Janeiro (região Sudeste), realizam um ato público para reclamar do descaso do governo do estado na gestão do sistema de bondes do bairro, tradicional ponto turístico da cidade. O protesto ocorreu uma semana depois do acidente entre um bonde, um táxi e um ônibus que matou a professora Andréa de Jesus Resende, 29 anos, e deixou nove pessoas feridas. Ao ser atingido pelo táxi numa rua do bairro, o sistema de freios eletrônicos, implantado recentemente no bonde, falhou e o veículo desceu de ré, batendo, em seguida, na lateral do ônibus, que subia a ladeira. A vice-presidente da Associação de Moradores e Amigos de Santa Teresa (Amast), Juçara Braga, explicou que há cerca de cinquenta dias tramita uma ação na Justiça Federal pedindo a retirada do sistema dos novos bondes, que não têm freio manual. Segundo ela, a associação vem denunciando o problema há meses. A Secretaria Estadual de Transportes contestou, na última semana, os argumentos da Amast para justificar o que teria provocado o acidente. De acordo com a nota da secretaria, o bonde não perdeu o freio, mas acionou o de emergência e o veículo derrapou. O secretário de Transportes, Julio Lopes, determinou uma auditoria a fim de averiguar o que de fato ocorreu no momento do acidente. Desde o dia 20 de agosto, por pressão da Amast, os bondes reformados não estão circulando. Dos 14 bondes, sete foram reformados. O governador, Sérgio Cabral, anunciou na semana passada que o controle do sistema de bondes de Santa Teresa, hoje sob responsabilidade da Secretaria Estadual de Transportes do Rio de Janeiro, passará para a prefeitura. O deputado Alessandro Molon, do PT, enviou ofício ao secretário estadual de Transportes, Julio Lopes, pedindo que o estado suspenda o pagamento de quaisquer valores em favor da TTrans, empresa que fez a reforma dos bondes de Santa Teresa. No documento, o parlamentar destaca que o Tribunal de Contas do Estado considerou ilegal o contrato da Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística (Central), operadora dos bondes, com a TTrans.

Manifestantes do Greenpeace deitam no chão, simulando uma morte coletiva, em frente à Caixa Cultural no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), em protesto contra o acordo de transferência de tecnologia entre a França e o Brasil no pacote da compra de submarinos franceses. Houve manifestação também em Salvador – Bahia (região Nordeste) e em São Paulo – SP (região Sudeste).

2º feira 24

Portaria do Ministério da Justiça publicada no Diário Oficial da União declara de posse permanente do grupo indígena Guarani Mbyá a Terra Indígena Morro Alto, localizada no município de São Francisco do Sul, em Santa Catarina (região Sul). A decisão foi baseada em pareceres da Funai propondo que fossem julgadas improcedentes as contestações sobre a identificação e delimitação da área. A declaração de posse considera a identificação da terra nos termos do Artigo 231 da Constituição Federal e do Artigo 17 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, como sendo tradicionalmente ocupada pelo grupo indígena Guarani Mbyá. Relatório da ONG britânica Survival International, divulgado em 2007, destaca o risco de os Guarani no Brasil morrerem de fome, porque perdem suas terras para o progresso. Segundo o estudo, com o desenvolvimento, florestas são transformadas em pastos e plantações de soja e cana-de-açúcar.

Cerca de 800 famílias, de acordo com informações da Agência Brasil de Fato, são despejadas do acampamento Olga Benário, localizado na zona sul de São Paulo – SP (região Sudeste). A área pertence à empresa de ônibus Campo Limpo, que tem mais de R\$ 7 milhões de dívidas junto ao INSS e ao Banco América do Sul. As dívidas da empresa não impediram que a Justiça decretasse a reintegração de posse e o fim da ocupação de mais de dois anos. De acordo com a coordenadora do Fórum de Moradia e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (Fommaesp), Felícia Mendes, a Polícia Militar usou de violência no despejo dos moradores, atirando bombas de gás também em idosos e crianças. Os moradores, queixam-se de não terem sido avisados da decisão judicial. Segundo a PM, um soldado foi atropelado por uma moto e foi levado para o hospital, onde permanece com estado de saúde estável. O motociclista que atropelou o policial foi detido. Ainda era de madrugada quando começou a ser executada a ordem judicial de reintegração de posse com acompanhamento de homens da PM. Na tentativa de impedir a expulsão, alguns moradores amontoaram pedaços de madeiras e outros objetos em um dos pontos de entrada da comunidade e atearam fogo, que se alastrou para alguns barracos. Por volta das 9h30, os móveis e outros pertences dos sem-teto começaram a ser levados para caminhões da prefeitura para serem transportados para abrigos públicos municipais ou casa de parentes. Máquinas retroescavadeiras derrubaram os barracos. O advogado do dono do terreno, Daniel Goes, disse que desde 2007 ele vem lutando na Justiça para receber o imóvel de volta. Nesse período, ele alega que participou de várias reuniões com os líderes dos sem-teto, buscando a desocupação voluntária. Em meio a bombas, balas de borracha, as famílias montaram acampamento em frente à ocupação. A Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), em conjunto com a Companhia Metropolitana de Habitação (COHAB), garantiram à coordenação do movimento o atendimento habitacional emergencial, mas o processo de reintegração não foi revertido.

Estudantes e ex-estudantes da União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (Upes) permanecem acampados entre os escombros da antiga sede da entidade, em Curitiba – Paraná (região Sul). Instalados em barracas desde o dia 8 de agosto, os estudantes tentam impedir a tomada definitiva do terreno pela empresa que alega ser proprietária do local. De

acordo com um dos ex-integrantes da Upes, a história não pode ser demolida, e a sede é bastante simbólica para o movimento. A ação está chamando jovens de todo o estado.

Cerca de 80 militantes entre estudantes e integrantes de movimentos sociais cancelam a aula inaugural do curso de Direito no campus da Universidade de Caxias do Sul (UCS) como forma de protesto contra a criminalização dos movimentos sociais. O ato lembra a morte do agricultor Elton Brum, integrante do MST, morto em confronto com Brigada Militar na desocupação da fazenda Southall, em São Gabriel, estado do Rio Grande do Sul (região Sul). A manifestação também repudia o promotor de Justiça do Estado Gilberto Thums, que iria palestrar na aula inaugural do curso de Direito. Thums era convidado do Diretório Acadêmico (DA) Percy Vargas de Abreu e Lima, mas enfrentou resistência por ter sido o responsável pelo pedido de fechamento das escolas itinerantes do MST.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), juntamente com as 27 Federações Estaduais e os mais de 4 mil sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais organizados em todo o Brasil, reafirmam em nota pública a defesa da assinatura imediata da Portaria Interministerial para atualização dos índices de produtividade da terra, reivindicação que consta das pautas de luta do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais nos últimos anos. Segundo a nota, o compromisso com a atualização dos índices, por diversas vezes foi assumido junto à Contag pelo Presidente Lula, inclusive durante as negociações do Grito da Terra Brasil, em maio de 2009.

3º feira 25

Um grupo de ativistas protesta na Lagoa do Parque Taquaral, em Campinas – São Paulo (região Sudeste), contra o IV Tucunacamp, campeonato de pesca esportiva do tucunaré. Os ativistas fazem um apitão, distribuem panfletos, dentre outros, para conscientizar os frequentadores do local sobre a crueldade da prática da pesca esportiva. Sabendo do protesto, os organizadores do Tucunacamp mudaram a rotina do evento, que foi esvaziado. Os pescadores pescaram do lado oposto da ação para ficar longe dos manifestantes e a maioria das empresas que patrocinam o evento retiraram os representantes dos quiosques de publicidade. Segundo os ativistas, “a pesca esportiva é uma atividade cruel que causa sofrimento aos peixes, que sentem dor quando fígados, e sensação angustiante fora da água colocando em risco a vida do animal, mesmo que sejam devolvidos à água”. Eles afirmam que “nenhum animal deve ser torturado, maltratado ou sofrer abuso para divertimento do homem”.

Os cerca de 6 mil servidores da Guarda Civil Metropolitana (GCM) deflagram greve por tempo indeterminado e realizam ato nos arredores da sede da prefeitura, no Vale do Anhangabaú, em São Paulo – SP (região Sudeste). A principal reivindicação da categoria é aumento salarial, com elevação da gratificação mensal de 60% para 140%, o que levaria o atual piso de R\$ 535,84 para R\$ 1.286,00. Os trabalhadores reivindicam ainda, reposição de perdas salariais e melhoria nas condições de trabalho, como limpeza de áreas públicas e fornecimento regular de uniformes. Segundo informações da Agência Brasil, esta é a primeira paralisação da categoria em 23 anos de atividade. Em nota, a Secretaria Municipal de Segurança Urbana fez um apelo para que os servidores voltem ao trabalho e ameaçou

recorrer à Justiça contra a paralisação que venha a prejudicar os serviços prioritários. Para a secretaria, está havendo radicalismo por uma parte da categoria, que optou pela greve, em vez do diálogo. O comunicado informa também que há vários projetos de lei visando a valorizar profissionais da CGM e melhorar o trabalho que desenvolvem, além de outras medidas.

Duas mulheres militantes do MST e uma militante do MPA são presas no Acampamento Santo Antônio, em Umburanas, região de Senhor do Bonfim no estado da Bahia (região Nordeste). A prisão é em decorrência de uma desocupação da área da Fazenda Campo Alto, de suposta propriedade de Carlos Gilberto Cavalcante Farias, também acionista de uma grande empresa da região, a Agrovale, que hoje tem cerca de 30 mil hectares de cana-de-açúcar irrigada. Há mais de 4 anos, a área é ocupada por 20 famílias do MST. Segundo o CMI, o Incra fez todo o processo de vistoria e avaliação e deu a área como improdutiva, aguardando o decreto, com recursos assegurados para pagar a indenização. O proprietário, entretanto, entrou com uma medida de efeito suspensório, acatada pela 7ª Vara Federal, localizada em Campo Formoso, no estado. No dia 8 de julho foi feita uma reunião com a participação de 2 membros da Casa Militar, representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Senhor do Bonfim, Sindicato dos Servidores de Senhor do Bonfim, MPA; CPT, Pastoral da Juventude do Meio Popular e MST. Nessa reunião foi acordado um prazo para colheita de algumas culturas e a saída pacífica dos trabalhadores da área, até que o Incra desse o resultado final. No entanto, seguindo ordens da Oficial de Justiça da Vara Federal de Campo Formoso, um Pelotão da Polícia Militar prende neste dia 25 as 3 líderes dos trabalhadoras.

Manifestantes protestam em Fortaleza – Ceará (região Nordeste), entre outros temas, contra a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que extinguiu a obrigatoriedade de diploma para exercício do Jornalismo. No momento do protesto o ministro Gilmar Mendes, que preside o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), chega à cidade em visita para inspeção das iniciativas do Mutirão Carcerário, promovido pelo Conselho. O Sindicato dos Jornalistas no Ceará (Sindjorce) informa que o grupo permanece em frente ao Fórum durante toda a visita de Gilmar Mendes e protesta também contra a criminalização dos movimentos sociais, a privatização dos Correios e a proteção dada pelo ministro ao banqueiro Daniel Dantas. Na mesma ocasião, representantes do movimento Crítica Radical e da União das Mulheres Cearenses se manifestam em favor da libertação do ex-ativista italiano Cesare Battisti, acolhido por decisão do ministro Tarso Genro como refugiado político.

Um grupo de famílias ainda permanece acampado em frente a um terreno de propriedade particular, no bairro do Capão Redondo – São Paulo (região Sudeste). No dia 24 de agosto houve um processo de reintegração de posse, com a retirada de cerca de 800 famílias em meio a um confronto entre moradores e PMs. De acordo com a PM, estão no acampamento improvisado cerca de 100 pessoas. O coordenador geral da Frente de Luta por Moradia (FLM), Osmar Borges, disse que todos os barracos que existiam no terreno, ocupado há dois anos, foram totalmente destruídos e, como 70% das famílias não têm para onde ir, parte delas decidiu continuar em frente ao local. Para passar a noite, alguns improvisaram abrigos com lonas. A Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (Cohab), vinculada à Secretaria Municipal de Habitação, informou, em nota, que, mesmo se tratando de um terreno particular, no dia 24 de agosto, um diretor da companhia esteve no Fórum de

Santo Amaro tentando “interceder pelo adiamento da reintegração, sem sucesso”. A Cohab disse ainda que recebeu, na semana passada, uma lista de atendimentos emergenciais e a relação completa das famílias que estavam vivendo há cerca de um ano e meio na área. De acordo com a nota, a Cohab manterá as negociações com a FLM, visando à concessão de crédito com subsídio para a compra da casa própria para as famílias que tiverem renda. Segundo a companhia, esse processo de negociação envolve cerca de 100 procedimentos. Neste mesmo dia, o governo do estado de São Paulo (região Sudeste) publica nos jornais, em página inteira, propaganda de sua política de habitação popular. A propaganda traz a mensagem “No Estado de São Paulo é assim: A gente faz. E faz bem feito”.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) nega recursos dos PMs condenados pela morte de 19 trabalhadores em 1996, em Eldorado dos Carajás, no Pará (região Norte), em uma operação que visava a liberar estrada bloqueada pelo MST. Os ministros da 5ª Turma do STJ consideraram regular, por unanimidade, o julgamento ocorrido em 2002. Os condenados ainda respondem ao processo em liberdade graças a um habeas corpus concedido pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Quando foram mortos, os trabalhadores sem-terra ocupavam a rodovia PA-150 há três dias em protesto contra a demora na desapropriação de terras para Reforma Agrária. O coronel Pantoja era o comandante do 4º Batalhão de PM de Marabá e o major Oliveira comandava a Companhia de Policiamento Militar de Parauapebas (PA). A violenta ação policial ficou conhecida mundialmente como o Massacre de Eldorado dos Carajás. Os policiais condenados ainda podem recorrer da decisão da 5ª Turma no próprio STJ e no STF. Os ministros do STJ decidiram manter a condenação de 228 anos de prisão do coronel Mario Colares Pantoja e de 158 anos e 4 meses do major José Maria Pereira.

4º feira 26

O MPA, à Caixa Econômica Federal e o governo do Espírito Santo assina um protocolo de intenções que garantirá a construção de 500 moradias camponesas entre 2009 e 2010, no valor de R\$ 18 mil a unidade. O documento tem a assinatura do vice-governador do estado, Ricardo Ferraço, do superintendente da Caixa Econômica Federal, Antonio Carlos Ferreira, e por dirigentes do MPA. O recurso será destinado para o custeio do material de construção da casa, e a obra ficará a cargo das famílias que receberão o benefício. Do total de R\$ 18 mil por unidade, o governo do estado arcará com o custeio de R\$ 8 mil, e o recurso restante será proveniente do governo federal, por meio do Programa Nacional de Habitação Rural. O MPA considera uma vitória de suas mobilizações. As moradias terão cerca de 68 metros quadrados, com 3 quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço fechada. No evento, o vice-governador se comprometeu diante dos mais de 600 camponeses presentes, e também de prefeitos, deputados estaduais e outras autoridades, a garantir novos investimentos para moradia camponesa assim que for finalizada essa etapa do projeto.

Os cerca de 6 mil funcionários da Guarda Civil de São Paulo, em greve desde o dia 25 de agosto, estão na frente do gabinete do prefeito Gilberto Kassab, no Viaduto do Chá em São Paulo – SP (região Sudeste). O presidente do Sindicato dos Guardas Civis Metropolitanos de São Paulo (Sindguarda-SP), Carlos Augusto Souza Silva, explicou que a greve não serve apenas para pedir um aumento de salário de 140%. “Queremos melhores condições de

trabalho", disse Silva. "Quase ninguém acredita, mas nossos banheiros são sujos porque não temos equipe para limpar." O líder sindical afirmou também que as unidades da Guarda Civil Metropolitana não têm papel higiênico nos banheiros, água potável e copos descartáveis.

5ª Feira 27

O MST organiza uma série de vigílias, marchas e bloqueios de rodovias para marcar o sétimo dia da morte do militante sem-terra Elton Brum da Silva. Em São Gabriel, estado do Rio Grande do Sul (região Sul) acampados e assentados da Reforma Agrária, integrantes de movimentos sociais e sindicatos e apoiadores em geral marcham rumo ao local em que Brum foi morto, na fazenda Southall. Em Sarandi, cerca de 150 acampados bloqueiam a BR-386. Em Julio de Castilhos, acampados marcham em direção ao centro da cidade, onde realizam um protesto em frente ao Fórum. Em Santana do Livramento, cerca de 50 sem-terra iniciam uma vigília em frente à Justiça Federal. Na capital, Porto Alegre cerca de 200 pessoas iniciam uma vigília na Praça da Matriz para lembrar o assassinato do sem-terra, além de ocupar a sede do Incra. Participam da vigília ainda integrantes do MTD e o Levante da Juventude. Posteriormente, os manifestantes seguem em marcha até o palácio Piratini para entregar, de maneira simbólica, um caixão para o governo do estado. Em frente ao palácio a manifestação teve conta com centrais sindicais, entidades estudantis e culturais. Um ato ecumênico é celebrado em frente ao Piratini, Ministério Público e Palácio da Justiça. No final do ato ocorre uma intervenção cênica lembrando a luta pela terra, organizada pelo grupo Levanta Favela. O MST reivindica a desapropriação do restante da fazenda Southall. A área tem dívidas junto à União e é alvo de crimes ambientais já constatados em vistoria realizada em 2007 pelo Incra. Também quer a desapropriação das fazendas 33 e Antoniazzi, cujos processos de desapropriação foram suspensos pelo juiz Belmiro Krieger, da Justiça Federal de Santana do Livramento. O MST também responsabiliza os governos e o Judiciário pela morte do sem-terra.

Uma comissão de acampados e assentados do MST da Reforma Agrária se reúne com o juiz federal Belmiro Krieger, de Santana do Livramento, estado do Rio Grande do Sul (região Sul). O tema da reunião é a suspensão judicial da desapropriação das fazendas Antoniazzi e 33, em São Gabriel, estado do Rio Grande do Sul (região Sul). Na reunião, Krieger voltou atrás e disse que irá conceder a imissão de posse das fazendas, caso o Incra tenha interesse em desapropriá-las. No entanto, uma hora antes da audiência, um representante do Incra se dirigiu ao juiz e anunciou que o órgão estava desistindo das áreas. O MST critica a decisão do governo federal e do Incra, que além de não efetivarem a Reforma Agrária ainda desistem das desapropriações de terra. O MST critica o Incra, que ainda não teria cumprido com o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) em que se comprometeu a assentar, até o final de 2008, 2 mil famílias.

Cerca de 21 famílias que moram em casas populares inacabadas do bairro Jardim Universal em Sarandi, no estado do Paraná (região Sul) são retiradas do local pela PM que realiza a reintegração de posse. Elas ocuparam a região em Março de 2009, depois que a entrega das moradias, prevista para Novembro, atrasou. O secretário de Comunicação de Sarandi

informa que ainda não foi definido o local para o qual as famílias e respectivos pertences serão levados. Estuda-se a possibilidade de usar um ginásio de esportes da cidade.

Os metalúrgicos ligados à Força Sindical abrem a campanha salarial de cerca de 800 mil trabalhadores, antecipando em um mês o ato de entrega da pauta de reivindicações à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e aos grupos de representação das empresas. Em mais de cem automóveis, eles percorreram cerca de 2 quilômetros da sede da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, em Higienópolis, na zona oeste, até a sede da Fiesp, na Avenida Paulista em São Paulo – SP (região Sudeste). O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes, Miguel Torres, justificou a decisão de antecipar as negociações com a situação atípica deste ano, em função dos efeitos da crise internacional, e de ser um ano de discussão de cláusulas sociais. A redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem perda salarial, bandeira nacional das centrais sindicais, é uma das principais reivindicações da categoria. Além de tratar das questões econômicas, neste ano terão de ser incluídas na pauta os acordos fechados de forma isolada com as empresas que enfrentaram redução de encomendas, principalmente na queda de vendas dos produtos exportados, em consequência da crise financeira internacional. Nesse caso, os metalúrgicos abriram mão de ganhos salariais com redução da jornada para evitar demissões. Outro aspecto que diferencia esta campanha da anterior é a retomada das negociações sobre 140 cláusulas da convenção coletiva de trabalho, realizadas a cada dois anos. Elas envolvem a proteção legal de estabilidade no emprego de profissionais em caso de doença ou de sequelas por acidente de trabalho, entre outros pontos. A campanha também pretende garantir que os trabalhadores estejam mais mobilizados em caso de dificuldades para se chegar a um bom resultado. Segundo Miguel Torres, na pauta não foi ainda incluído o percentual de reajuste a ser pleiteado, porque a equipe econômica da Federação dos Metalúrgicos ainda estuda o valor. Eles ainda terão de esperar a definição da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para os cálculos da reposição de perdas inflacionárias.

6ª Feira 28

A cúpula da Segurança Pública gaúcha anuncia em coletiva de imprensa que decide não divulgar o nome do policial que atirou e matou o sem-terra Elton Brum da Silva durante despejo da Fazenda Southall, em São Gabriel, estado do Rio Grande do Sul (região Sul). Segundo os representantes da Segurança, a autoria irá permanecer em sigilo até o final do inquérito, que deve durar pelo menos 40 dias. O motivo, segundo a Segurança Pública, é para não atrapalhar as investigações. Integrantes de organizações de direitos humanos criticam a não-revelação do nome, afirmando que é um direito da população saber quem é o criminoso.

Sábado 29

Aproximadamente 65 pessoas, segundo os próprios manifestantes, protestam em luta pelos direitos dos animais reunidas em frente ao prédio da Rede Globo de Televisão, em São

Paulo – SP (região Sudeste). Os manifestantes denunciam o programa “No Limite”, que apresenta cenas onde os participantes aparecem comendo animais vivos e matando bichos..

Integrantes do Greenpeace realizam manifestação em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) para alertar a população sobre a necessidade de preservação do meio ambiente, da adoção de políticas públicas voltadas para a defesa da natureza e a consequente preservação da vida das futuras gerações, com o fim dos desmatamentos e com a produção de energia de fontes renováveis. Segundo informações da Agência Brasil, as manifestações ocorrem em oito capitais. Eles estão colhendo assinaturas para que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva participe da 15ª Reunião da Convenção do Clima, de 7 a 18 de dezembro, em Copenhague, na Dinamarca, em vez de mandar representante. Segundo o coordenador do grupo em Brasília, Bernhar Rocha Coimbra, o papel do Brasil nessa negociação é fundamental, uma vez que o país é o quarto maior emissor de gases do efeito estufa, causador do aquecimento global. O Greenpeace defende que para mudar essa situação o Brasil precisa zerar o desmatamento na Amazônia, usar mais energias renováveis como a solar e a eólica e proteger os oceanos. O Greenpeace alerta que a sociedade não pode assumir um papel passivo e apenas acompanhar de longe as negociações sobre o clima. Os voluntários do Greenpeace levaram para o Parque da Cidade, em Brasília, painéis de tecido branco onde as pessoas interessadas podem fazer desenhos e escrever mensagens em defesa do meio ambiente. A proposta é que essas faixas, juntamente com outras que estão sendo feitas nas demais capitais, sejam estendidas na frente do Congresso Nacional, em dezembro, por ocasião da realização da conferência sobre mudança climática.

Ativistas da ONG Greenpeace promovem uma manifestação no Parque Ibirapuera, próximo à Assembleia Legislativa, em São Paulo – SP (região Sudeste). O ato chama a atenção do público sobre a 15ª Reunião da Convenção do Clima, que será realizada de 7 a 18 de dezembro, em Copenhague, na Dinamarca. Eles instalaram um relógio em um das entradas do parque – como parte da campanha Tic Tac Tic Tac – que vai fazer a contagem regressiva dos 100 dias que faltam para o encontro. Também recolheram assinaturas em favor de medidas propostas pelo Greenpeace ao governo brasileiro. Segundo ele, a expectativa é que o país se coloque de forma mais ambiciosa no cenário externo, defendendo redução de pelo menos 40% das emissões dos gases que causam o aquecimento global.

Ambientalistas e ativistas ligados à ONG Greenpeace realizam no fim da tarde na Praia de Copacabana, zona sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A manifestação marca os 100 dias até o início da 15ª Reunião da Convenção do Clima, que será realizada de 7 a 18 de dezembro, em Copenhague, na Dinamarca. Durante o encontro, será discutido um novo tratado internacional para substituir o Protocolo de Quioto, que estabelece limites às emissões de gases de efeito estufa e expira em 2012. Os ativistas também vão recolher assinaturas nos locais de manifestação para um documento que será encaminhado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O objetivo é pedir que o país adote metas consideradas fundamentais para conter o aquecimento global como zerar o desmatamento da Amazônia até 2015 e apoiar a criação de um fundo financeiro internacional para dar suporte a essa redução; garantir que pelo menos 25% da eletricidade produzida no país sejam gerados a partir de fontes renováveis de energia como vento, sol, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas até 2020 e apoiar a transferência de tecnologia entre países;

e transformar pelo menos 30% do território costeiro marinho do Brasil em áreas protegidas até 2020.

Domingo 30

O MST realiza uma ocupação no município de Água Doce na região Meio-Oeste do estado de Santa Catarina (região Sul). Aproximadamente 200 pessoas ocupam uma área de 400 hectares na localidade de Vista Alegre. De acordo com o MST a ocupação foi pacífica e os agricultores iniciam o cultivo da terra.

Cerca de 2.500 pessoas, segundo a PM, participam da 3ª Marcha Nacional da Cidadania Pela Vida, marcha antiaborto realizada em Brasília – Distrito Federal. Segundo o jornal Folha de São Paulo, o Ministério da Cultura cancelou no dia 28 de agosto o repasse de R\$ 143 mil para o evento após a divulgação de que se trataria de uma marcha antiaborto. O objetivo da mobilização é protestar contra a possibilidade de mudanças na legislação para descriminalizar o aborto, em discussão no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal (STF). O movimento é formado por ONGs e entidades ligadas à Igreja Católica. A organização do evento se defende e afirma que o projeto estava claro ao propor ações culturais em defesa da vida, além de ter sido aprovado sob os aspectos técnico e jurídicos pelo Ministério da Cultura. Na avaliação do Movimento Brasil sem Aborto, a suspensão do patrocínio é um cerceamento da liberdade de expressão e demonstra parcialidade do governo em relação ao tema. Os ativistas alegam que em 2008 um filme pró-aborto produzido pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) foi financiado com dinheiro público. A caminhada se encerra com uma apresentação da cantora Elba Ramalho. Entidades feministas chegaram a assinar um protesto pedindo que a artista não participasse do evento.

Um protesto organizado por foliões no Centro do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (região Sudeste) reúne cerca de 500 pessoas na Rua do Mercado para protestar contra as novas regras do carnaval de rua do ano que vem como a limitação do número de agremiações. Os foliões também exigiam o fim da obrigatoriedade de inscrição para os blocos de rua, uma exigência da Riotur cujo prazo para cumprimento termina hoje. O protesto em forma de folia no Centro teve porta-bandeira, muita gente fantasiada, bateria e clássicas marchinhas de carnaval.

Cerca de 200 PMs e bombeiros fazem passeata na orla de Ipanema e Leblon, no Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (região sudeste) para reivindicar melhores salários para a categoria. Os manifestantes pedem a aprovação do Projeto de ementa constitucional (PEC) número 300/2008, de autoria do deputado federal Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), segundo o qual a remuneração dos PMs dos estados não pode ser inferior à da PM do Distrito Federal. A lei se aplica também ao Corpo de Bombeiros e a inativos.

2ª Feira 31

O MST realiza ocupação em Taió, estado de Santa Catarina (região Sul) na região do alto vale do Itajaí com cerca de 160 pessoas que ocupam, pela terceira vez, a Fazenda Mato

Queimado. Em fevereiro de 2008, o Incra emitiu decreto de desapropriação de 930 hectares. No entanto, o proprietário de uma fazenda vizinha impede o acesso das famílias ao assentamento por estradas que, segundo ele, são de sua propriedade.

Cerca de 50 integrantes do MST ocupam a fazenda onde funcionou, até 1993, a Usina Ariadnópolis Açúcar e Álcool, em Campo do Meio – Minas Gerais (região Sudeste). O MST reivindica a desapropriação da área. Conforme o Incra, a área é improdutiva.

O Comitê de Defesa da Reforma Agrária do Noroeste do Paraná realiza audiência pública na Câmara Municipal de Maringá, Paraná (região sul) em solidariedade ao MST, que reivindica junto ao Governo Federal a atualização dos índices de produtividade. Durante a audiência, os integrantes do Comitê ressaltam a necessidade do governo federal em cumprir a promessa e atualizar os índices, que ainda são de 1975. A medida possibilitará o aporte de mais terras para fins de Reforma Agrária, acelerando o assentamento das famílias que permanecem acampadas em todo país. Os participantes da audiência também expressam apoio à vitória política dos trabalhadores, fruto da Jornada Nacional de Lutas realizadas durante todo o mês de agosto, quando o governo federal comprometeu-se a publicar a atualização dos índices de produtividade em 15 dias. A atividade conta com as representações de sindicatos, entidades e partidos diversos, de Maringá e região metropolitana. Estão presentes padres e leigos representando a Associação de Reflexão e Ação Social da Arquidiocese de Maringá (ARAS), além da Pastoral da Juventude e outras organizações que fazem parte do comitê. É assinado um abaixo-assinado em apoio à atualização dos índices de produtividade, que será direcionada ao Presidente Lula, à Chefia da Casa Civil do Governo Federal e a alguns Ministérios.

A Guarda Civil Municipal (GCM) em greve promove um apitão em frente do gabinete do prefeito Gilberto Kassab do Partido Democrata (DEM), no centro de São Paulo – SP (região Sudeste). O Sindicato dos Guardas Cíveis Metropolitanos da Cidade de São Paulo (SindGuardas) declara não ter sido notificado oficialmente sobre a liminar concedida pelo Tribunal de Justiça (TJ), assinada pelo presidente Roberto Vallim Belocchi, no dia 28 de agosto, que determinou o fim imediato da paralisação e multa diária de R\$ 100 mil caso não seja cumprida.

Ativistas do Greenpeace protestam contra o aumento das emissões de gás carbônico decorrente da exploração das reservas de petróleo no lançamento do marco regulatório do pré-sal, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). A manifestação marca a proximidade do início da 15ª Reunião da Convenção do Clima, que será realizada de 7 a 18 de dezembro, em Copenhague, na Dinamarca. Durante o encontro, será discutido um novo tratado internacional para substituir o Protocolo de Quioto, que estabelece limites às emissões de gases de efeito estufa e expira em 2012. O objetivo do ato é pedir que o país adote metas consideradas fundamentais para conter o aquecimento global como zerar o desmatamento da Amazônia até 2015 e apoiar a criação de um fundo financeiro internacional para dar suporte a essa redução; garantir que pelo menos 25% da eletricidade produzida no país sejam gerados a partir de fontes renováveis de energia como vento, sol, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas até 2020 e apoiar a transferência de tecnologia entre países; e transformar pelo menos 30% do território costeiro marinho do Brasil em áreas protegidas até 2020.

A Polícia Civil indícia o presidente da CUT, Celso Woiciechowski, e a vice-presidente da entidade, Rejane Silva de Oliveira, no caso dos outdoors contra a governadora do Rio Grande do Sul (região Sul), Yeda Crusius (PSDB). Segundo a polícia, a acusação é de peculato e crime contra a honra. Conforme inquérito remetido à Justiça, a campanha publicitária veiculada entre maio e junho de 2009 extrapola os limites da liberdade de expressão, ofendendo a pessoa da governadora do estado.

Glossário de Siglas

CMI	Centro de Mídia Independente
Conlutas	Coordenação Nacional de Lutas
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTB	Central Sindical dos Trabalhadores do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
Detran	Departamento Estadual de Trânsito
Funai	Fundação Nacional do Índio
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados
ONG	Organização Não Governamental
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progresista
PSB	Ordem dos Advogados do Brasil
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
P-SOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
STF	Supremo Tribunal Federal

Realizada pelo Comitê de Acompanhamento e Análise da Conjuntura do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL/CLACSO).

Levantamento e sistematização feitos pela equipe: Coordenação: Prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ). Pesquisadores Assistentes: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ), Jacqueline Aline Botelho Lima (UFRJ/UERJ). Assistentes de pesquisa: Anísio Borba (LPP/UERJ), Luiza Leite (LPP/UERJ), Luis Américo Araújo Vargas (UFRJ), Mariana Santos (LPP/UERJ), Reginaldo Costa (UFRJ), Taisa Falcão (LPP/UERJ), Vera Lúcia R. de Oliveira (LPP/UERJ).

Fontes: Jornal Folha de São Paulo, Jornal O Globo, Jornal O Estado de São Paulo, Jornal Brasil de Fato, Agência Chasque de Notícias, Agência Brasil, MST na Imprensa, Jornal do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA.



OSAL

Observatorio Social de América Latina
Publicación electrónica

Cronología del Conflicto Social

R

A

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales



CLACSO

Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais

Documento de trabajo N° 228

*Realizado por
el Comité de Seguimiento
del Conflicto Social y la Coyuntura
Latinoamericana de R*



Integrantes Juan

Diarios E

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.

La responsabilidad por las opiniones expresadas en los artículos, estudios y otras colaboraciones incumbe exclusivamente a los autores firmantes, y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina (OSAL)** constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinado a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado constituye uno de los resultados de este trabajo de documentación y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un documento de trabajo en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social llevadas a cabo durante el mes indicado en uno de los 19 países relevados.

La cronología presentada ha sido elaborada por alguno de los diversos **Comités de Seguimiento del Conflicto Social** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación de un equipo de investigación que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

Comités de Seguimiento del Conflicto y la Coyuntura Latinoamericana

PAIS	INSTITUCION	RESPONSABLES
Guatemala	FLACSO	Simona Yagenova Mario Castañeda
Colombia	Escuela Nacional Sindical	Guillermo Correa Diana Cárdenas
Paraguay	Centro de Documentación de Estudios	Quintín Riquelme
Ecuador	CIUDAD	Mario Unda Hugo González
Bolivia	CIDES – UMSA	Dunia Mokrani Chávez Pilar Uriona Crespo
Chile	ARCIS	Juan Carlos Gómez Leyton
Perú	Instituto de Estudios Peruanos	Ramón Pajuelo
Brasil	LPP	Roberto Leher
Argentina y Uruguay	PIMSA (Argentina)	María Celia Cotarelo
México	UNAM	Massimo Modonesi Lucio Oliver
Panamá, El Salvador, Nicaragua Honduras y Costa Rica	CELA (Panamá)	Marco A. Gandásegui, h.
República Dominicana y Puerto Rico	Centro Juan Montalvo (Rep. Dominicana)	Mario Serrano Juan Luis Corporán
Venezuela	PROVEA	Marino Alvarado Marco Antonio Ponce
Costa Rica	IIS	Sindy Mora Solano

BRASIL
Cronologia do Conflito Social
Setembro 2009

3º feira 01

Moradores de Heliópolis queimam carros e fecham diversos acessos à favela de Heliópolis, na zona sul de São Paulo – SP (região Sudeste). A ação é um protesto contra a morte da estudante Ana Cristina Macedo, no dia 31 de agosto. A jovem foi morta durante tiroteio entre guardas municipais da cidade de São Caetano do Sul, no ABC Paulista, e suspeitos de roubar um carro. Segundo informações do Centro de Mídia Independente (CMI), três ônibus são queimados, 2 microônibus e 4 carros depredados. A entrada da favela foi bloqueada e os manifestantes escreveram a palavra “justiça” no chão. Os Policiais Militares (PMs) dispararam balas de borracha e jogaram bombas de efeito moral. Os manifestantes responderam atirando objetos. Um policial sofreu traumatismo craniano após levar uma pedrada na cabeça. Cerca de 21 pessoas acabaram detidas.

Manifestantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realizam ato para cobrar que o governo do Rio Grande do Sul esclareça as circunstâncias da morte do sem-terra Elton Brum da Silva, ocorrida durante a reintegração de posse da fazenda Southall, em São Gabriel – Rio Grande do Sul (região Sul). Segundo o jornal Folha de São Paulo, o MST também quer que seja apresentado o policial autor do disparo, já identificado, mas não divulgado pelas autoridades de segurança do estado. Enquanto isso, a Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência vai denunciar a tortura de crianças e o uso de armas de choque elétrico na mesma ação. A citada tortura física e psicológica de crianças, identificada por meio de depoimentos, inclui xingamentos, uso ostensivo de cachorros e da cavalaria e ferimentos por meio de estilhaços de bombas lançadas pela Brigada Militar.

Aproximadamente 300 trabalhadores ligados a Via Campesina e Assembléia Popular, organizados na Marcha Estadual “Contra a Crise: Reforma Agrária Já”, chegam a João Pessoa capital da Paraíba (região Nordeste) após percorrerem os últimos 15 km do trajeto, a partir de Santa Rita também no estado. A Marcha, que em 14 de agosto partiu de Campina Grande com destino a João Pessoa, passou por mais de quinze municípios (totalizando mais de 180 km percorridos a pé) e teve como principais objetivos denunciar a crise, os altos preços da energia elétrica e a situação dos 4,5 mil atingidos pela Barragem de Acauã, além de discutir a importância da Reforma Agrária e denunciar a crescente violência que os trabalhadores vêm sofrendo no estado, através de torturas e homicídios. Os trabalhadores montaram barracões de lona preta para os alojamentos, cozinha e banheiros e permanecem acampados no centro, onde devem realizar diversas atividades, dentre elas atos públicos, palestras, assembleias populares, celebrações e festas.

Cerca de 100 famílias organizadas pelo Movimento Terra Livre ocupam a Fazenda Bela Vista, no Município de Itarumã – Goiás (região Centro-oeste). O latifúndio com 920 hectares já tem decreto de desapropriação por improdutividade desde o início de 2009, mas a proprietária conseguiu suspender na justiça a emissão de posse ao Instituto Nacional de

Colonização e Reforma Agrária (Incra). As famílias aguardam há mais de 1 ano, em frente à fazenda, o processo de assentamento.

Cerca de 500 pessoas realizam passeata em comemoração à decisão da Assembleia Legislativa do Rio que revogou, em sessão extraordinária, a lei que restringia a realização de bailes funk e festas rave no estado do Rio de Janeiro (região Sudeste) Na sessão ainda foi aprovada a lei que reconhece o funk como movimento cultural e musical de caráter popular.

4º feira 02

As cerca de 90 famílias da ocupação Josué de Castro, no terreno abandonado da empresa de pneus Michelin, de aproximadamente 7.200 metros quadrados, localizado no bairro do Ibura, em Recife – Pernambuco (região Nordeste), protestam pelo direito à moradia e interditam os dois sentidos da Avenida Recife com entulhos em chamas. Os moradores estenderam faixas com suas reivindicações e criticam a ausência de espaços públicos de lazer na periferia. Após aproximadamente 2 horas os moradores encerraram a manifestação. A ocupação existe desde o dia 20 de setembro de 2008. A empresa dona do terreno, sob o nome Agropecuária Nossa Senhora do Carmo LTDA, entrou com pedido de reintegração de posse na Justiça Estadual. O juiz federal concedeu liminar, após também decisão favorável do Ministério Público Federal, para a reintegração. O terreno está penhorado pela União, o que, segundo lei assinada pelo Presidente Lula em 2007, torna o terreno destinado a fins de Reforma Agrária.

A juíza Andréia dos Santos Rossato, da Justiça estadual de Sarandi - Paraná (região Sul), atende ao pedido da ação pública do Ministério Público Estadual (MPE) para retirada de todas as famílias de trabalhadores do MST da comarca em 72 horas. O pedido do MPE pede a dissolução do acampamento localizado às margens da rodovia BR-386. Uma das alegações do MPE é de que as famílias criam "suínos e bovinos no local, desequilibrando o meio ambiente". O promotor ignora que a área está sendo recuperada ambientalmente pelas próprias famílias acampadas. A outra justificativa para o despejo é de que as crianças não frequentam as escolas, desde o fechamento das Escolas Itinerantes, por determinação do mesmo Ministério Público Estadual. As famílias acampadas afirmam que permanecerão na área.

Cerca de 150 famílias quilombolas do Brejo dos Crioulos e integrantes do MST ocupam a Fazenda José Maria, parte do Território Quilombola Brejo dos Crioulos, que recorta os municípios de São João Ponte da Ponte, Varzelândia e Verdelândia, todos em Minas Gerais (região Sudeste). Segundo site do Movimento, a área já possui o laudo antropológico, está delimitado com seu memorial descritivo e tem o levantamento das famílias remanescentes de quilombo, isto é, o levantamento de todas as propriedades dentro do território. Dos 17.302 hectares do território para 500 famílias, em torno de 14.000 hectares estão nas mãos de oito grandes proprietários. A ocupação ocorre como forma de exigência de conquista da Reforma Agrária.

O Ministério da Justiça declara de posse permanente do grupo indígena Guarani Mbyá a Terra Indígena Pirai, em Santa Catarina (região Sul). Foram demarcados pela Fundação Nacional do Índio (Funai) aproximadamente 3.017 hectares de superfície, num perímetro de 35 quilômetros. De acordo com a Funai, a demarcação significa assegurar a proteção desses povos e a preservação da diversidade cultural. Pela Constituição Federal, o reconhecimento de realidades sociais diferenciadas não pode estar dissociado da questão territorial. No caso dos índios, essa regra se torna ainda mais clara, à medida que a terra representa um recurso natural de subsistência e está ligada a crenças e ao conhecimento. No mês de agosto, o grupo indígena Guarani Mbyá teve terras reconhecidas em Morro Alto município de São Francisco do Sul, também em Santa Catarina, depois de a Funai julgar improcedentes as contestações sobre a identificação e delimitação da área.

Guardas-civis retornam ao trabalho em de São Paulo (região Sudeste até o dia 22 de setembro, quando será realizada uma nova assembléia da categoria. Depois de reunião de conciliação na tarde do dia 1º de setembro, no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), na capital, o desembargador Nelson Nazar determinou o retorno da categoria ao trabalho e manteve um canal de negociação entre a prefeitura e os grevistas, que pedem reajuste salarial. Para o presidente do Sindicato dos Guardas-Civis Metropolitanos da Cidade de São Paulo (Sindguardas), Carlos Augusto Sousa Silva, a reunião e a mobilização da categoria – nos oito dias em que a greve durou – foram positivas e “deixam uma marca profunda”.

5º feira 03

O MST realiza mobilização no Assentamento Mário Lago, Fazenda da Barra, Ribeirão Preto, no estado de São Paulo (região Sudeste), onde 264 famílias estão assentadas, para pressionar o Incra. A comunidade havia conquistado uma assembléia geral com os dirigentes do órgão para tratar dos problemas, no entanto foram enviados apenas técnicos que não têm poder de decisão. A proposta do MST é assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) perante o Ministério Público Estadual e esperar que o Incra também se comprometa neste TAC, estabelecendo metas ambientais, sociais e de infraestrutura. O movimento reivindica também a atualização dos índices de produtividade da terra, anunciada pelo governo federal após a Jornada de Lutas do MST, em agosto.

Bancários realizam caminhada no Centro de Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul) para marcar a campanha salarial deste ano de 2009. A campanha tem como tema "Bancos Abusam" e reivindica ganhos sociais, além das melhorias econômicas, como aumento real e reajuste dos pisos. Os bancários querem mudanças na jornada de trabalho, como o fim das metas abusivas e mais segurança nas agências.

Cerca de 3.500 metalúrgicos da Volkswagen-Audi decretam greve por tempo indeterminado, em São José dos Pinhais, na região de Curitiba – Paraná (região Sul). Os trabalhadores da Volkswagen-Audi estão paralisados desde às 14 horas. Os trabalhadores da Volkswagen-Audi Volvo reivindicam 10% de reajuste salarial já em setembro. O índice é composto de aumento real e correção de 100% do Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC), estimado pelo Dieese entre 4,67% e 4,70%. Além disso, os trabalhadores exigem

um abono de R\$ 2 mil também em setembro. Na Volvo, os metalúrgicos pedem ainda o reajuste no valor do vale-mercado, que está congelado há treze longos anos em R\$ 60,00.

6º feira 04

Cerca de 1.500 pessoas ligadas a sindicatos, movimentos sociais, pastorais católicas e partidos, se reúnem para o protesto “Grito dos Excluídos”, que faz críticas à governadora Yeda Crusius do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em Porto Alegre – Rio Grande do Sul. O ato tem como tema “Corrupção gera exclusão”, em alusão às acusações contra o governo de Yeda, que sofre uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa. O tradicional protesto, acontece anualmente em todo o país como crítica aos festejos do feriado de Sete de Setembro, a Independência do Brasil. Nesta edição, o Grito tem como tema a valorização da vida e a importância da população se organizar a fim de exigir os seus direitos. Os manifestantes partem em caminhada do Palácio Piratini, sede do governo, até a Esquina Democrática, no Centro da Capital. Durante o trajeto, os manifestantes fizeram paradas no Palácio da Justiça, lembrando os 15 dias do assassinato do sem-terra Elton Brum da Silva, e na agência central do Banrisul, em que protestam contra o vice-presidente Rubens Bordini, denunciado pelo Ministério Público por improbidade administrativa relacionado ao esquema de corrupção no Departamento de Trânsito (Detran). Na prefeitura municipal, criticaram as políticas sociais, entre elas a de habitação.

Cerca de 3.500 metalúrgicos da Volkswagen-Audi e Volvo e os 4 mil trabalhadores da Renault-Nissan decretam greve por tempo indeterminado, em São José dos Pinhais, na região de Curitiba – Paraná (região Sul). Os trabalhadores da Volkswagen-Audi já estavam paralisados desde às 14 horas do dia 3 de setembro. Os trabalhadores da Volkswagen-Audi Volvo reivindicam 10% de reajuste salarial já em setembro. O índice é composto de aumento real e correção de 100% do Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC), estimado pelo Dieese entre 4,67% e 4,70%. Além disso, os trabalhadores exigem um abono de R\$ 2 mil também em setembro. Na Renault, a reivindicação é a mesma, acrescida de 1% de aumento que ficou pendente da negociação de 2008. Na Volvo, os metalúrgicos pedem ainda o reajuste no valor do vale-mercado, que está congelado há treze longos anos em R\$ 60,00.

Trabalhadores das fábricas da Volkswagen e da Ford iniciam paralisação em Taubaté – São Paulo (região Sudeste). Há protesto na Volkswagen de São Bernardo – São Paulo (região Sudeste). O Sindicato dos Metalúrgicos reivindica 10% de reajuste total (descontando a inflação), R\$ 2 mil de abono e reformulação do plano de cargos e salários.

Opositores do presidente venezuelano Hugo Chávez realizam protestos em diversas cidades da América Latina, EUA e Europa, atendendo à convocatória do movimento “Não mais Chávez”, orquestrado por jovens colombianos via redes de comunicação na internet como Facebook e Twitter. Segundo os jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo, as maiores manifestações ocorrem nas principais cidades da Colômbia, em Honduras e na Venezuela, assim como em Nova York, Miami, Madri, Paris, Bruxelas, Hamburgo e Toronto. Em São Paulo – SP (região Sudeste), cerca de 30 pessoas participam do ato.

Onze trabalhadores em situação análoga à de escravos são resgatados por fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego. Os trabalhadores atuavam na produção do carvão usado nos altos fornos de siderúrgicas. Os trabalhadores foram encontrados em uma carvoaria próxima à localidade de Gravatá, no município de Eldorado dos Carajás, sudeste do Pará (região Norte). Segundo o ministério, os trabalhadores, que reaproveitavam madeira extraída sem licença da Secretaria de Meio Ambiente do estado, não tinham carteira do trabalho assinada e não usavam equipamento de proteção individual para prevenção de acidentes. Os trabalhadores dormiam em alojamento erguido por eles próprios, feito com madeira e palha de babaçu. “Não havia instalações sanitárias. As pessoas bebiam a água também usada por animais”, relata o auditor. O carvão produzido nessas condições era fornecido para alguma siderúrgica instalada na região de Marabá. “Está sendo investigada qual”, afirmou Lima. A Polícia Federal também está procurando o dono da carvoaria, que fugiu do local.

Sábado 05

O Grito dos Excluídos, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e movimentos sociais, como Cáritas, MST, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, entre outros, chega à sua 15ª edição com críticas à crise que atinge o Senado. O Grito que realiza marcha paralela ao desfile da Independência do Brasil, é iniciado em São Paulo (região Sudeste) com uma caminhada na Paróquia de Perus, e deve percorrer diversos pontos da capital que atendem a população pobre em espaços da igreja católica

Domingo 06

Um grupo de pistoleiros armados, tendo a frente o Sargento da Polícia Militar de Pernambuco, Apolônio Siqueira, e seu filho Darci Alves Siqueira, comete mais um ato de violência contra as famílias acampadas na fazenda Juá, no município de Sertânia, no estado de Pernambuco (região Nordeste). Os capangas agrediram fisicamente os trabalhadores rurais. Dois sem-terra estão hospitalizados: Rogério Leite da Silva, que foi atingido com cortes de facão, e Ezequiel, que teve a clavícula quebrada. Uma espingarda calibre 12 e um revólver 38 foram deixados no acampamento pelos pistoleiros e entregues para a PM de Sertânia. O MST e a Organização Não-Governamental (ONG) Terra de Direitos já encaminharam uma série de denúncias ao Ministério Público de Pernambuco sobre a situação de vulnerabilidade dos ex-funcionários da fazenda Juá, que reivindicam a posse das terras improdutivas da propriedade. Dentre as denúncias estão ações de despejos arbitrários e violentos, cárcere privado, procedimentos judiciais viciados e a presença constante de milícias privadas intimidando e ameaçando as famílias do acampamento. O MST espera que o Governo Estadual tome as devidas providências com relação a esse último ataque ao acampamento, pois mais uma vez policiais são denunciados por pertencerem a grupos armados ilegais que realizam trabalho para fazendeiros.

Cerca de 15 mil pessoas participam da 2ª Parada Gay de Bauru, na Avenida Nações Unidas, em Bauru – São Paulo (região Sudeste). Segundo o jornal o Estado de São Paulo, os manifestantes protestam contra o preconceito e a violência. Os manifestantes carregam faixas divulgando a lei Maria da Penha e clamando pela aprovação da carta de Princípios do Primeiro Fórum da Diversidade.

98 trabalhadores são encontrados e resgatados em regime análogo à escravidão por fiscais do governo federal e do Ministério Público do Trabalho numa obra que integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), na usina hidrelétrica Salto do Rio Verdinho, nos limites dos municípios de Caçu e Itarumã, a cerca de 370 km Goiânia – Goiás (região Centro-oeste). A usina é responsabilidade da Votorantim Energia, braço do Grupo Votorantim, e tem apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os trabalhadores não tinham camas e banheiros e não recebiam salários – o trabalho era trocado por comida. Eles trabalhavam para uma empresa terceirizada, a Construtora Lima e Cerávolo, responsável pelo desmate da área da usina. Após a denúncia, a Votorantim decide pagar as dívidas que possuía com os trabalhadores, somando um total de R\$ 420 mil. Os trabalhadores também são transportados para as suas cidades de origem. O contrato com a empresa Construtora Lima e Cerávolo foi cancelado.

2º feira 07

O Grito dos Excluídos, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e movimentos sociais, como Cáritas, MST, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, entre outros, chega à sua 15ª edição com críticas à crise que atinge o Senado. Em Aparecida – São Paulo (região Sudeste), cerca de 2 mil pessoas se reúnem no Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida nesta edição do Grito para discutir a crise do Senado. O arcebispo dom Raymundo Damasceno Assis declarou que o Grito dos Excluídos, liderado pela Igreja Católica há 15 anos, não conta mais com uma presença maciça dos movimentos sociais, no e, por isso, poderia ser repensado. O Grito dos Excluídos ocorre como marcha paralela ao desfile da Independência do Brasil. A caminhada em São Paulo (região Sudeste) foi iniciada no dia 5 de setembro na Paróquia de Perus, e percorreu diversos pontos da capital paulista, até a missa realizada na manhã de hoje na Catedral da Sé. Após o culto, os manifestantes caminharam até o Monumento do Ipiranga. Enquanto a multidão se dispersava no fim do desfile realizado na capital paulista para comemorar a Independência do Brasil, um grupo de cerca de 500 pessoas protestava, pedindo a construção de casas populares. No carro de som eram feitas críticas à política habitacional da prefeitura e do governo do estado. Segundo a coordenadora da União dos Movimentos de Moradia, Maria Izilda Camilo, a manifestação tinha a intenção de levar as demandas da população às autoridades presentes no desfile. Somente o prefeito Gilberto Kassab do Partido Democrata (DEM) compareceu ao evento. O governador do estado, José Serra (PSDB), enviou um representante. Em Campinas – SP (região Sudeste), manifestantes pediram, além da saída do presidente do Senado, José Sarney do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o fechamento do Senado.

Jovens realizam protesto durante o desfile do Sete de Setembro na Esplanada dos Ministérios, Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) contra a permanência do presidente do senado, José Sarney (PMDB-AP) no cargo. Seguranças da Presidência e policiais agrediram os jovens que, após derrubar um alambrado, tentaram se aproximar do camarote onde estavam o presidente Lula da Silva, o presidente da França Nicolas Sarkozy, a ministra Dilma Rousseff e outros. Os cerca de 50 manifestantes derrubaram uma das grades de segurança e ficaram atrás de arquibancadas, mas ainda distante da tribuna de honra, onde estavam as autoridades. Os manifestantes foram contidos com violência pela polícia. Eles cantaram o Hino Nacional e gritaram pedindo a saída do Sarney. O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, durante o ato buscou assinaturas, para apresentar ao Congresso o projeto de lei de iniciativa popular que tem por objetivo impedir que pessoas envolvidas em crimes graves se candidatem a cargos eletivos. Conforme o jornal O Estado de São Paulo, o Movimento já tem 1,1 milhão do 1,3 milhão de assinaturas necessárias.

Sob protestos do Grito dos Excluídos e de ex-soldados especialistas demitidos pela Aeronáutica, cerca de 8 mil pessoas participam do desfile de Sete de Setembro no Rio de Janeiro – RJ, (região Sudeste). Segundo o jornal Folha de São Paulo, os ex-militares protestam por terem sido dispensados seis anos depois de aprovação em concurso. A passeata dos militares foi seguida por manifestantes que protestavam contra o governo do estado e contra o prefeito Eduardo Paes (PMDB), além de exibirem cartazes contra José Sarney.

O Movimento Anarco-Libertário (MAL) intervém na Marcha Militar de 7 de setembro de 2009 em Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste). O MAL, no seu aniversário de 1 ano, o ato do MAL reuniu vários anarquistas e antifascistas. Cerca de 300 jornais informativos do MAL e panfletos denunciando torturas militares foram distribuídos à população que assistia à marcha. Uma bandeira do integralismo, movimento fascista, nacionalista e de extrema-direita da década de 1930 foi queimada. A polícia, após o término da marcha, impediu a continuidade da manifestação. Houve resistência e os manifestantes acabaram forçando passagem e conseguiram encerrar a manifestação no local previsto em frente ao Palácio das Artes. Após a manifestação eles realizaram um show.

3º feira 08

Cerca de 2 mil pessoas, de acordo com informações da Agência Brasil de Fato, entre elas professores e alunos, realizam passeata no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Cerca de 100 professores e estudantes segundo o jornal O Globo. A manifestação teve início na Igreja da Candelária, passando pela Avenida Rio Branco e chegou até a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). Os profissionais da Educação, que contam com o apoio de um grande número de estudantes, protestam contra o projeto de lei nº 2474 que trata de uma gratificação implementada na época da governadora Rosinha Garotinho, de quem o governador Sérgio Cabral foi apoiador. A gratificação é paga em valores diferenciados por trabalhador, de acordo a uma avaliação que colocava uma escola competindo contra a outra. Ao chegarem a Alerj, os manifestantes foram recebidos pela tropa de choque da PM, que deu ordem de prisão a um professor, soltou bombas de gás

lacrimogêneo, disparou sprays de pimenta e balas de borracha. Segundo informações do CMI, o tumulto tem início quando, durante a concentração dos manifestantes, um deles teria desacatado um Guarda Municipal. Policiais Militares (PM's) tentam prendê-lo, mas são impedidos pelos colegas do acusado. Onze pessoas ficaram feridas, entre elas dez professores e um repórter. Apesar da truculência da polícia, os profissionais da educação permanecem no local e quando a repressão arrefece, retomam seus lugares nas escadarias da Alerj. Diante da pressão dos professores, o projeto de lei sofre modificações e é aprovado com algumas reivindicações da categoria como a manutenção da gratificação de 12% por tempo de serviço e formação, uma gratificação aos animadores culturais e a aproximação do piso salarial dos funcionários ao salário mínimo, com a incorporação de 150 reais da gratificação conhecida como “Nova Escola”. Entretanto, outras reivindicações não foram atendidas, como a inclusão dos profissionais de 40h de trabalho no plano de carreira e também a incorporação da gratificação “Nova Escola” ao salário dos professores imediatamente, já que a lei aprovada define que a “Nova Escola” só será incluída totalmente no salário do professor daqui a seis anos. O secretário de Planejamento e Gestão, Sérgio Ruy Barbosa, explicou que ao fim de 6 anos, a incorporação da gratificação Nova Escola será um investimento de R\$ 5,2 bilhões, e os servidores beneficiados receberão um aumento de 57%. Ele acrescenta que 95 mil servidores ativos e inativos (que atualmente não são beneficiados pela gratificação) passarão a receber e, além disso, todos terão esses valores garantidos na aposentadoria. Em frente à Alerj é realizada uma assembléia que decide pela manutenção da greve por tempo indeterminado. A Secretaria de Estado de Educação informa que aproximadamente 6% dos professores da rede de ensino paralisam suas atividades, sendo que o maior índice se concentra na região metropolitana. É dito ainda, que os faltosos terão o dia descontado de seus vencimentos.

Cerca de 450 trabalhadores sem-terra, de acordo com informações da Agência Brasil de Fato, ocupam o prédio do Incra em Porto Alegre - Rio Grande do Sul (região Sul). Eles exigem a retomada das negociações para a desapropriação das Fazendas Antoniazzi, em São Gabriel no estado, onde podem ser assentadas cerca de 400 famílias. As famílias também exigem que o governo federal assine a portaria que altera os índices de produtividade e que assente imediatamente as 2 mil famílias que estão acampadas em beiras de estrada no Rio Grande do Sul. Os sem-terra prometem que somente deixarão o prédio do Incra quando as reivindicações forem atendidas. No último dia 21 de agosto, o trabalhador rural Elton Brum, de 44 anos, militante do MST, foi morto com um tiro nas costas de arma calibre 12 disparada pela Brigada Militar, durante o despejo da Fazenda Southall. Entre as reivindicações por qual protestava Brum estava a desapropriação das Fazendas Antoniazzi.

Cerca de 350 famílias do MST iniciam uma marcha em direção às fazendas Antoniazzi, em São Gabriel, no Rio Grande do Sul (região Sul). Elas partem do Acampamento Elton Brum da Silva, localizado na rodovia RS-290, e caminham cerca de 15 km até as áreas. As famílias que marcham são as mesmas que foram despejadas no último dia 21/8 da fazenda Southall, ocasião em que o trabalhador Elton Brum da Silva – que hoje dá nome ao acampamento – foi morto com tiros de espingarda nas costas por um policial. O objetivo é pressionar o Incra e a Justiça Federal de Santana do Livramento, Rio Grande do Sul (região Sul) para que desapropriem as fazendas Antoniazzi. A área teve seu processo de desapropriação suspenso pelo juiz Belmiro Krieger, que voltou atrás de sua decisão e

concederia a imissão de posse das fazendas. No entanto, o Incra e o governo federal desistiram das áreas. As famílias Sem Terra também querem que o Incra desaproprie mais áreas a fim de assentar todas as duas mil famílias que estão acampadas à beira da estrada no estado. Para isso, o MST exige mudanças na política de aquisição de terras para a Reforma Agrária no Rio Grande do Sul.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulga dados parciais dos conflitos no campo relativos ao primeiro semestre de 2009. De janeiro a junho de 2009, o número de conflitos no campo apresentou queda de 46%, em relação a igual período de 2008. Em contrapartida, neste mesmo período, a violência que os acompanhou foi bem maior. De janeiro a junho de 2009, o total dos Conflitos no Campo – conflitos por terra, por água e trabalhistas – são 366, envolvendo 193.174 pessoas, com 12 assassinatos, 44 tentativas de assassinato, 22 ameaças de morte, 6 pessoas torturadas e 90 presas. Em igual período de 2008, computavam-se 678 conflitos, com envolvimento de 301.234 pessoas. O número de assassinatos era de 13, o de tentativas de assassinato 32, o de ameaçados de morte 38, e o de pessoas torturadas 2. A média de pessoas envolvidas nos conflitos é maior em 2009. A média nacional, em 2008, era de 445 pessoas envolvidas a cada conflito. Em 2009, este número salta para 528. Até 30 de junho de 2009, registrou-se 1 assassinato para cada 30 conflitos, 1 tentativa de assassinato para cada 8 conflitos, 1 torturado a cada 61 conflitos, 1 preso a cada 4 conflitos, 1,5 famílias expulsas a cada conflito por terra e 18 despejadas. Enquanto que em 2008 computavam-se os seguintes números: 1 assassinato a cada 52 conflitos, 1 tentativa de assassinato a cada 21 conflitos, 1 torturado a cada 339 conflitos, 1 preso a cada 6 conflitos, 2,3 famílias expulsas a cada conflito por terra e 14 despejadas. De janeiro a agosto de 2008, 14 foram os trabalhadores assassinados; em 2009, 17. (Neste cômputo não estão incluídos os cinco trabalhadores assassinados no assentamento Chico Mendes, no município de Brejo da Madre de Deus, agreste de Pernambuco, no dia 6 de julho deste ano, pois o crime ainda está sob investigação). Enquanto em 2008, os assassinatos, nesse período, ocorreram em sete estados, em 2009 eles se espalharam por 11 estados. O Centro-Oeste é a região que foi palco de maior violência, não só em números relativos, mas também em números absolutos. A região Sudeste apresentou um crescimento no número de assassinatos (0 em 2008, 2 em 2009), nas tentativas de assassinato (1 em 2008, 5 em 2009), e no número de prisões (3 em 2009, 0 em 2008). Também o número de famílias expulsas passou de 49, em 2008, para 63 em 2009. Na região Nordeste as tentativas de assassinato cresceram de 14, em 2008, para 16 em 2009 e o número de famílias despejadas passou 1.111 para 1.858. A região Norte continua com o maior número de assassinatos: 6 (10 registrados em igual período de 2008). As regiões Nordeste e Sudeste apresentaram um aumento preocupante nos casos de pistolagem. Enquanto no ano de 2008, no Nordeste computavam-se 1.058 famílias atingidas por pistolagem, em 2009 esse número saltou para 2.139, um aumento de 102%. A região Sudeste, que em 2008 não apresentou nenhum caso de famílias submetidas à ação de pistoleiros, em 2009 registrou 131 somente em Minas Gerais. As ações dos trabalhadores, ocupações e acampamentos, também sofreram um razoável encolhimento em 2009. O número de ocupações baixou de 187, em 2008, para 102, em 2009. Já o número de acampamentos se reduziu em 2009 para 22, diante dos 27 em 2008.

Pelo menos 5 mil funcionários iniciam paralisação nas usinas de Santo Antônio e Jirau, os dois principais projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para geração de

energia elétrica, no rio Madeira, em Rondônia (região Norte). De acordo com os jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo, os trabalhadores em greve reivindicam reajuste salarial de até 50% e melhoria nas condições de trabalho, transporte, alimentação, segurança e assistência em saúde e familiar. O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil (Sticcero), que representa os mais de 9.500 funcionários das duas hidrelétricas, propõe o aumento do piso salarial.

Cerca de 50 pessoas de dez comunidades quilombolas ocupam a sede do Incra no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) em protesto contra a demora nos processos de titulação dos territórios remanescentes de quilombos no estado. A ocupação começou no meio da tarde e não há previsão para que os cerca de 50 manifestantes deixem o local, de acordo com o presidente da Associação das Comunidades Quilombolas do Rio de Janeiro, Ronaldo dos Santos. Segundo Santos, o estado tem 31 comunidades identificadas, mas apenas uma teve a titulação concluída, há dez anos. Os quilombolas alegam excesso de burocracia e falta de quadro técnico no Incra para dar andamento aos processos. Santos disse que o Rio é um dos estados em que nenhuma terra foi titulada desde a assinatura do Decreto 4887, em 2003, que trata da regulamentação das terras de quilombolas. O coordenador do Serviço de Quilombo do Incra, Miguel Cardoso, reconheceu que o instituto tem recursos limitados, tanto financeiros como humanos. Ele e uma antropóloga são responsáveis pelo andamento dos processos de cerca de 30 comunidades identificadas no estado do Rio de Janeiro. No entanto, Cardoso afirmou que a burocracia imposta pela lei é o principal motivo de tanta demora.

A Anistia Internacional inicia uma campanha contra o despejo de indígenas do Povo Guarani Kaiowá, no Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). O Tribunal Regional Federal da 3ª Região decidiu que as 36 famílias indígenas devem sair da aldeia onde estão há mais de dois anos. O Tribunal ainda suspendeu os estudos dos grupos de trabalho da Funai para identificação da área indígena. Na campanha, a Anistia Internacional pede que o Estado brasileiro suspenda o despejo e trabalhe pela demarcação da terra dos indígenas. Movimentos sociais do Mato Grosso do Sul também planejam fazer uma caravana de solidariedade às famílias.

Indígenas da etnia Caingangue ocupam a sede administrativa da Funai em Passo Fundo, no Norte do estado do Rio Grande do Sul (região Sul). Os indígenas reivindicam que a Funai crie um grupo de trabalho para estudar a demarcação de terras no município de Vicente Dutra. As famílias declaram que irão permanecer no local até que as reivindicações sejam atendidas.

4º feira 09

Cerca de 450 trabalhadores ocupam a fazenda Antoniazzi, em São Gabriel – Rio Grande do Sul (região Sul). As ações fazem parte da tentativa do MST de intensificar as ocupações no Rio Grande do Sul após a morte do militante Elton Brum da Silva. Brum foi morto durante uma desocupação pela Brigada Militar no estado. O objetivo da ocupação é pressionar o Incra e a Justiça Federal de Santana do Livramento, Rio Grande do Sul (região Sul) a desapropriarem a fazenda. A área teve seu processo de desapropriação suspenso pelo juiz

Belmiro Krieger, que voltou atrás de sua decisão e iria conceder a imissão de posse das fazendas. Os sem-terra exigem ainda o assentamento das 2 mil famílias acampadas e a alteração dos índices de produtividade. Na capital, Porto Alegre, os sem-terra seguem no prédio do Incra, ocupado no dia 08, por cerca de 400 sem-terra. O órgão pediu reintegração de posse, mas a Justiça não concedeu por entender que o Incra não precisa de ordem judicial para despejar os agricultores.

Funcionários do serviço Disque-Detran paralisam suas atividades no Rio Grande do Sul (região Sul). Os trabalhadores reclamam que estão com o salário atrasado desde o dia 4 de setembro e não recebem vale-alimentação desde o dia 20 de Agosto. Os trabalhadores são contratados pela empresa Proteport, terceirizada pelo Detran para prestar o serviço telefônico, atendimento do Tudo Fácil e dos serviços de guinchamento. A empresa tinha como prazo até o final da semana passada para regularizar a situação dos trabalhadores, o que não ocorreu.

Trabalhadores da saúde do município de Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste) deflagram greve. Eles reivindicam reajuste dos salários para todo o funcionalismo público municipal e aumento do vale-refeição de R\$ 5,00 para R\$ 15,00. A paralisação atinge os serviços de saúde de grande parte das Unidades Básicas, que estão totalmente paralisadas, e também as Unidades de Pronto Atendimento e o Hospital Municipal Odilon Behrens, que trabalham com escala mínima de profissionais. Os servidores estão em campanha salarial desde março e já realizaram várias paralisações de um dia além de uma greve de três dias em junho. O prefeito Márcio Lacerda do Partido Socialista Brasileiro (PSB) apresenta-se irredutível e a única proposta apresentada foi de correção do INPC em duas parcelas a serem pagas no primeiro e segundo semestre de 2010 condicionado ao crescimento da receita. Também foi apresentada uma proposta de reajuste de Abono Fixação, recebido por algumas categorias que trabalham em serviços de urgência e áreas consideradas de maior risco social e de insalubridade. No entanto, de acordo com a presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte (Sindibel), Célia de Lelis Moreira, “Além de não apresentar proposta de reajuste salarial, o reajuste de abono não contempla nem todas as categorias nem todas as unidades”.

Metalúrgicos iniciam paralisação nas montadoras da região do ABC, em São Paulo (região Sudeste), reivindicando reajuste salarial, segundo a Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo. Sérgio Nobre, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, declara que os metalúrgicos não querem apenas a correção da inflação, mas aumento real. Os sindicalistas planejam uma semana de mobilizações para pressionar as montadoras e autopeças a atender às reivindicações da campanha salarial.

Manifestantes do Movimento Crítica Radical pedem a libertação do ex-ativista italiano Cesare Battisti, em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília – Distrito Federal, conforme reportam os jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo.

O Estatuto da Igualdade Racial na Câmara dos Deputados é aprovado após tramitação que se estendeu por quase dez anos, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). De acordo com o jornal O Estado de São Paulo, para destravar a proposta, o deputado Antônio Roberto do Partido Verde (PV), relator do projeto, excluiu do texto final um artigo que

tratava da regulamentação de terras para remanescentes de quilombos, acordando assim com a bancada ruralista. Na prática, o estatuto abre mais espaços institucionais para os negros: os partidos políticos passam a ser obrigados a destinar aos negros 10% de suas vagas para candidaturas nas eleições proporcionais. O estatuto também passa a exigir do sistema público de saúde que se especialize no tratamento de doenças mais características da raça negra, como a anemia falciforme. Na área da educação, passa a ser obrigatória a inclusão no currículo do Ensino Fundamental de aulas sobre história geral da África e do negro no Brasil. Ainda, o governo poderá dar um incentivo fiscal para empresas com mais de 20 funcionários e que decidirem preencher pelo menos 20% do quadro com negros.

5º feira 10

Trabalhadores da Ford, Mercedes-Benz, Scania, Rassini, Mahle Metal Leve e Karmanghia paralisam as funções do primeiro turno para pedir aumento real de salário, em São Bernardo do Campo, no ABC paulista - São Paulo (região Sudeste). Metalúrgicos realizam passeata na Avenida 31 de Março, nos arredores da Mercedes, e uma manifestação na portaria da Scania, onde se concentram funcionários desta montadora e da Karmaghia. Em Taubaté – São Paulo, 7.200 operários da Volkswagen e da Ford estão em “estado de greve” e dois mil metalúrgicos de autopeças aderem aos protestos da região. Sérgio Nobre, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, declarou no dia 9 de setembro que os metalúrgicos não querem apenas a correção da inflação, mas aumento real.

Cerca de 8,3 mil trabalhadores da unidade da General Motors (GM), em São José dos Campos – São Paulo (região Sudeste), paralisam suas atividades por 24 horas na montadora. No início da tarde, uma nova assembleia foi realizada para reafirmar o rumo do movimento. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região (Sindmetalsjc), os trabalhadores reivindicam reajuste de 14,65%, o que foi recusado pela diretoria da empresa em reunião realizada no dia 9 de setembro. A proposta foi de reajuste menor, com reposição pelo INPC, de 4,7%. Além disso, o reajuste seria escalonado, valendo apenas para quem tem salário de até R\$ 6 mil. De acordo com o Sindmetalsjc, haverá uma reunião com o sindicato patronal, no dia 11 de setembro. Está prevista, também, uma assembleia geral com os funcionários, no dia 12, para definir a continuidade ou não da paralisação. Caso não haja acordo, os trabalhadores prometem continuar a greve. Os trabalhadores pedem ainda a redução da jornada de trabalho para 36 horas, sem redução de salário e sem banco de horas, estabilidade no emprego e ampliação das cláusulas sociais.

Metalúrgicos da montadora Volvo realizam paralisação por uma hora em Curitiba – Paraná (região Sul) para pressionar por reajuste salarial. O protesto mobilizou todos os 2 mil trabalhadores segundo informações da Agência Chasque de notícias. A Volvo ofereceu 4,4 % de reajuste que somente cobre a inflação, sem dar aumento real. Também ofereceu abono de R\$ 1.500. Os trabalhadores rejeitaram a proposta e podem entrar em greve caso a empresa não apresente um índice de reajuste melhor.

A paralisação de trabalhadores na destilaria Decasa - Açúcar e álcool SA, localizada no município de Caiuá – São Paulo (região Sudeste), termina mediante negociação direta entre representantes da empresa, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Venceslau e

Marabá Paulista, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Anastácio, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Epitácio, Federação dos empregados Rurais Assalariados do Estado (FERAESP), Comissão de Trabalhadores e Assembléia de Trabalhadores. A usina regularizou uma cesta básica vencida e se prontifica a entregar a próxima cesta no dia 24 de setembro. As próximas cestas deverão ser entregues até o dia 15 de cada mês. A usina se comprometeu a repassar para os sindicatos e comissão de trabalhadores o acordo firmado com a Caixa Econômica Federal (CEF) de parcelamento e cópias das guias de depósito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mas se comprometeu a rever o excesso de advertências, suspensões e demissões por justa causa; respeitar o direito do trabalhador em optar pela instituição bancária e a conta preferencial (conta salário ou conta corrente), direito previsto em lei, para efetuar o pagamento no dia 5 de cada mês; substituir imediatamente as ferramentas de trabalho (facão e lima); pagar as horas paradas durante as chuvas; agilizar o processo de negociação dos acordos coletivos, dentre outros. Os trabalhadores da Decasa participaram, no início de 2009, de negociações com os usineiros no entanto, segundo os grevistas, o acordo não vem sendo cumprido.

A greve dos funcionários das usinas de Santo Antônio e Jirau, os dois principais projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para geração de energia elétrica, no rio Madeira, em Rondônia (região Norte), é encerrada, de acordo com a Folha de São Paulo. O fim da paralisação foi uma exigência feita pelo Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon) para que fossem iniciadas as negociações sobre reajuste salarial exigido pelos trabalhadores.

Mais de 1.000 pessoas realizam manifestação organizada pelo Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (SEPE) em Laranjeiras, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os trabalhadores do SEPE reivindicam a inclusão dos profissionais que trabalham em regime de 40 horas no plano de carreira e de incorporação neste mandato da gratificação do Nova Escola, que eles criticam pois, será implantada de forma escalonada até 2015. O ato contou com a participação de cerca de 2 mil pessoas, segundo o CMI e 500 segundo Jornal Brasil de Fato: dentre profissionais de educação, estudantes da rede estadual e apoiadores. Os manifestantes seguiram em direção ao Palácio Guanabara (sede do governo estadual), interditando meia pista no trajeto. Moradores da região demonstram apoio ao ato, aplaudem, cantam as palavras de ordem, e aderem à passeata. A PM ameaça impedir os manifestantes de prosseguir a passeata, alegando que os manifestantes incomodariam os pacientes de uma clínica de saúde localizadas no local do percurso. Após negociação do comando do ato com a Polícia, a caminhada prosseguiu. O governador se recusou a receber representantes do Sindicato para negociação, segundo os manifestantes, “sem dar maiores justificativas para a recusa”. Devido à agressão policial aos manifestantes ocorrida no ato do dia 8 de setembro, flores brancas tentaram ser entregues aos PM's, que se mantiveram em frente ao Palácio, mas eles se recusaram a receber o gesto. Após o término do ato foi realizada assembléia em que se decidiu pela manutenção da greve.

Professores da rede municipal fazem uma passeata pelas ruas de João Neiva – Espírito Santo (região Sudeste) pedindo reajuste do Piso Nacional da categoria. Eles alegam que o prefeito municipal enviou para a Câmara dos vereadores um projeto que ajusta o piso salarial somente para os profissionais da Educação Básica. Eles reivindicam que o reajuste seja efetuado para os demais profissionais da categoria.

Bancários realizam manifestações em todo o país em protesto contra a falta de propostas dos representantes dos bancos para reajuste salarial da categoria. Os bancários atrasaram por cerca de duas horas a abertura das agências nos principais centros financeiros de São Paulo – SP, Rio de Janeiro – RJ, Belo Horizonte – Minas Gerais, Vitória – Espírito Santo (região Sudeste), Brasília – Distrito Federal, Cuiabá – Mato Grosso (região Centro-oeste), Porto Alegre – Rio Grande do Sul, Curitiba e Londrina – Paraná (região Sul), Salvador – Bahia, Fortaleza – Ceará, e Teresina – Piauí (região Nordeste). No estado do Rio Grande do Sul, segundo informações da Agência Chasque de Notícias, os protestos ocorreram também em Camaquã, Caxias do Sul, Pelotas, Rio Grande, Santa Rosa, Passo Fundo, São Gabriel e Santo Ângelo. A categoria reivindica reajuste de 10% - para repor a inflação e 5% de aumento real, além de Participação nos Lucros e Resultados (PRL) no valor de três salários mais R\$ 3.850 fixos.

Motoristas de vans fazem protesto em frente ao Palácio Guanabara, no Centro do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (região Sudeste). Os manifestantes exibem uma faixa com a frase: “No dia 09/09/2009 o governador Sérgio Cabral estará assinando o extermínio do transporte alternativo”. O protesto era contra a proibição de cerca de 12 mil vans intermunicipais, caracterizadas pelo estado como piratas, de circular.

Policiais da Brigada Militar fazem uma barreira na entrada das Fazendas Antoniazzi, em São Gabriel, no Rio Grande do Sul (região Sul) evitando a entrada de comida para os 450 trabalhadores sem-terra que ocupam a área desde o dia 9 de setembro. Segundo informações do site do MST, devido à barreira policial, as crianças estão sem leite. O movimento denuncia que o governo federal se nega a negociar com o MST, enquanto o prédio do Incra, em Porto Alegre - Rio Grande do Sul (região Sul) estiver ocupado mas, permite, que o governo estadual, autorize a Brigada Militar a agir com violência contra as famílias. O MST reivindica que o Incra retome as negociações para a desapropriação das Fazendas Antoniazzi, onde podem ser assentadas 400 famílias que hoje vivem à beira das estradas. As famílias também querem que o órgão desaproprie mais áreas a fim de assentar todas as duas mil famílias acampadas no estado.

6º feira 11

Mais de 1.000 pessoas participam, na Esplanada dos Ministérios em Brasília - Distrito Federal (região Centro-oeste), da passeata “Grito do Cerrado” em defesa da preservação do meio ambiente e do monitoramento do bioma. A passeata é uma das atividades programadas no 6º Encontro Nacional e Feira dos Povos do Cerrado, que começou no dia 9 e termina no dia 13 de setembro. Índios de sete etnias que vivem na região Centro-Oeste participaram da tradicional Corrida de Toras. Eles levaram até a Câmara dos Deputados duas toras de madeira contendo propostas para a conservação do bioma e de sua cultura. Além da preservação do Cerrado, o encontro reivindica a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 115/95 que propõe o reconhecimento da Caatinga e do Cerrado como patrimônios nacionais, assim como a Amazônia. A proposta tramita há 14 anos no Congresso. No final da manhã, os manifestantes deixaram o gramado do Congresso e seguiram em marcha até a Rodoviária de Brasília.

O grupo de cerca de 50 pessoas de diferentes comunidades quilombolas do estado do Rio de Janeiro ocupam a sede do Incra, na Glória, bairro da zona sul da capital, Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). De acordo com o presidente da Associação das Comunidades Quilombolas do Rio, Ronaldo Santos, após duas reuniões com o superintendente regional do instituto, Mario Lúcio Melo Junior, ficou acordado que na semana que vem o Incra do Rio vai encaminhar a Brasília o pedido de titulação de três territórios remanescentes de quilombos no estado. Outra conquista do grupo, segundo o presidente da associação, é que o Quilombo da Rasa, no município de Búzios, será considerado prioritário pelo Incra, que vai elaborar um projeto específico para essa comunidade, sem prejudicar o andamento dos demais processos. Os manifestantes deixaram o local no final da tarde. Os quilombolas protestam contra o atraso no andamento dos processos de cerca de 30 comunidades identificadas no estado. Desde a assinatura do Decreto 4887, em 2003, que trata da regulamentação das terras de quilombolas, nenhuma área foi titulada no estado. Funcionários do Incra atribuem o problema à burocracia imposta pela lei, assim como à falta de empregados para atender à demanda.

Cerca de 36 famílias Guarani Kaiowá da aldeia Laranjeira Nhanderu são obrigadas a deixar a terra em que vivem há cerca de 2 anos no município de Rio Brillhante - Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). As famílias deixam o local em cumprimento a uma ordem de reintegração de posse determinada pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3). De acordo com João Zanela, do Conselho Missionário Indigenista (Cimi) do Mato Grosso do Sul, como não têm para onde ir, os cerca de 130 Guarani kaiowá da aldeia, incluindo 60 crianças e adolescentes, permanecem agora acampados em frente à área desocupada, à beira da BR-163, rodovia de tráfego intenso de caminhões em direção ao sul do país. De acordo com Rogério Batalha, assessor jurídico do Cimi-MS, “A saída cumpriu o que havia sido prometido à Polícia Federal, que os indígenas sairiam pacificamente”. Segundo ele, apesar de ter sido pacífica, a saída dos Guarani Kaiowá “foi de muita tristeza e muita desolação”. O assessor jurídico, que acompanhou o processo de retirada, conta que na aldeia Laranjeira Nhanderu as famílias tinham toda estrutura para sobreviver, com boas casas e agora estão na beira de uma estrada muito movimentada, correndo riscos de atropelamento, em barracos de lona, onde não existe nenhuma fonte de água”. As famílias da aldeia aguardam, assim como diversas outras comunidades do estado, a realização de estudos antropológicos para embasar futuras demarcações a serem feitas pela União. A liminar concedida pelo TRF à Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso do Sul (Famasul), que barrava a realização dos estudos antropológicos no estado, foi cassada na última semana de agosto, mas, até o momento, os grupos de trabalho não voltaram a campo, sob alegação de ter de aguardar um planejamento de segurança.

A Universidade Federal do Pará (UFPA), no Pará (região Norte) realiza o primeiro processo seletivo com reserva de vagas para indígenas na universidade. São oferecidas até 2 vagas em cada um dos 144 cursos de graduação. A UFPA é a 8ª universidade federal a criar cotas para índios. As outras são: Universidade de Brasília (UnB) – Distrito Federal e Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) (região Centro-oeste); Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), em São Paulo e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (região Sudeste); Universidade Federal do Tocantins (UFT) (região Norte); Universidade Federal do Paraná (UFPR) (região Sul) e Universidade Federal da Bahia

(UFBA) (região Nordeste). Nove universidades estaduais, 1 em Goiás (região Centro-oeste), 1 na Bahia (região Nordeste) e 7 no Paraná (região Sul) já aderiram ao modelo. Apesar de não ser destacada na polêmica sobre cotas, a reserva de vagas para os índios está ameaçada por todas as ações judiciais contra cotas que tramitam na Justiça. Os cursos de Ciências da Terra e Ciências da Saúde são os mais procurados pelos índios.

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) consegue assinaturas - duas mais que o mínimo necessário – para criar uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) para apurar supostos repasses irregulares de recursos a entidades ligadas ao MST. Na câmara, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-Oeste), já há 180 assinaturas para a CPI, nove a mais que o mínimo. A intenção da senadora, que também é presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), é investigar denúncias publicadas pela revista “Veja”, no fim de semana passado, que sustentam que R\$ 60 milhões foram parar nas contas de 4 entidades ligadas ao MST. Essas ONGs teriam sido contratadas para fazer serviços como georreferenciamento e emissão de pareceres técnicos, mas segundo a reportagem, os serviços não teriam sido realizados integralmente.

Sábado 12

Metalúrgicos que trabalham em montadoras, arregimentados pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC de São Paulo – SP (região Sudeste) filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), aprovam, proposta das empresas de reajustar o salário em 6,53%. A assembleia ocorreu em São Bernardo do Campo Do índice, 4,44% referente ao INPC do período - cobre a inflação - e, os demais 2% são de aumento real. Os trabalhadores também receberão abono de R\$ 1.500 em 25 de setembro e terão a ampliação do auxílio-creche para 36 meses. O metalúrgico ainda poderá ser liberado um dia por ano para fazer curso de formação no sindicato. As outras subcategorias, como autopeças e fundição, não aceitam a oferta patronal, que não previa aumento real, apenas a reposição da inflação, e voltarão à mesa de negociação.

Domingo 13

Representantes do MST e pequenos agricultores fazem acordo com presidente do Incra, Rolf Hackbart, para evitar um protesto do grupo na primeira visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Roraima (região Norte), no dia 14 de setembro. O acordo inclui repasse de R\$ 18 mil por família que ainda não conseguiu crédito para plantação, pode custar ainda o cargo do superintendente do Incra, Titonho Bezerra.

Cerca de 1,5 mil motociclistas promovem, pelas ruas e avenidas da zona sul, do centro e da Tijuca, na zona norte, do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) uma "motociata" (passeata de motocicletas) contra a violência na cidade. O objetivo é chamar a atenção, principalmente, para os casos de violência contra os motociclistas. Nos últimos 30 dias, ocorreram duas mortes em tentativas de assalto. Muitos manifestantes usavam camisetas com frases de protesto e uma fita preta no retrovisor esquerdo, simbolizando luto pelas vítimas da violência; e outra fita branca no retrovisor direito, pedindo paz. Organizado pela

Federação de Moto Clubes do estado, eles querem que o governo do Rio aumente o efetivo da PM que faz o patrulhamento das ruas da cidade utilizando a motocicleta, veículo mais ágil no trânsito cada vez mais caótico do Rio. Ao todo, o movimento deve envolver cerca de 2,5 mil pessoas, uma vez que muitos dos motociclistas participam da motociata acompanhados das esposas e namoradas.

Grupo de 150 grafiteiros realizam manifestação contra o que chamam de “cinza do prefeito Gilberto Kassab” e colorem cerca de um quilometro de muros dos dois lados da Avenida 23 de Maio, em São Paulo – SP (região Sudeste). A ação, de acordo com os manifestantes, tem por objetivo repintar os muros que antes abrigavam grafites e foram pintados pela prefeitura nesta gestão. Um dos participantes, afirma que a intenção não é “depredar, mas levar arte à população, que não costuma ir a galerias”. Nove jovens são detidos pela PM, mas são liberados após prestar depoimento.

Comunidades indígenas e parte da população local fazem protestos na audiência pública para discussão do projeto de aproveitamento hidrelétrico da usina de Belo Monte, no rio Xingu, em Altamira – Pará (região Norte), de acordo com a Folha de São Paulo. Cerca de 5 mil pessoas lotaram o Ginásio Poliesportivo para participar da audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental (EIA-Rima) da hidrelétrica de Belo Monte. Quase 300 homens, entre policiais militares, agentes da Polícia Federal e da Força Nacional de Segurança foram convocados a fim de evitar que os índios se comportassem de forma violenta com os representantes da hidrelétrica. Como na ação registrada na audiência de 2008, também em Altamira, quando uma indígena atingiu com um facão um engenheiro da Eletrobrás. Os índios vêm lutando contra a aprovação do projeto a hidrelétrica, que irá inundar vários bairros da cidade de Altamira, há cerca de 30 anos.

2ª Feira 14

Cerca de 150 integrantes do MST interditam a rodovia PE-60, em São José da Coroa Grande que liga os municípios de Recife e Maceió, no litoral sul de Pernambuco (região Nordeste). Os sem-terra reivindicam o assentamento das famílias acampadas desde 1998 na fazenda Engenho Manguinhos, em São José da Coroa Grande. Segundo a direção do MST em Pernambuco, o Incra já declarou a área como improdutiva, mas sua liberação para fins de Reforma Agrária depende agora de uma assinatura do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Segundo informações do Movimento, os sem-terra pretendem continuar mobilizados até que Ibama e Incra se reúnam e proponham um calendário para a legalização do assentamento das famílias. Segundo a Polícia Rodoviária Estadual (PRE), mais duas guarnições da corporação e policiais militares foram chamados para dar reforço.

Cerca de 60 pessoas realizam pela manhã uma manifestação durante visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em frente à recém-inaugurada obra de ampliação do Aeroporto de Boa Vista – Roraima (região Norte). O grupo porta faixas que dizem “Lula não vale nada” e “Lula entreguista”. Eles protestam contra as medidas tomadas pelo presidente em favor da demarcação de terras indígenas. No início da tarde, aproximadamente 150 manifestantes liderados pelo ex-prefeito de Paracaima Paulo César Quartiero (DEM), líder dos arroseiros

que tinham fazendas na área da reserva Raposa Serra do Sol, fecharam o acesso ao local quando foram impedidos de entrar para assistir ao discurso de Lula, no Parque Anauá. A polícia reage com golpes de cassetete e com a cavalaria. Segundo o CMI, cerca de 14 arroteiros ficam feridos em confronto com a PM em frente ao parque Anauá. Quatro pessoas – incluindo Quartieiro – tem ferimentos leves e são levadas ao Hospital Geral, sendo presas por desacato, agressão, resistência à prisão e danos ao patrimônio público após deixarem o hospital. No aeroporto, o presidente inaugurou obra de ampliação feita com verba de R\$9 milhões do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

Indígenas Guarani Kaiowá, da aldeia Laranjeira Ñanderu, tem suas casas queimadas por pessoas não identificadas. As cerca de 35 casas no município de Rio Brillante, no Mato Grosso do Sul (região Centro-Oeste) foram queimadas enquanto os indígenas não estavam na aldeia, pois desde o dia 11 de setembro foram obrigados a sair da terra por ordem judicial e estão acampados à beira da BR-163. Os cerca de 130 Guarani Kaiowá da comunidade Laranjeira Ñanderu assistiram o fogo consumir suas casas e o restante de seus pertences. Segundo informações do site do MST, durante a noite, os causadores do incêndio continuam a amedrontar os indígenas, vigiando as coisas queimadas com carros e acendendo os faróis contra os barracos na beira da estrada. De acordo com informações do Movimento, o Ministério Público Federal foi alertado e se comprometeu a enviar agentes policiais, mas isso não aconteceu. De acordo com Zezinho, uma das lideranças Guarani, os indígenas estão abalados, porque, para eles, além das casas, foram queimados os espíritos dos que moravam com eles. Os indígenas Guarani Kaiowá estão acampados na beira da estrada, em frente à fazenda Santo Antônio de Nova Esperança, onde está a terra tradicional do povo. Eles reivindicam a demarcação de seu território tradicional. O Conselho Indigenista Missionário suspeita que fazendeiros da região tenham ordenado a queima das casas.

A greve dos 8,5 mil metalúrgicos da Volkswagen-Audi e Renault-Nissan das unidades de São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba – Paraná (região Sul), permanece. Em assembléia realizada de manhã, os empregados da Renault-Nissan rejeitaram a nova proposta patronal, apresentada ao Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC) no dia 12 de setembro. São R\$ 1,5 mil de abono, 4,44% de correção de 100% do INPC e 2% de aumento real em setembro, além de 1% de reajuste pendente da negociação de 2008 para agosto de 2010. Na Volks-Audi, o sindicato realizou hoje apenas uma assembleia informativa. De acordo com o sindicato, os trabalhadores foram comunicados sobre a falta de proposta salarial da empresa e a continuidade de greve. Uma nova audiência de conciliação entre SMC e empresa está marcada. Na unidade da Volvo, na cidade industrial de Curitiba, os cerca de 2,6 mil trabalhadores da fábrica de ônibus e caminhões deram prazo até o final do dia para a negociação avançar, caso contrário entram em greve a partir do dia 15 de setembro. Segundo o sindicato, a última proposta da Volvo foi de um reajuste real de 2% e um abono de R\$ 2 mil a partir de outubro. Além de não apresentar nova proposta, a Volks exigiu que os trabalhadores interrompessem as paralisações para negociar, o que não foi aceito pelo sindicato. A empresa também propôs incorporar o aumento no valor do vale-mercado (adicional dados pela empresa, por meio de cartão, para compra em supermercados) no salário dos funcionários. O sindicato informou que os metalúrgicos concordam com o valor e a data de pagamento do abono. No entanto, exigem que o INPC integral seja pago já em setembro, assim como aumento real de 5,34%. Além

disso, reivindicam que o vale-mercado seja corrigido de R\$ 60 para R\$ 120 e pedem também garantia de emprego até o final de 2009. Os trabalhadores das três montadoras reivindicam aproximadamente 10% de reajuste salarial (5,32% de aumento real mais reposição da inflação) e um abono de R\$ 2 mil a partir de setembro. Para os funcionários da Volvo, o SMC reivindica ainda um reajuste no vale-mercado.

Os metalúrgicos da General Motors, em São José dos Campos – São Paulo (região Sudeste) realizam uma greve de 24 horas. Os trabalhadores não aceitaram neste dia a proposta de reajuste salarial das montadoras. Em nota, o Sindicatos dos Metalúrgicos de São José dos Campos informou que a greve tem o objetivo de forçar a direção da empresa a voltar às negociações. Amanhã, os metalúrgicos se reúnem em assembléia para avaliar a situação. O Sindicato dos Fabricantes de Veículos Automotores (Sinfavea) propôs 6,53% de reajuste, 4,4% de reposição da inflação, 2% de aumento real e R\$ 1.500 de abono. A proposta foi rejeitada pelos trabalhadores. Também hoje os metalúrgicos da Honda (Sumaré-SP) e da Toyota (Indaiatuba-SP), em campanha salarial unificada com São José dos Campos, votaram favoravelmente à greve de 24 horas. A categoria reivindica 14,65% de reajuste, dos quais 8,53% de aumento real mais o INPC. Segundo o sindicato, a fábrica da GM em São José dos Campos emprega cerca de 8,3 mil trabalhadores e produz automóveis como o Corsa, S10, a Blazer, o Montana e o Meriva.

Mais 300 motoristas desempregados participam de uma manifestação na Assembléia Legislativa do Rio (Alerj) no Centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), onde a situação deles foi debatida em audiência pública. Os motoristas protestam contra a medida do governo do Rio que restringiu o acesso de vans na região metropolitana. Mais 1,7 mil motoristas, segundo as cooperativas, tiveram que deixar as ruas, dando lugar a 400 vans autorizadas pelo governo. No encontro foi aprovada a convocação do secretário de Transportes, Júlio Lopes, e do presidente do Departamento de Transportes Rodoviários (Detro), Rogério Onofre, para uma nova audiência em dez dias. O deputado Paulo Ramos (PDT), autor do requerimento, questionou a licitação e também citou os problemas para os usuários. O presidente da Federação das Cooperativas de Transporte Alternativo Legalizado, Márcio Pires, confirmou que os motoristas estão com problemas para pagar as prestações, já que estão sem trabalhar. A representante do governo na audiência, a funcionária do Detro Sandra Regina Oliveira, foi muito vaiada e disse que não poderia apresentar soluções para os problemas. Ela se comprometeu a repassar as reclamações ao presidente da instituição. Além dos motoristas, a população também reclama dos prejuízos. Os principais são a falta de ônibus, a superlotação, inclusive de trens, e a mudança do embarque da Central do Brasil para a Leopoldina, no centro do Rio.

3ª Feira 15

Famílias sem-terra desocupam prédio do Incra em Porto Alegre - Rio Grande do Sul (região Sul) e a Fazenda Antoniazzi, em São Gabriel, também no estado. A Polícia Federal havia dado prazo até o meio-dia para que os sem-terra saíssem pacificamente do prédio da estatal. A Brigada Militar havia montado há alguns dias uma barreira para impedir a entrada de comida nas fazendas em São Gabriel e a polícia ainda estaria se negando a levar pessoas doentes ao hospital. Os poucos sem-terra que foram levados para atendimento médico,

acabaram sendo interrogados pelos policiais no hospital. As denúncias contra a Brigada Militar acontecem logo após o assassinato de um sem-terra durante despejo policial na Fazenda Southall. As informações foram divulgadas pela Agência Chasque de Notícias. Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) de 18 estados deflagram greve por tempo indeterminado. No Rio Grande do Sul (região Sul), em assembleia, os trabalhadores rejeitaram a proposta da estatal de reajuste, de 4,5%. Os trabalhadores reivindicam reposição salarial de 41%, aumento real, auxílios creche e educação e entrega de cartas pela manhã, entre outros itens.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) divulga em nota de repúdio e denuncia, sobre a queima, na noite do dia 14 de setembro, das cerca de 35 casas de índios Guarani Kaiowá, que formavam a Aldeia Laranjeira Ñanderu, no município de Rio Brillante, em Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). As moradias tinham sido erguidas em parte de uma fazenda reivindicada pelos indígenas como terra tradicionalmente ocupada por seus antepassados. Os indígenas deixaram a aldeia no dia 11 de setembro por ordem judicial, mas animais e pertences dos Guarani estavam no local. Os relatos dão conta de que toda a comunidade passou a noite sem dormir, com medo de novos ataques. Os cerca de 130 índios da aldeia estão acampados à beira da BR-163, em frente à Fazenda Santo Antônio de Nova Esperança, e pretendem ficar ali até que seja feita a demarcação de seu território tradicional. Estudos antropológicos que antecedem o reconhecimento de novas áreas indígenas em Mato Grosso do Sul devem ser retomados em breve. A Funai trabalha na elaboração de novas portarias para embasar os procedimentos.

Indígenas de várias etnias, sem-terras, estudantes, mulheres, religiosos, trabalhadores rurais e urbanos e diversos movimentos sociais fecham ruas em frente ao Centur, local da última reunião para discussão da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, em Belém – Pará (região Norte). Segundo o jornal O Estado de São Paulo, os índios afirmam que não permitirão a obra. Com faixas, cartazes e apoio do MST, os índios dançam pintados para a guerra, enquanto 20 homens da Força Nacional formam um cordão de isolamento para evitar a invasão do auditório. O ato foi organizado pela FAOR e a Forum Pan Amazônico, com o apoio do Grupo de Teatro do Instituto Universidade Popular (UNIPOP). A corredeira de água será desviada, através de canais, para Belo Monte, onde serão colocadas as turbinas. As conseqüências serão o alagamento da área Oeste, acima do Xingu, e a diminuição do volume de água na região leste, abaixo do rio, afetando diretamente povos indígenas e a população local. Finalizando o ato, um grupo de participantes faz com seus corpos um grande “SIM” a vida e um grande “NÃO” à Belo Monte, seguidos pelos indígenas Tembé, que fecham o ato com a realização de uma mística na qual uma barragem de Belo Monte feita de papelão é destruída a flechadas e queimada, demonstrando que a natureza será protegida e que o projeto Belo Monte precisa acabar. Encerrado o Ato, o grupo caminha para o Centur, onde é realizada uma audiência sobre a construção da hidrelétrica de Belo Monte. Já no estacionamento do Centur, os manifestantes foram barrados pela Força de Segurança Nacional que impediu a entrada das pessoas com mastros de suas bandeiras ou seus símbolos indígenas, como flechas e matracas. Depois de muita resistência parte dos manifestantes conseguiu entrar no local da audiência. Outra parte assistiu por um telão.

Os 2,6 mil trabalhadores da Volvo, em Curitiba – Paraná (região Sul), entram em greve após rejeitar, em assembleia, a proposta da empresa apresentada ao Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC). A Volvo ofereceu 6,53% de reajuste salarial (2% de aumento real + 4,44% de reposição de 100% do INPC) e abono de R\$ 2 mil em setembro. Os trabalhadores consideraram a proposta insuficiente e decidiram continuar em greve. Os metalúrgicos reivindicam aumento salarial de, no mínimo, 8% já em setembro (3% de aumento real + 4,44% do INPC), além do abono de R\$ 2 mil também para este mês. De acordo com o sindicato, a montadora também não concordou em reajustar o vale-mercado (adicional dado pela empresa, por meio de cartão, para compras em supermercados) que está congelado há 13 anos em R\$ 60.

Funcionários da Toyota, em Indaiatuba, e da Honda, em Sumaré, ambas em São Paulo (região Sudeste), retomam o trabalho após aceitarem a proposta das duas montadoras de reajuste salarial de 10% - o maior negociado no setor - de acordo com o jornal Folha de São Paulo. O reajuste de 10% inclui 4,4% para repor a inflação acumulada nos últimos 12 meses e 5,35% de aumento real.

Trinta e oito pessoas são libertas em ação do Governo Federal, Ministério Público do Trabalho e da Polícia Federal em obra do complexo hidrelétrico de Jirau, um dos principais projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no rio Madeira, em Roraima (região Norte). Os trabalhadores estavam em alojamentos precários e fiscais apontaram trabalho degradante. A empresa, segundo um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado, terá que pagar indenizações de R\$ 1.500 por dano moral individual a cada um dos 38 trabalhadores.

4º feira 16

Os 8,3 mil trabalhadores da fábrica da General Motors de São José dos Campos – São Paulo (região Sudeste) retomam paralisação de 24 horas após ficar insatisfeitos com o resultado da audiência de conciliação ocorrida no dia 15 de setembro no Tribunal Regional do Trabalho, em Campinas. Desde o dia 10 de setembro, esta é a terceira paralisação dos funcionários da empresa. Em nota, o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos afirma que a GM se recusou a aumentar a proposta de reajuste salarial. Uma nova audiência deve ocorrer no dia 18 de setembro à tarde. Os trabalhadores reivindicam 14,65% de reajuste salarial, redução da jornada de trabalho para 36 horas sem diminuição de salários e estabilidade de dois anos, no mínimo. Na última proposta, a montadora ofereceu reajuste de 6,53% mais abono de R\$ 1,5 mil.

Os 7,8 mil metalúrgicos da Renault-Nissan e da Volvo, ambas no Paraná (região Sul), encerram greve após aceitarem reajuste salarial de 7,67% mais abono de R\$ 2 mil para cada trabalhador, a ser pago esta semana. A proposta das montadoras garante aumento real de 3% acima da inflação. Na Renault, os metalúrgicos têm ainda a garantia de mais 1% de aumento real conquistado na negociação de 2008, o que eleva para 8,65% o índice de reajuste salarial dos trabalhadores. Na Volvo, os trabalhadores têm garantia de emprego até dezembro. Os dias parados não serão descontados nas duas montadoras e vão compor o banco de horas, em que são compensadas horas extras e folgas. Na unidade da Volkswagen,

também em São José dos Pinhais, uma assembléia dos funcionários decidiu pela manutenção da greve.

Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) no Paraná (região Sul) decidem deflagrar greve por tempo indeterminado no estado. A decisão foi tomada em assembleias regionais realizadas na noite do dia 15 de setembro entrar em greve por tempo indeterminado em todo o estado. De acordo com o secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores nos Correios do Paraná (Sintcom-PR), Nilson Rodrigues dos Santos, a empresa, além de manter o Acordo Coletivo de Trabalho atual, ofereceu 90 centavos de acréscimo no vale-refeição e 4,5% de reajuste salarial. Pela proposta da ECT, esse índice também seria aplicado nos demais itens do acordo. A categoria reivindica uma reposição salarial de 41,03%, que corresponde às perdas ocorridas desde agosto de 1994, e um aumento linear de R\$ 300 no piso salarial da categoria, que é de R\$ 640. Segundo o secretário-geral, os trabalhadores não estão “brigando por apenas questões salariais, querem segurança, portas giratórias nas agências e redução de jornada de trabalho”. Ele disse que os 6,3 mil funcionários do Paraná vão para o trabalho apreensivos, com medo de assaltos. De acordo com o sindicalista, os grevistas passaram a noite em frente à sede dos Correios em Curitiba e devem permanecer no local durante todo o dia aguardando novas propostas da empresa para serem discutidas em assembleias.

Trabalhadores dos Correios que estão em greve protestam em frente à agência central, no Centro de Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Eles bloquearam a entrada principal da agência até o início da tarde. Os trabalhadores também montaram um acampamento permanente na entrada do Centro de Triagem. Os servidores paralisaram suas atividades hoje, depois de negociarem durante 2 meses com os Correios e não fecharem acordo. Em assembleias 21 dos 35 sindicatos filiados à Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos (Fentect) rejeitaram a proposta apresentada neste dia 16 pela empresa. De acordo com o coordenador do comando de negociação, Nivaldo Schmucker, alguns sindicatos ainda não se reuniram para analisar a proposta da empresa. No entanto, o número mínimo de votos - 18 do total de sindicatos - para definir a manutenção da greve nacional já foi alcançado. Entre os sindicatos que rejeitaram a proposta estão o do Distrito Federal, Paraná, de Goiás, São Paulo, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, Mato Grosso, do Vale do Paraíba (SP) e de Campinas (SP). Até o momento, o único que aceitou o fim da greve foi o sindicato de Bauru (SP). A estatal ofereceu reajuste salarial de 9%, em acordo bianual e aumento no valor do vale-refeição de R\$ 20 para R\$ 21,50 por dia e do vale-cesta de R\$ 110 para R\$ 120, entre outras propostas. Em agosto de 2010, os benefícios passariam para R\$ 23 e R\$ 130, respectivamente.

Manifestantes a favor da liberação dos bingos fazem pressão na Câmara dos Deputados, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), no debate de projeto que libera bingos e máquinas caça-níqueis. A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou o projeto. A proposta precisa agora passar por votação no plenário da Câmara e no Senado antes de seguir para sanção presidencial.

Cerca de 200 profissionais de ensino realizam uma manifestação em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF) em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) para pedir a

rejeição da ação direta de inconstitucionalidade (Adin) ajuizada pelos governadores do Paraná, Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, (região Sul) Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste) e do Ceará (região Nordeste) contra a chamada lei do piso. A lei Ela estabelece que, a partir de 2010, nenhum professor da rede pública poderá receber menos de R\$ 950 por uma carga horária de até 40 horas semanais. Em dezembro de 2008, o STF rejeitou parcialmente o pedido de liminar por meio do qual os cinco estados pretendiam suspender a entrada em vigor do piso, mas ainda não houve julgamento de mérito. Os professores alegam que, em virtude disso, há estados e municípios descumprindo o piso estabelecido e pagando menos aos profissionais. A liminar em vigor também suspendeu artigo da lei que garantia um terço da carga horária dos professores para atividades fora de sala de aula. Os profissionais da educação estão procurando pessoalmente os ministros do STF para defender a manutenção integral da lei do piso no julgamento de mérito.

Estudantes protestam em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul) pelo afastamento da governadora Yeda Crusius (PSDB). Os estudantes realizaram uma passeata e picharam as paredes do prédio da Assembléia Legislativa com palavras de ordem contra a governadora e o deputado Coffy Rodrigues (PSDB), relator da CPI que investiga corrupção na administração, no Rio Grande do Sul (região Sul). Coffy é relator da CPI e trava disputa pela aprovação de requerimentos com a presidente da comissão, deputada Stela Farias (PT). Os estudantes afirmam que o deputado está travando as investigações. Servidores públicos esconderam o rosto de estátuas simbólicas, como o Laçador, com plásticos pretos para representar que os gaúchos estão envergonhados.

A senadora Kátia Abreu (DEM), protocola o pedido de instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar as finanças do MST. O objetivo da CPMI é investigar as denúncias na imprensa, principalmente da Revista Veja, sobre o uso de dinheiro público para financiar ocupações de terra. Em nota, o MST condenou a ação e disse que a comissão é represália do agronegócio devido à luta pela Reforma Agrária e pela alteração dos índices de produtividade, tão temida pelo setor. O MST lembrou que em 5 anos, o agronegócio conseguiu instalar 3 CPIs contra o movimento, o que mostraria o uso político-ideológico das comissões no Congresso. Também afirmou que a CPI não irá inibir suas ações. Na nota oficial divulgada pelo Movimento, “A senadora Kátia Abreu (DEM-TO), os deputados federais Ronaldo Caiado (DEM-GO) e Onyx Lorenzoni (DEM-RS), líderes da bancada ruralista no Congresso Nacional, não admitem que seja cumprida a Constituição Federal de 1988 e a Lei Agrária, de fevereiro de 1993, assinada pelo presidente Itamar Franco, que determina que "os parâmetros, índices e indicadores que informam o conceito de produtividade serão ajustados, periodicamente, de modo a levar em conta o progresso científico e tecnológico da agricultura e o desenvolvimento regional. Os parâmetros vigentes para as desapropriações de áreas rurais têm como base dados do censo agrário de 1975. Em 30 anos, a agricultura passou por mudanças tecnológicas e químicas que aumentaram a produtividade média por hectare. Por que o agronegócio tem tanto medo da mudança nos índices?”

Aproximadamente 300 agricultores organizados no MAB, MST e CPT fazem um protesto, na BR-116, na cidade de Laranjal, Minas Gerais (região Sudeste), contra a multinacional Brascan, que está enchendo o lago da hidrelétrica Barra da Braúna, sem indenizar grande parte das pessoas atingidas. O lago vai inundar cerca de 900 hectares de terra e deverá

prejudicar mais de mil famílias. Os trabalhadores reivindicam do secretário de meio ambiente, José Carlos de Carvalho, que liberou a obra, a imediata paralisação do enchimento do lago até a empresa pagar as dívidas com as famílias. O enchimento do lago está causando desastres ambientais e sociais. Segundo a população local, houve mortandade de peixes abaixo do muro e a área do lago não foi completamente desmatada, como mandam os órgãos ambientais. O resultado são 200 hectares de mata atlântica inundados e cerca 70 ilhas atingidas. A maioria das famílias foi forçada a negociar suas terras e estão insatisfeitas. Muitos casos estão na justiça, pois a empresa vem depositando quantias irrisórias e conseguindo imissão de posse, invadindo propriedades. Além disso, há os que são atingidos indiretamente como diaristas, arroteiros, tiradores de areia, que ainda estão sem indenização.

Duas áreas que pertenciam ao grupo de Fernandinho Beira-Mar (um grande traficante de drogas), em Paraúna – Goiás (região Centro-oeste), são transferidas ao Incra para Reforma Agrária após assinatura inédita de um termo de compromisso com a Secretaria Nacional Antidrogas. Segundo o jornal Folha de São Paulo, o Incra enviará ao órgão, por alteração orçamentária, cerca de R\$ 3,4 milhões referentes à avaliação dos imóveis – de 727 ha e de 148 ha, onde podem ser assentadas pelo menos 30 famílias.

Moradores de Ipanema, Zona Sul do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (região Sudeste) protestam contra a violência do bairro pintando com tinta vermelha o contorno do corpo do técnico judiciário do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), Ricardo Wagner Lélis Silva, vítima de uma tentativa de assalto. Os moradores acenderam velas e fizeram orações no local do crime.

5º feira 17

Aproximadamente 1.000 famílias do MST ocupam a fazenda Santa Cecília com mais de 1.680 hectares em Araçatuba, no interior de São Paulo (região Sudeste). A ação é uma das maiores já realizadas pelo MST na região. De acordo com o movimento, o objetivo da ação é pressionar o Incra a apresentar a lista de fazendas improdutivas que devem passar por vistorias para fins da Reforma Agrária. O MST requisita junto ao INCRA a vistoria de 20 propriedades no entanto, o pedido ainda não foi atendido. A ação na fazenda Santa Cecília foi uma das maiores já realizadas na região. Segundo o jornal O Estado de São Paulo, a fazenda pertence ao empresário da noite Oscar Maroni.

A ocupação do MST, na fazenda Rio Novo, em Paracambi - Rio de Janeiro (Sudeste) recebe representantes do proprietário da fazenda, que chegam ao local acompanhados de policiais e de oficiais de justiça que trazem uma ordem de reintegração de posse expedida pela juíza Regina Coeli Formisano, da 6ª Vara Federal. A lavoura que os acampados vinham cultivando teve que ser abandonada. A negociação foi intermediada pela Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). Os representantes do fazendeiro não aceitaram a proposta dos trabalhadores, que tentaram negociar um prazo para a saída. Os trabalhadores se retiraram da fazenda e acamparam na beira da estrada, em frente à propriedade, em péssimas condições. O movimento reivindica

ações da prefeitura para resolver a questão da falta de água e comida dos militantes, além da expropriação da terra, que já havia sido considerada improdutiva pelo Incra.

MST lança nota sobre Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) protocolada no Congresso Nacional contra o movimento. O movimento denuncia que se trata de uma represália à bandeira da revisão dos índices de produtividade da terra. Essa é a terceira CPMI instalada no Congresso Nacional contra o MST nos últimos 5 anos. Os parâmetros vigentes para as desapropriações de áreas rurais têm como base dados do censo agrário de 1975. Em 30 anos, a agricultura passou por mudanças tecnológicas e químicas que aumentaram a produtividade média por hectare. A atualização dos índices de produtividade da terra está prevista na Constituição Federal. Os proprietários rurais que produzem acima da média por região e respeitam a legislação trabalhista e ambiental não poderão ser desapropriados, assim como os pequenos e médios proprietários que possuem menos de 500 hectares, como determina a Constituição, segundo a qual, além do parâmetro da produtividade, devem ser desapropriadas também áreas que não cumprem a legislação trabalhista e ambiental, o que vem sendo descumprido pelo Estado brasileiro.

Uma tentativa de despejo é realizada contra sem-terra na Fazenda Caruru, município de Caucaia, região Metropolitana de Fortaleza (região Nordeste). A fazenda foi ocupada há cerca de dois meses por 80 famílias organizadas no MST. A ação foi conduzida por um oficial de justiça acompanhado de seis policiais. Eles tentaram coagir as famílias a deixarem o local. O MST aponta que existe um compromisso da Secretaria de Segurança Pública do Estado que as ações de despejo sejam realizadas sem efetivo policial.

Metalúrgicos iniciam greve geral por tempo indeterminado nas fábricas de autopeças, máquinas, eletroeletrônicos e aparelhos elétricos e de iluminação, entre outros, no ABC paulista, em São Paulo (região Sudeste). Segundo o jornal o Estado de São Paulo, a decisão, aprovada em assembléia com cerca de cinco mil trabalhadores, envolve aproximadamente 60 mil metalúrgicos. De acordo com Carlos Grana, presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT, a categoria reivindica o mesmo acordo fechado com as montadoras, que assegurou reajuste salarial de 6,53% (2% de aumento real e 4,4% de reposição das perdas com inflação) mais abono de R\$ 1,5 mil.

O Greenpeace realiza protestos contra o uso indiscriminado do automóvel em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Os militantes, vestidos de guardas de trânsito, pararam e multaram simbolicamente motoristas mais agressivos com o clima. As multas foram efetuadas aos que dirigem sozinhos, as pessoas em carros muito grandes que consomem muito combustível e aos motoristas que não davam preferência ao ciclista ou ao pedestre. A mobilização também teve como objetivo convidar os motoristas a participar do Dia Mundial sem Carro, promovido no dia 22 de setembro.

Os trabalhadores dos Correios rejeitam em assembléia a nova proposta de reajuste de 9% da empresa. Apesar de o índice ter aumentado, ele valeria para 2 anos, o que significa que os trabalhadores apenas conseguiriam repor a inflação anual de 4,5% . Os Correios também ofereceram R\$ 100 de aumento sobre o piso e reajuste de R\$ 3 no vale-alimentação. Os trabalhadores reivindicam R\$ 300 de aumento sobre o salário e 41% de reposição.

6º feira 18

Trabalhadores dos Correios da Bahia, do Rio Grande do Norte (região Nordeste), Rio de Janeiro, Ribeirão Preto e Bauru – São Paulo (região Sudeste) e Santa Maria – Rio Grande do Sul (região Sul), decidem pelo encerramento da greve e voltam ao trabalho. Os trabalhadores aprovaram a proposta da ECT, de reajuste de 9% (válido por 2 anos) e aumento de 100 reais a partir de janeiro. Em outros 20 estados, a greve continua. A empresa entrou no início da noite com um processo de dissídio coletivo no Tribunal Superior do Trabalho (TST), alegando que a greve dos funcionários é um movimento abusivo. De acordo com o tribunal, o documento apresenta cláusulas de natureza econômica relacionadas com o plano de cargos e salários da estatal e pede a concessão de liminar para que a categoria suspenda a greve. A empresa também pede que o TST determine, liminarmente, que a categoria mantenha o percentual mínimo de 70% dos trabalhadores em cada uma das unidades operacionais da ECT. Nos processos de dissídio coletivo, a primeira etapa é a tentativa de conciliação. Não havendo entendimento, ou caso as partes rejeitem eventual proposta formulada pelo tribunal, o processo será encaminhado a um relator sorteado, a quem caberá examiná-lo e levá-lo a julgamento.

Um grupo de cerca de 40 grevistas dos Correios protestam com faixas e, em gritos de ordem, comparam o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao ex-presidente e hoje senador José Sarney (PMDB) durante assinatura de ordem de serviço para construção de estrada em Sapucaia do Sul – Rio Grande do Sul (região Sul). Os trabalhadores dos Correios reivindicam R\$ 300 de aumento sobre o salário e 41% de reposição da inflação desde 1994.

Trinta empresas que empregam quase 21% de metalúrgicos grevistas procuram o sindicato da categoria e se comprometem por escrito a atender às suas reivindicações da categoria, no ABC paulista - São Paulo (região Sudeste). Nessas fábricas, os trabalhadores decidem retomar a produção. A categoria reivindica reajuste de 6,53%, dos quais 2% de aumento real, mais abono equivalente a um terço do salário médio, o que, segundo o sindicato, equivale a mais de 2% de aumento real. Os índices são os mesmos obtidos pelo sindicato na negociação com o Sindicato Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotivos (Sinfavea), na semana passada, e aprovados pelos trabalhadores da Ford, Scania, Mercedes-Benz, Volkswagen e Toyota.

Cerca de 16 mil metalúrgicos da General Motors (GM) entram em greve por tempo indeterminado em São Caetano do Sul e São José dos Campos, em São Paulo (região Sudeste), conforme matérias dos jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo. De acordo com os sindicatos dos metalúrgicos de São Caetano (ligado à Força Sindical) e o de São José dos Campos (filiado à Coordenação Nacional das Lutas - Conlutas), ao menos 1.800 veículos deixam de ser produzidos. A montadora não comenta a greve.

A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) aprova três novas variedades de milho transgênico para comercialização. As variedades são da Monsanto e da Syngenta e têm tolerância a insetos e ao glifosato. Segundo informações da Agência Chasque de Notícias, com essas liberações, o país soma 9 variedades geneticamente modificadas de milho liberadas para venda. A comercialização está prevista para 2010. A liberação de

milho transgênico é criticada por ambientalistas e associações de pequenos agricultores, que temem a contaminação das lavouras.

Sábado 19

Cerca de 200 motoristas de vans que ficaram á margem da licitação das vans intermunicipais, no Rio de Janeiro (região Sudeste), e até alguns, que conseguiram, mas estão descontentes com a proibição de embarcarem passageiros dentro da cidade, realizam uma manifestação na Central do Brasil. Gritando palavras de ordem contra o governador, os motoristas recolheram assinaturas de profissionais e passageiros para um abaixo-assinado que será entregue ao presidente da Alerj, Jorge Picciani, na próxima quinta-feira. Policiais permaneceram no local para impedir que o trânsito fosse interrompido.

Cerca de 80 militantes do MST ocupam a Fazenda Ponte Alta, em Agudos, região de Bauru – São Paulo (região Sudeste). De acordo com a polícia, o grupo alega que a fazenda é improdutiva. Os donos da fazenda registram boletim de ocorrência e devem entrar com ação de reintegração de posse.

Dez ciclistas realizam a 4ª edição da Bicileata em Blumenau – Santa Catarina (região Sul) para reivindicar mais espaço e respeito para os ciclistas. Durante o percurso os ciclistas são abordados por um guarda de trânsito, que alega obstrução de uma das 4 faixas da via por onde passa a manifestação e solicita aos manifestantes que andem em fila, próximos ao acostamento. Por não obedecerem à ordem, o guarda tenta recolher a bicicleta de um dos manifestantes, empurrando-o violentamente contra a calçada. Indignados, os demais ciclistas tentam impedir a ação policial com apelos verbais, de modo a seguir com a manifestação sem mais tumultos. O guarda chama reforços. Entre guardas de trânsito e polícia militar, são destacados 15 efetivos ao local. Os ciclistas foram levados à 1ª Delegacia de Polícia Civil e tiveram suas bicicletas apreendidas por desacatado à autoridade.

Domingo 20

A CPT da Paraíba (região Nordeste), a Dignitatis e Justiça Global encaminham uma petição a Comissão Internacional de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). No documento, as organizações denunciam o Estado Brasileiro pelo desaparecimento do trabalhador rural Almir Muniz da Silva, 40 anos, ocorrido em 29 de junho de 2002 no município de Itabaiana no estado da Paraíba (região Nordeste). Sete anos depois, as investigações para apurar o seu desaparecimento foram arquivadas pelas autoridades, mesmo havendo fortes indícios de que Almir Muniz foi assassinado por um policial civil. O trabalhador rural atuava na luta pela Terra e pelos Direitos Humanos e alertou a Comissão Parlamentar de Investigação (CPI) da Assembléia do Estado da Paraíba no ano de 2001 sobre a situação degradante da violência rural e formação de milícias privadas, tendo indicado o envolvimento de agentes do Estado na violência contra os trabalhadores rurais da região.

Representantes do Greenpeace recolhem assinaturas na Feira dos Importados em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) em apoio a uma petição brasileira contra o desmatamento da Amazônia, pela proteção de áreas marinhas e por investimentos na geração de energia elétrica de fontes renováveis. A ONG de atuação no mundo inteiro quer que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresente a posição brasileira na conferência do clima, que será realizada em Copenhagen, na Dinamarca, no final de 2009. A petição brasileira tem três objetivos básicos: zerar o desmatamento da Amazônia até 2015, transformar pelo menos 30% da costa marinha em áreas de proteção ambiental até 2020 e investir em energia elétrica de fontes alternativas (eólica e solar, principalmente) de modo a garantir o abastecimento mínimo de 25% da energia do país.

A ONG Espaço Novo Ser promove na praia de Copacabana no Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste), a 2ª Caminhada da Acessibilidade. O evento faz parte das comemorações do Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, lembrado no dia 21 de setembro, em todo o país. O evento, que teve o apoio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), reivindica a equiparação de direitos, mais ações sócio inclusivas e de acessibilidade para todas as pessoas, independente de gênero, cor de pele, orientação religiosa ou condição física. Os participantes do movimento encaminharam às autoridades um manifesto com as reivindicações das associações de pessoas com algum tipo de deficiência. A caminhada contou com apoio de várias entidades ligadas a deficientes, além de artistas, como a cantora Alcione, e autoridades federais e estaduais. O movimento pela acessibilidade começou em São Paulo, em 2004, sob a coordenação da entidade SuperAção e já se estendeu, inclusive, a países vizinhos do Mercosul.

Mais de 300 ciclistas participam do passeio ciclístico em comemoração ao dia mundial sem carro, que acontecerá no dia 22 de setembro, em Uberlândia – Minas Gerais (região Sudeste). O coordenador do Movimento Cidade Futura, Frank Barroso, um dos articuladores da Jornada Sem Carro em Uberlândia, explica que o Dia Mundial sem Carro é um manifesto/reflexão sobre os problemas causados ao meio ambiente pelo uso massivo de automóveis como forma de deslocamento, sobretudo nos grandes centros urbanos, e um convite ao uso de meios de transporte sustentáveis, como a bicicleta.

Um passeio ciclístico reúne cerca de 20 mil pessoas em prol do evento “Um dia sem carro”, que irá ocorrer na terça-feira. O trajeto dos ciclistas começou na Concha Acústica, em Niterói – Rio de Janeiro (região Sudeste). A bordo de 4 barcas, os ciclistas atravessaram a Baía de Guanabara até a Praça Quinze, na Zona Portuária do Rio de Janeiro. A chegada foi a Praia do Leme. O passeio foi organizado pela Federação de Ciclismo do Estado do Rio e tem a intenção de difundir o hábito do uso da bicicleta para deslocamentos curtos, o que, além de contribuir para a preservação do meio ambiente, é uma maneira de diminuir o tráfego intenso.

Cerca de 50 mil pessoas, segundo os organizadores, se reúnem em Copacabana, Zona Sul do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (região Sudeste) para a 2º Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa. Umbandistas, católicos, evangélicos, muçulmanos, candomblecistas, kardecistas, judeus, presbiterianos participam da caminhada. A presidente da Congregação Espírita Umbandista do Brasil (Ceub), mãe Fátima Dantas, defendeu o diálogo como a principal arma contra a intolerância religiosa. Entre os presentes estava o ministro Edson

Santos, da Secretaria Especial de promoção de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Segundo ele, o governo federal vem fazendo, junto com a Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ), um censo que revelará o número de casas religiosas no Rio e suas condições socioeconômicas. O objetivo é criar um programa de apoio aos templos.

Cerca de 600 pessoas protestam contra a violência, após assistir missa na Vila dos Pinheiros, e seguem para a favela da Maré, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Segundo o jornal Folha de São Paulo protestos também ocorrem em Ipanema, onde parentes e amigos de vítimas da violência saem pelas ruas do bairro pedindo mais segurança.

2º feira 21

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) determina que a Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresa de Correios e Telégrafos e Similares (Fentect) mantenha 30% dos funcionários em cada uma das unidades da ECT. Caso contrário, poderá ser aplicada multa diária de R\$ 50 mil. As Procuradorias Regionais do Trabalho farão a fiscalização do cumprimento da medida. Contudo, o tribunal não aceitou o pedido de paralisação da greve feito pelos Correios. A empresa havia entrado com um pedido de dissídio coletivo afirmando que a greve é abusiva. Os funcionários dos Correios estão em greve para reivindicar além de aumento salarial, a contratações de novos carteiros e uma reestruturação da empresa. Dos 109 mil funcionários, 24% ainda estão em greve segundo informações divulgadas pela Agência Brasil.

O MAB divulga nota pública para destacar a necessidade de se ter uma investigação séria e profunda sobre as tarifas de energia elétrica no país. A definição dos preços da energia, os subsídios das estatais e a atuação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) são pontos que devem ser investigados pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Agência Nacional de Energia Elétrica. Apesar de ser um forte gerador de energia, o Brasil ainda tem as mais altas taxas de luz entre os países que formam o G7, o grupo dos sete países mais industrializados do mundo.

Servidores de todo o país participam do Dia Nacional de Lutas do Judiciário e a Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados (Fenajud) com uma paralisação das atividades do Poder Judiciário em todos os estados, de acordo com os jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo. O foco do protesto é a decisão do Conselho Nacional de Justiça de estipular carga horária de oito horas diárias em dois turnos ou sete horas ininterruptas. Israel Borges, presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário, argumenta que não pode haver regressão nos direitos trabalhistas.

A greve dos garis é suspensa em São Paulo – SP (região Sudeste), segundo a Folha de São Paulo. O sindicato afirma ter paralisado 20% da categoria contra a demissão de 1.800 pessoas, efeito do corte de 20% nos gastos da gestão Gilberto Kassab (DEM) com o setor. O sindicato anuncia que novas reuniões de conciliação foram marcadas.

Manifestantes realizam apitação, comandado pelo movimento Tic Tac Tic Tac, na campanha “A Hora de Acordar Global”, na Avenida Paulista, em São Paulo – SP (região Sudeste), de acordo com a Folha de São Paulo. O objetivo do ato é pressionar os participantes do acordo de Copenhague, que se realiza em dezembro, para que tomem atitudes efetivas em relação à ameaça ambiental.

Os cerca de 16 mil metalúrgicos das fábricas General Motors (GM) aceitam proposta de reajuste salarial de 8,3% mais abono de R\$ 1.950 e encerram a greve em São José dos Campos e em São Caetano do Sul – São Paulo (região Sudeste). As negociações tiveram intervenção do Tribunal Regional do Trabalho (TRT). Também ficou definido o pagamento pela GM de 50% dos dias parados. A outra metade será compensada pelos trabalhadores, que fizeram quatro paralisações de 24 horas desde o dia 10 de setembro.

Homenagem à Associação Nacional de Jornalismo (ANJ) se transforma em um manifesto pela liberdade de imprensa e em um ato de desagravo ao jornal O Estado de São Paulo, que está sob censura, em São Paulo (região Sudeste), de acordo com o próprio jornal. Em 31 de julho, uma decisão do desembargador Dácio Vieira proibiu a publicação de reportagens sobre a Operação Boi Barrica, da Polícia Federal, que envolve o empresário Fernando Sarney e os negócios da família do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP).

MST lança “Manifesto em Defesa da Democracia e do MST” no qual cobra do governo federal o compromisso de rever os critérios de produtividade para a agricultura brasileira, uma bandeira de 4 décadas de lutas dos movimentos dos trabalhadores do campo. Ao exigir a atualização desses índices, os trabalhadores do campo estão “apenas exigindo o cumprimento da Constituição Federal, e que os avanços científicos e tecnológicos ocorridos nas últimas 4 décadas, sejam incorporados aos métodos de medir a produtividade agrícola do nosso País”. Eles denunciam que “é contra essa bandeira que a bancada ruralista do Congresso Nacional reage, e ataca o MST”. O manifesto é contra a criminalização do MST, pelo cumprimento das normas constitucionais que definem as terras destinadas à Reforma Agrária e pela adoção imediata dos novos critérios de produtividade. O manifesto em defesa do MST conta com mais de mil adesões de artistas, intelectuais, parlamentares e entidades, nacionais e internacionais, contra a mais recente tentativa de criminalização do MST. Entre os estrangeiros que até agora assinam o manifesto de apoio ao Movimento, estão personalidades como Michael Lowi, intelectual francês, e Marta Harnecker, escritora chilena. A sambista Beth Carvalho e o ator Chico Diaz também subscreveram o texto, representando a classe artística. Do meio acadêmico, Maria Victoria Benevides, professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), e Dermeval Saviani, da Unicamp, já se posicionaram ao lado dos sem-terra. Entidades da sociedade civil também se mostraram contrárias à ofensiva dos setores mais conservadores da sociedade e em favor do cumprimento das normas constitucionais que definem as terras destinadas à Reforma Agrária. Entre elas, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese), a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) e a Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais, ABONG, que lançou nota pública, manifestando repúdio à CPI.

Indígenas fazem um motorista da Companhia Energética do Maranhão (Cemar) refém no município de Amarante do Maranhão, a 647 quilômetros (km) de São Luís – Maranhão (região Nordeste). Os indígenas da etnia Guajajara, reivindicam que o Programa Luz para Todos chegue a 16 aldeias da região. Eles ameaçam atear fogo em torres de transmissão de energia elétrica e já interditam uma estrada. No final do mês de julho, três funcionários da Secretaria de Estadual de Educação (Seduc) e uma técnica da Funai foram feitos reféns na Aldeia Indígena Presídio Zutiua, onde também vivem representantes da etnia Guajajara, a 72 km do município de Arame – Manaus (região Norte). A ação foi uma forma de cobrar melhorias na educação indígena e mais escolas para a comunidade.

Um grupo de ativistas do Movimento Nossa São Paulo ocupa os espaços destinados a automóveis em um cruzamento próximo à Avenida Paulista em São Paulo – SP (região Sudeste). A ocupação marca o Dia Mundial Sem Carro. No lugar de carros, o asfalto ganhou grama artificial e pufes na ação denominada de Vaga Viva. Pesquisa feita pela entidade, em conjunto com o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), aponta que, em comparação ao ano 2008, o tempo médio gasto pelos motoristas em congestionamentos no trânsito na cidade aumentou. Em 2008, esse tempo foi calculado em duas horas e trinta minutos. Em agosto de 2009, o tempo médio de espera chegou a duas horas e quarenta minutos. Na avaliação de Broinizi, a data de hoje serve para refletir sobre a necessidade de aumentar o número de ruas e avenidas, túneis, metrô, trens e ônibus para atender à demanda da população. Ele lembrou que cidades da Europa e dos Estados Unidos contam com até 500 quilômetros de linhas de metrô e que, em São Paulo, o metrô tem apenas 61 quilômetros em 35 anos de existência. O metrô de São Paulo transporta cerca de 3,3 milhões de pessoas por dia em quatro linhas. Mais 2 milhões de pessoas viajam em trens da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). Por meio de ônibus, micro-ônibus e vans, numa frota estimada em 14.868 veículos, foram transportados 243,4 mil usuários no último mês de agosto, segundo a São Paulo Transportes (SPTrans). Broinizi lembrou que, além do desconforto em congestionamentos, o número excessivo de carros implica resultados negativos para o meio ambiente e em impactos na saúde pública. Ele cita como exemplo o alto grau de estresse dos motoristas e o aumento da poluição do ar. Outro fator citado por Broinizi é o incremento nos valores decorrentes de acidentes de trânsito. Ele citou um levantamento da Fundação Getulio Vargas (FGV) indicando que o volume financeiro em razão dos acidentes alcançam R\$ 26,8 bilhões por ano.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) decide pagar já neste mês de setembro o reajuste de 9% sobre os salários para incentivar os funcionários que aceitaram a proposta e não aderiram à greve, de acordo com O Estado de São Paulo. Os Correios também vão antecipar, do dia 30 para o dia 25, o pagamento, porém para os grevistas haverá desconto dos dias parados.

Cerca de 600 integrantes da Via Campesina do Espírito Santo (Sudeste) paralisam a BR-101 norte, na altura da ponte do rio Cricaré, na saída do município de São Mateus em direção a Pedro Canário. A atividade faz parte da mobilização pelo Dia Internacional de Luta contra as Monoculturas e pretende chamar atenção da sociedade para o tema.

Aproximadamente 300 integrantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura ocupam a Fazenda Itaverá, em Alvorada do Sul, Norte do estado do Paraná (região Sul). O local é de propriedade da Usina Central do Paraná, com sede em Porecatu. O líder do acampamento explicou que os sem-terra exigem a realização da Reforma Agrária. Não há previsão para que a fazenda seja desocupada.

4º feira 23

Prefeituras de 30 municípios da Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense (Amusep) paralisam suas atividades em protesto contra a queda no repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), ocorrida, em grande parte devido às isenções do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre carros e eletrodomésticos. As informações são do prefeito de Munhoz de Mello e presidente da Amusep, Gilmar Silva. Os prefeitos da região estão em Brasília, onde participarão da mobilização nacional, organizada pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM). De acordo com o presidente da Amusep, a queda do FPM atinge diretamente os municípios os menores, alguns com dificuldade até para cobrir a folha de pagamento. Segundo a Amusep, a diminuição do FPM é de mais de 24% em relação ao ano de 2008. “O governo federal havia prometido fazer uma reposição e manter os índices do ano passado, mas não cumpriu a promessa.” Gilmar Silva explica que foram recompostas duas parcelas do repasse e ainda faltam três. Agosto foi o pior mês do ano, mas setembro também está sendo difícil. “Em setembro o repasse caiu em 25%, a situação está ‘inadiministrável’, 13º salário, então, nem se fala.” A Prefeitura de Maringá, cidade de porte maior não foi diretamente atingida pela queda do FPM, mas em solidariedade aos municípios da região, aderiu parcialmente ao protesto mantendo apenas o expediente interno e as secretarias atendendo ao público. A população dos 30 municípios da Amusep é de quase 700 mil habitantes, com 450 mil eleitores. Os 30 municípios ocupam uma área de quase 7 mil quilômetros quadrados (Km²) no Paraná (região Sul).

Cerca de 70 pessoas realizam protesto, em frente ao Consulado de Honduras, na região dos Jardins, em São Paulo – SP (região Sudeste). O ato, segundo os manifestantes, serviu para mostrar solidariedade ao povo hondurenho e, ao mesmo tempo, expressar repúdio ao golpe de Estado que depôs o presidente Manuel Zelaya, em 28 de junho, e entregou o comando do governo a Roberto Micheletti. Um dos organizadores da manifestação, Dirceu Travesso, dirigente da Conlutas, esteve recentemente em Tegucigalpa, capital de Honduras, e se disse impressionado com a “resistência do país e a disposição de luta do povo”. “O grande sentimento é um sentimento antigolpe. Ninguém legitima o golpe. O debate sobre a figura do Zelaya se divide. O fato é que, mesmo nos setores críticos ao Zelaya, tem uma posição categórica de dizer que o golpe não é a saída para resolver a situação de um país”, afirmou Tavesso. Para ele, a solução para Honduras seria o retorno de Zelaya ao poder, a realização de um debate e a punição dos golpistas. Nove deputados federais e um senador entregaram hoje um documento na Embaixada de Honduras, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), no qual pedem o retorno imediato do presidente deposto, Manuel Zelaya, e também dizem se solidarizar com o povo hondurenho pelo restabelecimento da ordem democrática no país. No documento, os parlamentares afirmam que “Honduras tem um presidente constitucional, eleito pelo povo, e o Brasil agiu certo ao acolhê-lo em sua

embaixada”. Os parlamentares também pedem a renúncia imediata do governo interino e o fim de toda a repressão contra os hondurenhos. Hoje, a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados aprovou um requerimento para que uma comissão externa fosse a Honduras avaliar a situação da representação brasileira em Honduras. Um grupo de deputados deve ir a Honduras até o dia 25 para pedir a volta da ordem democrática no país e a garantia à integridade do território brasileiro, no caso a Embaixada do Brasil, e, ainda, o respeito ao representante eleito pelo povo. De acordo com o deputado Maurício Rands (PT), caso os aeroportos de Honduras estejam fechados, eles desembarcarão em países vizinhos: Costa Rica ou Nicarágua. O deputado Ivan Valente (P-SOL-SP) disse que “é preciso garantir a integridade e a soberania do Brasil e dizer que não se aceitam mais golpes militares e truculência”.

O presidente do senado, José Sarney (PMDB-AP), defende o MST em discurso no plenário da Casa, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Sarney pediu que o movimento não seja demonizado. O pronunciamento de Sarney acontece no momento em que o senado está prestes a instalar, a partir de requerimento de Kátia Abreu (DEM-TO), uma CPI que investigará o uso de verbas do governo pelo MST. Ao longo do discurso, Sarney destacou que a violência no campo tem sido atribuída, por toda parte, ao movimento, assumindo que o governo tem “atrasado o processo de reforma agrária” e tem sido “incapaz de superar a imensa injustiça existente no campo”. E ainda afirmou que são eles, “se não os culpados, responsáveis [pelas injustiças ao movimento] e sabemos que os sem-terra são vítimas de permanente frustração de sua esperança de poder ter um pedaço de terra para produzir”. Segundo Sarney, 370 mil famílias foram assentadas via MST, e outras 90 mil estariam em acampamentos da organização. Ele citou as mais de 400 associações e cooperativas que trabalham para produzir sem transgênicos e agrotóxicos, sob orientação do MST, e as cerca de 2 mil escolas com 10 mil professores e 300 mil estudantes criadas com a ajuda do movimento, além de parcerias com mais de 50 instituições de ensino.

Trabalhadores da usina hidrelétrica de Jirau, um dos empreendimentos do complexo hidrelétrico do rio Madeira, paralisam as atividades do local e fecham uma das principais avenidas de Porto Velho – Rondônia (região Norte). Os trabalhadores reivindicam aumento salarial, segundo os jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo.

Movimento grevista dos bancários é intimidado por cerca de 50 seguranças particulares contratados pela Caixa Econômica Federal (CEF) em Fortaleza – Ceará (região Nordeste). Os seguranças impediram inicialmente o movimento sindical de fechar a entrada principal do edifício-sede da CEF e os ativistas de entrarem no prédio para chamar para o movimento os funcionários que ainda estiverem trabalhando. Um trabalhador de base do Banco do Brasil, membros da Oposição-Conlutas do movimento grevista dos carteiros montam uma “comissão” de mais de 20 carteiros para ir até o prédio da Caixa. Ao chegar o “reforço”, após tensões entre os vigilantes da CEF e os grevistas, o “cordão de isolamento” é furado e alguns trabalhadores bancários e carteiros conseguem entrar no prédio. A Caixa acaba ordenando aos vigilantes que permitam o fechamento da porta principal e a colagem de cartazes de greve, o que é comemorado com muita festa pelos trabalhadores.

Indígenas da reserva Barão de Antonina, em São Jerônimo da Serra no estado do Paraná (região Sul), ocupam a sede da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em Londrina. Eles

protestam contra a falta de remédios e de transporte para serviços de saúde. Os indígenas reclamam que o carro que faz o serviço de saúde está quebrado há dois meses e não há previsão de concerto. O grupo ainda aguarda para o dia 24 de setembro a chegada de outros indígenas de Tamarana, no Norte do estado.

Cerca de 7 mil metalúrgicos da Ford e da Volkswagen paralisam os três turnos de trabalho para exigir que as negociações sobre o reajuste salarial deste ano, encerradas com acordo há dez dias, fossem retomadas, em Taubaté – São Paulo (região Sudeste). De acordo com os jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo, os funcionários pretendem voltar ao trabalho no dia 24 de setembro e está marcada para o dia 28 a retomada das negociações entre o Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté e Região (ligado à CUT) e as montadoras.

5º feira 24

Bancários de todo o país decidem iniciar uma greve por tempo indeterminado. Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), que encabeça o movimento de greve, a paralisação foi aprovada no dia 23 em assembleias de trabalhadores em todos os estados e o Distrito Federal e tem como objetivo exigir dos bancos uma nova proposta que atenda às reivindicações da categoria. Os bancários reivindicam aumento real de salário de 10%, participação na Participação dos Lucros e Resultados (PLR) de até três salários mais R\$3.850, valorização dos pisos salariais, proteção ao emprego, mais saúde e melhores condições de trabalho, combate às metas abusivas e ao assédio moral. A proposta apresentada pela Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) durante as rodadas de negociações foi de reajuste salarial de 4,5%, PLR de 1,5 salário reajustado, limitado a R\$ 10 mil, e a 4% do lucro líquido de 2009. Além disso, a Fenaban defende que os bancos que tiverem prejuízo neste ano não devem pagar a PLR. Em nota, o presidente da Contraf-CUT e coordenador do Comando Nacional dos Bancários, Carlos Cordeiro, afirma que “é inadmissível que os bancos, com seus altos lucros e com o pagamento de bônus milionários a seus executivos, queiram reduzir os salários e a participação nos lucros dos bancários”. Segundo ele, nas assembleias “os bancários deixaram claro que a greve só acabará com uma nova proposta que contemple nossas reivindicações”.

Cerca de 1.000 bancários de Curitiba e região metropolitana – Paraná (região Sul), aderem a paralisação nacional por tempo indeterminado, 13 sedes administrativas de bancos estão fechadas. Na parte central da capital todas as agências bancárias estão fechadas, conforme uma primeira avaliação do sindicato. O auto atendimento nos caixas eletrônicos funciona normalmente, com exceção para depósitos. Segundo a entidade, a greve foi a única resposta encontrada pelos trabalhadores após cinco rodadas de negociação. O movimento é nacional e faz parte da campanha salarial da categoria que reivindica aumento salarial de 10%, participação nos lucros e resultados (PLR) de três salários mais R\$ 3.850, proteção ao emprego e melhores condições de trabalho. A proposta apresentada pelos banqueiros prevê reajuste de 4,5%, PLR de 1,5 salário reajustado, limitado a R\$ 10 mil e a 4% do lucro líquido de 2009.

Bancários do estado do Amazonas (região Norte) deflagram greve em consonância do movimento nacional da categoria. A contratação de mais trabalhadores e o fim de algumas metas estabelecidas para os bancários em todo o país estão entre as reivindicações apresentadas pela categoria. Segundo o presidente do Sindicato dos Bancários do Amazonas, Lindenberg Santos, a categoria está insatisfeita com o que classifica de “metas abusivas” e expressas por meio da cobrança exagerada aos funcionários para venda de seguros e outros produtos oferecidos pelos bancos. Para reverter esse quadro, centenas de agências de todas as capitais do Norte e dos maiores municípios da região, sobretudo, decidiram fechar as portas hoje e somar a paralisação nacional. Só no Amazonas, Pará e Amapá (região Norte), os bancários são mais de 10,5 mil. De acordo com o presidente do Sindicato dos Bancários do Pará e Amapá e membro do Comando Nacional, Alberto Cunha, a greve foi a única alternativa encontrada para receber dos banqueiros uma nova proposta diante das reivindicações. A proposta apresentada pelos banqueiros prevê reajuste de 4,5%, PLR de 1,5 salário reajustado, limitado a R\$ 10 mil e a 4% do lucro líquido de 2009. As empresas que tiverem prejuízo neste ano não pagariam a PLR.

Bancários do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) aderem a greve por tempo indeterminado deflagrada pelo movimento nacional. A greve dos bancários paralisa praticamente todas as agências do centro do Rio de Janeiro, mas o movimento não é uniforme nos bairros mais distantes e no subúrbio. Até as 14 horas, o Sindicato dos Bancários contabilizava a paralisação de 240 agências, com 9,3 mil bancários parados. O presidente do sindicato carioca, Almir Aguiar, informou que, como os banqueiros não apresentaram nenhuma nova proposta, a tendência é a ampliação do movimento. Além do centro, os bairros da zona sul e a Barra da Tijuca, na zona oeste, registraram adesão quase total à greve, decidida no dia 23 de setembro. Na área de influência do Sindicato dos Bancários de Niterói, que engloba 16 municípios, em apenas dois deles – Casimiro de Abreu e Silva Jardim – a greve foi parcial. Um total de 176 agências não funcionaram, segundo Jorge Antonio, presidente do sindicato. Em cidades importantes, como Niterói e São Gonçalo, todas as agências bancárias não abriram. Os bancários do interior do estado também farão assembleia hoje, após às 17 horas. Os bancários, rejeitaram a proposta da Fenaban de reajuste salarial de 4,5%. Os trabalhadores reivindicam aumento de 10%, mais Participação nos Lucros e Resultados (PLR) de três salários e um adicional de R\$ 3,8 mil. Os trabalhadores de São Paulo, Osasco e região – São Paulo, Belo Horizonte – Minas Gerais, Espírito Santo (região Sudeste); Florianópolis – Santa Catarina, Porto Alegre – Rio Grande do Sul, Curitiba – Paraná (região Sul); Manaus – Amazonas, Acre, Rondônia (região Norte); Pernambuco, Ceará, Piauí (região Nordeste); Goiás (região Centro-oeste) decidiram também seguir a orientação do Comando Nacional dos Bancários e deflagraram, a greve por tempo indeterminado. Bancários de 2.881 agências e locais de trabalho de 27 estados e do Distrito Federal decidiram entrar em greve por tempo indeterminado, segundo O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo. No país, a categoria reúne 420 mil funcionários representados por 134 sindicatos ligados à Contraf-CUT.

Termina sem acordo a audiência de conciliação no Tribunal Superior do Trabalho (TST) em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) dos servidores da ECT, em greve desde o dia 16 de setembro. O vice-presidente do tribunal, ministro João Oreste Dalazen, rejeitou o pedido dos trabalhadores de nova audiência e decidiu enviar a demanda a dissídio. No início da tarde, o ministro havia apresentado uma proposta de reajuste aos servidores de

4,5% mais R\$ 100 de forma linear à categoria a partir de agosto de 2009 e a concessão, em agosto de 2010, apenas do INPC. Os funcionários dos Correios da cidade de São Paulo – SP (região Sudeste) e do estado de Rondônia (região Norte) decidiram neste dia 24, encerrar a greve. Até o momento, doze sindicatos aceitaram a proposta da empresa para um acordo bianual, que prevê reajuste de 9% a partir de agosto de 2009 e aumento linear de R\$ 100 a partir de janeiro de 2010. Os trabalhadores da Bahia, do Maranhão, do Rio Grande do Norte (região Nordeste), de Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste), de Juiz de Fora – Minas Gerais, do Rio de Janeiro, de Bauru, de Santos e Ribeirão Preto (SP) – SP (região Sudeste), e de Santa Maria – Rio Grande do Sul (região Sul), já voltaram ao trabalho. Para que o movimento nacional seja suspenso é preciso que 18 dos 35 sindicatos filiados à Fentect votem pelo fim da greve.

A Advocacia-Geral da União (AGU) consegue manter na Justiça Federal em Rondônia (região Norte), a licença de instalação da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, no Rio Madeira. A obra faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). As ONGs de defesa do meio ambiente haviam ajuizado uma ação civil pública contra o Ibama, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a Agência Nacional de Águas (Ana), a União e a empresa Madeira Energia S.A, pedindo a suspensão imediata da licença emitida para a usina alegando irregularidades ambientais. Na decisão, a Justiça Federal acatou a argumentação da AGU de que a suspensão da licença ambiental não poderia ocorrer porque todas as recomendações emitidas no parecer técnico do Ibama foram cumpridas pelo empreendedor responsável pela obra.

Remanescentes do Quilombo da Família Silva finalmente conseguem a titulação de sua terra em Porto Alegre – RS (região Sul), após de 11 anos de luta. O documento é entregue oficialmente pelo governo federal. Com a titulação, o Quilombo da Família Silva se torna o primeiro quilombo urbano do país. Para o advogado das famílias e integrante do Movimento Negro Unificado (MNU), Onir de Araújo, a história dos Silva irá estimular outras comunidades quilombolas do país. Quinze famílias moram no local. A área fica no bairro Três Figueiras, zona nobre do município, e sempre foi especulada por construtoras, já que na região predominam condomínios de luxo. Uma antiga obra do Plano Diretor ainda previa a ampliação de uma rua, que iria dividir o quilombo e tirar o espaço das famílias. Depois de muita pressão, a prefeitura municipal anulou a obra. Rita de Cássia da Silva, uma das moradoras do quilombo, afirma que a titulação é a garantia de que as famílias irão permanecer no local. No entanto, há muito ainda no que avançar, como a construção de moradias com melhor infra-estrutura e projetos de geração de renda.

Índios da tribo Fulni-ô interrompem fornecimento de energia elétrica em Águas Belas, Iati e Itaíba, em Pernambuco (região Nordeste). Eles provocaram um curto-circuito na subestação da Companhia Energética Estadual (Celpe) localizada em reserva indígena, a 314 quilômetros da capital, Recife. Cerca de 27 mil clientes da região ficaram sem energia por 7 horas e 40 minutos. De acordo com a administradora regional da Funai em Pernambuco, Estela Parnes, a interrupção é um alerta diante do impasse entre a tribo e a empresa quanto à indenização pelo uso das terras. Os Fulni-ô – população de 4.301 indígenas – ocupam 11,5 mil hectares em Águas Belas. De acordo com a Funai, a Celpe pagava indenização a cada 2 anos, cumprindo contrato firmado em 1987 com os indígenas. Pelo último biênio a empresa pagou R\$ 80 mil. Os indígenas propuseram, então, o

pagamento de R\$ 2 milhões para a empresa continuar utilizando a reserva. Segundo a Funai, a Celpe, que queria manter o mesmo valor indenizatório, ocupa 5 de um total de 316 lotes da reserva. Como a empresa considera a proposta “inegociável”, os Fulni-ô pedem sua saída da área. A Celpe diz que precisará de 2 anos para construir uma nova subestação. A empresa acionou o Ministério Público Federal para intermediar uma retomada das negociações com os indígenas.

Movimento Mães sem Creches realiza protesto em frente à Secretaria Municipal de Educação para reivindicar a implantação de mais creches nas regiões central e sul de São Paulo – SP (região Sudeste). Eles exigem escolas de Educação Infantil, na Zona Sul, e na região central da cidade. Os pais e as mães já reivindicam há seis meses mais creches. Segundo o Movimento de Mães Sem Creche, mais de 100 mil crianças em idade de zero a seis anos não são atendidas por falta de vagas.

A ação de improbidade administrativa contra a governadora Yeda Crusius (PSDB) e de mais 8 réus é suspensa pela juíza Simone Barbisan Fortes. A decisão foi tomada pela magistrada e atende pedido do advogado do deputado federal José Otávio Germano do Partido Progressista (PP), um dos réus na ação. Segundo o advogado, que ingressou com o instrumento Exceção de Suspeição, a juíza Simone não está sendo imparcial no processo. A própria juíza avalia o pedido, que depois será encaminhado para análise do Tribunal Regional Federal.

Os metalúrgicos da Volkswagen-Audi encerram paralisação após aceitarem a proposta da empresa, em São José dos Pinhais – Paraná (região Sul). Segundo do jornal Folha de São Paulo, foi aprovada a proposta de reajuste salarial de 8,3% a partir de dezembro, o que representa 3,7% de aumento real, e abono de R\$ 2.800 em duas parcelas, e adicional noturno de 25%. Os metalúrgicos da Volks estavam em greve há 3 semanas.

6º feira 25

Os trabalhadores dos Correios no Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste) aprovam o fim da greve, iniciada no dia 16 de setembro. Eles aceitaram a proposta de acordo bianual feita pela estatal, que prevê reajuste de 9% a partir de agosto de 2009. De acordo com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios e Telégrafos no DF e Entorno (Sintect/DF), Moysés Leme da Silva Neto, o movimento terminou por desacordos entre os trabalhadores e o comando de greve. "Atribuo o fim da paralisação à falta de perspectiva", afirmou. Os funcionários dos Correios pediam reajuste salarial de 41,03%, entre outros benefícios. Dos 35 sindicatos de trabalhadores dos Correios, 18 não mais estão em greve - 15 aceitaram a proposta da empresa. Para que o movimento termine em todo o país é necessário que 18 sindicatos aceitem a proposta.

Os índios da reserva Raposa do Sol fecham acordo com o MST para recuperar as lavouras de arroz destruídas pelos fazendeiros expulsos da área, em Roraima (região Norte). O movimento, se dispôs a treinar técnicos indígenas em suas escolas no Rio Grande do Sul e doar 10 toneladas de sementes de arroz orgânico. A legislação proíbe o arrendamento de terras da União, como é o caso de toda reserva indígena. A Uapixana Pierlângela

Nascimento da Cunha declara que “o que a gente quer é a parceria para transferência de tecnologia” e acrescenta que “a lei é clara sobre isso”.

Entre 500 e mil bancários realizam passeata até a sede do Banco Real, na Avenida Paulista, em São Paulo – SP (região Sudeste), de acordo com O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo. A principal reivindicação dos grevistas é o aumento salarial. Representantes dos bancos e dos trabalhadores bancários do Rio de Janeiro e São Paulo (região Sudeste) ainda não apresentaram novas propostas de reajuste de piso salarial às instituições financeiras, portanto a greve deve prolongar-se mais que as anteriores, segundo o Sindicato dos Bancários.

Bancários das regiões de Florianópolis, Criciúma, Concórdia, Joaçaba, Araranguá e Chapecó no estado de Santa Catarina (região Sul) aderem à greve que começou no dia 24 de setembro em todo o país. A principal reivindicação dos grevistas é o aumento salarial de 10%. Segundo dados da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) das informações enviadas pelos sindicatos neste dia 25, sobre a greve nacional dos bancários, iniciada no dia 24 de setembro; o número de agências fechadas subiu para 4.791, além de departamentos e centros administrativos de todos os bancos, públicos e privados. No primeiro dia os sindicatos informaram o fechamento de 2.881 unidades segundo informações do CMI.

Sábado 26

Cerca de 120 integrantes do MST ocupam a Fazenda Timboré, em Andradina – São Paulo (região Sudeste). Conforme informações do jornal O Estado de São Paulo, a área, de 943 hectares, está arrendada para cultivo de cana-de-açúcar ao grupo Cosan. O movimento afirma que a fazenda foi desapropriada pelo Incra.

Cerca de 500 pessoas participam de caminhada “Brasil no Clima”, cujo pretexto é a Conferência de Copenhague, em dezembro, e a posição que o Brasil deve assumir no encontro sobre o clima. A caminhada ocorreu nas ruas do Leblon, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A senadora Marina Silva (PV-AC) esteve presente no ato.

Cerca de 20 famílias da comunidade Retiro Velho tem sua área invadida por aproximadamente 20 homens armados e encapuzados no município de São Mateus no estado do Maranhão (região Nordeste). Segundo os sem-terra, os pistoleiros chegaram a pé e iniciaram uma série de disparos contra os acampados, ferindo José Antonio Gonçalves Bastos (Caetano), 30 anos, com nove tiros de espingarda e revólver. Os trabalhadores rurais afirmam ter reconhecido o latifundiário Francisco Nobre Macedo e seu filho, Zé Leite, como participantes do ataque. O agricultor atingido passa bem e relatou que o tiroteio se estendeu por dez minutos. O clima, no local, é tenso e os trabalhadores estão cercados por pistoleiros.

Estudantes da USP e da PUC-SP, integrantes do Movimento A Plenos Pulmões e do grupo de mulheres Pão e Rosas, junto a trabalhadores e professores manifestam seu repúdio à brutal repressão desferida pelo governo argentino e pela patronal da Kraft-Terrabusi contra

os trabalhadores que lutam contra as mais de 160 demissões da empresa. Em frente ao consulado argentino, na Avenida Paulista em São Paulo – SP (região Sudeste), os estudantes gritavam "Na Kraft não! Não à repressão! O governo é responsável e o estudantes dizem não!". Flávia Vale, estudante da USP e do Movimento A Plenos Pulmões ressaltou a necessidade da juventude se aliar a luta dos trabalhadores e sair às ruas pra gritar.

2º feira 28

Nove mulheres ligadas à Via Campesina são indiciadas pela ocupação de uma fazenda da Stora Enso em Rosário do Sul, no Rio Grande do Sul (região Sul), de acordo com O Estado de São Paulo. No inquérito remetido à Justiça, as militantes foram acusadas de formação de quadrilha, invasão de propriedade, corrupção de menores e desobediência judicial. O conflito que deu origem à investigação policial ocorreu em 4 de março de 2008, quando a Brigada Militar despejou cerca de 500 mulheres que haviam ocupado um terreno de quatro hectares da Fazenda Tarumã e arrancado centenas de eucaliptos ainda pequenos para protestar contra as plantações de eucalipto transgênico que a empresa sueco-finlandesa estava iniciando.

Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) voltam ao trabalho na maioria dos estados depois de uma greve de 12 dias. Segundo a assessoria de imprensa da ECT, os trabalhadores da ECT no Espírito Santo (região Sudeste) decidiram voltar ao trabalho esta tarde. Os funcionários dos Correios reivindicavam um reajuste salarial de 41% e incorporação de salário de R\$ 300. O reajuste oferecido pela empresa foi de 9% válidos por dois anos e incorporação salarial de R\$ 100, a partir de janeiro de 2010. Para o presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios do Distrito Federal, Moisés Leme da Silva Neto, o reajuste não trouxe muita melhoria para quem já tem um salário pequeno. “Mesmo com as melhorias que tivemos o salário de um agente de correios [*carteiro e atendente*] é de R\$ 648,15. O aumento de 9% para essa categoria é mínimo. O que considero uma conquista na negociação foi a parte social. Agora uma carteira gestante fará trabalho interno e receberá o salário durante a licença-maternidade”, disse. Os trabalhadores dos Correios de São Paulo (região Sueste) ficaram revoltados depois que a direção do sindicato determinou o fim da greve, iniciada há quase duas semanas. Segundo informações da Agência Chasque de Notícias, cerca de 60% dos trabalhadores presentes na assembléia, do dia 25 de setembro, votaram pela continuidade da paralisação. No entanto, os dirigentes do sindicato ignoraram a decisão da maioria e decretaram o fim da greve. As lideranças tiveram que ser escoltadas pela PM devido à indignação dos trabalhadores. São Paulo é o estado que possui o maior número de trabalhadores nos Correios. O fim da greve neste estado força os demais sindicatos a encerrarem a paralisação.

O Ministério Público Federal na cidade de Dourados, no Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste), instaura inquérito para apurar os ataques contra duas comunidades Guarani Kaiowá. No dia 18 de Setembro, dez homens atacaram um acampamento indígena. Na ocasião, um indígena de 62 anos foi baleado e barracos foram queimados. Nesta agressão, o MP investiga o crime de genocídio, já que o ataque foi dirigido contra um grupo étnico. quatro dias antes, outro acampamento Guarani do estado havia sido queimado. A causa dos

ataques, salientaram os procuradores, é a disputa pela terra, em que os indígenas são cada vez mais excluídos.

No Dia de Luta pela Descriminalização do Aborto na América Latina e no Caribe, a Articulação de Mulheres Brasileiras, ONG que atua na defesa dos direitos humanos, realiza ações e atos públicos em oito estados, entre eles, Paraíba, Pernambuco (região Nordeste) Rio de Janeiro (região Sudeste) e Brasília (região Centro-oeste). A integrante do Fórum de Mulheres de Pernambuco, Sílvia Camurça, afirma que a idéia é coletar assinaturas para a instalação de uma frente nacional que visa ampliar o debate em favor da autonomia reprodutiva das mulheres. Para a presidente do Movimento Brasil sem Aborto, Denise Garcia, a legalização do aborto é uma forma de mascarar o problema de saúde pública. “É preciso trabalhar com todas as famílias para que tenham condição de ter e de criar seus filhos, a fim de que estejam bem informados. Dar qualidade de vida às pessoas e não usar o argumento da falta de qualidade para fazer um ato que é ilegal.” Segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS), no Brasil, ocorrem aproximadamente 1 milhão de abortos espontâneos e inseguros, com uma taxa de 3,7 abortos para cada grupo de 100 mulheres de 15 a 49 anos. Esses números não abrangem os abortos por razões médicas e legais, ou seja, aqueles permitidos pelo Artigo 128 do Código Penal Brasileiro, que tratam de risco de morte para a mulher e de gravidez resultante de estupro. De acordo com informações do Ministério da Saúde, de janeiro a junho deste ano, foram realizadas cerca de 112.834 internações no Sistema Único de Saúde (SUS) para procedimentos de pós-abortos ilegais (curetagens), que geraram um custo aos cofres públicos de R\$ 22,8 milhões. Só no estado de São Paulo, nesse período, foram autorizadas mais de 20 mil internações em hospitais públicos para essa finalidade, enquanto no Distrito Federal aconteceram 2.094.

Moradores da Ocupação Manuel Congo estão acampados em frente à superintendência do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), no centro no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), em protesto à lentidão por parte do INSS no processo de venda do imóvel, já destinado para habitação através do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). Desde o final de 2007, 60 famílias organizadas pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) ocupam outro prédio do INSS, que está situado na Rua Alcindo Guanabara nº 20, abandonado há mais de 10 anos. Após tentar resolver o impasse diretamente com o INSS, os moradores tentam, também sem sucesso, estabelecer contato com os ministérios e órgãos competentes. De acordo com o movimento, a Fundação Nacional de Habitação de Interesse Social e o Ministério das Cidades, há quase dois anos, disponibilizaram na Caixa Econômica a quantia de R\$ 916 mil para a compra do estabelecimento. Agora, cabe ao INSS assinar o contrato para a regularização, pois este fato emperrar a contratação de obras para reforma do prédio de nove andares com compartimento térreo para a Rua Evaristo da Veiga, também no Centro. Os manifestantes afirmam que só irão desocupar o local quando o INSS se comprometer formalmente em assinar o contrato de compra e venda do prédio.

O carro de som de manifestantes que protestam contra a governadora Yeda Crusius (PSDB) no centro de Santana do Livramento, no estado do Rio Grande do Sul (região Sul), é detido pela Brigada Militar. No local, acontecia uma cerimônia em que a governadora assinaria o licenciamento ambiental para a produção de energia eólica no município. Alegando

incompatibilidade de agenda, Yeda não compareceu ao evento. O protesto foi organizado por integrantes do Comitê Regional Fora Yeda.

Moradores locais e movimentos sociais protestam contra as obras na Represa do Barigui, que teria ocasionado o alagamento de casas da região com o fechamento da BR-376, na altura da Cidade Industrial, em Curitiba – Paraná (região Sul). As manifestações devem se repetir em outros pontos da cidade durante a semana.

3º feira 29

Sindicalistas fazem piquete em frente à agência do Banco do Brasil, em São Paulo – SP (região Sudeste). 805 unidades em São Paulo e Osasco não abriram as portas. Enquanto isso, a Fenaban aceita retomar as negociações salariais com a categoria. Uma nova rodada de negociação foi agendada para 1º de outubro, em São Paulo (região Sudeste).

Trabalhadores sem-terra acampados na Fazenda Grande, no município de Buique, Pernambuco (região Nordeste), são violentamente agredidos durante ação de reintegração de posse. Cerca de 30 PMs dos municípios de Arcoverde e Belo Jardim no estado do Maranhão (região Nordeste) chegam ao acampamento e o conflito se inicia quando os policiais se recusaram a permitir que os sem-terra tivessem acesso a liminar de despejo, o que é garantido por lei. Ao serem pressionados pelos agricultores os policiais começaram a atirar em todas as direções e a agredir fisicamente homens, mulheres e crianças. Dez trabalhadores rurais – sete homens e três mulheres – foram presos depois de serem brutalmente torturados. Os homens foram levados para o presídio de Arcoverde, enquanto as mulheres foram para a colônia penal de Buique. Uma das mulheres presas está amamentando o filho recém-nascido. Outros dois trabalhadores sem-terra ainda estão desaparecidos.

O senador Eduardo Suplicy (PT) faz a leitura no plenário do Congresso Nacional, em Brasília (região Centro-Oeste) do Manifesto em Defesa da Democracia e do MST, que foi entregue ao presidente do Senado, José Sarney, por senadores, deputados e representantes de entidades da sociedade civil. O manifesto, que recebeu mais de 4.000 assinaturas, foi lançado por intelectuais, escritores, artistas, partidos, entidades nacionais e internacionais, na semana passada. A Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e Agência Brasileira de Imprensa (ABI) também ofereceram seu apoio ao MST na luta pela revisão dos índices de produtividade. Tal ação é uma resposta a um pedido de CPI contra o MST foi protocolado pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO), os deputados federais Ronaldo Caiado (DEM-GO) e Onyx Lorenzoni (DEM-RS), líderes da bancada ruralista no Congresso Nacional. O manifesto avalia que essa iniciativa é uma represália à bandeira da atualização dos índices de produtividade.

Bancários realizam uma caminhada e um apitaço, saindo do Buraco do Lume, no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A manifestação começou às 17h e, segundo o sindicato, apesar da ameaça de chuva reúne cerca de 300 bancários. A greve dos bancários do município do Rio de Janeiro (região Sudeste) completa seis dias com 715 agências sem funcionar e 18 mil trabalhadores parados, segundo levantamento do Sindicato dos

Bancários. O movimento registra crescente adesão, enquanto aguarda nova rodada de negociações com o patronato. Os bancários reivindicam reajuste salarial de 10% e Participação nos Lucros e Resultados (PLR) dos bancos de três salários mais um fixo de R\$ 3.850. Os trabalhadores querem também um novo piso salarial de R\$ 2.047, equivalente ao salário mínimo defendido pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos SócioEconômicos (Dieese), além de um Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) e da contratação de mais funcionários para melhorar o atendimento ao público. Até agora, a Fenaban oferece aumento de 4,5%.

Cerca de 500 bancários participam do “passeatão”, uma grande passeata, que percorreu as principais ruas do Centro de Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). A atividade integra a Campanha Salarial da categoria. Os trabalhadores exigem reajuste salarial de 10%, mas os bancos ofereceram apenas 4,5%, que corresponde à reposição da inflação. Os bancários também querem aumento nos benefícios, nos pisos salariais e melhorias nas condições de trabalho. A categoria está em greve há cerca de uma semana.

4º feira 30

A Via Campesina divulga nota de repúdio sobre o despejo violento de um grupo de camponeses que mantinham tomadas as instalações do Instituto Nacional Agrário (INA), em Honduras como forma de resistência ao golpe de Estado contra o presidente Marcelo Zelaya.

Os delegados da Polícia Federal, que trabalham em Manaus – Amazonas (região Norte), paralisam suas atividades. Eles reivindicam correção salarial proporcional ao enquadramento, na segunda classe, dos policiais federais que ingressaram por concurso em 2004. De acordo com o diretor regional da Associação dos Delegados da Polícia Federal no Amazonas, Eduardo Moreno Izel, a terceira classe, criada pela lei 11.095/2005, ainda não foi regulamentada e abriga mais de 40% do atual efetivo da Polícia Federal, entre delegados, agentes, escrivães, peritos e papiloscopistas. Em frente à sede da superintendência da Polícia Federal em Manaus, na zona centro-oeste da cidade, foram colocadas faixas referentes às reivindicações da categoria. O presidente do sindicato dos policiais federais no Amazonas, Nelson Oliveira, afirma que os trabalhos estarão suspensos por 24 horas, com exceção do plantão. Esta é quarta paralisação realizada em 2009. A Associação dos Delegados da Polícia Federal no Amazonas informou que, há quatro meses, representantes de classe dos delegados, agentes, escrivães, peritos e papiloscopistas assinaram juntos e entregaram ao ministro da Justiça, Tarso Genro, nota técnica pedindo solução para o assunto. Mas ainda não houve resposta

A Polícia Federal, no Paraná (região Sul), realiza operação padrão na Ponte Internacional da Amizade e na Ponte Tancredo Neves, em Foz do Iguaçu. A categoria reivindica o reenquadramento da terceira para a segunda classe. Os policiais realizam uma mobilização nacional pelo enquadramento de escrivães, papiloscopistas e agentes que ingressaram na corporação por meio de concurso público realizado em 2004. No edital, havia previsão de que os aprovados entrariam na segunda classe da carreira, mas, depois de fazerem o curso de formação, a direção geral da PF decidiu criar a terceira classe e enquadrou os novos

policiais nessa categoria. “A promoção de uma classe para outra é realizada a cada cinco anos e a perda mensal atualmente chega a R\$ 300 para um agente”, explicou a policial que coordena a operação, Bibiana Orsi.

Policiais federais realizam manifestação em frente ao Ministério da Justiça em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), para pedir a saída do diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, e o reenquadramento de carreira. Eles reuniram cerca de 500 policiais de todo o país. A manifestação faz parte de uma paralisação de 24 horas, realizada também no Rio Grande do Sul, Paraná e Amazonas. Os policiais federais querem que a escolha do diretor geral seja feita por meio de lista tríplice. Os trabalhadores querem ainda, que seja revisto o enquadramento de cargos. Os policiais que prestaram concurso em 2004, para o cargo inicial da carreira, que era o de segunda classe, tiveram o seu enquadramento alterado por uma lei que mudou a carreira de policial federal e os policiais que prestaram concurso para a segunda classe foram enquadrados na terceira classe, que passou a ser a classe inicial. A PF não se pronunciou sobre o assunto.

Cerca de 2 mil pessoas participam da primeira marcha em favor da reforma psiquiátrica e antimanicomial na Esplanada dos Ministérios em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os manifestantes reivindicam a implantação imediata de políticas públicas que humanizem o atual modelo de assistência à saúde mental no país. A manifestação, foi promovida pela Rede Nacional de Internúcleos da Luta Antimanicomial, em parceria com o Conselho Federal de Psicologia e reuniu representantes de entidades de 13 estados brasileiros. Com faixas e cartazes, os manifestantes defenderam novas diretrizes no tratamento dos 23 milhões de cidadãos que apresentam distúrbios mentais no país, segundo dados do Conselho Federal de Psicologia. Eles querem a substituição dos internamentos em hospitais psiquiátricos por centros de convivência, serviços sociais terapêuticos e projetos de inclusão que facilitem a inserção social e produtiva dos pacientes. Segundo eles, o problema mais difícil para quem está em tratamento psiquiátrico é conseguir uma vaga no mercado de trabalho.

O requerimento para a criação de uma CPI para investigar as contas do MST é lido em sessão no Congresso, em Brasília – Distrito Federal, segundo a Folha de São Paulo. A comissão mista, formada por deputados e senadores, deve ser criada no dia 1º de outubro. O alvo da comissão é o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), ligado à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e, assim como o MST, alvo de irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O MST afirma que a CPI “é uma represália às nossas lutas”.

A Justiça Federal determina à Petrobras o pagamento mensal de um salário mínimo (R\$ 465 hoje) a 96 pescadores afetados neste ano pela obra de um gasoduto numa praia de Magé, a 60 km do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A Justiça ordenou que a Petrobrás refaça o estudo de impacto ambiental para contemplar os danos causados aos pescadores da associação e que o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) verifique a inclusão. A decisão liminar provisória atende a pedido do Ministério Público Federal (MPF), que ofereceu ação civil pública contra a estatal. Conforme o MPF, houve diminuição do pescado, aumento no tempo de chegada à área de pesca e danos a redes e barcos dos trabalhadores. Os

pescadores, membros da Associação Homens do Mar, fizeram protesto que paralisou por mais de um mês, entre abril e maio, as obras do projeto, na baía de Guanabara.

Cerca de 40 representantes de movimentos sociais, como o Movimento Xingu Vivo Para Sempre, protocolam um manifesto apresentando os principais questionamentos e considerações dos movimentos sociais e povos da região acerca do Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) Belo Monte, num ato político no Ibama de Altamira – Pará (região Norte). Eles denunciam a falta de posicionamento do órgão face aos pedidos apresentados nas últimas semanas pelos movimentos sociais e o Ministério Público Federal (MPF) – anulação das 4 audiências públicas e a realização de novas audiências num território mais amplo que contemple localidades na área rural que seriam impactadas. Mais de 60 questões que preocupam os povos da região são identificadas e reunidas no documento. Uma parte dessas questões é dirigida aos representantes do Ibama, ao setor elétrico e aos pesquisadores que realizam estudos de impactos ambientais durante as audiências na região. Eles não dão respostas. Os documentos são em seguida protocolados no MPF para que o órgão possa acompanhar o processo e reforçar o pedido de respostas junto ao Ibama.

Glossário de Siglas

CMI	Centro de Mídia Independente
Contraf	Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Partido Democrata
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
Fenaban	Federação Nacional dos Bancos
Funai	Fundação Nacional do Índio
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MEC	Ministério da Educação
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados
NOVE	Nova Organização Voluntária Estudantil
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
P-SOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores

STF
UNE

Supremo Tribunal Federal
União Nacional dos Estudantes

Realizada pelo Comitê de Acompanhamento e Análise da Conjuntura do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL/CLACSO).

Levantamento e sistematização feitos pela equipe: Coordenação: Prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ). Pesquisadores Assistentes: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ), Jacqueline Aline Botelho Lima (UFRJ/UERJ). Assistentes de pesquisa: Anísio Borba (LPP/UERJ), Luiza Leite (LPP/UERJ), Luis Américo Araújo Vargas (UFRJ), Mariana Santos (LPP/UERJ), Reginaldo Costa (UFRJ), Taisa Falcão (LPP/UERJ), Vera Lúcia R. de Oliveira (LPP/UERJ).

Fontes: Jornal Folha de São Paulo, Jornal O Globo, Jornal O Estado de São Paulo, Jornal Brasil de Fato, Agência Chasque de Notícias, Agência Brasil, MST na Imprensa, Jornal do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA.



OSAL

Observatorio Social de América Latina
Publicación electrónica

Cronología del Conflicto Social

R

A

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales



CLACSO

Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais

Documento de trabajo N° 228

*Realizado por
el Comité de Seguimiento
del Conflicto Social y la Coyuntura
Latinoamericana de R*



Integrantes Juan

Diarios E

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.

La responsabilidad por las opiniones expresadas en los artículos, estudios y otras colaboraciones incumbe exclusivamente a los autores firmantes, y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina (OSAL)** constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinado a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado constituye uno de los resultados de este trabajo de documentación y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un documento de trabajo en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social llevadas a cabo durante el mes indicado en uno de los 19 países relevados.

La cronología presentada ha sido elaborada por alguno de los diversos **Comités de Seguimiento del Conflicto Social** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación de un equipo de investigación que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

Comités de Seguimiento del Conflicto y la Coyuntura Latinoamericana

PAIS	INSTITUCION	RESPONSABLES
Guatemala	FLACSO	Simona Yagenova Mario Castañeda
Colombia	Escuela Nacional Sindical	Guillermo Correa Diana Cárdenas
Paraguay	Centro de Documentación de Estudios	Quintín Riquelme
Ecuador	CIUDAD	Mario Unda Hugo González
Bolivia	CIDES – UMSA	Dunia Mokrani Chávez Pilar Uriona Crespo
Chile	ARCIS	Juan Carlos Gómez Leyton
Perú	Instituto de Estudios Peruanos	Ramón Pajuelo
Brasil	LPP	Roberto Leher
Argentina y Uruguay	PIMSA (Argentina)	María Celia Cotarelo
México	UNAM	Massimo Modonesi Lucio Oliver
Panamá, El Salvador, Nicaragua Honduras y Costa Rica	CELA (Panamá)	Marco A. Gandásegui, h.
República Dominicana y Puerto Rico	Centro Juan Montalvo (Rep. Dominicana)	Mario Serrano Juan Luis Corporán
Venezuela	PROVEA	Marino Alvarado Marco Antonio Ponce
Costa Rica	IIS	Sindy Mora Solano

BRASIL

Cronologia do Conflito Social

Outubro 2009

5º feira 01

Cerca de 6.500 metalúrgicos da Empresa Brasileira de Aeronáutica SA (Embraer) paralisam a produção por duas horas pela manhã e tarde, em São José dos Campos – São Paulo (região Sudeste). Conforme o Sindicato dos Metalúrgicos, os trabalhadores, protestam contra o cálculo da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) do primeiro semestre e ameaçam entrar em greve caso a empresa não abra negociações em 48 horas. Ainda em São Paulo, os metalúrgicos da Ford e da Volkswagen chegam a acordo sobre o abono salarial, antes fixado em R\$ 1.500 e agora de R\$ 2.800, proposto pelo sindicato local e que será pago em parcela única, em Taubaté.

Grupo de 150 alunos realiza manifestação para protestar contra a desorganização do Ministério da Educação (MEC), no Centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Segundo os jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo, eles reclamam principalmente da fragilidade do sistema de segurança da instituição que resultou no vazamento da prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Os estudantes se concentraram nas escadarias da Câmara Municipal, na Cinelândia, e seguiram até a sede do MEC. O jornal O Estado de S. Paulo informou ao ministro da Educação, Fernando Haddad, que foi procurado no dia 30 de setembro por um homem que disse, ao telefone, ter as duas provas do Enem que entregaria em troca de R\$ 500 mil.

Cerca de 300 estudantes vestibulandos de cursinhos e colégios particulares do Recife – Pernambuco (região Nordeste) demonstram sua indignação diante do vazamento do conteúdo das provas do Enem e seu consequente cancelamento, em um protesto na praia de Boa Viagem. Os estudantes gritaram slogans a exemplo de "Au, au, au, vexame nacional" e carregaram cartazes que diziam: "Enem aí", "Enem é palhaçada", "Nós somos cobaias", "Enem é prova de incompetência" e "Estudante é palhaço".

Quarenta e cinco deputados federais retiram suas assinaturas do requerimento que criava a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre o repasse de verbas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Com a decisão, o pedido de CPMI foi arquivado. No dia 29 de setembro, sem-terra e apoiadores entregaram aos congressistas um abaixo-assinado com cerca de 4 mil assinaturas pedindo a anulação do pedido da comissão. O MST avalia que a CPMI indicada pela bancada ruralista foi uma represália do setor à luta pela alteração dos índices de produtividade.

6ª Feira 02

Centrais sindicais, movimentos populares, entidades representativas de segmentos da sociedade civil e partidos de esquerda promovem em São Paulo - SP (região Sudeste) ato em defesa da restauração da democracia em Honduras. Os manifestantes reivindicam o retorno ao governo do presidente eleito Manuel Zelaya, e repudiam o

golpe militar e às medidas repressivas contra a população. O vão-livre do Museu de Arte de São Paulo (Masp) foi o local de mais duas manifestações simultâneas reunindo centenas de pessoas. Com a participação de integrantes das torcidas do Palmeiras e do Corinthians, a Marcha Mundial pela Paz e pela Não Violência fez um chamamento à população e aos governos para que lutem por um mundo sem guerras. O objetivo do movimento, segundo Adriana Bucce Abraão, organizadora do evento, é o de convocar os países para o desarmamento progressivo. Pouco depois, teve início um protesto de estudantes de um cursinho de São Paulo reclamando do vazamento da prova do Enem. Com faixas e cartazes, eles lamentavam os problemas que levaram ao adiamento do exame e pediam punição para os responsáveis pelo vazamento da prova, que seria realizada neste fim de semana. O jornal O Estado de S. Paulo informou ao ministro da Educação, Fernando Haddad, que foi procurado no dia 30 de setembro por um homem que disse, ao telefone, ter as duas provas do Enem que entregaria em troca de R\$ 500 mil.

Cerca de 400 estudantes de escolas particulares do Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste) protestam contra o cancelamento do Enem. O local escolhido para a manifestação foi a Praia de Copacabana, onde foram realizados, no mesmo horário, shows comemorativos da escolha do Rio como sede das Olimpíadas de 2016. A manifestação não chegou a atrapalhar o evento, mas foi marcada pela indignação dos jovens, que consideram o vazamento da prova mais um capítulo do que chamam de “história de descaso com a educação do país”. O jornal O Estado de S. Paulo informou ao ministro da Educação, Fernando Haddad, que foi procurado no dia 30 de setembro por um homem que disse, ao telefone, ter as duas provas do Enem que entregaria em troca de R\$ 500 mil.

Dois dirigentes do Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL) – João Batista da Fonseca, presidente do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL-MG), e Vanduz Evaristo Cabral, da Executiva Estadual – têm a condenação confirmada por crimes ao longo do processo de desapropriação da Fazenda Tangará, em Uberlândia – Minas Gerais (região Sudeste), no final dos anos 1990. Os sem-terra foram denunciados pelo Ministério Público, em 2001, por roubo e crimes contra o patrimônio, com agravante de a violência ou ameaça ser exercida com emprego de arma e concurso de duas ou mais pessoas. Os militantes foram condenados a cinco anos e seis meses de prisão.

Bancários seguem em greve. Em Curitiba e região metropolitana do estado do Paraná (região Sul), 260 agências bancárias estão fechadas, totalizando 13 mil trabalhadores em greve, segundo levantamento do sindicato da categoria. O índice é de 58,5% de agências paralisadas. No primeiro dia de greve, o dia 24 de setembro, 32% das unidades bancárias – 144 agências – estavam fechadas. Cerca de 250 agências que aderiram ao movimento fazem parte dos sindicatos filiados a Federação dos Trabalhadores no Ramo Financeiro no Estado do Paraná (Fatec-CUT-PR). Segundo a assessoria do Sindicato dos Bancários de Curitiba e região, a última proposta da federação foi de um reajuste salarial de 4,5% e mais 5,5% de Participação nos Lucros e Resultados. A categoria reivindica 10% de reajuste salarial e participação nos lucros de três salários, acrescidos de valor fixo de R\$ 3.850. Os trabalhadores também querem a inclusão na convenção coletiva de trabalho de uma cláusula de proteção ao emprego em caso de fusão de bancos. Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro (Contraf), filiada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), em todo o país estão parados bancários de 6.944 agências.

Sábado 03

Mais de 300 estudantes secundaristas participam, na frente do Palácio do Karnak em Recife-Pernambuco (região Nordeste), de manifestação contra o adiamento do Enem. Diante do cancelamento, algumas das principais universidades do país analisam se vão alterar os calendários de seus vestibulares. As falhas no esquema de segurança da prova forma muito criticadas, já que, em maio, o MEC chegou a anunciar que a Polícia Federal (PF) se encarregaria do trabalho, mas em julho, a PF avisou que não faria o serviço por não ser sua atribuição. O jornal O Estado de S. Paulo informou ao ministro da Educação, Fernando Haddad, que foi procurado no dia 30 de setembro por um homem que disse, ao telefone, ter as duas provas do Enem que entregaria em troca de R\$ 500 mil.

Integrantes do MST montam acampamentos em duas fazendas – fazendas Santa Clara, de 1,4 mil hectares, e Santo Arco Íris, de 968 hectares –, em Dracena, na região da Alta Paulista, no oeste de São Paulo (região Sudeste). A liderança da área, Sérgio Pantaleão afirmou que as fazendas foram consideradas improdutivas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e que a ocupação é uma forma de pressionar o órgão para a desapropriação.

Domingo 04

Mais de 200 detentos, presos em um contêiner, realizam protesto contra a superlotação e a repressão sofrida pela empresa que faz a segurança e monitoramento do Presídio Regional de Joinville – Santa Catarina (região Sul). Pelo menos dois presos morreram. Esta é a segunda manifestação feita pelos presos em menos de um mês. De acordo com a Pastoral Carcerária do estado, após o início da privatização da segurança nos presídios realizada pelo governo Luiz Henrique, tem aumentado o índice de violência e de mortes entre os presos. Segundo informações da Agência Chasque de Notícias, órgãos oficiais do governo afirmam que os presos realizaram uma rebelião.

2ª Feira 05

Cerca de 500 alunos de 20 escolas públicas e privadas iniciam na Cinelândia, no Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (região Sudeste), mais um protesto contra o vazamento das provas do Enem. Eles se reuniram em frente à Câmara dos Vereadores e seguiram até o prédio do MEC. Lá, entregaram ao representante do MEC, Cícero Fialho, um manifesto pedindo mais respeito aos secundaristas. Os alunos foram mobilizados pela Nova Organização Voluntária Estudantil (NOVE), movimento recém criado que agora quer ir a Brasília falar com o ministro Fernando Haddad. Os estudantes dizem que o adiamento do Enem reflete o caos na educação do país. Um dos manifestantes, Bernardo Aimbinder, da nova organização, criticou a atuação da UNE no caso do Enem. “A UNE está se omitindo essa questão. É sabido que ela recebe apoio do governo e consegue congelar os sindicatos e organizações estudantis”, afirmou Aimbinder.

A Defensoria Pública de São Paulo ajuíza ação civil pública a fim de barrar a expansão da monocultura de eucalipto na cidade de Piquete, no Vale do Paraíba, São Paulo (região Sudeste). A ação suspende o corte e o transporte de eucaliptos já plantados até que sejam realizados estudos de impacto ambiental e audiências com a população sobre os efeitos do plantio. A ação ainda quer impedir o uso de um potente herbicida no plantio e conservação de mudas, responsabilizando a Nobrecel e a Monsanto pela contaminação de pessoas e do meio ambiente. Para isso, a Defensoria estipulou indenizações das empresas aos afetados. Em Março de 2009, a Defensoria Pública em Taubaté obteve decisão judicial para suspender liminarmente plantios e replantios de eucaliptos no município de São Luiz do Paraitinga, também no Vale do Paraíba.

Famílias do Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC), ligado à Frente de Luta por Moradia (FLM), ocupam prédio de 10 andares da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), em São Paulo – SP (região Sudeste). Segundo informações do Centro de Mídia Independente (CMI), 18 viaturas da Polícia Militar (PM) estão no local. Um dos principais pontos de reivindicação é o atendimento das famílias despejadas em 2007 da ocupação Prestes Maia, maior ocupação vertical da América Latina. O governo federal já liberou R\$ 5 milhões, mas o atendimento não teve início. Eles também reivindicam: atendimento habitacional mais amplo a famílias despejadas e continuidade do programa Bolsa Aluguel às famílias até que seja garantida a moradia definitiva; e cumprimento da promessa do governo do estado, feita em 2004, de atender mil famílias que moram em cortiços.

Trabalhadores da construção civil realizam passeata até a sede do Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon-SP), em Santa Cecília, na região central de São Paulo – SP (região Sudeste). De acordo com o jornal Folha de São Paulo, os trabalhadores reivindicam 4% de antecipação salarial, além de outras 15 cláusulas sociais.

Cerca de 5 mil Policiais Militares (PMs) protestam em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Eles saíram em caminhada da Praça Brigadeiro Sampaio, ao lado do Comando-Geral da Brigada Militar, e seguiram pelas principais ruas da Capital até o Palácio Piratini, sede do governo estadual. Os policiais reivindicam a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição número 300, que prevê que o salário da categoria em todo o país não seja inferior ao do Distrito Federal. O salário em Brasília é em torno de R\$ 3 mil. Os policiais também querem que o governo estadual aumente o salário do estado, um dos mais baixos de todo o país.

Cerca de 300 dos 7 mil trabalhadores que atuam nas obras da hidrelétrica de Estreito, na divisa dos estados do Maranhão (região Nordeste) e do Tocantins (região Norte) – que fazem parte do programa de Aceleração do Crescimento (PAC), paralisam suas atividades. Com isso as obras de construção da Usina são interrompidas.. Os manifestantes protestam contra a redução das horas extras, prevista em um Termo de Ajuste de Conduta assinado pelo Consórcio Rio Tocantins.

3º feira 06

Integrantes do MST são acusados de saquear a Fazenda Santo Henrique, do grupo Cutrale, ocupada desde 28 de setembro, em Iaras – São Paulo (região Sudeste). Segundo

os jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo, um caminhão-baú transportando 12 caixas de laranja a granel, máquinas, ferramentas e uniformes subtraídos da propriedade foi apreendido no km 248 da Rodovia Castelo Branco, em Avaré. Os dois acusados, José Alves de Lima Neto, 52, e Ivanildo Cosmo de Oliveira, 49, relatam ao delegado José Cardoso de Oliveira que pegaram as frutas porque elas iriam apodrecer. Eles foram presos em flagrante por furto qualificado. Enquanto isso, o ministro de Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e o presidente do INCRA, Rolf Hackbart, condenaram a destruição e pés de laranja. A Justiça de São Paulo determinou a reintegração de posse da fazenda. Em resposta, o MST lançou nota afirmando que não pretende desocupar a propriedade, que há anos é alvo de questionamento jurídico. O movimento acusa a Cutrale, de plantar irregularmente laranja em terras da União, como forma de legitimar a grilagem. O movimento afirma ainda que a produtividade da área não pode esconder que a Cutrale grilou terras públicas, que estão sendo utilizadas de forma ilegal. O MST também acusa a Cutrale de formação de cartel na produção de sucos e de despejos de esgotos sem tratamento em diversos rios da região. “A empresa também já foi autuada inúmeras vezes por causar impactos ao ecossistema, poluindo o meio ambiente ao despejar esgoto sem tratamento em diversos rios. No entanto, nenhuma atitude foi tomada em relação a esta questão”, afirma a nota. Ainda no estado de São Paulo, cerca de 170 sem-terra montam acampamento na Fazenda Boa Vista, em Itapetininga, na região de Sorocaba segundo o jornal O Estado de São Paulo.

Integrantes do MST ocupam a Fazenda Camaragibe, pertencente a João Florêncio dos Santos, empresário que teve a prisão decretada em Maio por sonegação de impostos, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha, em São Joaquim do Monte – Pernambuco (região Nordeste). O Incra se pronunciou alegando que não há precedente de desapropriação de terras por débito com o Fisco.

Cerca de 140 famílias de camponeses, trabalhadores rurais e pescadores integrantes da Associação dos Moradores do Mangue do Ipojuca realizam uma manifestação, em frente ao Incra, em Recife – Pernambuco (região Nordeste). Os sem-terra reivindicam a regularização da posse de terras localizadas dentro da propriedade da Usina Salgado, na região do município de Ipojuca, litoral sul do estado. Em 2007, a pedido do Incra, a Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU) cancelou a licença de ocupação da área da usina por inadimplência da empresa em relação às taxas de ocupação. Desde então, segundo os manifestantes, o processo ficou parado à espera de que o Incra delimitasse a área a ser destinada à reforma agrária. O superintendente do Incra em Pernambuco, Abelardo Sandes Siqueira, recebeu hoje aproximadamente 60 manifestantes e pretende voltar a discutir os assuntos relacionados à região em reunião marcada para o dia 8 de outubro. O território que está sendo reivindicado está dentro de uma área da Marinha e é propriedade da União. Segundo o advogado da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que acompanha as famílias Daniel Viegas, a Lei nº 9.636/98 autoriza a União a conceder terras públicas a pessoas físicas em se tratando de interesse social. Ainda segundo ele, esse é exatamente o caso das famílias que exercem a posse compartilhada com a usina na área.

Cerca de 300 índios bloqueiam a BR-163, na altura do quilômetro 498, a 100 km de Campo Grande – Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste), e a BR-262, na altura do quilômetro 528, em Miranda, no mesmo estado. Segundo informações do jornal Folha

de São Paulo, os indígenas reivindicam agilidade na demarcação da terra indígena Buriti,.

Grevistas fazem encenação contra banqueiros no Centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) Como uma forma de protesto Segundo o jornal O Estado de São Paulo, este é o 13º dia da greve nacional dos bancários. Os trabalhadores exigem aumento real e melhorias nas condições de trabalho.

Cerca de 1.500 bancários fazem passeata em manifestação contra a falta de negociação da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) nas ruas do centro de São Paulo – SP (região Sudeste). Segundo o jornal O Estado de São Paulo, este é o 13º dia da greve nacional dos bancários. Os trabalhadores exigem aumento real e melhorias nas condições de trabalho.

Bancários de todo o país entram na segunda semana de greve. Em Santa Catarina (região Sul), a paralisação dos trabalhadores atinge as cidades de Blumenau, São Miguel do Oeste, Criciúma, Concórdia, Chapecó, Joaçaba, Joinville, Laguna e Tubarão, entre outras. Na Grande Florianópolis, a adesão é de 50%, alcançando a totalidade na Caixa Federal. Cerca de 75% dos bancários paralisaram suas atividades nas agências do BESC e, 85%, nas agências do Banco do Brasil. Os trabalhadores exigem aumento real e melhorias nas condições de trabalho

Cerca de 7 mil metalúrgicos de dezenas de empresas da zona leste participam de ato de mobilização da campanha salarial, organizado pelo sindicato da categoria, ligado à Força Sindical, na Moca – São Paulo – SP (região Sudeste). Os metalúrgicos da Força reivindicam 10% de reajuste salarial, jornada de 40 horas semanais, entre outros pontos. Eles aprovaram proposta indicativa de greve a partir do dia 19 de outubro, caso os negociadores das empresas não apresentem proposta satisfatória às reivindicações da categoria.

A Assembléia Legislativa de Rondônia aprova por unanimidade um requerimento solicitando a paralisação das obras da Usina Hidrelétrica de Jirau, no Rio Madeira, no estado (região Norte). O pedido, apresentado pelo líder do governo Ivo Cassol, deputado Tiziu Jidalias do Partido Progressista (PP), pede que o governador determine a suspensão imediata das obras por causa de irregularidades que, segundo o parlamentar, contrariam a Constituição Estadual. “O Artigo 264 da Constituição Estadual prevê que todo uso e afetamento do acervo histórico do estado deve ser disciplinado em lei, e caso isso não ocorra, devem ser nulos”, diz o requerimento, em referência a áreas da antiga Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Além disso, segundo o deputado, a falta de licença estadual para as obras da usina também autoriza o governo a pedir a paralisação do empreendimento. A usina obteve licença ambiental de instalação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), mas segundo o secretário de Meio Ambiente, Cletho Brito, há oito autorizações estaduais pendentes. Segundo informações da Agência Brasil, o requerimento da Assembléia estadual é mais um impasse para o histórico da construção da Hidrelétrica de Jirau. Os ministérios Públicos Federal e do estado e as organizações ambientalistas questionam o empreendimento na Justiça, e antes da licença do Ibama, as obras ficaram paradas por mais de dez dias por causa de discordâncias entre o consórcio responsável pela construção, o governo estadual e a prefeitura da capital, Porto Velho. Jirau terá uma

potência de 3,3 mil megawats (MW) e uma energia assegurada de 1,9 mil MW médios, suficientes para abastecer quase 10 milhões de casas. O custo total da obra está orçado em cerca de R\$ 10 bilhões.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) interdita cerca de um milhão de quilos de agrotóxicos na empresa Syngenta, em Paulínia - São Paulo (região Sudeste). A fiscalização encontrou irregularidades, como adulterações nos agrotóxicos e problemas na importação e comércio dos produtos. Em trinta dias, a empresa será novamente fiscalizada e, caso não tenha regularizado a situação, pode ser multada. A Syngenta, de origem suíça, foi a empresa que mais vendeu agrotóxicos no mundo em 2008.

4ª Feira 07

Os cerca de 250 integrantes do MST desocupam a Fazenda Santo Henrique da Cutrale sem resistir à ordem de reintegração de posse determinada pela Justiça de São Paulo, em Iaras – São Paulo (região Sudeste). A fazenda havia sido ocupada no dia 28 de setembro conforme os jornais O Estado de São Paulo e a Folha de São Paulo. O diretor estadual do MST e um dos coordenadores da ocupação, Paulo Albuquerque, ao sair da área, afirmou que não houve dano ao patrimônio, com exceção das pichações. Ele ainda nega que os sem-terra tenham furtado objetos da Cutrale ou dos funcionários da fazenda. Gilmar Mauro, um dos diretores nacionais do MST, declarou que as acusações são “uma armação na tentativa de criminalizar o movimento”. A Cutrale e as polícias Civil e Militar atribuem o furto e destruição ao MST. O gerente agrícola da propriedade, Claudinei Ferreti, afirma que o prejuízo de nove dias de ocupação pode chegar a R\$ 3 milhões. A saída foi pacífica, segundo a empresa Sucocítrico Cutrale. Parte desse plantio foi destruído pelos sem-terra e, nesse momento, segundo o diretor de relações trabalhistas da empresa, Carlos Otero, está sendo feito o levantamento das perdas da lavoura das demais instalações. Por determinação do juiz Mário Ramos dos Santos, da 2ª Vara da Comarca de Lençóis Paulista, a desocupação deveria ocorrer em 24 horas após o recebimento do mandado judicial pelo MST. Esse prazo iria se esgotar no final da manhã de hoje. Ao ser questionada sobre o conflito, a Cutrale disse que tem toda a documentação comprovando ser a verdadeira dona e que a própria decisão judicial de reintegração de posse foi fundamentada com base nessa titularidade. A empresa que é a maior produtora de suco de laranja, responsável por 30% do mercado, argumentou por meio de nota, que a fazenda é produtiva e que mantém 300 empregados no local

Cerca de 300 crianças participam do 7º Encontro Estadual dos Sem Terrinha em Vitória, Espírito Santo (região Sudeste). Resgatando os compromissos com a terra e com a vida, retratados na mística de abertura realizada no espaço do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), os Sem Terrinha - juntamente com indígenas, representantes do poder municipal, estadual e da universidade - deram início às atividades do 7º Encontro, que integra a Jornada Nacional de Luta dos Sem Terrinha.

Os trabalhadores da educação do município de João Neiva – Espírito Santo (região Sudeste) deflagram greve. Segundo informações do CMI, a categoria reivindica: gestão democrática; realização de concurso público; adequação do plano de cargos e salários;

otimização dos recursos humanos; formação continuada e valorização do magistério público municipal; e política de prevenção de doenças ocupacionais.

O Sindicato dos Bancários de São Paulo realiza ato de protesto contra a Santander em frente à BM&FBovespa, em São Paulo – SP (região Sudeste), segundo O Estado de São Paulo. Os trabalhadores exigem aumento real e melhorias nas condições de trabalho entre outros pontos.

Passageiros revoltados com o atraso dos trens no ramal Japeri-Central do Brasil e com a negativa da concessionária Supervia em restituir em dinheiro o valor da tarifa (R\$ 2,50) interrompem o tráfego na linha férrea e protestam em quatro estações no Rio de Janeiro (região Sudeste). Uma composição foi incendiada e roletas, bilheterias, alambrados e caixas eletrônicos foram destruídos. A confusão afetou cerca de 30 mil pessoas que utilizam o serviço pela manhã. Ao menos 11 pessoas foram encaminhadas ao hospital municipal Juscelino Kubitschek, a maioria por conta de pressão alta, inalação de fumaça do fogo e nervosismo. Após o protesto, a Supervia decide que amanhã as passagens não serão cobradas no ramal de Japeri até as 10h.

Um juiz da Bahia acata o pedido de liminar do Ministério Público Estadual contra a papelreira Veracel Celulose e autoridades governamentais. O Juiz decidiu que o Instituto de Meio Ambiente e o Conselho de Meio Ambiente não podem mais conceder novas licenças para plantio de eucalipto na cidade de Eunápolis – Bahia (região Nordeste). A atividade somente será liberada após a conclusão de uma Avaliação Ambiental Estratégica e de um zoneamento ecológico e econômico do município, o que pode significar a retirada de eucaliptos de áreas excedentes. A Veracel pertence à empresa sueco-finlandesa Stora Enso e à antiga Aracruz, hoje Fibria.

5ª Feira 08

As crianças Sem Terrinha saem em marcha do local onde estão alojados, no bairro Mário Cypreste, em Vitória - Espírito Santo (região Sudeste), rumo ao Santuário de Santo Antônio, onde são recebidas pelo Padre Roberto Camillato. No local, acontece uma palestra com o tema “A relação dos Sem Terrinha com o Meio Ambiente”, proferida pelo professor Paulo Scarim (Departamento de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)). Após a atividade, os Sem Terrinha participaram de atividades culturais com mostra de curtas-metragens, várias oficinas (de massa de modelar, natação, dentre outras).

Bancários de instituições privadas de todo o país aceitam a proposta de convenção coletiva apresentada pelos bancos e encerram a greve, segundo os jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo. O acordo prevê reajuste de 6%, o que representa um aumento real de 1,5%, e a simplificação das regras de pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), agora baseado no percentual do lucro das instituições. A categoria ainda obteve outros benefícios, como a ampliação da licença-maternidade para seis meses. Os trabalhadores retomam ao trabalho no dia 9 de outubro. Bancários da Caixa Federal e do Banco do Brasil prosseguem em greve. O presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília, Rodrigo Britto, espera que as negociações com os bancos públicos avancem e os funcionários voltem ao trabalho. Os trabalhadores reivindicam

10% de reajuste salarial, participação nos lucros e resultados (PLR) de três salários, acrescida de valor fixo de R\$ 3.850. Os bancários também querem a inclusão na convenção coletiva de trabalho de uma cláusula de proteção ao emprego em caso de fusão. Os bancários exigem ainda o fim do assédio moral e das metas abusivas.

Usuários dos trens protestam contra novos atrasos e são dispersados pela PM com bombas de gás lacrimogênio, na estação Central do Brasil, no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Com sintomas de intoxicação, quatro passageiros e uma funcionária da concessionária Supervia são levados para o Hospital Municipal Souza Aguiar. Para o comandante da 5ª BPM, tenente-coronel Carlos Henrique Alves de Lima, não houve excesso da PM. “Excesso foram as pedras portuguesas jogadas pelos manifestantes contra os policiais; foram as lixeiras reviradas e as tentativas de quebra-quebra”, declara o comandante.

A Comissão Especial da Assembléia Legislativa decide arquivar o pedido de impeachment da governadora Yeda Crusius (PSDB). Os governistas, que eram maioria na comissão, aprovaram a relatoria da deputada Zilá Breitenbach (PSDB). Os deputados de oposição se retiraram da votação. A relatoria agora será apreciada em plenário, onde a governadora também tem maioria. 94% dos votantes do julgamento popular realizado por sindicatos e movimento sociais consideram a governadora culpada nas denúncias de corrupção e Caixa dois. Ao todo, 92 520 pessoas participaram da consulta; 86.948 votos consideraram Yeda culpada; 4.626 pessoas avaliam que ela é inocente. Os demais votos foram brancos e nulos. A consulta popular foi organizada pelo Comitê Fora Yeda entre os dias 29 de Setembro e 7 de Outubro.

A Gerência Regional do Trabalho e Emprego de Barreiras na Bahia (região Nordeste), liberta 15 pessoas - incluindo um jovem de 16 anos - de trabalho análogo à escravidão. Os auditores fiscais receberam a denúncia de um trabalhador. Os empregados eram explorados na Fazenda São Carlos, que fica no município de São Desidério - Bahia (região Nordeste). Eles trabalhavam há dez dias na limpeza da área para iniciar o plantio de milho e soja. A propriedade é de difícil acesso e muito extensa. O proprietário da fazenda contratou dois intermediários para arregimentar os trabalhadores no início do mês. No acordo, os "gatos" receberiam R\$ 50 por hectare limpo. O aliciador conhecido como "Antônio" arregimentou oito pessoas na rodoviária de Luís Eduardo Magalhães, com a promessa de pagar R\$ 15 por hectare limpo aos trabalhadores. Os empregados não tinham folgas, trabalhavam de domingo a domingo, das 6h da manhã até o final da tarde. Os trabalhadores receberam as verbas referentes à rescisão do contrato de trabalho e o valor da passagem para o retorno às suas regiões de origem. Além disso, terão direito ao Seguro-Desemprego do Trabalhador Resgatado. Seis autos de infração foram emitidos pela fiscalização. O Ministério Público do Trabalho (MPT) não pôde comparecer à operação, segundo o auditor fiscal Edvaldo. Contudo, o relatório da ação será encaminhado ao órgão para que as devidas providências sejam tomadas.

6º feira 09

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva condena a ação do MST, que derrubou pés de laranja na fazenda do grupo Cutrale no interior de São Paulo (região Sudeste). Para Lula, o MST cometeu um ato de vandalismo e não de manifestação. O presidente

ressaltou que o país tem uma Constituição e leis que devem ser cumpridas. Para ele, o MST tem que pagar pelos estragos cometidos. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva classificou como “vandalismo” a ação dos militantes do MST na Fazenda Santo Henrique. “Todo mundo sabe que sou defensor das lutas sociais. Agora, entre uma manifestação reivindicando alguma coisa e aquela cena de vandalismo na televisão, obviamente que não posso concordar com aquilo”, declarou Lula em entrevista coletiva, no Itamaraty, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), ao ser questionado sobre o tema.

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar as fontes de financiamento do MST é retomada no Congresso, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). A CPMI foi ressuscitada com o apoio de 33 senadores e 172 deputados, muitos deles influenciados com o caso da destruição dos laranjais na Fazenda Santo Henrique, da empresa Cutrale no interior de São Paulo (região Sudeste). O MST negou por meio de nota, que tenham ocorrido furto ou depredações durante a ocupação à Fazenda. O Movimento afirmou na nota, que é contra a violência e que recorreu à ação de destruição do laranjal com “última alternativa para chamar a atenção da sociedade para o absurdo fato de que uma das maiores empresas da agricultura – que controla 30% de todo o suco de laranja do mundo – se dedique a grilar terras”. A organização afirma ainda que só ocupa fazendas que têm origem na grilagem de terras públicas, como no caso da fazenda da Cutrale. “São áreas que pertencem à União e estão indevidamente apropriadas por grandes empresas, enquanto se alega que há falta de terras para assentar trabalhadores rurais sem terra”. A fazenda foi tomada por integrantes do MST no dia 27 de setembro e desocupada na última no dia 07 de outubro, pacificamente, após determinação da Justiça. No mesmo dia, a Polícia Civil de Borebi abriu um inquérito para apurar se os integrantes do MST teriam cometido crimes de furto, dano, esbulho possessório e formação de quadrilha. A denúncia é de que cerca de 12 mil pés de laranja tenham sido destruídos por integrantes do movimento. A polícia também investiga se houve furto de móveis e eletrodomésticos das casas de cinco colonos que moravam no local. O superintendente do Incra em São Paulo (região Sudeste), Raimundo Pires Silva, afirmou hoje que estão irregularmente em terras da União todos os proprietários e empresas com fazendas no antigo Núcleo de Colonização das Monções, onde se encontra a fazenda de 2.400 hectares da Cutrale. Silva afirma que a área foi comprada pela União em 1909 para instalar colonos, porém o projeto não vingou e as áreas ficaram desocupadas, levando a um processo de ocupação irregular.

Os trabalhadores de bancos públicos seguem em greve na maioria dos estados. Em assembleia no dia 8 de outubro, a Caixa Econômica Federal (CEF) não fechou acordo e manteve a paralisação por tempo indeterminado. O Banco do Brasil (BB) continua sem atendimento nas agências da Paraíba, de Sergipe, da Bahia, de Pernambuco, do Ceará, Piauí (região Nordeste), de Porto Alegre (região Sul) e Brasília (região Centro-oeste), onde os funcionários do Banco de Brasília (BRB) também estão parados. Os funcionários de bancos privados, no entanto, decidiram aceitar a proposta e encerrar a greve, depois de 15 dias de negociações. Os bancários do BB em São Paulo também voltam ao trabalho. A proposta prevê reajuste salarial de 6% (inflação do período mais aumento real). O aumento valerá também para o auxílio-refeição, a cesta-alimentação e o auxílio-creche. A licença-maternidade será ampliada para 6 meses e haverá isonomia de tratamento para casais homossexuais.

Sábado 10

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) repudia a agressão praticada por um fazendeiro contra o padre Joaquim Fonseca, em Roraima (região Norte). Segundo o Cimi, o agressor insultou o padre e após isso, deu um soco e atirou o padre ao chão. A assessoria jurídica da Diocese de Boa Vista, Roraima (região norte) afirmou que vai tomar as providências necessárias para que o agressor seja responsabilizado pelo fato. Tal conflito reflete a situação tensa da região indígena do Murupú, onde trabalham os missionários combonianos em defesa dos indígenas na aldeia do Lago do Praia, que são atacados constantemente pelos fazendeiros da região.

Domingo 11

Cerca de 100 mil pessoas protestam contra a proibição da Parada Gay pela Prefeitura de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense – Rio de Janeiro (região Sudeste). O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, participou da manifestação. De acordo com a assessoria da prefeitura, o evento não foi autorizado porque, na última edição, causou “muitos transtornos” – “pessoas urinavam nas ruas e havia relatos de sexo, brigas, atos libidinosos e bagunça”. Organizada pelo Grupo Pluralidade Diversidade (GPD), a parada gay de Duque de Caxias é a segunda maior do estado do Rio de Janeiro e a sétima maior do país, conforme seus organizadores. De acordo com Cláudio Nascimento, da secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado, se ficar comprovado que a proibição foi motivada por discriminação contra gays, o prefeito José Camilo Zito dos Santos (PSDB) pode ser punido. Zito dos Santos afirma que não são oriundas da cidade “as pessoas que praticaram atos libidinosos e bagunça” nas três últimas paradas gay do município, realizadas entre 2006 e 2008.

2ª Feira 12

Crianças que participam da Marcha Estadual por Reforma Agrária e Soberania Popular celebram seu dia no assentamento Rendeiras, município de Girau do Ponciano, no estado de Alagoas (região Nordeste). As cerca de 80 crianças que compõem a Ciranda Infantil da Marcha se encontram com as dos assentamentos e acampamentos da região e celebram o Dia das Crianças com um momento místico sobre o Meio Ambiente. As crianças alertam todas as gerações que a Natureza preservada é uma condição para nossa vida. Os resíduos tóxicos advindos da extração de minério é um grave problema apontado na manifestação das crianças.

O relator especial para o Direito à Alimentação da Organização das Nações Unidas (ONU), Olivier de Schutter, chega a Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) com o intuito de conhecer experiências de produção e políticas de estímulo à agricultura familiar e avaliar os avanços brasileiros em relação à garantia do direito à alimentação. Ele visitou a cidade de Unaí, Minas Gerais (região Sudeste), onde observou a forma de organização do assentamento Eldorado dos Carajás, ligado ao MST. Além disso, sua vinda também é para a participação no seminário internacional sobre segurança alimentar realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

(MDS). Para o relator dos Direitos Humanos à Terra, Alimentação e Território da Plataforma Dhesca Brasil, Sérgio Sauer, a visita de Schutter ao assentamento é importante para as famílias pela capacidade de o relator da ONU estabelecer vínculos entre o direito à alimentação e questões estruturais como a falta de acesso à terra, os efeitos socioeconômicos e ambientais da opção por monoculturas e o direito à alimentação saudável, demonstrando que a posse da terra não está associada apenas a questões econômicas, mas também a direitos sociais.

Cerca de 200 pessoas, na maioria desabrigadas pelo incêndio que destruiu no dia 11 de outubro a Favela Diogo Pires, ocupam dois prédios de um conjunto habitacional em construção da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), no Jaguaré, zona oeste de São Paulo – SP (região Sudeste), conforme os jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo. O ato tem como objetivo forçar a prefeitura a incluí-los em algum programa habitacional. A obra dos conjuntos habitacionais na região está sendo realizada exatamente para abrigar as pessoas que seriam desalojadas de seus barracos em favelas, como parte do projeto de urbanização do bairro. A PM negociou a saída das pessoas do imóvel. O incêndio deixou cerca de mil desabrigados, segundo a Defesa Civil.

3ª Feira 13

As organizações reunidas na Plenária Distrital da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), entre elas, Centrais Sindicais, Sindicatos e Movimentos Sociais de Brasília (região Centro-Oeste), declaram em nota pública apoio ao MST diante dos sucessivos ataques sofridos pela mídia.

Cerca de 450 crianças assentadas de todo o Rio Grande do Sul (região Sul) protestam contra o fechamento das escolas nos acampamentos; as chamadas Escolas Itinerantes. Em Porto Alegre, 250 Sem Terrinha marcham do Mercado Público até o Palácio Piratini, sede do governo, onde tiveram aula. Em São Gabriel, na Fronteira Oeste, 200 crianças protestam em frente ao Ministério Público Estadual. Os Sem Terrinha exigem que o governo estadual refaça o convênio ou que encontre outra forma de manter as Escolas Itinerantes nos acampamentos. O protesto integra a Jornada Nacional de Luta dos Sem Terrinha, que acontece nesta semana em todo o país.

Os cerca de 1.500 agricultores do MST, que marcham desde o dia 30 de setembro chegam à cidade de Arapiraca no estado de Alagoas (região Nordeste). A organização pretende lançar publicamente o debate sobre as consequências da chegada da mineradora de capital canadense, Vale Verde, na região. Com trabalhadores de todas as regiões do estado, a marcha vem sendo recebida calorosamente pelas populações das localidades onde passa, levando no “corpo-a-corpo” informações sobre o Agronegócio, a mineração e outros problemas locais. Segundo a coordenação da Marcha, a empresa Aura Gold Minerals (Vale Verde) não está interessada em fazer publicamente o debate sobre as consequências da mineração ao meio ambiente. A Marcha Estadual por Reforma Agrária e Soberania Popular tem como objetivo pautar a realização da Reforma Agrária por parte do poder público, a garantia não somente a desapropriação de terras que não cumpram sua função social, mas a expansão da estrutura de habitação,

saúde e educação nos assentamentos. A Marcha já percorreu mais de 150 km em direção à Maceió. Com trabalhadores de todas as regiões do estado.

Cerca de 300 trabalhadores do MST - entre eles, 100 crianças Sem Terrinha de 7 a 9 anos, vindas de todas as áreas de acampamentos e assentamentos do estado da Paraíba (região Nordeste) - ocupam o prédio do Incra na capital do estado, João Pessoa. O objetivo da ocupação é a garantir o repasse de recursos para a educação negociados nas mobilizações do mês de agosto, durante a Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária. Os sem-terra denunciam que, até o momento, não há recursos na superintendência regional do Incra.

Integrantes do Movimento sem-terra ocupam as sedes do Incra em Dourados – Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). Eles reivindicam mais agilidade do governo federal em desapropriações e na realização da reforma agrária além de pressionar o governo para a atualização dos índices de produtividade.

Cerca de 100 integrantes do MST ocupam a sede da Superintendência do Ministério da Agricultura em São José, na Grande Florianópolis – Santa Catarina (região Sul). Os manifestantes vieram de Campos Novos, Curitiba, Correia Pinto, Ponte Alta, Campo Belo do Sul e Fraiburgo. Os sem-terra reivindicam a atualização dos índices de produtividade, que são de 1975. Também plantaram mudas de árvores em homenagem aos 25 anos do MST. Depois, deixaram o local e passaram a noite em um ginásio na cidade.

Cerca de 350 crianças dos assentamentos e acampamentos da região oeste de Santa Catarina (região Sul) participam da Jornada Nacional de Lutas dos Sem Terrinha. As crianças chegaram ao início da tarde à Secretaria Regional de Desenvolvimento da Região de Joaçaba, Santa Catarina (região Sul). Além de comemorar os 25 anos do MST, a atividade pauta a luta por escolas, educação, soberania alimentar e a atualização dos índices de produtividade da terra. Os Sem Terrinha realizam caminhada até a Secretaria Regional de Educação, para reivindicar o cumprimento da promessa de construção de uma escola no assentamento Nove de Novembro, no município de Água Doce, Santa Catarina (região Sul). A reivindicação já é feita há oito anos pelos Sem Terra de Santa Catarina, e até hoje não foi cumprida.

A Confederação da Agricultura e Pecuária (CAP) apresenta uma pesquisa encomendada ao Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) que mostra que 47,7% das propriedades em assentamentos rurais consolidados não produzem nem o suficiente para a família e que 75% dos assentados não têm um dos principais créditos rurais, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O Incra e o MST afirmam que a amostra da pesquisa é mal-feita e insuficiente para tirar conclusões. Os ouvidos representam 0,1% das 920.861 famílias assentadas, declara o Incra. A pesquisa ainda indica que 72,3% das propriedades não geram renda com a produção e 37% das famílias têm renda de até um salário mínimo. Para rebater a pesquisa, o presidente do Incra, Rolf Hackbart, apresentou outros dados: R\$ 4 bilhões em créditos para instalação desde 2003, levantamento de 2004 que mostra que menos de 10% das famílias venderam a terra ilegalmente e investimento de R\$ 50 milhões em educação em 2008.

Ativistas do Greenpeace realizam protesto em frente ao Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), atual sede do governo em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), para pedir que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva leve propostas concretas contra o aquecimento global a Copenhague. No CCBB, estavam reunidos o presidente da República e ministros para definir as propostas que serão levadas pelo governo brasileiro à Conferência da ONU. De acordo com o coordenador da Campanha de Clima do Greenpeace, João Talocchi, o principal objetivo do protesto é pedir ao presidente Lula que garanta um acordo efetivo na Conferência do Clima da ONU sobre o aquecimento global. De acordo com o Greenpeace, o primeiro passo a ser dado é zerar o desmatamento da Amazônia até 2015. O governo federal apresentou uma meta de redução de 80% do desmatamento até 2020. A presidência enviou um representante da Secretaria Nacional de Comunicação Social para receber as propostas dos ativistas.

Agentes penitenciários de 23 presídios do estado do Paraná (região Sul) realizam um dia de paralisação. Eles reivindicam a permissão de porte de arma de fogo e protestam contra a falta de segurança da categoria. O estopim foi o assassinato do agente Giovanni de Brito, ocorrido na madrugada do dia 12 de outubro em Londrina. O trabalhador saía de um bar com amigos quando um motoqueiro atirou contra ele. Somente os serviços essenciais foram mantidos pelos agentes no dia de hoje, mas os presos não saíram das celas.

Os presidentes do Sindicato dos bancários do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), Almir Aguiar, e da CUT-RJ, Darby Igayara, se encontram com oficiais do comando do 13º Batalhão da PM. Eles indagam por que policiais fotografam grevistas durante a campanha salarial. O encontro atende solicitação feita pelo Sindicato em setembro de 2009. Os oficiais da PM afirmam que vão avisar aos policiais que eles não estão autorizados a pressionar grevistas e a impor a abertura das agências, conforme conta Almir Aguiar. Quanto às fotos, o Comando diz que esta é uma prática comum e que visa garantir a própria segurança dos trabalhadores. Almir discorda, lembrando que a PM não tem um papel investigativo, pois este cabe à Polícia Civil; e que a atitude dos policiais constrange os grevistas e é desnecessária, já que a mobilização é pacífica.

A maioria dos trabalhadores de instituições financeiras públicas voltam ao trabalho e encerram a greve iniciada no dia 24 de setembro. Em assembleia no dia 9 de outubro, a maioria dos bancários do Banco do Brasil (BB) aprovou a proposta do banco e encerrou a paralisação. Os do Banco de Brasília (BRB) também decidiram voltar ao trabalho. Já os funcionários da Caixa Econômica Federal (CEF) não chegaram a um acordo e decidiram manter a greve por tempo indeterminado. A direção da Caixa acenou aos grevistas com o cumprimento dos itens econômicos acordados com a Fenaban, no dia 8 mas não avançou nas reivindicações de melhoria das condições de trabalho. Por isso, os funcionários da Caixa resolveram permanecer em greve. Também vão continuar fechados os bancos do Nordeste do Brasil (BNB), da Amazônia e do Estado de Sergipe. Algumas assembleias do Banco do Brasil como do Estado da Paraíba, da Bahia e do Maranhão rejeitaram a proposta feita pelo banco, segundo informações divulgadas pela Contraf. De acordo com a entidade, a proposta apresentada pelo Banco do Brasil ao comando de greve “traz avanços importantes, como a manutenção do modelo vigente de participação nos lucros e resultados”. Nas negociações, de acordo com a Contraf, O BB assumiu o compromisso de discutir com os representantes da categoria uma proposta para o Plano de Cargos e Salários (PCS), valorização de 3% no piso e manutenção de

interstícios em 3% no atual PCS, além da contratação de 10 mil novos funcionários até 2011 e de 5 mil adolescentes aprendizes. No Piauí, os empregados do Banco do Brasil, da Caixa Econômica e do Banco do Nordeste (BNB), que rejeitaram a proposta dos patrões na assembleia geral de no dia 8 de outubro, dividiram-se, no dia 9 de outubro, sobre a proposta oficial para as três instituições. Hoje as agências do Banco do Brasil e dos bancos privados reabrem, mas as da Caixa e do BNB continuam. A proposta aceita pelos servidores do Banco do Brasil no Piauí foi de aumento de 7% nos salários e de 3% no piso salarial; discussão imediata, e implementação até junho de 2010, de um Plano de Cargos e Salários; e contratação de mais 10 mil empregados, metade no próximo ano e metade em 2011.

4ª Feira 14

Cerca de 1.000 crianças iniciam o 8º Encontro Estadual dos Sem Terrinha no Assentamento Ireno Alves dos Santos, em Rio Bonito do Iguaçú, região central do Paraná (região Sul). Os sem terrinha terão aulas sobre os direitos da criança e do adolescente e o que é ser criança no MST. Durante o encontro, os sem terrinha também irão receber brinquedos novos e usados, além de livros, CDs e DVDs com histórias e filmes infantis doados na Campanha de Arrecadação de Brinquedos realizada até o dia 09 de Outubro. A abertura celebrou os 25 anos do movimento, tendo a presença de cerca de 2.500 pessoas, dentre militantes históricos, além de organizações parceiras, autoridades e amigos do movimento. No Encontro são realizados debates, ato público com autoridades e amigos e a entrega do Prêmio Luta pela Terra, que homenageia mais de 40 pessoas de entidades rurais e urbanas, militantes históricos que organizaram os camponeses e ajudaram na construção do Movimento, além de mártires da reforma agrária que tombaram na luta. A atividade integra a Jornada Nacional de Luta dos Sem Terrinha, que acontece sempre no mês de Outubro.

Religiosos da Diocese de Chapecó, Santa Catarina (região Sul), divulgam nota de apoio ao MST. A nota é resultado da 8ª Assembléia de Diocesana de Pastoral, realizada nos dias 3 e 4 de outubro. A nota sintetiza a opinião de cerca de 210 delegados, entre eles, bispos, padres religiosos, lideranças pastorais e movimentos sociais, vindos de 40 paróquias, que repudiam a criminalização sofrida pelo MST.

José Sarney do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB-AP), presidente do Senado, decide não abrir uma sessão do Congresso para a leitura do requerimento de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Campo, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Segundo Sarney, só haverá sessão quando os líderes partidários se reunirem para discutir uma pauta conjunta. O presidente do Senado ainda diz que é preciso uma pauta mais ampla para ser debatida na sessão. O líder do Partido Democrático (DEM) no Senado, José Agripino Maia (RN), afirma que seu partido vai por em andamento uma “estratégia de ação” para garantir a criação da CPI. Ele não descarta a hipótese de obstruir votações na Câmara e no Senado caso José Sarney não concorde em ler o requerimento por acordo. O diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Wilson Trezza, declarou que o MST não pode ser classificado como violento e que maior parte de seus militantes apoia a luta pacífica pela reforma agrária.

A empresa Cutrale informa que os prejuízos da ocupação da sua fazenda em Borebi (SP) totalizam R\$ 1,2 milhão. Segundo o diretor da empresa, Carlos Otero, o valor é referente aos equipamentos danificados, aos defensivos agrícolas extraviados e à parte da lavoura de laranja derrubada. A fazenda da Cutrale foi tomada pelos sem-terra no dia 27 de setembro e desocupada no dia 7 de outubro, pacificamente, após determinação da Justiça. O MST negou ter destruído os equipamentos da propriedade ou roubado produtos durante a ocupação. O movimento alegou ter derrubado parte do laranjal para protestar contra a grilagem de terras públicas. O Incra afirmou que as terras da Cutrale, em Borebi, pertencem à União. Otero não quis comentar o posicionamento do Incra. De acordo com ele, “todas as vezes que o Incra discutiu isso na Justiça, a Cutrale provou que é dona das terras”.

Aproximadamente 50 taxistas protestam, contra o assassinato de um colega nas imediações da casa da governadora Yeda Crusius (PSDB). O taxista Irajá Gonçalves Guimarães Júnior foi morto dentro do seu veículo no bairro Santo Antônio, em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul (região Sul). Os manifestantes tentaram chegar em frente à casa de Yeda, mas a rua havia sido fechada pela Brigada Militar. Eles fizeram um buzinaço nas ruas próximas à casa. Os taxistas reivindicam mais segurança no trabalho.

Em assembleia os funcionários da Caixa Econômica Federal de São Paulo (região Sudeste) decidem recusar a proposta salarial do banco, apresentada no dia 13, e continuar em greve. A paralisação, foi iniciada no dia 24 de setembro. A maioria dos bancos de São Paulo já voltou a funcionar normalmente. Os bancários do Banco do Brasil, da Nossa Caixa e dos bancos privados aprovaram no último dia 8 o encerramento da greve e acataram a proposta salarial da Fenaban.

5º feira 15

Cerca de 300 integrantes do MST e da Via Campesina realizam em Fortaleza - Ceará (região Nordeste) uma grande manifestação na Praça do Ferreira. O ato chama atenção para o Dia Internacional de Luta pela Soberania Alimentar e Reforma Agrária. Os médicos e militantes do MST, formados em Cuba, prestaram serviços de saúde gratuitamente para a população que passa por ali, acontecem também palestras sobre Soberania Alimentar e a Questão Agrária no Brasil. A atividade faz parte das ações do movimento para denunciar a falta de reforma agrária, a concentração de terras pelo agronegócio e cobrar a revisão dos índices de produtividade. Parlamentares, organizações sociais, sindicatos e setores progressistas da Igreja garantiram presença na manifestação.

A Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), que reúne seis sindicatos e afirma representar cerca de 28 mil dos 56 mil empregados próprios da Petrobras, inicia greve por tempo indeterminado. A greve ocorre em São José dos Campos – São Paulo, Rio de Janeiro (região Sudeste), Rio Grande do Sul (região Sul), Sergipe, Alagoas, Maranhão (região Nordeste) e Pará (região Norte). Os petroleiros reivindicam: reajuste salarial de 4,4%, ganho real de 10% e reposição das perdas desde 1994, estimadas em 23%. Os trabalhadores querem ainda horas extras para os trabalhadores de nível superior, licença-maternidade de 180 dias e paternidade de 30 dias, além de melhoria da

qualidade do plano de saúde. A Federação Única dos Petroleiros (FUP), da qual a FNP é dissidente, não aderiu. A FUP, preferiu continuar as negociações sobre o acordo coletivo da categoria, que tem data-base em 1º de setembro. Apesar da disposição pelo diálogo, a FUP fará paralisações localizadas para chamar a atenção da companhia para outra reivindicação; a suspensão das punições impostas pela Petrobras à parte da categoria que aderiu à última paralisação. As paralisações, devem ocorrer de forma diferenciada nas trocas de turno das refinarias e terminais. Eles querem ainda reposição com base no Índice do Custo de Vida do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), de 3,75%, ganho real de 10% e produtividade de 5,1%. A Petrobras oferece a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que mede a inflação oficial, e entre 1,14% e 1,5% de ganho real. A Petrobras divulgou nota garantindo “a normalidade de suas operações” e que se mantém disposta ao diálogo com seus empregados. No rio de Janeiro – RJ, os petroleiros realizam manifestação em frente a Petrobras.

Servidores públicos federais de todo o país inicia uma paralisação de 48 horas em protesto pelo não-cumprimento por parte da União de acordos assinados com a categoria desde 2007 – ano da última greve do funcionalismo. Quadros do setor administrativo dos Ministérios do Trabalho, da Cultura, da Agricultura, Saúde, de Ciência e Tecnologia, da Advocacia-Geral da União (AGU), do Inca, do Ibama, agências reguladoras e funcionários da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) aderiram à paralisação. Em São Paulo (região Sudeste), há manifestações em frente aos prédios do Ministério do Trabalho, do Inca e da AGU, onde cerca de 150 funcionários cruzaram os braços. Segundo o sindicato, servidores recém-contratados por concurso público nesses órgãos já estão deixando seus cargos devido aos baixos salários. Pela primeira vez em São Paulo, servidores do Ministério da Fazenda aderiram à paralisação. Servidores da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), que pleiteiam a implementação da aposentadoria especial e melhoria no plano de carreira também participaram da paralisação. Empregados do Ministério da Cultura, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e da Conab participam da mobilização em São Paulo. Trabalhadores terceirizados que prestam serviços no Departamento de Trânsito (Detran) no Tudo Fácil paralisam suas atividades a partir do meio dia em Porto Alegre, - Rio Grande do Sul (região Sul). Os trabalhadores protestam contra o atraso de salário. A empresa contratante, Proteport, ainda não pagou o salário de Setembro. Também estão sem receber os vencimentos, os funcionários do Disque-Detran e do Centro de Remoção e Depósito. A pauta de reivindicações tem cinco prioridades: cumprimento integral dos acordos coletivos firmados desde 2007; reestruturação de carreiras e tabelas salariais; instituição de gratificação e titulação; reajuste do auxílio-alimentação e demais benefícios, além da paridade entre ativos e aposentados.

Cerca de 15 manifestantes do Greenpeace protestam contra os transgênicos durante reunião da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), que liberou comercialmente variedades de milho e de algodão geneticamente modificadas, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Integrantes da entidade seguravam cartazes que diziam: “Dilma, veneno no meu prato não”. Eles distribuíram arroz-doce aos membros da CTNBio, para representar o arroz transgênico. O protesto foi, também, direcionado à Dilma Rousseff, que desempenha a função de presidente do Conselho Nacional de Biossegurança, cargo que dá a ela o poder de vetar qualquer pedido da

indústria de transgênico para a liberação de novas culturas. A Polícia Militar foi chamada para conter a movimentação dos ativistas, porém, por se tratar de uma audiência pública, eles não foram retirados. Os ativistas se mantiveram à frente da mesa dirigente acompanhando a audiência. A personagem, caracterizada de Dilma Rousseff permaneceu ao lado do presidente da comissão. A CTNBio liberou duas variedades de milho e uma de algodão transgênicos. A análise da liberação comercial de arroz geneticamente modificado, que foi alvo de um protesto do Greenpeace, foi adiada e deve acontecer na próxima reunião do colegiado. As variedades de milho liberadas são resistentes a insetos. Já o algodão transgênico, além de resistente a insetos, é tolerante ao herbicida glifosato. A liberação de uma das variedades de milho e do algodão atende a pedidos da multinacional Monsanto. A comissão também aprovou uma vacina contra infecção intestinal de aves e 13 pedidos de pesquisa. A liberação comercial de arroz tolerante ao herbicida glufosinato de amônio ficou de fora da pauta. A CTNBio fez questionamentos à empresa responsável pelo pedido, mas as respostas não foram enviadas em tempo hábil para análise na reunião de hoje. O item deve voltar à pauta na próxima reunião, no dia 19 de novembro.

Professores e profissionais da área de educação de São Paulo (região Sudeste) realizam no Dia do Professor, manifestação em frente à Secretaria Estadual da Educação, na Praça da República. Os trabalhadores reivindicam melhores salários para a categoria. O Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado (Udemo) havia proposto que os professores participassem do protesto nus, mas o que se viu na Praça da República, no centro de São Paulo, foram cerca de 200 pessoas usando aventais que simulavam, com desenho, o formato do corpo humano. Segundo a presidente do Sindicato de Supervisores do Magistério Oficial do Estado de São Paulo, Maria Cecília Mello Sarno, o objetivo da categoria com o ato foi mostrar que não há nada para comemorar no Dia do Professor. “Não tivemos nenhum reajuste no governo [*de José*] Serra, a não ser a incorporação de duas gratificações, o que dá um reajuste pífio de menos de 5% nos vencimentos”, reclamou Maria Cecília. Ela informou que os professores e profissionais da educação do estado reivindicam reajuste para recompor perdas salariais desde 1998, o que corresponde a 27,5%.

Cerca de 300 Guaranis Kaiowás, de acordo com informações da Agência Brasil de Fato, encontram-se reunidos em Japorã - Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). O objetivo do encontro é discutir a retomada de seus territórios durante a realização da IX Aty Guasu (“Grande Reunião” em idioma Guarani). O evento representa a história da luta do povo Guarani e Kaiowá pela valorização de seus direitos. Esta Aty Guasu tem como objetivo central discutir a demarcação do território Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul e pressionar os órgãos competentes a acelerem o processo, que vem se arrastando há quase 4 anos. O povo Guarani e Kaiowá representa a segunda maior população do estado, estando presente também em outras regiões brasileiras. Somam, ao todo, um contingente de, aproximadamente, 60 mil indígenas. Além de reunir diversas lideranças indígenas, dentre elas o vereador do município de Paranhos, Otoniel Guarani (PT-MS), o encontro também conta com a presença de representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai) regional e nacional, membros de organizações indigenistas e autoridades como a Senadora Marina Silva do Partido Verde (PV-AC), o Procurador da República em Dourados/MS Marco Antônio Delfino de Almeida e o Deputado Federal Antônio Carlos Biffi do Partido dos Trabalhadores (PT-MS).

6º feira 16

A Organização Não Governamental (ONG) Greenpeace promove, no Dia Mundial da Alimentação, comemorado hoje, jogo sobre os impactos da alimentação no meio ambiente em oito cidades brasileiras: São Paulo - SP, Rio de Janeiro – RJ, Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste), Salvador – Bahia, Recife – Pernambuco (região Nordeste), Manaus – Amazonas (região Norte), Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul) e Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). O jogo é composto por dados gigantes e painéis de fotos que mostram situações em que o meio ambiente está sendo agredido ou cuidado. O jogador escolhe a que vai ajudar ou não o planeta. Em São Paulo, para marcar a data, a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, fundada em 1993 pelo sociólogo Herbert de Souza, promove, no Vale do Anhangabaú, a Feira da Alimentação e Sustentabilidade. Neste ano, o tema escolhido é Como Garantir a Segurança Alimentar em Tempos de Crise? Outro ponto criticado pelo Greenpeace é o desmatamento da Amazônia para a criação de gado. Segundo a organização, 80% da devastação da floresta acontece para abrir espaço à pecuária, o que provoca a derrubada de 1 hectare a cada 18 segundos na Amazônia.

Durante a 1ª Conferência Estadual de Saúde Ambiental realizada em Palmas -Tocantins (região Norte) o Fórum das ONGs Socioambientais do Tocantins - FONGS-TO, aprova votação, em plenária, uma moção de repúdio contra a senadora Kátia Abreu (DEM-TO). A moção foi aprovada por mais de 100 delegados. No documento, a senadora é repudiada pela sua postura “truculenta, prepotente e desrespeitosa”. Segundo a moção, Kátia Abreu “escudada pelo imoral advento da ‘imunidade parlamentar’, tem buscado intimidar, desmoralizar e coagir as autoridades constituídas do país, como secretários de Estado, governadores, ministros e até mesmo o presidente da república”. Na oportunidade também foi aprovada uma moção de apoio ao Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. Assinaram o documento instituições como a Ecoterra, Gaia e Naturativa. A Conferência Estadual de Saúde Ambiental serviu de preparação para a realização da Primeira Conferência Nacional de Saúde Ambiental que acontecerá em Brasília de 15 e 18 de dezembro.

A greve dos funcionários da Caixa Econômica Federal continua e não há perspectiva de negociação por parte da direção do banco. Na noite do dia 15, a Caixa entrou com pedido de dissídio coletivo no Tribunal Superior do Trabalho (TST) pelo reconhecimento da ilegalidade do movimento. Em assembleia realizada neste dia 16, em Brasília, os funcionários da Caixa repudiaram a decisão da direção da instituição e decidiram manter a paralisação, que completou 23 dias segundo o delegado sindical Renato Caldas. A Contraf e o Comando Nacional dos Bancários (CNB) também repudiaram a atitude da Caixa de pedir dissídio coletivo. Ele salientou que para o dissídio ser julgado é necessária a concordância das entidades sindicais em mesa de negociação representativa dos trabalhadores. A Contraf e o CNB reafirmam disposição de continuarem buscando entendimento em mesa de negociação e orientam para que as assembleias regionais mantenham a greve. Também pediram que as entidades sindicais fortaleçam a mobilização por todo o país.

Sábado 17

Os trabalhadores do ramo do petróleo, em greve nacional por tempo indeterminado desde o dia 16 de outubro por melhores salários e condições de trabalho, fazem ato público na porta do edifício sede da Petrobrás, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Antes do ato, os trabalhadores fizeram um piquete de convencimento no local e fecharam os portões de acesso ao prédio. Em resposta, a Petrobrás acionou a PM, que montou um cordão de isolamento na tentativa de garantir a entrada dos trabalhadores que não aderiram ao movimento. Os petroleiros têm data-base em 1º de setembro, mas até agora a Petrobrás realizou somente uma rodada de negociações apresentando uma proposta que não atende às reivindicações, dentre as quais estão aumento real de salários de 10%, reposição da inflação acumulada no último ano e de todas as perdas acumuladas desde 1994, além do fim de todas as discriminações, acordo único para todas as empresas do Sistema Petrobrás e avanços nas cláusulas sociais, como licença maternidade de 180 dias e paternidade de 30 dias, melhorias na Assistência Médica e cancelamento de todas as punições oriundas de paralisações anteriores.

Domingo 19

Cerca de 300 trabalhadores rurais sem-terra ligados ao MST, ocupam duas fazendas nos municípios de Russas e Palhano, ambas no Ceará (região Nordeste). Em Russas, a fazenda Riacho Melancia, de 1.116 hectares improdutivos, é ocupada por 40 famílias. Já em Palhano, 30 famílias ocupam uma fazenda de um pouco mais de 1.000 hectares também totalmente improdutivos. As famílias agora aguardam a vistoria do Incra para que as áreas possam ser desapropriadas e o processo de assentamento das famílias seja iniciado.

Cerca de 280 militantes do MST fecham a Avenida Rosa e Silva, em Recife – Pernambuco (região Nordeste). Os militantes ainda ocuparam a sede do Incra em Recife. Os sem-terra denunciam a morosidade na execução da reforma agrária no estado e ficaram na sede para exigir vistoria e desapropriação de 4 áreas localizadas na zona da mata, onde se concentra a agroindústria açucareira.

Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) ocupam a superintendência do Incra em Salvador – Bahia (região Nordeste). Houve confusão e 5 pessoas ficaram feridas no confronto com a PM. Três funcionários do Incra prestam queixa na Polícia Federal por agressões físicas cometidas pelos manifestantes. O Incra afirma que só irá negociar quando o prédio for desocupado, mas os manifestantes montaram acampamento em diversas salas e afirmam que não deixarão o local.

Moradores de comunidades ribeirinhas e indígenas de Santarém - Pará (região Norte), da região Nova Olinda I, bloqueiam as balsas carregadas de madeiras que atravessam o curso dos rios Maró e Arapiuns. A exploração do território é feita por madeireiros, que têm a permissão do governo estadual para explorar comercialmente a madeira, embora parte das áreas concedidas sejam de comunidades tradicionais. O caso foi denunciado ao Ministério Público Federal. Segundo a procuradora da República do Pará, Nayana Fadul, os moradores condicionam a liberação das balsas somente após a fiscalização das madeiras pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Os moradores apontam irregularidades nos licenciamentos ambientais concedidos pelo órgão do estado. No

caso dos indígenas do rio Maró, eles reivindicam maior agilidade da Funai na demarcação de suas terras, segundo eles, o processo está parado há meses na Diretoria de Assuntos Fundiários do órgão em Brasília.

3º feira 20

Vinte e três famílias são retiradas do Assentamento Filhos de Sepé, na região metropolitana de Viamão – Rio Grande do Sul (região Sul). Os assentados estavam envolvidos, segundo o Incra, em prática de arrendamento, compra e venda ilegal de lotes e plantio irregular de arroz em área de reserva ambiental. Os lotes desapropriados serão mantidos lacrados e vagos por tempo indeterminado por determinação do Ministério Público Federal. O assentamento tem, ao todo, 376 famílias assentadas. Os assentamentos da região metropolitana concentram a maior produção de arroz agroecológico do estado.

Deputados do DEM protocolam, na Secretaria da Mesa do Congresso, o requerimento para criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do MST. Segundo a oposição, o requerimento foi assinado por 185 deputados e 35 senadores. Para criação da CPMI, são necessários 171 nomes de deputados e 27 de senadores. Essa é a segunda vez que a oposição tenta criar a comissão para investigar o repasse de recursos de ONG's para o MST. Na primeira tentativa, há cerca de um mês, os governistas conseguiram impedir a criação da CPMI, fazendo com que parlamentares retirassem a assinatura do requerimento. Das 185 assinaturas de deputados que constam no requerimento para criação da CPMI do MST - 117 são de parlamentares que pertencem a partidos da oposição e 68 são de outros partidos, como o PMDB (22) e o PR (16), que integram a base de apoio ao governo. Diferentemente do que foi informado mais cedo pelo vice-líder do DEM, Onyx Lorenzoni, 185 deputados assinaram o requerimento e não 188. A Secretaria da Mesa ainda não divulgou a lista dos 35 senadores que assinaram.

O Fórum dos Servidores Públicos Estaduais leva uma almofada verde estilo "pufe" e piso emborrachado para a Esquina Democrática, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Os utensílios são cópias de alguns dos objetos que a governadora Yeda Crusius (PSDB) teria comprado com dinheiro público. Os servidores também divulgaram um pôster com as fotos dos deputados da Comissão Especial que votaram a favor do arquivamento do pedido de afastamento da governadora. Segundo denúncias da oposição, Yeda teria gasto cerca de R\$ 100 mil na compra de móveis e utensílios para casa. O governo reconheceu parte dos gastos e afirmou ser legal.

Integrantes da direção do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) ocupam um prédio da Petrobras. A manifestação acontece na sala das negociações do Acordo Coletivo de Trabalho do Edifício Torre Almirante. Os trabalhadores querem pressionar a estatal a negociar as principais reivindicações. Entre elas, está o acordo com aposentados e pensionistas. Durante o período em que estão trabalhando, os petroleiros contribuem com uma mensalidade para a fundação da previdência Petros o que deveria garantir aos trabalhadores aposentados 90% do salário que receberiam na ativa. Os trabalhadores reivindicam ainda aumento real de salários de 10%, reposição da inflação acumulada no último ano e de todas as perdas acumuladas

desde 1994, além do fim de todas as discriminações, acordo único para todas as empresas do Sistema Petrobrás e avanços nas cláusulas sociais, como licença maternidade de 180 dias e paternidade de 30 dias, melhorias na Assistência Médica e cancelamento de todas as punições oriundas de paralisações anteriores.

A Câmara Municipal de Fortaleza, Ceará (região Nordeste) aprova por consenso o Projeto de Lei de autoria do vereador João Alfredo do PSOL que proíbe a utilização de alimentos transgênicos nas escolas. A proposta segue para redação final.

4º feira 21

Integrantes do MST chegam a Maceió – Alagoas (região Nordeste). Os manifestantes pretendem cobrar do Governo do Estado e do Incra as demandas de desapropriação e estruturação de assentamentos de todas as regiões do Estado. A Marcha Estadual por Reforma Agrária e Soberania Popular foi recebida na entrada da cidade por diversas entidades da luta popular, entre movimento sindical, pastoral, estudantil e outros. Junto ao MST, CUT, Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas (Sinteal), Movimento Social Contra a Corrupção e a Criminalidade em Alagoas (MSCC) e Pastorais Sociais dão o tom de enfrentamento a essa chegada, deixando claro que os detentores de mandatos eletivos no estado de Alagoas não deliberam sobre as necessidades do povo alagoano. Uma pauta de reivindicações é protocolada junto ao Governo e ao Incra, apresentando, entre outros pontos, a vistoria e consequente desapropriação de áreas onde atualmente existem acampamentos do MST, como as terras do falido banco estadual, Produban, destinadas ao pagamento de dívidas, mas que até hoje são utilizadas pelo agronegócio da cana-de-açúcar.

O vice-presidente do Congresso, deputado Marco Maia (PT-RS), lê em plenário o requerimento de criação da CPMI que vai investigar repasse de verbas e também a sistemática do MST em todo o país. É a segunda vez que a oposição tenta criar a CPMI. Da primeira, houve retirada de assinaturas, o que não permitiu a leitura do requerimento. Agora, o DEM – partido que recolheu as assinaturas – corre contra o tempo. Os parlamentares têm até a meia-noite deste dia 21 para retirar os nomes. Ao todo, foram colhidas 185 assinaturas de deputados – 14 a mais que o mínimo necessário – e de 35 senadores, oito além do mínimo. A maioria das assinaturas é de parlamentares da oposição. O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), se procurou manter neutro sobre o assunto, mas disse que a derrubada de laranjais no interior de São Paulo por integrantes do MST reforçou os discursos pró-CPI. O deputado Ivan Valente (P-SOL – SP) criticou a criação da CPMI. Para ele, será apenas uma tentativa de criminalizar o MST. Mas, a bancada ruralista comemorou. O líder do DEM na Câmara, Ronaldo Caiado (GO), disse que os discursos pró-CPMI defendem o “indefensável”. “O MST é apenas um movimento para destruir propriedades produtivas”, disse.

Cerca de 300 índios da etnia Terena, da Terra Indígena (TI) de Cachoeirinha, situada no município de Miranda – Mato Grosso Sul (região Centro-oeste) partem para mais uma ação de retomada de seus territórios. O grupo saiu da Aldeia Argola em retirada rumo à Fazenda Petrópolis, do ex-governador do estado Pedro Pedrossian. Na ocasião, também foi ocupada a Chácara Água Branca. A ação corresponde à retomada de parte dos 36 mil hectares de terras indígenas que já foram fisicamente demarcados pelos estudos

antropológicos da Funai. Desde maio os Terenas aguardam as desapropriações de 12 fazendas, que ainda não foram consolidadas porque os fazendeiros resistem em aceitar o pagamento das benfeitorias. Os indígenas exigem que seja cumprido o acordo firmado em março, em Brasília, junto a Diretoria de Assuntos Fundiários (DAF) da Funai, no qual ficou estabelecido para maio o prazo para o pagamento das indenizações pelas benfeitorias. Após essa etapa, as fazendas seriam desapropriadas, prosseguindo-se o processo de homologação das áreas. Os manifestantes aguardam que sejam tomadas as devidas providências por parte das autoridades competentes e afirmam que permanecerão acampados nas áreas ocupadas até que a questão seja definitivamente resolvida.

Os funcionários da Caixa Econômica Federal (CEF) resolvem acatar orientação do Comando Nacional dos Bancários e aceita a proposta apresentada pela direção do banco, na noite do dia 20 de outubro. Com isso, eles voltam ao trabalho a partir do dia 22. Pela proposta da Caixa, os funcionários vão receber reajuste de 6% (inflação mais ganho real de 1,5%); participação nos lucros e resultados numa escala que varia de R\$ 4 mil a R\$ 10 mil, dependendo da função; abono de R\$ 700 a ser pago em janeiro de 2010; e o compromisso de elevar de 3 mil para 5 mil as contratações de novos trabalhadores até o final do ano de 2010. Os grevistas conseguiram também que os dias parados não sejam descontados e, sim, compensados em horas trabalhadas. A informação foi divulgada pelo Sindicato dos Bancários do Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste). O sindicato ressaltou que a decisão se refere só a Brasília, pois a definição em alguns estados estava na dependência de assembleias regionais que estão se realizando ainda hoje. Os bancários da CEF em São Paulo também aceitaram a proposta. A paralisação durou 28 dias. Os bancários da CEF de Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul), decidiram permanecer em greve.

Cerca de 400 famílias da ocupação Alto Alegre, distrito de Vila Prudente na Zona Leste da cidade de São Paulo – SP (região Sudeste) são despejadas pela Tropa de Choque. A Justiça determinou a saída das famílias, cedendo ao pedido de retomada do terreno pelo suposto proprietário. As mais de 1.200 pessoas estão na rua e, até o final do dia, estavam acampadas em frente ao local do despejo. O terreno de 280 mil metros quadrados foi ocupado pelas famílias do Movimento de Moradia Terra de Nossa Gente (MMTNG) e Movimento Sem-Teto pela Reforma Urbana (MSTRU), ligados à Frente de Luta por Moradia (FLM), no dia 13 de abril de 2009. A área é de propriedade particular e possui histórico de ocupações irregulares e grilagem de terra. O proprietário responde processo por crime ambiental já que desmatou, sem autorização, toda a área. Além disso, ele possui dívida de pelo menos R\$ 2 milhões junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A data inicial determinada pela Justiça para o despejo era 14 de outubro. Em reunião com as famílias, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) havia garantido a prorrogação do prazo até que saísse ao menos o atendimento emergencial. O atendimento não chegou a ser oferecido e as famílias foram surpreendidas pela Tropa de Choque na madrugada deste dia 21 de outubro. A FLM, desde a ocupação, vem fazendo tentativas de negociação com a Prefeitura e o governo do estado para que haja a expropriação ou desapropriação da área. A Frente abre diálogo ainda com o governo Federal, por meio do Ministério das Cidades. A instância Federal se comprometeu a disponibilizar recursos para a construção das unidades, via o Programa “Minha Casa, Minha Vida” ou pelo Fundo de Promoção Social à Moradia.

Moradores de Vila Cruzeiro, Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) realizam protesto contra a ação da PM na favela, em busca dos traficantes envolvidos na derrubada do helicóptero da polícia, no Morro dos Macacos, no dia 17 de outubro. Os moradores acusam a PM de ter airado em 2 pessoas inocentes, um jovem de 18 anos e um homem de 30 anos. O pai do jovem morto no confronto levava cartaz dizendo: “Nem todo morador é bandido. Haja paz!”

Uma bandeira dos movimentos homossexuais é apoiada pelo Ministério da Educação, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). O MEC orientou as secretarias estaduais de Educação que orientem as escolas a adotar os nomes sociais de travestis e transexuais, nas chamadas de sala de aula e nas matrículas. A medida pretende evitar a agressão aos homossexuais nas escolas, tendo em vista que rejeitar o nome social é expor o aluno a uma situação de constrangimento.

O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana encontra 88 mulheres vivendo em 3 contêineres em um presídio feminino na cidade de Cariacica no estado do Espírito Santo (região Sudeste). O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária já havia constatado o uso de contêineres em um presídio masculino no estado, localizado em Novo Horizonte. Em Maio, o Ministério Público Federal pediu a intervenção federal no Espírito Santo, o que não ocorreu até hoje. No Rio Grande do Sul, contêineres são usados pelo governo de Yeda Crusius, (PSDB), como salas de aula na rede pública estadual, apelidadas de "escolas de lata".

5º feira 22

Servidores públicos federais fecham a entrada do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), sede provisória do governo, para pedir ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva a reabertura das negociações sobre reajuste salarial. A principal reivindicação dos servidores é o cumprimento de acordos para aumentar os salários em 2010. Cerca de 400 funcionários de ministérios e fundações públicas aguardaram a chegada do presidente ao CCBB na tentativa de agendar uma audiência para o dia 28 de outubro, Dia do Servidor. Lula deveria cumprir agenda hoje nos municípios mineiros de Governador Valadares, Uberlândia e Uberaba (MG), mas a visita ao estado, de acordo com a assessoria de imprensa, foi cancelada devido ao mau tempo. De acordo com o secretário-geral do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no DF (Sindsep-DF), Oton Pereira Neves, as negociações com o Ministério do Planejamento “já se esgotaram”. “Não elegemos o Paulo Bernardo [ministro do Planejamento], elegemos o Lula”, disse. Ele lembrou que há um indicativo de greve para o dia 10 de novembro, caso não haja avanço nas negociações. “A maioria está com a tabela defasada. Queremos um plano de carreiras que nos atenda”, afirmou Neves. Segundo o sindicalista, Lula já havia sinalizado abertura para analisar o caso no último dia 15, mas, até o momento, o presidente não recebeu nenhum representante dos servidores.

Dezenas de intelectuais do Brasil e do mundo divulgam um manifesto em defesa do MST e contra a proposta de CPMI que pretende “investigar” o Movimento. O documento denuncia todo o processo de criminalização do MST a partir dos últimos

acontecimentos, em especial a exploração da mídia no caso da ocupação às fazendas controladas irregularmente pela Cutrale e a instauração da CPI. O lançamento do manifesto foi uma iniciativa dos próprios intelectuais. Entre as personalidades que assinam estão brasileiros como Antonio Candido, Luis Fernando Veríssimo e Emir Sader, e estrangeiros como o uruguaio Eduardo Galeano, o francês Michael Lowy e o português Boaventura de Souza Santos. O documento lembra que a titularidade das terras da Cutrale é contestada e que não há nenhuma prova da participação de trabalhadores do MST na destruição de máquinas e equipamentos da empresa.

6º feira 23

Os auditores do Ministério do Trabalho e Emprego de Pelotas – Rio Grande do Sul (região Sul) denunciam, por meio de uma nota, que estão sem condições de trabalho. Conforme o documento, os auditores estão há um mês com o telefone cortado e sem limpeza no prédio. Os auditores, que são responsáveis por fiscalizar as condições de trabalho em empresas, alegam que em Maio e depois em Outubro de 2008 já haviam relatado a situação para a Superintendência Regional, no entanto, nada foi feito até agora.

Servidores penitenciários do Rio Grande do Sul (região Sul), conquistam a aprovação do projeto de lei que altera o plano de carreira. O projeto foi sancionado pela governadora Yeda Crusius (PSDB). Com a lei, serão extintos 100 cargos de auxiliar de serviços penitenciários e, os demais, transformados em agentes penitenciários administrativos. O cargo de monitor passou a ser de técnico superior. Também foi extinto o cargo de criminólogo. A lei atende a reivindicações da categoria, que exigia um novo plano de carreira.

Trabalhadores em processamento de dados do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev) protestam em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Os servidores estão em greve desde o dia 21 de outubro em todo o país, por reajuste salarial. Os trabalhadores gaúchos se concentraram em frente às duas empresas e depois saíram em caminhada até o prédio da Receita Federal, onde realizam um ato. As principais reivindicações da categoria são reajuste salarial de 8,5%, abono de R\$ 3 mil e melhorias nas condições de trabalho.

Os 20 municípios integram a Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (região Sul) paralisam suas atividades. O objetivo é sensibilizar a população e as autoridades para as dificuldades financeiras enfrentadas pelas prefeituras. Todos os departamentos das prefeituras estão fechados para atendimento à população.

Ministério Público Federal e Ministério Público do Estado somam esforços para investigar questões relacionadas à siderúrgica que a Empresa Vale pretende instalar em uma área que está sendo desapropriada, em Marabá – Pará (região Norte). A siderúrgica não passou ainda de um protocolo de intenções entre a empresa e o governo do Pará, mas já suscita dúvidas, provoca conflito com proprietários de terras, descontentes com a diferença de valores pagos para desapropriar áreas similares, e desgaste da Procuradoria Geral do Estado (PGE) com os membros do Ministério Público (MP). As investigações

sobre o caso estão sendo conduzidas, em conjunto, pelo MP do Estado e pelo MP Federal, mas o trabalho está sendo dificultado pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), que tenta evitar que os interessados e o MP tenham acesso a documentos do processo de desapropriação e aos laudos de avaliação das áreas desapropriadas para abrigar a futura siderúrgica.

Sábado 24

Manifestantes protestam em Copacabana, na zona sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), contra as 20 mil mortes violentas ocorridas no estado em mil dias, ou seja, entre janeiro de 2007 e setembro 2009. No protesto, voluntários desfilaram pela orla fantasiados de cadáveres dentro de 20 carrinhos de supermercado, simbolizando a média diária de mortes. Outros manifestantes carregaram bandejas com 20 mil grãos de feijão, mostrando o total de homicídios, latrocínios (roubos seguidos de morte), mortes de policiais e mortes provocadas por policiais (autos de resistência). O número é a soma das 19.700 mortes oficiais contabilizadas até agosto deste ano pela Secretaria de Segurança mais a projeção de óbitos em setembro, feita pela ONG Rio de Paz. Segundo o coordenador da ONG, Antônio Carlos Costa, o protesto serviu para pedir providências para a Secretaria de Segurança e para a própria sociedade. No protesto, a ONG voltou a exhibir o Placar da Violência, um cartaz com estatísticas sobre a criminalidade, que a prefeitura havia proibido de divulgar. Desta vez, os próprios manifestantes seguraram o cartaz, o que impossibilitou qualquer veto das autoridades municipais. Segundo Costa, o placar voltará a ser exibido toda vez que a Secretaria de Segurança divulgar os índices mensais de criminalidade.

Domingo 25

Centenas de PMs e bombeiros participam em Copacabana, zona sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), de uma passeata pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 300-A/2008, que prevê o estabelecimento de um piso salarial nacional para as duas categorias. A PEC prevê que o piso nacional não poderá ser menor que o piso do Distrito Federal, que, de acordo com o relator da Proposta, deputado federal Major Fábio (DEM/PB), é de mais de R\$ 4.200 (para soldados). Segundo ele, o piso do Rio para soldados é de cerca de R\$ 900. O parlamentar explicou que o compromisso da Comissão Especial da PEC era levar o projeto a discussão em conferências e audiências públicas em todos os estados brasileiros e que apenas cinco deles ainda não realizaram esses encontros. O Major Fábio propõe que seja criado um fundo para pagar o piso nacional e que, nesse fundo, sejam investidas verbas federais.

A 13ª Parada Livre reúne centenas de pessoas no Parque da Redenção, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Com o lema "Direitos sim, violência não", o público foi formado por homossexuais e heterossexuais. Várias famílias também foram prestigiar o evento, que marca a luta pelos Direitos Humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais

2º feira 26

Integrantes do Movimento Passe Livre (MPL) de São Paulo se acorrentam na Secretaria Municipal de Transportes em São Paulo – SP (região Sudeste). O objetivo do ato é manifestar seu descontentamento com o aumento das tarifas de ônibus anunciado pela prefeitura para janeiro de 2010. No momento atual, diversos acessos da cidade estão fechados para construção da Nova Marginal – uma clara política de privilégio ao transporte individual. O Movimento Passe Livre acredita que o transporte público precisa ser público de verdade: gerido fora da iniciativa privada e gratuito para o conjunto da população. O movimento defende a municipalização do sistema e a criação de um fundo municipal de transporte coletivo gerido com participação popular.

Dezenas de trabalhadores da Refinaria Getulio Vargas (Repar), protestam por reajuste salarial. A unidade da Petrobras fica na cidade de Araucária – Paraná (região Sul), na região metropolitana. Os trabalhadores reivindicam aumento de salário e reajuste nos benefícios. Segundo os trabalhadores, não está descartada a possibilidade de greve caso a estatal não melhore as propostas.

3º feira 27

Servidores públicos fazem manifestação em frente ao Ministério da Fazenda em Brasília – Distrito Federal (região centro-oeste). A PM do Distrito Federal foi chamada para dispersar a manifestação. Segundo o capitão Márcio Gomes, não é permitido divulgar o nome da pessoa que reclamou sobre o uso de cornetas e carro de som durante o protesto. Os servidores protestam para reivindicar a retomada das negociações salariais. Segundo a PM, cerca de 60 servidores participaram da manifestação, mas, pelo cálculos dos organizadores, estavam presentes aproximadamente 80 pessoas. A operação contou com a participação de cerca de 20 PMs. De acordo com Gomes, se tivessem mantido o protesto, os servidores poderiam ser enquadrados na Lei de Contravenções Penais. “A lei deixa bem claro que, se você abusar de instrumentos sonoros para atrapalhar o sossego ou o trabalho de outras pessoas, está cometendo uma contravenção penal.”

Trinta e sete organizações ambientalistas e movimentos sociais assinam documento protestando contra a revisão do Código Florestal, que será analisada por comissão instalada na Câmara dos Deputados presidida e relatada por parlamentares ligados a interesses ruralistas. Em nota divulgada neste dia 27 de outubro, as entidades criticam a composição da comissão, “notadamente tendenciosa”, de acordo com o manifesto, e aponta os riscos para a legislação ambiental diante da perspectiva de flexibilização de regras como a da obrigatoriedade de reserva legal e a punição para quem já desmatou. De acordo com as organizações, entre elas o Greenpeace, a WWF, o MST e Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), nos últimos meses “o governo brasileiro e o Congresso Nacional tomaram decisões temerárias sobre a legislação ambiental”, entre elas a aprovação da Medida Provisória 458, que facilitou a regularização fundiária na Amazônia e as mudanças na lei de proteção de cavernas. A posição brasileira na negociação de um novo acordo climático global, em dezembro, durante a Conferência das Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, em Copenhague, pode ficar comprometida se a legislação ambiental for desfigurada, na avaliação das entidades. Apesar de consensos como a possibilidade de somar áreas de preservação permanente a reservas legais em pequenas propriedades, o Ministério do Meio

Ambiente não aceita anistiar quem já desmatou, proposta defendida pelo Ministério da Agricultura. Na próxima semana, as pastas devem se reunir com a Casa Civil da Presidência da República para tentar acertar o discurso.

Ativistas do Greenpeace realizam protesto em frente ao Itamaraty, pedindo ao presidente Lula que zere o desmatamento em 2015 e que 25% da eletricidade do país venha de fontes limpas em 2020, em Brasília – Distrito Federal.

Povos indígenas e organizações civis reclamam da decisão da Funai, que aprovou o projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Em carta, as entidades afirmam que indígenas Kayapós, que estão entre a população mais afetada, não concordam com a usina. Também argumentam que as hidrelétricas não são energia limpa, já que turbinas e vertedouros liberam grande quantidade de gás metano na atmosfera. A Usina de Belo Monte está planejada para ser construída na região do Xingu, no Pará (região Norte).

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, instruído diretamente pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, declara que o governo continuará repassando recursos por meio de convênios para os movimentos sociais, conforme O Estado de São Paulo. O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, pediu essa semana que o governo suspenda o repasse de recursos para entidades que promovam “invasão” de terras no país. Paralelamente, o Congresso aprovou a criação de uma CPMI para apurar a origem e a verba destinada ao MST. Segundo Padilha, qualquer debate que a CPMI do MST faça “não vai interferir nas políticas do governo na área da agricultura familiar, que responde a 70% da produção de alimentos do país”. Para Padilha, o governo vai aproveitar a CPI do MST para colocar em pauta a discussão sobre o índice de produtividade no campo, tema evitado pelos ruralistas e objeto de divergência entre os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura. Segundo informações divulgadas pelo site da Agência Chasque de Notícias no dia de hoje, quatro deputados federais que assinaram o requerimento favorável à criação da CPMI contra o MST receberam doações da Sucocítrico Cutrale, empresa que monopoliza o mercado de laranja do Brasil. Os parlamentares integram a lista dos 55 candidatos beneficiados pela empresa em 2006. De acordo com o Incra, a fazenda da Cutrale, ocupada neste mês por trabalhadores rurais em Iaras, São Paulo, é uma área pública grilada.

Centenas de pequenos agricultores caminham pelas ruas do centro de Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul) e protestam no pátio da Delegacia do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Eles exigem a liberação de crédito emergencial para agricultores atingidos pela estiagem. Segundo a Federação dos Trabalhadores na Agricultura, organizadora do ato, 27.500 famílias ainda esperam pelo benefício de R\$ 2 mil.

Bancários fecham as portas da agência do banco HSBC, localizado na rua General Câmara, no centro de Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Os trabalhadores reclamam que o banco inglês manipulou os dados do seu balanço a fim de pagar menos pela Participação nos Lucros e Resultados aos funcionários. Segundo dados de sindicatos dos bancários, o lucro do HSBC foi de R\$ 2 bilhões e 100 milhões. No entanto, a empresa apresentou um lucro de R\$ 250 milhões.

Moradores da favela Kelson's, na Penha, Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) fazem protesto no enterro da dona de casa Ana Cristina Costa do Nascimento, de 24 anos, que morreu vítima de uma bala perdida quando estava com sua filha de 11 meses no colo. Os moradores reclamam da truculência da polícia em ações na favela. A criança está internada no hospital ferida. Antes de seguir para o enterro, os moradores da Kelson's fazem um protesto com faixas e cartazes na favela. Pedacos de madeira são queimados no local onde Ana foi atingida, fechando a Avenida Lobo Junior. Policiais foram ao local e para dispersar a manifestação jogaram spray de pimenta em mulheres e crianças.

Moradores fecham por cerca de duas horas a Avenida Leopoldo Bulhões em protesto contra a morte de Rafael Ribeiro, 15, terceira pessoa morta vítima de bala perdida de operações policiais, no Complexo de Manginhos, na zona norte do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os moradores reclamam da truculência da polícia nas ações na favela.

4º feira 28

Um grupo de estudantes secundaristas do Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste) realiza, no gramado em frente ao Congresso Nacional, manifestação em protesto contra os responsáveis por ações que vêm causando mudanças climáticas no mundo. Organizada pela Mobilização Estudantil em Prol do Meio Ambiente (Mema), movimento fundado por alunos do Colégio Marista, em parceria com as campanhas Tic Tac Tic Tac e 350.org, a manifestação reuniu cerca de 250 estudantes. Os estudantes – alguns com o número 350 pintado no rosto – gritavam palavras de ordem como “Nosso Clima, Nosso Futuro, Nossa Voz”. O número 350, que os estudantes formaram no gramado da Esplanada dos Ministérios, corresponde às partes por milhão identificadas por cientistas como limite de segurança para a quantidade tolerável de gás carbônico na atmosfera. A estudante Paula Collet, de São Paulo, coordenadora da campanha Tic Tac e 350.org, informou que a Frente Parlamentar Ambientalista deve entregar no dia 29 de outubro uma carta ao vice-presidente José Alencar pedindo a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na 15ª Conferência das Partes da Convenção do Clima (COP-15), em Copenhague, no mês de dezembro. A campanha defende posicionamentos mais firmes e ousados do governo brasileiro e de outros governos na conferência. Segundo João Pedro Barbosa, embaixador do Clima de 2009 em Brasília, outras reivindicações importantes são a garantia de que o aquecimento global ficará bem abaixo dos 2° C em relação à média histórica e a redução das emissões de gases pelos países desenvolvidos em pelo menos 45% até 2020, frente aos níveis de 1990. O projeto Embaixadores do Clima é uma iniciativa do Conselho Britânico, voltada para os jovens e destinada a aumentar o conhecimento e as ações sobre o tema mudança climática.

Agentes prisionais protestam em Florianópolis – Santa Catarina (região Sul). Os trabalhadores receberam apoio de servidores da Educação e da Saúde, no ato que ocorreu em frente ao Centro Administrativo do governo de Santa Catarina. Os agentes reivindicam o plano de carreira, aumento no vale-alimentação e gratificação de benefícios de risco de vida. Caso as reivindicações não sejam atendidas, a categoria deve entrar em greve em Novembro.

5º feira 29

Cerca de 800 manifestantes do MST realizam ato para lembrar a existência de terras públicas griladas na região de Iaras, localizada no centro-oeste de São Paulo (região Sudeste), e criticam o presidente do STF, Gilmar Mendes, no Assentamento Zumbi dos Palmares, a três quilômetros da fazenda Santo Henrique, da empresa Cutrale, também em São Paulo. O coordenador nacional do MST, Gilmar Mauro, afirmou que Mendes se transformou em porta-voz dos setores mais retrógrados da sociedade. Ele ainda declara que a CPMI criada para investigar o repasse de verbas ao MST é uma forma de criminalizar o movimento. Sindicalistas, representantes do PSOL, PT e do Partido Comunista do Brasil (PC do B), além de universitários, também participam da manifestação.

A CPT vem a público denunciar a perseguição contra uma de suas maiores colaboradoras, em Salto da Divisa - Minas Gerais (região Sudeste), a Freira Dominicana Geralda Magela da Fonseca, conhecida na região como “Irmã Geraldinha”. Há mais de 17 anos na luta pela terra, participou da desapropriação da Fazenda Monte Cristo, de propriedade da Fundação Tinô da Cunha, de membros da família Cunha Peixoto, esta que tem dominado a região de forma violenta e despótica. Irmã Geraldinha, a partir de então, passa a sofrer constantes ameaças de morte. A CPT exige que o Estado brasileiro assegure a ela e a todos os membros do Acampamento Dom Luciano e militantes do MST no Vale do Jequitinhonha, os meios necessários para que lhes sejam garantidos o direito fundamental à vida e à integridade física e moral para que prossigam na defesa do direito humano à terra.

Um grupo de indígenas é surpreendido na fazenda ocupada Triunfo, no município de Paranhos, Mato Grosso do Sul (região Centro-Oeste), por um caminhão de pistoleiros que atirou em direção ao grupo. Conforme relato do cacique Irineu Verá, "todos os que estavam lá foram agredidos com armas, balas de borracha e socos. Dois professores, Olindo e Genivaldo, estão desaparecidos até hoje. Conforme informou dona Ana, "Anhandesi Paulina teve costela quebrada e bateram muito na cabeça do Olindo e Genivaldo, que continuam desaparecidos. Já passaram quase quatro dias. Se eles estivessem vivos já teriam chegado". Vivendo uma realidade de violenta repressão por parte dos fazendeiros e negação de seus direitos por parte do Estado, os Guarani Kaiowá aguardam há dois anos pelo início do cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta assinado pelo Ministério Público Federal, Ministério da Justiça e Funai para a demarcação de seu território. O processo foi paralisado depois que o governador do estado do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, pressionou o governo federal e as equipes de demarcação da Funai foram perseguidas e ameaçadas fisicamente pelos fazendeiros da região.

Policiais federais de vários estados realizam uma manifestação em frente ao Ministério da Justiça em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). A principal reivindicação da categoria é o reenquadramento dos novos agentes da terceira para a segunda classe. Segundo o presidente do Sindicato dos Policiais Federais no Distrito Federal (Sindipol-DF), Cláudio Avelar, a categoria está em estado de alerta, com indicativo de greve desde o dia 23 de junho, quando foi realizada a primeira manifestação. O presidente do Simpol explicou que os agentes que fizeram concurso em 2004 foram rebaixados quando tomaram posse. “Os policiais tomaram posse numa classe inferior à que foi prometida no concurso”, lembrou. Avelar disse ainda que não

houve avanços nas negociações com o Ministério da Justiça. Segundo o Ministério da Justiça, o pedido do Sindipol foi encaminhado ao Ministério do Planejamento, que prometeu enviar a proposta a Casa Civil até 3 de novembro. De acordo com o Sindipol, o trabalho da Polícia Federal está paralisado hoje, inclusive no Aeroporto de Brasília, onde foi deflagrada uma operação padrão, na qual as atividades são realizadas com pequena parte do efetivo. Apenas os serviços de atendimento ao público, realizados por terceirizados, estão funcionando normalmente.

Servidores da Polícia Federal (PF) em São Paulo – SP (região Sudeste) realizam paralisações para reivindicar o reenquadramento de classe de parte dos profissionais. Segundo o Sindicato dos Servidores da Polícia Federal de São Paulo, os admitidos pelos concursos públicos de 2004 foram prejudicados pela Lei que criou a terceira classe profissional. Eles acabaram ingressando nessa classe, a mais baixa, que, de acordo com o sindicato, não estava prevista no concurso. Em protesto contra a situação, um grupo de cerca de 50 profissionais realizou um ato em frente à sede do Departamento de Polícia Federal (DPF). Em seguida, os manifestantes se dirigiram ao Aeroporto de Congonhas e, no início da tarde, interromperam as atividades no local durante cerca de uma hora. Por volta das 16h, o grupo chegou ao aeroporto de Cumbica, em Guarulhos, onde iniciou outra paralisação.

Professores da rede pública estadual realizam uma vigília em Porto Alegre- Rio Grande do Sul (região Sul) para pressionar por uma audiência na Secretaria Estadual da Educação (SEC). A mobilização ocorreu em frente ao Centro Administrativo. A reunião com a SEC acontece no próximo dia 11 de Novembro e serão tratadas reivindicações da categoria, como a implantação do Piso Nacional como básico dos planos de carreira e manutenção dos planos de carreira da categoria.

Federação Anarquista Gaúcha (FAG) sofre ataque por policiais no Rio Grande do Sul (região Sul). A entidade teve materiais de propaganda, computadores e chapas de cartazes apreendidos. Os materiais denunciavam as conseqüências do empréstimo do Governo do estado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e também o assassinato do trabalhador sem-terra Elton Brum pela Brigada Militar. A apreensão foi movida por uma ação da governadora Yeda Crusius (PSDB) por injúria, calúnia e difamação contra a FAG.

6º feira 30

A fiscalização do Ministério Público e do Ministério do Trabalho resgata 40 trabalhadores em condições degradantes na cidade de Cerro Azul no estado do Paraná (região Sul). Eles foram contratados por empresas terceirizadas que prestavam serviço no corte de pinus à empresa Brasil Timber. Os trabalhadores ficavam em alojamentos precários, sem sanitários nas frentes de trabalho e sem registro na carteira. A empresa Brasil Timber já pagou R\$ 150 mil relativos às verbas trabalhistas.

Glossário de Siglas

CMI	Centro de Mídia Independente
Contraf	Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro

CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Partido Democrata
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
Fenaban	Federação Nacional dos Bancos
Funai	Fundação Nacional do Índio
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MEC	Ministério da Educação
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados
NOVE	Nova Organização Voluntária Estudantil
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
P-SOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
STF	Supremo Tribunal Federal
UNE	União Nacional dos Estudantes

Realizada pelo Comitê de Acompanhamento e Análise da Conjuntura do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL/CLACSO).

Levantamento e sistematização feitos pela equipe: Coordenação: Prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ). Pesquisadores Assistentes: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ), Jacqueline Aline Botelho Lima (UFRJ/UERJ). Assistentes de pesquisa: Anísio Borba (LPP/UERJ), Luiza Leite (LPP/UERJ), Luis Américo Araújo Vargas (UFRJ), Mariana Santos (LPP/UERJ), Reginaldo Costa (UFRJ), Taisa Falcão (LPP/UERJ), Vera Lúcia R. de Oliveira (LPP/UERJ).

Fontes: Jornal Folha de São Paulo, Jornal O Globo, Jornal O Estado de São Paulo, Jornal Brasil de Fato, Agência Chasque de Notícias, Agência Brasil, MST na Imprensa, Jornal do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA.



OSAL

Observatorio Social de América Latina
Publicación electrónica

Cronología del Conflicto Social

R

A

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales



CLACSO

Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais

Documento de trabajo N° 228

*Realizado por
el Comité de Seguimiento
del Conflicto Social y la Coyuntura
Latinoamericana de R*



Integrantes Juan

Diarios E

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.

La responsabilidad por las opiniones expresadas en los artículos, estudios y otras colaboraciones incumbe exclusivamente a los autores firmantes, y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina (OSAL)** constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinado a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado constituye uno de los resultados de este trabajo de documentación y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un documento de trabajo en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social llevadas a cabo durante el mes indicado en uno de los 19 países relevados.

La cronología presentada ha sido elaborada por alguno de los diversos **Comités de Seguimiento del Conflicto Social** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación de un equipo de investigación que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

Comités de Seguimiento del Conflicto y la Coyuntura Latinoamericana

PAIS	INSTITUCION	RESPONSABLES
Guatemala	FLACSO	Simona Yagenova Mario Castañeda
Colombia	Escuela Nacional Sindical	Guillermo Correa Diana Cárdenas
Paraguay	Centro de Documentación de Estudios	Quintín Riquelme
Ecuador	CIUDAD	Mario Unda Hugo González
Bolivia	CIDES – UMSA	Dunia Mokrani Chávez Pilar Uriona Crespo
Chile	ARCIS	Juan Carlos Gómez Leyton
Perú	Instituto de Estudios Peruanos	Ramón Pajuelo
Brasil	LPP	Roberto Leher
Argentina y Uruguay	PIMSA (Argentina)	María Celia Cotarelo
México	UNAM	Massimo Modonesi Lucio Oliver
Panamá, El Salvador, Nicaragua Honduras y Costa Rica	CELA (Panamá)	Marco A. Gandásegui, h.
República Dominicana y Puerto Rico	Centro Juan Montalvo (Rep. Dominicana)	Mario Serrano Juan Luis Corporán
Venezuela	PROVEA	Marino Alvarado Marco Antonio Ponce
Costa Rica	IIS	Sindy Mora Solano

BRASIL
Cronologia do Conflito Social
Novembro 2009

Domingo 01

A 14ª Parada do Orgulho Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) é realizada no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A Parada reuniu 1,5 milhão de pessoas, segundo o jornal Folha de São Paulo, ou 200 mil, de acordo com informações do jornal O Estado de São Paulo. O ministro do Meio ambiente, Carlos Minc, criticou os governadores do Paraná, Roberto Requião, e de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, por declarações preconceituosas contra gays. No fim de outubro, Requião associou a incidência de câncer de mama em homens à expansão do movimento gay. Já Puccinelli chamou Minc publicamente de “veado”, em setembro. O fundador da Parada Gay no Rio de Janeiro e atual superintendente de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos do governo estadual, Claudio Nascimento, afirma que atitudes como a dos governadores reafirmam a intolerância aos homossexuais.

Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em matéria no jornal O Estado de São Paulo, índios são acusados e condenados por práticas que, muitas vezes, não são consideradas criminosas em sua cultura, no presídio de segurança máxima de Dourados – Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). A metade dos índios presos nessa unidade é acusada de manter relações sexuais com menores de idade. Pelas “leis dos brancos”, a conduta é tipificada como estupro presumido, com pena de até 12 anos de prisão. No entanto, de acordo com as regras dos índios, isso é algo normal. A matéria mostra que essa diferença cultural não é levada em consideração pelos juízes do estado. Mesmo quando a suposta vítima afirma que está casada por livre e espontânea vontade, o índio acaba condenado, com base no Código Penal. Conforme o procurador da República, Emerson Kalif Siqueira, “o maior problema que enfrentamos é o julgamento do índio como se ele fosse do nosso meio e compreendesse todo o nosso ordenamento jurídico”. Além de estupro presumido, outro crime cometido por muito índios presos é homicídio. Parte dos assassinatos é cometida por disputa de poder entre as diferentes etnias que habitam a área indígena demarcada no estado, entre elas, Terena, Guarani e Caiuá. Outra parcela, mais numerosa, é praticada por índios em elevado nível de aculturação. O novo estatuto dos povos indígenas, em tramitação na Câmara dos Deputados, torna obrigatória a realização de perícia antropológica para saber se o índio acusado tem ou não consciência de que o ato praticado é ilegal.

2º feira 02

O integrante da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Paulo Rodrigues, entrega ao diretor-geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Juan Somavia denúncias sobre a repressão contra agricultores sem-terra no Brasil durante uma audiência em Genebra, na Suíça. O documento, que também foi entregue à representante permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU), a embaixadora Maria Nazareth Farani

Azevedo. De acordo com João Paul, o movimento está sofrendo uma perseguição política, que pretende atingir a Reforma Agrária, a organização do povo na luta por direitos e a democracia no Brasil. A denúncia também lista vários crimes e violências cometidos contra os trabalhadores rurais no Brasil, tanto por atuação de pistoleiros como de agentes do Estado. Entre os casos citados estão o Massacre de Felisburgo, ocorrido em 2004 em Minas Gerais (região Sudeste), que deixou cinco sem-terras mortos, e a morte de Elton Brum da Silva neste ano de 2009, no Rio Grande do Sul (região Sul), executado por um soldado da Brigada Militar. O documento alerta ainda para outras práticas usadas pelo latifúndio contra o MST, que contribuem para estigmatizar o movimento. "O meio utilizado para isso tem sido a articulação dos diversos elementos, promotores de justiça e magistrados vinculados ao latifúndio, parlamentares e agentes contratados da mídia".

Dirigentes de seis centrais sindicais - União Geral dos Trabalhadores (UGT), Força Sindical, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Nova Central e Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) - entregam à OIT, em Genebra (Suíça), denúncia de interferência do Ministério Público do Trabalho (MPT) no movimento sindical brasileiro. Os presidentes das centrais marcaram audiência especial com o diretor-geral da OIT, Juan Somavia, a quem será entregue o documento denunciando o MPT e a Justiça do Trabalho. No relatório, elaborado em conjunto pelas seis instituições, os sindicalistas mostram as ações dos dois setores. De acordo com a denúncia, os sindicatos vêm sendo intimados para assinar Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) porque os procuradores do Trabalho não acham adequada a cobrança de taxas de não sindicalizados.

Cerca de 250 lideranças indígenas realizam ato na rodovia MT-322, na altura do Rio Xingu, norte de Mato Grosso (região Centro-oeste), em protesto contra a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, prevista para ser erguida no município de Altamira, no Pará (região Norte). O protesto dos índios começou em 28 de outubro e deve terminar no dia 4, na véspera de uma reunião que ocorrerá na Vila Roçada, município de Senador José Porfírio, que vai reunir lideranças indígenas, moradores ribeirinhos, procuradores da República, pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) e advogados. A manifestação dos índios na Aldeia Piraçu, na terra indígena Kapot/Jarina, foi motivada pela declaração do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, que citou "forças demoníacas que puxam o País para baixo, impedindo que haja avanços", ao referir-se aos que são contrários ao projeto de Belo Monte. Segundo informações do Jornal Brasil de Fato, indígenas anunciaram que estão dispostos a entrar em confronto com os brancos, caso seja instalada a hidrelétrica. O aviso está na carta enviada ao presidente Lula por indígenas de pelo menos 15 etnias diferentes, que estiveram reunidos na comunidade Piraçu, no estado. O documento também foi enviado ao presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Márcio Meira, que é favorável à construção da usina. As comunidades tradicionais acreditam que um possível confronto pode ocasionar mortes, mas não vêem alternativa diante do descaso do governo. Segundo eles, a hidrelétrica Belo Monte irá inundar suas terras, além de aumentar o desmatamento na região e alterar a vida do rio Xingu. As comunidades também não foram consultadas do projeto que irá para leilão ainda este ano. O caso de Belo Monte também foi apresentado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em Washington (EUA). A Comissão irá avaliar os impactos ambientais e os prejuízos causados às comunidades afetadas.

Cerca de 200 moradores realizam protesto após o estudante Wesley Ribeiro da Silva, 15, morrer atropelado, no bairro Utinga, em Santo André, no ABC Paulista – São Paulo (região Sudeste). Os manifestantes incendiaram um microônibus na Avenida da Paz e depredaram outro, ambos da empresa Consórcio União Santo André. Três barricadas foram montadas próximo ao local.

Cerca de 2 mil moradores de Ibatiba – Espírito Santo (região Sudeste) tomam as ruas do município em manifestação contra as autoridades locais após o assassinato de Romário Batista da Silva, de 11 anos, por um policial. O policial que atirou no garoto alega que ele estava roubando doces de uma distribuidora da cidade. Radiopatrulhas foram apedrejadas, um ônibus foi usado para barricada junto a pneus queimados. Foram atacados também prédios públicos e o Banco do estado. A polícia dispersou os manifestantes com tiros de borracha e bombas de gás lacrimogêneo. Segundo informações do Centro de Mídia Independente, cerca de 50 carros da Polícia Militar (PM) e um contingente extra de 50 policiais sitiaram o local.

Moradores da favela Mandela de Pedra, no Complexo de Mangueiras no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), realizam protesto contra a violência na região. Uma das últimas vítimas dos confrontos foi o adolescente Rafael Rocha Ribeiro, 15 anos, morto por uma bala perdida no dia 28 de outubro. Segundo os moradores, no momento do assassinato não havia confronto entre policiais e traficantes. Os manifestantes denunciam que as operações policiais são quase diárias e não têm nenhum cuidado com as pessoas que estão nas ruas ou nas suas casas. A manifestação foi organizada pela Organização Não Governamental (ONG) Rio de Paz, que denuncia o excesso de mortes no estado como resultado da política de segurança do governo. A manifestação foi protagonizada pelas crianças da comunidade, que carregaram 20 cruzeiros de madeira simbolizando o número de mortos por dia, vítimas da violência no Rio. Segundo os números apresentados pela organização, foram 20 mil mortes violentas em mil dias, entre janeiro de 2007 e setembro de 2009, uma média de 20 assassinatos por dia.

Mais de 1.000 trabalhadores se reúnem na sede do Sindicato dos Bancários, em São Paulo, durante o Seminário de Reorganização Sindical. O evento iniciou no dia 1 e termina neste dia 2 de novembro. O principal tema foi a unificação de diversos setores sindicais em uma única central. Estavam presentes entidades representativas dos trabalhadores, entre elas a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), Intersindical, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Movimento Terra e Liberdade (MTL), entre outras. Ao final do encontro, os participantes decidiram pela realização de um Congresso para oficializar uma nova central sindical. O Congresso da Classe Trabalhadora foi marcado para os dias 03, 04 e 05 de junho de 2010.

3º feira 03

Índios antecipam protesto contra a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e interrompem por cinco horas a travessia da balsa do Xingu, que liga São José do Xingu a outros municípios de Mato Grosso (região Centro-oeste) e Pará (região Norte). O ato contou com a presença do cacique Raoni Metuktire. Em carta que será entregue ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assinada por 300 lideranças, os índios ameaçam

com “ação guerreira” caso o governo não desista do projeto da hidrelétrica. No dia 2 do novembro, cerca de 250 lideranças indígenas realizaram ato na rodovia MT-322, na altura do Rio Xingu, norte de Mato Grosso em protesto contra a construção da Usina Hidrelétrica.

Cerca de dois mil metalúrgicos da Lorenzetti deflagram greve em São Paulo (região Sudeste). De acordo com o presidente do sindicato da categoria, Miguel Torres, os funcionários em greve reivindicam reajuste de 10% no salário-base, renovação de 140 cláusulas sociais (que incluem, entre outras, estabilidade para portador de doença) e um piso salarial de R\$ 1.300. A Lorenzetti afirmou que só irá negociar depois de receber um posicionamento do sindicato patronal, o Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos Eletrônicos e Similares do Estado de São Paulo (Sinaees). Em nota à imprensa, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Miguel Torres, afirmou que a decisão é "uma posição intransigente da empresa". "Fomos tratar da campanha salarial e descobrimos que a empresa mantém um banco de horas irregular para não pagar horas extras, prejudicando os trabalhadores", diz Torres. Cerca de 80% dos 3 mil metalúrgicos da Voith completam 5 dias de greve, reivindicando melhorias salariais. Metalúrgicos da Maurício, com cerca de 110 funcionários, completam 8 dias de greve, reivindicando melhorias salariais.

Os Trabalhadores do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) no Paraná (região Sul) decidem prosseguem em greve por tempo indeterminado. Os servidores exigem reajuste de 8% e R\$ 2 mil de abono. Já a estatal oferece aumento de 5,53% e mil reais de abono. Segundo informações da Agência Chasque, a greve é nacional e afeta outros dez estados, além do Paraná.

Servidores da Saúde deflagram greve em Santa Catarina (região Sul) A categoria reivindica reajuste salarial de 16,7%, aumento do vale-alimentação e revisão dos casos de insalubridade. A greve dos servidores teve início neste dia 3 de novembro em todo o estado.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) interdita a linha de produção e apreende 150 mil litros do agrotóxico Piori Xtra adulterado. A operação da Anvisa foi feita na fábrica da transnacional Syngenta, em Paulínia - São Paulo (região Sudeste). A pré-mistura irregular chegava a ficar armazenada por mais de dois meses para depois ser utilizada para a formulação do agrotóxico. Não há avaliação pela Anvisa sobre as alterações que podem ocorrer com o químico durante o prazo de armazenamento. No início de Outubro, a Anvisa já havia interditado um milhão de quilos de agrotóxicos irregulares na fábrica.

A Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Espírito Santo liberta 17 vítimas de trabalho análogo à escravidão, em Vitória – Espírito Santo (região Sudeste). Elas escavavam canaletas para acomodar cabos óticos da operadora de telefonia celular Claro. A fiscalização, que foi acompanhada pelo Ministério Público do Trabalho, se deu em 15 de Outubro. A Claro, segundo informações da Agência Chasque, é controlada por empresas do mexicano Carlos Slim, dono de uma das maiores fortunas do mundo.

4º feira 04

Antigos militantes da Aliança Libertadora Nacional (ALN) realizam ato lançando campanha para dar o nome do guerrilheiro Carlos Marighella à Praça Marechal Floriano, conhecida como Cinelândia, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). No ato, foram colocadas placas na praça com o nome de Marighella.

O MST do Pará (região Norte) inicia uma Jornada de Lutas contra a lentidão do processo de Reforma Agrária, pelo assentamento das 2 mil famílias acampadas no estado e por obras de infra-estrutura nos assentamentos antigos. Segundo a integrante da coordenação nacional do MST, “a retomada das terras griladas está parada e os latifundiários estão utilizando milícias armadas para intimidar as famílias Sem Terra”. Mais de 300 famílias estão se concentrando na Curva do S, palco do Massacre de Eldorado dos Carajás - Pará (região Norte), onde fazem um grande ato em denúncia contra o uso de milícias armadas pelo latifúndio e pela desapropriação de terras griladas no estado. Integrantes do MST ocupam as fazendas Maria Bonita e Rio Vermelho, localizadas nos municípios de Sapucaia e Xinguara, no sul do Pará (região Norte). De acordo com o jornal O Estado de São Paulo, cerca de cem homens armados e encapuzados derrubaram e queimaram casas, expulsaram empregados e atearam fogo á tratores, além de roubar gado. A Delegacia de Conflitos Agrários abriu inquérito para apurar os atos. A coordenadora estadual do MST, Maria Raimunda Cezar, afirma que a ocupação é apenas para “protestar contra a presença de escolta armada” na área e nega que casas e tratores tenham sido destruídos. Também foi realizado um ato pacífico na sede da Fazenda Maria Bonita (Eldorado dos Carajás), do grupo Santa Bárbara, de propriedade do banqueiro Daniel Dantas. Essa fazenda está ocupada desde julho de 2008 por 450 famílias, que cobram a retomada da área grilada, de acordo com estudo do Instituto de Terras do Pará (Iterpa). As famílias fazem também um protesto na rodovia PA-150. No município de Sapucaia, Pará (região Norte), cerca de 250 famílias fazem um ato na sede da fazenda Rio Vermelho, que tem parte ocupada desde 2006. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) fez a vistoria da área no ano passado e concluiu que a área é da União.

O Ministério Público apela da decisão do juiz da Vara Criminal de São Gabriel – Rio Grande do Sul (região Sul), José Pedro de Oliveira Eckert, sobre o assassinato do sem-terra Elton Brum da Silva em Agosto de 2008 durante a desocupação da Fazenda Southall. O juiz rejeitou parte da denúncia em que o Policial Militar (PM) havia agido de forma a dificultar a defesa do agricultor, apesar do tiro ter sido dado pelas costas. A decisão de Eckert faria com que o policial que matou Elton tivesse a pena reduzida. O Ministério Público argumenta que o militar não seguiu a recomendação de que não fosse utilizada munição letal. O recurso do MP deve ser apreciado pelo Tribunal de Justiça do estado.

Os índios de quatro etnias protestam em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), contra a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu maior empreendimento energético previsto no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal. A manifestação ocorreu em frente ao Ministério de Minas e Energia e contou com o apoio da ONG ambientalista Greenpeace. Representando mais 11 etnias que vivem na Bacia do Rio Xingu, os índios Xavante, Kamayurá, Kayabí e Kayapó vieram de diferentes regiões para entregar às autoridades do governo uma cópia da carta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, documento aprovado no fim de

outubro por quase 300 lideranças indígenas que se reuniram na Aldeia Piaracu, na Terra Indígena Capoto/Jarina, em Mato Grosso. Além de tentar entregar uma cópia do documento ao presidente Lula, os índios irão protocolar uma cópia da carta nos ministérios de Minas e Energia e de Meio Ambiente, no Ministério Público Federal (MPF), na Funai e no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Os índios reclamam da forma como o processo de licenciamento da obra foi conduzido. Eles dizem não ter sido ouvidos e se queixam de não receber as informações adequadas sobre os efeitos da construção da usina. O representante dos Kayapós, Poy Kayapós, afirmou que nenhuma das 15 etnias representadas no encontro em Piaracu aceita a construção da usina. O leilão para a construção da usina está marcado para o próximo dia 21 de dezembro, mas ainda depende da autorização do Tribunal de Contas da União (TCU) e da concessão, pelo Ibama, da licença ambiental prévia. Em outubro, a Funai emitiu um parecer favorável ao Estudo e Relatório de Impactos Ambientais (EIA/Rima) da usina sobre a sua influência no modo de vida dos indígenas da região.

Ativistas emitem manifesto de apoio ao II Encontro dos Povos da Volta Grande do Xingu, que acontece entre os dias 05 e 08 de novembro na Comunidade de Ressaca, Município de Altamira – Pará (região Norte), contra a construção das barragens da usina hidrelétrica de Belo Monte. Os manifestantes reivindicam a preservação do curso natural do Rio Xingu. Assinam o manifesto: Comitê Metropolitano do Movimento Xingu Vivo para Sempre, Comitê Dorothy, Fórum da Amazônia Oriental (FAOR), Fórum Social Pan-Amazônico (FSPA), dentre outros.

A Polícia Civil liberta 15 bolivianos encontrados em condições análogas à de escravidão em quatro oficinas de costura na Zona Norte da capital São Paulo – SP (região Sudeste). Quatro pessoas, também bolivianas, foram presas acusadas de serem responsáveis pela situação dos empregados. Os trabalhadores estavam no Brasil de forma legal, tinham documentação e se preparavam para solicitar o visto de permanência no país. A denúncia de que os estrangeiros estavam trabalhando sem receber salário partiu de um dos bolivianos submetidos ao esquema. Segundo ele, o dinheiro devido aos empregados era repassado ao dono de uma das oficinas, a título de pagamento pela moradia e alimentação. De acordo com a descrição da polícia, as confecções funcionavam em locais sem ventilação nem equipamentos de segurança para evitar incêndios.

5º feira 05

Cerca de 400 militantes do MST realizam um protesto na estrada que liga os municípios de Parauapebas e Canaã dos Carajás no estado do Pará (região Norte). Os sem-terra reivindicam a retomada de áreas griladas na região. No município de Tucuruí, Pará (região Norte) cerca de 70 famílias ocupam o Incra em protesto contra a invasão de um assentamento por madeireiros, que estão fazendo o corte de madeira.

Representantes de ONGs, movimentos sociais e a Comissão de Direitos Humanos e Defesa da Cidadania da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro realizam protesto com 42 cruzeiros com interrogações plantadas em pequenos vasos de terra, instaladas na Central do Brasil, em frente à entrada da Secretaria de Segurança Pública estadual, no

Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Faixas pedindo o fim da “criminalização da pobreza” também foram exibidas na frente do prédio da secretaria, na Central do Brasil. Os manifestantes reivindicam a identidade dos mortos em operações policiais e o fim da violência. O ato simbólico, que contou com a presença de cerca de 100 pessoas e, de acordo com informações da Agência Brasil de Fato, antecedeu a entrega de um manifesto ao secretário de Segurança Pública interino, o subsecretário de Inteligência Rivaldo Barbosa. O documento cobra a prestação oficial de contas sobre a quantidade e a identidade dos mortos nas operações policiais em favelas desde o dia 17 de outubro. Nessa data houve a explosão de um helicóptero da PM no Morro dos Macacos, na Tijuca, Zona Norte, com a morte de três tripulantes, durante intervenção policial em disputa entre quadrilhas do tráfico de drogas. Desde então, em 19 dias, houve mais de 40 mortes em um período de intensificação da rotina de operações realizadas em favelas. “Que política de segurança é essa que entra nas comunidades, produz tantas mortes e não esclarece quem são ou quantas são as vítimas?”, questiona a advogada Fernanda Vieira, da Mariana Criola, uma das organizações de Direitos Humanos envolvidas no ato. O subsecretário Rivaldo Barbosa que recebeu o documento assumiu o compromisso de providenciar a resposta às questões propostas pelos movimentos sociais.

A Gerência Regional do Trabalho e Emprego de Barreiras - na Bahia (região Nordeste), liberta 15 pessoas de trabalho análogo à escravidão. Os auditores fiscais receberam a denúncia de um trabalhador. A operação ocorreu entre 8 e 15 de Outubro. Os empregados eram explorados na Fazenda São Carlos, que fica no município de São Desidério. Eles trabalhavam há dez dias na limpeza da área para iniciar o plantio de milho e soja.

Servidores do Ministério do Trabalho entram em greve por tempo indeterminado em todo o país. Os trabalhadores reivindicam a implantação de um plano de carreira específico para a categoria. Com a greve, estão suspensos o atendimento do órgão nos estados, afetando serviços como emissão de primeira e segundas vias de carteira de trabalho, solicitação de registro profissional e pedido ou desbloqueio de seguro-desemprego.

6º feira 06

A Polícia Civil do Pará (região Norte) entra com pedido de prisão preventiva de Charles Trocate, coordenador do MST no estado. De acordo com o jornal Folha de São Paulo, ele é suspeito de ter ordenado “atos de vandalismo” em duas fazendas; uma em Sapucaia e outra em Eldorado dos Carajás, no sul do estado na madrugada do dia 04 de novembro. O MST negou a autoria de destruição nas duas fazendas no Pará. Maria Raimunda César, da coordenação nacional do movimento, declara que não há provas da participação dos sem-terra e insiste na possibilidade que os próprios fazendeiros tenham feito a depredação para culpar o MST. Neste mesmo dia, a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, disse que as polícias do estado vão cumprir a lei e “agir com firmeza” contra invasões e destruições de fazendas realizadas pelo MST na região de Eldorado dos Carajás, tradicional palco de conflitos fundiários. Os manifestantes são acusados de destruir casas, instalações e até sementes. Ana Júlia deslocou o comando da PM e da Polícia Civil para o município, no sudoeste do estado. Há ordem de prisão para outros

líderes do MST. Ana Júlia afirmou que em sua gestão o estado cumpriu 93 das 173 reintegrações de posse pendentes em todo o Pará. Segundo a governadora, não há registro de mortes nas reintegrações feitas durante seu governo. De acordo com o comandante da PM, coronel Luiz Dário Teixeira, uma rodovia estadual que havia sido obstruída por manifestantes foi liberada e a polícia está negociando a liberação de outra estrada, em um trecho próximo ao município de Sapucaia. Ana Júlia criticou as declarações da União Democrática Ruralista (UDR), que ameaça entrar com uma ação civil para responsabilizar a governadora pela destruição de casas e tratores nas fazendas Maria Bonita e Rio Vermelho.

O representante do MST, João Paulo Rodrigues, denuncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (OEA), o Congresso Nacional de fazer perseguição aos trabalhadores rurais que lutam pela Reforma Agrária. A denúncia foi criticada por parlamentares da base governista e da oposição. Para eles, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), criada para investigar as atitudes do MST, está de acordo com o Estado de Direito. O líder do Partido dos Trabalhadores (PT), deputado Cândido Vaccarezza (SP), disse que discorda da postura do representante do MST de acusar os congressistas. “O Congresso não pode ser acusado de estar perseguindo os movimentos sociais”. O líder disse que foi contra a criação da CPMI, trabalhou para a retirada de assinaturas para que ela não fosse criada, mas observou que ela é democrática e está de acordo com o estado de direito. O líder do Partido Democrata (DEM), deputado Ronaldo Caiado (GO) também criticou a atitude do MST. Segundo ele, a medida não terá apoio. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, de acordo com Caiado, não apóia nenhum ato de desrespeito ou de desestabilização democrática, como os praticados pelo MST. O representante da direção nacional do MST, Antonio Neto disse que a carta foi preparada pelo movimento e apresentada apenas nas duas reuniões. Ele ressaltou que o problema vem sendo enfrentado pelos movimentos sociais brasileiros, de forma geral. No caso dos trabalhadores rurais, além das perseguições denunciadas contra setores do Legislativo, Judiciário e dos meios de comunicação, ele disse que a política de reforma agrária executada pelo governo federal é insuficiente. O integrante do MST disse que há 90 mil famílias à beira de estradas aguardando pelo assentamento. Há ainda 40 mil famílias que receberam título de posse, mas não os recursos para começarem a produzir. O contingenciamento do orçamento deste ano previsto para o Incra contribuiu ainda mais, na opinião dele, para esse *deficit*. “A meta do governo era assentar este ano 115 mil famílias, mais do que as 90 mil que estão hoje sem terra”, afirmou. As famílias já assentadas, de acordo com Neto, também sofrem com a falta de condições básicas.

Domingo 08

O presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Augusto Chagas, declarou ser “descabida” a decisão da Universidade Bandeirante (Uniban) de expulsar a aluna Geisy Arruda, após o episódio em que ela foi humilhada por outros alunos por usar um vestido curto em São Bernardo do Campo - São Paulo (região Sudeste). De acordo com Chagas, a atitude criminaliza a vítima. A UNE, segundo ele, vai chamar a atenção de outras instituições para que recebam a aluna, se for o caso, inclusive oferecendo bolsas de estudo a ela. Ele demonstrou ainda preocupação com a possibilidade de o caso gerar reações negativas quanto à organização coletiva de estudantes. Segundo o presidente da

UNE, a falta de espaço de mobilização dos alunos para assuntos importantes da vida acadêmica é um dos fatores que propiciam esse tipo de interação não saudável. Em nota publicada hoje em jornais de São Paulo, a instituição responsabiliza a aluna pelo episódio ocorrido no dia 22 de outubro, quando estudantes formaram uma multidão que a ameaçou de linchamento por causa da roupa que ela usava. Além de suspender, temporariamente as atividades acadêmicas dos alunos envolvidos e devidamente identificados no incidente, a universidade ressaltou o apoio a seus “60 mil alunos injustamente aviltados” pela cobertura midiática sobre o caso.

2º feira 09

Manifestantes da UNE e de entidades de defesa da mulher realizam protesto contra a expulsão de Geisy Arruda, aluna do curso de turismo da Uniban, de São Bernardo do Campo – São Paulo (região Sudeste), após o episódio em que ela foi hostilizada por outros alunos por usar um vestido curto. ONGs circulam mais de um abaixo assinado pela internet contra a postura da Uniban. No início da noite, a Uniban revogou a decisão do conselho universitário que expulsou a aluna.

O Brasil é condenado na Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) sob a acusação de não ter responsabilizado judicialmente os envolvidos no assassinato do trabalhador rural Sétimo Garibaldi, ocorrido em 27 de novembro de 1998 numa ação de desocupação da Fazenda São Francisco, no município de Querência do Norte, a cerca de 600 km de Curitiba – Paraná (região Sul). Conforme o jornal O Estado de São Paulo, a corte critica a demora e as falhas no inquérito, que se arrastou de 1998 a 2004 e foi arquivado sem apontar culpados. A Corte alegou que o caso expõe a parcialidade do Judiciário no tratamento da violência no campo e aponta falhas das autoridades brasileiras em combater milícias formadas por fazendeiros. Observa também a morosidade da polícia e da Justiça. Como forma de reparação, a OEA obriga o estado a publicar trechos da sentença no Diário Oficial da União, em outro diário de ampla circulação nacional, e em um jornal de ampla circulação no Paraná, além da publicação da íntegra da sentença por um ano em uma página da web oficial da União e do Paraná. O Brasil será obrigado a indenizar a viúva e os filhos de Garibaldi por danos morais e materiais e por custos com o processo judicial. Uma série de irregularidades foi apontada no processo, como suspeitas de parcialidade e conivência de autoridades. A sentença sugere que sejam investigados e punidos todos os funcionários públicos envolvidos no inquérito, arquivado com falhas graves. O filho de Garibaldi afirma que nunca foi intimado a depor, sendo que foi ele quem socorreu o pai e comunicou o crime à polícia. Ele conta que eram cinco horas da manhã do dia 27 de novembro de 1998, quando ouviu o barulho de um caminhão. Muitos carros chegaram ao acampamento e homens encapuzados começaram a atirar contra os sem-terra. Ele e a esposa com o filho nos braços, se esconderam num curral, mas depois se juntaram aos outros e permaneceram deitados, a mando dos homens que afirmavam serem policiais, com ordens para desalojá-los. Depois que os homens foram embora, ele encontrou o pai caído de bruços, em frente ao barraco. Garibaldi foi baleado pelas costas na altura da coxa e morreu a caminho do hospital. Para Andressa Caldas, a sentença não é motivo de comemoração e só terá sentido se tiver finalidade didática, para que não se repitam no Brasil tais violações. “Que se modifique a forma como se tratam crimes cometidos contra trabalhadores e que se agilize o processo de Reforma Agrária”.

Manifestantes realizam protesto na Avenida Paulista em São Paulo – SP (região Sudeste) recolhendo assinaturas para um abaixo-assinado que pede ao governo a adoção de medidas claras e efetivas para evitar as consequências do aquecimento global. A Campanha TicTac pretende conseguir 500 mil assinaturas, somente no Brasil, até a reunião de Copenhague, em dezembro. No mundo, a meta é chegar a 6 milhões de assinaturas. "Queremos que os governantes deixem de ser genéricos. De Lula, queremos que ele seja um protagonista positivo deste processo", explicou Adriana Charoux, membro do Conselho Consultivo da TicTac. "O mundo precisa de calor humano, não de aquecimento global". Com esta frase estampada em cartazes e panfletos, os manifestantes colhiam assinaturas próximo ao escritório da Presidência da República, onde o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reunia com os ministros do Meio Ambiente, Carlos Minc; da Agricultura, Reinhold Stephanes; da Casa Civil, Dilma Rousseff; da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Dulci; do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel e das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, para decidir as resoluções para a 15ª Conferência das Partes sobre o Clima (COP-15), em dezembro, em Copenhague. O governo de São Paulo sancionou uma lei para reduzir em 20% a emissão de gases de efeito estufa no estado até 2020. Segundo o governador José Serra, a meta é reduzir as emissões de 122 milhões de toneladas por ano (dados de 2005) para 98 milhões de toneladas em 2020. O inventário com os dados sobre as emissões de gases de efeito estufa de São Paulo só deverá ser terminado em dezembro de 2010. Durante o evento de assinatura da Política Estadual de Mudanças Climáticas, o secretário do Meio Ambiente, Xico Graziano, e o governador criticaram o governo federal, afirmando que está faltando coragem e ousadia na determinação das metas de redução das emissões de carbono do Brasil e que serão levadas à conferência de Copenhague, na Dinamarca, em dezembro. Segundo Graziano, a meta de 20% estabelecida por São Paulo pode parecer menor do que a que está sendo cogitada pelo governo federal para o país (em 40%), mas a meta do estado "vai muito além". A afirmação do secretário se baseia no fato de que o governo federal está trabalhando com uma queda baseada na tendência do crescimento das emissões no futuro, enquanto São Paulo trabalha na redução dos dados referentes a 2005. Serra nega que a lei paulista seja " eleitoreira" e também criticou setores do governo que afirmam que não é possível reduzir as emissões de carbono sem resultar em queda do desenvolvimento do país. "O que diminui a taxa de crescimento é a política do Banco Central de juros e taxa de câmbio e não a pobre da política ambiental que muitas vezes é considerada um obstáculo, um estorvo para o crescimento econômico. Mas não é assim", disse Serra.

Servidores da Saúde deflagram greve em Santa Catarina (região Sul) Segundo informações da Agência Chasque, em algumas unidades de saúde na Grande Florianópolis, como o Ambulatório e o Hospital do Centro de Pesquisas Oncológicas, a adesão chega a 95%. Também estão paralisados trabalhadores dos hospitais Regional de São José, Florianópolis e Infantil Joana de Gusmão. A categoria reivindica reajuste salarial de 16,7%, aumento do vale-alimentação e revisão dos casos de insalubridade. A greve dos servidores teve início no dia 3 de novembro em todo o estado.

Um grupo de 38 cortadores de cana é resgatado no município de Campos dos Goytacazes, no norte do Rio de Janeiro (região Sudeste), pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel, composto por representantes do Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e da Polícia Rodoviária Federal

(PRF). A operação deflagrada no fim de outubro só foi divulgada neste dia 9 de novembro. Sem condições de higiene, usando uniformes rasgados e comendo refeições precárias, os trabalhadores estavam vivendo em regime semelhante ao de escravidão, segundo a procuradora do Trabalho Guadalupe Couto. Segundo a promotora, os trabalhadores não tinham registro em carteira e eram obrigados a pagar, do próprio bolso, pelos uniformes, equipamentos de proteção individual e instrumentos de trabalho. Os fiscais também encontraram entre os cortadores de cana uma adolescente grávida de três meses. Na presença dos fiscais, os trabalhadores tiveram suas contas quitadas pela empresa, recebendo todos os direitos trabalhistas, no valor total de R\$ 260 mil. Só em danos morais, eles foram indenizados em até R\$ 6 mil por pessoa. A procuradora do Trabalho destacou que nenhum empregado pode trabalhar sem ter a carteira assinada, mesmo que seja temporário.

3º feira 10

Os trabalhadores da Fundação Casa, antiga Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem), decidem decretar greve a partir da 0h deste dia 10 de novembro. A decisão foi tomada em assembleia realizada na sede do Sindicato dos Trabalhadores em Entidades de Assistência e Educação à Criança ao Adolescente e à Família do Estado de São Paulo (Sitraemfa), em São Paulo (região Sudeste). Segundo o jornal O Estado de São Paulo, a categoria reivindica reajuste real de 16,32% e traz ainda uma pauta com mais 84 reivindicações, entre elas, segurança no local de trabalho e repressão ao assédio moral na instituição. No fim da manhã, os trabalhadores da Fundação Casa decidem cancelar a greve. Conforme o Sindicato, em assembléia geral, os funcionários aceitaram a contraproposta da entidade, que ofereceu cesta alimentação e reajuste de 4,22%, que também incidirá no tíquete refeição e no auxílio creche.

Servidores Federais do Ministério do Trabalho e Emprego, vinculada Delegacia Regional do Trabalho (DRT), deflagram greve. A paralisação, que envolve servidores de 13 estados, é por tempo indeterminado e conta com a adesão de 700 dos cerca de mil funcionários do ministério em São Paulo (região Sudeste), segundo informou o diretor do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado de São Paulo (Sindsef-SP), Carlos Daniel Gomes Toni. De acordo com Toni, a greve foi decidida depois que foram suspensas as negociações da pauta de reivindicações dos trabalhadores, que vinham ocorrendo desde fevereiro. Os servidores pedem a implantação imediata do Plano de Carreira Específico dos Servidores; a regulamentação da jornada de 30 horas semanais, com dois turnos de seis horas e diárias para que possam melhorar o atendimento à população. Eles querem ainda melhores condições de trabalho, paridade salarial entre ativos, aposentados e pensionistas e aumento do número de vagas para contratação dos remanescentes do último concurso. Entre as queixas, Carlos Daniel destacou o valor do vale-refeição, de R\$ 6,54 por dia, considerado insuficiente para cobrir as despesas com a alimentação. Além disso, afirmou que os funcionários em cargos de comissão são mais valorizados no emprego público, tendo obtido reajuste salarial de 160%. “O governo ampliou a contratação dos cargos comissionados em 4 mil, passando a contar com 14 mil”, informou ele. Os serviços de emissão de carteira do trabalho e do seguro-desemprego, além de outros tipos de atendimento ao público, foram suspensos.

A Justiça Federal em Altamira – Pará (região Centro-oeste) determina a suspensão do licenciamento ambiental da Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, até a realização de novas audiências públicas para ouvir as comunidades que serão atingidas pela obra. A ordem atende o pedido do Ministério Público Federal. A previsão do governo é que a licença prévia seja assinada ainda este mês de novembro, em tempo para cumprir a previsão de leilão da hidrelétrica, marcado para o dia 21 de dezembro. Na decisão, o juiz federal Edson Grillo descartou a argumentação do Ibama e da Eletronorte de que as quatro audiências realizadas durante o processo foram suficientes. Na avaliação do juiz, as audiências foram tratadas como “mero ato ritualístico” do processo de licenciamento ambiental, sem atender os objetivos e informar as populações sobre os riscos, custos e benefícios do empreendimento. A Justiça acatou o argumento do MPF que contestou a realização de audiências em quatro municípios, apesar da previsão de que a obra atingirá pelo menos nove. O Judiciário considerou válidas as reuniões promovidas até agora, mas determinou a realização de quantas mais forem necessárias para contemplar todas as comunidades afetadas.

Seis sem-terra ligados ao MST têm a prisão preventiva decretada pelo Tribunal de Justiça do Pará, acusados de ataque ao retiro Ceita Core, da Fazenda Espírito Santo, em Xinguara, no sul do estado do Pará (região Norte), no dia 9 de novembro. A propriedade, do grupo Santa Bárbara, ligado ao banqueiro Daniel Dantas, foi ocupada por 70 militantes. Com a decisão, passam a ser procurados Edimilson dos Santos Gomes, Baltazar Luis de Souza, Jorseley Alves da Silva, Lourival Santos Ferreira, Moisés Lima Silva e Antônio Luiz de Souza.

Cerca de 90 famílias do assentamento Jaelson Melquíades, de Atalaia, ocupam o Departamento de Estradas e Rodagens (DER), próximo a entrada de Maceió pela BR-316 em Alagoas (região Nordeste). Os assentados reivindicam que seja definida a cessão de equipamentos. O assentamento, ainda recente, deve receber um trator de esteira para sedimentar o chão, onde serão erguidas as habitações. Os trabalhadores rurais esclarecem que o trator estava agendado para setembro, mas o órgão não cumpriu o estabelecido e as famílias prolongam a espera por sua habitação, mesmo já assentadas pelo Incra. Já reunidos com os responsáveis no DER, os camponeses esperam a ida do trator ainda este ano de 2009.

Cerca de 200 estudantes, funcionários e militantes de movimentos populares fazem protesto que impede a realização do segundo turno das eleições para reitor na USP, em São Paulo. Segundo informações dos jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo, os manifestantes bloquearam as entradas do prédio da reitoria, onde aconteceria o pleito, alegando que o processo eleitoral é pouco democrático. Pouco mais de 300 eleitores votariam, mas 119 não conseguiram entrar na reitoria. O diretor do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp), Magno Carvalho, um dos organizadores do protesto disse que “essas 325 pessoas querem substituir os 106 mil alunos, funcionários e professores da USP”. A eleição foi adiada para o dia 11 e transferida para um local externo pela primeira vez na história da instituição.

Um grupo de 25 alunos faz protesto na Universidade de Brasília (UNB), em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os estudantes protestaram sem roupa para denunciar a agressão à aluna Geisy Arruda, que foi expulsa da Uniban de São Bernardo

do Campo - São Paulo (região Sudeste). Estudantes, professores e servidores da UNB também divulgaram carta na qual condenam agressão à aluna.

4º feira 11

Cerca de 50 mil trabalhadores, segundo informações da Agência Brasil, participam de uma marcha, na Esplanada dos Ministérios em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), que tem como principal reivindicação a redução da jornada semanal de trabalho de 44 horas para 40 horas semanais. Eles defendem também o monopólio do petróleo pela Petrobras e reajuste de salário para os servidores federais. Segundo a Força Sindical, pelo menos 35 mil pessoas de todo o país participaram da passeata, a PM estima o número em 15 mil participantes. A caminhada da manhã pela Esplanada dos Ministérios até a Praça dos Três Poderes, contou com a participação dos presidentes das centrais sindicais CTB, Nova Central, CUT, Força Sindical, UGT e CGTB, além de representantes da UNE, União Brasileira de Mulheres (UBM) e MST, e parlamentares. A principal bandeira da Marcha é a defesa da votação na Câmara dos Deputados da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 231/95, dos senadores Inácio Arruda, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Paulo Paim (PT), que reduz a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem redução salarial. Os líderes sindicais se encontraram com o presidente da Câmara Michel Temer (PMDB-SP) ao meio-dia. À tarde, os representantes conversam com o ministro do Trabalho, Carlos Lupi. As centrais sindicais reivindicam ainda a aprovação do projeto de valorização do salário mínimo – que prevê aumento real atrelado ao crescimento do PIB.

O Fórum Nacional pela Reforma Agrária organiza ato em defesa da Reforma Agrária, da Agricultura familiar e Camponesa e da Democracia. Com cerca de 350 trabalhadores do campo e da cidade, o movimento ocupa a Câmara dos Deputados em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) e, no auditório Nereu Ramos trabalhadores do campo e da cidade apresentam críticas aos ataques contra os movimentos sociais, em especial o MST. O ato contou com a presença de parlamentares como: os/as deputados/as Chico Alencar (Partido Socialismo e Liberdade - PSOL/Rio de Janeiro), Ivan Valente (PSOL/São Paulo), Emília Fernandes (PT/Rio Grande do Sul), Nazareno Fonteles (PT/Piauí), Assis do Couto (PT/Paraná), Jackson Barreto (Partido Movimento Democrático Brasileiro/Sergipe), Anselmo de Jesus (PT/Roraima), Pedro Wilson (PT/Goiás), Eudes Xavier (PT/Ceará), além da senadora Serys Slhessarenko (PT/Mato Grosso). Trabalhadores organizados pela CUT, do MST e representações da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Movimento de Mulheres Camponesas e da Cáritas Brasileira também participaram dos atos.

Ocupações de sem-terra aumentaram 88,8% no primeiro semestre em São Paulo (região Sudeste), em comparação com o mesmo período do ano de 2008, segundo estudo realizado por pesquisadores do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (Nera), vinculado à Universidade Estadual Paulista (UNESP). Foram 36 ocupações de janeiro a junho de 2008, contra 68 em 2009. Entretanto, essas ações em São Paulo seguem uma linha inversa em relação ao que ocorre nos outros estados do país. Em recente levantamento sobre conflitos registrados no país no primeiro semestre deste ano, a CPT constata que a tendência é de refluxo e não de aumento. Os pesquisadores do Nera utilizaram dados do Dataluta, banco de dados organizado pela

UNESP e que utiliza informações de várias fontes. Eles também notaram o crescimento no conjunto de famílias de sem-terra mobilizadas em São Paulo. Em 2008, o total chegou a 2.414. Neste ano, o número de famílias subiu para 4.096.

O Tribunal Regional Federal da 1º Região (TRF-1) derruba a liminar concedida pela Justiça Federal em Altamira - Pará que suspendia o licenciamento da Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu. Em decisão na noite de hoje, o TRF-1 acolheu o pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) para manter o processo de licenciamento da usina. A liminar determinava a suspensão do licenciamento até a realização de novas audiências públicas para ouvir as comunidades que serão atingidas pelo empreendimento. A paralisação poderia comprometer o prazo do governo para o leilão da hidrelétrica. O Ministério de Minas de Energia marcou o leilão para o dia 21 de dezembro. Para que o edital seja publicado, é necessária a licença do Ibama. Com a derrubada da liminar que travava o licenciamento, a licença prévia deve ser assinada nas próximas semanas. O pedido da AGU foi feito em conjunto com a Procuradoria do Ibama. A polêmica sobre Belo Monte, que vem sendo criticada por organizações ambientalistas e comunidades tradicionais, deverá ser um dos temas da reunião que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará no dia 12 de novembro com os ministros para discutir a construção de hidrelétricas.

Cerca de 40 quilombolas são detidos por cerca de 130 policiais fortemente armados durante execução de mandado de busca e apreensão de madeira de eucalipto no Sapê do Norte, na Comunidade Quilombola de São Domingos, em Conceição da Barra – Espírito Santo (região Sudeste). Os quilombolas afirmam, que o mandado oficial não foi apresentado. A acusação é de roubo de madeira da Aracruz Celulose, que planta eucalipto em uma vasta monocultura no estado há mais de 40 anos e com isso degradou as condições de agricultura e de vida rural em toda uma região. Os quilombolas denunciam arbitrariedades por parte dos policiais. Casas de famílias da comunidade são invadidas e policiais retiram crianças do ônibus escolar. Equipamentos e pertences dos quilombolas são indevidamente apreendidos. Os quilombolas afirmam que apenas recolhem restos da madeira da empresa que são inutilizáveis à Aracruz, para produzirem carvão e venderem a baixos preços, para o sustento de famílias da comunidade.

Cerca de 150 alunos e funcionários realizam protesto contra a eleição para reitor da USP, no Memorial da América Latina em São Paulo, - SP (região Sudeste). Os manifestantes foram impedidos de entrar no local, que amanheceu cercado por policiais. No início da votação, eles fecharam a Avenida Auro Soares de Moura Andrade, que dá acesso ao local, causando congestionamento.

Estudantes da Universidade de Brasília (UnB) realizam protestos na sala da reitoria, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os estudantes ficaram nus e com os corpos pintados com frases como “O corpo é meu”. O ato é uma manifestação de apoio a Geisy Arruda, que foi xingada e perseguida por colegas da Uniban por usar um vestido curto.

5º feira 12

Relatórios de ONGs e órgãos ligados aos direitos humanos apontam que os problemas de superlotação, manutenção de pessoas em contêineres e proliferação de doenças continuam sem solução no sistema carcerário do estado do Espírito Santo (região Sudeste). Os relatórios foram apresentados durante reunião do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH). São dois documentos; o primeiro deles - o relatório da comissão especial do próprio CDDPH - será apresentado pela representante da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos Ana Paula Diniz e pelo membro da ouvidoria do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) do Ministério da Justiça Thiago Machado. O segundo relatório também faz críticas às soluções que o governo capixaba tem encontrado. Segundo o documento intitulado “A privação de liberdade no Espírito Santo”, elaborado pelas ONGs Justiça Global e Conectas, o governo do estado “nunca realizou licitação para construção e reformas em presídios”. De acordo com o documento, as duas empresas contratadas para a construção dos novos presídios (DM Construtora e Obras Ltda e Verdi Construções) vão receber mais de R\$ 200 milhões pelas obras. “Vale observar que a DM Construtora é investigada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e Ministério Público por não cumprir cláusulas contratuais – o contrato foi interrompido com o governo de São Paulo há menos de dois anos, por construção de cadeias estruturalmente questionáveis e em desacordo com contrato de terceirização de presídios”, assinala o relatório. O secretário de Justiça, Ângelo Roncalli, afirma que as novas vagas nos presídios em construção “estão sendo geradas na velocidade que é possível. Dentro da lei e dentro do [padrão de] custo”. O governo do Espírito Santo prometeu concluir este mês de novembro a remoção de presos de contêineres.

Policiais Civis do Rio Grande do Sul (região Sul) se mobilizam para reivindicar aumento salarial. Os agentes policiais querem reajuste de 24%, mesmo índice concedido pelo Executivo aos mais altos salários da Polícia Civil em Junho de 2009. Em Outubro, o Conselho de Representantes do Sindicato dos Inspectores e Investigadores da Polícia Civil havia aprovado o indicativo de greve.

Cerca de 500 camelôs realizam manifestação e entram em confronto com a Guarda Civil Municipal (GCM) e PM, na Rua 25 de Março, região de comércio popular no centro de São Paulo – SP (região Sudeste). De acordo com o jornal Folha de São Paulo, os ambulantes protestam contra a “truculência” dos agentes da GCM durante a operação de apreensão de suas mercadorias. Os manifestantes atiraram ovos, paus e pedras contra os guardas civis. Um deles saiu ferido do conflito. Oito camelôs foram levados à delegacia por depredação e agressão. Outros três foram detidos por estarem sem documentos.

Integrantes do Acampamento Alto Bonito, na Fazenda Castanhais, em Xinguara, Pará (região Norte) são surpreendidos por cerca de 50 policiais, dentre os quais, membros da Delegacia de Conflitos Agrários (DECA), PMs e integrantes da Tropa de Choque. Os acampados relataram que homens e mulheres foram humilhados e até ameaçados de morte pela polícia. Segundo site do MST, destaca-se a arbitrariedade e violência da polícia com relação à lavradora Neidiane Rodrigues Resplandes, que mesmo estando grávida de poucos meses, foi obrigada a caminhar cerca de meio quilômetro, debaixo de ofensas e xingamentos. Após uma seqüência de tortura psicológica para que dissesse os nomes dos coordenadores e onde estavam as armas, a mulher passou mal e teve sangramento. Os policiais, ao perceberem o estado da lavradora, colocaram-na no carro

e a deixaram no Acampamento. Segundo os acampados, nenhuma arma de fogo foi apreendida, mas a policia levou muitas ferramentas de trabalho, tais como: facões, facas de cozinha, machados, bomba costal, uma antena de celular, alguns quilos de arroz, feijão, documentos pessoais, 06 motocicletas e até os galões de pegar água no córrego. Nenhuma família sabe para onde foram levados os seus pertences. Segundo informações do CMI, nenhuma família sabe para onde foram levados os seus pertences.

As entidades e movimentos sociais componentes do Fórum Social Panamazônico (FSPA), Fórum da Amazônia Oriental (FAOR), e Comitê Metropolitano do Movimento Xingu Vivo para Sempre, vem a público declarar solidariedade e apoio incondicional ao MST, em especial ao MST do Pará, bem como ao militante Charles Trocate e a militante Maria Raimunda, que se encontram com prisão preventiva solicitada, e aos militantes Baltazar Luis de Souza, Edimilson dos Santos Gomes, Jorseley Alves da Silva, Lourival Santos Ferreira, Moisés Lima Silva e Antônio Luiz de Souza, com prisão preventiva decretada pela Polícia Civil do Pará.

Grupo de dez manifestantes faz protesto em apoio ao ativista italiano Cesare Battisti no plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília – Distrito Federal (região Sudeste). Cinco integrantes do movimento Crítica Radical conseguiram entrar no plenário, para defender o refúgio ao italiano Cesare Battisti. Eles foram imobilizados e expulsos do Superior Tribunal Federal (STF), depois de estender uma faixa com os dizeres: “Basta de farça do STF. Liberdade para Battisti”. De acordo com os jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo, os manifestantes foram retirados por seguranças armados. O julgamento do ex-ativista político é adiado pela segunda vez este ano, quando o placar marcava empate: 4 ministros votaram pela extradição e outros 4 pela permanência de Battisti no Brasil.

6º feira 13

Movimentos sociais camponeses unificados realizam uma grande marcha rumo à cidade de Araçatuba – São Paulo (região Sudeste). Eles reivindicam entre outros pontos, a promoção e dignidade aos trabalhadores assalariados das grandes lavouras canavieiras e agilidade nos processos de vistoria e desapropriação de latifúndios no estado de São Paulo. Participam da marcha: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Venceslau e Marabá Paulista (STRPVMP), Sindicato dos Empregados Rurais Assalariados de Presidente Prudente e Região (SERPRU), MST, Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MTST), União dos Trabalhadores Sem Terra (UNITERRA).

O PSOL de Marabá - Pará (região Norte), lança nota pública em apoio ao MST, assim escrita: “Nós militantes, filiados e dirigentes políticos do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL – Marabá) REPUDIAMOS veementemente os atos de perseguição Política e Moral impetrados contra os Dirigentes dos Movimentos Sociais do Campo e da Cidade, em Especial o MST e seus dirigentes no Estado do Pará.” A executiva estadual do PT do estado fez o mesmo e lançou nota em apoio ao MST. Assim afirma a nota do partido: “Queremos a imediata revogação de prisão das lideranças do MST! E o fim da intervenção no Estado do Pará!

A alta comissária da ONU para assuntos de Direitos Humanos, Navaneth Pillay, comentou a recente condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA a respeito do caso de uso de interceptações telefônicas ilegais em 1999 contra associações de trabalhadores rurais ligadas ao MST no Paraná (região Sul). Durante uma entrevista ao jornalista Sérgio Kalili, que realiza um documentário sobre criminalização dos movimentos sociais e direitos humanos para a ONG Justiça Global, a comissária afirma: “o Brasil foi chamado a dar explicações por não oferecer proteção às organizações da sociedade civil e as leis internacionais demandam isso”.

O governo federal anuncia a meta de reduzir as emissões de gases do efeito estufa no intervalo de 36,1% a 38,9%, até 2020. O anúncio foi feito pela ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, e pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que voltaram a afirmar que o compromisso assumido pelo Brasil é voluntário. A meta será levada à Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-15), em dezembro, em Copenhague. A amplitude da redução, segundo o governo, deve ficar de 975 a 1.062 milhões de toneladas de gás carbônico. Esta semana, o governador de São Paulo, José Serra, sancionou uma lei para reduzir em 20% as emissões de gases de efeito estufa no estado até 2020. ONGs ambientalistas avaliaram como positivo o anúncio do governo. Para o coordenador da campanha de clima do Greenpeace Brasil, João Talocchi, é importante que o Brasil apresente os números na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas como um compromisso internacional “mensurável, reportável e verificável” e sobre o qual o país possa ser cobrado. Parte das medidas anunciadas, principalmente as relacionadas ao setor energético, não são novidades e não representam nenhum esforço adicional de redução de emissões, de acordo com o Greenpeace. Segundo Talocchi, mais que um anúncio de governo, o compromisso com uma economia de baixo carbono tem que se transformar em uma ação nacional, que ultrapasse questões e prazos políticos. O Greenpeace propôs a inclusão dos números divulgados hoje no texto da Política Nacional de Mudanças Climáticas, que tramita no Senado. O WWF avalia que o anúncio dos números brasileiros pode dar novo ânimo às negociações do acordo climático, que andam travadas, mas também defende que a proposta seja detalhada. Para a organização, não há informações precisas sobre as ações nos diferentes setores da economia e sobre os mecanismos legais e financeiros que tornem possíveis as ações de redução no curto, médio e longo prazos.

O diretor-geral da ONU para Agricultura e Alimentação (FAO), Jacques Diouf, inicia greve de fome à noite com o objetivo de chamar a atenção para a Cúpula Mundial de Segurança Alimentar, que começa no dia 16 de novembro em Roma. Cerca de 60 chefes de Estado, incluindo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, participarão do encontro. Segundo a FAO, a greve que vai durar 24 horas é “em solidariedade a 1 bilhão de pessoas que passam fome no mundo”. O objetivo da cúpula é estabelecer um compromisso mundial para que a fome seja erradicada no menor tempo deverá apresentar as experiências brasileiras que conseguiram reduzir a subnutrição no país como o Bolsa Família, Fome Zero e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Quinze pessoas com condições de trabalho semelhantes à escravidão são encontradas na fazenda do ex-vice-prefeito de Moju, Altino Coelho Miranda no Pará (região Norte). Por este crime, Dedeco, como é conhecido, foi condenado a 9 anos de prisão e multa. A fazenda era administrada pelo filho, Altino Freitas Miranda, condenado a 7 anos de

prisão em regime semi-aberto e, também, a pagamento de multa. Os trabalhadores atuavam no plantio de dendê e não tinham alojamento adequados, instalações sanitárias e nem o que comer além de não possuir equipamentos de proteção individual.

Camelôs realizam novo protesto contra a truculência da Guarda Civil Metropolitana (GCM), na Rua 25 de Março, em São Paulo – SP (região Sudeste). De acordo com informações do jornal Folha de São Paulo, os camelôs iniciaram o ato com apitos e foram contidos pela GCM com gás de pimenta. A GCM nega que tenha havido violência por parte dos policiais.

Uma pane no sistema de contagem das roletas da estação das barcas em Niterói – Rio de Janeiro (região Sudeste), provoca tumulto e superlotação no catamarã Urca 3, que ia pro Rio de Janeiro. O comandante da embarcação insistiu em fechar as portas do catamarã mesmo com superlotação de passageiros (havia cerca de 1,3 mil pessoas). Na confusão, um dos vidros e o aparelho de TV foram quebrados. Muitos usuários tiveram que deixar o catamarã, para que a embarcação pudesse partir. Acidentes, incidentes e confusões envolvendo o serviço de barcas tem sido frequentes.

Sábado 14

Sem-terras do acampamento João Canuto, na Fazenda Rio Vermelho, Sapucaia, Pará (região Norte) tem o acampamento invadido por cerca de 200 policiais, incluindo aproximadamente 15 militares da cavalaria. Segundo site do MST, esses cavaleiros adentraram as roças dos lavradores e destruíram parcialmente as plantações de milho, mandioca e feijão. Durante a revista, os policiais levaram também vários objetos pessoais das famílias, inclusive 02 bandeiras do MST e 04 facões.

A Funai aciona a Polícia Federal após encontrar um posto de apoio do órgão destruído e com 2 cartuchos de espingarda abandonados em Rondônia (região Norte). Segundo a Funai, a ação é protagonizada por fazendeiros que não aceitam a restrição de uso da terra indígena Tanaru, que possui 8.070 hectares e fica próxima a Corumbiara, no oeste do estado. Segundo informações do CMI, seis fazendeiros criam gado na área. Parte de suas fazendas está na terra indígena, onde não podem atuar ou circular. Vestígios observados no local indicam que um índio sobrevivente de uma tribo exterminada por fazendeiros a partir dos anos 70, encontrado pela Funai em 1997, sobrevive a este ataque. Desde 1998, a área é “exclusiva” do índio. A restrição é autorizada por portarias publicadas a cada 2 ou 3 anos pela Funai, a última é de 27 de outubro de 2009.

Domingo 15

Cerca de 1,5 mil pessoas participam em São Paulo – SP (região Sudeste), de um protesto contra a visita do presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, ao Brasil, marcada para o dia 23 de novembro. A manifestação ocorreu na Praça dos Arcos e reuniu diversos movimentos sociais representantes das comunidades judaica, LGBT, evangélica, bahai e de religiões afro-brasileiras. Um dos organizadores do movimento em São Paulo, Boris Ber, presidente da Federação Israelita do Estado de São Paulo, afirmou que a manifestação não é contra o povo do Irã, mas um protesto contra o

presidente "que nega deliberadamente o Holocausto" e o fim do estado de Israel. "Alguém que nega a história e alguém que não fala de futuro, como disse o Shimon Peres [*presidente de Israel, que esteve esta semana visitando o Brasil*], não agrega nada ao Brasil", disse Ber, ressaltando que mesmo uma relação estritamente comercial com o Irã não representaria muita coisa ao Brasil. Outra crítica dos manifestantes sobre a visita de Ahmadinejad ao Brasil é a negação dele da existência de homossexualidade no país. Segundo o advogado Eduardo Piza Gomes de Melo e participante da ONGs Instituto Edson Nêris, Ahmadinejad "institucionalizou a homofobia", fazendo a homossexualidade ser considerada crime no Irã e punida com pena de morte. "Num país que tem 70 milhões de habitantes, isso significa que ele ignora a existência de 5 a 7 milhões que são gays e lésbicas.

Representantes de oito crenças se reúnem em ato ecumênico no Dia Mundial em Memória das Vítimas de Trânsito, no Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Cerca de 250 pessoas acompanharam a cerimônia, a maioria de famílias de vítimas de acidentes de trânsito. No evento, estiveram reunidos representantes da umbanda, do budismo e do judaísmo, entre outros. O ministro das Cidades, Márcio Fortes, que há cinco anos perdeu um filho num acidente, também participou da cerimônia e se emocionou. Fortes citou uma estimativa da ONU de que até 2015 os acidentes de trânsito poderão ser a maior causa de mortes no mundo.

Cerca de 200 mil pessoas, segundo estimativas da PM e dos organizadores do evento, comparecem à Parada do Orgulho Gay de Duque de Caxias – Rio de Janeiro (região Sudeste). A parada foi realizada em meio a polêmicas, uma vez que, em outubro, o prefeito de Duque de Caxias, José Camilo Zito, havia proibido o evento de ser realizado. Além disso, o juiz da Vara da Infância, da Juventude e do Idoso de Duque de Caxias proibiu a participação de menores. A decisão não foi atacada e as crianças circularam livremente pela parada.

2ª feira 16

Cerca de 400 trabalhadores do MST ocupam a sede do Incra em Fortaleza - Ceará (região Nordeste). Os trabalhadores reivindicam a atualização dos índices de produtividade pelo governo federal, a renegociação das dívidas dos pequenos agricultores e assentados, bem como mais infra-estrutura para assentamentos do estado. Com a ocupação, os trabalhadores também protestam contra a criminalização dos movimentos sociais. Os sem-terra garantem que continuarão na sede até que as autoridades se apresentem para negociar as reivindicações.

A secretaria nacional do MST lança nota em defesa da redução da jornada de trabalho para 40 horas. Assim afirma a nota: "Esperamos que a marcha acelere o processo de votação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC 231/95) que tramita há 14 anos no Congresso Nacional e prevê a redução da jornada semanal de trabalho de 44 para 40 horas, sem diminuição de salários, e o aumento do valor das horas extras em dias úteis de 50% para 75%. A proposta já foi aprovada por uma comissão especial da Câmara, mas precisa ser votada e aprovada no plenário da Câmara e do Senado.

Oito integrantes da Federação Anarquista Gaúcha (FAG) são indiciados por crime contra honra, incitação ao crime e formação de quadrilha ou bando, após polícia concluir inquérito que investigava veiculação de campanha publicitária contra a governadora do Rio Grande do Sul (região Sul), Yeda Crusius do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). A Polícia Civil cumpriu mandados de busca e apreensão, expedidos pela Justiça, e apreendeu diversos materiais.

Índios da etnia Ticunas que montaram milícias no Amazonas (região Norte) enviam ao Ministério Público Federal no estado, pedido de aval para que os “policiais indígenas” se tornem servidores públicos, recebam salários e possam usar armas de fogo, conforme matéria publicada no jornal Folha de São Paulo. Os índios criaram as milícias neste ano de 2009, sob alegação de que combatem o consumo de álcool e o tráfico de drogas nas aldeias do oeste do Amazonas. Em resposta já enviada aos índios, o procurador da República em Tabatinga – Amazonas, Juliano Gasperin, nega a autorização para uso de armas de fogo, porém diz que as outras reivindicações devem ser discutidas pela 6ª Câmara do Ministério Público Federal (que trata de povos indígenas e minorias), em Brasília.

O julgamento sobre a terra indígena Maraiwatsede é suspenso após o voto do relator do processo, juiz federal Pedro Francisco da Silva, que é favorável ao povo Xavante. Após o voto do relator, o desembargador João Batista Moreira pediu vista do processo e anunciou que o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) retomará o julgamento do caso no início de 2010, quando ele apresentará seu voto. Em sua decisão, Silva indefere os pedidos dos réus - fazendeiros e posseiros que ocupam a área indígena - e considera válido o processo de demarcação da terra no norte do estado do Mato Grosso (região Centro-oeste). Os cerca de 40 Xavantes, de acordo com informações da Agência Brasil de Fato, que acompanham o julgamento no TRF1 ficaram insatisfeitos com o adiamento da decisão, mas estão confiantes que a decisão final sobre o caso determinará a retirada dos ocupantes não índios da terra do povo, cuja demarcação foi homologada em 1998. Apesar de a terra continuar invadida, em 2004, um grupo Xavante voltou para a Maraiwatsede, onde vivem cerca de 900 indígenas em uma única aldeia.

Cerca de 1.800 trabalhadores da Bosch no Paraná (região Sul) protestam, em frente à empresa. A Bosch ofereceu como proposta para os trabalhadores, recuperar a inflação no próximo dia primeiro. Entretanto, o reajuste de 3,5%, que representa aumento real, seria pago apenas em Dezembro de 2010, o que descontentou os metalúrgicos. A empresa aceitou pagar abono de R\$ 2 mil, mas não houve entendimento em relação ao prazo. Os trabalhadores afirmam que podem entrar em greve caso a Bosch não melhore sua proposta.

3º feira 17

Um grupo de cerca de 150 aposentados e pensionistas lotam o plenário da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e ficam na Câmara até o final da tarde gritando palavras de ordem, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Aposentados e pensionistas de Minas Gerais, São Paulo (região Sudeste) e Brasília (região Centro-oeste), principalmente, protestam para pressionar os Parlamentares para votar favoravelmente pelo fim do fator previdenciário e pela aprovação do projeto de lei que

garante aos segurados do INSS o mesmo reajuste anual concedido ao Salário Mínimo (PL01/07).

A frente de luta contra o aumento da tarifa realiza uma panfletagem no centro de São Paulo – SP (região Sudeste). Os militantes distribuem mais de 800 panfletos informativos sobre os prejuízos provocados à população em decorrência do aumento das passagens.

Um grupo de mães e parentes de jovens infratores do Educandário Santo Expedito, em Bangu, Zona Oeste do Rio de Janeiro (região Sudeste), protesta contra supostas agressões que os internos estariam sofrendo na unidade. Antigo presídio foi transformado, em 1997, em unidade para adolescentes infratores. Maria Virgilina Neto, avó de um interno que está no Santo Expedito desde fevereiro, disse que seu neto reclamou que um agente agrediu-o na semana passada com uma paulada na cabeça. Janaína Souza dos Santos contou que seu filho, internado no Santo Expedito há seis meses, também sofreu agressão e humilhação. “Meu filho falou que teve um dia que eles ficaram em um chão molhado das dez da noite às cinco da madrugada. Deixaram ele sem roupa, no chão, pelado. Ele levou paulada e estava todo roxo. A mão dele está machucada, porque um agente deu uma paulada e ele tentou se defender com a mão. Poxa, estão fazendo uma covardia tremenda com os meninos aqui.” O presidente do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente e coordenador da ONG Projeto Legal, Carlos Nicodemos, diz que, por ter sido um presídio, o Santo Expedito não tem condições de funcionar como uma unidade socioeducativa e lembra que a Justiça já determinou o seu fechamento em fevereiro deste ano de 2009. O Santo Expedito é uma das unidades do Departamento de Ações Socioeducativas do estado do Rio de Janeiro (Degase), que mais teve rebeliões nos últimos anos. Segundo Nicodemos, apenas em 2009 foram oito. Segundo informações do site da Agência Brasil, o próprio Sindicato dos Servidores do Degase (Sind-Degase) divulgou uma nota em abril deste ano, posicionando-se a favor do fechamento do Santo Expedito, por considerar que ele não funciona como unidade socioeducativa e que coloca em risco os próprios agentes que ali trabalham.

A coordenação nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) lança nota a respeito do “apagão” ocorrido no dia 10 de novembro, às 22h, em que Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais (região Sudeste) e Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste) tiveram desligamento total de energia elétrica. O MAB faz uma crítica ao atual modelo de abastecimento energético, que seria o neoliberal, que está sob controle das grandes empresas privadas.

O coordenador da CPT do Sul do Pará (região Norte), Frei Henri des Roziers, envia carta à governadora do estado exigindo medidas contra a atuação criminosa de empresas de segurança e excessos cometidos por policiais. A carta assim afirma no trecho inicial: “Manifestamos a nossa grande preocupação a respeito dos acontecimentos na “Curva do S”, no Município de Eldorado do Carajás, Pará (região Norte), sexta feira 06 de novembro passado, que poderiam ter provocado uma nova tragédia entre a Polícia e os trabalhadores sem terras (...)”.

Os trabalhadores da fábrica da Bosch na Cidade Industrial de Curitiba – Paraná (região Sul) deflagram greve por tempo indeterminado. A empresa tem cerca de 3 mil

empregados, dos quais 1.900 participaram da assembleia que decidiu pela paralisação. A categoria tem data-base em primeiro de Dezembro e está em campanha salarial. Entre as principais reivindicações, está o pedido de aumento real de 3,7% mais a inflação acumulada nos últimos 12 meses. Os trabalhadores também querem abono salarial de R\$ 2 mil e vale-mercado de R\$ 130.

4º feira 18

Quatro manifestantes são retirados à força do plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), no início da sessão que retoma o julgamento do pedido de extradição do escritor italiano e ex-ativista político Cesare Battisti. Na semana passada, o mesmo grupo chegou a empunhar uma faixa no plenário e também foi retirado à força. O Supremo discutirá hoje se o presidente da República é obrigado a acatar a decisão da Corte, visto que a matéria refere-se a uma questão internacional, que envolve relações entre o Estado brasileiro e a Itália e, por isso, de competência do chefe do Executivo. A decisão final do Supremo Tribunal Federal (STF) foi de deixar a palavra final à Presidência da República sobre a extradição de Cesare Battisti. O STF entendeu por 5 votos a 4 que Luiz Inácio Lula da Silva não precisa seguir a decisão da Corte em casos de extradição. Votaram a favor de delegar a decisão ao presidente os ministros Carlos Ayres Britto, Cármen Lúcia, Eros Grau, Marco Aurélio Mello e Joaquim Barbosa. Foram votos vencidos Cezar Peluso, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes e Ellen Gracie que também votou pelo deferimento do pedido de extradição feito pelo governo da Itália.

Cerca de 100 aposentados dormem nas dependências da Câmara em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Nos dias 17 e 18 de novembro aposentados e pensionistas de Minas Gerais, São Paulo (região Sudeste) e Brasília (região Centro-oeste), principalmente, protestam para pressionar os Parlamentares para votar favoravelmente pelo fim do fator previdenciário e pela aprovação do projeto de lei que garante aos segurados do INSS o mesmo reajuste anual concedido ao Salário Mínimo (PL01/07). O presidente da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB/SP), proibiu os aposentados e pensionistas de assistir às reuniões plenárias, um direito assegurado na Constituição e no Regimento Interno daquela Casa. Temer determinou que os aposentados fossem impedidos de ocupar as galerias, local existente para essa exata finalidade. Não satisfeito, Temer também proibiu os idosos de entrar no Salão Verde, espaço público, onde os parlamentares se encontram com os visitantes. Sem obter as votações exigidas durante o protesto realizado no dia 17 de novembro, os aposentados decidiram passar a noite em vigília dentro da Câmara. Os aposentados estiveram a noite inteira acompanhados do Senador Paulo Paim (PT/RS), autor dos projetos de interesse do segmento. Os idosos foram mantidos num corredor, sem cadeiras, sem as mínimas condições para descansar.

Os servidores federais do Judiciário e do Ministério Público iniciam greve por tempo indeterminado em diversos estados, conforme o jornal O Estado de São Paulo. Eles reivindicam revisão salarial e a paralisação atinge as Justiças Federal, Trabalhista, Eleitoral e Militar em tais estados.

A diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Rio se mostra solidária ao MST. Conforme nota do sindicato, o MST está sofrendo um processo de criminalização nos meios de comunicação e no Parlamento. Prova disso é a recente abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) com base em premissas falsas divulgadas em veículos de comunicação vinculados ao agronegócio. Segundo dados da Agência Chasque de Notícias, a nota diz ainda que “como trabalhadores da área de comunicação não podemos nos omitir diante de tais fatos e também condenar a violência a que são submetidos os trabalhadores rurais brasileiros”.

Cerca de 100 estudantes de São João Del-Rei – Minas Gerais (região Sudeste) realizam marcha em protesto contra a precariedade dos cursos inaugurados a partir do projeto de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). O ato foi convocado pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE). Os estudantes marcharam cerca de 15 quilômetros do Campus CTAN em direção à reitoria da universidade para entregar ao reitor um documento que apresenta a situação dos cursos do campus. Eles denunciam a falta de democracia nos órgãos da Universidade e exigem uma audiência pública com a administração da UFSJ. Os estudantes foram recebidos pelo assessor da reitoria, Peter, que após muita pressão marcou a audiência para o dia 27 de novembro de 2009. Os novos cursos da Universidade inaugurados a partir do projeto REUNI enfrentam falta de estrutura, problemas com os projetos pedagógicos, falta de professores, falta de transporte para o campus que fica longe do centro da cidade de São João Del-Rei, falta de iluminação da ciclovia que dá acesso a esse campus, e falta de assistência estudantil.

5º feira 19

Integrantes do MST realizam uma ocupação no município de Taquarana, no estado de Alagoas (região Nordeste). A fazenda Olho D'Água do Caboclo pertence às terras do antigo banco Produban, falido pela inadimplência dos grandes usineiros do estado, que não saldaram suas dívidas segundo informações do site do MST. Cerca de 80 famílias fazem resistência no acampamento em Taquarana e aguardam uma solução por parte do Incra, que já deveria ter destinado as terras em questão para assentamentos da Reforma Agrária. Muitas dessas terras continuam sendo utilizadas pelos próprios usineiros ou arrendatários.

Um grupo de cerca de 300 índios da etnia Terena é despejado da Fazenda Querência São José, no município de Sidrolândia, no estado de Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). Os índios, estão agora acampados a 500 metros da fazenda onde estavam há mais de um mês. O despejo da comunidade é executado à revelia da decisão do Tribunal Regional Federal, 3ª Região, que determinou que o povo Terena permanecesse naquelas terras, até que a ação principal movida contra a demarcação fosse julgada. Houve confronto e, de acordo com os Terenas, dois idosos ficam feridos. Em nota, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) declarou que a ação foi realizada sem ordem judicial, envolvendo PMs e seguranças particulares. Um batalhão de cerca de 50 PMs participou da ação segundo informações do Jornal Brasil de Fato. Segundo as lideranças Terena, o despejo foi feito pela Polícia Militar em ação conjunta com fazendeiros e seus seguranças. Os indígenas saíram da área, pois havia diversas crianças e idosos entre o grupo. O Coronel Bueno, do Comando Geral da PM no Mato Grosso do

Sul, afirma que é constante o policiamento ostensivo na área retomada “para evitar conflitos entre os índios e os proprietários”. Segundo ele, não havia ordem para os PMs despejarem os indígenas. A Polícia Federal do Mato Grosso do Sul (PF-MS) confirma que não havia ordem judicial para a reintegração de posse na região da fazenda. Até o fim da tarde, a PF-MS não havia ido até a área por não ter sido comunicada oficialmente do ocorrido. Segundo as lideranças Terena, os PMs e os seguranças dos fazendeiros continuam no local. “Não vamos nos intimidar. Vamos ficar por perto. Mas, por segurança, vamos tirar os idosos e as crianças”, afirma Hanaiti. A fazenda Querência São José, localizada na terra Buriti, foi identificada em 2001 como terra tradicional indígena.

Cerca de 60 integrantes de entidades que representam os direitos dos negros, entre elas a União de Núcleos de Educação Popular para Negros e Classe Trabalhadora (Uneafro), ocupam a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, em São Paulo – SP (região Sudeste). Conforme informações do jornal O Estado de São Paulo, o grupo reivindica protocolar um documento com 12 pontos, entre eles a adoção de cotas nas universidades públicas paulistas e aplicação do ensino de história e da cultura africana e indígena nas escolas.

Cerca de 20 manifestantes do Movimento pela Libertação de Cesare Battisti acampam em frente ao Centro Cultural Banco do Brasil em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), sede provisória da Presidência da República. Os manifestantes tentam uma audiência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que o italiano permaneça no país. O Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou no dia 18 de novembro a extradição do italiano, mas definiu que a palavra final será de Lula. O grupo disse que encontrou hoje com Battisti, que está na Penitenciária da Papuda, em Brasília. Segundo a professora e representante do movimento, Rosa Fonseca, o ex-ativista de esquerda está 9 quilos mais magro devido à greve de fome iniciada há sete dias, porém confiante que não será extraditado para a Itália. Esperamos que o presidente não negue seu passado de preso político”, afirmou Rosa, uma das manifestantes retiradas à força ontem do plenário do STF no início do julgamento sobre a extradição. Para a manifestante, a autorização da Corte máxima da Justiça brasileira de extraditar o ex-ativista foi “uma aberração”, já que, segundo ela, a Constituição prevê que este tipo de decisão deve ser tomada pelo Executivo, por se tratar de assunto entre Estados. Ela diz que não há registro em outra parte do mundo de preso político com *status* de refugiado que fica preso no país em que solicitou o refúgio e corre o risco de ser expulso. O pedido de audiência do grupo com Lula foi intermediado por parlamentares, entre eles, o senador José Nery (PSOL- PA). O presidente não está na capital federal. Ele cumpre agenda em Guimarães, no Rio Grande do Norte, e amanhã (20), em Salvador. Ema viagem à Itália nesta semana, o presidente Lula sinalizou que iria acatar a decisão do STF, caso fosse determinativa, mas não afirmou qual posição adotaria se o Judiciário lhe atribuísse o desfecho do caso. Ex-integrante da organização de esquerda Proletários Armados pelo Comunismo, Battisti foi condenado à prisão perpétua por quatro assassinatos na década de 70, na Itália. O escritor ficou exilado na França, e no México até chegar ao Brasil, onde foi preso há dois anos no Rio de Janeiro.

Trabalhadores de três sindicatos que reúnem servidores da Secretaria Estadual da Fazenda deflagram greve no Rio Grande do Sul (região Sul). A Associação de Fiscais de Tributos Estaduais (Afisvec), o Sindicato dos Auditores de Finanças Públicas

(Sindaf), e o Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco), reivindicam da Assembléia a aprovação das leis orgânicas que alteram as estruturas das categorias. Os sindicalistas querem que o governo peça urgência para a apreciação das propostas ainda neste ano de 2009, mas o Executivo não deve atender este pleito.

Servidores da Carreira Pública de Assistência Social do Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste) lotados nas Secretarias de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (SEDEST) e Secretaria de Justiça e Cidadania (SEJUS) entram em greve por tempo indeterminado. Segundo informações do CMI, os trabalhadores tentam negociar com o Governo do Distrito Federal há cerca de 3 meses. A luta não é somente salarial, os servidores querem reestruturação da carreira, com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Eles fazem essa reivindicação com base nas Normas Operacionais Básicas de Recursos Humanos (NOB-RH), que prevêem remuneração justa, servidores capacitados e exigem serviços bem prestados, garantindo direitos sociais para promover a emancipação da população, melhorando estruturas físicas e promovendo concursos públicos.

Cerca de 50 moradores do Morro do Santa Marta, em Botafogo, Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (região Sudeste), sob o comando de líderes comunitários, fazem um protesto cujas principais queixas são a falta de infraestrutura, que, segundo eles, ainda é um problema recorrente na favela. Uma parte do grupo, formada por lideranças jovens, também reclamou da PM que continua a proibir a realização de eventos em áreas públicas da favela. Entre os cartazes afixados na comunidade durante a manifestação, um deles, com uma imagem da Escrava Anastácia ao lado, tem os dizeres: “Lutamos pela melhoria da favela, agora queremos vivê-la do nosso jeito. Pelo direito de escolher a melhor solução”.

Integrantes de Combate a Corrupção Eleitoral (MCCE) pedem ao Presidente da Câmara, Michel Temer do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB-SP), que apresse a votação do projeto que veta a candidatura dos políticos com condenação na justiça. O secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Dimas Lara, apelou para que a proposta seja debatida e incluída na pauta da Casa ainda este ano. O projeto, de iniciativa popular foi entregue com 1,3 milhão de assinaturas.

6º feira 20

O episódio conhecido como Massacre de Felisburgo completa cinco anos sem Justiça. Neste dia 20 de novembro do ano de 2004, cinco trabalhadores rurais sem-terra foram assassinados no município de Felisburgo, no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais (região Sudeste). As mortes decorreram de um ataque organizado pelo latifundiário Adriano Chafik. Até o momento, nenhum dos responsáveis foi preso.

Integrantes do MST ocupam um latifúndio pertencente a Aderval Tenório na cidade de Delmiro Gouveia, no estado de Alagoas (região Nordeste). As 70 famílias acampadas neste momento no local reivindicam a vistoria daquelas terras e sua destinação à Reforma Agrária.

A Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestas (ABEEF) e a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) divulgam moção contra a criminalização dos movimentos sociais do campo e por justiça no estado do Pará (região Norte). O trecho da moção afirma: “(...) nós da Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) e da Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF), prestamos a solidariedade a CPT e ao MST e sua lideranças. Exigimos justiça da governadora Ana Júlia Carepa, que perante todo seu discurso como senadora e no início de seu mandato, colocava a concentração fundiária como um dos principais problemas do estado do Pará e agora faz do estado um grande instrumento para repressão dos movimentos sociais.”

Estudantes e entidades sociais favoráveis às cotas raciais protocolam no Supremo Tribunal Federal (STF) em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), um pedido para participar como parte interessada no processo movido pelo Partido Democrata (DEM) contra o sistema de cotas raciais adotado pela Universidade de Brasília (UnB) desde 2004. Protocolada pelo Movimento Negro Unificado (MNU), a iniciativa reúne entidades como o AfroAtitude, Enegrecer, Fórum de Mulheres Negras, Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do Distrito Federal (Cojira) e o Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Brasília (UnB). O DEM pede na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) que protocolou no STF, em julho deste ano de 2009, que a Corte declare a inconstitucionalidade dos atos que resultaram na instituição do sistema de cotas na UnB. O partido sustenta que a reserva de 20% das vagas oferecidas pela instituição para estudantes negros e afrodescendentes viola princípios constitucionais como os que prevêm a igualdade nas condições de acesso ao ensino e o que proíbe o preconceito de cor e a discriminação. A liminar solicitada pelo DEM foi negada pelo presidente do STF ministro Gilmar Mendes, com base em pareceres da Procuradoria-Geral da República (PGR) e da Advocacia-Geral da União (AGU), que entenderam que a adoção de cotas é constitucional. No entanto, ao analisar o recurso de um estudante, o ministro Ricardo Lewandowski concluiu que o tema ultrapassa o interesse individual e decidiu convocar uma audiência pública para debater o assunto com especialistas e pessoas com experiência em matéria de políticas de ação afirmativa no ensino superior. A audiência está agendada para os dias 3 a 5 março de 2010. O estudante autor do recurso reclama que, embora tenha atingido uma pontuação maior que a de outros candidatos admitidos por meio do sistema de cotas, não conseguiu ingressar na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), instituição que destina vagas aos estudantes provenientes do ensino público.

Manifestantes participam da 6ª Marcha da Consciência Negra no Largo do Paiçandu em São Paulo (região Sudeste). Os manifestantes reivindicaram o fim da intolerância religiosa, a importância da regularização de terras quilombolas e o fim do genocídio da juventude negra estão entre outras questões. Para o coordenador da Congregação Nacional de Entidades Negras (Conen), Joãozinho de Oliveira, um dos temas que merece destaque em 2009 é o destino dos lucros do petróleo da camada pré-sal. Com cartazes nos quais estavam escritos "Pré-sal: ouro negro para o negro brasileiro", os militantes falavam da importância de estudar um modelo que privilegie ações afirmativas para negros com o dinheiro do pré-sal. Para ele, a prioridade das ações públicas deve ser baseada em temas como saúde, emprego, educação e moradia. "Os recursos devem ser destinados para estas áreas, que são as peças-chave para combater a

miséria, que mais acomete os negros", afirmou. Na Praça da Sé, o grupo baiano Ilê Aiyê fez uma apresentação em frente à Catedral lembrando o líder negro Zumbi dos Palmares. As comunidades quilombolas de Preto Fôrro, em Cabo Frio, na Região dos Lagos, e São José da Serra, em Valença, no Médio Paraíba ambas no Rio de Janeiro (região Sudeste) avançam no processo de regularização fundiária, com o decreto assinado pelo presidente Lula. O documento declara as áreas ocupadas, de interesse social. Com isso, o Incra pode avaliar os imóveis que, após a indenização dos proprietários, devem passar para as comunidades, assegurando o direito à terra, previsto na Constituição. Das cerca de 33 comunidades fluminenses identificadas como remanescentes de quilombo, apenas Campinho da Independência, em Paraty, sul fluminense, tem o título da terra. O documento foi expedido em 1999, pelo governo estadual. Para o movimento quilombola no estado, há muita lentidão no processo por influência dos ruralistas. Embora a regularização dos quilombos não esteja nem perto de ser concluída, pois precisa ainda ser submetida ao Judiciário, onde pode ser contestada, o presidente da Associação de Moradores de São José da Serra, Toninho Canecão está confiante. Ele acredita que a indenização paga pelo governo federal em dinheiro ao atual proprietário acelera a titulação. Em outras desapropriações, o Incra pagou com títulos da dívida agrária. A cerca de 300 quilômetros da capital fluminense, São João da Serra, é uma das principais comunidades jongueiras do estado. A dança que mistura o som de tambores centenários e de instrumento chamado candongueiro se tornou junto com o artesanato uma das principais fontes de renda. A lavoura, muito prejudicada pela falta de espaço, serve apenas para o consumo da comunidade. Os parentes paulistanos e fluminenses estiveram em São José para festejar o decreto. A comunidade, localizada na Serra da Beleza, preparou um grande almoço e depois rezou um terço, em homenagem aos antepassados.

Os 16 Dias de Ativismo Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres inicia no dia 20 de Novembro. Criada em 1991 pelo Centro para Liderança Global das Mulheres, a Campanha 16 Dias de Ativismo desempenha um papel fundamental na luta pela erradicação da violência contra as mulheres em todo o mundo. A Campanha é realizada de 20 de Novembro a 10 de Dezembro, em 154 países. No Brasil, começa mais cedo, com o Dia Nacional da Consciência Negra.

Após rejeitarem duas propostas apresentadas pela empresa, os 3 mil metalúrgicos da Bosch permanecem em greve no Paraná (região Sul). A última oferta feita pela direção da fábrica foi recusada pelos trabalhadores em assembléia. Os empresários ofereceram R\$ 1.500 de abono em Dezembro, correção de 100% do Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) em Fevereiro e aumento real de 3,5% em Março de 2010.

O Conselho Estadual do Meio Ambiente aprova, alterações ao Zoneamento Ambiental da Silvicultura no Rio Grande do Sul (região Sul). O plantio de pínus e eucalipto, que no projeto anterior poderia ocupar 8 milhões de hectares, agora ficará restrito a 3 milhões e quinhentos mil hectares. Também foram mudados o tamanho dos maciços, ou seja o tamanho da extensão das monoculturas, e das distâncias entre elas. O novo zoneamento foi aprovado por 19 votos a favor e 1 abstenção. O Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) é integrado por representantes de empresas, ruralistas, ambientalistas e do governo estadual.

Sábado 21

Aproximadamente 40 famílias são assentadas definitivamente após o Massacre de Felisburgo, Minas Gerais (região Sudeste). Um ato foi realizado na praça central da cidade, e contou com a presença várias autoridades do governo federal, estadual e municipal, além de muitos simpatizantes e militantes do MST. Uma marcha abriu o ato percorrendo a cidade e se dirigindo para o antigo acampamento Terra Prometida, agora oficialmente um assentamento já produtivo e promissor. Os militantes ainda aguardam a punição dos criminosos que atacaram os membros do MST, além da indenização às famílias. O evento ainda consagrou uma carta aberta, em que os trabalhadores reapresentam as denúncias contra os assassinos do Massacre de Felisberto, além das sucessivas ameaças contra os militantes e a necessidade de se apressar a Reforma Agrária.

O movimento Terra Livre ocupa a Fazenda São Felix, no município de Faina – Goiás (região Centro-oeste), com cerca de 70 famílias. Segundo informações do CMI, a Fazenda é de aproximadamente 2,5 mil hectares é improdutivo e fruto de grilagem na década de 1980, promovida por Nilson Oliveira Custodio, em desfavor de André Ribeiro Pova. Os familiares de André, que se organizaram junto aos sem-terra, ainda hoje lutam na justiça para tentar reaver suas terras. O movimento, solidário com a família, ocupa a fazenda para cobrar das autoridades a reintegração de posse da Fazenda São Felix para os herdeiros da família de origem. Eles reivindicam que a área seja destinada à Reforma Agrária. O movimento também reivindica limite à propriedade; atualização dos índices de produtividade, fim da criminalização dos movimentos populares, assistência técnica e extensão rural e agilidade nos convênios de educação no campo.

Domingo 22

Integrantes do Acampamento Vladimir Maiakovisk, na Fazenda Espírito Santo, Xinguara - Pará (região Norte) são atacados por cerca de 30 policiais militares do Grupo de Operações Especiais (GOE). Segundo informações do site do MST, os policiais desceram do ônibus trajando shorts e camisas tipo regata, todos armados com pistolas, rifles e espingardas calibre 12, insultando verbalmente os acampados. Segundo relatos, um dos policiais fez a lavradora Rita de Cássia deitar no chão e aponta uma espingarda calibre 12 para a sua cabeça. Outro militar ameaçou de morte o acampado Weston Gomes e lhe deu um soco, na altura da costela. Conforme as declarações dos acampados, a maioria dos policiais demonstrava visíveis sinais de embriaguez alcoólica e em nenhum momento apresentam qualquer ordem judicial para adentrar e revistar o acampamento.

Cerca de 2 mil pessoas, segundo a Agência Brasil, 800 pessoas de acordo com O Estado de São Paulo, participam, na Praia de Ipanema no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), do protesto contra a visita do presidente do Irã, Mahmud Ahmadinejad, que chega ao Brasil no dia 23 de novembro. A manifestação, reuniu representantes judeus, islâmicos, umbandistas, candomblecistas, evangélicos, católicos, ciganos, ativistas dos movimentos negro e gay. Michel Gherman, representante da comunidade judaica na manifestação declarou: “O que nós queremos é que o presidente Lula levante essas

questões diretamente a ele, inclusive porque o Brasil é um país tolerante sob todos os aspectos.” Porta-voz da Comissão Contra a Intolerância Religiosa, Ivanir dos Santos lembrou a passeata de setembro, em Copacabana, pela liberdade religiosa e disse que “negar o holocausto é como negar a escravidão. Precisamos estar atentos a todas as declarações e atos discriminatórios para nos posicionarmos sempre do lado da tolerância, na defesa das liberdades, a começar pela religiosa. No Irã, muitas minorias religiosas sofrem perseguição”, afirmou referindo-se a comentário de Ahmadinejad, feito durante a semana, em que o presidente iraniano questionou que tenha havido, no passado, o Holocausto.

Manifestantes realizam protesto na Praia de Copacabana no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), pelo fim da violência contra as mulheres. A manifestação na Praia de Copacabana fez parte da campanha “16 Dias de Ativismo”, iniciada dia 20 de novembro. O movimento em defesa das mulheres, coordenado pela ONG Agende (Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento) contou com a participação da ministra especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéia Freire, e do presidente da BR Distribuidora, José Lima de Andrade Neto. A ministra falou sobre o número telefônico 180 para denúncias de abusos contra meninas, adolescentes e mulheres adultas em todo o país. Segundo ela, 16 unidades móveis vão percorrer 150 postos de combustível com a bandeira BR (Petrobras), orientando seus funcionários sobre a questão. “Os operadores dos postos estarão conscientes de que podem ajudar com informações, passadas, principalmente, aos caminhoneiros sobre a exploração sexual infantil”, disse Nilcéia Freire, lembrando que este é o quarto ano seguido em que a BR Distribuidora participa da ação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Andrade Neto contou que o sistema Petrobras está engajado na campanha da violência contra mulheres.

A Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (região Sudeste) está enviando oficiais do Batalhão de Operações Especiais (Bope) para a Colômbia para fazer cursos para detectar armadilhas montadas por terroristas com bombas e minas terrestres. O comando do Bope alega que a Colômbia é um país muito próximo do Brasil, não só na distância, como nos problemas relacionados à segurança, portanto, é legítima a aproximação entre as polícias de ambos os países.

2º feira 23

A CPT divulga os dados preliminares do levantamento anual Conflitos no Campo. De Janeiro a 15 de Novembro, o número de conflitos reduziu de 942 em 2008 para 731 ocorridos neste ano de 2009. No entanto, a violência aumentou: em 2008, a cada 47 conflitos ocorreu um assassinato de camponês; agora em 2009, um sem-terra morreu em cada 36,5 conflitos. Outro dado alarmante é o aumento de 16% na participação dos governos em despejos de terra.

Cinco pistoleiros invadem o acampamento do MST na fazenda Alexandrina, município de Belo Monte no estado de Alagoas (região Nordeste). Segundo informações do site do Movimento, cerca de 60 famílias acampadas no local reivindicam há dois anos a destinação da área para fins de Reforma Agrária, mas são constantemente ameaçadas. Segundo os acampados, os cinco indivíduos, entre eles o sobrinho do proprietário Zé

Pivete, conhecido como Hélio, chegaram numa caminhonete Mitsubishi intimidando as cerca de 20 famílias presentes no momento e exigindo que saíssem da área. De acordo com os relatos, os intrusos perguntavam pelas lideranças do acampamento. Um Boletim de Ocorrência, relatando as várias ameaças recebidas, foi protocolado no Inkra, em Maceió. Recentemente, dois carros em alta velocidade dispararam tiros contra os barracos. Embora o Inkra já tenha dado posição pela desapropriação das terras, os acampados buscaram refúgio no acampamento 6 de janeiro, município de Jacaré dos Homens.

Cerca de 100 manifestantes recebem o presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, no Palácio do Itamaraty em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). No grupo, havia ativistas favoráveis e contrários à presença do líder iraniano no Brasil. Durante a última semana, várias manifestações foram realizadas nas principais capitais do país. Os dois grupos em vários momentos quase brigaram diante do Itamaraty. O grupo em defesa da vinda do presidente reuniu aproximadamente 20 pessoas. Cerca de 60 pessoas exibiram faixas com os dizeres do tipo: “Holocausto nunca mais!” e “Pela vida dos gays, contra Ahmadinejad”. Os deputados Marcelo Itagiba (PSDB-RJ) e Zenaldo Coutinho (PSDB-PA) estenderam uma faixa no Salão Verde da Câmara com os dizeres “Holocausto nunca mais”. Entre os favoráveis à visita estão os que criticam o chamado imperialismo norte-americano e apreciam os governos do venezuelano Hugo Chávez e do boliviano Evo Morales. O grupo dos que são contra a visita é formado por representantes da comunidade judaica, entre eles um sobrevivente do Holocausto (execução em massa de judeus e de outras minorias durante o nazismo).

Cerca de 150 pessoas participam de protesto contra a visita oficial do presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sudeste). Segundo informações do jornal O Estado de São Paulo, representantes da comunidade judaica e de grupos de defesa dos direitos humanos, dos homossexuais e das mulheres se reuniram na esquina da Avenida Borges de Medeiros com a Rua dos Andradas, portando bandeiras de Israel, faixas e cartazes. Os deputados Marcelo Itagiba (PSDB-RJ) e Zenaldo Coutinho (PSDB-PA) protestaram na Câmara, em Brasília – Distrito Federal estenderam uma faixa no Salão Verde da Câmara com os dizeres “Holocausto nunca mais”.

Os trabalhadores da metalúrgica Bosch encerram a greve em Curitiba – Paraná (região Sul). A maioria dos trabalhadores decidiu aceitar a nova proposta feita pela empresa: 3,7% de aumento real, correção do INPC e abono de R\$ 2 mil dividido em 2 parcelas. Ficou definido que os dias parados serão compensados no esquema “seis por oito”, ou seja, a cada seis horas compensadas, paga-se oito.

3º feira 24

Trabalhadores estaduais da educação iniciam, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul), uma vigília em defesa dos direitos da categoria. Em conjunto com o Fórum dos Servidores Públicos Estaduais, os educadores exigem a retirada dos projetos enviados pelo governo do estado à Assembléia Legislativa. A vigília terá continuidade amanhã, quando cada deputado estadual receberá o abaixo-assinado em defesa dos planos de carreira da categoria.

A Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (região Sudeste) aprova o requerimento apresentado pelo deputado estadual Chico Uejo do Partido Socialista Brasileiro (PSB) de repúdio ao envolvimento da presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), senadora Kátia Abreu (DEM-TO), no suposto esquema classificado pelo Ministério Público Federal de Tocantins (região Norte) como sendo de “grilagem pública”. O documento solicita também o afastamento temporário da senadora de sua função de Presidente da CNA até que as denúncias sejam esclarecidas e julgadas. Os deputados da Comissão presentes na reunião - Antônio Carlos Arantes (PSC), Chico Uejo (PSB) e Vanderlei Jangrossi do Partido Popular (PP) - assinaram pela aprovação.

A Justiça Federal no Distrito Federal (região Centro-oeste) determina que a Companhia Imobiliária do Distrito Federal (Terracap) não realize ou permita que se realizem quaisquer obras na área reivindicada pela Comunidade Indígena Bananal/Santuário dos Pajés e parte de onde será construído o Setor Habitacional Noroeste. A autarquia também não pode promover qualquer ato que possa intimidar ou ameaçar os membros da comunidade. Na semana passada, o Ministério Público Federal no Distrito Federal ajuizou ação civil pública, com pedido de antecipação de tutela, para garantir a permanência da Comunidade Indígena Bananal na área até que os estudos sobre a tradicionalidade da ocupação na região sejam concluídos.

4º feira 25

Mais 30 trinta organizações, movimentos e redes da sociedade civil brasileira assinam documento entregue hoje ao presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho. O documento mostra os impactos socioambientais, culturais e econômicos de empreendimentos financiados pela instituição. Entre as organizações estão o MST, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi). A entrega foi feita depois do 1º Encontro Sul-Americano de Populações Afetadas pelos Projetos Financiados pelo BNDES, realizado no Circo Voador, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste).

O Fórum Nacional de Reforma Agrária e Justiça no Campo participa de audiência, com o governo federal, para apresentar um panorama da situação da Reforma Agrária e denunciar uma ofensiva do latifúndio, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Durante o encontro, as entidades presentes, dentre eles o MST, Confederação Nacional de Trabalhadores na Agrícola (Contag), a CNBB, Movimento dos Pequenos agricultores (MPA), MAB, entregaram uma carta de reivindicações ao Governo Federal, representado pelo ministro Luiz Dulci (Secretaria Geral da Presidência), pelo presidente do Incra, Rolf Hachbart e pelo chefe do gabinete da Presidência da República, Gilberto Carvalho. Dentre as reivindicações estão: a instalação imediata da Portaria Interministerial responsável pela atualização dos índices de produtividade; o assentamento das famílias acampadas em todo Brasil, a identificação e demarcação dos territórios das comunidades tradicionais; efetivação de um controle sobre o uso de agrotóxicos entre outras demandas. Os representantes do governo reafirmaram o compromisso do presidente Lula com a atualização dos índices de produtividade. Um

próximo encontro foi marcado para o dia 15 de dezembro para dar continuidade às avaliações do andamento da Reforma Agrária no ano de 2009 e perspectivas para 2010. Frei Gilvander Moreira, participante do trabalho pastoral com Comunidades Eclesiais de Base desde 1985, em entrevista denuncia as sucessivas ameaças de morte à “irmã Geraldinha”, freira da Congregação Romana de São Domingos (CRSD), assim como a membros do Acampamento Dom Luciano Mendes, em Salto da Divisa, Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais (região Sudeste). Segundo Frei Gilvander, militantes do MST também estão sendo ameaçados.

Cerca de 280 indígenas da etnia Guarani Kaiowá - entre eles, 30 crianças - ocupam parte de sua terra tradicional – Kurussu Ambá – em uma área próxima ao município de Coronel Sapucaia no sul de Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). Desde 2005, os indígenas vivem na beira da Rodovia MS-289 (que liga Amambai a Coronel Sapucaia). De acordo com o líder Guarani Kaiowá Avakuarici, “o governo sabe da situação dos índios” e a comunidade espera que a Funai e o Ministério Público tomem uma posição sobre a demarcação da área. “Estamos reivindicando a presença dos antropólogos”, disse Avakuarici afirmando que “os índios não sairão mais da área”. Segundo o Cimi, trata-se da “retomada” da terra tradicional Kurussu Ambá, onde em 2007 a rezadeira Julite Lopes, teria sido assassinada por seguranças particulares da Fazenda Madama. O conflito pela terra também teria resultado nas mortes dos indígenas Osvaldo Lopes (maio de 2009) e Ortiz Lopes (janeiro 2007). Segundo informações do Jornal Brasil de Fato, nenhum inquérito sobre estes assassinatos foi concluído. Os Guarani Kaiowá são os índios brasileiros que mais sofrem com mortes violentas. Em 2008, ocorreram 42 assassinatos e 34 casos de suicídio entre os indígenas. O Cimi afirma que boa parte dessas mortes foram consequência da redução de terras e da concentração de índios em áreas limitadas, o que força o convívio entre famílias inimigas e potencializa as tensões. Desde 2007, três crianças da comunidade morreram em função de desnutrição, pois a comunidade não tem condições de plantar no espaço em que se encontra e não recebe suficiente alimentação do Estado. O atendimento à saúde também é precário. Os indígenas denunciam ainda a ação articulada entre fazendeiros e policiais, que armariam situações numa tentativa de criminalizar o povo. O Cimi espera que a Funai conclua o trabalho de identificação da área para futura demarcação. “O prazo para conclusão do laudo de identificação já passou”, cobrou o coordenador regional do Cimi, Egon Heck. Segundo ele, fazer a ocupação “foi a única alternativa para trazer resultados para o reconhecimento”. Egon Heck afirma que a ocupação é uma espécie de pressão pela demarcação e que os indígenas “esperam e acreditam que o governo federal e o Ministério Público garantam o direito à terra tradicional”.

Moradores do bairro Caixa D’Água, na periferia de Salvador – Bahia (região Nordeste), realizam bloqueio de uma das principais ruas do bairro, para reivindicar que a Secretaria de Saúde vacine gratuitamente a população contra a meningite, doença que já foi responsável por cerca de 128 óbitos neste ano de 2009. Os moradores foram às ruas ostentando cartazes com os dizeres:” Secretaria de Saúde, onde está a ação preventiva? O que devemos dizer aos pais de Jonatan e Daniel?” e “2 crianças mortas em 48 horas. Meningite, a doença que mata!”. Jonatan e Daniel são as duas crianças do bairro da Caixa D’Água que morreram em menos de 48 horas com os sintomas de meningite. Pela segunda vez, trabalhadores são encontrados em condição de trabalho escravo na Fazenda Ilha, em Capinzal do Norte no estado do Maranhão (região Nordeste). Fiscalização ocorrida no início de Outubro havia libertado 29 pessoas do local,

incluindo um adolescente de 17 anos e uma senhora de 58 anos. A operação foi uma iniciativa da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Maranhão, juntamente com a Procuradoria Regional do Trabalho da 16ª. Os agentes públicos foram conferir a situação após denúncia de um trabalhador que conseguiu fugir da fazenda, que tem 17 mil hectares. A notícia foi divulgada pela Agência Chasque neste dia 25 de novembro.

5º feira 26

A Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, órgão ligado a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, apura as tentativas de criminalização dos movimentos sociais no Rio Grande do Sul (região Sul). Um relatório foi produzido com base em depoimentos de integrantes dos movimentos sociais rurais e urbanos e contou com o auxílio de representantes da sociedade civil e do Ministério Público Federal (MPF). O relatório final foi exposto na Comissão e apontou 28 recomendações a órgãos dos governos estadual e federal e para o Ministério Público Estadual (MPE). Em reunião na Assembleia Legislativa de Rio Grande do Sul (região Sul), o vice-presidente da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Rogério Sottili, informou que o documento é o resultado de dois anos de investigações da Comissão. O relator do documento, Fernando Mattos, alerta que há um avanço da repressão por parte da Brigada Militar nos últimos quatro anos. Na conclusão de seu relatório, Mattos aponta que há, de fato, indícios de criminalização dos movimentos sociais do campo e da cidade por parte dos poderes locais. Ele afirma ainda que os fatos mais recentes, as torturas registradas na ação de reintegração de posse da Prefeitura de São Gabriel, Rio Grande do Sul (região Sul) e o assassinato do sem-terra Elton Brun, mostram a gravidade do problema. Mattos disse que desde a tragédia de Eldorado dos Carajás, em 1996, ninguém havia sido morto pela polícia em operação semelhante. Fernando Mattos aponta no relatório, a necessidade da criação de uma Comissão Estadual de Mediação de Conflitos Agrários; a revogação pelo Comando Geral da Brigada Militar da Nota de Instrução Operacional nº 006.1, que trata os conflitos agrários como caso de polícia; a suspensão pela Brigada, do processo de fichamento de lideranças dos movimentos sociais; a recomendação à Brigada que adote o Manual de Diretrizes Nacionais para Execução de Mandados Judiciais de Manutenção e Reintegração de Posse coletiva, da Ouvidoria Agrária Nacional e a garantia às crianças dos acampamentos do MST de acesso à educação, à saúde e à alimentação. O relatório faz referência à desocupação da fazenda São João da Armada, em Canguçu, Rio Grande do Sul (região Sul), em 2008 durante a qual a Brigada revidou com intimidações e humilhações, aos atos de violência contra os manifestantes da Marcha dos sem-terra, no Parque Harmonia, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul (região Sul). No documento estão também o cerco às festividades dos 25 anos do MST e a norma do MPE de fechar as Escolas Itinerantes do Movimento.

Um grupo de fazendeiros e seus seguranças particulares ameaçam com vários tiros e cachorros os cerca de 250 Guarani Kaiowá que retomaram no dia 25 de novembro parte de sua terra tradicional (Kurussu Ambá), divisa entre os municípios de Amambaí e Coronel Sapucaia, no Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). Segundo relato de lideranças da comunidade, diversos carros se aproximaram da área e fizeram vários disparos. Entre os veículos, há uma viatura do Departamento de Operações de

Fronteiras (DOF). Os Guarani pedem a presença urgente, na área, da Funai e do Ministério Público Federal (MPF). A presença da Polícia Federal é necessária para proteger os indígenas e possibilitar a presença dos servidores da Funai no local, pois a integridade deles também fica ameaçada sem proteção policial. A comunidade de Kurussu Ambá está vivendo há 4 anos na beira da Rodovia MS 289, que liga Amambaí a Coronel Sapucaia, onde crianças sequer têm acesso à água potável. Ainda neste dia, o Cimi lançou nota de repúdio diante das ações do governo de Mato Grosso do Sul em impedir que os grupos de trabalho criados pela Funai procedam os estudos antropológicos na região, agredindo com isso os direitos constitucionais dos povos indígenas, especialmente dos Guarani-Kaiowá e do povo Terena. O Cimi denuncia o descaso do Governo Federal “que nada faz diante dos ataques praticados por ‘agentes de segurança’ dos fazendeiros contra comunidades indígenas”, conforme a nota; bem como a falta de segurança aos grupos de trabalho que desenvolvem os estudos de identificação das áreas; e a morosidade na execução dos procedimentos de demarcação das terras naquele estado, conforme determinam as portarias da Funai. O Conselho exige que o Ministério da Justiça investigue, através da Polícia Federal, os atos de violência e promova o desarmamento das milícias particulares envolvidas em ações contra os povos indígenas, bem como determine que se proceda a uma séria e ampla investigação quanto às ações ilegais de fazendeiros e os denuncie judicialmente.

Apoiadores do Santuário dos Pajés, terra indígena ameaçada pelo projeto imobiliário do Setor Noroeste, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), ocupam a Sede da Funai na capital federal. O projeto pretende desmatar o local e afugentar os indígenas para se instalar e construir um bairro de luxo o local. Os manifestantes exigem a imediata formação de Grupo de Trabalho para realizar o levantamento e estudos necessários para demarcação da Terra Indígena. Esta reivindicação também foi feita pelo Ministério Público, mas não foi atendido. A Reserva Bananal, localizada na Asa Norte de Brasília é uma das últimas áreas de cerrado nativo na cidade. Os manifestantes ocuparam a sala do presidente da Funai, Márcio Meira, acusado de negligenciar o caso. Essa construção é considerada ilegal pelo Ministério Público Federal, que determinou que a Companhia Imobiliária do Distrito Federal (Terracap) não faça ou permita que se façam “quaisquer obras tendentes a alterar, reduzir, impactar, transferir ou restringir o modo de ocupação e a área reivindicada pela Comunidade Indígena Bananal/Santuário dos Pajés”. O responsável pelo projeto, Paulo Otávio, é vice-governador e contou com o apoio do governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda (DEM) para a realização do projeto. Os indígenas, junto a um coletivo de apoiadores da sociedade civil, se manifestam contra a construção do Bairro, pois este ameaça a permanência dos mesmos, a integridade do cerrado no local e a distribuição de água na região.

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e de Taubaté – São Paulo (região Sudeste) defendem uma proposta da Volkswagen, que visa aumentar a produção. Isso ocorre em plena campanha para a redução da jornada de trabalho dos sindicatos. Pela proposta, os metalúrgicos teriam que produzir 315 mil carros por ano na fábrica de São Bernardo do Campo e na de Taubaté para ganhar R\$ 8.300 de Participação dos Lucros e Resultados. Para atingir a meta os trabalhadores teriam que ter uma jornada maior aos sábados a fim de produzir mais de 40 mil carros até o final do ano de 2009. A proposta da Volkswagen recebeu duras críticas de metalúrgicos e o sindicato foi vaiado em assembleias da categoria. O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos – São Paulo (região Sudeste) divulga que a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer)

demitiu, ao longo deste ano de 2009, pelo menos outros 600 funcionários, além do corte em massa de 4.200 empregados em fevereiro – o equivalente, na época, a 20% de seu total de funcionários. Segundo o sindicato, as 600 vagas fechadas são apenas do setor de produção em São José, onde está localizada a sede e principal fábrica da Embraer. De acordo com a categoria, o levantamento foi realizado com base nas homologações registradas ao longo deste ano, excetuando-se as assinadas durante a época da demissão em massa. Para o vice-presidente do sindicato, Herbert Carlos, as novas demissões podem chegar a 900, se incluídos também os setores administrativo e de engenharia.

Manifestantes promovem um protesto contra a distribuidora de energia Ampla, em frente a uma loja de atendimento da empresa no bairro de Saracuruna, em Duque de Caxias no estado do Rio de Janeiro (região Sudeste). Eles reclamam da falta de luz que atinge alguns pontos do município desde a noite do dia 25 de novembro, devido a um temporal. A chuva deixou vários bairros da cidade do Rio e de municípios da Região Metropolitana sem luz. Técnicos das distribuidoras Light e Ampla estão trabalhando para tentar resolver o problema. Na loja, localizada na Rua Belizário de Souza, em Saracuruna, manifestantes chegaram a quebrar a grade de proteção do portão da loja. A Polícia Militar chegou a reforçar o policiamento no local. Clientes da Ampla também buscaram informações na loja de Imbariê, no mesmo município. As duas lojas foram fechadas por medida de segurança. Segundo a Ampla, as lojas serão reabertas no dia 27 de novembro, no horário normal. Por meio de nota, a distribuidora de energia disse que não está medindo esforços para restabelecer o fornecimento de energia e que “reconhece o direito do cidadão em reclamar sobre seus direitos, mas lamenta qualquer ato de vandalismo”.

O governo do Espírito Santo começa a desativar os contêineres usados como celas no presídio do Bairro Novo Horizonte, na cidade de Serra, a 27 quilômetros da capital, Vitória – Espírito Santo (região Sudeste). Os presos que ainda eram mantidos nas celas metálicas foram transferidos para o Centro de Detenção Provisória (CDP) do município, inaugurado em agosto. De acordo com o secretário de Justiça do Espírito Santo, Ângelo Roncalli, outras unidades prisionais do estado ainda abrigam detentos em contêineres, mas ele não soube precisar quais e quantas são elas. “Ainda há outros presos em contêineres, mas em situação diferente da de Novo Horizonte. Além disso, temos o compromisso de acabar com todos [os contêineres] até agosto de 2010”. Roncalli voltou a dizer que o estado adotou as celas metálicas em 2006, “por uma questão de necessidade”. Segundo ele, na época, esta foi a solução encontrada pela Secretaria de Segurança Pública para enfrentar um problema que atinge a todo o país, a superlotação de cadeias e presídios.

6º feira 27

Cerca de 700 trabalhadores rurais do MST se concentram na Praça Deodoro, em frente à sede do Tribunal de Justiça (TJ) do estado, em Maceió - Alagoas (região Nordeste), após realizar caminhada pelas ruas da cidade. Em Atalaia, a caminhada pelas principais ruas da cidade denuncia a violência cometida contra as famílias sem-terra e a impunidade que tem sustentado esses crimes. Uma reunião foi acompanhada por representantes da Assessoria Militar do Tribunal de Justiça de Alagoas e do Centro de Gerenciamento de Crises da Polícia Militar de Alagoas (PM/AL). A presidente do

Tribunal de Justiça de Alagoas, desembargadora Elisabeth Carvalho Nascimento, se encontrou com lideranças do MST que reivindicam o desaforamento do processo referente ao assassinato do líder do movimento, Jaelson Melquíades, ocorrido em 2005 no município de Atalaia. O homicídio do integrante do MST Luciano Alves, ocorrido em 2003, em Craíbas, também foi discutido no encontro. De acordo com Débora Nunes, da direção nacional do MST, as questões de violência e impunidade no campo precisam ser discutidas com maior cautela. “O MST reclama o desaforamento do caso da comarca de Atalaia, por acreditar que as influências diretas do poder local possam ser determinantes no resultado dos julgamentos”, explica Débora. A presidente do TJ/AL, desembargadora Elisabeth Carvalho Nascimento, informou à liderança do movimento que o desaforamento do julgamento do processo pode ser feito pelo magistrado, pelo promotor de Justiça ou pela defesa do réu. “Vou pedir para analisar pessoalmente os dois processos e indicar outro magistrado para atuar especificamente nesses casos, que tramitam nas comarcas de Atalaia e Igaci”, garante a desembargadora-presidente.

O MST ocupam uma área na cidade de Delmiro Gouveia, a 330 km de Maceió no estado de Alagoas (região Nordeste). As cerca de 70 famílias acampadas reivindicam a vistoria da terras e sua destinação à Reforma Agrária. O latifúndio pertencente ao empresário Aderval Tenório.

Sábado 28

Uma das principais testemunhas de acusação contra um dos investigados pelo assassinato da Irmã Dorothy Stang sofre um atentado no município de Anapu, estado do Pará (região Norte). Apesar de ter levado diversos tiros nas pernas, na cabeça e na boca Roniery Bezerra Lopes não morreu, e está em estado grave, internado em um hospital da região. O atentado foi cometido menos de três horas após Roniery ter recebido intimação da Justiça para ser testemunha de acusação contra Regivaldo Pereira Galvão, no caso que investiga fraudes, uso de laranjas e falsificação de documentos para esconder a grilagem do Lote 55 em Anapu, local onde a Irmã Dorothy foi assassinada e centro dos conflitos agrários na região. Apesar de ainda não ter sido notificado sobre atentado, a assessoria do Ministério Público Federal (MPF) no Pará informa que Roniery participava das negociações envolvendo a área.

2º feira 30

Dez pessoas com bandeiras e camisas da juventude do PDT levam panetones e tentam atirá-los dentro dos carros da cúpula do DEM em frente à residência oficial do governador José Roberto Arruda (DEM), no centro de Brasília – Distrito Federal (DF). Os manifestantes protestam contra as denúncias de “mensalão” do DEM. Houve empurra-empurra entre seguranças e jornalistas. Os manifestantes cantam palavras de ordem como “Arruda na Papuda (presídio de Brasília) e P.O. (Paulo Otávio, vice-governador do DF) no xilindró”. Arruda já declarou, em sua defesa, que os R\$ 50 mil que ele recebe de Durval Barbosa, em encontro gravado em vídeo, foram destinados, entre outras coisas, à compra de panetones para a população pobre do DF.

Glossário

CGTB	Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
Cimi	Conselho Indigenista Missionário
CMI	Centro de Mídia Independente
CNBB	Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil
Contraf	Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTB	Central dos Trabalhadores e trabalhadoras do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Partido Democrata
Funai	Fundação Nacional do Índio
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
P-SOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
STF	Supremo Tribunal Federal
UGT	União Geral dos Trabalhadores
UNE	União Nacional dos Estudantes
Uniban	Universidade Bandeirante
USP	Universidade de São Paulo

Realizada pelo Comitê de Acompanhamento e Análise da Conjuntura do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL/CLACSO).

Levantamento e sistematização feitos pela equipe: Coordenação: Prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ). Pesquisadores Assistentes: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ), Jacqueline Aline Botelho Lima (UFRJ/UERJ). Assistentes de pesquisa: Anísio Borba (LPP/UERJ), Luiza Leite (LPP/UERJ), Luis Américo Araújo Vargas (UFRJ), Mariana Santos (LPP/UERJ), Reginaldo Costa (UFRJ), Taisa Falcão (LPP/UERJ), Vera Lúcia R. de Oliveira (LPP/UERJ).

Fontes: Jornal Folha de São Paulo, Jornal O Globo, Jornal O Estado de São Paulo, Jornal Brasil de Fato, Agência Chasque de Notícias, Agência Brasil, MST na

Imprensa, Jornal do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA.



OSAL

Observatorio Social de América Latina
Publicación electrónica

Cronología del Conflicto Social

R

A

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales



CLACSO

Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais

Documento de trabajo N° 228

*Realizado por
el Comité de Seguimiento
del Conflicto Social y la Coyuntura
Latinoamericana de R*



Integrantes Juan

Diarios E

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.

La responsabilidad por las opiniones expresadas en los artículos, estudios y otras colaboraciones incumbe exclusivamente a los autores firmantes, y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina (OSAL)** constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinado a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado constituye uno de los resultados de este trabajo de documentación y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un documento de trabajo en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social llevadas a cabo durante el mes indicado en uno de los 19 países relevados.

La cronología presentada ha sido elaborada por alguno de los diversos **Comités de Seguimiento del Conflicto Social** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación de un equipo de investigación que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

Comités de Seguimiento del Conflicto y la Coyuntura Latinoamericana

PAIS	INSTITUCION	RESPONSABLES
Guatemala	FLACSO	Simona Yagenova Mario Castañeda
Colombia	Escuela Nacional Sindical	Guillermo Correa Diana Cárdenas
Paraguay	Centro de Documentación de Estudios	Quintín Riquelme
Ecuador	CIUDAD	Mario Unda Hugo González
Bolivia	CIDES – UMSA	Dunia Mokrani Chávez Pilar Uriona Crespo
Chile	ARCIS	Juan Carlos Gómez Leyton
Perú	Instituto de Estudios Peruanos	Ramón Pajuelo
Brasil	LPP	Roberto Leher
Argentina y Uruguay	PIMSA (Argentina)	María Celia Cotarelo
México	UNAM	Massimo Modonesi Lucio Oliver
Panamá, El Salvador, Nicaragua Honduras y Costa Rica	CELA (Panamá)	Marco A. Gandásegui, h.
República Dominicana y Puerto Rico	Centro Juan Montalvo (Rep. Dominicana)	Mario Serrano Juan Luis Corporán
Venezuela	PROVEA	Marino Alvarado Marco Antonio Ponce
Costa Rica	IIS	Sindy Mora Solano

BRASIL
Cronologia do Conflito Social
Dezembro 2009

3º feira 01

Militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocupam a Secretaria de Estado da Agricultura, no centro de Maceió – Alagoas (região Nordeste), segundo o jornal O Estado de São Paulo. Eles reivindicam a solução de um conflito agrário envolvendo a desapropriação da fazenda Capim, no município de Inhapi, em Alagoas. Segundo denúncia do MST no estado, a fazenda teria sido comprada irregularmente pelo Crédito Fundiário e estaria com a reintegração de posse marcada. Segundo informações do site do MST, no final do dia, após negociação com representantes da Secretaria e do Gabinete Civil do Governo do estado, as cerca de cem famílias desocuparam o prédio. As autoridades garantiram que não haverá despejo na fazenda Capim. A promessa do Governo estadual é adquirir novas terras na região para assentar as famílias do MST. Uma nova audiência está marcada em Mata Grande, para o dia 10 de dezembro e a reintegração de posse agendada para o dia 13 de dezembro foi suspensa.

Cerca de 57 famílias do Acampamento Carlos Lamarca, na cidade de Capitão Poço - Pará (Norte) são despejadas durante a operação "Paz no Campo", ordenada pelo governo do estado do Pará e o poder Judiciário do Pará - Vara Agrária de Castanhal. O MST denuncia que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) já definiu a área como passível de Reforma Agrária e que já foram feitas vistorias, faltando apenas o licenciamento ambiental. Apesar disso, a área não faz parte da lista de reintegração do governo do estado. O Superintendente do Incra está negociando, junto à Vara Agrária de Castanhal, o cancelamento do despejo.

O acampamento do MST na fazenda Aracati, em Atalaia - Alagoas (região Nordeste) é reprimido pela Polícia Militar (PM) de Alagoas (Nordeste) durante operação de reintegração de posse. A tropa ficou incumbida de executar a reintegração da área, em benefício de Jorge Matias, suposto proprietário. Os mais de 200 trabalhadores rurais do MST que vivem no local resistiram à saída. Eles denunciam que há dúvidas quanto à propriedade das terras e reivindicam uma vistoria imediata do Incra para comprovar a improdutividade da área.

A Fundação Nacional do Índio (Funai) lança uma nova expedição na Frente Etnoambiental Vale Javari, na região oeste do Amazonas (região Norte), comandada pelo indigenista Rieli Franciscato. Conforme o jornal O Estado de São Paulo, a expedição deverá percorrer mais de mil quilômetros pelos rios Solimões, Jutai e Boia até chegar a uma área de índios isolados nunca antes investigados pela Funai.

Cerca de 100 pessoas protestam, em frente à residência oficial do governador do Distrito Federal (DF), José Roberto Arruda, em Águas Claras – Brasília (região Centro-oeste). A PM precisou conter a pequena concentração de pessoas que fechavam a todo momento a via que passa em frente ao local dos protestos. A concentração, reúne militantes do Partido Socialismo e Liberdade (P-SOL) e do Partido dos Trabalhadores

(PT) e integrantes de movimentos estudantis e sindicais da capital federal. Também chegaram, no início da tarde, ao local da manifestação técnicos penitenciários do DF, que decidiram neste dia 1º entrar em greve, conforme vinham anunciado há alguns dias. Como a polícia isolou a área em frente à casa do governador, sob a alegação de que o trecho está em obras, os manifestantes estão reunidos do outro lado da pista. Arruda é acusado de comandar um esquema de pagamento de propinas no Distrito Federal descoberto pela Polícia Federal na Operação Caixa de Pandora. Panetones, meias, cuecas e réplicas de maços de dinheiro são oferecidos aos motoristas que passam no local, em referência às imagens gravadas pela Operação Caixa de Pandora, em que integrantes do alto escalão do governo e empresários aparecem recebendo maços de dinheiro e à justificativa apresentada por um dos possíveis envolvidos no esquema de que o dinheiro era para a compra de Panetones que seriam dados à população de baixa renda.

Representantes de 120 Organizações Não Governamentais (ONG) do estado de São Paulo que trabalham e militam contra a discriminação e em apoio aos infectados com HIV realizam em frente ao Hospital Emílio Ribas em São Paulo – SP (região Sudeste), um ato público em defesa do Instituto de Infectologia do hospital. O Fórum ONG Aids organizou a manifestação para protestar contra convênio firmado com a Fundação Faculdade de Medicina da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FFM-FMUSP), que permitirá a terceirização das atividades de gestão e de assistência do hospital. Segundo o presidente do Fórum Aids de São Paulo, Rodrigo Pinheiro, esse convênio pode prejudicar o atendimento aos pacientes, que atualmente é referência nacional e internacional. Além disso, Pinheiro ressaltou que a proposta ainda não está clara para a ONG e que não houve uma discussão prévia sobre o convênio. Pinheiro disse que um dos temores é o de que com o convênio o pronto atendimento do hospital seja extinto. A ONG já entrou com uma ação no Ministério Público pedindo que a transição do convênio seja acompanhada, além de pedir uma audiência com o órgão para discutir essa questão. O diretor do Hospital Emílio Ribas, David Uip, afirmou que há 40 anos esse convênio é discutido no hospital e a discussão foi retomada para realizar a parceria entre o Instituto e Emílio Ribas, a Faculdade de Medicina da USP, o Hospital das Clínicas e a FFM-USP. “O objetivo é integrar assistência, ensino e pesquisa para melhorar a atenção à população e mais do que isso zelando pelo bem público do cidadão que contribui.” Uip garantiu que não haverá privatização nem terceirização e que o hospital continuará cumprindo as suas atribuições. Ainda segundo ele, não haverá mudanças no atendimento.

A Anistia Internacional visita a favela Paraisópolis, a segunda maior favela da cidade de São Paulo – SP (região Sudeste). O grupo colheu denúncias de violações de direitos e abusos policiais na Operação Saturação das tropas de Choque da PM de São Paulo. A solicitação da visita foi feita pelo “Tribunal Popular: o Estado no banco dos réus”, articulação de dezenas de entidades e de movimentos do país que lutam contra a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais, e pela Campanha “Paraisópolis exige respeito”. A favela de Paraisópolis foi ocupada militarmente, por quase 3 meses, no início de 2009. Além da repressão policial, Paraisópolis foi palco de despejos irregulares promovidos pela Prefeitura, por estar localizada numa região nobre e cobiçada pela especulação imobiliária. Segundo informações do Centro de Mídia Independente (CMI), nos 82 dias em que transcorreu a operação Saturação, Paraisópolis foi ocupada por 400 policiais das tropas de choque da PM e submetida a toques de

recolher, invasões domiciliares, espancamentos e revistas constrangedoras realizadas pelas forças policiais. A visita da comitiva da Anistia Internacional é acompanhada por lideranças da favela e por militantes da Campanha e do Tribunal Popular, além de jornalistas de órgãos independentes.

4º feira 02

Cerca de 100 pessoas ocupam o plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste) para protestar contra o governador José Roberto Arruda e deputados distritais de sua base aliada acusados de envolvimento no suposto esquema de pagamento regular de propina em troca de apoio político. Uma porta de vidro foi quebrada durante a ocupação. Os manifestantes são militantes do movimento estudantil, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), sindicatos e de organizações sociais. No protesto, eles subiram nas mesas e ocuparam as cadeiras destinadas aos deputados distritais. Outro grupo de manifestantes protestava na parte externa da Câmara Distrital. Os manifestantes reivindicam a renúncia imediata de Arruda e do vice. Depois de acordo com deputados distritais, os manifestantes decidiram encerrar o ato. Os manifestantes concordaram em ir para a galeria e assistir à sessão. Os estudantes que ocuparam o plenário da Câmara afirmam que vão passar a noite no local. O presidente interino Cabo Patrício (PT) conseguiu ler os seis pedidos de impeachment e a abertura de processo de cassação por quebra de decoro dos oito deputados envolvidos.

A índia Caiapó, Tuíre protesta em audiência pública no Senado, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), contra o projeto de construção da hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu. Segundo os jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo, a senadora Marina Silva do Partido Verde (PV), ex-ministra do Meio Ambiente, avaliou como “graves” as pressões a que estão sendo submetidos técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para liberar a licença prévia do projeto.

Um grupo de índios da etnia Caingangues bloqueia um trecho da estrada que liga Planalto-Iraí no estado do Rio Grande do Sul (região Sul). Os indígenas protestam por causa de um atropelamento ocorrido no dia 1 de dezembro. O menino Anderson de Paula de 11 anos, morreu quando tentava atravessar a rodovia com a mãe.

Servidores do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade paralisam suas atividades. Eles reivindicam a reestruturação do plano de carreira dos especialistas em meio ambiente, em negociação desde 2004. Segundo o presidente da Associação Nacional da Área Ambiental (Assibama), Jonas Moraes Côrrea, os órgãos elaboraram uma proposta única de reestruturação encaminhada para o Ministério do Planejamento, que ficou de repassá-la ao Congresso Nacional. O presidente da Assibama ressaltou que a situação dos servidores é muito precária, pois certas gratificações não estão incluídas no plano de carreira dos servidores. “Temos uma evasão muito grande de servidores para outras carreiras com melhores salários. Então, estamos criando gratificações para servidores lotados em áreas de difícil acesso, e para aqueles que atuam em áreas de risco.”

Estudantes da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul) protestam por melhorias na estrutura da instituição e na assistência estudantil. A manifestação ocorreu durante a prestação de contas da atual reitoria. Estudantes de Medicina reclamam que o curso é o segundo melhor do país, de acordo com o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, no entanto, a universidade não oferece condições necessárias como uma política de assistência, como restaurante universitário, plano de moradia, mais espaços para os centros acadêmicos, e eleição direta para reitor.

Cerca de 800 trabalhadores de empresas contratadas para manutenção e limpeza da Fundação Oswaldo Cruz entram em confronto com PMs do Batalhão de Choque em Manguinhos, na zona norte do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) durante protesto. Os trabalhadores fecharam duas pistas da Rua Leopoldo Bulhões, em Manguinhos. Os trabalhadores reivindicavam o pagamento em dia de salários, férias, décimo terceiro e outros benefícios. Segundo informações do site da Agência Brasil, houve tumulto na entrada da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz. Policiais lançaram bombas de efeito moral e gás de pimenta. Alguns PMs atiraram para o alto. Segundo Guilherme de Jesus, de 27 anos, operador de máquinas, os funcionários terceirizados estão há 13 anos sem receber seus direitos trabalhistas. “Não tem décimo terceiro, férias, nada, nada. O pessoal hoje queria fazer uma manifestação pacífica. Ninguém quebrou nada, não jogou pedra em ninguém para ter essa baderna toda. Simplesmente eles chegaram com a tropa de choque agredindo todo mundo e dando tiro de borracha, sem perguntar nada”. Um funcionário identificado como Marcelo Sacramento, de 34 anos, foi detido e levado para a delegacia de Bonsucesso. Revoltados, os manifestantes foram para dentro da Fiocruz, onde iniciaram outro protesto, desta vez contra a prisão de Marcelo. O protesto terminou no fim da manhã com a interferência do vice-presidente da Fiocruz, Pedro Barbosa. Ele reconheceu a existência de passivos trabalhistas e prometeu negociar com a empresa terceirizada que, segundo informou, já foi afastada da instituição e os funcionários absorvidos por outra companhia.

Cerca de 300 camelôs e 200 policiais militares entram em confronto na Rua 25 de Março, o maior centro popular de compras de São Paulo – SP (região Sudeste). Os policiais tentaram reprimir o trabalho dos ambulantes. Após um convênio firmado entre a Prefeitura e a Secretaria da Segurança Pública – a repressão ao comércio irregular passou a ser tarefa da PM, substituindo a Guarda Civil. Dez ambulantes foram detidos.

A Comissão de Constituição de Justiça (CCJ) do Senado aprova a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que exige o diploma de jornalista para o exercício da profissão. Ao restabelecer essa condição, o Congresso revê a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que acabou com a exigência do diploma. A PEC conta com o apoio de 50 senadores e, agora, será votada em dois turnos pelo plenário. Se aprovada, a proposta vai à apreciação da Câmara dos Deputados. Pela matéria, a habilitação em jornalismo será facultativa para colaboradores e para os profissionais que já tenham registro no Ministério do Trabalho e do Emprego.

5º feira 03

Famílias assentadas perto do município de Cardoso Moreira, no Rio de Janeiro (região Sudeste), ocupam a empresa Ampla Energia e Serviços. Os integrantes do MST reclamam da demora da empresa em instalar a energia elétrica nas casas dos agricultores. Segundo as famílias, a empresa havia dado o prazo de Agosto para a instalação, e depois prometeu para o final de Novembro, mas não cumpriu nenhum dos prazos. A Ampla Energia e Serviços teria alegado que faltava máquina para as obras e que não tinha sido paga pelo Incra. Com a ocupação, a empresa deu um novo prazo para 30 de Dezembro. Segundo informações do site da Agência Chasque, o assentamento está sem instalação de luz desde 2002, quando foi regularizado.

Cerca de 350 índios da etnia Terenas retomam 392 hectares da Fazenda Santa Bárbara, que estavam dentro da Aldeia Limão Verde, segundo decisão da Justiça Federal de Aquidauana, município do Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste) De acordo com o jornal O Estado de São Paulo, a deliberação tem base no julgamento da demarcação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Os índios ocupavam a área desde 2005.

Manifestantes que ocupavam desde o dia 2 de dezembro, o plenário da Câmara em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), desocupam o local mas acompanham a votação. No entanto no final do dia os estudantes garantiram que ficarão durante o fim de semana no plenário em protesto. Eles alegam que só irão deixar a Câmara quando Arruda sair do governo do Distrito Federal. Numa reunião com o presidente interino da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Cabo Patrício (PT-DF), com o deputado federal Chico Alencar (P-SOL-RJ) e estudantes, ficou decidido que os manifestantes vão acompanhar as atividades da galeria e do auditório. Sem a realização da sessão marcada para a tarde na Câmara, estudantes voltaram a ocupar o plenário da Casa para cobrar a saída imediata do governador José Roberto Arruda e do vice Paulo Octávio. Não houve tumulto. A sessão foi adiada para o dia 8 de dezembro por falta de quorum. Dos 24 distritais, apenas cinco apareceram – todos da bancada de oposição ao governo do Distrito Federal. De acordo com a Operação Caixa de Pandora, da Polícia Federal, Arruda é apontado como líder de um esquema de pagamento de propina a distritais da base aliada e fraudes em licitação. Um acordo entre a presidência interina da Câmara Legislativa do Distrito Federal e os estudantes que ocupam o plenário da Casa pode tornar desnecessário o pedido de reintegração de posse do local, já que os manifestantes se comprometeram a desocupar o local de votação no dia 8 de dezembro, quando serão analisados os pedidos de impeachment contra o governador Arruda. Eles vão acompanhar as votações de maneira pacífica e em locais acordados com a presidência da Casa: da galeria e do auditório. Ainda neste dia 3, a Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Distrito Federal decidiu por 31 votos a favor e 1 contra que irá endossar a campanha “Fora Arruda”.

Cerca de 50 motoristas dos ônibus da empresa Tursan, que atendem a montadora Volkswagen, realizam manifestação na porta da fábrica, atrasando em uma hora a entrada de mais de 2,5 mil operários, em Taubaté – São Paulo (região Sudeste). Conforme o presidente do Sindicato dos Condutores do Vale do Paraíba, José Carlos de Souza, os motoristas reclamam da falta de cumprimento de acordos trabalhistas e querem contrapartidas para cumprir jornadas extras no fim de ano, como abono e cestas de Natal. Na semana passada, a direção da Fiat foi chamada pelo Ministério Público do

Trabalho de Minas Gerais (região Sudeste) devido a reclamações de jornada excessiva de trabalho.

Manifestações em pontos diversos de Curitiba – Paraná (região Sul) marcam o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência. Segundo a Diretoria de Trânsito da Urbanização da cidade o evento movimentou mais de 5 mil pessoas em toda a capital. O evento foi realizado pela Assessoria Especial de Assistência à Pessoa com Deficiência da prefeitura da cidade e contou com a presença de manifestantes que denunciaram as precárias condições de mobilidade urbana, e a falta de políticas públicas na área da saúde e educação.

A diretoria da Associação de Juízes pela Democracia (AJD) - associação de magistrados comprometidos com o resgate da cidadania do juiz, entrega ao MST uma homenagem especial em São Paulo – SP (região Sudeste). Os magistrados entregam aos militantes do Movimento uma pintura inédita, que representa a luta de Dom Quixote contra os "moinhos da opressão". O reconhecimento é realizado anualmente pela Associação, e é concedido a personalidades que lutam pela democracia e pelos direitos humanos. Nos seus quase 20 anos de existência, a entidade já homenageou nomes como Evandro Lins e Silva e Fabio Konder Comparato, entre outros. Em 2009 homenageia o MST como um personagem coletivo, pela trajetória de 25 anos de lutas por Reforma Agrária. Na atividade, representam o MST os militantes João Paulo Rodrigues e João Pedro Stedile, de São Paulo, e Joba Alves, de Pernambuco (região nordeste). Pela diretoria da Associação, participam em torno de 15 pessoas.

6º feira 04

Funcionários da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), do Sindicato dos Servidores e Empregados da Administração Direta, das Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Distrito Federal (Sindser) e representantes da CUT realizam uma manifestação em frente à companhia a favor da saída do governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda em Brasília (região Centro-oeste). Segundo o Sindser, os funcionários questionam os contratos de licitação supostamente fraudulentos da empresa. As entidades envolvidas se reuniram e decidiram entrar com uma ação por danos morais contra o governador. Ele teria dito que a empresa poderia ser fechada a qualquer momento, porque os funcionários não trabalhavam bem. O presidente do Sindser, Evandro Machado, disse que a finalidade também é fazer uma limpeza nos contratos de licitação, começando pelo da Linknet, empresa de informática citada no processo como parte do esquema de corrupção. Em nota, a Codeplan informou que não mantém nenhum vínculo contratual com a empresa citada e que todos os contratos da companhia são oriundos de licitações públicas, devidamente auditados pelos órgãos fiscalizadores.

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) concede liminar de reintegração de posse do plenário da Câmara Legislativa, ocupado há três dias por estudantes e sindicalistas. O pedido foi feito no final da tarde deste dia 4 pelo procurador-geral da Câmara, José Edmundo Pereira Pinto, por determinação do presidente interino, Cabo Patrício (PT).

Detentos promovem rebelião no Presídio de Barra da Grota em Araguaína, no interior do Tocantins (região Norte). Seis agentes penitenciários foram feitos de refém pelos presos. De acordo com a assessoria do 2º Batalhão de PM, o local está sendo completamente destruído. Ao todo, 150 policiais militares e 60 policiais civis trabalham nas negociações. Os detentos atearam fogo aos colchões e depredaram grande parte das celas. Entre as exigências estão armas, munições e carros para fuga.

O Instituto Socioambiental denuncia em seu site, o aumento da pressão garimpeira sobre a Terra Indígena Ianomâmi, em Roraima (região Norte). Conforme o jornal O Estado de São Paulo, a Hutukara Associação Yanomami denuncia em carta enviada à Funai “recentes disparos de garimpeiros” contra a comunidade hoyamoú, na região do Hakoma, Alto Rio Mucajaí.

Nove jovens de 17 a 23 anos, integrantes do grupo neonazista “Impacto Hooligan”, que prega a intolerância contra homossexuais, são responsabilizados por soltar uma bomba caseira que feriu participantes da Parada Gay de São Paulo, em 14 de junho, conforme a Folha de São Paulo. Seus nomes não foram divulgados pela polícia. Enquanto dois jovens de 17 anos ainda não foram detidos, os outros sete presos responderão pelos crimes de formação de quadrilha, manuseio de explosivos e por lesão corporal.

Sábado 05

A Via Campesina realiza um ato que reúne cerca de 3,5 mil participantes, de inauguração do Centro de Ensino e Pesquisa em Agroecologia Valmir Mota de Oliveira e do Monumento Keno Vive, onde antes estava instalado o antigo centro de experimentos da transnacional Syngenta Seeds, em Santa Tereza do Oeste, Paraná (região Sul). O espaço era utilizado como área de pesquisas ilegais em experimentos de soja e milho transgênico na zona de amortecimento do Parque Nacional de Iguazu, Foz do Iguazu, Paraná. O Centro de Agroecologia, será administrado pelo Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), e é resultado da luta das famílias camponesas, e da postura de apoio do governo do Paraná. Segundo o MST, o novo centro deve ter um comitê gestor, entre movimentos sociais, universidades e o IAPAR. A atribuição do novo centro é a geração de conhecimento tecnológico, para capacitar o agricultor na transição do uso de agrotóxicos para a produção agroecológica. A atividade homenageia a memória do trabalhador da Via Campesina, Valmir Mota de Oliveira, assassinado em 2007, por uma milícia privada contratada pela Syngenta. O Governador do Paraná, Roberto Requião do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), participou da inauguração do local e ressaltou que o objetivo do novo centro é ampliar o desenvolvimento de tecnologias e ciência para uma agricultura menos dependente de agrotóxicos.

Estudantes realizam manifestação no Centro Universitário de Brasília (UniCeub), um dos locais de prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Segundo Saionara Reis, uma das manifestantes, cerca de oito “equipes” se espalharam em locais de prova de Brasília para fazer os protestos. Ela carregava faixas, enquanto outros manifestantes chamavam a atenção dos estudantes em megafones. Os estudantes protestam contra a centralização da avaliação.

Termina sem acordo a reunião do presidente interino da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Cabo Patrício (PT), com os manifestantes que ocupam o plenário em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) há quatro dias em protesto contra o governo de José Roberto Arruda (DEM). Os manifestantes reivindicam a saída do governador diante das denúncias de corrupção investigadas pela Polícia Federal na Operação Caixa de Pandora. Com este lema: "Ocupa e Resiste", estudantes, sindicalistas e integrantes de movimentos sociais decidiram não sair do local, apesar do mandado de reintegração de posse expedido pela Justiça no dia 4 de dezembro que determina a saída imediata dos manifestantes. Cabo Patrício deixou o local sem falar com a imprensa. Segundo os assessores, ele deverá se reunir com a Mesa Diretora para decidir quando e como será feita a desocupação da Casa. Se descumprirem a decisão judicial, a Câmara Legislativa pode usar a força policial para retirar os ativistas.

2º feira 07

Uma grande articulação de movimentos sociais e partidos políticos, a Frente pela Legalização do Aborto, aprova moção de apoio ao MST, diante dos seguidos ataques que vem sofrendo dos meios de comunicação e da bancada ruralista. Entre os signatários estão Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), PSOL, PT, Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), Consulta Popular, União Nacional dos Estudantes (UNE), Marcha Mundial de Mulheres (MMM), Movimento de Mulheres Camponesas, Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG), Coordenação de Movimentos Sociais (CMS) entre outros. Assim afirma a moção: “Por estarem os movimentos sociais do campo entre os maiores prejudicados pelos efeitos da concentração da propriedade dos meios de comunicação – que gera uma cobertura parcial e desequilibrada –, nós, cidadãos e cidadãs brasileiras reunidos nesta Assembléia Nacional da Frente pelo fim da criminalização das mulheres e pela legalização do aborto, apresentamos moção contra a criminalização dos movimentos sociais pelos meios de comunicação e em solidariedade à luta pela reforma agrária.”

A retirada dos estudantes que ocupam a Câmara Legislativa em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) é adiado. A juíza responsável pelo caso, Junia de Souza Antunes, determinou que ela e o outro oficial que estavam à frente da reintegração de posse retornassem ao fórum e detalhassem toda a situação para que ela possa tomar as providências necessárias. De acordo com comandante do 3º Batalhão de PM, coronel Armon, somente esta tarde a polícia foi notificada oficialmente da liminar expedida no dia 4 de dezembro. Para o coronel, essa não é uma operação simples já que exige que todos os servidores deixem o prédio e que as ruas próximas sejam evacuadas. "Acredito que por serem jovens, muitos estudantes, temos que ter um pouco mais de cuidado ao fazer a operação, que será feita da melhor maneira possível", disse o coronel, enquanto os manifestantes comemoravam a permanência no local aos gritos de "ocupa e resiste". Na iminência da ação policial, Raul Cardoso, do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade de Brasília (UnB) e um dos ocupantes da Casa pediu ajuda da administração da UnB para intervir nas negociações. O reitor José Geraldo de Sousa Junior foi à Câmara e conversou com os manifestantes e deputados distritais. A juíza Júnia de Souza Antunes, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (DF), reeditou a ordem de reintegração de posse dando mais 24 horas de prazo ao secretário de

Segurança Pública do DF para que a ordem seja cumprida. O reitor José Geraldo, deputados distritais, representantes dos alunos e o presidente em exercício da Câmara discutiram alternativas para a desocupação do Plenário. Uma das propostas é a de que os manifestantes deixem a sala para ocupar as galerias da casa.

Os povos indígenas das margens do Rio Xingu ameaçam o governo federal com um “rio de sangue” caso não seja interrompido o projeto de construção da central hidrelétrica de Belo Monte, no Amazonas (região norte). Conforme o jornal O Estado de São Paulo, em carta destinada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e outras autoridades, os índios responsabilizam o governo pelo que poderá “ocorrer aos executores da obra, aos trabalhadores e aos povos indígenas no caso de ter continuidade o projeto da represa de Belo Monte de forma arbitrária”. E ainda, “o rio Xingu pode se transformar em um rio de sangue, que o Brasil e o mundo estejam cientes com o que possa ocorrer no futuro se os governantes não respeitarem nossos direitos”, afirmam os índios na carta divulgada pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organização ligada à Igreja Católica.

A Jornada nacional de Luta pela Moradia da União Nacional por Moradia Popular (UNMP) lança manifesto em defesa da moradia em áreas públicas vazias e ociosas da cidade. Os Movimentos dos Sem Teto foram às ruas em diversas cidades do país para reivindicar agilidade na destinação de terrenos e prédios ociosos de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA), Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e demais órgãos públicos para moradia popular. Eles afirmam que “apesar do compromisso do governo em viabilizar esses imóveis, abandonados e em deterioração em inúmeras cidades brasileiras, até o momento, muito pouco avançou”. Eles exigem que o Programa “Minha Casa Minha Vida” seja colocado em prática. As reivindicações dos movimentos são: cumprimento da função social da propriedade, incluindo imóveis públicos municipais, estaduais e federais; acesso à terra urbanizada, bem localizada e com infra-estrutura para moradia popular; prioridade para as famílias de mais baixa renda nos programas habitacionais; desburocratização e agilidade na aprovação de projetos habitacionais; mais recursos para projetos habitacionais autogestionários, em parceria com movimentos; um Conselho deliberativo sobre as Políticas Urbanas; e aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 285/2008, que vincula recursos permanentes para Moradia Popular.

Cerca de 350 sem-teto ocupam o Prédio do INSS no centro de São Paulo – SP (região Sudeste). Segundo informações do CMI, o local, antes da ocupação, estava aberto, sem vigia, depredado e com muito lixo. A atividade faz parte da Jornada Nacional de Luta pela Moradia, organizada pela UNMP. A bandeira da UNMP foi colocada no prédio e as famílias começaram a retirar o lixo do local. A polícia militar tenta retirar as famílias do local que exigiram a presença de um representante do INSS para a negociação. Após negociar com o INSS, os manifestantes se dirigiram à Superintendência do órgão em São Paulo, onde se mantiveram em vigília, dentro do prédio.

Um grupo de sem-teto de Curitiba – Paraná (região Sul) ocupa um imóvel do INSS, no Centro da capital. Os manifestantes pedem o repasse do prédio, além de outros espaços da cidade que estariam ociosos. Segundo os organizadores, cerca de 50 pessoas participam da ocupação, que não tem prazo para terminar. O protesto ocorre paralelamente a ocupações em outros 22 estados do país e é organizado pela UNMP do

Paraná, Movimento Nacional de Luta Pela Moradia e Central de Movimentos Populares (CMP). Entre os pedidos do grupo estão a liberação de 3 imóveis do INSS em Curitiba, além de 3 outros prédios próximos à ocupação. Eles pedem ainda a liberação pela Companhia de Habitação Popular de Curitiba (Cohab) de uma área na Vila Guaíra, conhecida como Ferrovila, para construção de moradias populares para os catadores de material reciclável pelo Programa Minha Casa Minha Vida; e a paralisação do processo de comercialização do antigo Shopping Station. O imóvel pertencia à Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA) e, para eles, deveria ter sido destinado à moradia social, e não leiloado. Os manifestantes aguardam as negociações para liberar a área ocupada. Urânia Flores da Cruz Freitas, da Gerência Regional do Patrimônio da União, informa que o órgão fez a vistoria nos 3 imóveis do governo federal reivindicados pelos sem-teto e que o repasse para moradia social foi aprovado. A Cohab, por meio da assessoria de imprensa, informou que não deve liberar a Ferrovila para a habitação popular porque o terreno está em processo de comercialização. Segundo o órgão, o espaço tem área útil de 11.650 metros quadrados e valor avaliado em mercado de R\$ 7 milhões. Com a verba obtida com a venda da área, a Cohab informa que será possível investir na produção de pelo menos 245 casas com lotes de 140 metros quadrados cada, cujo teto orçamentário é de R\$ 28,8 mil.

Cerca de 250 agricultores ligados ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) de Foz de Chapecó, em Santa Catarina (região Sul), realizam um protesto em frente ao canteiro de obras da barragem. A mobilização busca resolver os problemas causados pela construção da obra, cujo dono é o Consorcio Foz do Chapecó, formado pelas empresas CPFL, Furnas e CEEE-GT. Segundo o Movimento, 85% da obra está construída e com previsão de enchimento do lago para Março de 2010. Com isso, mais de 600 famílias ainda estão com seus direitos negados.

Trabalhadores da Empresa de pesquisa agropecuária e extensão rural de Santa Catarina (Epagri) paralisam suas atividades nas principais sedes no estado de Santa Catarina (região Sul). A categoria reivindica que em Janeiro receba um aumento no vale-refeição, mais o décimo terceiro vale-refeição para Dezembro, além da avaliação de desempenho. No período da tarde, servidores da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc) também se mobilizaram. Segundo o Sindicato dos Administradores do Estado de Santa Catarina, o governo estadual se nega a receber as reivindicações. Caso não haja negociação, os trabalhadores pretendem realizar novas paralisações.

3ª feira 08

Manifestantes pró e contra José Roberto Arruda se encontram nos corredores da Câmara Legislativa do Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste). Os estudantes acampados desde o dia 2 de dezembro, desocuparam temporariamente o plenário da Casa. Eles se reuniram durante a madrugada quando aceitaram assistir às votações deste dia do auditório. A sessão extraordinária na Câmara Legislativa do Distrito Federal para leitura dos processos de impeachment do governador do DF, José Roberto Arruda, foi marcada por intensos protestos. Os estudantes que acompanhavam o relato dos processos foram surpreendidos por um grupo de manifestantes a favor do atual governo. O presidente interino da Casa, Cabo Patrício (PT), encerrou as atividades, e a polícia

cercou o prédio. A sessão, embora tivesse quorum para dar abertura ao processo, serviu apenas para iniciar as discussões. No encontro, estava prevista a escolha do relator da comissão que vai apurar o esquema investigado na Operação Caixa de Pandora. Os estudantes saíram de mãos dadas da assembleia com vaías ao grupo a favor do governador Arruda. Eles se reuniram em sala fechada para discutir as próximas estratégias do movimento, enquanto pelos corredores e na frente da Casa manifestantes pró-Arruda provocavam tumulto. Os manifestantes pró e contra Arruda travaram uma luta verbal durante a operação policial para a retirada dos estudantes que ocupavam o plenário da Casa. José Roberto Arruda (DEM) é acusado pela Polícia Federal de comandar um esquema de distribuição de propinas para deputados, empresários e assessores de seu governo. De acordo com a PM, foram usados cerca de 700 policiais na operação de retirada dos manifestantes. Eles saíram do plenário carregados pelos PMs e colocados em um ônibus que os levou, sob escolta, para a Universidade de Brasília (UnB), onde realizaram uma assembleia. A deputada distrital Érika Kokay (PT), que acompanhou a retirada dos estudantes, disse que a ação da polícia para retirar os estudantes foi sem violência. Os manifestantes pró-Arruda que também estavam no interior da Casa Legislativa saíram logo após a partida do ônibus com os estudantes e foram para a residência oficial do governador em Águas Claras a fim de apoiá-lo.

Povos indígenas que serão afetados pela construção da usina hidrelétrica de BeloMonte, na região do rio Xingu, no Pará (região Norte), deixam clara sua disposição de resistir à obra. Eles enviam uma carta ao presidente Lula, a 3 ministros, ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e outras autoridades. No texto, eles afirmam que “O rio Xingu pode virar um rio de sangue”, e acrescentam que será “de total responsabilidade deste governo e de seus representantes, como também da Justiça, o que virá a acontecer com os executores dessa obra, com os trabalhadores e os povos indígenas”. O documento é assinado pelos índios kayapó, xipaya, juruna e arara, da região do Xingu, e também por ianomamis e guaranis. A carta reclama da falta de diálogo e diz que as comunidades indígenas não foram devidamente ouvidas sobre os impactos da usina.

Relatório da ONG *Human Rights Watch* denuncia que muitos homicídios cometidos pela polícia do Rio de Janeiro e de São Paulo (região Sudeste), relatados como legítima defesa, são execuções extrajudiciais. O documento também mostra que as polícias dos dois estados estão entre as que mais matam em todo mundo. Elaborado com dados coletados em dois anos de pesquisa, o relatório traz entrevistas com cerca de 40 autoridades da justiça criminal como promotores e procuradores, que também avaliam que as execuções extrajudiciais nos dois estados são um problema generalizado. O documento *Força Letal: Violência Policial e Segurança Pública no Rio de Janeiro e em São Paulo* reúne provas que contradizem pelo menos 51 dos mais de 11 mil casos registrados como auto de resistência seguido de morte pelos policiais, desde 2003. Em 33 casos, técnicas forenses vão contra as versões oficiais para os homicídios e em 17 mostram que a vítima recebeu um tiro à queima-roupa. Segundo a *Human Rights*, as polícias do Rio de Janeiro e de São Paulo matam juntas mais de mil pessoas por ano em supostos confrontos. Comparativamente, em 2008, para cada pessoa que matou, a polícia fluminense prendeu 23 pessoas e em São Paulo, 348. Nos Estados Unidos, a polícia prendeu mais de 37 mil suspeitos para cada vítima. Embora os números não estejam contabilizados, o relatório também chama atenção para as mortes cometidas por policiais fora do expediente, “frequentemente quando agem como membros de milícia

no Rio ou em grupos de extermínio em São Paulo”. A causa dos extermínios extrajudiciais, aponta o documento da *Human Rights*, são os sistemas de justiça penal nos dois estados que dependem de membros das próprias corporações para investigar as circunstâncias dos autos de resistência e que não conseguem responsabilizar os policiais por assassinato. O secretário de Segurança do Rio de Janeiro José Mariano Beltrame, criticou relatório feito pela ONG. Segundo Beltrame, o relatório é fruto de um “patrulhamento ideológico” e que o estado já está tomando providências para melhorar o policiamento com a criação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), já instaladas em 5 favelas do Rio de Janeiro. A Secretaria de Segurança de São Paulo – São Paulo (região Sudeste) contestou o relatório e informou que o número de mortes de civis por PMs vem decrescendo desde 2003 e que estranha o fato de que “uma organização que se propõe a estudar fenômenos criminais some números de mortes de estados com realidades tão diferentes”.

4º feira 09

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do MST realiza sua primeira reunião instalada no Palácio do Planalto, Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), neste dia 9 de dezembro para definir, por aclamação – já que existia um acordo entre os líderes – a presidência e a relatoria da Comissão. Coube ao senador Almeida Lima (PMDB-SE) a presidência, e o deputado Jilmar Tatto (PT-SP) ficou encarregado de relatar os trabalhos que só devem ter início efetivo no ano de 2010. Ambos são da base aliada ao presidente Lula. Onyx Lorenzoni do Partido Democrata (DEM-RS), da oposição, é o vice-presidente. Alguns parlamentares chegaram a sugerir a mudança do nome da CPMI, argumentando que só o rótulo já traria uma carga negativa ao MST. “Não estamos aqui para criminalizar os movimentos sociais e acho que deveríamos trocar o nome da CPI. Não podemos dar a largada já criminalizando, porque, se carimbarmos esse nome, os estragos podem ser irreversíveis”, disse a deputada Manuela D’Ávila do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). O deputado Moreira Mendes (PPS-RO) também frisou que o fato de participar da CPMI não significa que seu partido não reconheça a legitimidade dos movimentos sociais. A comissão é composta por 118 senadores e 18 deputados. Os governistas são maioria, mas entre eles há aliados a ruralistas. Os ruralistas já apresentam uma lista de convocações de ministros do governo Lula e requerimentos de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico das entidades ligadas ao MST. A CPMI só deve iniciar o trabalho em fevereiro, após o recesso.

Cerca de 150 integrantes do MST ocupam a sede do Incra em Iaras – São Paulo (região Sudeste), onde fica uma fazenda da Cutrale. Segundo o jornal Folha de São Paulo, o MST reivindica o assentamento de 450 famílias que estão acampadas nas regiões de Iaras e Agudos.

Cerca de 400 pessoas participam do ato em solidariedade ao MST: “Somos todos Sem Terra”, realizado no Rio de Janeiro, no auditório da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Estiveram presentes parlamentares, intelectuais, ativistas e estudantes que lotaram o auditório. A criminalização ao MST representa a condenação das lutas sociais e a inviabilização da atuação de todos os movimentos. “Não constitui um fenômeno qualitativamente distinto da criminalização da pobreza, e suas estratégias de sobrevivência no capitalismo transnacional do trabalho”, afirmou o jurista Nilo Batista.

Com a conivência dos três poderes, conduzida pela mídia comercial, a construção da imagem negativa do MST está entranhada na sociedade brasileira. A associação entre seus militantes e criminosos se tornou frequente. "O discurso assumiu contornos incomuns mesmo para essa direita", afirmou o professor da UFRJ Roberto Leher. A estratégia política seria aproveitar o episódio da Cutrale — em que sem-terras derrubaram 16 pés de laranja numa fazenda grilada pela empresa — para estigmatizar o movimento e instalar uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) contra o MST. "Temos o compromisso de fazer com que nossos filhos sejam todos sem-terrinhas. A luta não está só em nosso tempo", advertiu o deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL). Além dele, também estiveram presentes os parlamentares Alessandro Molon (PT), Paulo Ramos (PDT) e Inês Pandeló (PT), entre outros.

Cerca de 600 camponeses ligados ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) interditam a entrada de carretas e caminhões em três terminais de petróleo da Petrobrás, localizados no município de São Mateus, no norte do Espírito Santo (região Sudeste). Os camponeses fecharam as entradas do Terminal Norte Capixaba (TCN) e das unidades SM-8 e FAL, para reivindicar o asfaltamento da rodovia que liga São Mateus à Barra Nova, local onde estão situadas as três unidades de terminais ocupadas. Segundo o Movimento, a estrada fica constantemente danificada devido ao tráfego de carretas que circulam para atender à empresa, prejudicando os moradores da região. O MPA também pretende discutir com o poder público e com a Petrobrás o problema da contaminação da água e de outros impactos ambientais que vêm sendo causados pela atividade de extração de petróleo. Segundo os agricultores que moram na região, é comum a utilização de produtos químicos que prejudicam a qualidade da água local, além das constantes escavações e perfurações terrestres que causam grande prejuízo ao meio ambiente.

Cerca de 2,5 mil pessoas tentam interditar o Eixo Monumental, principal via da capital, que liga a sede do governo local, o Palácio de Buriti, à rodoviária, e entram em confronto com a PM, em Brasília – Distrito Federal, conforme O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo. A polícia usa bomba de gás lacrimogêneo, gás de pimenta, armas de bala de borracha, cavalaria e cachorros para dispersar o ato. Manifestantes acusam parte dos policiais de violência excessiva. Representantes de diversos sindicatos e movimentos sociais, além de estudantes e parlamentares de oposição, participavam no Dia Internacional de Combate à Corrupção, de um ato público com o objetivo de mobilizar a população do Distrito Federal para exigir a cassação do governador José Roberto Arruda, acusado de participar de um esquema de pagamento de propina e desvio de verbas públicas desvendado pela Operação Caixa de Pandora, da Polícia Federal. Durante a manifestação, o movimento colheu assinaturas para encaminhar pedidos de impeachment do governador e do vice-governador Paulo Octávio e pedir punição para todos os parlamentares e colaboradores acusados de envolvimento no esquema. O presidente em exercício da Câmara Legislativa do DF, Cabo Patrício (PT), disse que a pressão pelo afastamento dos envolvidos vai continuar, apesar de o bloco aliado ao governo estar se movimentando para evitar esse desfecho. “ De acordo com ele, muitos parlamentares que sustentavam a defesa do governo estão deixando essa posição. Os estudantes, que ocuparam durante seis dias o plenário da Câmara Legislativa, reafirmaram o compromisso de continuar nas ruas protestando contra o atual cenário político no Distrito Federal. Neste mesmo dia 9 de dezembro, a Procuradoria da Câmara Legislativa do Distrito Federal em Brasília (região Centro-

oeste) rejeita pedido da OAB, Seccional do Distrito Federal, de impeachment do vice-governador Paulo Octávio. No entendimento da Procuradoria da Câmara Legislativa, Paulo Octávio só poderia ser alvo de impeachment se estivesse no exercício da função de governador, com base na lei federal que dispõe sobre esse tipo de pedido. O argumento já foi usado pela procuradoria para rejeitar outros requerimentos de impeachment contra o vice-governador. A procuradoria acatou, no entanto, o pedido da OAB-DF de impeachment do governador José Roberto Arruda, apontado como o líder do esquema ilegal. A OAB-DF informou que já está tomando as providências para reverter a recomendação da procuradoria em relação ao vice-governador. Além do pedido da OAB-DF, já estão tramitando na Câmara Distrital mais dois requerimentos contra Arruda – do presidente do PT no Distrito Federal, Chico Vigilante, e do advogado Evilázio Santos. Eles serão avaliados agora por uma comissão especial da Câmara.

5º feira 10

As 890 famílias do acampamento Olga Benário, no Capão Redondo, Zona Sul de São Paulo – SP (região Sudeste), conseguem a posse da terra após 2 anos de ocupação e de uma reintegração de posse violenta. Está publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo a desapropriação da área para construção de habitação de interesse social. O despejo violento aconteceu em meados de agosto de 2009, após tentativas do Fórum de Moradia e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (Fommaesp), ligado à Frente de Luta por Moradia (FLM), de negociar atendimento habitacional junto aos governos Municipal, Estadual e Federal. Após a reintegração, as famílias continuaram acampadas na calçada, em frente ao terreno reintegrado, em condições precárias de moradia. O terreno de 14 mil metros quadrados era de propriedade da Viação Campo Limpo e estava vazio há 20 anos. Possuía dívidas junto ao INSS e ao Banco América do Sul, que ultrapassavam R\$ 7 milhões. Como o projeto habitacional previsto para a área desapropriada não comporta o atendimento de todas as famílias do Olga Benário, outra área, ao lado do antigo acampamento, também foi desapropriada.

A Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência e familiares de vítimas da violência do estado do rio de Janeiro (região Sudeste) protestam no Dia Internacional dos Direitos Humanos, este dia 10 de dezembro, por cerca de 8 horas, em frente ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ). A manifestação é parte de uma mobilização que também acontece em 3 outras cidades do país, organizada por movimentos que vivem diretamente “a realidade de opressão e genocídio que um Estado capitalista e racista impõe à maioria pobre e negra da população brasileira”, segundo afirmam os manifestantes. Através de um carro de som, familiares de vítimas, moradores de favelas e militantes falam de sua dor e sua luta, atraindo olhares do público.

Cerca de 60 trabalhadores da aviação civil realizam manifestação no aeroporto de Congonhas, em São Paulo – SP (região Sudeste), para reivindicar reajuste de 10% nos salários, além de reajuste do piso e aumento do valor da cesta básica. A Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação Civil (Fentac), ligada à CUT, já sinalizou a possibilidade de greve nos dias 23 e 24 de dezembro caso não haja avanço nas negociações. De acordo com o presidente da Fentac, Celso Klafke, a manifestação

de hoje em Congonhas estava planejada para ser uma paralisação de duas horas, mas foi cancelada devido ao reajuste de 4,5% oferecido. "O Ministério Público do Trabalho nos procurou oferecendo uma mediação entre trabalhadores e empresas hoje às 14h, por isso resolvemos apenas fazer um alerta de que pode haver greve", explicou. Entre as reivindicações dos trabalhadores também consta o aumento do seguro de vida e do vale-refeição. De acordo com a Fentac, o último reajuste que os trabalhadores receberam foi de 8% na campanha salarial de 2008. "Por isto este de 4,5% é absurdo, é a mesma coisa que a inflação", alegou Klafke.

Cerca de 200 manifestantes que pedem a saída do governador José Roberto Arruda se concentram no gramado em frente ao Congresso Nacional em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Além de faixas com a inscrição "Fora Arruda", eles criticam a destinação alegada por Arruda para o dinheiro que ele aparece recebendo em um vídeo divulgado pela Polícia Federal. Uma grande faixa traz a inscrição: "O panetone não pode virar pizza". Para justificar o recebimento do dinheiro, Arruda disse que era para comprar panetone que ele costumava distribuir para famílias pobres do Distrito Federal na época do Natal, quando era deputado federal. A manifestação durou poucos minutos e transcorreu em clima de normalidades sem qualquer incidente. O número de PMs, viaturas e seguranças da polícia legislativa era maior do que a quantidade de manifestantes. De acordo com as investigações, oito deputados distritais são acusados de envolvimento. Os manifestantes agredidos por policiais militares durante o protesto do dia 9 de dezembro em frente ao Palácio do Buriti, sede do governo do Distrito Federal, se reuniram com o presidente da OAB, Cezar Britto para pedir o apoio da OAB para a representação contra alguns dos PMs envolvidos na agressão. Segundo a PM, dez manifestantes se feriram levemente. Porém, o professor José Ricardo Fonseca que fazia parte da manifestação conta que levou socos e bordoadas depois de questionar o comportamento agressivo de um dos policiais. Ele disse ainda que permaneceu três horas no interior de uma viatura policial e que foi agredido pelo coronel Silva Filho, comandante da operação. O presidente da OAB garantiu que a entidade vai intervir. No dia 8 de dezembro a OAB-DF entrou com um pedido de liminar para garantir o livre acesso à Câmara Legislativa do DF, onde só estava sendo permitida a entrada de servidores e deputados.

Cerca de 5 mil professores deflagram greve em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Eles são contrários ao projeto da governadora Yeda Crusius do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) que altera o plano de carreira dos servidores. Após a decisão da assembléia de professores, o governo de Yeda, lançou nota afirmando que segundo a legislação, estaria vetado o registro da efetividade de servidores em caso de paralisação ou greve. Usando uma lei de 2008 a nota justifica o corte do ponto dos professores que entrarem em greve. O governo do estado também alegou que ainda não havia sido notificado pelo sindicato da categoria, o Cpers, sobre a mobilização.

O MST é homenageado pela cidade de Olinda, Pernambuco (Nordeste), que por meio da Câmara Municipal concedeu a Medalha de Direitos Humanos Dom Helder Câmara. O MST é reconhecido como a organização popular que intercede na defesa da Reforma Agrária, expondo por meio desta bandeira de luta os direitos dos homens e mulheres que vivem no campo, sujeitos a violência e repressão por parte do modelo de agricultura imposto. A cada ano a medalha é concedida a organizações, clérigos, intelectuais e

personalidades que, por meio de suas atuações, contribuem para o avanço na defesa dos direitos humanos. Nesta edição, foram homenageados, além do MST, as entidades do Povo Xucuru de Ororubá, Creche Lar transitório de Christie, Dom Marcelo Carvalheira, Creche Criança do Reino, e a União Nacional dos Estudantes (UNE).

Os bispos do Conselho Episcopal de Pastoral (CONSEP), reunidos em Brasília, Distrito Federal (região Centro-Oeste), lançam nota pela Conferência Nacional dos Bispos Brasil (CNBB) a respeito da Conferência de Copenhague, ocorrida entre os dias 7 e 18 de dezembro. Em nota os bispos defendem o controle de poluentes, assim como de um desenvolvimento sustentável construído a partir da Reforma Agrária, desenvolvimento de alternativas energéticas limpas e diversificadas e defesa das florestas. O trecho da nota: “Como gesto concreto, sejam promovidos debates, orações e vigílias junto com iniciativas de outras Igrejas e organizações sociais, Em consonância com a iniciativa das Igrejas de outros Continentes, incentivamos que se dêem 350 repiques de sino, às 12 horas do próximo dia 13 de dezembro. Este gesto simbólico visa alertar os governos a não permitirem que se ultrapassem 350 partes por milhão (PPM), limite máximo e seguro de dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera, conforme atestam os cientistas que estudam o clima.”

A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) reúne-se para estudar o fim do monitoramento dos efeitos adversos de organismos geneticamente modificados sobre a saúde humana e animal, o ambiente e os vegetais. A mudança desobrigaria as empresas de biotecnologia de realizar estudos científicos de avaliação de riscos e de apresentar planos de monitoramento pós-liberação comercial de transgênicos no país. A nova regra deve "anistiar" os 25 produtos transgênicos (plantas, vacinas e enzimas) que já obtiveram aprovação para comercialização e beneficiará 11 pedidos que estão sob análise do colegiado, vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia. A alteração na Resolução Normativa nº 5, em vigor desde março de 2008, dependerá do voto de 14 dos 27 membros titulares da CTNBio. O grupo favorável à mudança somaria 16 votos. Dirigentes da associação do setor (ABIA) escreveram ao ministro da Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, para reivindicar o fim do monitoramento e ameaçaram derrubar a exigência na Justiça. O presidente da CTNBio, o médico bioquímico Walter Colli, confirma a proposta de alteração na regra.

6º feira 11

O Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) do Distrito Federal (região Centro-oeste) ocupa a Fazenda Sálvia no DF. Em reunião realizada no dia 04 de setembro de 2008 na Ouvidoria Agrária Nacional com todos os órgãos competentes, dentre eles Incra, Ibama e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), foi consensuado e registrado em ata o repasse de 760,9281 hectares da fazenda Sálvia para assentamento de 240 famílias do MTD, MST e Movimento de Apoio ao Trabalhador Rural (MATR). O consenso foi reafirmado dia 30 de abril de 2009, a partir da entrega da referida área pela Gerência Regional de Patrimônio da União para o Incra, certificado e assinado pelo presidente do Instituto Rolf Hackbart, e posteriormente publicada no Diário Oficial da União. Apesar de a superintendência regional do Incra ter autorizado a ocupação da área destinada ao assentamento de 60 famílias organizadas no MTD, não chegou a providenciar condições para tal fim. O movimento por isso,

decidiu iniciar o processo de ocupação da área para exigir urgência no assentamento das famílias do MST, MTD e MATR por parte do Inbra.

Sábado 12

Cerca de 400 famílias ocupam a área da fazenda Saltinho, no município de Americana – São Paulo (região Sudeste). A ação é uma articulação de lutas do MST, Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Sumaré (Sintraf) e CUT-SP. A área ocupada é uma propriedade do estado que vem sendo ilegalmente utilizada pela Usina Esther para monocultura da cana-de-açúcar. As irregularidades envolvendo a Usina já foram comprovadas e são de conhecimento público. No ano de 2005 ficou provado que a área vizinha à atualmente ocupada, pertencia à União e também vinha sendo ilegalmente apropriada pela Usina. Neste terreno foi estabelecido há 4 anos o assentamento Milton Santos. Essa nova ocupação tem por objetivos dar continuidade à luta contra a usurpação do patrimônio público pela Usina Esther e reivindicá-lo para a melhoria das condições de vida das famílias que estão acampadas há quase 1 ano. Após algumas horas de realizada a ocupação, a PM retirou as famílias do local e destruiu seus barracos de maneira truculenta e sem mandato oficial de reintegração de posse. Essa ocupação é também uma manifestação contra a criminalização das lutas e organizações populares.

Após 3 horas de carreata que reuniu cerca de 500 veículos, um grupo de manifestantes que protestam pela saída de José Roberto Arruda do governo do Distrito Federal fez uma lavagem simbólica da entrada da residência oficial do governador em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Um caminhão pipa despejou água e os manifestantes utilizaram vassouras para o que chamaram de “limpeza da falcatrua”. Ao som de “se gritar pega ladrão, não fica um”, o grupo de cerca de 200 pessoas chegou a fechar a pista em frente à residência oficial por alguns momentos. Além de Arruda, o movimento defende a saída do vice-governador, Paulo Octavio, e dos deputados da base aliada envolvidos no suposto esquema de corrupção revelado pela Operação Caixa de Pandora, da Polícia Federal. A carreata percorreu 50 quilômetros pelas ruas e estradas do Distrito Federal, saindo da área central de Brasília e passando por quatro cidades-satélites. A manifestação foi organizada por partidos políticos de oposição ao governo Arruda, entre eles PT, Partido Comunista Brasileiro (PCB) e PSOL e sindicatos ligados à CUT. A PM percorreu todo o trajeto da carreata e acompanhou a manifestação em frente à residência oficial.

Domingo 13

O MST, no seu 24º Encontro Estadual, ocorrido entre os dias 10 e 13 de dezembro, em Alvorada do Sul, Mato Grosso do Sul (região Centro-Oeste), lança nota em defesa dos indígenas do Mato Grosso do Sul. Segundo o manifesto: “Exigimos que as autoridades públicas respeitem e garantam todos os direitos inerentes às comunidades indígenas de nosso estado; fundamentalmente, a garantia do acesso à terra como única forma de devolver-lhes a dignidade e preservar vidas (...) Manifestamos nosso total apoio e solidariedade à luta das comunidades indígenas do nosso estado e do Brasil.”

2º feira 14

Representantes da Associação de Moradores do Centro (Amac) reúnem-se na Rua dos Inválidos, centro do Rio de Janeiro (região Centro-oeste), para protestar contra a falta de fiscalização de uma obra da W Torre Engenharia que teria provocado uma série de rachaduras em imóveis vizinhos e que causou a interdição de vários imóveis na mesma rua. O diretor da Amac, Fernando Bandeira, disse que a associação não é contra as obras, apenas exige das autoridades competentes um acompanhamento rigoroso das escavações que vêm causando transtornos desde que foram iniciadas há cerca de um ano. Apenas o edifício de número 22 permanece interditado e a maioria dos cerca de 30 moradores desabrigados estão hospedados num hotel no centro custeado pela W Torre, segundo o advogado dos moradores, Antônio Moreira Fernandes Junior. Ele disse que está aguardando o laudo final da Defesa Civil para entrar com um processo contra os responsáveis por danos materiais e morais causados aos seus clientes. A Defesa Civil informou que o laudo só sai em 15 dias úteis. O órgão vem monitorando os edifícios afetados e não foram identificados novos deslocamentos. Uma liminar concedida na noite de 11 de dezembro pelo Tribunal de Justiça paralisou a obra. A W Torre informou que vai recorrer da decisão. O empreendimento será o maior edifício comercial da América Latina, segundo a construtora, e a previsão é de que seja alugado para a Petrobras. As escavações atingem 22 metros de profundidade no terreno. A área ocupa todo o quarteirão que abrange a Rua dos Inválidos, do Senado, a Avenida Henrique Valadares e a Travessa Dídimo. A Rua dos Inválidos está inserida na Área de Proteção do Ambiente Cultural da Praça da Cruz Vermelha, que faz parte do centro histórico da cidade, e possui construções do século 19.

Sindicalistas, organizações civis e movimentos sociais protestam em frente ao gabinete do prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab (DEM) contra o aumento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), que pode chegar a 300%. Representantes do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região calculam que o reajuste vai afetar a vida da população pelos próximos 3 anos.

A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) autoriza o cultivo comercial da soja tolerante a herbicidas da classe das imidazolinonas. O produto foi desenvolvido em parceria pela Embrapa e pela Basf e pretende fazer concorrência com a soja transgênica Roundup Ready, similar da Monsanto tolerante ao herbicida glifosato. O gene transgênico inserido na nova soja é patenteado pela Basf e a tecnologia para a transformação genética da planta foi desenvolvida e patenteada pela Embrapa. A lógica de comercialização, com o transgênico vendido em pacotes pelas empresas, prossegue a mesma. A nova soja transgênica deverá estar disponível para a safra de 2012.

3º feira 15

Cerca de 200 famílias do MST são violentamente expulsas pela Força Tática da PM, durante a segunda tentativa de ocupar as terras públicas griladas pela Usina Santa Elisa, localizada no município de Americana, São Paulo (região Sudeste). A polícia utilizou bombas de efeito moral e balas de borracha. Dois trabalhadores ficaram feridos. Na década de 1970, a área foi desapropriada da família Abdalla, em virtude de grandes dívidas em impostos e taxas que tinha com o governo federal, estadual e municipal.

O Comando de Operações Especiais (COE) de Ariquemes e viaturas da PM de Buritis – Rondônia (região Norte) realiza operação no Acampamento Rio Alto, em Buritis, em cumprimento de ordens do Ouvidor Agrário Nacional, Gercino José. Os policiais prenderam 12 camponeses. Os camponeses denunciam que a polícia, ao invés de investigar o assassinato dos camponeses e coordenadores da Liga dos Camponeses Pobres (LCP) Élcio e Gilson, por pistoleiros, a mando do latifundiário Dilson Cadalto, no dia 8 de dezembro, prendeu os trabalhadores acampados. As terras do acampamento Rio Alto são de um antigo Projeto de Assentamento do Incri griladas por Cadalto. Segundo a LCP, ele é comerciante de madeira e “testa de ferro do deputado estadual Tiziu Jidalias, do Partido Progressista (PP), do ex-senador Amir Lando, do PMDB e de Sobral, delegado da polícia civil de Ariquemes”. Ao todo, há 45 famílias acampadas. Segundo a LCP, veículos com placas frias estão fazendo ronda nas casas de apoiadores e coordenadores da LCP em Buritis.

Servidores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) iniciam paralisação de 48 horas em setores não essenciais da instituição no Rio de Janeiro (região Sudeste). Segundo a associação que representa os servidores, cerca de 70% dos 5 mil funcionários aderiram à mobilização. Apenas os setores considerados essenciais, como o atendimento nos dois hospitais da Fiocruz e parte da produção de medicamentos, continuam funcionando. De acordo com o presidente da associação, Paulo César de Castro Ribeiro, o objetivo da paralisação é protestar contra o corte do pagamento do adicional de insalubridade neste mês, que representa cerca de 10% do salário de 80% dos funcionários da fundação. Segundo o Ministério do Planejamento, em novembro de 2008, houve uma mudança no sistema de recursos humanos. A partir de então, o pagamento do adicional de insalubridade ficou atrelado à apresentação de um laudo técnico, por parte das instituições federais, que comprovem a necessidade do benefício. Em novembro deste ano de 2009, o Ministério do Planejamento enviou mais um comunicado aos órgãos federais, dizendo que encerraria o prazo para a apresentação desses laudos neste mês. Segundo a assessoria da pasta, até agora a Fiocruz não apresentou os documentos exigidos. De acordo com a fundação, uma comissão foi criada há cerca de um ano para fazer esses laudos. Mas, diante da complexidade do trabalho, a instituição não conseguiu concluir o levantamento a tempo de entregar os documentos ao Ministério do Planejamento. O Ministério do Planejamento diz que o prazo final para a entrega dos laudos é dia 16. Caso a Fiocruz apresente os laudos até esta data, os adicionais de insalubridade poderão ser depositados na conta dos funcionários. A Fiocruz informou que fará o possível para tentar atender à demanda do ministério.

A Associação dos Participantes e Beneficiários do Aerus (Aprus) e o Sindicato Nacional do Aeronautas (SNA) realizam manifestação para protestar contra a lentidão do governo na assinatura de um acordo que garante o benefício a quase 11 mil aposentados da falida Varig. As areias da praia de Copacabana, zona sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), receberam 1.735 cruzeiros de madeira em homenagem aos participantes e beneficiários do Fundo de Pensão Aerus, dos ex-empregados da antiga Varig, que faleceram desde que o fundo foi criado em 1982. De acordo com o presidente do conselho deliberativo da Aprus, Zoroastro Ferreira Lima Filho, coordenou o protesto, o número de mortes aumentou desde que o fundo foi liquidado. “O Aerus está sob intervenção desde abril de 2006 e perdemos 336 companheiros após esta data, ou seja, aumentou em 41% o número de óbitos por ano. Tivemos alguns suicídios,

outros morreram de depressão profunda, muitos faleceram por falta de assistência médica, porque não tinham dinheiro para pagar plano de saúde.” Em 2006, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) considerou a União responsável pela complementação do pagamento dos benefícios dos quase 11 mil aposentados da Varig. Em abril deste ano de 2009, a AGU criou um grupo de trabalho (GT) para elaborar um acordo entre a União e os participantes do Aerus. No mês passado, o GT informou que dívida da Varig é maior do que eventual crédito com a União, logo, a União nada teria a pagar ao fundo da empresa. De acordo com a AGU, as dívidas da Varig com a União passam de R\$ 6 bilhões. Com os descontos decorrentes da aplicação de lei que alterou as medidas para o parcelamento ordinário de débitos da legislação tributária federal, o montante vai para aproximadamente R\$ 3,9 bilhões. Ainda segundo a AGU, o crédito junto à Varig só seria pago caso a União fosse derrotada na ação de defasagem tarifária que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo os cálculos realizados, o crédito alcançaria um montante de R\$ 2,7 bilhões e o débito da Varig continuaria em R\$ 1,2 bilhão. O diretor do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Sérgio Dias, alega que houve equívocos nos cálculos apresentados pelo grupo de trabalho da AGU. “Existem créditos que prescreveram, números faltando dígitos e nossos técnicos detectaram esses erros e já contestamos e recorreremos este parecer.” Sérgio Dias explicou que o acordo original apresentado pelo STJ inclui o encontro de contas, a Suspensão de Liminar 127 - que obrigava a União de pagar mensalmente ao Aerus os valores integrais de cada participante do Fundo - e a terceira fonte, referente a 3% da venda das passagens que eram destinadas ao Fundo - que foi extinta em 1990 pelo então presidente Fernando Collor de Melo.

Cerca de 50 policiais civis aposentados e da ativa fazem um ato público em frente ao Palácio da Guanabara, Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (região Sudeste) fantasiando-se de Papai Noel e carregando sacos vazios nas costas. O protesto foi organizado para reivindicar, do governador do estado, melhores salários para a categoria, incluindo os aposentados.

Professores estaduais e municipais se unem para participar da “Ceia da Miséria” recheada de pão e água, na Candelária, Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A manifestação da categoria é promovida pelo Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE) para denunciar o arrocho salarial sofrido pelos professores nos dois níveis de governo.

Professores da rede pública estadual do Rio Grande do Sul (região Sul) deflagram greve por tempo indeterminado. A categoria protesta contra a votação do projeto de valorização do servidor público, que altera o plano de carreira. Os professores também montaram um acampamento na Praça da Matriz, na capital, Porto Alegre, para pressionar os deputados a rejeitarem o projeto. O projeto que trata do magistério gaúcho deve ser votado nos próximos dias.

Barraqueiros protestam na orla de Ipanema, Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) contra o convênio assinado com a prefeitura, por se sentirem lesados principalmente com a mudança de pontos de venda nas praias. Muitos dos ambulantes representados pelas associações que firmaram convênio com a prefeitura, têm se mostrado descontentes com esses acordos e dizem que não estão se sentindo contemplados com as divisões de áreas, entre outras normas estabelecidas no contrato.

Entidades se reúnem em defesa da diversidade religiosa no Auditório Murilo Aguiar da Assembléia Legislativa do estado do Ceará (região Nordeste) na reunião do Centro de Referência de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para a Diversidade Religiosa (CRDHDR). A reunião se tornou um espaço para apresentação e divulgação em nível nacional de 2 denúncias relativas à intolerância religiosa ocorridas recentemente na capital, Fortaleza, relativos a segmentos religiosos de Matrizes Africanas, bem como a um grupo de desassociados da confissão evangélica Cristã Testemunhas de Jeová. A atividade do CRDHDR conta com as presenças institucionais de Yara Lúcia, da Coordenação Municipal de Políticas Públicas para a Igualdade Racial (COPPIR) da Prefeitura Municipal de Fortaleza; Guilherme Fonseca Guimarães, do Conselho Estadual de Direitos Humanos; Leno Farias, da Associação Afro Brasileira de Cultura Alagba; Álvaro Bezerra, da Rede de Afro Religiosidade e Saúde, da Secretaria Estadual de Saúde; além de lideranças religiosas da Organização Brahma Kumaris, Arawicca Fortaleza, Associação das Famílias, Alam Arraes Federação Espírita do Estado do Ceará, Grupo de Desassociados das Testemunhas de Jeová, e representantes do Candomblé e da Umbanda que se fazem representar através da Rede de Terreiros. Entidades como a Federação Internacional para a Paz e representantes de vereadores da Câmara Municipal de Fortaleza também compareceram. A primeira denúncia apresentada é relativa à matéria publicada no jornal local Diário do Nordeste, em edição do último dia 07 de dezembro, que em reportagem policial de página inteira sobre uma série de assassinatos que segundo a reportagem poderiam ter ligação, e que estão sob investigação da 32ª Delegacia de Polícia de Fortaleza, argumenta que os acontecimentos seriam fruto de rituais de magia negra praticados por umbandistas, associando implícita e explicitamente tais fatos ao universo desta religião de Matriz Africana. A segunda denúncia é em relação à morte social a que estão sendo submetidos todos os ex membros da igreja Testemunha de Jeová, que encaminham representação junto ao Ministério Público do Ceará que está tramitando na 6ª Promotoria Criminal. O grupo presente solicita apoio do CRDHDR e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) no sentido de se manifestar junto às instâncias do Ceará em apoio e reforço às denúncias apresentadas.

A Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), no terceiro ano de obras para sua instalação, na Baía de Sepetiba, a cerca de 80 quilômetros da cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), é alvo de fiscalizações de integrantes dos legislativos municipal, estadual e federal. A audiência pública mista das comissões de direitos humanos estadual e federal realizada na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), ocorreu no mesmo dia em que Chico Alencar (PSOL) e o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, Luiz Couto (PT-PB) lideraram a visita às obras da CSA, na qual questionaram várias denúncias de entidades e moradores da área. Apesar de bem recebidos por diretores da empresa, os deputados insistiram no monitoramento permanente das obras, e reclamaram que a imprensa foi impedida de acompanhá-los. Convidada a participar da audiência pública mista da Alerj e da Câmara Federal, a empresa alegou aos deputados não ter recebido convite formal e não enviou representante. A CSA só compareceu à audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, em Brasília. Não foi à da Câmara Municipal nem à da Assembleia Legislativa. Localizada numa área de 9 milhões de metros quadrados no bairro de Santa Cruz, zona oeste do Rio, a CSA é formada pela alemã Thyssen Krupp, com 73% de seu capital, e a Vale, com os restantes 27%. Com as iniciais do sócio

majoritário incorporadas à sigla, a TKCSA será a maior siderúrgica da América Latina, com uma capacidade de produção de 10 milhões de toneladas de aço por ano para exportação. Pescadores da Baía de Sepetiba têm recorrido à Justiça por indenizações em função da poluição das águas, e mais de cinco mil deles aguardam por uma decisão. Segundo informações do site da Agência Brasil, a poluição também preocupa os moradores de conjuntos habitacionais próximos às obras, onde, conforme dados do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs), 60% das crianças sofrem de bronquite pela poluição atmosférica. O vereador Eliomar Coelho (P-SOL) afirmou na audiência que a siderúrgica “multiplicará por 12 o volume de gás carbônico emitido por toda a frota de veículos do Rio”. “Quando a ideia da siderúrgica surgiu, a prefeitura enviou à Câmara uma proposta de concessão de isenção fiscal, sem nenhuma preocupação com a contrapartida. O que se vê hoje é uma renúncia de R\$ 41 milhões e a promessa da empresa de construir uma escola técnica. Não seria mais lógico cobrar os impostos e o próprio estado erguer a escola?”. A representante do Pacs, Sandra Quintela, classificou a empreitada da CSA como “ponta de lança de um modelo antigo de desenvolvimento, que afeta demais a população, até com um dinheiro que ela nunca viu, porque é uma região pobre, um dos índices de Desenvolvimento Humano mais baixos do Rio”. Vários representantes de bairros e cidades vizinhos a Santa Cruz manifestaram grande preocupação, inclusive com o aumento artificial de 15% a 20% da população local, depois do início das obras da CSA. Um morador de Seropédica, cidade adjacente, registrou a imigração de mais de mil trabalhadores do Maranhão, do Pará e da Bahia, vivendo na periferia da cidade, sem atenção da empresa. Outro tipo de mão de obra, que chamou a atenção do deputado Chico Alencar na visita às futuras instalações da siderúrgica, são os trabalhadores chineses, que já somaram 600 e hoje são 200, “vivendo em alojamento precários, em condições muito ruins”. Segundo denúncias reiteradas nas quatro audiências públicas realizadas, trabalhadores estrangeiros e brasileiros, pescadores e comunidades ao redor das obras da CSA são ainda vítimas de ameaças, pressões e violências físicas por parte de ex-milicianos contratados como seguranças. A empresa negou e disse que o serviço de segurança é terceirizado, mas os pescadores, principais alvos das ações, afirmam que as ordens partem da diretoria. O acesso à área da CSA é restrito a um pontilhão sobre o Canal de São Francisco, controlado por seguranças.

4º feira 16

Integrantes do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) fecham, s três pontos de acesso às unidades da Petrobras no Norte do estado do Espírito Santo (região Sudeste). Desde o dia 9 de dezembro, os camponeses bloqueiam o Terminal Norte Capixaba e as unidades SM-8 e FA. Hoje foram fechados a antiga estrada do Gualter, o Posto Paulista e as três pistas. Os agricultores reivindicam medidas do governo estadual e da Petrobras para solucionar os impactos da extração de petróleo na região. De acordo com o MPA, áreas de preservação do Nativo teriam sido destruídas e a água local contaminada com produtos químicos utilizados na extração de óleo. A atuação da Petrobrás também tem causado a falta de água às comunidades locais e a danificação das estradas, em função do tráfego de carretas e caminhões que prestam serviço à empresa. Por isso, o movimento reivindica também o asfaltamento da rodovia que liga Barra Nova a São Mateus (ambas Espírito Santo, região Sudeste), principal via de escoamento da produção agrícola e pesqueira.

Um indígena de 15 anos, da Tribo Guarani Kaiowá morre na luta pela terra, na comunidade Kurusú Ambá. Seu corpo foi encontrado em uma escola indígena na aldeia Taquapiry, município de Amambai, Mato Grosso do Sul (região Centro-Oeste) com marcas de agressão no corpo. De acordo com as informações dos indígenas, o rapaz decidiu retornar ao acampamento à beira da BR-289, que sua comunidade havia desocupado no fim de novembro. Ele foi buscar alguns pertences, pois a Polícia Federal teria garantido a segurança na circulação dos indígenas entre o antigo acampamento e a área retomada. O jovem foi enterrado hoje, sem que seu corpo fosse examinado pelo Instituto Médico Legal. As lideranças de Kurusú Ambá pedem que o Ministério Público Federal (MPF) de Ponta Porã, Mato Grosso do Sul acione a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e a Funai para que enviem cestas básicas e cuidem da saúde das famílias que retornaram à terra tradicional. De acordo com as lideranças, há muitas pessoas doentes e as famílias estão passando fome na área retomada. Segundo os indígenas, a resposta do MPF foi negativa, alegando que esses órgãos não podem entrar na fazenda sem autorização judicial. O MPF teria pedido que indígenas se deslocassem para a aldeia de Taquapiry, a 8 km de distância da terra retomada, para receber as cestas básicas e atendimento médico. O deslocamento nesse percurso custou a vida do jovem indígena.

O governo do estado de São Paulo (região Sudeste) e o Grupo E-jovem de Adolescentes Gays, Lésbicas e Aliados assinam convênio para a criação da Escola Jovem Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT), a primeira do gênero no país. O objetivo da escola é valorizar e difundir a Cultura LGBT, em cursos que serão abertos, a partir de 2010, a jovens hétero, homo e bissexuais. “A escola é um Ponto de Cultura. O fato de os cursos serem abertos a todos e não só a jovens gays é parte da nossa estratégia de combate à homofobia”, explica Deco Ribeiro, apontado diretor da Escola Jovem LGBT. Na sede da escola, em Campinas, meninos e meninas da própria cidade e das regiões de Sorocaba, Grande São Paulo e da Baixada Santista, no estado, terão aulas de criação de zines, de revistas, criação literária, dança, música, televisão, cinema, teatro e performance drag, sempre com foco no jeito de ser e agir das lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros. O material produzido ao longo dos cursos, como CDs e DVDs, livros e revistas, peças de teatro e espetáculos de drag queens, circularão pelo estado e serão assistidos e distribuídos gratuitamente. Os jovens poderão concorrer ainda a bolsas de estudo. O grupo E-Jovem foi selecionado por meio de concurso público e foi a única entidade LGBT contemplada em São Paulo.

5ª Feira 17

O Movimento Fora Arruda realiza protesto na sede do governo do Distrito Federal, no Buritinga, em Taguatinga (região Centro-oeste). A mobilização chegou a bloquear a avenida Comercial Norte, uma das principais da cidade. Os manifestantes reivindicam o afastamento do governador José Roberto Arruda (sem partido), do vice Paulo Octávio (DEM) e de parlamentares que foram citados na Operação Caixa de Pandora da Polícia Federal. Durante a passeata, os manifestantes distribuíram adesivos, panfletos e jornais informativos para a população. A mobilização foi acompanhada pela PM. A presidente da CUT-DF, Rejane Pitanga, criticou a Câmara Legislativa que aprovou o orçamento do próximo ano e manteve os contratos de empresas citadas no esquema de corrupção. A

estudante e integrante do movimento Luiza Oliveira disse que só com o protesto da população o governo poderá ser derrubado. O protesto acabou com os manifestantes de costas para o Buritinga e de mãos dadas. Eles vaiaram o governador Arruda e todos os parlamentares supostamente envolvidos no esquema de corrupção.

Cerca de 500 alunos de escolas públicas realizam um ato na Cinelândia, centro do Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste), para pedir paz. Uma banda escolar, um coral e grupos de dança se apresentaram na praça que já foi palco de manifestações sociais importantes da história brasileira, como a das Diretas Já. Os trabalhos foram desenvolvidos durante o ano nas escolas da rede estadual. O evento é uma prévia da Marcha Mundial pela Paz, que começou na Nova Zelândia em outubro e deve terminar na Cordilheira dos Andes em janeiro de 2010, após passar por mais de 300 cidades em todo o mundo. No Brasil, ela vai ocorrer em nove cidades até a semana que vem. A marcha é organizada pela ONG Comunidade para o Desenvolvimento Humano.

6º feira 18

Funcionários do Ibama e do Instituto Chico Mendes realizam um protesto em frente ao Ministério do Meio Ambiente em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os trabalhadores protestam contra o decreto 7.029/2009 que prevê a suspensão de multas por crimes ambientais para os produtores que aderirem ao Programa Mais Ambiente. Para os responsáveis pela manifestação intitulada “mãos atadas,” a medida é um retrocesso às políticas de fiscalização ambiental e aos investimentos realizados no setor. Com apitos, cordas entrelaçadas nas mãos, narizes de palhaço e faixas de protesto, os manifestantes reivindicaram uma reavaliação do decreto e que os funcionários atuantes nas ações de fiscalização e preservação ambiental sejam ouvidos com o intuito de propor políticas sociais que não confrontem o trabalho desenvolvido pelo Ibama. O presidente da Associação Nacional dos Servidores do Ibama (Asibama Nacional), Jonas Moraes, afirma que, além de desconsiderar o trabalho dos agentes, o decreto, ao isentar os produtores das multas, gera desperdício da verba pública nas ações de prevenção e fiscalização do meio ambiente. “O decreto anula as multas aplicadas pelos servidores durante o ano. São recursos públicos que foram jogados fora nas políticas ambientais. É preciso rever essa medida para que o trabalho desenvolvido pelos agentes ambientais não tenha sido em vão.” Depois do protesto, o presidente da Asibama Nacional e outros manifestantes entregaram ao assessor do ministro Carlos Minc um documento que pede a revisão do decreto e um encontro entre representantes do ministério e do Ibama para discutir detalhadamente as questões do decreto. A assessoria garantiu que o documento será entregue ao ministro - depois que ele retornar da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-15) em Copenhague (Dinamarca) - que deverá analisá-lo e agendar um encontro com os representantes das organizações que participaram do protesto.

O Coletivo Stonewall, grupo de militância Lésbicas Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTT) formado por estudantes, professores da rede pública do estado do Paraná (região Sul) e membros da sociedade civil, lançam moção de repúdio para denunciar a atitude da Secretaria de estado de Educação (SEDUC) de Rondônia (região Norte), ao permitir a exoneração da Professora Doutora Victória Bacon, natural do Paraná, por ser transexual. Os estudantes encaminharam amoção ao governo federal e

ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) para que tomem providências no sentido de salvaguardar os direitos de todos os profissionais da educação. A professora foi contratada no início de 2009 pela Seduc através da aprovação no concurso seletivo emergencial que tem um prazo de 2 anos de validade. Ela denuncia que foi rejeitada em algumas escolas por ser transexual.

Sábado 19

Centenas de pessoas realizam uma caminhada pelo calçadão da orla de Copacabana, zona sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), intitulada de a 1ª Marcha Mundial pela Paz e a Não Violência. A única integrante brasileira da equipe internacional da marcha, Jacqueline Melo, disse que a cada nova cidade que passam, o movimento ganha mais força. “A iniciativa foi idealizada pela ONG Mundo Sem Guerras, da qual faço parte. Começou pequena, ia passar por poucos países, mas muita gente demonstrou interesse em participar, movimentos, entidades. Ganhou uma dimensão tão grande que ao final do evento vamos ter passado por mais de 90 países e 100 cidades nos cinco continentes.” Jacqueline Melo disse que as crianças e os jovens são o público-alvo da marcha. “São as novas gerações que vão gerar essa consciência da urgência de paz e da não violência.”

Os índios do Movimento Tamoio, que ocupam Antigo Museu do Índio, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) sofrem atentado na ocupação segundo informações do CMI. Neste dia 19 de dezembro foi ateadado fogo na oca grande erguida no terreno pelos indígenas. Bombeiros agiram rapidamente e impediram que o fogo se espalhe por outras ocas. Estão no espaço cerca de 20 indígenas e descendentes, representantes das etnias Guajajara, Xavante, Pataxó, Fulniô e Puri, vivendo exclusivamente de artesanato e de doações. O prédio, hoje em ruínas, foi sede do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), órgão fundado pelo Marechal Rondon. Nos anos 1950 abrigou o Museu do Índio, criado por Darcy Ribeiro, que foi desativado e transferido para o bairro de Botafogo em 1978. Desde então o prédio encontra-se abandonado, sem destinação, sendo depredado sucessivamente. O terreno é almejado pelos governos municipal e estadual, com vistas à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016. Segundo os índios, o imóvel estaria sendo negociado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, por 30 milhões, com uma empresa privada espanhola para demolição imediata e construção de um Shopping Center e um estacionamento para 3 mil automóveis. O espaço, localizado em frente ao portão 13 do Maracanã, funciona como um pólo de preservação da Cultura Indígena, além de dar abrigo e proteção para indígenas de todo o Brasil, que chegam ao Rio de Janeiro sem amparo governamental ou institucional. Desde 2006, indígenas de várias etnias ocupam o local com o objetivo de defender prédio e terreno para transformá-los num centro de convergência educacional, de preservação e difusão da cultura ameríndia. O projeto prevê a reforma do prédio para a criação no espaço da primeira Universidade Indígena do Rio de Janeiro, promovendo educação diferenciada, saberes ancestrais e ensino de História e Cultura Indígena (segundo os ditames da Lei nº 11.465/08, de março de 2008). Está sendo pensado ainda para o local, um centro de ensino à distância, com o objetivo de prover formação aos indígenas das partes mais remotas do país nas áreas de Educação, Meio Ambiente e Assistência Social, no sentido de facilitar a qualificação acadêmica e profissional aos cidadãos provenientes dos Povos Originários. Além das ameaças para deixar o local, os indígenas ainda são impedidos de vender seus

artesanatos livremente nos pontos turísticos da cidade, por conta da postura municipal, o que fere o Estatuto do Índio (Lei 6.001/73) e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), além de ameaçar gravemente a sustentabilidade dos ocupantes. A Comunidade Indígena Tapuya da Terra Indígena Santuário Sagrado dos Pajés em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) e a Associação Cultural Povos Indígenas (ACPI) do Santuário dos Pajés enviou moção de apoio ao Movimento Tamoio do rio de Janeiro na qual repudiam o atentado sofrido pelos indígenas no Antigo Museu do Índio.

Domingo 20

Centenas de pessoas participam no Vale do Anhangabaú, centro da cidade de São Paulo – SP (região Sudeste), para acompanhar o *show* que faz parte da Marcha Mundial pela Paz, uma ação de combate à violência, que está percorrendo 90 países e 100 cidades dos cinco continentes. Antes da apresentação com artistas brasileiros, como Wilson Simoninha, Luciana Mello, Vange Milliet e Suzana Salles, um pequeno grupo saiu em caminhada da Praça da República até o Anhangabaú, por um trajeto de pouco mais de 1 quilômetro. A Marcha Mundial pela Paz começou em 2 de outubro último, na Nova Zelândia, e vai terminar no próximo dia 2 de janeiro, no Parque Punta de Vacas, na Argentina. Os organizadores estimam que até o fim das manifestações, 1 milhão de pessoas tenham participado dos eventos.

3ª Feira 22

Os trabalhadores rurais da Usina Campestre, localizada na cidade de Penápolis - São Paulo (região sudeste), são brutalmente reprimidos pela PM e por seguranças da empresa por realizarem um protesto para reivindicar o pagamento de salários atrasados. A empresa acionou a tropa de choque, reprimindo os trabalhadores com bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha. A usina Campestre recebe denúncias de precarização do trabalho desde 2002. Os donos do conglomerado, do qual faz parte a usina Campestre são indiciados pela Polícia Federal por fazerem parte de um grande esquema de sonegação de impostos e fraudes na previdência. Estima-se que o esquema chegou a sonegar R\$ 2 bilhões nos últimos cinco anos, além de crimes de formação de quadrilha, falsificação de duplicatas, emissão de notas frias e falsidade ideológica.

Cerca de 300 sem-terra ocupam uma praça de pedágio da BR-369, em Araçongas, a 400 km de Curitiba – Paraná (região Sul), liberando a passagem dos carros sem pagamento de tarifa. Segundo o jornal O Estado de São Paulo, os manifestantes reivindicam que o governo apresse os processos de desapropriação de áreas ocupadas para assentamento.

Grupo de 75 índios da etnia Caingangues ocupa o prédio da Funai em Passo Fundo – Rio Grande do Sul (região Sul). Conforme informações do jornal O Estado de São Paulo, os índios pressionam o órgão a demarcar a reserva Passo Grande do Rio Forquilha.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva homologa a demarcação de nove terras indígenas, num total de mais de 5 milhões de hectares (ha), a maioria na Amazônia. Os

decretos estão na edição deste dia 22 de dezembro do Diário Oficial da União. A maior das reservas criadas hoje é a Terra Indígena Trombetas Mapuera, no Amazonas, com território de quase 4 milhões de hectares, o equivalente a 40 mil campos de futebol. A área se destina a mais de dez etnias, além de grupos indígenas isolados. Também no Amazonas, foram homologadas as terras Balaio (257 mil ha), Lago do Correio (13 mil ha), São Domingos do Jacapari (134 mil ha) e Prosperidade (5,5 mil ha). Dois decretos consolidam reservas no Pará: a TI Las Casas, com área de 21,3 mil ha para os índios kaiapó e a TI Zo'é, de 668 mil ha, área maior que o Distrito Federal. Em Roraima, uma área de 30 mil ha dos índios Wapixana também foi homologada. Em Mato Grosso do Sul, área de tensão permanente entre indígenas e fazendeiros pela posse de terras, o governo homologou a TI Arroio-korá, com 7 mil ha para os índios Guarani Kaiowá e Guarani Nandeva, no município de Paranhos, no extremo sul do estado. Além das nove terras indígenas homologadas, outro decreto presidencial publicado hoje desapropria uma fazenda de 4,3 mil ha no município de Rodelas, na Bahia, para assentamento de uma comunidade indígena Tuxá.

6º feira 25

Moradores do Parque das Mangabas, em Camaçari – Bahia (região Nordeste), organizados no Movimento dos Excluídos da Cidade de Camaçari, denunciam à Polícia e ao Ministério Público Estadual atos ilícitos do Presidente da Associação de Moradores, André Xavier, e do Vereador de Camaçari, Michel Jackson. Os moradores do parque afirmam que sofrem perseguição e ameaças de grileiros e denunciam que o presidente da Associação comercializa lotes de terra, ameaçando o local de moradia das famílias. Os moradores buscam amparo legal na Justiça para “conter a truculência do Presidente da Associação e de seus parceiros”, suspender os pagamentos dos carnês e requerer em juízo a cobrança das quantias já pagas de maneira indevida pelas empresa Brokers Assessoria e Consultoria Imobiliária Ltda., que se coloca como intermediadora das terras em conflitos. Os moradores afirmam que Vinícius Medrado Mendes (corretor), Pablo Birne Telles (suposto advogado) e o senhor Anderson Rocha (que se diz assessor do Vereador) “vêm promovendo a discórdia, expulsando os ocupantes dos lotes e andando com segurança com arma de grosso calibre exigindo dinheiro em nome do Vereador e do Presidente da Associação.

Domingo 27

Cerca de 200 moradores de Jardim Romano, São Paulo – SP (região Sudeste), um dos bairros alagados desde o dia 8 de dezembro, realizam protesto e interditam a rua Manuel Félix de Lima. A Defesa Civil acionou o Corpo de Bombeiros e a PM e interrompeu o protesto. Um manifestante foi detido por desacato e encaminhado ao 59º Distrito Policial mas, no fim da tarde foi liberado. Os moradores reivindicam a reposição dos pertences que perderam e uma solução definitiva para o problema da inundação. O capitão Toni Kasai, da Defesa Civil, afirmou que há oficialmente um cadastramento feito pela Prefeitura para providenciar nova moradia àquela população.

2º feira 28

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ministro Gilmar Mendes, suspende os efeitos de um decreto assinado pelo presidente Lula no dia 21 de dezembro, que homologava a demarcação da terra indígena Arroio-Korá, no município de Paranhos – Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). Mendes concedeu a liminar após mandado de segurança impetrado pelos proprietários da Fazenda Iporã, até decisão final de mérito. A terra indígena tem 7175 hectares, dos quais 184 são ocupados pela fazenda. A decisão alcança apenas esta área. Documentos dos donos da fazenda atestam que o registro do imóvel é de 1924, data anterior a 5 de outubro de 1988, marco fixado pelo STF no caso Raposa Serra do Sol para o reconhecimento, aos indígenas, dos direitos originários sobre terras que ocupam tradicionalmente. Segundo Mendes, há documento comprovando a transferência da propriedade do imóvel a particulares ratificada pelo Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária (Incra). O presidente do STF considera que faltou no procedimento legal de homologação o direito à ampla defesa. Ele também afirma que a publicação do decreto homologatório gerou a movimentação de lideranças indígenas para, nos próximos dias, “perpetrarem atos de ocupação” das terras demarcadas, motivo que considera suficiente para o acolhimento da liminar. A área em questão é uma das 9 reservas indígenas cuja demarcação foi homologada por decretos presidenciais publicados no dia 22.

5º feira 31

O gigante do setor sucroalcooleiro e proprietário no país das marcas Esso, União e Mobil, o grupo Cosan é incluído pelo governo federal na chamada “lista suja” do trabalho escravo, atualizado neste dia 31 pelo Ministério do Trabalho. O grupo Cosan não se manifesta. A lista, atualizada a cada 6 meses, é na forma de divulgar proprietários rurais e empresas que tenham sido flagrados com empregados em situação análoga à escravidão. A inclusão desses empregadores, segundo o Ministério, ocorre somente após o encerramento do processo administrativo – sem mais chances de recurso nessa esfera, o que não inclui o Judiciário. O flagrante dos fiscais pelo Ministério ocorreu em 2007, quando 42 trabalhadores foram resgatados da usina Junqueira, em Igarapava, em São Paulo – SP (região Sudeste). Além da exposição negativa, a inclusão na lista pode trazer prejuízos financeiros à empresa. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por exemplo, afirma que não faz aportes àquelas incluídas na “lista suja”.

Glossário

CMI	Centro de Mídia Independente
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Partido Democrata
DF	Distrito Federal
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Funai	Fundação Nacional do Índio
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização Não Governamental
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
P-SOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
STF	Supremo Tribunal Federal
UNMP	União Nacional por Moradia Popular

Realizada pelo Comitê de Acompanhamento e Análise da Conjuntura do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL/CLACSO).

Levantamento e sistematização feitos pela equipe: Coordenação: Prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ). Pesquisadores Assistentes: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ), Jacqueline Aline Botelho Lima (UFRJ/UERJ). Assistentes de pesquisa: Anísio Borba (LPP/UERJ), Luiza Leite (LPP/UERJ), Luis Américo Araújo Vargas (UFRJ), Mariana Santos (LPP/UERJ), Reginaldo Costa (UFRJ), Taisa Falcão (LPP/UERJ). Fontes: Jornal Folha de São Paulo, Jornal O Globo, Jornal O Estado de São Paulo, Jornal Brasil de Fato, Agência Chasque de Notícias, Agência Brasil, MST na Imprensa, Jornal do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA.